



GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM
À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

TARSO GENRO
GOVERNADOR

PORTO ALEGRE
2014

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Tarso Fernando Herz Genro

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Jorge Alberto Duarte Grill

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL

Carlos Pestana Neto

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR

Cel. Oscar Luis Moiano

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Carlos Henrique Kaipper

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

João Constantino Pavani Motta

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO

Vinícius Gomes Wu

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

Mauro Knijnik

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Marcelo Tuerlinckx Danéris

SECRETÁRIO DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

João Ferrer

SECRETÁRIO DO GABINETE DOS PREFEITOS E RELAÇÕES FEDERATIVAS

José Jorge Rodrigues Branco

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

José Clóvis de Azevedo

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Sandra Maria Sales Fagundes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

Luiz Antônio de Assis Brasil e Silva

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Airton Aloisio Michels

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Odir Alberto Pinheiro Tonollier

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Alessandro Pires Barcellos

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO
À MICRO E PEQUENA EMPRESA
Maurício Alexandre Dziedricki

SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO
Marcel Martins Frison

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Fabiano Pereira

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Luís Augusto Barcellos Lara

SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Ariane Chagas Leitão

SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO
Dilce Abgail Rodrigues Pereira

SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E DO LAZER
Ricardo Petersen

SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
Luiz Carlos Ghiorzzi Busato

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Neio Lúcio Fraga Pereira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
Luiz Fernando Mainardi

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO
Ivar Pavan

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
João Victor Oliveira Domingues

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
Cleber Cristiano Prodanov

APRESENTAÇÃO

Esta Mensagem à Assembleia Legislativa obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador de Estado a oportunidade de “expor, em mensagem que remeterá à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão anual, a situação do Estado e os planos de Governo.”

O ano de 2013 marcou a consolidação da retomada do desenvolvimento com equidade e participação no Rio Grande do Sul. O significativo crescimento econômico verificado – com taxas equivalentes ao dobro do desempenho do PIB nacional e desempenho positivo das exportações – foi acompanhado por melhorias nas condições de vida da maioria dos gaúchos, como a ótima situação do emprego – inclusive com crescimento da criação de oportunidades de trabalho –, a redução da pobreza extrema através do Programa RS Mais Igual, as melhorias na capacitação e formação profissional e na renda dos trabalhadores, como também avanços em diversas áreas de políticas públicas apresentados ao longo desta Mensagem. Promover a igualdade faz a diferença.

A evolução positiva da economia permitiu um aumento da arrecadação. Nos últimos três anos, a prioridade tem sido dirigir esses recursos para a recuperação das funções de estado – em especial nas áreas de Educação, Saúde e Segurança. Verifica-se um aumento da destinação de recursos orçamentários a essas áreas e, em especial, à valorização dos servidores públicos em geral, por meio de uma política de recuperação salarial. O crescimento dos investimentos foi viabilizado por recursos oriundos de operações de crédito, contratadas junto a instituições nacionais e internacionais, e pelo aumento das parcerias com a União na execução de programas federais. A mudança de orientação política promovida nesta gestão prioriza o compromisso com a qualificação dos serviços públicos e a promoção da igualdade social no Estado.

O ano de 2013 marcou também a consolidação do Sistema Estadual de Participação Cidadã (SISPARCI), composto por um conjunto amplo de instrumentos de debate, elaboração de propostas para o Governo Estadual e de processamento de demandas, como as do processo de Orçamento Estadual. Integram o SISPARCI processos desenvolvidos no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do Gabinete Digital e da elaboração participativa do Orçamento Estadual, que culmina com as Votações de Prioridades. Há mecanismos de diálogos regionais, como os Diálogos do CDES, as Interiorizações de Governo e o Programa de Combate às Desigualdades Regionais. Além do reconhecimento internacional dessas inovações institucionais, a vitalidade do SISPARCI foi demonstrada a partir dos episódios das chamadas "Jornadas de Junho", que foram manifestações de âmbito nacional e através de redes sociais. A partir dos vínculos estabelecidos no âmbito do Gabinete Digital, foi estruturado um diálogo com os manifestantes, e estabelecidas algumas ações como: consultas sobre a Reforma Política (pelo Gabinete Digital e no processo de Votação de Prioridades do Orçamento); e Diálogo Temático do CDES para estruturar o Passe Livre Estudantil, que tornou-se uma Lei Estadual.

A construção de uma política industrial, aliada a uma nova visão das relações internacionais e de inserção da região no contexto mundial, resultou na atração de investimentos e em um aumento significativo dos investimentos privados no Rio Grande do Sul. Esses investimentos são apoiados por um amplo conjunto de mecanismos de incentivos e

financiamentos estaduais, que vão desde o novo FUNDOPEM ao apoio aos arranjos produtivos locais, aos polos e parques tecnológicos, à assistência técnica aos agricultores e ao Programa Gaúcho de Microcrédito, por exemplo. Além de novas plantas industriais ou novas áreas de negócio e inovação (como o Polo Espacial de Santa Maria), ocorre a ampliação e qualificação das atividades econômicas, com estímulo ao desenvolvimento tecnológico e melhoria na produtividade, com efeitos multiplicadores em diversos setores da vida econômica e social. Verifica-se a ampliação das novas áreas de investimentos ligados à produção de energia – como os Polos Navais (Rio Grande, Jacuí e Guaíba) e os parques eólicos – como também a expansão do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul de produção industrial e concentração urbana em direção ao norte e noroeste do Estado. Destaca-se, ainda, o conjunto de incentivos para as atividades do setor primário por meio dos Planos Safra Estaduais e o investimento em qualificação profissional, em especial pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Essa situação de retomada do desenvolvimento econômico reforça a necessidade de fortalecer os investimentos públicos para a qualificação de serviços de infraestrutura. A partir da implantação da Empresa Gaúcha de Rodovias, de um diálogo participativo através de câmara temática do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e com o fim do prazo de várias concessões de rodovias estão criadas as condições para a implantação de um novo modelo de gestão participativa das estradas estaduais pedagiadas, superando o modelo dos polos que, há quinze anos, cercavam várias cidades. No ano de 2013 teve seguimento a implementação de diversas ações na área de Infraestrutura, como o Plano de Obras Rodoviárias (acessos municipais, duplicações, restaurações e ligações regionais), investimentos em transmissão e distribuição de energia elétrica (inclusive para a Copa do Mundo 2014), ampliação de distribuição de gás natural e melhoria na utilização do potencial hidroviário. Com o andamento e a conclusão de obras federais, como a nova BR-448, importantes gargalos de infraestrutura estão sendo superados.

O enfrentamento aos históricos *déficits* de mobilidade urbana e infraestrutura social marca positivamente este período de governo. Destacam-se as parcerias com o Governo Federal, em especial na execução dos Programas de Aceleração do Crescimento – PACs I e II, em investimentos tais como: a viabilização do Metrô de Porto Alegre, PAC Mobilidade Grandes Cidades (com destaque para a Região Metropolitana de Porto Alegre), PAC Prevenção (para contenção de cheias) e PAC Barragens (para ampliar a oferta de água). O Governo Estadual desenvolve programas na área de Saneamento Básico, em parceria com o Governo Federal, com ênfase na melhoria dos serviços de abastecimento de água e ampliação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário nos municípios. As parcerias (com Governo Federal e Municípios) são destaque nas Ações Habitacionais, especialmente de interesse social, em curso no Rio Grande do Sul. Ressaltam, além disso, as obras para qualificar as redes de saúde, educação e segurança, como as reformas e novas obras em escolas, em unidades de saúde (pronto atendimento e unidades básicas), para prover novas vagas prisionais e melhorias em diversos próprios estaduais.

Os avanços realizados estendem-se à área do Meio Ambiente, com a implantação do Sistema Integrado de Regularização Ambiental, tornando o processo de licenciamento e fiscalização mais eficiente. Outro esforço multissetorial está ligado ao desafio da implantação do Sistema de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que permite o monitoramento de enxurradas,

vendavais, secas e outros eventos naturais e o aperfeiçoamento dos mecanismos de respostas a desastre ligados ao sistema da Defesa Civil.

Na área da Educação, podem ser descritos avanços nos quatro eixos de atuação: Reestruturação Física das Escolas (reformas, ampliações, reconstruções e construções) e Modernização Tecnológica (tecnologia da informação e qualificação dos equipamentos e materiais); Reestruturação Curricular e Formação Continuada (nas diversas etapas da educação básica, com destaque para o ensino médio); Qualificação do Sistema e Democratização da Gestão (com destaque para o transporte e alimentação escolares); e Valorização Profissional (com reajustes do salário básico, publicação de promoções, realização de concurso público, nomeação de professores e criação de novos cargos).

O Rio Grande do Sul destaca-se pelo aumento dos investimentos em Saúde, desde a Atenção Básica de Saúde – inclusive na estratégia da Saúde da Família e no Programa Estadual de Informatização da Atenção Básica. Na atenção secundária e terciária, o objetivo é a ampliação dos serviços ambulatoriais, do atendimento especializado e disponibilidade de leitos, tendo como principal instrumento a qualificação da contratualização dos serviços prestados por hospitais e outros estabelecimentos de Saúde em todo o Rio Grande do Sul, em cooperação com o Ministério da Saúde. A atenção às urgências – especialmente na implantação de novas UPAS, de UTIs móveis e de Bases do SAMU é outro destaque positivo no esforço de superar déficits históricos do atendimento à Saúde no Estado. Com a conclusão de hospitais regionais, o objetivo de aumentar a descentralização do atendimento dará passos significativos.

Na área de Segurança Pública podemos destacar várias ações, entre elas o RS na Paz, com a implantação e manutenção de Territórios de Paz, o aperfeiçoamento do Policiamento Comunitário, com o estímulo a policiais militares que moram nos locais onde farão o policiamento, a ampliação das Vagas Prisionais, combinando o monitoramento georreferenciado de sentenciados, o aperfeiçoamento do Disque Denúncia, a política de proteção às mulheres contra violência de gênero e o enfrentamento do tema da corrupção na Administração Pública.

O aumento dos investimentos é sentido, ainda, na formulação da política cultural no Estado, que envolve a qualificação da infraestrutura e acesso ao financiamento a projetos culturais e à promoção da diversidade cultural, em que se destacam atuações nas áreas dos sistemas de bibliotecas e museus, na música sinfônica (inclusive com a reabertura da escola da OSPA), da expansão dos Pontos de Cultura e do fomento à arte e à economia criativa. A qualificação da atividade turística é outro eixo de ação com resultados em múltiplas dimensões. A melhoria da infraestrutura, da qualificação da oferta e da promoção do turismo marcam a atual gestão, através da implementação do Plano Diretor de Turismo. Na área do Esporte destaca-se a preparação para a Copa do Mundo 2014 e a qualificação do fomento às práticas desportivas.

O atual período de governo foi marcado positivamente pela constituição de uma agenda ampla de garantia de direitos, tanto na geração de oportunidades quanto no enfrentamento a questões ligadas à igualdade racial, erradicação da miséria e combate à discriminação de qualquer ordem, seja por questões etárias, étnicas, de gênero ou ligadas a características físicas (pessoas com deficiência ou altas habilidades). Inserem-se nesta agenda, ainda, o combate ao uso indevido de drogas e a reinserção social e tratamento de dependentes. O combate à violência e exploração de crianças e jovens também se destaca.

A política para as mulheres avançou notadamente, através de ações de capacitação em busca de autonomia das mulheres. Do programa Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher cumpre destacar que o Governo, em uma iniciativa inédita no Estado, institucionalizou a Rede Lilás, com a finalidade de acompanhar a implementação do Protocolo de Fluxos da Rede Lilás – Rede de Enfrentamento e Atendimento Especializada às Mulheres em Situação de violência e com a inauguração da nova sede do Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado. Desde 2011, a Secretaria Estadual da Saúde trabalha na construção da Rede de Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Estado. Essa Rede visa garantir acesso, acolhimento e resolutividade à mãe e ao bebê, reduzindo a mortalidade materna e neonatal, promovendo o planejamento reprodutivo e atenção humanizada ao parto, abortamento e puerpério, bem como o direito da criança ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudável.

Além da Política de Valorização do Servidor e da Servidora, o Governo do Estado implementou diversas ações no sentido de aprimorar a gestão pública estadual. Destacam-se: a consolidação da metodologia da Sala de Gestão e do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME); a criação do Escritório de Gerenciamento Intensivo (EGI) e do Sistema de Monitoramento de Convênios (MCO); a consolidação da Rede Escola de Governo; o desenvolvimento de novos mecanismos de interação entre o Governo e a sociedade, tais como a Central do Cidadão, os Diálogos Virtuais e o Mapa da Transparência. Soma-se a isso, a utilização de ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) no aprimoramento de diversas atividades, como é o caso, por exemplo, da implementação de processos eletrônicos por parte de diversos órgãos.

O ano de 2014 inicia com uma perspectiva de abertura de um novo futuro para o Estado do Rio Grande do Sul. A partir da aprovação do PLC nº 238/2013, a dívida estadual deixará, em 2027, de ser um peso para as finanças públicas estaduais. A partir daí, trata-se de construir uma agenda para o período, com base nos avanços obtidos em uma nova relação do Estado no cenário nacional e em relação ao mundo em transformação.

TARSO GENRO

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

CONTEXTO ECONÔMICO.....	03
ECONOMIA INTERNACIONAL.....	05
ECONOMIA BRASILEIRA.....	14
ECONOMIA GAÚCHA.....	22
FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS.....	31
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	81
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	101
RENDIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA.....	107
SAÚDE.....	115
EDUCAÇÃO.....	123
SEGURANÇA PÚBLICA.....	137
SANEAMENTO BÁSICO.....	149
HABITAÇÃO.....	167
DESIGUALDADE DE GÊNERO.....	185
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADÃ.....	205
REALIZAÇÕES DO GOVERNO.....	211
ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS.....	213
ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA.....	225
AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO.....	245
CASA CIVIL.....	255
CASA MILITAR.....	259
CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.....	262
COMUNICAÇÃO.....	281
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	285
CULTURA.....	290
DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO.....	298
DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO.....	322
ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA.....	328
EDUCAÇÃO.....	335
ESPORTE E LAZER.....	344
GABINETE DO GOVERNADOR.....	349
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR.....	356
GABINETE DOS PREFEITOS E RELAÇÕES FEDERATIVAS.....	358
HABITAÇÃO E SANEAMENTO.....	362
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE.....	395
JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS.....	439
MEIO AMBIENTE.....	451
OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO.....	456
PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.....	481
POLÍTICA PARA AS MULHERES.....	489
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO.....	498
SAÚDE.....	523
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO.....	543
SEGURANÇA PÚBLICA.....	546
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	550
TURISMO.....	559

CONTEXTO ECONÔMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

A CONTINUIDADE DA CRISE E ALGUMAS PERSPECTIVAS

A crise iniciada em 2008, e sem solução de continuidade, desde então mostrou os limites do novo padrão de desenvolvimento para o sistema econômico internacional proposto pelos Estados Unidos e voltado à perpetuação da hegemonia da finança mundializada. O controle dos fluxos financeiros internacionais e a penetração de todos os mercados do mundo pelo capital de *Wall Street*, possibilitados pela liberalização e desregulação financeira, acabaram na orgia especulativa que causou o colapso das instituições donas do dinheiro mundial. Hoje, se encontram quase todas recebendo generosas transfusões de sangue do tesouro norte-americano, assim como suas sócias menores do outro lado do Atlântico o fazem do Banco Central Europeu, para poderem sobreviver ao colapso causado por sua própria lógica de acumulação do capital fictício ao infinito.

As raízes da crise estão na natureza mesma da globalização contemporânea. Diferentemente de outros momentos na história do sistema mundial capitalista, a expansão financeira não foi capaz, até o presente, de servir de alavanca a um processo de expansão produtiva. Muito ao contrário, o desenvolvimento material que se desenrola desde a última década do século passado no leste asiático, mais recentemente combinado com o retorno do crescimento na América Latina e na África, vem se dando apesar dos fluxos de capital que, em sucessivos movimentos de entrada e saída dos mercados ditos emergentes, causaram um suceder de bolhas especulativas que incharam e desinflaram, ora aqui ora acolá, ao longo dessas duas últimas décadas, atrapalhando ao invés de apoiar o crescimento econômico nessas regiões.

A circunstância da dominância financeira sobre o capitalismo global não apenas gerou um descolamento entre a acumulação fictícia e a acumulação produtiva, em que o ritmo da primeira é muito superior que o da segunda, como colocou a estrutura produtiva a funcionar em diversas velocidades. A hegemonia da finança gerou uma sincronia nos movimentos descendentes da acumulação e uma diacronia de suas trajetórias ascendentes. O *crash* financeiro produziu, instantaneamente, queda do crescimento, enquanto os processos de recuperação mostraram-se absolutamente díspares, sendo mais efetivos apenas naquelas regiões onde bancos e instituições congêneres são mais controlados.

Na origem desse fenômeno está a crise dos anos 1970, resultado de um declínio da taxa de lucro nas estruturas produtivas dos países desenvolvidos. Essa queda da rentabilidade provocou dois movimentos, de um lado a própria financeirização, compensando com ganhos em aplicações as mais variadas à falta de uma expectativa otimista na produção, e, de outro lado, um processo de fuga para o Sul e o Leste, através da realocação da indústria, principalmente na Ásia, e da caça aos recursos naturais e a novas oportunidades de investimento na África e América Latina; os quais são a própria essência da globalização e seus dois gêmeos, financeirização e mundialização do capital.

Entretanto, se tanto o declínio americano quanto a crise persistem, alguns sinais podem ser percebidos e dão sentido às transformações em curso na ordem mundial. Primeiro, os EUA,

em que pese o declínio mais acentuado em sua participação na economia mundial, permanecem com recursos de poder inexpugnáveis para os próximos 20 ou 30 anos. No plano da economia, embora tenham perdido espaço – já foram metade do PIB do mundo e hoje não chegam aos 19% –, continuam controlando as finanças internacionais; têm posição majoritária na propriedade da maioria das grandes corporações monopolistas em escala mundial; dão o ritmo e controlam o avanço tecnológico, a pesquisa e a inovação; emitem a moeda padrão, têm os títulos de sua dívida ainda equivalentes ao ouro e definem a política monetária em escala global, o crédito e a liquidez. No plano político, em que pese o fim da era dos alinhamentos automáticos e da imposição de “governos amigos” por todo o mundo, ainda detêm poder de veto em todas as instituições internacionais, do FMI ao Conselho de Segurança; mantêm uma fidelidade incondicional da Europa – via Alemanha e Reino Unido – e de aliados como Canadá e Austrália; continuam sendo parte decisiva em todas as questões relevantes na cena mundial, como o conflito da Palestina; são o único país com capacidade de intervenção militar em grande escala e de engajamento em ações de combate em qualquer lugar do planeta e vêm tomando iniciativas com vistas a prevenir a ascensão de novos poderes na ordem internacional, através do cerco à Rússia pela Europa e Ásia Central e à China pelo Pacífico.

Em segundo lugar, o declínio não é apenas dos EUA, mas de todo o Ocidente, pois a União Europeia é peça desse processo, cuja contraparte é a emergência de novos polos de poder econômico e político, forçando a uma mudança na hierarquia da ordem internacional. A expressão mais popular dessa novidade são os BRICS, uma articulação política independente da influência das velhas potências ocidentais. No plano econômico, os dois lados do Atlântico Norte somam 45,5% do PIB mundial, enquanto apenas os BRICS já chegaram a 20,4%. Como as taxas de crescimento de Ásia, África e América Latina permanecem bem superiores às das antigas potências, seu declínio relativo continuará. O centro dinâmico da economia mundial está se movendo para o Sul. Entretanto, um largo caminho ainda espera a consolidação de uma mudança do centro hegemônico mundial ou, o que seria uma novidade histórica, uma ordem verdadeiramente multipolar.

Por enquanto, o crepúsculo das regiões pioneiras do capitalismo internacional vem oportunizando cada vez um maior espaço de ação e decisão autônomas por parte das nações e regiões outrora rigidamente dependentes. Os vácuos de poder e espaços para manobra e invenção por parte daqueles que sempre foram forçados a dizer sim são muito maiores. E a paralisia, ainda que parcial, que a luta contra a crise impõe aos EUA e Europa, amplifica as possibilidades de autonomia do Sul. Um breve recorrido sobre o que se passa em cada uma das regiões do planeta mostra os espaços que se abrem ou se fecham à iniciativa criadora na construção de uma nova configuração do sistema mundial.

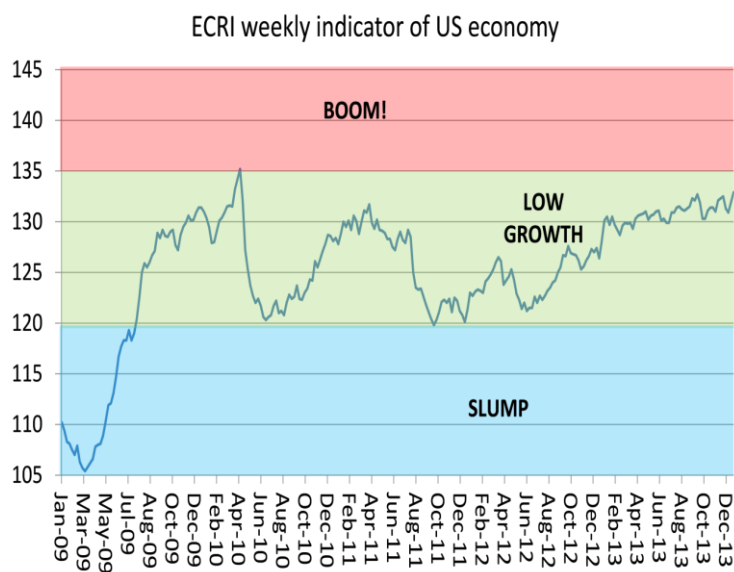
No Norte, Panorama Sombrio

Os Estados Unidos

Epicentro da crise em 2008, a grande potência ainda luta contra suas consequências. Embora tenha havido uma redução desde então, o desemprego ainda permanece elevado, com uma taxa de 7% no final de 2013, bem acima dos 4,9 de fevereiro de 2008, véspera do *crash*, mesmo com o PIB crescendo à taxa de 3,07% em setembro de 2013. Dentre os demais fatores

que dão dinâmica à economia, a produtividade do trabalho cresceu em média 1,8% ao ano entre 2007 e 2012, contra 2,8% entre 1947 e 1973, enquanto os salários reais, em 2013, estavam 2,06% abaixo de seu valor no final de 2008 (e 14% ainda abaixo de seu maior valor histórico, em 1972). Além disso, o Governo Federal não tem conseguido combinar os estímulos monetários com uma política fiscal contra cíclica. Se o Banco Central (FED) pôde ampliar o crédito, emitir moeda e baixar os juros, o Tesouro tem muito menos autonomia, pois o congresso não tem permitido baixar impostos e ampliar gastos. A não ser pela estatização de grandes empresas em situação falimentar como a GM, o raio de ação da política fiscal continua muito reduzido.

Diante dessas circunstâncias, a ampliação da liquidez acaba empoçada no sistema financeiro que recomeça a fazer justamente o que causou a crise: especulação e acumulação de capital fictício. Com isso, o total mundial de haveres financeiros, que fora de 197 trilhões de dólares em 2007 e caíra com a crise, voltou a crescer, atingiu 209 trilhões em 2012 e segue nessa rota ascendente. A possibilidade de uma nova explosão de bolha pela combinação de estagnação e especulação não pode ser descartada no horizonte dos próximos anos. Por essa razão, as autoridades monetárias estadunidenses têm mostrado extrema cautela com o manejo das injeções periódicas de liquidez (*quantitative easing*), a principal arma na luta para sair da recessão, mas que não se pode tornar um estímulo a uma nova inflação de ativos e à especulação.



Como se vê no gráfico acima, um indicador da atividade econômica muito utilizado, produzido pelo *Economic Cycle Research Institute*, o ECRI, mostra uma economia quase estagnada, ainda contida numa zona de baixo crescimento.

Se não são no momento a principal causa do declínio da economia mundial, os EUA tampouco voltarão a produzir o conjunto de estímulos que favoreceram a expansão dos 20 anos anteriores à crise, quando a combinação de déficit fiscal, déficit comercial e endividamento das famílias estimulou, além da bolha financeira, a melhora dos termos de troca para os produtores de alimentos e matérias-primas, a expansão da indústria asiática e o investimento direto

estrangeiro na periferia. Nos próximos anos, o crescimento mundial precisará ser alcançado sem uma maior contribuição dos Estados Unidos.

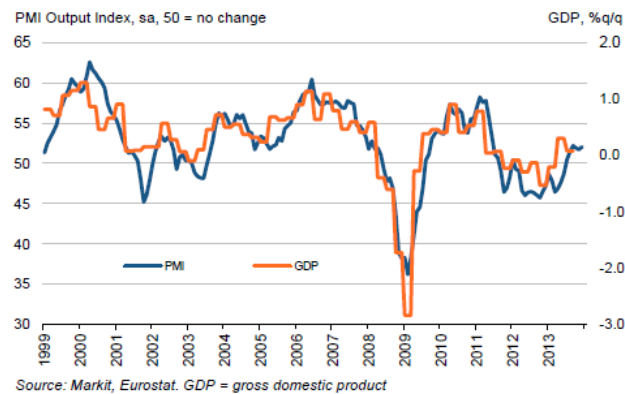
A Europa

Outra a situação da Europa, presa em uma camisa de sete varas costurada pelo arranjo institucional do euro e pela hegemonia alemã. Além do conhecido déficit democrático de sua estrutura supranacional, com um parlamento pouco mais que decorativo, a União Europeia cristalizou, em suas normas pós-Maastricht, os preconceitos e valores do neoliberalismo. O euro, que foi criado junto com regras de disciplina fiscal draconianas, é a única moeda do mundo sem tesouro, o que quer dizer, sem o lastro fiduciário da dívida de um Estado soberano. Na verdade, a Europa tem uma macroeconomia esquizofrênica composta por uma política monetária da União, com a emissão e a taxa de juro decididas pelo Banco Central Europeu, e 28 políticas fiscais independentes de cada um dos países membros, com apenas algumas normas gerais. Essa circunstância *sui generis* fez se somar à crise financeira mundial as crises de déficit externo e de dívidas soberanas dos países do sul do continente.

Enquanto a ciranda especulativa crescia e dela participavam os bancos europeus, um desequilíbrio comercial se expandia dentro da União Europeia, formado por crescentes superávits alemães e de alguns países do norte, como Suécia ou Dinamarca, e déficits do sul, como Espanha, Portugal, Grécia e Itália. Escorados em seu pacto de competitividade, com salários congelados e produtividade crescente, os alemães inundaram o continente com a produção de sua indústria, que encontrava demanda financiada por uma bolha financeira parecida com a das hipotecas nos EUA. Bancos germânicos, franceses e ingleses levemente ofereceram crédito aos “perdulários e preguiçosos” do sul. Quando o temerário dessa atitude se volveu em inadimplência, os governos trataram de trocar a dívida ruim por títulos de seus tesouros, convertendo um problema privado em crise soberana.

Para piorar, a União Europeia, capitaneada pela Alemanha, passou a exigir brutais esforços de redução de gasto para produzir superávits fiscais com intuito de manter os pagamentos da dívida e preservar o sistema financeiro. Como decorrência, o PIB, que caíra 4,5% em 2009 e crescera pouco nos dois anos seguintes, sem conseguir retomar o nível pré-crise, voltou a cair 4% em 2012 e deve ficar em 0% em 2013; enquanto o desemprego subiu de 7,1%, em 2008, para 12,1% no final de 2013 (Grécia 27,4% e Espanha 26,6%). Essa situação pode ser vista no gráfico a seguir, que mostra a variação do PIB e o índice de produção compilado pela Markit, uma consultoria de negócios que produz esse indicador, muito usado para a zona do euro.

Markit Eurozone PMI and GDP



Mesmo com as consequências da enorme recessão no sul afetando a economia alemã, a qual deve crescer apenas 0,3% em 2013, o nó político que impõe essa opção desastrosa se mantém firmemente amarrado. O poder da finança se alia a antigos preconceitos de um país que sempre valorizou a austeridade e se acredita superior a seus vizinhos latinos ou orientais. Felizmente para o resto do mundo, a situação da Europa influi pouco, pois 70% de seu comércio é intrazona.

O Sul Vislumbra Novos Horizontes

A indústria do mundo: Ásia

Desde a última década do século passado, a região sudeste da Ásia foi se consolidando como a nova zona de desenvolvimento da indústria do mundo, a exemplo do que foram Inglaterra em meados do século XIX e EUA após a II Guerra Mundial. Só a China representa, mensurando-se em paridade do poder de compra, 17% da indústria mundial, contra 13,7% dos EUA, 4,7% do Japão e 4,7% da Índia; na sequência vêm Rússia com 3,6%, Alemanha com 3,6%, e Brasil com 2,6%. Esse imenso continente, polo industrial do planeta, estava crescendo a 5,7% em 2013, com sua porção sudeste em um nível de 6,0% e a China, em ritmo de desaceleração, 7,5%.

A redução do crescimento chinês é o centro na nova dinâmica do leste-asiático. Um novo patamar vem sendo a meta do planejamento estatal daquele país desde que sua estratégia de desenvolvimento foi modificada após o estalido da crise internacional. A estratégia anterior de crescer pelas exportações, em um dueto com os déficits americanos, se esgotou e está sendo transformada para um novo modelo focado no mercado interno. Os salários reais vêm crescendo continuamente, 7,6% em 2012 e 9,2% em 2013; mudanças na legislação agrária e a criação de um regime previdenciário abrangente complementam um quadro de aumento da capacidade de consumo da população. O governo também tem anunciado um enfrentamento aos problemas sociais e à piora da distribuição da renda causados pelo crescimento acelerado dos últimos 20 anos.

Olhando mais para o sul e oeste do continente, onde se sobressai a Índia, a moderação do crescimento também é a tônica. O país cresceu 5%, em 2012, e deve recuar para 4,7% em 2013. No Oriente Médio, apenas os países exportadores de petróleo têm resultados expressivos. Já o país mais desenvolvido da Ásia, o Japão, embora tenha apresentado algum avanço nos

últimos anos, quando alcançou 1,9% de crescimento, em 2012, e 1,6%, em 2013, não mostra sinais de estar superando sua longa estagnação. Assim, toda a região deve recuar um pouco sua taxa de 6,1%, em 2012, para 6% em 2013.

No plano geopolítico, vêm crescendo as tensões na zona do Pacífico. Há uma intensa disputa pelo controle do mar, seus recursos e suas rotas, entre China, Coreia e Japão, que se soma às feridas históricas causadas pelo imperialismo nipônico. Esse clima é piorado pela pressão dos EUA em sua estratégia de cerco à China, da qual faz parte a ofensiva econômica da Parceria Transpacífica e o aumento da presença militar na região, bem como o apoio ao rearmamento japonês. Da mesma forma, o entorno da Índia está submetido à pressão militar da OTAN no Paquistão e Afeganistão. E o Oriente Médio repõe, cotidianamente, velhos e novos conflitos, da questão palestina à Primavera Árabe.

O retorno do crescimento na África

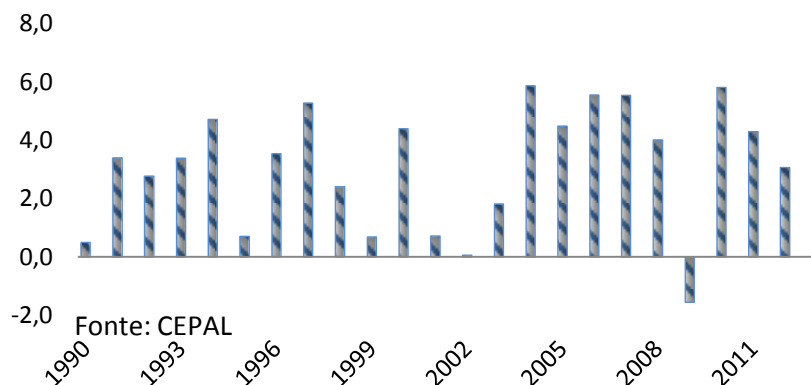
Possivelmente, uma das mais alvissareiras novidades deste século foi o retorno do desenvolvimento ao continente africano. Entre 2005 e 2013, a taxa de crescimento média foi de 4,7%, sobressaindo-se os países com maiores recursos naturais, que puxaram essa expansão e seguiram crescendo acima da média (6,6%) em 2013, como Angola (7,9%), Moçambique (7,4%), Nigéria (6,6%), República do Congo (7,2%) e Etiópia (6,9%). O continente, que por séculos foi pilhado e explorado, primeiro pelos árabes e depois pelos europeus, parece, pela primeira vez na história, começar a tirar algum proveito de suas relações com o resto do mundo.

A novidade dessa época é a participação de países do Sul nos investimentos e projetos que têm propiciado esses resultados. Embora o peso maior ainda seja das antigas multinacionais americano-europeias e seus projetos de exploração de recursos naturais, China, Índia, Rússia e o Brasil vêm se tornando parceiros no desenvolvimento da infraestrutura e de inovações tecnológicas necessárias ao crescimento das economias africanas. No período próximo, muito provavelmente o continente onde teve origem a raça humana será um espaço central de disputa entre a antiga lógica colonial imperialista do Norte e um novo tipo de vinculação que se projeta a partir das relações sul-sul. Embora de contornos ainda não bem definidos, os novos laços se constituem sugerindo um novo padrão de cooperação e desenvolvimento compartilhado.

América Latina: necessidade de correção de rumo

A América Latina foi, ao lado da África, a região mais negativamente afetada pela globalização. Conforme se vê no gráfico, dos anos 1990 até 2002, a instabilidade foi a característica. Entretanto, desde 2003, superada a onda de crises cambiais causada pela crônica fragilidade financeira externa anterior, as taxas de crescimento situaram-se em um patamar semelhante aos melhores anos do desenvolvimentismo na década de 1950. Se o choque da crise financeira internacional teve um efeito pesado em 2009, a recuperação foi impressionante já em 2010. Inobstante, um processo de desaceleração vem se conformando desde então.

Taxas de Crescimento do PIB da América Latina: 1990-2013



Esses resultados tiveram na mudança dos termos de troca em favor de minérios, cereais e outros bens produzidos por atividades primárias uma de suas causas. Mais importante, no entanto, foi o grande avanço social que se espalhou por todo o continente. Com raras exceções, a distribuição da renda melhorou significativamente no período, e, sem exceção, a pobreza foi bastante reduzida. O próprio crescimento e a ampliação do emprego que o acompanham contribuíram para essa melhora, mas a adoção de políticas sociais inclusivas e redistributivas fizeram a diferença em relação a outros momentos da história em que, diferentemente, o crescimento econômico esteve acompanhado da ampliação da desigualdade.

Alguns indicadores reforçam a percepção de esgotamento do padrão recente. O emprego está estagnado, ficando no nível de avanço zero em 2013; os salários vêm desacelerando seu crescimento, 2,7% em 2013 contra 5,4% em 2012 e os termos de troca caíram 2,3%, resultado de preços das *commodities* em baixa. Em razão disso, houve uma deterioração da conta corrente dos países da região que, no somatório de todos, piorou seu desempenho de US\$ 98 bilhões de déficit em 2012 para 141 bilhões de dólares em 2013. Assim como a Ásia, também a América Latina está em busca de um novo padrão de desenvolvimento.

A desaceleração parece mostrar os limites dessa experiência. A fração da demanda que puxou o crescimento foi o consumo, seja o doméstico, favorecido pela distribuição de renda, seja o mundial, provocado pelas necessidades de importação da Ásia, em especial a China. Nesta segunda década do século XXI, o aumento do consumo das camadas populares tende a ser cada vez mais incremental, na medida em que o nível de emprego bate em seu teto, e as políticas sociais completam sua universalização. Ao mesmo tempo, a desaceleração do crescimento chinês e o ingresso de novos ofertantes de recursos naturais no mercado mundial como a África tendem a reconduzir os termos de trocas para uma posição favorável aos produtos industrializados. De qualquer maneira, há uma inércia positiva do crescimento do emprego e da renda que se projeta para o futuro próximo. Muito possivelmente nos próximos anos, o continente deverá manter taxas de crescimento do PIB acima de 3%, como estima a CEPAL, na tabela a seguir.

América Latina y el Caribe				
Producto interno bruto total 2011-2014, tasas de variación (basadas en dólares a precios constantes de 2005)				
País	2011	2012	2013	2014
Argentina	8.9	1.9	4.5	2.6
Bolivia (Estado Plurinacional de)	5.2	5.2	6.4	5.5
Brasil	2.7	1.0	2.4	2.6
Chile	5.9	5.6	4.2	4.0
Colombia	6.6	4.2	4.0	4.5
Costa Rica	4.4	5.1	3.2	4.0
Cuba	2.8	3.0	3.0	3.0
Ecuador	7.8	5.1	3.8	4.5
El Salvador	2.2	1.9	1.7	2.6
Guatemala	4.2	3.0	3.4	3.5
Haití	5.6	2.8	4.0	4.5
Honduras	3.8	3.9	2.6	3.0
México	3.8	3.9	1.3	3.5
Nicaragua	5.4	5.2	4.6	5.0
Panamá	10.9	10.8	7.5	7.0
Paraguay	4.3	1.2	13.0	4.5
Perú	6.9	6.3	5.2	5.5
República Dominicana	4.5	3.9	3.0	5.0
Uruguay	6.5	3.9	4.5	3.5
Venezuela (República Bolivariana de)	4.2	5.6	1.2	1.0
América Latina	4.4	3.1	2.6	3.2

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de cifras oficiales

A Crise É Interminável e Seus Desafios Diferentes

Um antigo ditado fala que crises são também oportunidades. O Brasil e boa parte da América Latina viveram uma situação dessas nos anos 1930, sob efeito da Grande Depressão, quando deixaram para trás a sociedade rural e o modelo agrário-exportador herdado do período colonial para avançar no caminho da industrialização e da urbanização. A crise contemporânea é da mesma magnitude e, de igual forma, inspira muito engenho e arte para que se possam aproveitar os espaços, azos e chances que proporciona.

Um primeiro dado dessa conjuntura responde pela dispersão do desempenho econômico nas diversas regiões do planeta. Se a queda foi brusca e simultânea em 2009, na sequência parece que cada país vai retornando, paulatinamente, às tendências anteriores: a estagnação na Europa e no Japão, o baixo crescimento dos EUA, a superação das décadas perdidas de 80 e 90 na América Latina, a expansão acelerada da Ásia e da África. Essa aparente retomada do curso seguido desde o começo deste século, entretanto, não pode elidir a necessidade de mudanças qualitativas necessárias a sua continuidade.

A China elaborou seu último Plano Quinquenal sob a égide da mudança no padrão de crescimento. O modelo exportador está gradualmente sendo substituído por um modelo voltado para o mercado interno. Nesse sentido, a demanda agregada está tendo seu perfil modificado através da redução da poupança e do investimento e da elevação do consumo, o que deve

conduzir a uma nova situação em que o patamar de crescimento deverá ser ajustado para algo em torno dos 7 a 8%. Nesse novo padrão de desenvolvimento, o processo de integração regional deve alcançar novo impulso, na medida em que a introversão das economias do leste asiático tende a reforçar o processo histórico de realocização da atividade econômica intrarregional, intensificando o comércio e o investimento intrazona. E, também, a internacionalização do investimento asiático em busca de matérias-primas, alimentos e energia deverá se ampliar, o que vai manter e talvez aumentar a geração de estímulos tanto na África como na América Latina.

Do outro lado do Pacífico, a América Latina, que experimentou, na primeira década do século XXI, um modo de desenvolvimento impulsionado pelo consumo decorrente da melhoria na distribuição da renda e da redução da pobreza, também experimenta uma necessidade de redirecionamento de sua modalidade de crescimento. Diferentemente da Ásia, aqui é o consumo que deve ceder espaço ao investimento. Para que os índices de crescimento retornem a patamares elevados, é preciso uma mudança de rumo, pois os dois mais importantes fatores de expansão do período recente estão esgotados. Tanto as exportações de produtos primários, minerais e agropecuários, quanto a ampliação do consumo popular perderam sua capacidade dinâmica, seja pela redução dos ganhos nos termos de troca para os primeiros, seja pela redução dos incrementos de renda das classes populares. Os ganhos de produtividade deverão ser os responsáveis pela evolução do produto e da renda no próximo período.

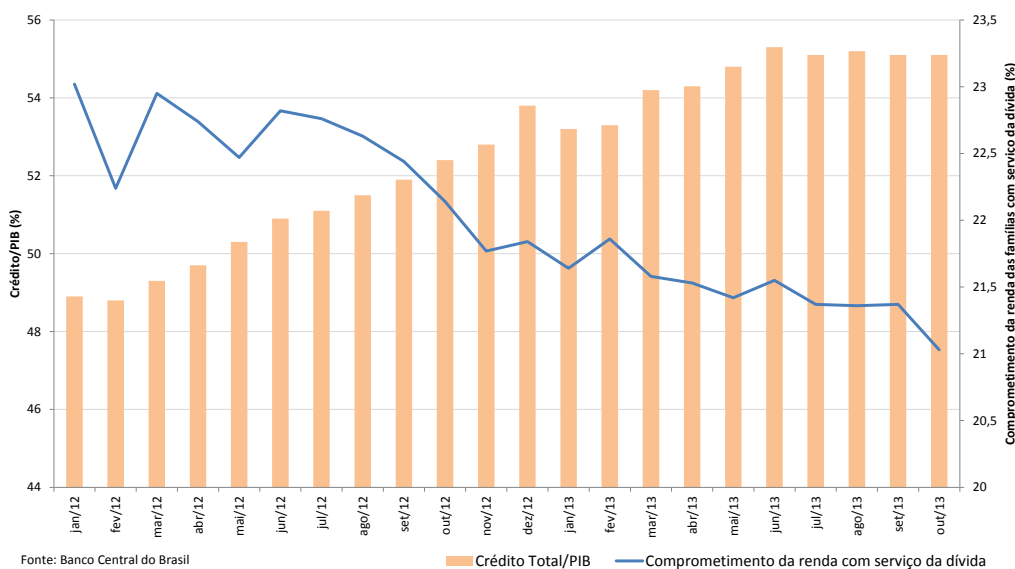
Se o Sul apresenta um horizonte de possibilidades otimista, a situação do Norte é bem mais sombria. Preso entre duas armadilhas, de um lado o desemprego e a perda de renda da maioria da população e, de outro, o inchaço do capital financeiro e do endividamento público e privado impedem, tanto uma retomada do consumo como uma perspectiva positiva para o investimento. O futuro próximo das economias desenvolvidas é de continuidade da crise e da estagnação. Mesmo onde estímulos do tipo keynesiano estão sendo implementados, como nos EUA ou no Japão, seu alcance tem se mostrado muito restrito. Sem uma desvalorização dos ativos inflados pelas sucessivas ondas especulativas das últimas décadas e sem uma difusão generalizada dos ganhos de produtividade que as inovações tecnológicas possibilitam, as duas dando uma nova perspectiva de lucratividade para o investimento produtivo, este continuará ocorrendo apenas nas zonas de expansão do sistema internacional: Ásia, África e América Latina.

ECONOMIA BRASILEIRA

A TRANSIÇÃO BRASILEIRA PARA UM NOVO MODELO DE CRESCIMENTO

A dinâmica do PIB brasileiro em 2013, que alternou períodos de crescimento e queda, trouxe novamente à tona o debate sobre o esgotamento do modelo de crescimento que vigorou entre 2004-2010. Ao mesmo tempo, reforçou a necessidade de consolidação de um novo modelo que permita a sustentação do crescimento econômico em ritmo mais elevado. A retomada do crescimento na última década, após mais de duas décadas de crescimento baixo, induziu uma série de transformações na economia brasileira, com destaque para o crescimento do emprego e a melhora na distribuição de renda e no padrão de vida dos extratos da população de menor renda. Porém, o modelo de crescimento que permitiu esses avanços também respondeu a condições conjunturais internas e externas específicas. Nesse aspecto, pelo menos três pilares do modelo anterior não estão mais presentes na conjuntura atual: o crescimento do consumo via crédito encontra limites no endividamento das famílias, deixando de ser um fator de dinamismo e propulsão do crescimento econômico e do investimento privado; a perspectiva de redução na liquidez mundial traz incertezas aos mercados financeiros, limitando o papel da taxa de câmbio como âncora para os preços; a queda dos preços das *commodities* aumenta o déficit em transações correntes e eleva o risco de desequilíbrio externo e choque cambial.

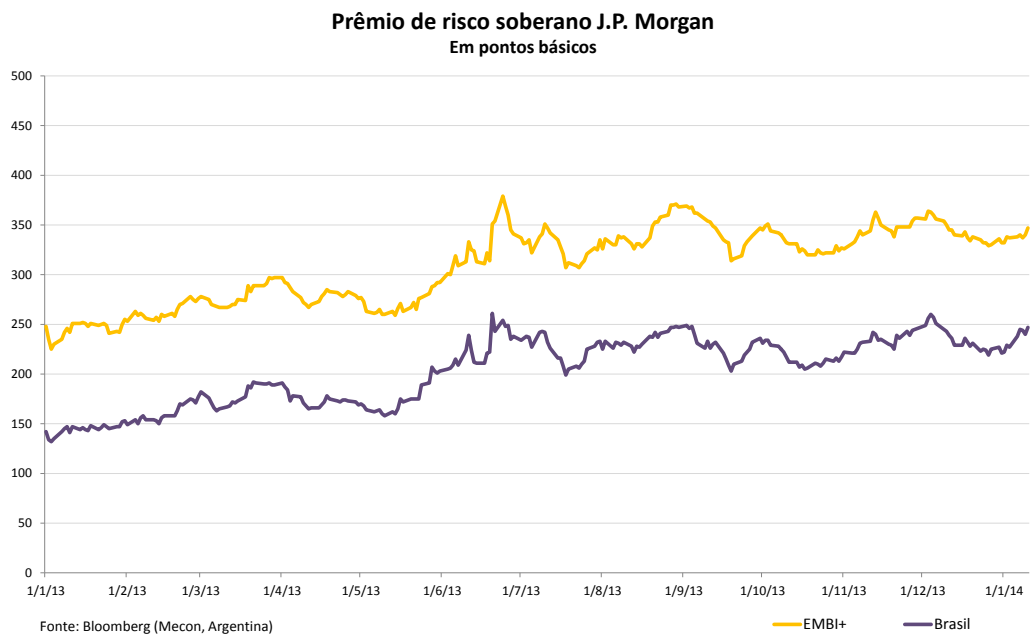
Relação crédito/PIB e comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida



O nível de crédito como proporção do PIB brasileiro avançou, de uma taxa inferior a 30% no início dos anos 2000, para cerca de 45% no final da década. Esse movimento representou um processo de normalização do crédito na economia brasileira, tendo em vista os padrões internacionais, e, ao lado do crescimento do emprego e da renda, alavancou o crescimento do consumo e da demanda interna – especialmente de bens de consumo duráveis –, motores da expansão observada no período. Desde 2012, porém, há uma desaceleração na taxa de crescimento do crédito e, em 2013, o volume total de crédito estabilizou-se em 55% do PIB

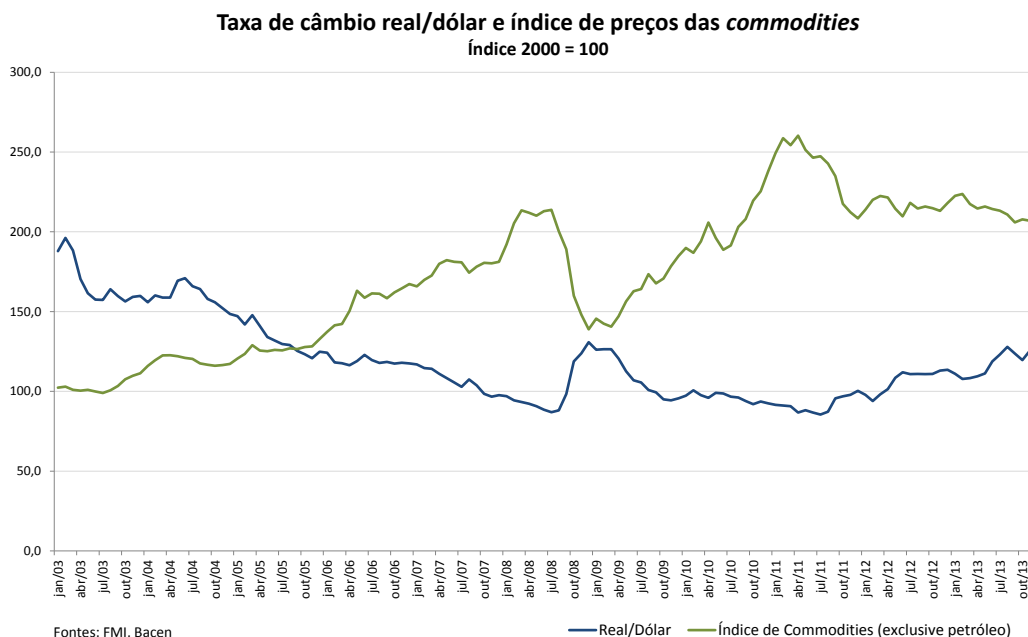
(gráfico acima). Ao mesmo tempo, observa-se um processo de desalavancagem no endividamento das famílias e de redução da parcela da renda comprometida com o serviço da dívida, que chegou a 23% em meados de 2012 e, atualmente, se encontra em 21%. Tanto a redução do ritmo de expansão do crédito, quanto a menor capacidade de endividamento das famílias, contribuiram, em 2013, para uma desaceleração do ritmo de crescimento do consumo doméstico. Nos próximos anos, a expansão do crédito e do consumo continuará a ter um papel importante no crescimento da demanda interna. Porém, o seu potencial de estímulo ao crescimento é menor, se comparado com a expansão da última década.

Em 2013, também ocorreram alterações importantes no âmbito externo, que implicaram na redução dos fluxos de capitais para a economia brasileira. A principal mudança foi a sinalização, no primeiro semestre do ano, de que estaria próximo o início do processo de redução da expansão monetária na economia americana (o *quantitative easing*). A possibilidade de alteração na política monetária nos EUA provocou uma realocação nos portfólios mundiais nos meses seguintes, com o aumento da percepção de risco e a consequente redução dos fluxos de capitais para os países emergentes (gráfico Prêmio de Risco Soberano J.P. Morgan). As moedas dos países emergentes em geral se desvalorizaram e exibiram intensa volatilidade no segundo semestre do ano, especialmente as dos países exportadores de *commodities*. Nesse contexto, o comportamento da moeda brasileira não foi exceção.



Por fim, a realocação dos portfólios mundiais, em conjunto com a desaceleração das taxas de crescimento da economia global e, principalmente, da economia chinesa, induziu a queda dos preços das *commodities* (gráfico Taxa de Câmbio Real/Dólar e Índice de Preços das *Commodities*). Esse movimento resultou na piora dos termos de troca da economia brasileira e, consequentemente, na intensificação das tendências de queda do superávit comercial e de aumento do déficit em transações correntes. Como resultado, a tendência de desvalorização da moeda brasileira foi ampliada: de um lado, a queda dos preços das *commodities* provocou a redução da oferta de moeda estrangeira proveniente das receitas com o comércio externo, e, de

outro, reforçou o movimento de saída de capitais, tendo em vista a expectativa de redução na oferta de moeda estrangeira e o risco de maiores desvalorizações cambiais no futuro.

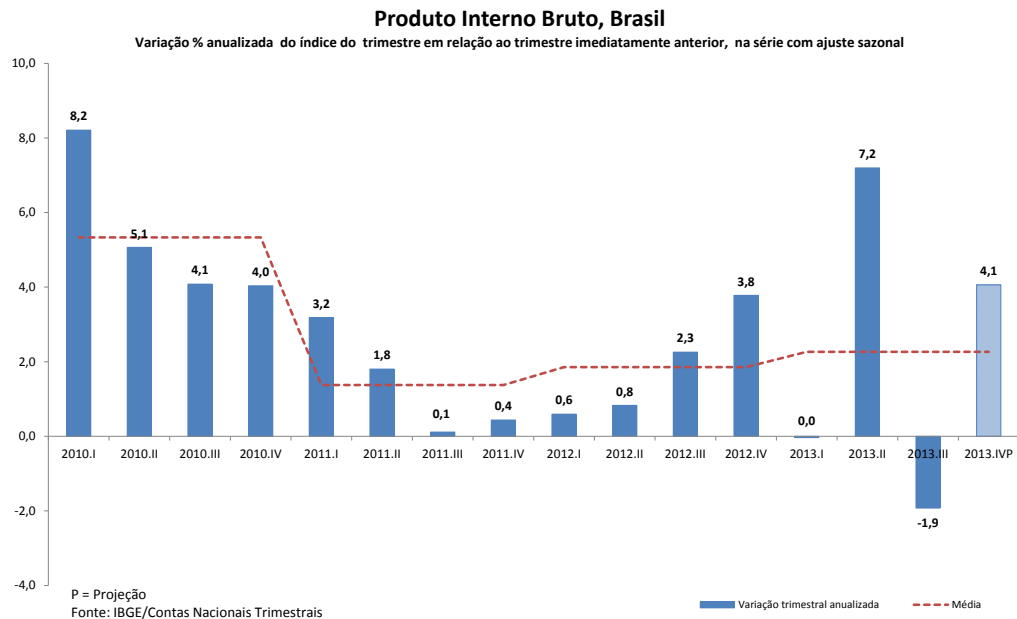


Há, portanto, uma mudança significativa no cenário externo em relação ao que vigorou na última década. No modelo de crescimento anterior, foi possível complementar a oferta doméstica com a expansão das importações, sem que isso implicasse em desequilíbrios insustentáveis nas transações correntes, e ao mesmo tempo amenizar as pressões inflacionárias decorrentes do crescimento da renda e do emprego com a apreciação cambial. No cenário atual, observa-se o aumento do déficit externo – mesmo com um crescimento reduzido da demanda doméstica e das importações –, maiores dificuldades para o financiamento desse déficit e a perspectiva de depreciação cambial.

Em suma, os acontecimentos de 2013 evidenciaram o esgotamento do modelo de crescimento puxado pelo crédito e pelo consumo doméstico e equilibrado pela apreciação cambial, pela ampliação da parcela da demanda interna atendida por importações e pelo crescimento das receitas com as exportações de *commodities*. A necessidade de transição para um novo modelo de crescimento, porém, não é uma preocupação recente. Esta já estava presente em 2011, quando ficou claro que a crise internacional se estenderia por mais alguns anos. Naquele período, o Governo buscou produzir uma depreciação cambial não inflacionária (isto é, combinada com medidas fiscais e monetárias de contenção da demanda). O objetivo central era aumentar o grau de proteção à indústria, tendo em vista a perda de competitividade acumulada ao longo dos anos, devido à apreciação cambial, e o acirramento da competição mundial pelos mercados consumidores.

Mas as medidas de contenção da demanda, acrescidas do agravamento da crise internacional, provocaram uma desaceleração acentuada no ritmo de crescimento da economia em 2011 (gráfico abaixo). Em resposta a essa desaceleração, o Governo retomou os incentivos ao consumo, dando reforço também às medidas de estímulo ao investimento e à recuperação da competitividade – entre as quais se destaca o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e o

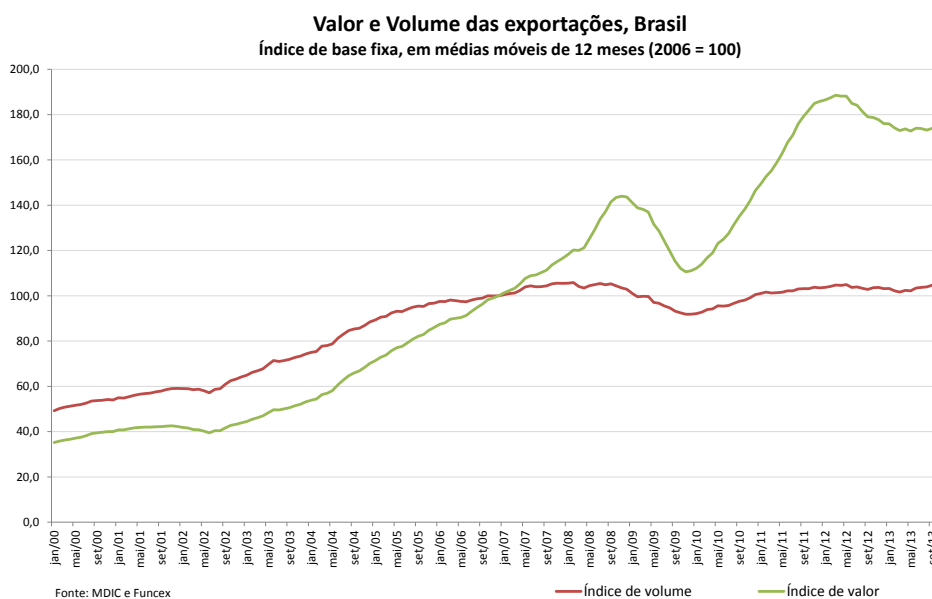
crédito a custos baixos do BNDES, a redução do preço da energia elétrica, a redução de impostos sobre a folha de salários e as concessões para os investimentos privados em infraestrutura. Buscava-se, com isso, sustentar o consumo e o crescimento econômico no curto prazo e, ao mesmo tempo, conduzir a transição para um novo modelo de crescimento no médio prazo, esse voltado à ampliação dos investimentos e da produtividade. Nesse contexto, a nova matriz macroeconômica, caracterizada pela combinação de juros baixos e câmbio competitivo, teria um papel central, seja na recuperação da competitividade externa da indústria, seja no estímulo aos investimentos para a ampliação da capacidade produtiva e ampliação da produtividade.



Reconhece-se, porém, que resposta da economia à nova matriz macroeconômica tem sido lenta. Ao longo de 2012, o consumo cresceu moderadamente, mas esse crescimento foi, em sua maioria, atendido pela redução de estoques e pelas importações. Ou seja, o crescimento do consumo não foi suficiente para sustentar uma retomada do crescimento da produção. Por outro lado, os investimentos também ficaram estagnados, dado que havia capacidade ociosa, gerada no ciclo de investimentos de 2010, ainda a ocupar ao longo de 2012. Apesar da aceleração do ritmo de expansão a partir do segundo semestre, a taxa média de crescimento do PIB, em 2012, foi de apenas 1,0%. Por outro lado, a retomada lenta do crescimento e o cenário internacional adverso trouxeram à tona elementos de desgaste do modelo anterior, que até então estavam submersos. Nesse contexto, a piora de alguns fundamentos macroeconômicos no curto prazo – como as contas externas, as contas públicas e a inflação – tem colocado em xeque o novo modelo de crescimento. É necessário ter-se em conta, no entanto, que o período é de transição: os reflexos das transformações em curso na competitividade e na dinâmica da produtividade ficarão claros em médio e longo prazo.

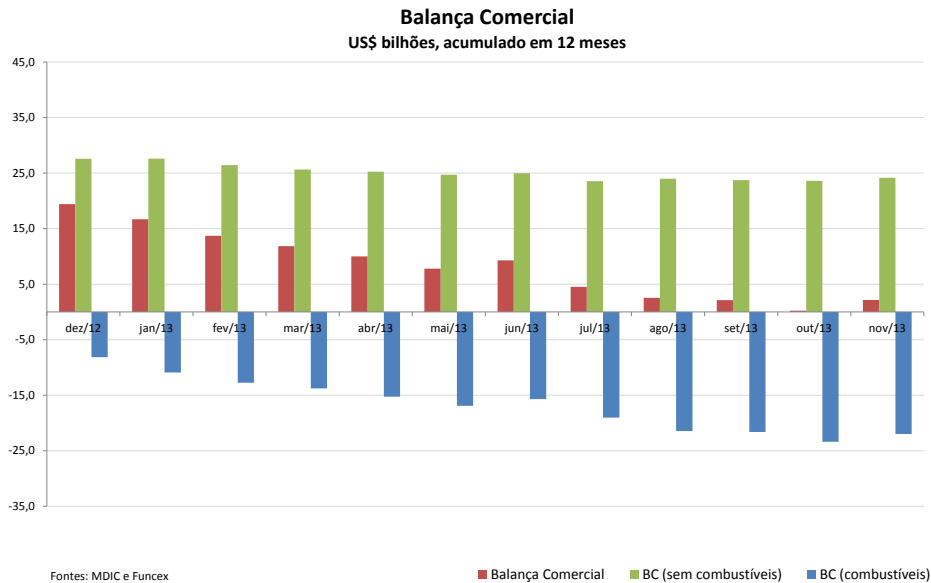
O saldo da balança comercial está entre os fundamentos macroeconômicos que registraram piora em 2013. A esse respeito, cabe notar que o volume de exportações tem oscilado em torno do mesmo nível desde 2007, e assim continua em 2013. Porém, até 2012 ainda havia crescimento das receitas em dólares, devido à elevação dos preços no mercado internacional. Em 2013, os preços das exportações caíram, o que reduziu o saldo comercial e

ampliou o déficit em transações correntes para US\$ 81,1 bilhões nos doze meses encerrados em novembro de 2013, ou 3,66% do PIB. Como agravante, a balança do petróleo apresentou piora considerável, por questões pontuais ligadas à produção da PETROBRAS e ao registro atrasado de importações. De um lado, a estagnação do volume exportado reflete a perda de competitividade acumulada na última década, que resultou, entre outros fatores, da apreciação cambial e da elevação de uma série de custos, entre eles o da mão de obra. A reversão dessa tendência não é instantânea, ainda que a desvalorização cambial e as medidas voltadas à recuperação da competitividade estejam na direção correta. De outro lado, percebe-se que a queda do superávit comercial em 2013 seria menos intensa, não fosse o comportamento conjuntural adverso da conta petróleo.



Excluindo-se os combustíveis, o saldo comercial se reduziria de US\$ 29,1 bilhões, nos doze meses encerrados em novembro de 2012, para US\$ 24,1 bilhões em 2013. Incluindo o déficit nos combustíveis, a redução foi de US\$ 21,0 bilhões em novembro de 2012 para US\$ 2,2 bilhões em 2013 (gráfico abaixo). É esperado um aumento do saldo comercial em 2014, em reflexo da normalização da produção da PETROBRAS.

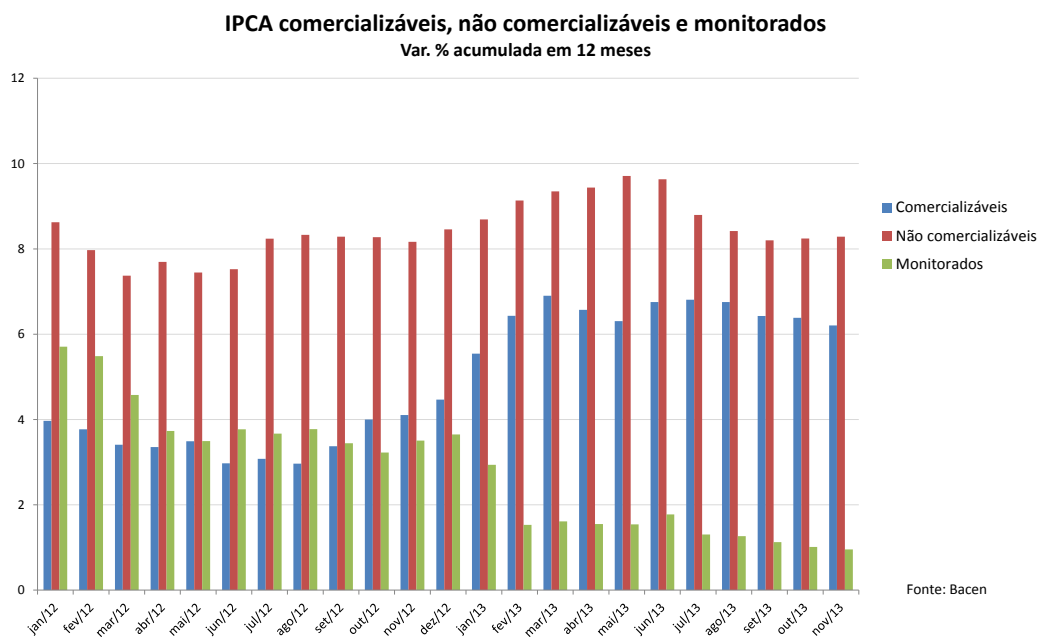
MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014



Da mesma forma, a redução do superávit primário como proporção do PIB ao longo do ano decorreu menos de uma mudança na dinâmica dos gastos do que de uma redução nas receitas. Isso mostra que o custo-benefício dos estímulos fiscais ao consumo já não compensa: estes não têm gerado crescimento suficiente para contrapor a renúncia das receitas. Por outro lado, mesmo com o menor crescimento do PIB e o menor superávit primário, a relação Dívida pública/PIB ainda assim se reduziu, de 35,3% em dezembro de 2012, para 33,9% em novembro de 2013. É verdade que houve um aumento da relação Dívida bruta/PIB, devido ao aumento das concessões de crédito dos bancos públicos. Note-se, porém, que o aumento de dívida bruta tem como contrapartida a elevação de ativos do governo em empréstimos ao setor privado, e que a inadimplência nesses empréstimos é menor do que naqueles concedidos pelas instituições financeiras privadas. Ademais, a situação fiscal brasileira não embute riscos, podendo inclusive ser considerada confortável, se comparada à situação de muitos países desenvolvidos. Por fim, em um cenário de crescimento moderado do PIB e das receitas fiscais, é impossível conciliar aumento dos investimentos, necessários para a aceleração do crescimento no longo prazo, com a continuidade das políticas sociais, sem que isso implique em alguma redução no superávit primário. Com a consolidação da trajetória de recuperação do PIB, e a recomposição das receitas fiscais, é esperado que o superávit primário também volte a crescer como proporção do PIB.

A inflação também tem sido frequentemente apontada como um exemplo de retrocesso na condução da política econômica. De um lado, deve se considerar que o IPCA, de 5,9% em 2013, ficou muito próximo da média observada na última década. Desde o início do Sistema de Metas de Inflação, em 1999, a variação dos preços tem sido, em média, de 6,5% ao ano. Por outro lado, em 2013 também houve uma mudança importante na dinâmica da formação de preços. Devido à mudança no cenário externo, a taxa de câmbio deixou de ser um contrapeso no controle dos preços, o que tem tornado a inflação mais resistente à queda. Desde meados da última década, a inflação dos bens não comercializáveis (serviços) tem se mantido persistentemente acima da meta – acima de 8,0% ao ano –, movimento que resulta de uma mudança estrutural no setor, associada à redução do desemprego e à elevação da renda. Até 2012, a inflação mais elevada dos serviços era compensada pelo ritmo mais baixo de crescimento dos preços dos bens comercializáveis, que tendem a acompanhar a dinâmica cambial e dos

preços internacionais, e registravam aumentos inferiores a 4,0%, devido ao câmbio apreciado. Com a desvalorização cambial de 2013, porém, a elevação dos preços dos bens comercializáveis também passou a superar a meta (gráfico a seguir). Ao longo de 2013, a inflação manteve-se dentro da meta devido ao menor crescimento dos bens monitorados. Nesse contexto, a manutenção da inflação na meta em 2014 irá depender de um menor ritmo de aumento dos preços dos serviços, decorrente de uma acomodação no mercado de trabalho, e de neutralidade nos reajustes dos comercializáveis e monitorados.



Finalmente, os dados do PIB de 2013 não mostram uma economia estagnada ou em recessão. O que se observa é muita volatilidade na comparação trimestral (trimestre contra trimestre imediatamente anterior). Esta pode ser atribuída, entre outras razões, ao comportamento atípico da produção de petróleo e da agricultura no primeiro semestre de 2013. Ademais, toda comparação trimestral, mesmo que ajustada sazonalmente, está sujeita a uma maior oscilação, devido aos ciclos de estoque. A queda de 0,5% do PIB no terceiro trimestre se insere também nesse contexto, uma vez que sucedeu um crescimento de 1,8% no trimestre anterior (o que equivale a uma expansão anualizada de 7,2%). No acumulado do ano de 2013, o crescimento é de 2,4%, e no acumulado em quatro trimestres a taxa tem aumentado, de 0,9% no terceiro trimestre de 2012, para 2,3% no terceiro trimestre. Ainda que não possa ser considerado um ritmo de crescimento elevado, essa expansão tem sido suficiente para manter o nível de emprego em patamares historicamente baixos. A boa notícia é que, em 2013, os investimentos mostraram recuperação ao longo do ano, com crescimento de 6,5% no acumulado do ano até o terceiro trimestre (tabela a seguir). Essa recuperação pode ser explicada pela ocupação da capacidade instalada gerada no ciclo de investimentos de 2010, pelas medidas do governo para a sua ampliação, incluindo as concessões em infraestrutura, e pela retomada das compras de veículos pesados.

Produto Interno Bruto e componentes da demanda agregada, Brasil

Var. % em relação ao mesmo período do ano anterior

	2012	1º trim./13	2º trim./13	3º trim./13
PIB	1,0	1,8	3,3	2,2
Consumo das Famílias	3,2	2,3	2,6	2,3
Consumo da Adm Pública	3,3	2,4	0,8	2,3
Formação Bruta de Capital Fixo	-4,0	3,2	9,1	7,3
Exportações	0,5	-5,7	6,3	3,1
Importações	0,2	7,5	7,7	13,7

Fonte: IBGE/CNT

A retomada dos investimentos indica que, aos poucos, a economia brasileira começa a ingressar em um novo modelo de crescimento. As perspectivas para 2014 são de continuidade do crescimento, em um ritmo entre 2,5% e 3,0%, tendo em vista alguns vetores de expansão, como as concessões e os investimentos em infraestrutura, a Copa do Mundo, os investimentos e a produção da indústria de petróleo e gás. Também há a possibilidade de que o câmbio mais desvalorizado se reflita em maior crescimento da produção – mais pela substituição de importações pela produção doméstica, do que pelo aumento de exportações, visto que a demanda mundial tende a continuar deprimida. Se o efeito câmbio se somar aos vetores de expansão expostos acima, o crescimento poderá superar 3,0%. Fica claro, por outro lado, que a sustentação de um ritmo de crescimento superior ao observado nos últimos anos não será alcançada com mais estímulos ao consumo, em um retorno ao modelo anterior, ou com a redução dos financiamentos dos bancos públicos e do papel do Estado no estímulo aos investimentos. A aceleração do crescimento depende, cada vez mais, do aumento da produtividade. E esta, por sua vez, depende da continuidade do crescimento dos investimentos privados, da ampliação e melhora na qualidade do ensino e da pesquisa, e de uma infraestrutura que acompanhe e contribua para a continuidade do desenvolvimento econômico e social.

ECONOMIA GAÚCHA

O DESEMPENHO EM 2013

O ano de 2013 começou com expectativas bastante positivas para a economia do Rio Grande do Sul. Após um 2012 de quebra de safra em função de uma estiagem durante o verão, a recuperação da produção agrícola de 2013 foi a base sobre a qual o desempenho econômico do Estado se assentou durante o ano. A história da economia gaúcha indica que, em ano de recuperação da agricultura, o PIB gaúcho tem grande probabilidade de crescer acima da média brasileira. E foi o que aconteceu. Mas o bom desempenho não foi limitado apenas à Agropecuária e seu raio de influência (agroindústria e serviços relacionados). A Indústria de transformação gaúcha mostrou forte crescimento ao longo de 2013, principalmente em atividades não ligadas especificamente ao agronegócio. E os Serviços cresceram acima da média nacional, apoiados no Comércio e nos Transportes.

Nos primeiros três trimestres de 2013, quando comparado com igual período do ano anterior, o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 6,6%. E na comparação dos últimos quatro trimestres com os quatro trimestres imediatamente anteriores, o crescimento foi de 4,9% (tabela Taxas de crescimento do PIB, dos impostos, do VAB total e do VAB dos setores de atividade). Nas duas bases de comparação, o principal destaque foi a Agropecuária. Até setembro, a atividade cresceu 48,0%. Em 2013, os agricultores gaúchos aumentaram a área plantada de grãos. Cresceram as áreas de arroz, fumo, soja e trigo (tabela Área planta e quantidade produzida dos principais produtos agrícolas do Rio Grande do Sul). Entre as principais culturas, somente a de milho reduziu a área plantada. O aumento da área concentrou-se, no entanto, na soja. Foram 450 mil hectares a mais em 2013, parte sobre áreas antes destinadas ao milho, parte (maior) sobre áreas da pecuária localizadas mais ao sul. A produtividade, que havia sido afetada negativamente em 2012 por causa da estiagem, recuperou-se em 2013. Como resultado, a quantidade produzida cresceu significativamente. A produção de soja saltou 114,6%, alcançando a maior safra da história, com 12,76 milhões de toneladas. A de arroz cresceu 5,3%, a de fumo, 8,6%, a de milho, 69,6%, e a de trigo, 79,6%. No geral, o crescimento da renda agrícola acompanhou o aumento da produção física, uma vez que os preços recebidos pelos produtores permaneceram elevados.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Taxas de crescimento do PIB, dos impostos, do VAB total e do VAB dos setores de atividade, RS, 3º trimestre de 2013

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Set 2013/ Jan-Set 2012	Últimos quatro trimestres / Quatro trimestres anteriores
PIB	6,6	4,9
Impostos	4,6	3,2
VAB	6,9	5,2
Agropecuária	48,0	39,1
Indústria	2,9	0,9
Transformação	3,4	0,9
Construção civil	2,7	0,9
Demais indústrias	0,5	1,0
Serviços	3,1	2,7
Comércio	3,4	3,0
Transportes	6,3	4,8
Aluguéis	2,4	2,3
Administração pública	2,7	2,9
Demais Serviços	2,7	2,4

Fonte: FEE/CIE/Núcleo de Contas Regionais

A Indústria cresceu, no acumulado do ano até setembro, 2,9%. A Construção civil manteve seu dinamismo de outros anos e expandiu-se 2,7% em 2013. As Demais indústrias cresceram menos, 0,5%. A Indústria de transformação foi a atividade que se sobressaiu, com crescimento de 3,4% até setembro. Analisando os dados do IBGE até novembro, destacaram-se positivamente cinco atividades (tabela Taxas de crescimento das atividades da indústria de transformação). A de Bebidas cresceu 10,1%, com impulso no aumento da produção de suco de uva. A atividade de Refino de petróleo apresentou aumento de 31,8% até o penúltimo mês do ano. A maior demanda por combustíveis no Rio Grande do Sul (ver tabela Taxas de crescimento do volume de vendas de atividades comerciais no Rio Grande do Sul e Brasil) e a expansão das exportações de derivados (ver tabela Exportações, segundo as principais atividades, do Rio Grande do Sul) explica o desempenho da atividade. A atividade de Veículos automotores cresceu 20,1%. Para tanto, foram decisivos três fatores: entrada em operação da ampliação da fábrica da GM em Gravataí, com a fabricação de três modelos de automóveis; aumento da produção nacional de veículos, com impacto direto sobre a atividade de autopeças do Estado; e aumento expressivo das exportações de carros para a Argentina. Estimulada pelo bom desempenho dos Veículos, a atividade de Borracha e plástico também cresceu, 10,9%. Finalmente, a atividade de Máquinas e equipamentos apresentou aumento de 8,6%. Foi impulsionada pelo crescimento das vendas internas de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras) e pela maior demanda por equipamentos ligados ao Polo Naval de Rio Grande.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Área planta e quantidade produzida dos principais produtos agrícolas do Rio Grande do Sul, 2012-13

PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (t)		
	2.012	2.013	VAR.(%)	2012	2013	VAR.(%)
Abacaxi	551	400	-27,4	5.232	3.823	-26,9
Alho	2.542	2.383	-6,3	17.488	18.268	4,5
Amendoim	3.607	3.335	-7,5	4.931	5.467	10,9
Arroz	1.042.560	1.085.483	4,1	7.692.223	8.097.870	5,3
Aveia	117.501	152.789	30,0	218.754	384.735	75,9
Banana	12.440	12.462	0,2	110.558	122.934	11,2
Batata - inglesa	19.732	19.000	-3,7	359.001	357.643	-0,4
Cana-de-açúcar	33.105	28.556	-13,7	981.594	1.130.242	15,1
Cebola	10.622	9.963	-6,2	207.089	159.735	-22,9
Centeio	1.477	1.518	2,8	2.226	2.441	9,7
Cevada	46.222	39.637	-14,2	87.410	129.530	48,2
Feijão	81.812	72.282	-11,6	85.561	94.381	10,3
Fumo	202.731	203.823	0,5	396.861	430.903	8,6
Girassol	3.331	2.939	-11,8	5.143	4.521	-12,1
Laranja	30.209	28.998	-4,0	361.297	390.433	8,1
Maçã	17.872	18.076	1,1	620.841	642.989	3,6
Mandioca	88.482	74.036	-16,3	1.191.202	1.165.966	-2,1
Milho	1.119.220	1.013.288	-9,5	3.155.061	5.349.956	69,6
Soja	4.269.247	4.727.833	10,7	5.945.243	12.756.577	114,6
Sorgo	17.857	17.944	0,5	35.612	53.150	49,2
Tomate	2.323	2.304	-0,8	107.585	112.197	4,3
Trigo	989.534	1.059.232	7,0	1.866.254	3.351.655	79,6
Triticale	6.057	4.884	-19,4	11.628	13.187	13,4
Uva	51.182	51.450	0,5	840.251	808.267	-3,8

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Negativamente, também cinco atividades foram marcantes. A atividade de Alimentos caiu 1,4%. O aumento das exportações de produtos agrícolas não industrializados em detrimento dos industrializados¹ freou o crescimento da atividade de modo geral. A indústria do fumo recuou 5,7%, com exportações em alta, mas redução no consumo interno. A atividade de Calçados caiu 4,0%, em linha com o desempenho das exportações, que recuaram 0,5% em volume em 2013. Químicos caiu 1,1%, com redução da demanda doméstica, uma vez que as exportações cresceram 14,0%. Por último, a atividade de Mobiliário apresentou queda de 0,9%, explicada pelo fim parcial dos incentivos tributários.

¹ Exemplo desse fato ocorreu com a soja. Enquanto as exportações de soja em grão cresceram, em volume, 119,5% em 2013, as de óleo de soja caíram 9,1% (ver tabela Exportações, segundo as principais atividades, do Rio Grande do Sul).

Taxas de crescimento das atividades da indústria de transformação, no Rio Grande do Sul e Brasil, jan-nov 2013/jan-nov 2012

	(%)	
ATIVIDADES	RS	BRASIL
Alimentos	-1,4	-0,3
Bebidas	10,1	-3,8
Fumo	-5,7	-7,6
Calçados e artigos de couro	-4,0	6,9
Celulose, papel e produtos de papel	-4,8	-0,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	-5,5	-10,2
Refino de petróleo e álcool	31,8	7,7
Outros produtos químicos	-1,1	1,6
Borracha e plástico	10,9	2,3
Metalurgia básica	-2,5	-2,2
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	2,4	-0,1
Máquinas e equipamentos	8,6	6,6
Veículos automotores	20,1	9,0
Mobiliário	-0,9	2,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal Regional

Vale a pena destacar o fato de que as atividades industriais ligadas à Agropecuária tiveram desempenhos ruins em 2013, mesmo com a recuperação da produção primária. Tanto Alimentos quanto Fumo foram atividades com quedas no ano. Por outro lado, atividades do setor metal-mecânico cresceram bem acima da média da indústria de transformação. Tanto em Máquinas e Equipamentos quanto em Veículos automotores, os aumentos estiveram associados a investimentos recentes feitos no Estado.

Os Serviços cresceram 3,1% até setembro de 2013 (tabela Taxas de crescimento do PIB, dos impostos, do VAB total e do VAB dos setores de atividade). A atividade de Transportes apresentou aumento de 6,3%, ajudada pelos desempenhos positivos da agricultura e da indústria. Aluguéis cresceu 2,4%, e a Administração pública e os Demais serviços cresceram 2,7%. O Comércio expandiu-se 3,4%. Alguns ramos se sobressaíram. As vendas estaduais de Combustíveis, Roupas e calçados, Móveis, Equipamentos de informática, Veículos e Material de construção apresentaram desempenhos superiores à média nacional. Para o crescimento maior do Comércio no Estado (ver tabela Taxas de crescimento do PIB, dos impostos, do VAB total e do VAB dos setores de atividade em períodos selecionados) contribuíram fatores ligados ao mercado de trabalho e ao crédito. Ao longo de 2013, tanto o emprego formal quanto o total cresceram mais no Estado, do mesmo modo que a massa de rendimentos². Também o crédito expandiu-se mais no Rio Grande do Sul, sendo acompanhado por um nível menor de inadimplência (tabela Variação de indicadores do mercado de trabalho e do crédito no Rio Grande do Sul e Brasil).

² A massa de rendimentos reais é dada pela multiplicação do número de ocupados pelo rendimento médio, descontada a inflação.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Taxas de crescimento do volume de vendas de atividades comerciais no Rio Grande do Sul e Brasil, 2013

ATIVIDADES	RS		BRASIL	
Combustíveis e lubrificantes	9,4	6,3		
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,2	1,9		
Hipermercados e supermercados	0,1	1,8		
Tecidos, vestuário e calçados	9,2	3,4		
Móveis e eletrodomésticos	6,3	5,8		
Móveis	7,9	-0,7		
Eletrodomésticos	5,6	9,3		
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,0	9,9		
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,3	2,5		
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	9,5	6,9		
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,2	10,3		
Veículos, motocicletas, partes e peças	7,8	1,5		
Material de construção	14,4	7,0		

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio - PMC

Historicamente, as exportações possuem papel relevante na explicação do desempenho da economia gaúcha. Em 2013, as vendas externas contribuíram positivamente para a Agropecuária e para a Indústria. As exportações totais atingiram o valor de US\$ 25,1 bilhões, alta de 16,8% no volume e de 44,3% no valor. Com esse resultado, o Rio Grande do Sul alcançou a terceira colocação entre os maiores estados exportadores, ficando atrás somente de São Paulo e Minas Gerais. Dois produtos se destacaram: soja em grão, com vendas externas de US\$ 4,2 bilhões e alta de 119,5% no volume, e plataformas de exploração de petróleo, com valor de US\$ 4,8 bilhões. Os demais produtos cresceram US\$ 685,0 milhões. Também merecem menção os crescimentos das exportações de químicos, automóveis e derivados de petróleo. A China manteve a primeira colocação entre os países compradores do Estado, com participação de 18,1%.

Varição de indicadores do mercado de trabalho e do crédito no Rio Grande do Sul e Brasil, 2013

VARIÁVEIS	RS		BRASIL	
Criação de emprego formal (1)	3,5	2,6		
Nível de ocupação - PED (2)	0,7	0,7		
Massa de rendimentos reais (2)	3,3	2,7		
Saldo de crédito pessoa física (3)	18,0	16,5		
Inadimplência pessoa física (4)	3,2	5,1		

Fonte: Caged, PED, Bacen

(1) 12 meses terminados em nov/2013

(2) 12 meses terminados em out/2013

(3) Taxa acumulada em 10 meses até out/2013

(4) Média de 10 meses até out/2013

O desempenho positivo da economia teve reflexos no mercado de trabalho. Nos 12 meses terminados em novembro de 2013, o Rio Grande do Sul criou 90.488 postos de trabalho (tabela Criação de empregos formais no Rio Grande do Sul e Brasil). Em relação ao saldo de 2012, representou um incremento de 9,6%, enquanto que no Brasil o saldo de 2013 foi 20,6%

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

inferior ao do ano anterior. Setorialmente, os maiores avanços no saldo de emprego ocorreram nos Serviços, no Comércio, na Construção civil e na Indústria de transformação (tabela Criação de emprego formal no Rio Grande do Sul, total e por atividades).

Exportações, segundo as principais atividades, do Rio Grande do Sul — 2012-13

ATIVIDADES	2012	2013	VARIACÃO (%)		
	Valor (US\$ 1 000)	Valor (US\$ 1 000)	Valor	Volume	Preço
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	2.704.690	5.073.659	87,6	88,8	-0,7
Soja	1.975.540	4.226.179	113,9	119,5	-2,5
Indústrias de transformação	14.386.138	19.750.590	37,3	3,7	32,4
Outros equipamentos de transporte	5.562	4.783.177	85.898,7	48,4	57.833,1
Produtos alimentícios e bebidas	4.532.769	4.229.758	-6,7	-8,5	2,0
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	2.249.680	2.218.926	-1,4	-2,6	1,3
Produção de óleos e gorduras vegetais e animais	1.609.988	1.493.020	-7,3	-9,1	2,1
Fumo	2.218.197	2.323.152	4,7	-2,1	7,0
Químicos	2.047.395	2.280.461	11,4	14,0	-2,3
Máquinas e equipamentos	1.444.052	1.372.271	-5,0	-5,4	0,4
Tratores, máquinas e equipamentos para a agricultura	607.531	671.391	10,5	7,4	2,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1.161.062	1.354.412	16,7	12,7	3,5
Peças e acessórios para veículos automotores	487.910	465.269	-4,6	-4,4	-0,2
Automóveis, caminhonetas e utilitários	171.075	455.801	166,4	136,0	12,9
Cabines, carrocerias e reboques	341.463	311.121	-8,9	-7,5	-1,5
Caminhões e ônibus	154.361	114.876	-25,6	-25,7	0,2
Couros e artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	909.541	1.018.118	11,9	12,3	-0,3
Fabricação de calçados	519.603	508.327	-2,2	-0,5	-1,7
Curtimento e outras preparações de couro	378.768	498.739	31,7	30,1	1,2
Borracha e plástico	308.865	368.144	19,2	21,4	-1,7
Refino de petróleo	120.120	354.862	195,4	201,6	-2,1
Metal - exceto máquinas e equipamentos	364.451	326.218	-10,5	-3,4	-7,3
Móveis e indústrias diversas	299.388	320.782	7,1	8,8	-1,5
Celulose, papel e produtos de papel	173.019	178.171	3,0	0,6	2,4
Outras da indústria de transformação	801.718	841.065	4,9
Outros	294.871	269.450	-8,6
TOTAL	17.385.700	25.093.698	44,3	16,8	23,6

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Secex/MDIC

A taxa de desemprego, medida na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), permaneceu em queda em 2013. Em média, ficou em 6,4%, ante uma taxa de 10,4% nas demais regiões pesquisadas (gráfico Taxas (%) de desemprego no Brasil e Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e índice da massa de rendimentos reais da RMPA). Não apenas a taxa da RMPA manteve-se a menor entre as regiões, como apresentou uma velocidade de redução maior nos últimos anos. Mais emprego e maiores salários foram representados na evolução positiva da massa de rendimentos reais da RMPA, que cresceu 3,3% em 2013 em relação a 2012.

Criação de empregos formais no Rio Grande do Sul e Brasil, 2009-2013

ANO	RS	BRASIL
2009	64.226	995.110
2010	181.891	2.555.421
2011	123.487	1.966.449
2012	82.577	1.315.577
2013 (1)	90.488	1.043.918

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

(1) 12 meses acumulados em novembro de 2013.

Por fim, a economia do Rio Grande do Sul apresentou, no acumulado do ano até setembro, uma taxa de crescimento do PIB superior à nacional (tabela Criação de emprego formal no Rio Grande do Sul, total e por atividades). O maior crescimento foi verificado nos três

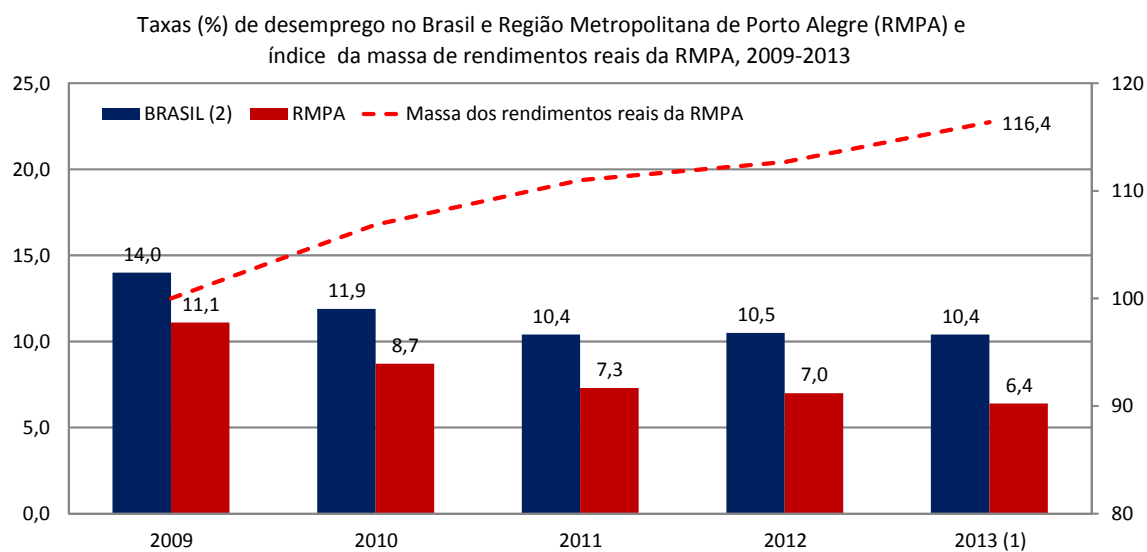
MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

setores, Agropecuária, Indústria e Serviços, evidenciando um desempenho homogêneo e robusto do PIB gaúcho ao longo de 2013.

Criação de emprego formal no Rio Grande do Sul, total e por atividades, 12 meses terminados em novembro de 2013

ATIVIDADES	SALDO	VAR. (%)
Agropecuária	1.043	1,2
Extrativa mineral	52	0,8
Indústria de transformação	14.727	2,0
Serv indust de util pública	437	1,7
Construção civil	5.922	3,8
Comércio	24.657	4,2
Serviços	42.811	4,5
Administração pública	839	1,5
TOTAL	90.488	3,5

Fonte: MTE-Cadastro geral de Empregados e Desempregados



Fonte: Convênio Dieese– Seade; MTE– FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

(1) Para a taxa de desemprego, médios 12 meses terminados em novembro de 2013; para os rendimentos reais, 12 meses terminados em out/2013..

(2) Regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Taxas de crescimento do PIB, dos impostos, do VAB total e do VAB dos setores de atividade em períodos selecionados, Rio Grande do Sul e Brasil

DISCRIMINAÇÃO	RS		BRASIL	
	jan-set 2013 / jan-set 2012	Acum. 4 trim. até set 2013	jan-set 2013 / jan-set 2012	Acum. 4 trim. até set 2013
PIB	6,6	4,9	2,4	2,3
Impostos	4,6	3,2	3,4	3,3
VAB	6,9	5,2	2,2	2,1
Agropecuária	48,0	39,1	8,1	5,1
Indústria	2,9	0,9	1,2	0,9
Transformação	3,4	0,9	2,1	1,4
Construção Civil	2,7	0,9	1,7	1,3
Serviços	3,1	2,7	2,1	2,3
Comércio	3,4	3,0	2,4	2,0
Transportes	6,3	4,8	3,2	3,6
Aluguéis	2,4	2,3	2,5	2,5
Administração Pública	2,7	2,9	2,0	2,0

Fonte: FEE, IBGE.

FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

AS FINANÇAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

O quadro geral das Finanças Públicas

As finanças do Estado do Rio Grande do Sul apresentam um quadro, por um lado, de resultados bastante satisfatórios obtidos através da gestão sobre a receita; por outro, de dificuldades estruturais na execução das contas públicas há mais de quatro décadas, em especial pela administração da dívida e pela pressão previdenciária.

Importante fator de dificuldade fiscal é a imposição onerosa do termo da dívida estadual contratualizada junto à União, através da Lei Federal nº 9.996/97, que faz despender 13% da Receita Líquida Real com o serviço da dívida, próximo de R\$ 3 bilhões, em 2014. Quanto à atualização do estoque, como parte de uma solução de longo prazo, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 238/2013, que alterou a sistemática de cálculo, pelo IPCA mais 4% ao ano ou pela Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IPG-DI mais 6% ao ano. Ao cabo de 2013, o projeto ainda se encontrava pendente de votação no Senado Federal. Após a sanção, o projeto trará ao Estado uma perspectiva de equacionamento da dívida, ao final do prazo contratual, em 2028. Por outro lado, devido aos elevados gastos com as aposentadorias e pensões, o caixa do Tesouro suportou, em 2013, um déficit previdenciário de R\$ 5,8 bilhões, mais de um quinto de toda a receita líquida.

Adiante, faz-se uma pequena explanação sobre a evolução da estrutura das contas públicas. A situação fiscal do Estado agravou-se no final da década de noventa, por ocasião da edição de um arcabouço legislativo que reconfigurou o modelo de financiamento dos Estados, bem como pelos processos de renegociação das suas dívidas. Esse período marcou o fim das estratégias de financiamento público pelas vias não-tributárias, através do endividamento pela emissão de títulos públicos e da venda de bens, e impôs um austero regime de ajustamento orçamentário.

O financiamento público estadual ao longo do tempo

As contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentaram déficits fiscais sucessivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos e, em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário. Já no período mais recente, recorreu-se às receitas de privatizações, às antecipações tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores, de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e de precatórios, bem como à administração e otimização de recursos financeiros.

Com votação de lei ao final de 2004, com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos e serviços seletivos (luz, água, telefone e combustível). Houve, também, o parcelamento de salários e o empréstimo para o pagamento do 13º salário dos servidores do Poder Executivo. Os últimos governos se utilizaram de saques do caixa único e dos depósitos judiciais para cobrir as despesas mais prementes de pessoal e custeio. Apesar do uso desse conjunto variado de fontes de financiamento, não se conseguiu estancar a gradativa diminuição da capacidade de execução de investimento do Estado.

É importante ressaltar que a securitização da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos de 1990, e a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Social, no início dos anos 2000, fizeram com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos nem contratar novas operações de crédito. Assim, sem outros recursos extraordinários, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, a exemplo do montante a pagar de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor, além da recomposição dos saques do caixa único e dos depósitos judiciais.

O desenvolvimento desse processo, em certa medida, foi contraposto: (i) pelas crescentes necessidades sociais, especialmente relacionadas aos serviços públicos básicos a cargo da esfera estadual, tais como a Saúde, a Educação, a Segurança e a Infraestrutura, além das próprias orientações fixadas pela Constituição Estadual, que impunham um ritmo de crescimento do financiamento das respectivas políticas públicas; (ii) pelas sucessivas tentativas de re colocação dos patamares de arrecadação, a fim de equacionar as necessidades de financiamento das políticas públicas; e (iii) pela utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que buscaram otimizar a alocação de recursos e administrar, no tempo, o fluxo de caixa.

De forma gradual, o ajustamento transcorreu até meados dos anos 2000. A partir dessa data, a gestão fiscal apresentou um ponto de inflexão em sua trajetória, desenvolvendo forte política de contenção de gastos, especialmente do investimento e do custeio, não obstante o registro de níveis de arrecadação elevados. Esse novo padrão implicou deterioração da capacidade de manutenção da qualidade e quantidade dos serviços típicos de Estado e, especialmente, da promoção do desenvolvimento econômico, tudo isso sem alcançar uma posição fiscal sustentável.

O desafio para a execução de um novo modelo de gestão fiscal passa pela busca por novas fontes de financiamento, que vão desde a alocação de recursos federais disponíveis para a qualificação e ampliação dos serviços públicos, passando pela contratação de operações de crédito internas e externas para investimento, até o reforço de arrecadação, através da permanente qualificação do Fisco.

O atual Governo tem o objetivo de resgatar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, pois só com o crescimento da produção da riqueza haverá condições de consolidar um patamar de financiamento que minimize o processo de abrandamento da escassez de recursos públicos estaduais do cotidiano da gestão financeira.

Por fim, não há soluções fáceis no combate aos problemas estruturais das contas estaduais, engessadas de tal forma que as despesas fixas comprometem a totalidade das receitas. É necessário, então, incorporar na economia gaúcha um alto padrão de inovação, dinamismo e sustentabilidade duradoura, alternativa sem a qual não é possível imaginar a quantidade de receitas para fazer frente às melhorias necessárias nos instrumentos de políticas públicas.

A evolução dos resultados primário e orçamentário

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores que as receitas, o resultado orçamentário é deficitário.

O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida. As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzido dos juros, encargos e amortização da dívida interna e externa, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Na tabela a seguir, são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 1971 e 2013, conforme fórmula da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Consta-se a frequência de resultados negativos.

Convém mencionar que, entre 1971 e 1983, o resultado primário refere-se à Administração Pública Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é referente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o critério da Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Anual, publicado pela Contadoria-Geral do Estado.

Resultados primário e orçamentário

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Primário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
1971	(135.174.354)	(43.615.632)	-0,19%	-0,06%	9,66%	9,85%
1972	(249.239.758)	(285.406.128)	-0,32%	-0,36%	9,65%	9,97%
1973	(463.031.673)	(534.911.682)	-0,44%	-0,50%	8,71%	9,14%
1974	(388.731.255)	(974.016.426)	-0,34%	-0,86%	8,59%	8,93%
1975	(653.064.798)	(1.260.412.019)	-0,53%	-1,02%	9,40%	9,93%
1976	(1.370.754.447)	(1.385.999.288)	-1,04%	-1,05%	7,83%	8,88%
1977	(503.469.644)	(26.735.787)	-0,35%	-0,02%	7,81%	8,16%
1978	232.787.698	(601.754.772)	0,16%	-0,41%	8,58%	8,42%
1979	(382.158.831)	(908.999.383)	-0,27%	-0,65%	8,13%	8,40%
1980	(418.684.301)	(497.746.450)	-0,30%	-0,35%	7,75%	8,05%

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Primário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
1981	(466.425.924)	(1.139.969.974)	-0,34%	-0,82%	9,12%	9,46%
1982	(1.194.402.446)	(1.525.869.442)	-0,87%	-1,12%	10,70%	11,58%
1983	(3.725.998.672)	(1.157.092.151)	-3,17%	-0,98%	7,91%	11,08%
1984	(1.633.377.090)	(934.348.174)	-1,36%	-0,78%	8,82%	10,19%
1985	(6.312.336.425)	(1.556.588.957)	-5,09%	-1,25%	9,89%	14,98%
1986	(2.716.386.619)	(1.651.306.273)	-1,40%	-0,85%	11,13%	12,53%
1987	(606.098.317)	(550.507.528)	-0,48%	-0,43%	10,96%	11,43%
1988	(320.541.552)	(569.526.720)	-0,33%	-0,59%	9,56%	9,89%
1989	105.726.803	(1.273.118.480)	0,12%	-1,40%	9,79%	9,68%
1990	(615.622.753)	(1.919.074.834)	-0,55%	-1,71%	12,35%	12,90%
1991	(225.964.710)	(230.037.378)	-0,22%	-0,23%	10,34%	10,57%
1992	(433.245.855)	(1.850.120.653)	-0,45%	-1,94%	11,52%	11,97%
1993	(135.006.864)	(967.192.192)	-0,16%	-1,12%	11,23%	11,39%
1994	(532.918.789)	(594.088.063)	-0,34%	-0,38%	11,94%	12,28%
1995	(1.911.385.173)	(828.633.541)	-0,82%	-0,36%	11,39%	12,22%
1996	(110.230.598)	(2.778.414.191)	-0,04%	-1,10%	13,29%	13,33%
1997	2.082.137.629	(1.905.522.034)	0,81%	-0,74%	14,76%	13,94%
1998	1.364.069.228	(5.088.089.382)	0,53%	-1,98%	18,79%	18,26%
1999	(2.340.359.018)	(1.248.863.179)	-1,02%	-0,54%	10,72%	11,81%
2000	(1.552.491.302)	(1.164.518.280)	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	(1.382.021.472)	(733.430.750)	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	(499.412.090)	(130.260.526)	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	(116.072.383)	(182.893.255)	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	(1.236.646.193)	58.883.550	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	(1.478.077.678)	920.842.812	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	(1.397.579.626)	706.243.539	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	908.067.861	1.390.544.226	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	580.068.089	2.818.464.447	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	13.862.280	2.427.787.141	0,00%	0,84%	10,97%	10,97%
2010	(188.501.075)	1.909.426.890	-0,06%	0,63%	11,34%	11,40%
2011	(556.196.164)	1.658.704.038	-0,18%	0,55%	11,23%	11,42%

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Primário IGP-DI 31/12/2013	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
2012	(772.666.078)	848.992.616	-0,26%	0,29%	11,56%	11,79%
2013	(1.393.994.404)	623.854.301	-	-	-	-

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS (CAGE/RS) e Fundação de Economia e Estatística/RS (FEE/RS).

Nota 1: Os resultados primário e orçamentário de 2013 estão dispostos em valores nominais.

Nota 2: A partir de 1985, utilizou-se a nova série do PIB.

Nota 3: O PIB de 2012 é preliminar, sujeito à alteração.

Nota 4: As receitas e as despesas estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias.

O resultado primário menor que o orçamentário, que se verifica em vários anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens (receitas não primárias) para a cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias); ainda, às operações de crédito de valor maior do que o pagamento do serviço da dívida pública.

Os principais agregados da Receita Pública

A tabela abaixo mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2005 até 31/12/2013, atualizada pelo IGP-DI. Ressalva-se que não constam no demonstrativo as receitas intraorçamentárias, por representarem dupla contagem contábil, ou seja, são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual, o que deve ser expurgado.

Receitas orçamentárias consolidadas do Estado do RS – em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RECEITAS CORRENTES	26.467	28.034	28.226	30.081	31.122	34.628	33.858	34.417	36.486
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.307	21.323	21.390	23.117	23.711	26.907	26.408	27.226	29.455
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.509	1.596	1.678	1.580	1.696	1.748	1.909	1.940	2.235
RECEITA PATRIMONIAL	414	615	468	719	892	746	714	669	495
RECEITA AGROPECUÁRIA	1	1	1	1	1	4	1	2	2
RECEITA INDUSTRIAL	4	3	1	1	0	0	1	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	278	260	267	283	302	292	282	293	282
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.335	5.907	6.241	6.830	7.014	7.507	7.466	7.191	7.099
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	969	715	861	802	1.116	1.465	1.160	1.261	1.337
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	-2.350	-2.386	-2.681	-3.252	-3.609	-4.041	-4.085	-4.164	-4.419
RECEITAS DE CAPITAL	299	528	2.057	1.719	318	1.307	432	1.176	922
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	204	47	-	1.563	-0	987	285	1.006	553
ALIENAÇÃO DE BENS	47	359	1.957	6	40	5	6	45	101
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	20	82	52	33	22	43	44	18	68
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29	40	48	118	239	271	98	106	200

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
OUTRAS RECEITAS CAPITAL	-	-	-	-	16	1	0	1	-
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	26.766	28.562	30.283	31.800	31.440	35.935	34.290	35.593	37.408

Fonte: Sistema de dados da Secretaria da Fazenda do RS.

Como se pode observar, as receitas tributárias (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União. Quanto às operações de crédito, estas obedecem às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2008 e em 2010, o Estado obteve permissão para contratar empréstimo junto ao Banco Mundial, com a finalidade de melhorar o perfil de parte da dívida extralimite.

Já entre 2011 e 2013, contrataram-se diversas operações de crédito avalizadas pelo Governo Federal, direcionadas exclusivamente para investimentos nas áreas sociais e em infraestrutura, no montante de R\$ 1,734 bilhão. Adiante, tabela que discrimina as operações de crédito do atual Governo: em 2011, foram realizadas quatro operações de crédito (três internas e uma externa), totalizando R\$ 247,6 milhões; em 2012, cinco operações de crédito (três internas e duas externas), totalizando R\$ 943,7 milhões; em 2013, quatro operações de crédito (uma interna e três externas), totalizando R\$ 542,3 milhões.

Operações de crédito contratadas entre 2011 e 2013 – R\$ 1.000,00

Especificações		Contratações em 2011	Contratações em 2012	Contratações em 2013	Finalidade das Operações Contratadas
Operações de Crédito Internas	BNDES - PEF	94.192	0	0	Infraestrutura e segurança pública
	BNDES - PMAE TRIBUTÁRIO	2.750	7.833	0	Administração tributária e gestão pública
	BNDES - PEF II	139.512	0	0	Infraestrutura
	BNDES - PROINVESTE	0	300.000	0	Infraestrutura
	BNDES - PROREDES	0	314.032	246.543	Desenvolvimento e modernização do setor produtivo, inovação tecnológica, infraestrutura, habitação, segurança pública e ampliação do crédito
Operações de Crédito Externas	BID - PROFISCO	11.151	0	39.364	Administração tributária
	BIRD - PROREDES	0	65.744	89.186	Gestão pública e ambiental, educação, infraestrutura, desenvolvimento do setor privado
	BID - PROCONFIS	0	256.050	167.242	Infraestrutura e aumento do capital da PROCERGS
Total		247.605	943.659	542.335	Total: R\$ 1.733.599

Fontes: Sistema de dados da Secretaria da Fazenda do RS e SEPLAG/DECAP.

ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo de importância vital para o equilíbrio das contas públicas. É basicamente um imposto sobre o consumo, dependente do emprego e da renda das famílias. O tributo concentra-se nos combustíveis, energia elétrica, telecomunicações, bem como nos setores de bebidas e cigarros.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Pode-se afirmar que não há uma relação direta entre a arrecadação do ICMS e o Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, em época de ótimo crescimento econômico, coincide com boa arrecadação. O contrário nem sempre é verdadeiro. Em 2012, por exemplo, apesar de o PIB gaúcho ter sido negativo em 1,8%, o ICMS cresceu 9,6%, nominalmente, e 3,4%, em valores pelo IGP-DI.

Diversas são as variáveis que impactam a arrecadação do ICMS, em maior ou menor grau, podendo-se citar, entre tantas: (i) O PIB brasileiro e o PIB gaúcho; (ii) a inflação passada e a inflação presente, principalmente o IGP-M; (iii) a taxa de câmbio; (iv) a taxa básica de juros da economia; (v) o preço do petróleo e dos *commodities* agrícolas no mercado internacional; (vi) o volume das importações e das exportações; (vii) o nível de produção das indústrias; (viii) o poder de compra do consumidor; (ix) a taxa de emprego; (x) a estabilidade e a confiança na economia interna; (xi) as crises econômicas, tanto interna como externa; (xii) o tempo e o clima; (xiii) as imunidades tributárias; (xiv) as desonerações estaduais e federais; e (xv) a sonegação fiscal.

A combinação favorável de algumas das variáveis acima identificadas faz com que a arrecadação de ICMS seja impactada em maior grau. Dessa forma, o ICMS capta não só o aumento na quantidade de consumo das famílias, mas também a inflação presente e passada embutida nos preços de produtos e serviços.

No intuito de demonstrar a origem da arrecadação do ICMS, a tabela adiante mostra o desempenho de cada setor econômico, entre 2011 e 2013. Pode-se constatar que, em 2013, o setor primário respondeu por 0,5% da arrecadação de ICMS; o setor secundário, por 35,6%; o setor terciário, por 33,3%; o setor de energia elétrica, por 7,1%; o setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, por 17,6%; a recuperação de valores em Dívida Ativa teve peso de 1,7%, e outras fontes foram responsáveis por 4,2% da arrecadação total de ICMS.

ICMS total arrecadado por setor econômico – R\$ 1.000,00

ICMS TOTAL	2011		2012		2013	
	Total Arrecadado	% por Setor Econômico	Total Arrecadado	% por Setor Econômico	Total Arrecadado	% por Setor Econômico
Setor Primário	86.371	0,4	96.718	0,5	124.903	0,5
Setor Secundário	6.789.964	34,8	7.570.103	35,4	8.566.531	35,6
Setor Terciário	6.349.895	32,6	6.830.147	31,9	8.021.692	33,3
Comércio Atacadista	2.293.099	11,8	2.678.615	12,5	3.567.465	14,8
Comércio Varejista	2.102.404	10,8	2.039.727	9,5	2.180.290	9,1
Serviços Transporte	164.980	0,8	195.794	0,9	224.067	0,9
Serviços Comunicação	1.789.412	9,2	1.909.088	8,9	2.034.630	8,5
Outros	0	0,0	6.923	0,0	15.240	0,1
Energia Elétrica	1.877.010	9,6	2.107.467	9,9	1.699.836	7,1
Setor Secundário	71.758	0,4	79.043	0,4	78.133	0,3

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ICMS TOTAL	2011		2012		2013	
	Total Arrecadado	% por Setor Econômico	Total Arrecadado	% por Setor Econômico	Total Arrecadado	% por Setor Econômico
Setor Terciário	1.805.252	9,3	2.028.424	9,5	1.621.703	6,7
Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes	3.419.713	17,5	3.580.799	16,7	4.240.165	17,6
Dívida Ativa	341.303	1,8	501.429	2,3	406.921	1,7
Outras Fontes	638.670	3,3	691.546	3,2	1.000.514	4,2
Total Geral	19.502.926	100,0	21.378.210	100,0	24.060.562	100,0

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Secretaria do Tesouro Nacional/CONFAZ.

Tendo em vista o fato de o Governo Federal ter diminuído o preço da energia elétrica, é importante mostrar o impacto verificado na arrecadação do ICMS. Ao se comparar o ano de 2013 com 2012, houve uma queda de participação de arrecadação nominal de ICMS de 2,8 pontos percentuais, passando de uma participação relativa de 9,9% para 7,1%. Em 2013, o Estado arrecadou a menor R\$ 407,6 milhões de ICMS, em valores nominais.

A tabela apresentada a seguir analisa a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Tributo mais Dívida Ativa), no período entre 2000 e 2013. Verifica-se um crescimento nominal de 326,1%, passando de R\$ 5.647 milhões, em 2000, para R\$ 24.061 milhões, em 2013. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de 53,3%. Na comparação de 2013 com 2012, o crescimento nominal do ICMS foi de 12,6% e, pelo IGP-DI, de 6,1%. A arrecadação do ICMS, em relação ao PIB do Rio Grande do Sul, que representou 6,9%, em 2000, chegou a 7,9% do PIB, em 2005, e a 7,6% do PIB, em 2013. A média do período, entre 2000 e 2012, é de 7,3% do PIB.

Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

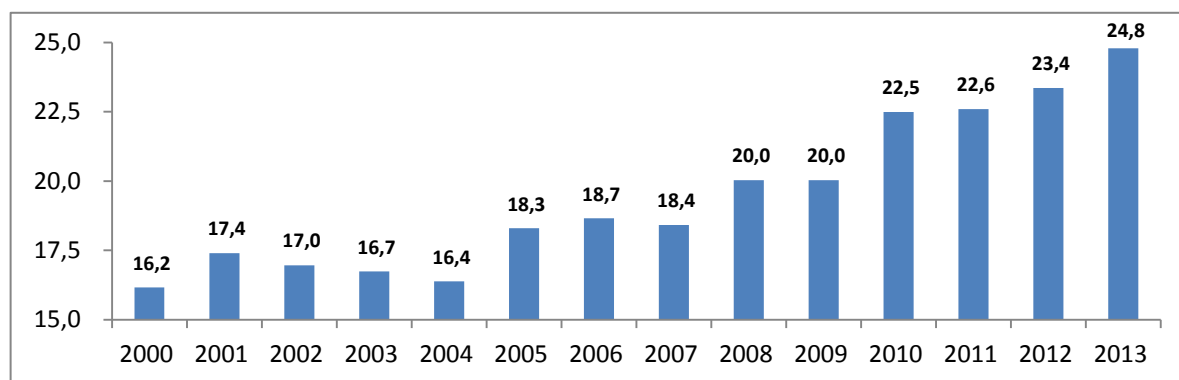
Ano	Arrecadação nominal	Variação nominal sobre o ano anterior	Arrecadação IGP-DI – Atualização até 31/12/2013	Variação pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2000	5.647	-	16.166	-	6,9
2001	6.706	18,8	17.406	7,7	7,3
2002	7.442	11,0	16.967	-2,5	7,1
2003	8.989	20,8	16.737	-1,4	7,2
2004	9.638	7,2	16.381	-2,1	7,0
2005	11.383	18,1	18.295	11,7	7,9
2006	11.813	3,8	18.658	2,0	7,5
2007	12.258	3,8	18.411	-1,3	6,9
2008	14.825	20,9	20.032	8,8	7,4
2009	15.087	1,8	20.033	0,0	7,0
2010	17.893	18,6	22.490	12,3	7,1

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre o ano anterior	Arrecadação IGP-DI – Atualização até 31/12/2013	Varição pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2011	19.503	9,0	22.590	0,4	7,4
2012	21.378	9,6	23.361	3,4	7,6
2013	24.061	12,6	24.785	6,1	-
% 2012/2000	326,1%	-	53,3%	-	-

Fonte de dados brutos: Sistema da Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.
Nota: O PIB de 2012 é estimativa preliminar.

Evolução do ICMS arrecadado atualizado pelo IGP-DI – R\$ bilhões



Fonte: Sistema de dados da Secretaria da Fazenda do RS.

Transferências constitucionais da União ao Estado

Com o domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a profundas distorções, devido ao incremento da carga fiscal estar concentrado na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais, entre outras, a antiga CPMF, a CIDE, o PIS/PASEP, a COFINS e a CSLL, não repartidas com os demais entes federativos. A partir de 2004, houve o compartilhamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com Estados e Municípios. Atualmente, a cobrança está zerada, tendo em vista que o Governo Federal, por duas oportunidades, não promoveu o aumento do preço dos combustíveis ao consumidor final, compensando com a diminuição desse tributo.

Outro ponto a ser destacado é a prática pelo Governo Federal de políticas anticíclicas, com o objetivo de promover o consumo interno, através da diminuição da carga tributária ao sistema produtivo industrial, a exemplo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos setores de automóveis e das linhas brancas e mobiliárias. Por conta disso, reduzem-se significativamente os repasses aos Estados. Ainda, a desoneração de tributos da conta da energia elétrica fez despencar a arrecadação de ICMS nos Estados.

As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação dos Estados, Cota-Parte do IPI Exportação, Compensação Financeira da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação, em relação à variação da Receita Corrente Líquida. Entre os anos 2005 e 2013,

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

houve uma variação negativa de 3,5% da RCL. Em 2005, as transferências federais representavam o equivalente a 11,3% da RCL e, em 2013, essa participação recuou para 7,8% da RCL. Somente em relação aos tributos acima especificados, a perda em 2013, caso as transferências tivessem o mesmo percentual em relação à variação da RCL de 2005, seria da ordem de R\$ 924 milhões (RCL de 2013 foi de R\$ 26.388 milhões x 3,5% = perda de R\$ 924 milhões). Ressalva-se frisar que as transferências legais, em 2012 e 2013, foram nominalmente menores do que em 2011.

Transferências constitucionais e legais da União ao RS – Em valores nominais – R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
COTA-PARTE DO FPE	705	781	904	1.106	1.066	1.149	1.415	1.459	1.569
COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO	352	377	392	432	335	440	483	361	353
LEI KANDIR (LCF 87/96)	256	147	147	147	147	147	147	147	147
AUXÍLIO FINANCEIRO EXPORTAÇÃO	82	153	122	174	134	118	112	96	0
TOTAL	1.395	1.457	1.565	1.858	1.681	1.853	2.157	2.062	2.069
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388
% TRANSFERÊNCIA UNIÃO / RCL	11,3	10,9	11,2	11,2	9,7	9,1	9,8	8,7	7,8

Fonte de dados brutos: Sistema da Secretaria da Fazenda do RS.

A próxima tabela mostra o percentual da carga tributária bruta total, em relação ao PIB, por esfera de Governo, entre 1998 e 2011. Denota-se que, em 1998, a União detinha uma carga tributária de 18,9% do PIB, a qual saltou para 24,7%, em 2011. Os Estados passaram de 7,3% do PIB, em 1998, para 8,6%, em 2011. Os Municípios detinham uma participação da carga tributária de 1,4% do PIB, em 1998, a qual passou para 2,0% em 2011. Assim, no período, a União cresceu 5,8 pontos percentuais sobre o PIB; os Estados, 1,3 ponto percentual sobre o PIB; e os Municípios, 0,6 ponto percentual do PIB.

Demonstrativo da evolução da carga tributária total sobre o PIB – em %

Ente Federativo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
União	18,9	19,9	20,5	21,3	22,2	21,6	22,2	23,4	23,3	24,1	24,0	23,0	23,1	24,7
Estados	7,3	7,4	8,0	8,3	8,4	8,4	8,6	8,7	8,6	8,6	8,7	8,5	8,5	8,6
Municípios	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,4	1,8	1,8	1,8	1,9	2,0
Carga Tributária Total s/PIB	27,6	28,7	29,9	31,0	32,0	31,4	32,2	33,4	33,3	34,5	34,5	33,3	33,5	35,3

Fonte: Receita Federal do Brasil.

A tabela seguinte traz os percentuais de arrecadação de tributos em cada esfera de Governo. Em 1998, a União arrecadou 68,5% da totalidade dos tributos e, em 2011, esse percentual cresceu para 70,0%. Já os Estados, que em 1998 detinham 26,4%, tiveram sua arrecadação diminuída para 24,5%, em 2011. No mesmo período, os Municípios passaram de 5,1% para 5,5%.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Demonstrativo do percentual de arrecadação por esfera de Governo

Ente Federativo	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
União	68,5	69,3	68,6	68,7	69,4	68,8	68,9	70,1	70,0	70,1	69,5	68,9	69,0	70,0
Estados	26,4	25,8	26,8	26,8	26,3	26,8	26,7	26,0	25,8	24,8	25,4	25,6	25,5	24,5
Municípios	5,1	4,9	4,7	4,5	4,4	4,5	4,3	3,9	4,2	5,1	5,1	5,5	5,5	5,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Receita Federal do Brasil.

O Rio Grande do Sul e os demais Estados exportadores (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná) estão sendo penalizados desde a entrada em vigor da Lei Kandir (LCF nº 87/96), que excluiu da tributação do ICMS os produtos exportados. Não houve por parte da União uma compensação satisfatória e justa. Por um lado, é salutar para a economia e para os exportadores terem seus produtos mais competitivos no mercado internacional, contudo, esvai-se uma fatia substancial de recursos tributários, tão necessários para fazer frente às diversas demandas sociais e de infraestrutura. A compensação por essas perdas é ínfima, agravada pelo fato de que a União vem diminuindo os repasses ano a ano.

Discorre-se somente para fins de argumentação: caso a alíquota de ICMS a ser cobrada sobre os produtos exportados fosse fixada, em tese, em 8,0%, a perda do Estado com a Lei Kandir seria de R\$ 4,3 bilhões, somente em 2013, conforme se pode observar na tabela adiante. No período entre 2005 e 2013, o Estado deixaria de arrecadar o montante de R\$ 20,9 bilhões, em valores nominais. Ao atualizar esses valores pelo IGP-DI até 31/12/2013, a perda seria de R\$ 26,1 bilhões.

Perdas com a desoneração de ICMS sobre produtos exportados (Lei Kandir) – R\$/US\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Valores Exportados pelo RS (em US\$)	10.476	11.802	15.018	18.385	15.236	15.382	19.427	17.386	25.094	148.206
Valor Médio Dólar Anual (R\$)	2,44	2,18	1,95	1,83	2,00	1,76	1,67	1,91	2,16	1,97
Valores Exportados pelo RS (em R\$)	25.561	25.729	29.284	33.645	30.472	27.072	32.443	33.207	54.203	291.616
Alíquota de Exportação (Em tese: 8,0%)	2.045	2.058	2.343	2.692	2.438	2.166	2.595	2.657	4.336	23.330
(-) Compensação das Exportações	338	300	269	320	281	264	259	242	147	2.420
Perdas nominais da Lei Kandir – R\$	1.707	1.759	2.074	2.371	2.157	1.901	2.336	2.414	4.189	20.908
Perdas IGP-DI da Lei Kandir – R\$	2.744	2.723	2.979	3.101	2.870	2.272	2.657	2.547	4.189	26.083

Fonte de dados brutos: Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Considerações sobre as receitas públicas

O Estado está continuamente despendendo esforços para melhorar sua função arrecadadora, tendo à sua disposição diversas ferramentas modernas de gestão, de controle e de fiscalização da atividade econômica das empresas, fortes aliadas para diminuir o risco da sonegação fiscal. O uso da Nota Fiscal Eletrônica, por exemplo, dá margem ao controle da

mercadoria na saída da empresa até o seu destino final e, conseqüentemente, à tributação advinda da circulação.

Outra maneira de controle setorial do ICMS é a Substituição Tributária, a qual pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido nas operações ou prestações de serviços é atribuída, normalmente, ao primeiro contribuinte da cadeia, que tem a obrigação de recolher o tributo devido.

Também é utilizado o Programa de Sustentabilidade Financeira, que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a malha fina estadual, o rigor com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico. O programa Nota Fiscal Gaúcha distribui prêmios mensais como incentivo para que os cidadãos exijam a emissão do documento fiscal no momento da compra. Em suma, as ações da Administração Estadual buscam permanentemente apresentar a melhor *performance* possível de arrecadação tributária, tão necessária para fazer frente ao conjunto de demandas de áreas vitais do setor público. Tão importante quanto racionalizar o gasto e apropriá-lo da maneira mais eficaz possível é empreender esforços para a promoção de uma melhor receita pública.

Os grandes agregados da despesa pública

Para um estudo mais aprofundado da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública e Gestão Plena do SUS).

Com o objetivo de facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos são comparados em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Quando há referência à RCL, trata-se do cálculo da Receita Corrente Líquida apresentado pela Contadoria-Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I, conforme se demonstra na tabela a seguir.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Receitas Correntes Totais

- (-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios
- (-) Dedução da Receita para a Formação do FUNDEB
- (-) Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor
- (-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência
- (-) Anulação de Restos a Pagar
- (-) IRRF dos Servidores

Receita Corrente Líquida

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo III, art. 53, I).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Adiante, apresenta-se tabela na qual são transcritos do Balanço Geral do Estado os valores da Receita Corrente Líquida (RCL). No período entre 2005 e 2013, a RCL cresceu nominalmente, em média, 10,6%.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal - R\$ 1.000,00

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Corrente Líquida	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654	26.387.876
Crescimento nominal (%)	15,0	7,8	5,1	19,1	4,4	16,7	8,0	8,1	11,3

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul/CAGE.

A tabela seguinte mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2005, em valores nominais. Ressalva-se que, no demonstrativo, são expurgadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual. Em 2005, os valores executados (empenhados) ultrapassaram em 12,1% a variação da RCL. Em 2013, os empenhos anuais foram maiores em 13,1%, em relação à variação da RCL.

Despesas empenhadas consolidadas do Estado do RS – R\$ milhões

Especificação do Grupo da Despesa	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal e Encargos Sociais	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	6.725.821	7.616.664	8.426.288	16.615.811	18.920.109
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875	6.707.382	0	0
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	12.048.673	13.582.539	15.133.670	16.615.811	18.920.109
Outras Despesas Correntes	6.703.568	7.004.211	7.136.232	8.327.563	14.173.851	16.271.681	18.069.365	12.707.824	14.501.171
(-) Distribuição de Receitas aos Municípios	3.316.561	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.630.321	5.360.425	5.867.269	6.404.080	7.125.459
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875	6.707.382	0	0
(-) Gestão Plena do SUS	412.274	453.655	478.057	578.373	698.427	771.219	824.646	873.526	762.077
Outras Despesas Correntes	2.974.733	3.076.692	3.019.287	3.388.079	3.522.251	4.174.162	4.670.068	5.430.217	6.613.635
Serviço da Dívida	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584	2.112.321	2.955.751	2.504.159	2.685.518	2.894.544
(-) Operação Externa com o BIRD	0	0	0	1.192.010	0	786.825	0	0	0
Serviço da Dívida Ajustado	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926	2.504.159	2.685.518	2.894.544
Investimentos Amplos	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885	1.104.504	1.223.230	1.429.463
Total do Grupo da Despesa	13.846.022	15.073.956	15.407.444	17.040.772	18.345.144	21.862.512	23.412.400	25.954.777	29.857.750
Receita Corrente Líquida - RCL	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654	26.387.876
% do Total do Grupo da Despesa / RCL	112,1	113,2	110,1	102,3	105,5	107,7	106,8	109,5	113,1

Fonte de dados brutos: Sistema da Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante mostra a evolução dos grupos de despesa, em relação à variação da Receita Corrente Líquida, tomando o ano de 2005 como base 100. Verifica-se que o total dos

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

grupos apresenta pequeno aumento de 0,9% da RCL. Constata-se que o grupo de Pessoal cresceu 3,7%; o de Outras Despesas Correntes cresceu 4,0%; o do Serviço da Dívida decresceu 21%; e o de Investimentos Amplos cresceu 8,7%. Note-se que, particularmente em relação ao grupo de Investimentos Amplos, entre 2011 e 2013 (primeiros três anos do atual Governo), os recursos aplicados foram maiores em relação ao período entre 2007 e 2009 (primeiros três anos do Governo anterior).

Grupo de despesas em relação à variação da RCL – Ano 2005, como base 100

Especificação das Despesas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	100,0	103,8	105,0	95,5	100,2	96,7	99,8	101,3	103,7
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	95,9	89,6	84,4	84,1	85,4	88,4	95,1	104,0
Serviço da Dívida Ajustada	100,0	96,1	94,2	86,1	87,5	77,0	82,3	81,6	79,0
Investimentos Amplos	100,0	100,2	57,5	79,6	76,4	191,5	101,1	103,5	108,7
Total das Despesas	100,0	101,0	98,2	91,2	94,1	96,1	95,2	97,6	100,9

Fonte de dados brutos: Sistema da Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2010, último ano do Governo Yeda Crusius, o percentual de investimento foi relativamente alto, devido à apropriação de valores do fundo previdenciário, recursos originários da venda de ações do BANRISUL.

O Grupo Pessoal e Encargos Sociais

Entre 2000 e 2012, sob o ponto de vista quantitativo, a tabela abaixo mostra as matrículas do Estado do Rio Grande do Sul (ativos, inativos e de pensionistas) cresceram 7,0%, enquanto a população do Estado cresceu 5,7%. O quadro de ativos mantém tendência declinante com relação ao conjunto do funcionalismo e à evolução da população do Estado. Em 2000, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,3% do total e 1,90% da população gaúcha; em 2012, os ativos perfaziam 50,4% do total e 1,85% da população. Note-se, ainda, que, entre 2000 e 2012, o quadro de inativos teve um acréscimo de 27.350 matrículas, um aumento de 22,8%.

Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	2000	2012	2012 - 2000	% 2012 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	166.767	1.587	1,0
	Inativos	108.417	140.375	31.958	29,5
	Pensionistas	1.927	944	-983	-51,0
	Total	275.524	308.086	32.562	11,8
Fundações	Ativos	4.943	5.278	335	6,8
	Inativos	0	5	5	-
	Total	4.943	5.283	340	6,9

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Órgãos	Matrículas	2000	2012	2012 - 2000	% 2012 / 2000
Autarquias	Ativos	4.305	3.548	-757	-17,6
	Inativos	6.277	5.066	-1.211	-19,3
	Pensionistas	53.992	47.765	-6.227	-11,5
	Total	64.574	56.379	-8.195	-12,7
Sociedades de Economia Mista	Ativos	18.636	23.306	4.670	25,1
	Inativos	5.200	1.798	-3.402	-65,4
	Pensionistas	157	180	23	14,6
	Total	23.993	25.284	1.291	5,4
GERAL	Ativos	193.064	198.899	5.835	3,0
	Inativos	119.894	147.244	27.350	22,8
	Pensionistas	56.076	48.889	-7.187	-12,8
	Total	369.034	395.032	25.998	7,0
População do Estado do RS		10.187.798	10.770.603	582.805	5,7
% de Matrículas sobre a População do RS		3,62	3,67		
% de Ativos sobre a População do RS		1,90	1,85		

Fontes de dados brutos: Sistema da Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Conforme dados extraídos do Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda, em 2012, a Secretaria da Educação possuía cadastradas 100.919 matrículas ativas, de um total de 152.622 do Poder Executivo, ou seja, dois terços do total das matrículas ativas. Ao se acrescentar a Secretaria da Segurança Pública, o total de matrículas sobe para 138.876, 91,0% do total das matrículas ativas. Em suma, os dois órgãos aglutinam 88,0% das matrículas inativas (119.833 matrículas) e 89,6% do total das matrículas (ativas e inativas) do Poder Executivo (258.709 matrículas).

A tabela a seguir mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 2005 e 2013. Tomando-se por base somente a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação à remuneração do pessoal aposentado e pensionista, constata-se que, em 2005, os gastos com a remuneração dos aposentados e pensionistas já ultrapassavam os com os ativos.

Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, tanto em relação às despesas com pessoal como em relação à RCL. Alerta-se para o fato de que o gasto com pessoal inativo está crescendo de forma consistente em toda a série apresentada. Adiante, em capítulo especial, será tratado o tema do déficit previdenciário. Em 2013, foram

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

empenhados 45,6% do gasto com a remuneração do pessoal ativo e 54,4%, com aposentados e pensionistas.

Percentual empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% gasto com a remuneração do pessoal ativo (Civil/Militar) - Elementos 11 e 12	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2	45,9	45,7	45,6
% gasto com a remuneração do pessoal inativo (Aposentados e Pensionistas) - Elementos 01 e 03	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8	54,1	54,3	54,4

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Sob o ângulo das despesas empenhadas consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, entre os anos de 2005 e 2013, verifica-se que há um comportamento ascendente. Em 2005, gastava-se 69,2% da RCL; já em 2013, o gasto foi de 71,7% da RCL. É importante salientar o fato de que somente o grupo Pessoal e Encargos Sociais consome mais de 70% de toda a Receita Corrente Líquida.

Despesas consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em relação à RCL

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% do grupo de Pessoal e Encargos Sociais sobre a RCL	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9	69,0	70,1	71,7

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por Poderes e Órgãos. Tomou-se o valor empenhado sem a dupla contagem contábil. Nos anos de 2009 até 2011, incluíram-se as despesas com os aposentados, os pensionistas e as sentenças judiciais (precatórios e RPVs), constantes do Instituto de Previdência do Estado, do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de Pessoal. Para um maior entendimento, discriminou-se em separado os gastos com aposentadorias e pensões.

Despesas com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por Poderes e Órgãos, em valores nominais – R\$
1.000,00

PODERES / ÓRGÃOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
APOSENTADORIAS E PENSÕES	4.012.628	4.453.907	4.865.988	5.229.303	5.793.307	6.492.712	7.238.360	8.140.795	9.245.609
INDIRETA	361.633	451.094	518.367	576.321	638.160	738.965	876.207	1.044.237	1.117.250
MINISTÉRIO PÚBLICO	296.217	331.087	337.319	359.359	389.144	425.249	456.823	483.062	535.944
PODER EXECUTIVO	2.859.698	3.158.660	3.282.907	3.539.723	3.903.967	4.510.883	4.995.010	5.259.621	6.181.581
PODER JUDICIÁRIO	750.716	870.095	879.168	990.124	1.007.516	1.074.751	1.181.032	1.259.299	1.366.758
PODER LEGISLATIVO	260.726	292.586	273.487	306.487	316.579	339.978	386.238	428.796	472.967
TOTAL GASTO COM O GRUPO PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	12.048.673	13.582.539	15.133.670	16.615.811	18.920.109

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

A tabela seguinte demonstra a evolução do percentual gasto pelos Poderes e Órgãos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, tomando-se o ano de 2005 como base 100. Depois de cotejadas as despesas, verificam-se comportamentos declinantes dos demais Poderes e o Ministério Público. Já os gastos com os inativos estão em linha ascendente, assim como as apropriações à Administração Indireta e ao Poder Executivo. Um maior desembolso no pagamento de RPVs e precatórios, vinculados ao IPERGS, é o motivo do aumento de dotação. Ainda, com relação ao Poder Executivo, houve a valorização salarial da totalidade dos seus servidores, a exemplo das carreiras do magistério, saúde, da segurança e dos técnicos-científicos.

Despesas de Pessoal dos Poderes e Órgãos em relação à RCL – Ano 2005, como base 100

PODERES / ÓRGÃOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
APOSENTADORIA E PENSÕES	100,0	103,0	107,0	96,6	102,5	98,4	101,6	105,7	107,8
INDIRETA	100,0	115,7	126,5	118,1	125,3	124,3	136,5	150,4	144,6
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	103,7	100,5	89,9	93,3	87,3	86,9	84,9	84,7
PODER EXECUTIVO	100,0	102,5	101,3	91,8	97,0	96,0	98,4	95,8	101,2
PODER JUDICIÁRIO	100,0	107,5	103,4	97,8	95,3	87,1	88,6	87,4	85,2
PODER LEGISLATIVO	100,0	104,1	92,6	87,1	86,2	79,3	83,4	85,7	84,9
TOTAL	100,0	103,8	105,0	95,5	100,2	96,7	99,8	101,3	103,7

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O grupo Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança; as transferências constitucionais e legais aos municípios; e a gestão plena do SUS. Entre 2009 e 2011, o grupo apropriou os gastos com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais (precatórios e RPVs do Poder Executivo), empenhadas através do IPERGS.

A tabela a seguir mostra a evolução do grupo Outras Despesas Correntes, que foi ajustado com a exclusão da dupla contagem contábil (despesas de transferências intraorçamentárias); das transferências constitucionais e legais aos municípios; das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo, empenhadas através do IPERGS; e das despesas com a gestão plena do SUS.

Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos – em valores nominais empenhados – R\$ 1.000,00

ÓRGÃOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
INDIRETA	1.073.727	1.089.546	1.232.149	1.308.010	1.451.828	1.646.103	1.943.426	2.112.751	2.465.539
MINISTÉRIO PÚBLICO	34.761	38.401	48.940	44.533	55.004	55.901	64.010	98.077	85.770
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	1.679.845	1.742.385	1.541.267	1.822.876	1.771.455	2.202.238	2.366.923	2.906.942	3.692.697

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PODER JUDICIÁRIO	120.223	142.775	138.495	161.933	190.837	215.504	238.275	252.089	295.311
PODER LEGISLATIVO	66.177	63.585	58.436	50.727	53.127	54.416	57.434	60.358	74.319
TOTAL	2.974.733	3.076.692	3.019.287	3.388.079	3.522.251	4.174.162	4.670.068	5.430.217	6.613.635
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654	26.387.876
% TOTAL ODC / RCL	24,1	23,1	21,6	20,3	20,3	20,6	21,3	22,9	25,1

Fonte dos dados brutos: Sistema da Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante mostra a evolução dos gastos do grupo Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos, em relação à RCL, tendo o ano de 2005 como base 100. Como se pode observar, em 2012 e 2013, o gasto efetuado pelo poder Executivo apresenta uma recuperação, em função de maior quantidade de recursos aplicados nas áreas da educação, saúde e segurança.

Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em relação à RCL – Ano 2005 com base 100

ÓRGÃOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
INDIRETA	100,0	94,1	101,3	90,3	96,0	93,3	101,9	102,5	107,5
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	102,5	124,3	95,0	112,4	97,8	103,7	147,0	115,5
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	100,0	96,2	81,0	80,4	74,9	79,8	79,4	90,1	102,9
PODER JUDICIÁRIO	100,0	110,2	101,7	99,9	112,7	109,1	111,6	109,2	115,0
PODER LEGISLATIVO	100,0	89,1	77,9	56,8	57,0	50,0	48,9	47,5	52,6
TOTAL	100,0	95,9	89,6	84,4	84,1	85,4	88,4	95,1	104,0

Fonte dos dados brutos: Sistema da Secretaria da Fazenda do RS.

O Serviço da Dívida Pública

A tabela a seguir mostra a evolução da dívida fundada interna e externa da Administração Direta, a partir do final do governo Peracchi (1971) até o final do terceiro ano do governo Tarso Genro (2013). Entre 1971 e 2013, a dívida cresceu 27,6 vezes, em valores reais pelo IGP-DI. Constata-se que, a partir do final do governo Britto, a dívida atualizada manteve-se estável.

Estoque da Dívida Fundada Interna Intralimite e Externa - R\$ milhões

Governo	Final de Governo	Estoque Dívida Atualizada IGP-DI	Referência	Varição
Peracchi	1971	1.829	1,0	-
Triches	1974	4.007	2,2	119,1
Guazelli	1978	7.333	4,0	83,0

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Governo	Final de Governo	Estoque Dívida Atualizada IGP-DI	Referência	Varição
Amaral	1982	13.133	7,2	79,1
Jair	1986	18.229	10,0	38,8
Simon	1990	18.255	10,0	0,1
Collares	1994	22.534	12,3	23,4
Britto (2)	1998	50.101	27,4	122,3
Olívio	2002	49.968	27,3	-0,3
Rigotto	2006	49.160	26,9	-1,6
Yeda Crusius (3)	2010	49.850	27,3	1,4
Tarso Genro	2013	50.420	27,6	1,1

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Inclui-se a operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), feita em 1998 que, atualizada pelo IGP-DI até 31/dez/13, atingiu o montante de R\$ 9.286 bilhões. Fonte: Balanço Geral do Estado de 1998, pg. 115.

Nota 2: Incluíram-se também as operações de empréstimo feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 787 milhões, contratadas com o objetivo de substituir dívida extralimite junto à União. Esses valores passaram a fazer parte da dívida externa.

Nota 3: Os valores de 2013 podem sofrer modificações em função da aprovação do PL 238/2013, que altera os indexadores de correção da dívida do Estado com a União. Um artigo do texto determina a retroatividade do efeito para 01/01/2013.

A tabela adiante analisa a evolução da Dívida Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB do Estado. Constata-se que, em 1995, o estoque total representava 14,0% do PIB gaúcho, chegando a alcançar o patamar máximo de 23,3%, em 2002. Já em 2012, a equação recuou para 17,4% do PIB.

Dívida Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB gaúcho – R\$ 1.000,00

Especificação	Dívida Interna Nominal	Dívida Externa Nominal	Total Dívida Nominal	PIB do RS	% Dívida sobre o PIB/RS
1995	6.829.289	167.137	6.996.426	49.879.355	14,0
1996	8.714.916	158.434	8.873.350	58.807.375	15,1
1997	10.761.096	252.275	11.013.371	64.991.309	16,9
1998	13.008.479	407.605	13.416.084	67.673.125	19,8
1999	14.883.773	627.754	15.511.527	74.015.782	21,0
2000	16.601.567	738.775	17.340.342	81.814.714	21,2
2001	18.892.745	942.221	19.834.966	92.310.078	21,5
2002	23.110.688	1.491.045	24.601.733	105.486.816	23,3
2003	25.148.846	1.316.382	26.465.228	124.551.267	21,2

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Especificação	Dívida Interna Nominal	Dívida Externa Nominal	Total Dívida Nominal	PIB do RS	% Dívida sobre o PIB/RS
2004	27.603.012	1.301.043	28.904.055	137.830.682	21,0
2005	29.095.416	1.121.521	30.216.937	144.218.198	21,0
2006	30.837.838	944.626	31.782.464	156.826.932	20,3
2007	33.067.694	698.529	33.766.223	176.615.073	19,1
2008	35.784.251	2.342.608	38.126.859	199.494.246	19,1
2009	35.302.367	1.680.815	36.983.182	215.863.879	17,1
2010	39.334.880	2.282.751	41.617.631	252.482.597	16,5
2011	41.999.492	2.488.747	44.488.239	263.633.398	16,9
2012	46.014.703	2.905.734	48.920.437	281.848.566	17,4
2013	46.894.426	3.525.554	50.419,980	-	-

Fonte de dados brutos: Sistema da Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: O PIB de 2012 é preliminar, sujeito à alteração.

A próxima tabela mostra os valores empenhados para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, entre 2005 e 2013. Em 2005, foram comprometidos 13,9% da RCL. Já em 2013, a participação diminuiu para 11,0% da RCL. No período entre 2005 e 2013, em média, despendeu-se com o serviço da dívida o equivalente a 12,1% da RCL.

Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL– R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926	2.504.159	2.685.518	2.894.544
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654	26.387.876
% SERVIÇO DÍVIDA / RCL	13,9	13,3	13,1	11,9	12,1	10,7	11,4	11,3	11,0

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Não constam os valores pagos em contrapartida às contratações das operações de crédito com o Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão (2008), e de R\$ 786,8 milhões (2010), visto que objetivou mudar o perfil da dívida extralimite.

Se o tamanho da dívida consolidada líquida, ao final de 2013, de mais de R\$ 50 bilhões, já atesta a gravidade do endividamento do Estado, não menos importante é o volume significativo de desembolso mensal despendido para o pagamento da amortização, juros e encargos. Entre 2005 e 2013 (9 anos), foram empenhados R\$ 19,7 bilhões, em valores nominais. Nesse mesmo período, foram investidos R\$ 8,7 bilhões, ou seja, a cada R\$ 1,00 de investimento, R\$ 2,26 são apropriados para o serviço da dívida.

A tabela a seguir faz menção à Dívida Consolidada Líquida, entre 2002 e 2013, em relação à Receita Corrente Líquida. Até 2016, obrigatoriamente, o Estado deverá se enquadrar no limite máximo de endividamento, de duas vezes a RCL, conforme determina a Lei de

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2002, a dívida estava em 2,95 vezes a RCL. Em 2008, o Estado enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela LRF. Ao final do ano de 2013, a relação passou para 2,0858 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento é de 2,1454 vezes a RCL.

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

Especificação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes	2,14 vezes	2,14 vezes	2,18 vezes	2,0858 vezes
Limite de Endividamento (LRF)	2,68 vezes	2,63 vezes	2,58 vezes	2,53 vezes	2,48 vezes	2,44 vezes	2,39 vezes	2,34 vezes	2,29 vezes	2,24 vezes	2,19 vezes	2,1454 vezes

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS/CAGE (Relatório de Gestão Fiscal).

O Estado comprometeu-se contratualmente com a União a pagar mensalmente o equivalente a 13% da Receita Líquida Real sobre a dívida considerada intralimite. A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

A dívida com a União constitui um problema estrutural sério para as finanças públicas estaduais. Com a aprovação do PL nº 238/2013, o estoque passará a ser corrigido pelo IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. Tendo em vista sua importância, o tema da dívida com a União será tratado adiante, em capítulo exclusivo.

O contrato de empréstimo firmado pelo Estado do RS junto ao Banco Mundial (BIRD), de US\$ 1,1 bilhão – US\$ 650 milhões liberados na data da contratação, em outubro de 2008, e US\$ 450 milhões liberados em agosto de 2010 – objetivou unicamente a reestruturação do perfil de 60% da dívida que não foi objeto de securitização com a União, através da Lei nº 9.496/97. Dessa forma, melhorou-se o fluxo de pagamento com desembolsos anuais menores, além de ganho financeiro na redução de seu valor presente, com prazo de amortização de 30 anos, através de parcelas mensais, quitando-se por completo em 2038.

Os recursos desse financiamento foram repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. O custo da operação, a ser paga pela conversão em dólares, é equivalente à taxa LIBOR mais *spread* de 0,12% (a taxa anual, na data da primeira parcela contratada, estava em 3,19% ao ano, porém quando da liberação do restante da operação, em agosto de 2010, encontrava-se bem abaixo daquele primeiro percentual, beirando a 0,25% ao ano). A operação previu a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando, em parte, o risco da

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

variação cambial. Duas novas operações estão sendo finalizadas, uma junto ao Banco Mundial (BIRD) e outra junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do PROCONFIS II, com a finalidade exclusiva de reestruturar o restante da dívida extralimite com a União, também pela taxa LIBOR.

Os Investimentos Amplos

A crise estrutural das finanças teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado. A próxima tabela mostra a evolução dos investimentos amplos (investimentos mais inversões financeiras), em relação à RCL e ao PIB do Estado. O governo Triches investiu 29,7% da RCL, equivalentes a 1,9% do PIB gaúcho, enquanto os governos recentes de Olívio, Rigotto e Yeda Crusius investiram, em média, respectivamente, 10,6%, 6,0% e 5,4% da RCL, e 0,7%, 0,5% e 0,4% do PIB.

Investimentos Amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho – Em %

Governos	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Britto	Olívio	Rigotto	Yeda
% Investimentos s/RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4
% Investimentos s/PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,4

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE e Fundação de Economia e Estatística do RS.

A tabela adiante demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL, entre 2005 e 2013. Não obstante as crescentes dificuldades do erário estadual, os investimentos dos primeiros três anos do atual Governo (2011-2013) foram 45,4% maiores do que os do mesmo período do Governo anterior (2007-2009).

Investimentos Amplos empenhados em relação à RCL – em valores nominais - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
INVESTIMENTOS AMPLOS	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885	1.104.504	1.223.230	1.429.463
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905	23.710.654	26.387.876
% INVESTIMENTOS / RCL	5,0	5,0	2,9	4,0	3,8	9,5	5,0	5,2	5,4

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: O percentual de investimento realizado em 2010, de 9,5% da RCL, muito acima da média dos últimos anos, deve-se à utilização de R\$ 670,6 milhões no Programa Construção de Malha Rodoviária, com recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-PREV - Lei nº 13.328/09), originados na venda de ações do BANRISUL.

Assim, o Estado está enfrentando as dificuldades de aportar a quantidade de recursos necessários para investimentos em infraestrutura. Além dos recursos orçamentários próprios, de contrapartida e de convênios, o Governo do Estado conta com recursos de suas estatais, a exemplo da CEEE, CORSAN, BANRISUL, BADESUL e SULGÁS. As operações de crédito com organismos internos e internacionais também ajudam a fomentar os setores demandados. Além disso, há os investimentos privados feitos no Estado por conta dos incentivos fiscais dos Programas do Novo FUNDOPEM e do Integar/RS. É fundamental destacar o alinhamento das

ações entre os Governos Federal e Estadual, que contribui para que mais investimentos sejam feitos no Estado, a exemplo do Plano Safra, do PRONAF e dos aportes em saneamento, rodovias e energia elétrica.

A União tem no Estado uma série de obras, algumas em estudo, outras em execução ou em fase de finalização. Podemos citar, entre outras, a parceria entre o Estado do RS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre para a revitalização do cais do porto; a duplicação da BR-392, entre Pelotas e Rio Grande; a conclusão da extensão das operações do TRENURB até Novo Hamburgo; as obras de saneamento na Região Metropolitana; e as obras do Polo Naval de Rio Grande. Ainda, a ampliação da capacidade produtiva da Refinaria Alberto Pasqualini, da Usina Presidente Médici e da pista e terminais do Aeroporto Internacional Salgado Filho; a construção da nova Ponte do Guaíba e das Barragens Taquarembó e Jaguari; as obras de duplicação da BR-116, entre Eldorado do Sul e Pelotas; as obras de duplicação da BR-290, entre Eldorado do Sul e Pantano Grande; as obras viárias na BR-116, entre Canoas e Sapucaia do Sul; a linha do Aeromóvel em Porto Alegre; além de investimentos significativos do PAC I e PAC II através dos Programas Minha Casa Minha Vida, Água e Luz Para Todos, Comunidade Cidadã e Cidade Melhor e obras para a Copa do Mundo de 2014. Por fim, pode-se também citar os estudos para o prolongamento da Rodovia do Parque até Portão.

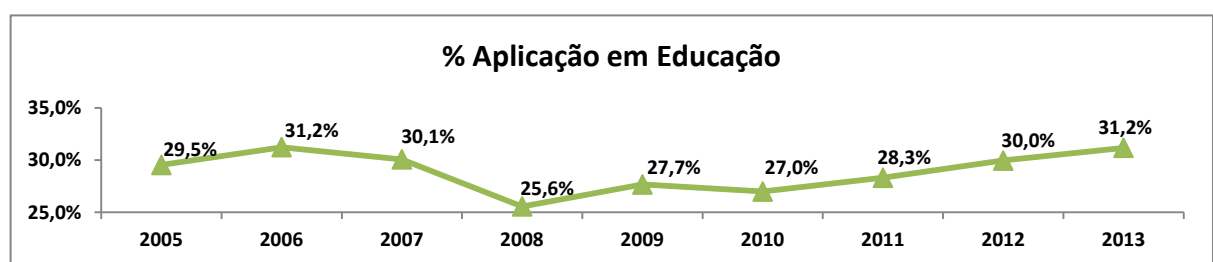
A evolução dos gastos em Educação

A tabela abaixo mostra a evolução dos gastos com a Educação, em relação à Receita Líquida de Imposto (RLI). Apesar dos sérios problemas orçamentários, há claros sinais de recuperação dos valores aportados. Os recursos aplicados, entre 2007 e 2009 (primeiro três anos do Governo anterior), em média, foram de 27,8% da RLIT. Já, entre 2011 e 2013 (três primeiros anos do atual Governo), 29,8% da RLIT. Em 2013, aplicou-se 31,2% da RLIT em Educação.

Percentuais aplicados (liquidados) em Educação em relação à Receita Líquida de Impostos - R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total dos Recursos Aplicados na Educação	3.134	3.459	3.545	3.612	4.018	4.801	5.297	6.073	7.115
Receita Tributária Líquida e Transferência	10.612	11.072	11.788	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820
Percentual de Aplicações com a Educação	29,5%	31,2%	30,1%	25,6%	27,7%	27,0%	28,3%	30,0%	31,2%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE.



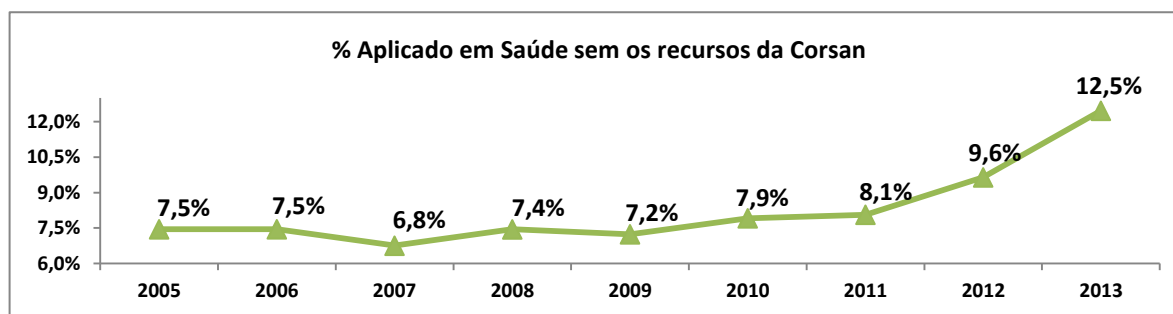
A evolução dos gastos em Saúde

A tabela adiante mostra os valores aplicados na Saúde, entre os anos de 2005 e 2013, em relação à Receita Líquida de Impostos (RLI). Como demonstram os números abaixo, há uma retomada gradual importante de recursos drenados para essa área. Entre 2011 e 2013, foram aplicados, respectivamente, 8,1%, 9,6% e 12,5% da RLIT, os maiores percentuais da série, já extraídos da conta os valores do Saneamento da CORSAN.

Percentuais aplicados (liquidados) em Saúde em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total Aplicado em Saúde sem os recursos da CORSAN	791	825	796	1.052	1.051	1.408	1.509	1.956	2.844
Receita Tributária Líquida e Transferência	10.612	11.072	11.788	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820
% Aplicado em Saúde sem os recursos da CORSAN	7,5%	7,5%	6,8%	7,4%	7,2%	7,9%	8,1%	9,6%	12,5%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE.



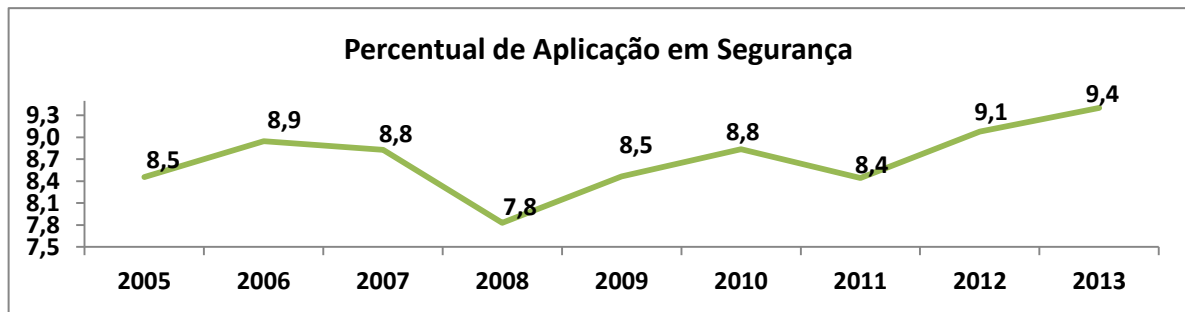
A evolução dos gastos em Segurança

A tabela adiante mostra os gastos efetuados com a Segurança em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Nota-se que, em 2012 e 2013, os recursos aplicados na área da Segurança são os maiores da série, ou seja, 9,1% da RCL e 9,4% da RCL.

Percentuais aplicados (liquidados) em Segurança em relação à Receita Corrente Líquida – R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Recursos Aplicados em Segurança	1.044	1.191	1.235	1.304	1.472	1.794	1.851	2.152	2.481
Receita Corrente Líquida	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388
Percentual de Aplicação em Segurança	8,5	8,9	8,8	7,8	8,5	8,8	8,4	9,1	9,4

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS/CAGE.



A evolução dos gastos por Função Pública

A tabela adiante discrimina os gastos por Função Pública. Após os encargos financeiros e previdenciários, os repasses para a Saúde, Educação e Segurança foram os mais demandados. Importante salientar que, entre 2011 e 2013 (três primeiros anos do Governo atual), em comparação entre 2007 e 2009 (três primeiros anos do Governo anterior), houve um aumento de gastos na ordem de 19,7%, em valores atualizados pelo IGP-DI. Nas áreas da Saúde, Educação e Segurança, o crescimento foi de 43,9%, 13,7% e 17,3%, respectivamente.

Despesas empenhadas alocadas por Função Pública – Atualizadas pelo IGP-DI – R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% 2011-2013 / 2007-2010
ENCARGOS ESPECIAIS	9.149	9.515	9.095	11.139	10.076	11.846	10.604	11.067	11.543	9,6
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.551	7.145	7.477	7.365	7.789	8.266	8.762	8.975	9.462	20,2
SAÚDE	2.401	2.428	2.517	2.690	2.942	3.440	3.535	3.731	4.464	43,9
EDUCAÇÃO	2.927	3.142	2.889	2.767	2.842	2.883	2.884	3.183	3.592	13,7
SEGURANÇA PÚBLICA	2.069	2.286	2.306	1.862	1.990	2.295	2.176	2.411	2.633	17,3
JUDICIÁRIA	1.470	1.619	1.512	1.546	1.622	1.781	1.714	1.685	1.667	8,2
ADMINISTRAÇÃO	838	914	834	1.357	1.346	1.530	1.688	1.854	1.628	46,2
ESSENCIAL À JUSTIÇA	674	736	693	643	699	756	746	794	972	23,4
LEGISLATIVA	526	564	502	475	610	632	635	663	851	35,4
TRANSPORTE	757	886	559	540	603	1.585	798	676	670	26,0
AGRICULTURA	444	393	321	290	330	381	408	536	575	61,4
ASSISTÊNCIA SOCIAL	207	220	192	209	225	232	237	207	243	9,8
GESTÃO AMBIENTAL	62	62	55	70	59	104	98	110	126	81,1
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	110	77	77	73	80	156	170	130	123	84,4
CULTURA	60	57	48	47	49	52	55	63	81	38,5
TRABALHO	101	91	74	54	56	69	67	50	51	-8,8
INDÚSTRIA	13	3	1	2	1	3	31	29	50	3.130,4
COMÉRCIO E SERVIÇOS	22	15	13	14	17	19	13	25	37	70,2
URBANISMO	2	6	2	6	1	25	12	13	23	444,4
HABITAÇÃO	11	13	8	15	18	80	12	16	21	21,7

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% 2011-2013 / 2007-2010
DIREITOS DA CIDADANIA	66	101	96	24	28	19	22	22	21	-56,3
DESPORTO E LAZER	9	6	5	6	8	20	12	23	19	174,1
SANEAMENTO	29	33	19	10	37	22	171	30	17	227,8
COMUNICAÇÕES	0	-	-	-	-	-	7	8	10	-
ENERGIA	3	10	1	12	5	0	0	0	1	-93,8
RELACOES EXTERIORES	0	0	-	0	0	0	0	-	-	-85,5
ORGANIZAÇÃO AGRARIA	48	26	11	8	3	4	5	-	-	-78,8
TOTAL	28.548	30.349	29.307	31.223	31.438	36.202	34.859	36.303	38.880	19,7

Fonte de dados brutos: Sistema Cubo DW da SEFAZ/RS.

As perdas do Estado do Rio Grande do Sul com o Fundo da Educação – FUNDEB

O FUNDEB é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. É um Fundo de natureza contábil, instituído pela EC nº 53, de 19/12/2006 e regulamentado pela MP nº 339, de 28/12/2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20/06/2007, e pelos Decretos nºs 6.253 e 6.278, de 13 e 29/11/2007. Teve sua implantação a partir de 1º/01/2007, alcançando sua plenitude em 2009, com todo o universo de alunos da educação básica pública presencial e os percentuais de receitas que o compõem alcançando o patamar de 20% de contribuição. A Emenda Constitucional que criou o FUNDEB estabeleceu o prazo final do programa em 2020.

O FUNDEB promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da educação básica, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211, da Constituição Federal).

O Fundo da Educação é constituído por recursos próprios dos Estados e dos Municípios. A União poderá complementar com 10% do valor total do Fundo, caso haja insuficiência de recursos. Os Municípios participam com 20% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados, da cota-parte do Imposto proporcional às Exportações (IPIexp); da cota-parte da Desoneração das Exportações (LC 87/96); da cota-parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); do Imposto Territorial Rural (ITR); e das receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Os Estados participam com 20% do Fundo de Participação dos Estados (FPE); do ICMS; da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados, da cota-parte do IPIexp; da cota-parte da Desoneração das Exportações (LC nº 87/96); do IPVA; do ITCMD; e das receitas da dívida ativa e dos juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Os recursos do FUNDEB destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (Ensino

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (zona urbana, zona rural, área indígena ou quilombola), observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

A aplicação desses recursos, pelos gestores estaduais e municipais, deve ser direcionada levando-se em consideração a responsabilidade constitucional que delimita a atuação dos Estados e Municípios em relação à educação básica.

Os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base na proporção do número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental. Os Estados, com base na proporção do número de alunos do ensino fundamental e médio, sendo o mínimo de 60% direcionado para a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública; o restante dos recursos, para outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

Desde a criação do FUNDEB, o Estado do Rio Grande do Sul contribuiu para o Fundo com bem mais do que obteve como retorno. Somente para fins ilustrativos, a tabela adiante levanta as perdas com o Fundo da Educação, decorrentes do fato de que o Estado vem apresentando aumentos reais nas receitas contributivas; contudo, há uma involução anual na quantidade de novas matrículas. Dessa equação, registra-se resultado com perdas crescentes.

Em 2005, a perda para o Fundo da Educação foi de R\$ 288 milhões. Em 2013, aportou-se ao Fundo R\$ 4,288 bilhões; contudo, o retorno foi de R\$ 3.436 bilhões, isto é, uma perda de R\$ 852 milhões. No período entre 2005 e 2013, o Estado contabilizou perdas na ordem de R\$ 4,1 bilhões, em valores nominais. Estima-se que, somente em 2014, a perda do Estado com o FUNDEB ficará próxima de R\$ 1,0 bilhão.

Valores das perdas para o FUNDEF/FUNDEB – Em valores nominais - R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Deduções para formação do FUNDEF/FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.462	1.511	1.785	2.406	2.719	3.214	3.526	3.808	4.288
Transferência do FUNDEF/FUNDEB ao Estado	1.174	1.188	1.478	2.129	2.416	2.717	2.961	3.088	3.436
Perdas do Estado com o Fundo da Educação	-288	-323	-307	-277	-303	-497	-565	-719	-852

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: O FUNDEB passou a vigorar a partir de 01/jan/2007. Antes, existia o FUNDEF.

A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE UMA REPACTUAÇÃO EM CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS

Com base nos termos do protocolo de intenções, firmado em 20/09/1996, o Estado do Rio Grande do Sul refinanciou junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase toda a parte da dívida contratual. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal nº 9.996, de 11/09/1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03/01/1997, e da resolução do Senado Federal nº 64, de 01/07/1997. O refinanciamento da dívida consolidada foi firmado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

A partir de 2000, o Estado definiu com a União o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no percentual de 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassar esse limite, a diferença – chamada de resíduo – deve ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato, que é em março de 2028. Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais (10 anos), após os 30 anos contratuais, a partir de abril de 2028 até março de 2038.

A tabela a seguir discrimina o valor original da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, que foi objeto de renegociação.

Valor original da dívida do Estado do RS refinanciada junto à União – R\$ milhões

Especificação	Refinanciamento Principal	PROES	Refinanciamento Resíduo	Fundação BANRISUL Contrapartida PROES	FINAME	BNDES	TOTAL
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS, de 1999, fl. 97.

O Estado possui dois grupos distintos de dívida com a União: a intralimite e a extralimite. A dívida intralimite é a que condiciona o pagamento no percentual de 13% da Receita Líquida Real. A dívida extralimite não possui vinculação com a receita, sendo amortizada mensalmente e, ao final do prazo contratual, não restará resíduo a pagar.

A dívida extralimite representa cerca de 2,0% do total da dívida contratada com a União. É composta basicamente pelo PROES (capitalização para o saneamento do BANRISUL), que, através da operação de crédito efetuada junto ao Banco Mundial (BIRD), em 2010, serviu para liquidar parte de seu estoque. Uma nova operação está sendo preparada com o mesmo organismo financeiro internacional para liquidar a totalidade desse estoque.

As cláusulas da renegociação da dívida estadual com a União foram as seguintes: (i) taxa de juros de 6% ao ano, calculados e debitados mensalmente; (ii) atualização monetária pela variação do IGP-DI; (iii) sistema de amortização pela Tabela *Price*; (iv) as garantias são as receitas próprias e as transferências constitucionais; (v) o prazo de pagamento é de 30 anos; e (vi) o saldo devedor da dívida intralimite poderá ser prorrogado por mais 10 anos.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

O valor da prestação que exceder o limite a ser pago no mês será transferido para a conta de resíduo. O acúmulo do saldo desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, o que ocorre porque o pagamento da prestação mensal do contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; (ii) o saldo devedor é crescente pela capitalização dos juros mensais devidos e não pagos, incidentes sobre o próprio saldo.

Na média, desde a data contratual até 31/12/2012, a atualização do estoque pelo IGP-DI mais 6% ao ano tem sido superior ao pagamento de 13% da RLR. Esse fato justifica o crescimento exponencial do estoque da dívida, mesmo em um cenário pós-2001, de inflação moderada e de ausência de endividamento por novas operações de crédito. Mesmo após as constantes amortizações mensais, em média, o estoque da dívida cresceu na mesma proporção da variação do percentual do IGP-DI do período. Em suma, até 31/12/2012, o Estado pagou somente os juros do empréstimo.

O Projeto de Lei Complementar nº 238/2013 – em 2013, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado para o Senado, ainda pendente de votação – dá outro perfil para a dívida do Estado, com a substituição do IGP-DI mais 6% ao ano, pelo IPCA mais 4% ao ano ou a taxa SELIC, o que for menor, calculado retroativo a 1º de janeiro de 2013. O projeto não muda a forma de desembolso, de 13% da Receita Líquida Real. Caso seja aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente da República, estima-se que, ao final de 2028, com esses novos indicadores de atualização, o estoque final da dívida será administrável. Em um cenário otimista, a dívida poderá até ser zerada. Contudo, em um cenário pessimista, haverá um estoque que decresce em proporção menor. Com toda a certeza, essa mudança será um alívio para as finanças do Estado no longo prazo.

A próxima tabela apresenta a evolução da dívida do Estado com a União, entre 1998 e 2012. Observa-se que, em 31/12/1999, o estoque da dívida era de R\$ 11,8 bilhões. Em 31/12/2012, o principal da dívida era de R\$ 22,5 bilhões, já os valores de juros não pagos no período foram de R\$ 19,3 bilhões, totalizando um estoque de R\$ 41,8 bilhões, representando 14,8% do PIB gaúcho.

Demonstrativo do estoque da dívida do Estado contratada junto à União – em R\$ milhões

Especificação	Principal	Residual	Total do Estoque (Principal + Residual)	Total Estoque da Dívida União / PIB-RS
16/11/1998	7.119	306	7.425	-
1998	9.244	322	9.566	14,1
1999	10.908	873	11.781	15,9
2000	11.426	1.099	12.525	15,3
2001	12.499	1.736	14.235	15,4
2002	15.128	1.785	16.913	16,0
2003	16.102	3.842	19.944	16,0

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Especificação	Principal	Residual	Total do Estoque (Principal + Residual)	Total Estoque da Dívida União / PIB-RS
2004	17.562	5.217	22.779	16,5
2005	17.948	6.434	24.382	16,9
2006	18.475	7.747	26.222	16,7
2007	19.247	9.280	28.527	16,2
2008	20.847	11.485	32.332	16,2
2009	19.901	12.359	32.260	14,9
2010	21.361	14.884	36.245	14,4
2011	21.790	16.823	38.613	14,6
2012	22.496	19.285	41.781	14,8

Fonte: Balanço Geral do Estado de 2012, fl. 103 e Contadoria-Geral do Estado do RS.

O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Regime Próprio de Previdência Social – RPPS

O Sistema Previdenciário brasileiro compõe-se, basicamente, de três formas: (i) o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – art. 201, da Constituição Federal – gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de caráter obrigatório e financiado pelo sistema de repartição simples; (ii) os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) – art. 40, da Constituição Federal – geridos pelos entes federados (União, Estados e Municípios), utilizando-se tanto dos sistemas de repartição simples, sistemas de capitalização, bem como de sistemas mistos; e (iii) Regimes de Previdência Complementar (RPC) – art. 202, da Constituição Federal – também denominados de previdência privada ou fundos de pensão, de caráter facultativo, podendo ser abertos a qualquer participante interessado ou fechados a participantes de um grupo determinado.

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que, ao servidor titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

A Lei Federal nº 9.717/98 definiu os principais requisitos do RPPS, dentre os quais se destacam o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deverá ser baseada em plano de contas específico e na existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o

descumprimento das disposições pode implicar suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado editou a LC nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas incidiu somente sobre o que exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Em relação à parcela patronal, o artigo 2º, da referida Lei Complementar, fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também autorizou, em seu artigo 3º, o repasse pelo Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes. Após algumas controvérsias judiciais, a partir de abril de 2013, as contribuições passaram em definitivo para 13,25% (Leis Complementares nºs 14.015 e 14.016, de 21/06/2012).

De 2004 a 2008, a implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para a constituição do RPPS/RS não se viabilizou pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e o gerenciamento do referido regime. A edição da Lei Estadual nº 12.909/08 avançou em direção à instalação efetiva, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul como seu gestor único. Em decorrência, a partir de 2009, as Leis de Diretrizes Orçamentárias passaram a disciplinar os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Assim, foram estabelecidos procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definidas unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais. A partir da Lei Orçamentária de 2009, foram incorporadas alterações significativas na forma de registro das operações relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado. Convém salientar que essas alterações vinculam-se somente à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual.

Os orçamentos dos Poderes Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) e Judiciário e do Ministério Público ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na LC nº 12.065/04. Devido à sua autonomia, não foi possível o convencimento destes para aderirem a um mesmo comando procedimental legal já determinado.

Nos orçamentos dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, já a partir de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS/RS e para a cobertura de insuficiência financeira decorrente da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas, lançadas também como receitas no orçamento do órgão IPERGS-Previdência. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca a chamada “dupla-contagem contábil”, que são as transferências intraorçamentárias.

O Sistema de Repartição Simples e o Sistema de Capitalização

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul está organizado mediante o sistema de repartição simples, ou seja, as contribuições destinam-se a arcar com o pagamento à vista dos benefícios cujos fatos geradores ocorrerem nesse mesmo período. O que distingue o sistema de repartição simples do de capitalização é que, no primeiro, o custeio dos benefícios dos aposentados e pensionistas é transferido para os segurados que ainda estão na ativa, ao passo que, no segundo, cada integrante é responsável pela formação de fundo destinado ao financiamento de sua própria aposentadoria. Adiante, analisam-se os dois sistemas e o atual déficit previdenciário.

As Leis Complementares nºs 13.757 e 13.758, de 15/07/2011, criaram para os novos servidores civis e militares o sistema de capitalização, baseado na ideia de uma poupança individual com o reforço da contribuição patronal. Também foram instituídos os Fundos Previdenciários (FUNDOPREV e FUNDOPREV-MILITAR), regidos pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), gestor único, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia.

Pelo sistema de capitalização, cada segurado realiza contribuições que são depositadas em uma conta específica e acumuladas ao longo da vida ativa do trabalhador. No momento da aposentadoria, terá direito a receber uma renda vitalícia baseada na contribuição que fez ao sistema, acrescida dos rendimentos do capital. Todos os valores destinados ao FUNDOPREV e FUNDOPREV-MILITAR são depositados em conta específica e exclusiva em Banco Oficial, distinta da conta do Tesouro do Estado, vedada sua utilização pelo caixa único.

As aplicações e investimentos efetuados com os recursos dos referidos Fundos atenderão aos princípios da segurança, liquidez, transparência e economicidade e às diretrizes estabelecidas pelas Políticas Anuais de Investimento dos Fundos, obedecendo à regulamentação do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho Monetário Nacional.

A criação desse sistema de capitalização de previdência social, com a contrapartida do Estado em igual valor àquela contribuição descontada do servidor, formará os fundos destinados exclusivamente ao pagamento dos futuros aposentados e pensionistas. Assim, esse sistema nasce com a perspectiva de não gerar, no futuro, déficit previdenciário ao Estado, visto que, em tese, haverá um fundo que suportará a totalidade dos dispêndios. Entretanto, o Estado continua cumprindo com a função de garantidor dos benefícios nesse regime capitalização independente do resultado do FUNDOPREV e do FUNDOPREV-MILITAR.

O déficit previdenciário do atual Sistema de Repartição Simples

No sistema de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores são destinados a cobrir os gastos com atuais aposentados e pensionistas. A diferença é aportada pelo Tesouro. É um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos e os pensionistas.

Em 2000, o Estado do Rio Grande do Sul (Administração Direta, Fundações, Autarquias e Estatais) possuía 193 mil matrículas ativas contra 176 mil matrículas de aposentados e

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

pensionistas. Ao final de 2012, havia 199 mil matrículas ativas contra 196 mil matrículas de aposentados e pensionistas, ou seja, o número de matrículas quase se igualou. Ressalva-se que os gastos com os vencimentos dos aposentados e pensionistas são maiores do que os despendidos com o pessoal ativo. Entre 2005 e 2012, em média, 3.200 matrículas líquidas anuais foram para a inatividade.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está justamente no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os aposentados e pensionistas, visto que as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são insuficientes para seu custeio.

A tabela seguinte mostra o déficit previdenciário, que, em 2005, foi de R\$ 2,6 bilhões. Em 2013, alcançou R\$ 5,8 bilhões. Em 2005, as contribuições totais (pessoal e patronal, esta última na proporção de duas vezes a contribuição pessoal) cobriam 35,6% do gasto previdenciário total; já em 2013, a participação cresceu para 37,2%. A pequena melhora foi em decorrência do aumento da contribuição pessoal passar de 11,0% para 13,25%.

Déficit Previdenciário – em valores nominais empenhados – R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Gasto com Aposentadorias e Reformas	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.272
Gasto com Pensões	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980
Total Gasto com Aposentadorias e Pensões (A)	4.013	4.454	4.866	5.229	5.793	6.493	7.238	8.141	9.252
Contribuição Pessoal Previdenciária ao RPPS	476	544	608	614	657	715	857	869	1.146
Contribuição Patronal (2 vezes a Contribuição Pessoal)	951	1.088	1.216	1.228	1.315	1.430	1.714	1.738	2.292
Total de Contribuições = Pessoal mais Patronal (B)	1.427	1.631	1.824	1.842	1.972	2.145	2.570	2.607	3.438
Déficit Previdenciário = (B - A)	(2.585)	(2.822)	(3.042)	(3.387)	(3.821)	(4.347)	(4.668)	(5.534)	(5.814)
% Contribuições s/Gasto Previdenciário = (B / A)	35,6%	36,6%	37,5%	35,2%	34,0%	33,0%	35,5%	32,0%	37,2%

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante registra a previsão atuarial feita pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), que faz parte dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 (LDO 2014), acerca da evolução das contas com aposentadorias, reformas e pensões (despesa total), partindo de um resultado previdenciário negativo de R\$ 4,56 bilhões, em 2013. Ressalva-se o fato da conta patronal ter a mesma proporção da contribuição pessoal (1 x 1).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Déficit previdenciário, conforme cálculo atuarial patrocinado pelo Instituto de Previdência do Estado

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Resultado Previdenciário Acumulado
2013	3.278.139.693,03	7.842.496.400,07	-4.564.356.707,04	-4.564.356.707,04
2014	3.251.216.438,64	7.798.222.045,09	-4.547.005.606,45	-9.111.362.313,49
2015	3.223.347.543,04	7.750.813.399,28	-4.527.465.856,24	-13.638.828.169,73
2016	3.192.918.157,39	7.701.957.707,55	-4.509.039.550,16	-18.147.867.719,89
2017	3.159.271.798,48	7.656.029.924,60	-4.496.758.126,12	-22.644.625.846,01
2018	3.122.294.600,50	7.612.583.705,28	-4.490.289.104,78	-27.134.914.950,79
2019	3.084.930.725,55	7.564.868.856,49	-4.479.938.130,94	-31.614.853.081,73
2020	3.041.369.090,74	7.526.458.816,74	-4.485.089.726,00	-36.099.942.807,73
2021	2.994.608.969,41	7.488.580.607,89	-4.493.971.638,48	-40.593.914.446,21
2022	2.945.068.588,16	7.445.982.931,70	-4.500.914.343,54	-45.094.828.789,75
2023	2.893.996.012,53	7.399.305.320,95	-4.505.309.308,42	-49.600.138.098,17
2024	2.841.196.563,07	7.351.294.197,79	-4.510.097.634,72	-54.110.235.732,89
2025	2.785.542.595,96	7.301.189.316,61	-4.515.646.720,65	-58.625.882.453,54
2026	2.727.031.697,21	7.248.861.669,22	-4.521.829.972,01	-63.147.712.425,55
2027	2.667.260.778,87	7.187.947.104,09	-4.520.686.325,22	-67.668.398.750,77
2028	2.601.264.926,00	7.133.617.305,59	-4.532.352.379,59	-72.200.751.130,36
2029	2.535.240.031,35	7.070.870.662,43	-4.535.630.631,08	-76.736.381.761,44
2030	2.463.086.641,78	7.012.817.742,87	-4.549.731.101,09	-81.286.112.862,53
2031	2.383.201.440,70	6.959.309.575,79	-4.576.108.135,09	-85.862.220.997,62
2032	2.299.730.336,56	6.902.839.110,45	-4.603.108.773,89	-90.465.329.771,51
2033	2.216.171.087,78	6.837.848.269,77	-4.621.677.181,99	-95.087.006.953,50
2034	2.130.681.920,87	6.772.119.711,93	-4.641.437.791,06	-99.728.444.744,56
2035	2.048.110.002,98	6.693.691.716,29	-4.645.581.713,31	-104.374.026.457,87
2036	1.970.538.325,06	6.600.008.224,13	-4.629.469.899,07	-109.003.496.356,94
2037	1.893.513.151,63	6.502.651.620,96	-4.609.138.469,33	-113.612.634.826,27
2038	1.821.664.763,83	6.393.126.557,17	-4.571.461.793,34	-118.184.096.619,61
2039	1.753.869.132,01	6.272.022.813,33	-4.518.153.681,32	-122.702.250.300,93
2040	1.689.046.285,20	6.144.044.097,59	-4.454.997.812,39	-127.157.248.113,32
2041	1.626.505.359,38	6.008.247.138,32	-4.381.741.778,94	-131.538.989.892,26

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Resultado Previdenciário Acumulado
2042	1.560.830.162,60	5.873.943.401,06	-4.313.113.238,46	-135.852.103.130,72
2043	1.494.346.684,14	5.736.229.754,55	-4.241.883.070,41	-140.093.986.201,13
2044	1.431.953.000,97	5.587.843.861,06	-4.155.890.860,09	-144.249.877.061,22
2045	1.366.503.012,95	5.443.160.534,03	-4.076.657.521,08	-148.326.534.582,30
2046	1.301.965.020,48	5.291.312.946,05	-3.989.347.925,57	-152.315.882.507,87
2047	1.238.635.179,36	5.133.961.180,92	-3.895.326.001,56	-156.211.208.509,43
2048	1.177.104.837,70	4.972.485.762,42	-3.795.380.924,72	-160.006.589.434,15
2049	1.119.101.665,98	4.804.090.572,92	-3.684.988.906,94	-163.691.578.341,09
2050	1.054.105.294,73	4.642.489.219,39	-3.588.383.924,66	-167.279.962.265,75
2051	991.393.082,87	4.477.514.256,87	-3.486.121.174,00	-170.766.083.439,75
2052	933.211.084,50	4.304.540.089,74	-3.371.329.005,24	-174.137.412.444,99
2053	880.059.293,66	4.124.143.490,56	-3.244.084.196,90	-177.381.496.641,89
2054	830.804.663,82	3.938.968.689,69	-3.108.164.025,87	-180.489.660.667,76
2055	783.462.761,77	3.752.975.312,91	-2.969.512.551,14	-183.459.173.218,90
2056	740.191.199,24	3.563.596.455,88	-2.823.405.256,64	-186.282.578.475,54
2057	698.917.909,30	3.374.367.108,57	-2.675.449.199,27	-188.958.027.674,81
2058	658.853.134,15	3.186.792.137,29	-2.527.939.003,14	-191.485.966.677,95
2059	619.334.028,32	3.002.119.474,36	-2.382.785.446,04	-193.868.752.123,99
2060	580.443.649,94	2.820.602.979,32	-2.240.159.329,38	-196.108.911.453,37
2061	542.204.071,44	2.642.362.238,21	-2.100.158.166,77	-198.209.069.620,14
2062	504.773.881,65	2.467.836.595,06	-1.963.062.713,41	-200.172.132.333,55
2063	468.227.426,53	2.297.363.215,19	-1.829.135.788,66	-202.001.268.122,21
2064	432.706.605,32	2.131.430.868,50	-1.698.724.263,18	-203.699.992.385,39
2065	398.287.247,55	1.970.377.418,32	-1.572.090.170,77	-205.272.082.556,16
2066	365.107.616,56	1.814.775.928,66	-1.449.668.312,10	-206.721.750.868,26
2067	333.309.864,66	1.665.178.025,27	-1.331.868.160,61	-208.053.619.028,87
2068	303.024.161,07	1.522.114.067,97	-1.219.089.906,90	-209.272.708.935,77
2069	274.301.258,41	1.385.909.318,51	-1.111.608.060,10	-210.384.316.995,87
2070	247.202.090,72	1.256.956.198,62	-1.009.754.107,90	-211.394.071.103,77
2071	221.802.000,18	1.135.502.289,66	-913.700.289,48	-212.307.771.393,25

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Resultado Previdenciário Acumulado
2072	198.135.821,41	1.021.619.611,04	-823.483.789,63	-213.131.255.182,88
2073	176.111.893,32	915.095.842,94	-738.983.949,62	-213.870.239.132,50
2074	155.741.244,29	815.863.937,93	-660.122.693,64	-214.530.361.826,14
2075	136.998.760,43	723.738.630,66	-586.739.870,23	-215.117.101.696,37
2076	119.757.382,32	638.212.602,74	-518.455.220,42	-215.635.556.916,79
2077	104.058.841,31	559.381.836,64	-455.322.995,33	-216.090.879.912,12
2078	89.859.153,02	487.225.721,54	-397.366.568,52	-216.488.246.480,64
2079	77.109.114,96	421.615.651,42	-344.506.536,46	-216.832.753.017,10
2080	65.703.145,86	362.306.466,12	-296.603.320,26	-217.129.356.337,36
2081	55.686.218,82	309.426.123,21	-253.739.904,39	-217.383.096.241,75
2082	46.823.148,56	262.322.737,95	-215.499.589,39	-217.598.595.831,14
2083	39.108.010,77	221.033.838,32	-181.925.827,55	-217.780.521.658,69
2084	32.462.416,08	185.224.315,63	-152.761.899,55	-217.933.283.558,24
2085	26.796.513,42	154.338.895,21	-127.542.381,79	-218.060.825.940,03

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014.

O déficit previdenciário estadual começou a ser atacado com a criação das Leis Estaduais Complementares nº 13.757 e nº 13.758, de 15/07/2011, através da implementação do sistema de capitalização. Nesse caso, os servidores admitidos a partir de 15/07/2011 têm um sistema previdenciário diferenciado e não mais contribuirão para pagar os atuais inativos e pensionistas.

É lógico deduzir que, após a aposentadoria dos servidores com repartição simples – a maioria em até 15 anos – o Tesouro estadual não contará com as receitas das contribuições dos servidores ativos, sendo o pagamento suportado exclusivamente com as contribuições dos inativos e a patronal, visto que os novos servidores ingressam no sistema de capitalização. Dessa forma, o déficit com inativos e pensionistas aumentará significativamente. Contudo, no longuíssimo prazo – 20 anos – serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro será menos pressionado, embora o equilíbrio previdenciário só seja possível na metade deste século.

A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2014

A Proposta Orçamentária de 2014 (PLOA 2014) foi montada com base nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos pela Lei Estadual nº 14.266, de 18/07/2013 (Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2014 – LDO 2014), conforme a tabela seguinte:

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Previsão de PIB e de inflação, no período entre 2014 e 2016

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016
PIB REAL	4,5%	5,0%	4,5%
INFLAÇÃO (IPCA)	4,5%	4,5%	4,5%

Fonte: LDO 2014.

Para a elaboração da PLOA 2014, o art. 10 da LDO 2014 determinou o percentual de 5,8% de acréscimo sobre os grupos das Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, em relação às dotações de 30 de abril de 2013, conforme teor adiante transcrito:

Art. 10. Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro-Livres classificadas nos **grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras**; em 2014, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2013, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2013, com essa fonte de recurso, **acrescidos de 5,8%** (cinco inteiros e oito décimos por cento) de correção.

Para a elaboração da PLOA 2014, o art. 32 da LDO 2014 determinou o percentual de 8,3% de acréscimo sobre o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação às dotações de 30 de abril de 2013, conforme o seguinte teor:

Art. 32. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite na elaboração de suas Propostas Orçamentárias para 2014, para o **grupo de natureza de despesa de pessoal e encargos sociais**, na fonte de recursos Tesouro-Livres, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2013, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais sancionados até 30 de abril de 2013, **acrescidos de 8,3%** (oito inteiros e três décimos por cento) de correção, considerando incluída nessa correção o crescimento vegetativo e o disposto nos arts. 36 e 37 desta Lei.

A estimativa da Receita Pública para o Orçamento de 2014

A previsão de arrecadação para o exercício de 2014, de R\$ 51,02 bilhões, apresentada de forma sucinta na tabela adiante, compreende a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações. Excluindo as receitas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 8,37 bilhões, estima-se uma arrecadação ajustada, de R\$ 42,65 bilhões, contra R\$ 37,91 bilhões previstos em 2013, crescimento de R\$ 4,74 bilhões, 12,5% maior.

Quanto ao ICMS Total (ICMS com a inclusão de multas, juros e Dívida Ativa), que é o principal tributo estadual, estimou-se, para 2014, uma arrecadação de R\$ 25,96 bilhões, contra R\$ 23,34 bilhões previstos para 2013, crescimento nominal de R\$ 2,62 bilhões, 11,2% superior. Para as receitas de capital, a proposta orçamentária de 2014 estima um montante de R\$ 1,65 bilhão, 5,6% maior que o projetado em 2013.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Principais agregados das Receitas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2014

AGREGADOS DAS RECEITAS	LOA 2013	PLOA 2014	PLOA 2014 - LOA 2013	% PLOA 2014 / LOA 2013
RECEITAS CORRENTES	43.689.423.641	49.368.318.735	5.678.895.094	13,0
1.1 ICMS TOTAL	23.340.954.015	25.958.156.279	2.617.202.264	11,2
1.2 IPVA TOTAL	2.087.956.887	2.296.111.599	208.154.712	10,0
1.3 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	1.363.731.467	1.522.414.808	158.683.341	11,6
1.4 CONTRIBUIÇÕES	1.963.815.011	2.277.611.222	313.796.211	16,0
1.5 PATRIMONIAL	821.563.446	1.011.824.746	190.261.300	23,2
1.6 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	1.778.026.186	1.759.097.695	-18.928.491	-1,1
1.7 IPI-EXPORTAÇÃO	582.121.614	434.853.576	-147.268.038	-25,3
1.9 LC 87/96 (LEI KANDIR) E AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	259.167.723	242.488.934	-16.678.789	-6,4
1.10 FUNDEB - FUNDO DA EDUCAÇÃO	3.571.682.029	3.723.606.753	151.924.724	4,3
1.11 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	4.796.262.881	6.417.820.097	1.621.557.216	33,8
1.12 RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	7.348.190.146	8.367.527.001	1.019.336.855	13,9
1.13 DEDUÇÕES PARA O FUNDO DA EDUCAÇÃO	-4.224.047.764	-4.643.193.975	-419.146.211	9,9
RECEITA DE CAPITAL	1.564.129.956	1.651.513.752	87.383.796	5,6
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.027.673.320	1.254.006.636	226.333.316	22
2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	495.836.236	369.470.053	-126.366.183	-25
2.3 DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	40.620.400	28.037.063	-12.583.337	-31
TOTAL DAS RECEITAS COM TRANSFERÊNCIA INTRAORÇAMENTÁRIA	45.253.553.597	51.019.832.487	5.766.278.890	12,7
TOTAL DAS RECEITAS SEM TRANSFERÊNCIA INTRAORÇAMENTÁRIA	37.905.363.451	42.652.305.486	4.746.942.035	12,5

Fonte: LOA 2013 e PLOA 2014.

A fixação da Despesa Pública para o Orçamento de 2014

A estimativa da despesa dotada para o exercício de 2014, de R\$ 51,02 bilhões, apresentada de forma sucinta na tabela adiante, compreende a totalidade dos órgãos da Administração Direta, assim como as Autarquias e Fundações. Excluindo as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 8,37 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 42,65 bilhões, 12,5% maior do que o previsto para 2013, de R\$ 37,91 bilhões.

A previsão das despesas com Pessoal e Encargos Sociais sem Intraorçamentárias é de R\$ 20,31 bilhões. O gasto com Outras Despesas Correntes sem Intraorçamentárias alcança R\$ 16,22 bilhões. Destacam-se as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, de R\$ 7,75

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

bilhões; o Serviço da Dívida, de R\$ 3,27 bilhões; os Investimentos Amplos, de R\$ 2,47 bilhões; e a Reserva Orçamentária, de R\$ 380,0 milhões.

Principais agregados das Despesas Públicas Consolidadas para o Exercício de 2014

AGREGADOS DAS DESPESAS	LOA 2013	PLOA 2014	PLOA 2014 - LOA 2013	% PLOA 2014 / LOA 2013
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	17.686.295.489	20.308.412.208	2.622.116.719	14,8
OUTRAS DESPESAS CORRENTES SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS	14.634.896.994	16.220.611.716	1.585.714.722	10,8
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	7.045.428.231	7.750.135.436	704.707.205	10,0
Demais Outras Despesas Correntes	7.589.468.763	8.470.476.280	881.007.517	11,6
SERVIÇO DA DÍVIDA (JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA)	2.857.454.440	3.271.888.806	414.434.366	14,5
INVESTIMENTOS AMPLOS (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)	2.438.877.671	2.473.431.364	34.553.693	1,4
RESERVA ORÇAMENTÁRIA	287.838.857	377.961.392	90.122.535	31,3
(+) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	7.322.846.223	8.344.798.968	1.021.952.745	14,0
(+) OUTRAS DESPESAS CORRENTES (DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS)	25.343.923	22.728.032	-2.615.891	-10,3
TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS COM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	45.253.553.597	51.019.832.486	5.766.278.889	12,7
TOTAL DAS DESPESAS DOTADAS SEM TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	37.905.363.451	42.652.305.486	4.746.942.035	12,5

Fonte: LOA 2013 e PLOA 2014.

A DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS ENTRE AS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

A tabela adiante retrata a distribuição das despesas entre as diversas áreas da Administração Estadual. O gasto público total fixado na proposta de 2014, descontados os Encargos Financeiros, a Reserva de Contingência, as despesas intraorçamentárias, os demais Poderes, o Ministério Público e a Defensoria Pública, totaliza R\$ 25,97 bilhões, 50,9% do bolo orçamentário. Os gastos do Poder Executivo serão direcionados para quatro áreas. Para a área de Infraestrutura irão 5,6% do total dos recursos, totalizando R\$ 1,46 bilhão. A área Econômica deverá contar com 4,4% das dotações, equivalente a R\$ 1,15 bilhão, enquanto que a área Administrativa absorverá R\$ 10,98 bilhões, equivalente a 42,3%. Por fim, à área Social caberão R\$ 12,38 bilhões, o que equivale a 47,7% do total distribuído.

Observe-se que, do total da proposta orçamentária de 2014, de R\$ 51,02 bilhões, os Encargos Financeiros absorvem 23,3% (R\$ 11,88 bilhões); a Reserva de Contingência, 0,7% (R\$ 380 milhões); as Despesas Intraorçamentárias, 16,4% (R\$ 8,37 bilhões); e os demais Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública, 8,7% (R\$ 4,43 bilhões). O orçamento do Estado para o

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

exercício de 2014, sem as despesas de transferências intraorçamentárias, injetará na economia gaúcha, aproximadamente, 12% de seu PIB total.

Distribuição das despesas dotadas na PLOA 2014 entre as áreas da Administração Pública Consolidada

ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PLOA 2014	% SOBRE O TOTAL DAS ÁREAS	% SOBRE O TOTAL
Infraestrutura	1.455.436.422	5,6	2,9
Econômica	1.148.093.738	4,4	2,3
Administrativa	10.980.196.427	42,3	21,5
Social	12.381.608.676	47,7	24,3
SUBTOTAL	25.965.335.263	100,0	50,9
Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública	4.432.194.625	-	8,7
Encargos Financeiros do Estado	11.876.814.207	-	23,3
Reserva Orçamentária	377.961.392	-	0,7
Despesas Intraorçamentárias (Dupla Contagem Contábil)	8.367.527.001	-	16,4
TOTAL DA PLOA 2014	51.019.832.487	-	100,0

Fonte de dados brutos: PLOA 2014.

OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS

O orçamento de investimento das sociedades de economia mista, nas quais o Estado do Rio Grande do Sul detém a totalidade do capital social ou a maioria das ações com direito a voto, acompanha a Proposta da Lei Orçamentária Anual da Administração Pública Estadual Direta, suas Autarquias e Fundações, em conformidade com o que determina a Constituição Estadual, em seu art. 149, § 5º, I, bem como cumpre o prazo legal de 15 de setembro de cada ano, para o envio à Assembleia Legislativa da peça orçamentária, estabelecido pelo art. 152, § 8º, III, da Constituição do Estado.

A tabela adiante apresenta a evolução do patrimônio líquido das principais estatais gaúchas, entre 2006 e 2012. Em 2012, destacam-se o crescimento do BANRISUL, da CORSAN, da CRM e do BADESUL. Nos últimos anos, a maioria das estatais gaúchas melhorou seu desempenho graças à modernização administrativa, à gestão voltada aos resultados, à racionalização de despesas, à melhoria de processos e ao crescimento da receita operacional e da rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Patrimônio líquido das principais empresas estatais gaúchas – R\$ 1.000,00

Estatais	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
BANRISUL	1.295.079	2.792.013	3.079.139	3.408.462	3.855.239	4.399.511	4.894.211
CORSAN	525.284	562.215	738.173	603.698	749.638	1.079.048	1.179.076
CEEE-D	9.683	15.982	24.870	1.623.544	1.428.810	1.225.918	1.055.154
CEEE-GT	228.749	304.902	434.781	1.889.542	2.051.413	2.168.734	2.265.143
SULGÁS	73.244	76.804	79.160	128.687	140.085	124.787	113.820
CRM	139.081	143.480	126.145	135.412	130.955	113.516	277.118
PROCERGS	28.927	35.977	43.547	40.352	38.829	38.777	53.218
BADESUL	348.571	369.018	392.435	431.680	502.738	561.004	681.936

Fonte: Balanço Anual das companhias estatais gaúchas.

Nota: Os altos valores apropriados pela CEEE-D e CEEE-GT, em 2009, referem-se à provisão de crédito a receber junto à União, por conta de causa judicial já transitada em julgado.

A tabela adiante mostra a evolução dos investimentos feitos pelas estatais gaúchas, entre 2007 e 2012.

Demonstrativo dos investimentos executados pelas estatais gaúchas - R\$ 1.000,00

Estatais	2007 Executado	2008 Executado	2009 Executado	2010 Executado	2011 Executado	2012 Executado
CORSAN	78.743	91.664	236.517	330.860	201.085	198.580
CEEE	215.952	180.590	216.803	237.544	196.241	238.420
CRM	9.316	18.701	9.368	23.970	16.955	16.200
SULGÁS	5.900	19.100	17.354	20.284	24.938	36.200
BANRISUL E COLIGADAS	133.006	163.055	210.203	190.884	198.735	251.800
DEMAIS ESTATAIS	9.493	8.863	26.153	33.101	7.022	14.800
Total dos Investimentos	452.410	481.973	716.398	836.643	644.976	756.000

Fonte: Balanço Social das companhias estatais gaúchas e SEPLAG/RS.

Nota 1: Os investimentos da CEEE abrangem a CEEE Distribuição (CEEE-D) e a CEEE Geração e Transmissão (CEEE-GT).

O Estado do Rio Grande do Sul possui 14 estatais, divididas em setor produtivo e financeiro. O setor produtivo é composto por dez Companhias, que se dedicam à prestação de serviços, produção industrial e extração mineral. Já o setor financeiro é composto por quatro Companhias, voltadas à atividade de intermediação financeira e fomento ao desenvolvimento.

Em 2014, as estatais projetam executar investimentos na ordem de R\$ 1.184,7 milhões. As empresas do setor produtivo alocaram, no orçamento de 2014, R\$ 1.147,6 milhões, sendo

R\$ 451,2 milhões com recursos próprios, R\$ 662,4 milhões por meio de operações de crédito e R\$ 34,0 milhões através de outras fontes de recursos. As empresas do setor bancário (grupo BANRISUL e BADESUL) apropriaram, no orçamento de 2014, um montante de R\$ 37,1 milhões, com recursos próprios.

Os recursos das empresas estatais são alocados em três grandes áreas: a de Infraestrutura, R\$ 1.118,9 milhões; a Econômica, R\$ 50,2 milhões; e a Administrativa, R\$ 15,6 milhões. Ao demonstrar-se os investimentos classificados por Função, a Função Administração apropriou

R\$ 10,5 milhões; a de Saneamento, R\$ 370,6 milhões; a da Agricultura, R\$ 3,1 milhões; a da Indústria, R\$ 5,1 milhões; a do Comércio e Serviços, R\$ 47,1 milhões; e a de Energia, R\$ 748,3 milhões, totalizando R\$ 1.184,7 milhões em investimentos.

Pela ótica econômica, em uma estimativa sobre a matriz insumo-produto, desenvolvida pela Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE/RS), os investimentos previstos pelas estatais gaúchas, em 2014, de R\$ 1,185 bilhão, caso se realizem na sua totalidade, terão significativo impacto multiplicador, pois se estima um incremento de 0,33% no PIB estadual, acompanhado da criação de 29.000 novos empregos, entre diretos e indiretos, impactando na produção em R\$ 1,5 bilhão.

AS DECISÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ NO ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2014

O processo de decisão das demandas da participação popular, incluídas no Projeto da Lei Orçamentária Estadual de 2014, foi constituído de cinco etapas, tendo como base os programas do PPA Participativo 2012-2015. A primeira etapa, a das Audiências Regionais, abertas à participação de toda a sociedade, foi realizada nas 28 regiões em que se divide o Estado, foram eleitas as áreas temáticas de políticas públicas prioritárias, apresentado o Mapa de Investimentos do Governo e eleita a Coordenação Regional. Mais de 6.000 pessoas participaram, representando, em sua maioria, diversos Movimentos Sociais, Associações, Cooperativas, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDEs), Administrações Municipais e Instituições Regionais.

Na segunda etapa, além das centenas de reuniões preparatórias, com participação em torno de 4.000 pessoas, as 490 Assembleias Municipais reuniram mais de 80.000 participantes em todo Estado. Nessa etapa, a comunidade local apresentou as suas demandas para inclusão na cédula de votação regional e elegeu representantes para o Fórum Regional. A terceira etapa, a do Fórum Regional da Participação Popular e Cidadã, realizou a síntese das assembleias municipais, elencando os Projetos que constituíram a cédula de votação de prioridades. Em torno de 2.000 delegados dos COREDEs representaram os municípios no debate. A quarta etapa, a da Votação de Prioridades, submeteu a toda a cidadania gaúcha as demandas discutidas e indicadas nas três etapas anteriores, o que ocorreu na eleição nos dias 6 e 7 de julho de 2013.

No processo da escolha de prioridades votaram 1.125.159 pessoas, de três formas: internet, celular e urna manual. Na quinta e última etapa, ocorreu o Fórum Estadual da

Participação Popular e Cidadã, com o objetivo de debater e validar a matriz orçamentária estadual.

No campo dois da cédula foi incluída, pelo segundo ano consecutivo, a votação de projetos denominados de Prioridades Estratégicas Regionais. Essas prioridades, elencadas pelas regiões, são objeto de análise e inclusão no Projeto da Lei Orçamentária, de acordo com a possibilidade e a capacidade de cada Órgão. É uma iniciativa que visa aumentar o número de demandas com característica regional e, cada vez mais, dialogar e decidir os investimentos e a construção das políticas públicas com a participação da sociedade gaúcha.

Além das demandas com a garantia de recursos vinculados, decididas pela população e identificadas na peça orçamentária com código orçamentário específico, na ordem de R\$ 165 milhões, ainda há um conjunto de prioridades que estão incluídas pelos Órgãos no presente Projeto de Lei, que segue para apreciação na Casa Legislativa Estadual.

A novidade da votação de prioridades foi a inclusão de um novo campo de votação denominado de Reforma Política em Consulta. Essa iniciativa da Coordenação Estadual do processo de participação teve como objetivo oportunizar à sociedade gaúcha manifestar opinião acerca de um dos temas da realidade nacional, aproveitando um instrumento conhecido e consolidado que é a votação de prioridades do ciclo orçamentário anual. Ao total, foram 540 mil votantes que responderam as perguntas relacionadas a essa temática.

O atual Governo atingiu a maior média de participação popular no processo, com mais de 1 milhão de votantes anuais, entre 2011 e 2013. Na gestão de 2004 a 2006, primeiros três anos em que a votação foi criada, sob a denominação de Consulta Popular, a média foi de 661 mil votantes. Na gestão passada, de 2007 a 2010, a média foi de 755 mil eleitores participando.

Esses números, aliados ao de participantes nas audiências públicas, fóruns regionais e assembleias municipais, consolidam o processo com forte representatividade na sociedade gaúcha e como importante instrumento de democratização das estruturas do Estado na sua relação com a sociedade.

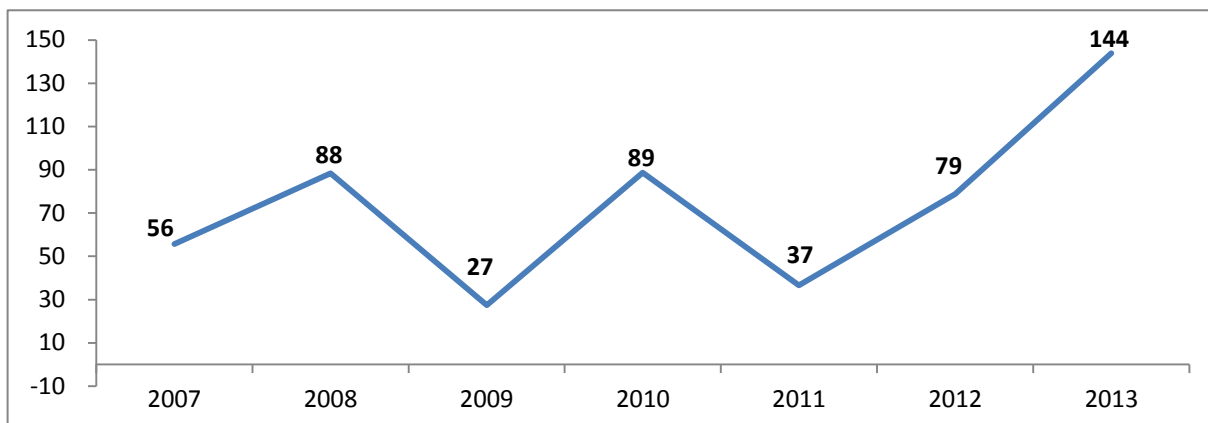
Convém destacar que a participação nas decisões orçamentárias é uma das dimensões do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã. Outros meios e formas de participação são oportunizados à sociedade gaúcha cotidianamente, possibilitando o diálogo permanente entre governo e sociedade. Por tudo isso, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu o primeiro lugar no Prêmio Nações Unidas ao Serviço Público com o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã.

No orçamento de 2014, foi disponibilizado um mínimo de R\$ 165,32 milhões para as demandas da Votação de Prioridades na Participação Popular e Cidadã, considerando três fatores: o mínimo de 20% igual para todas as 28 regiões, a população da região e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE).

O gráfico adiante discrimina os valores empenhados, entre 2007 e 2013, a título de Consulta Popular. Verifica-se que, em 2013, houve o maior aporte de recursos da série.

Demonstrativo de valores empenhados na Consulta Popular - em R\$ milhões

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014



Fonte: Sistema de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Nota: Em 2013, R\$ 28,3 milhões foram executados dentro dos projetos da SES, SE, SCIT e SSP, a parte dos projetos identificados como PCC.

AS DESONERAÇÕES FISCAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Adiante, apresentam-se tabelas relacionadas às desonerações fiscais do Estado do Rio Grande do Sul, relativas às informações do exercício de 2012. As do ano de 2013, somente serão consolidadas a partir do segundo semestre de 2014.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do ICMS, entre 2003 e 2012

Ano	Arrecadação	Desonerações	ICMS Potencial	Desoneração/ ICMS Potencial
2003	8.988.842.934	5.042.114.517	14.030.957.451	35,94%
2004	9.637.938.267	6.614.355.334	16.252.293.601	40,70%
2005	11.382.937.672	6.249.296.694	17.632.234.366	35,44%
2006	11.813.299.091	6.567.080.586	18.380.379.677	35,73%
2007	12.257.685.274	7.543.124.331	19.800.809.606	38,10%
2008	14.825.153.675	9.181.726.954	24.006.880.628	38,25%
2009	15.086.670.972	8.514.259.063	23.600.930.035	36,08%
2010	17.893.312.783	9.484.125.010	27.377.437.793	34,64%
2011	19.502.930.376	10.903.435.420	30.406.365.796	35,86%
2012	21.378.208.631	11.057.014.860	32.435.223.491	34,09%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Demonstrativo das estimativas das desonerações do IPVA, entre 2003 e 2012

Ano	Arrecadação	Desonerações	IPVA Potencial	Desoneração/ IPVA Potencial
2003	623.841.203	147.287.025	771.128.228	19,10%
2004	623.681.781	178.483.043	802.164.824	22,25%
2005	707.129.668	215.446.717	922.576.385	23,35%
2006	796.162.951	240.416.313	1.036.579.264	23,19%
2007	895.639.360	274.152.820	1.169.792.180	23,44%
2008	1.040.427.308	317.575.014	1.358.002.322	23,39%
2009	1.518.319.262	388.466.879	1.906.786.141	20,37%
2010	1.501.498.548	447.141.817	1.948.640.365	22,95%
2011	1.679.225.874	519.939.437	2.199.165.311	23,64%
2012	1.904.310.134	600.620.328	2.504.930.462	23,98%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do ITCD, entre 2003 e 2012

Ano	Arrecadação	Desonerações	ITCD Potencial	Desoneração/ ITCD Potencial
2003	62.320.772	20.918.983	83.239.754	25,13%
2004	63.756.325	21.706.002	85.462.327	25,40%
2005	65.048.630	22.652.376	87.701.006	25,83%
2006	62.576.448	22.929.629	85.506.077	26,82%
2007	66.661.619	24.489.345	91.150.964	26,87%
2008	70.504.894	23.221.949	93.726.842	24,78%
2009	87.276.807	23.877.336	111.154.143	21,48%
2010	281.097.159	97.397.742	378.494.900	25,73%
2011	250.288.403	71.977.076	322.265.479	22,33%
2012	232.619.981	61.425.122	294.045.103	20,89%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Demonstrativo das estimativas das desonerações totais dos impostos do RS, entre 2003 e 2012

Ano	Arrecadação de Impostos	Desonerações	Arrecadação Potencial	% Desoneração sobre Potencial
2003	9.675.004.909	5.210.320.524	14.885.325.433	35,00%
2004	10.325.376.373	6.814.544.379	17.139.920.752	39,80%
2005	12.155.115.970	6.487.395.787	18.642.511.756	34,80%
2006	12.672.038.490	6.830.426.528	19.502.465.018	35,00%
2007	13.219.986.253	7.841.766.496	21.061.752.749	37,20%
2008	15.936.085.876	9.522.523.917	25.458.609.793	37,40%
2009	16.692.267.040	8.926.603.278	25.618.870.319	34,80%
2010	19.675.908.489	10.028.664.569	29.704.573.059	33,80%
2011	21.432.444.652	11.495.351.934	32.927.796.586	34,91%
2012	23.515.138.746	11.719.060.310	35.234.199.056	33,26%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Demonstrativo das estimativas das desonerações do ICMS, por natureza jurídica, entre 2010 e 2012

Especificação	2010			2011			2012		
	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.
ISENÇÕES	1.255.371.054	13,2%	4,6%	1.593.757.072	14,6%	5,2%	1.709.818.123	15,5%	5,3%
NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações	1.044.000.520	11,0%	3,8%	525.129.381	4,8%	1,7%	471.909.908	4,3%	1,5%
EXPORTAÇÕES (Lei Kandir)	3.378.650.412	35,6%	12,3%	4.293.842.858	39,4%	14,1%	4.087.969.273	37,0%	12,6%
REDUÇÕES BASE DE CÁLCULO	556.397.965	5,9%	2,0%	821.483.315	7,5%	2,7%	829.459.891	7,5%	2,6%
CRÉDITOS PRESUMIDOS	2.206.149.489	23,3%	8,1%	2.393.171.182	21,9%	7,9%	2.455.377.089	22,2%	7,6%
NÃO ESTORNO DO CRÉDITO FISCAL	410.493.514	4,3%	1,5%	467.960.531	4,3%	1,5%	505.606.278	4,6%	1,6%
MICROEMPRESAS E EPPs	633.062.057	6,7%	2,3%	808.091.081	7,4%	2,7%	996.874.298	9,0%	3,1%
TOTAL das Desonerações de ICMS	9.484.125.010	100,0%	34,6%	10.903.435.420	100,0%	35,9%	11.057.014.860	100,0%	34,1%
ICMS Arrecadado	17.893.312.783	-	65,4%	19.502.930.376	-	64,1%	21.378.208.631	-	65,9%
ICMS Potencial	27.377.437.793	-	100,0%	30.406.365.796	-	100,0%	32.435.223.491	-	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Desonerações do ICMS por Fonte Legislativa, entre 2010 e 2012

DESONERAÇÕES DO ICMS	2010		2011		2012	
	R\$	% Des.	R\$	% Des.	R\$	% Des.
DESONERAÇÕES POR FORÇA CONSTITUCIONAL (Não-Incidências, incluindo Exportações)	4.422.650.932	46,6%	4.818.972.239	44,2%	4.559.879.181	41,2%
DESONERAÇÕES POR FORÇA INFRACONSTITUCIONAL: (Isenções, RBC, CP, Não-Estorno de Créditos e Micro e Pequenas Empresas)	5.061.474.079	53,4%	6.084.463.181	55,8%	6.497.135.679	58,8%
TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO RS	9.484.125.010	100,0%	10.903.435.420	100,0%	11.057.014.860	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS PARA A QUESTÃO REGIONAL E DEMOGRÁFICA NO RIO GRANDE DO SUL

A promoção do desenvolvimento regional foi definida como um objetivo estratégico do atual governo, decisão essa amparada no fato de que as tendências espaciais do crescimento da economia gaúcha, já explicitadas na Mensagem do Plano Plurianual 2012-2015, têm apontado para um aumento da concentração econômica junto aos principais eixos de desenvolvimento do Estado. Em contraposição, uma extensa porção do território, periférica a esses eixos, tem enfrentado dificuldades para dinamizar suas atividades econômicas e inserir-se no processo de desenvolvimento.

Essa situação tem impactado também a dinâmica demográfica, com a população sendo atraída para as áreas onde se concentram as atividades econômicas. Essa realidade soma-se a outras especificidades de nossa demografia, como o aumento das taxas de urbanização, a queda na fecundidade e o aumento da população nas faixas etárias mais avançadas, repercutindo sobre a questão regional e, também, sobre as políticas setoriais.

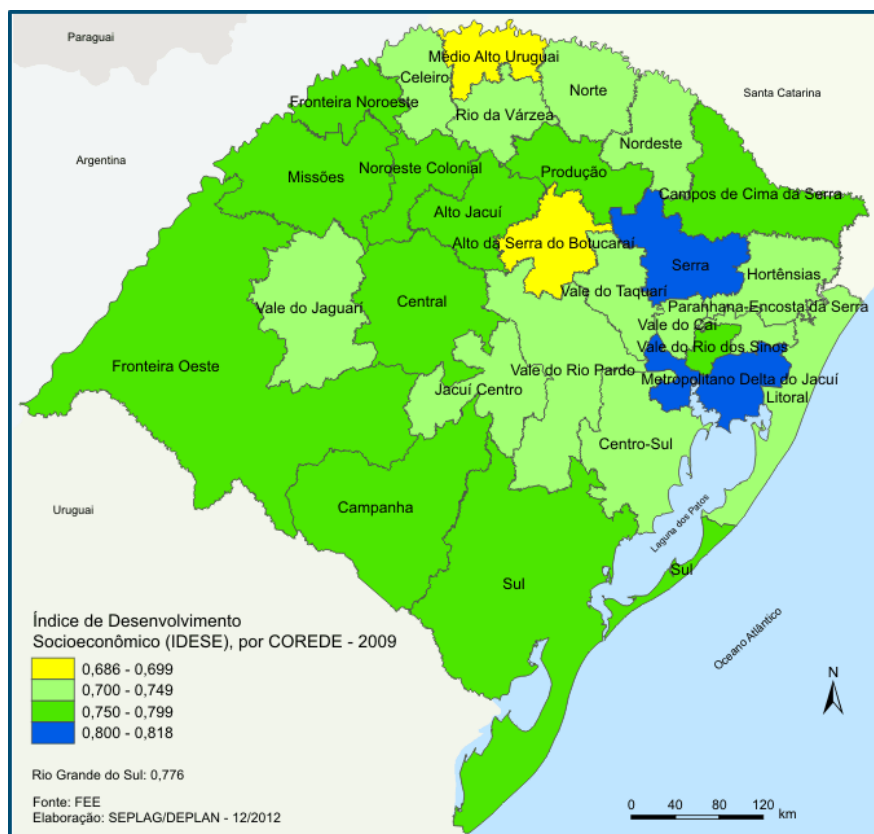
A Questão Regional no Rio Grande do Sul

Até o início da década de 90, a percepção da dinâmica territorial no Estado do Rio Grande do Sul estava baseada unicamente nos movimentos macrorregionais, especialmente em função da preocupação com a chamada Metade Sul. A partir desse momento, a questão regional passou a ser tratada considerando um número maior de variáveis tendo em vista a melhoria da atuação do Estado para o enfrentamento de problemas relacionados com a dinâmica territorial.

Essa nova disposição de se avaliar a questão das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul pode ser facilmente percebida através da análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE)³. O índice, divulgado anualmente pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um indicador sintético, elaborado aos moldes do conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto por quatro blocos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílio e Saúde.

³ O IDESE resulta de um conjunto de 12 indicadores, em quatro grandes blocos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílios e Saúde. Pela abrangência das variáveis socioeconômicas que compõem o IDESE, sua utilização permite a classificação de três estágios de desenvolvimento: baixo desenvolvimento (de zero até 0,499); médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799); e, alto desenvolvimento (acima de 0,800 até 1,000). O Bloco Educação é composto pela taxa de analfabetismo de pessoas de quinze anos ou mais de idade, taxa de abandono no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de atendimento no ensino médio. O Bloco Renda é calculado pelo PIB *per capita* e pelo Valor Adicionado Bruto (VAB) *per capita* do comércio, alojamento e alimentação. O Bloco Condições de Saneamento e Domicílio analisa a proporção de domicílios abastecidos com água tratada (rede geral), pelo percentual de domicílios atendidos com esgoto sanitário (rede geral de esgoto ou pluvial) e média de moradores por município. No Bloco Saúde, são utilizados o percentual de crianças com baixo peso ao nascer, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos e a expectativa de vida ao nascer.

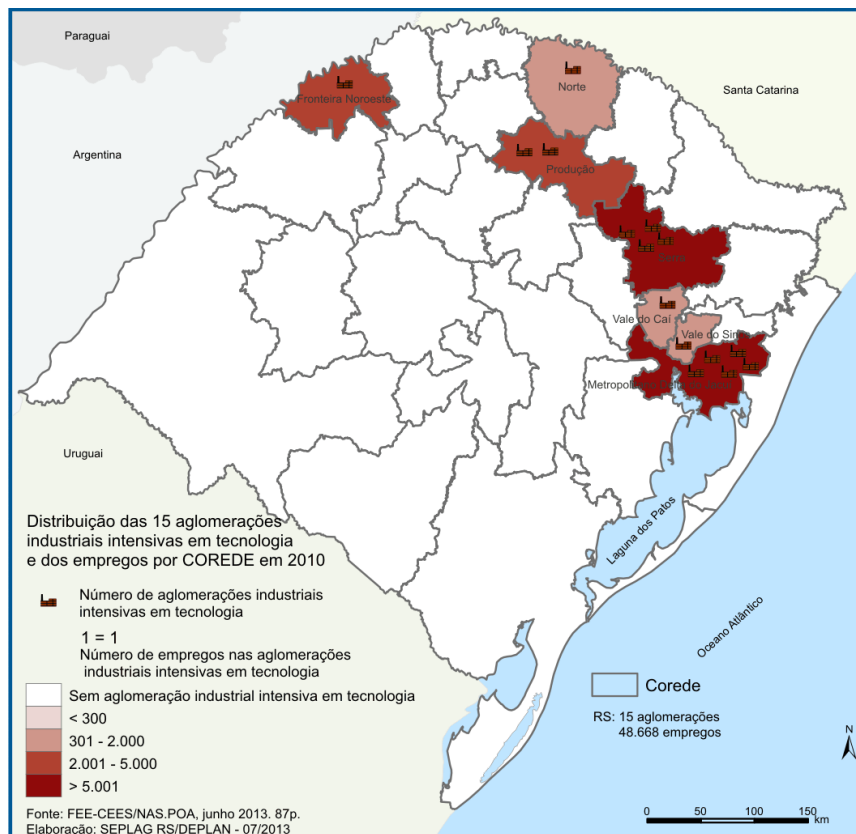
Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (IDESE), por COREDE 2009



Uma breve análise do IDESE total e de seus blocos demonstra essa maior complexidade da questão regional. Embora o Rio Grande do Sul não apresente índices na faixa considerada de baixo desenvolvimento, algumas regiões apresentam valores abaixo da média estadual, principalmente devido ao seu desempenho em blocos específicos, como no caso dos COREDES Alto da Serra do Botucaraí e Médio Alto Uruguai. Outras regiões, como a dos Conselhos Metropolitano Delta do Jacuí e Serra, não por acaso, apresentam indicadores de desenvolvimento socioeconômico bem acima da média estadual.

Algumas tendências espaciais em curso no Estado merecem especial atenção e contribuem para a compreensão da situação desses indicadores. Um primeiro movimento observado, ao longo das últimas décadas, é uma leve inflexão nos atuais padrões de concentração das atividades econômicas do Estado, especialmente no que se refere à indústria e ao emprego industrial. Essa situação é facilmente observada no eixo que liga Porto Alegre a Caxias do Sul e, em alguma medida, nas proximidades dos núcleos Pelotas e Rio Grande. Assim, pode-se dizer que a tênue reversão do processo concentracionista na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) ocorre através de uma reconcentração em alguns poucos pontos do território estadual.

Distribuição das aglomerações industriais intensivas em tecnologia em 2010

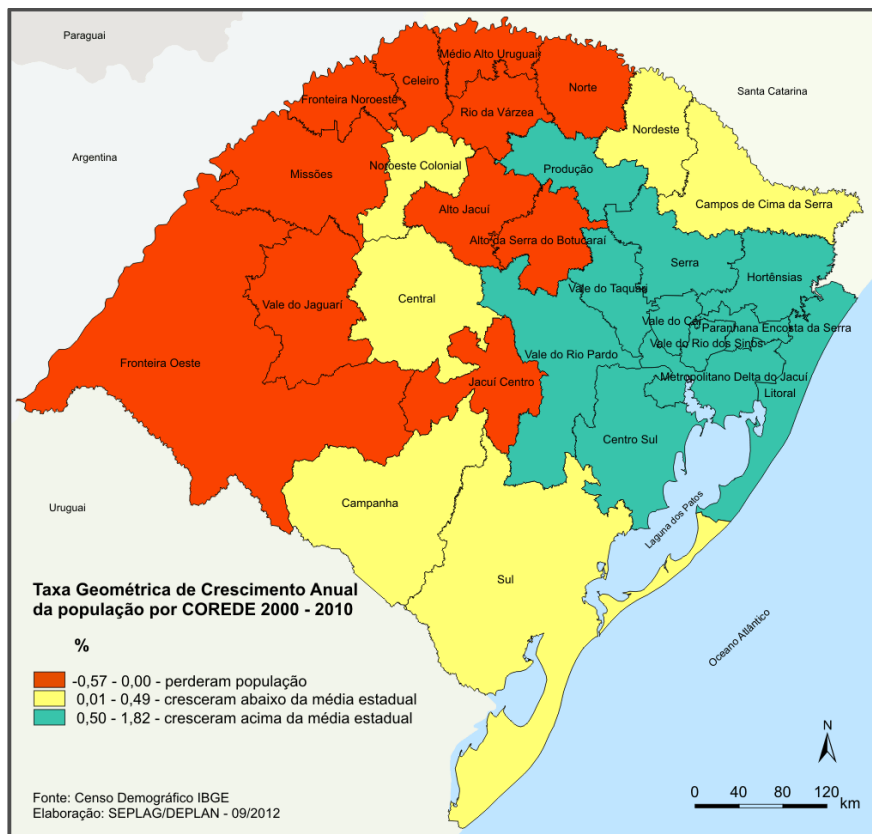


O relativo processo de desconcentração concentrada das atividades econômicas vem favorecendo o surgimento de franjas junto aos principais eixos de desenvolvimento, conformando o que pode ser chamado de Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul Expandido. Essa tendência pode ser observada na figura acima, que mostra a distribuição espacial dos segmentos intensivos em tecnologia e do emprego, segmentos que possuem grande relevância para a promoção do dinamismo econômico, especialmente devido ao desempenho inovador dessas atividades.

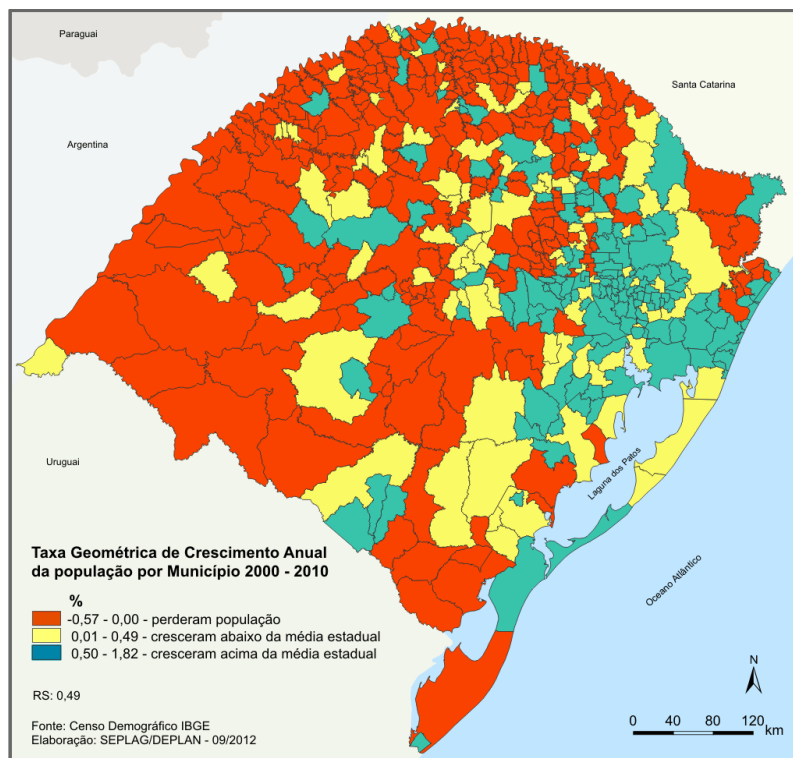
Uma tendência que pode ser observada é a crescente mudança da dinâmica demográfica, com relativo esvaziamento das regiões localizadas mais a oeste e noroeste do território rio-grandense, em favor dos territórios situados mais a leste do Estado, como pode ser observado na próxima figura. No período de 2000 a 2010, o número de regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento que tiveram reduzida sua população duplicou, em relação ao período de 1990 a 2000, expandindo-se para todo o arco de fronteira.

Mesmo que o saldo migratório total não seja suficiente para influenciar significativamente a dinâmica de crescimento populacional do Estado, ele pode ser determinante nas regiões que apresentam menores volumes de população. Convém assinalar que grande parte dessas regiões apresenta baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico e boa parte delas possui altas taxas de população que reside nas áreas rurais, quando comparadas com as demais regiões do Estado.

Taxa geométrica de crescimento da população 2000-2010, por COREDE



Taxa geométrica de crescimento da população 2000-2010, por município



A mesma tendência pode ser observada através da análise da distribuição municipal das taxas de crescimento populacional e afeta especialmente pequenos municípios situados no noroeste e norte do Estado e, também, núcleos urbanos maiores e mais estruturados da Fronteira Oeste. No período 2000-2010, dos 497 municípios existentes no Estado, 257 apresentaram taxas de crescimento negativas e, destes, 207 possuem população inferior a 10.000 habitantes. Entre os municípios que apresentaram queda nas taxas de crescimento demográfico, 22 possuem mais de 50.000 habitantes e, destes, seis estão localizados na Fronteira Oeste, o que corresponde a quase a metade dos municípios da Região.

Já os municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento populacional encontram-se no nordeste do Estado, junto ao litoral e seguindo o Eixo Expandido Porto Alegre-Caxias do Sul-Passo Fundo. Entre os dez municípios que apresentaram maiores taxas de crescimento demográfico superior a 2,97%, sete localizam-se na região do Litoral. Já entre os 147 municípios que apresentaram taxas superiores à média estadual, 55 encontram-se na Região Funcional 1, que abriga COREDEs que possuem municípios que pertencem à Região Metropolitana de Porto Alegre.

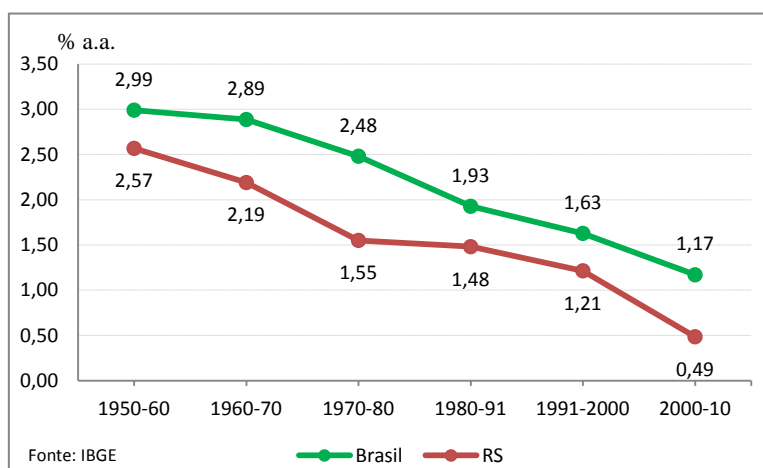
Aspectos da Dinâmica Demográfica Gaúcha

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo 2010, revelaram algumas tendências demográficas para o Rio Grande do Sul que já haviam sido detectadas nos últimos censos e pesquisas. Essa observação, aliada às projeções recentes elaboradas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), confere importantes consequências para o planejamento. Entre essas tendências podemos destacar o aumento das taxas da população urbana e a redução da taxa de crescimento populacional, que tende a ocasionar um aumento da população nas faixas etárias mais avançadas.

Evolução da população absoluta

A população do Rio Grande do Sul atingiu a marca de 10,7 milhões em 2010, representando 5,6% da população brasileira, com tendência de queda nessa participação. Após um elevado crescimento populacional na década de 50, o ritmo passou a ser cada vez menor, chegando aos anos 80 com uma taxa de crescimento médio anual em torno de 1,5% a.a. Nos anos 90, esses valores foram reduzidos para 1,4% e, no ano 2000, atingiram 1,2%. Os dados do último Censo apontaram para uma queda ainda maior no ritmo desse crescimento, chegando a uma taxa de 0,49% a.a., colocando o Rio Grande do Sul como o Estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento na década. As estimativas para o ano de 2011 são na ordem de 0,39%.

Taxa geométrica de crescimento anual, Brasil e Rio Grande do Sul – 1980-2011



O fator preponderante nesse processo é a diminuição da taxa de fecundidade apresentada pelo Estado. A média de filhos por mulher para 2010 estava em 1,8. Esse valor já se encontra abaixo da taxa de reposição populacional⁴, que é de 2 filhos.

Estrutura Etária da População

O declínio da taxa de fecundidade, assim como da de mortalidade, e o aumento da expectativa de vida⁵ afetam diretamente a estrutura etária da população. O Rio Grande do Sul, desde muitos anos, se destaca entre os estados com uma das maiores expectativas de vida do País. A análise do período 1970-2010 indica que houve um acréscimo de mais de oito anos na expectativa de vida do gaúcho, passando de 67,8 para 75,9 anos nas últimas três décadas.

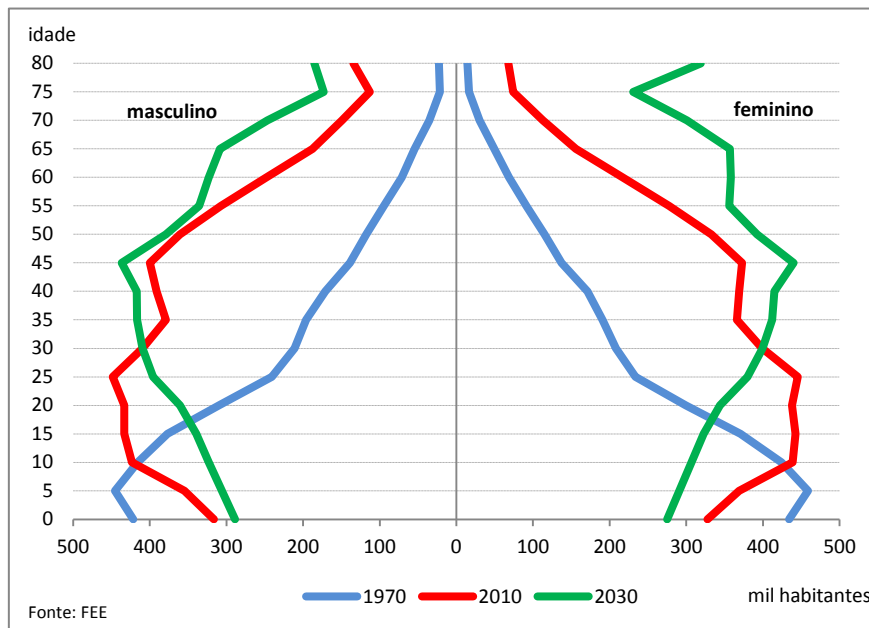
População por Gênero

A estrutura por gênero (sexo) de uma população é analisada através da razão de sexo, isto é, número de homens para cada cem mulheres. No Rio Grande do Sul esse indicador tem apresentado uma tendência de queda ao longo das últimas décadas. Em 1980, havia 98,2 homens para cada cem mulheres. Para os anos de 2010 e 2011, esse valor passou para 94,8, o que representa uma diferença de 280 mil habitantes em favor do sexo feminino. Do nascimento até a juventude há um número maior de homens, mas, a partir dos 25 anos até as idades mais avançadas, as mulheres são maioria. Atualmente, há 64,4 homens para cada 100 mulheres na faixa etária de 70 anos ou mais.

⁴ Taxa de reposição populacional é o número médio de filhos que as mulheres entre 15 a 49 anos de idade precisam ter para que a população permaneça constante.

⁵ Expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer é o número médio de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano pode esperar viver, se mantidas, desde o seu nascimento, as taxas de mortalidade observadas no ano de observação.

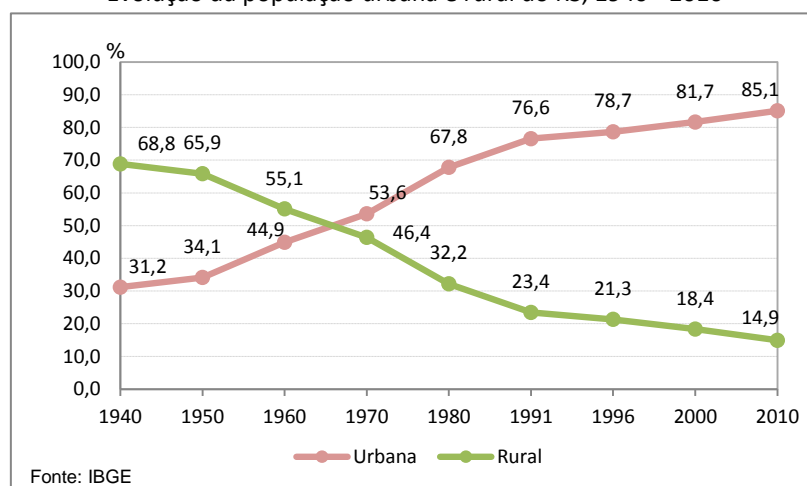
Distribuição da população por faixa etária e gênero, RS - 1970, 2010 e 2030



Urbanização da População

A taxa de urbanização gaúcha, representada pela proporção da população que reside em área urbana, revela um crescimento marcante. A população urbana, de 67,5% em 1980, passou para 76,6% em 1991, chegando a 81,6% em 2000 e a 85,1% em 2010. Considerando que, em 1940, menos de um terço da população vivia nas zonas urbanas do Estado, observa-se um aumento significativo em apenas 50 anos. Entre os anos de 1960 e 1970 as participações entre a população urbana e rural iniciaram um processo de inversão. O contingente populacional rural, entre 2000 e 2010, reduziu-se em 276 mil habitantes, sendo que a média anual de crescimento da população rural foi de -1,59%.

Evolução da população urbana e rural do RS, 1940 - 2010



Saldo Migratório

O saldo migratório – diferença entre o número de entrada e o de saída de população – tem sido historicamente negativo no Rio Grande do Sul. Esses valores, entretanto, apesar de negativos, vinham decaindo. Nos anos 70 o Estado perdia cerca de 20 mil pessoas por ano, nos anos 80 esse número caiu para 10 mil e, na década de 90, as perdas foram de menos de 3 mil pessoas. Porém os Censos Demográficos das duas últimas décadas mostraram uma reversão dessa tendência. A perda populacional por migração, principalmente para outros estados da Federação, entre os anos 1995-2000, foi de 39.495 e, entre 2005-2010, alcançou 74.650 pessoas.

Os estados que mais atraíram a população gaúcha são os localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Somente Santa Catarina recebeu 80% desse contingente. É desses estados também a origem da maioria daqueles que migram para o Rio Grande do Sul.

O resultado da projeção da população até 2050 indica que o Rio Grande do Sul atingirá um contingente máximo de 11 milhões de habitantes em 2025. A partir daí ocorrerá uma redução, totalizando 9,7 milhões em 2050. O Estado deverá ser um dos primeiros estados brasileiros a atingir taxa de crescimento negativa.

Há uma grande disparidade quando essa projeção é analisada por faixa etária: o contingente da população entre 0 e 14 anos, que já mostrou redução entre os anos de 2000 e 2010, deverá continuar em queda. A quantidade de pessoas com idade entre 15 e 64 anos continuará aumentando e alcançará um contingente máximo entre 2015 e 2020 e, a partir de então, iniciará um processo de redução. Por fim, a população com mais de 65 anos continuará aumentando nas próximas décadas.

Esse tipo de comportamento do crescimento populacional apresentado até agora indica que estamos passando por uma transição demográfica⁶, na qual o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos somados a mais de 65 anos) sobre a população ativa (14 a 65 anos) ainda é menor.

Número de imigrantes e emigrantes, segundo as principais Unidades da Federação de destino, saldo migratório e distribuição percentual, RS 2005-2010

Unidade da Federação	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Imigrantes (%)	Emigrantes (%)
Santa Catarina	31.902	91.953	-60.051	31,1	51,9
Paraná	16.997	21.853	-4.857	16,6	12,3
São Paulo	14.532	17.425	-2.893	14,2	9,8
Mato Grosso	3.780	5.949	-2.169	3,7	3,4

⁶ Transição demográfica é um fenômeno dinâmico que afeta as populações ao longo do tempo, em que, em um primeiro momento, presencia-se um aumento das taxas de crescimento populacional (uma explosão demográfica), mas, com a queda da natalidade, o ritmo de crescimento da população vai se reduzindo ao longo do tempo, tendendo para a estabilidade ou, mesmo, para a redução do crescimento.

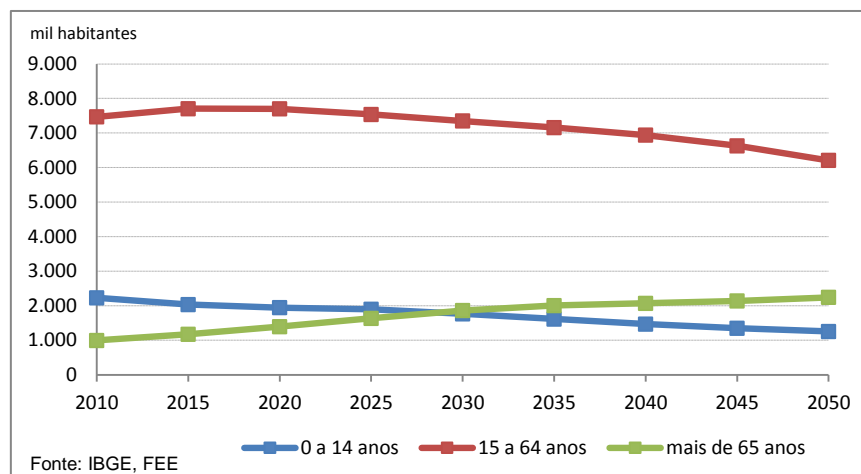
Unidade da Federação	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório	Imigrantes (%)	Emigrantes (%)
Distrito Federal	2.566	4.095	-1.529	2,5	2,3
Mato Grosso do Sul	2.887	3.843	-956	2,8	2,2
Rio de Janeiro	8.408	7.545	863	8,2	4,3
Demais Unidades da Federação	21.542	24.599	-3.058	21,0	13,9
Total RS	102.613	177.263	-74.650	100,0	100,0

FONTE: IBGE, Censo Demográfico de 2010

Projeções de Crescimento Populacional

Se essa projeção para os próximos decênios se confirmar, o Rio Grande do Sul já se encontraria no auge dessa proporção pois, a partir da próxima década, essa relação entre inativos e ativos entraria em crescimento. Estaríamos, portanto, em vigência ainda do chamado Bônus Demográfico, isto é, um período em que a população ativa é proporcionalmente mais numerosa que a inativa. Essa condição indicaria uma vantagem para o desenvolvimento, visto que essa população ativa mais numerosa criaria melhores condições de poupança e investimento.

População do Rio Grande do Sul, por grupo de idade 2015 a 2050 (em mil habitantes)



Porém, no futuro, uma população mais envelhecida implica inúmeros desafios à sociedade e ao poder público, principalmente nas questões relativas à saúde e à previdência.

A Ação do Governo Estadual

Preocupada com essas tendências, a ação governamental tem sido organizada em duas linhas de atuação, fundamentais para o planejamento territorial do Estado. A primeira no sentido de possibilitar um adequado ordenamento nos territórios que, historicamente, têm concentrado as atividades econômicas, notadamente o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, que atualmente se expande na direção de Passo Fundo e, mais recentemente, a área que compreende o Aglomerado Urbano do Sul. A segunda, especialmente desenvolvida atentando, em particular, para a situação das regiões que vêm, ao longo dos anos, perdendo dinamismo econômico e social. Mesmo que possa ser percebida, nas últimas décadas, alguma inflexão nos atuais padrões de concentração das atividades econômicas do Estado, especialmente no que se refere à indústria e ao emprego industrial, esses processos têm, naturalmente, beneficiado o entorno das regiões mais desenvolvidas.

Entre as ações para possibilitar um adequado ordenamento nos territórios que concentram maior volume de população e das atividades econômicas estão: as melhorias no acesso metropolitano, com a duplicação de rodovias, em parceria com o Governo Federal; a implantação do metrô de Porto Alegre, em parceria com a Prefeitura e o Governo Federal; a duplicação da ligação Porto Alegre-Rio Grande e da BR-290 até Pantano Grande; e, a Rodovia do Parque. Além disso, podem ser destacadas ações na área de energia, saneamento e abastecimento de água potável, com grandes volumes de investimentos em andamento.

Adicionalmente, estão em curso ações conjuntas com o Governo Federal, como o Convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), para elaboração de estudos junto ao Porto do Rio Grande e, também, as Agendas Territoriais de Desenvolvimento, que vêm sendo negociadas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A busca pelo equilíbrio territorial do desenvolvimento vem sendo promovida através da inserção da questão regional do Rio Grande do Sul em uma perspectiva nacional através da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Nesse sentido, a I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional foi realizada no período de 24 a 26 de setembro de 2012, em Porto Alegre, e promoveu um amplo debate sobre a questão regional no Rio Grande do Sul. A Conferência resultou na elaboração de princípios e diretrizes para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O debate evidenciou a preocupação com a inserção das regiões colocadas à margem do processo de desenvolvimento e, também, a preocupação em construir soluções para os problemas resultantes da concentração espacial dos investimentos.

Os resultados da primeira Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional (I CEDR) reforçaram a preocupação com o tema dos desequilíbrios territoriais, inserindo a discussão em uma perspectiva nacional. A I CEDR constituiu-se em uma etapa da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (I CNDR), promovida pelo Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de rediscutir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). No Estado do Rio Grande do Sul, a I CEDR foi coordenada pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG) e realizada em parceria com diversos órgãos do Estado, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e demais instituições interessadas na questão regional.

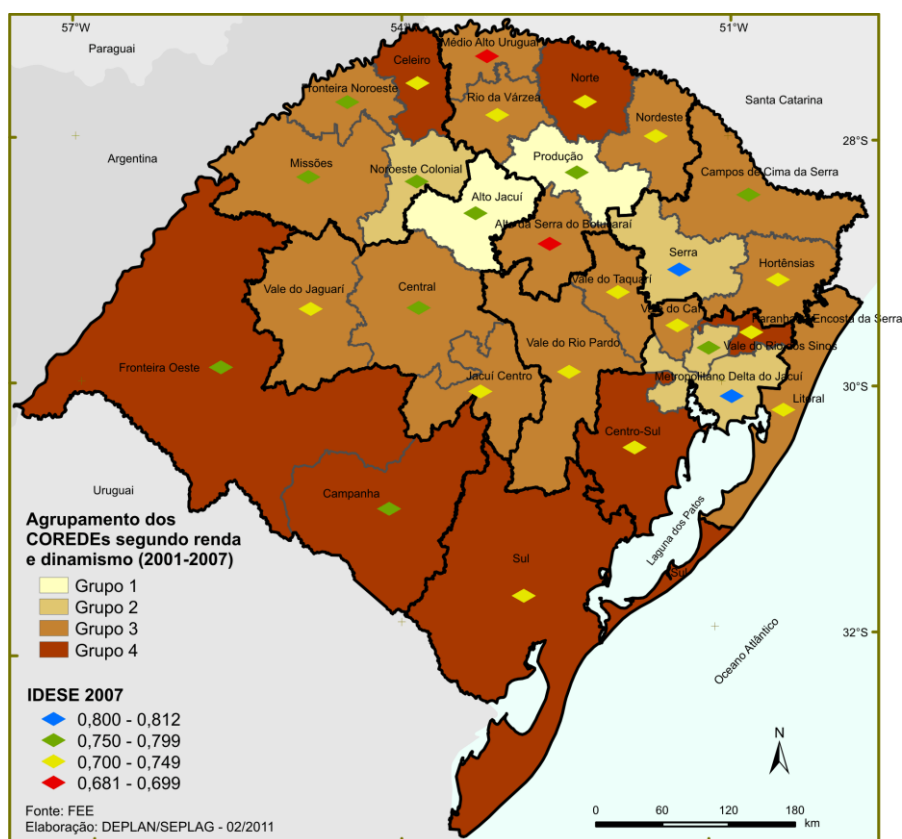
Os delegados eleitos na etapa estadual da Conferência participaram, de 18 a 22 de março de 2013, da I CNDR. Entre as propostas aprovadas, podem ser destacadas a rediscussão do mapa de elegibilidade da Política Nacional, a recriação da SUDESUL e a constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Acima de tudo, a realização da Conferência proporcionou a valorização da questão regional e, principalmente, reforçou a necessidade de um aperfeiçoamento das políticas públicas e dos instrumentos destinados ao combate às desigualdades regionais, antecipando os efeitos da concentração no território e buscando equilibrar o processo de desenvolvimento.

Visando responder ao objetivo estratégico de promover o desenvolvimento regional, no Rio Grande do Sul, com especial atenção às regiões que vêm, ao longo dos anos, perdendo dinamismo econômico e social, foi desenvolvido o Programa de Combate às Desigualdades Regionais. Trata-se de uma estratégia para priorizar algumas regiões que não têm acompanhado as médias de crescimento do Estado, somando esforços para reversão desse quadro e proporcionando um maior equilíbrio para o desenvolvimento territorial.

O Programa é coordenado pelo Gabinete do Vice-Governador, com apoio da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, Assessoria Superior do Governador, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria-Geral de Governo e Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, contando com participação dos demais órgãos de governo. Desse modo, todos os programas ou ações do Plano Plurianual podem ser priorizados através desse objetivo transversal.

Os critérios que orientaram a eleição das nove regiões prioritárias foram embasados em indicadores da situação e na análise do dinamismo econômico, utilizando o Bloco Renda do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Adicionalmente, foi considerada a posição das regiões no IDESE total, como indicador socioeconômico. Com base nessa metodologia, foram selecionadas as regiões que estavam abaixo da média do Estado e que apresentavam os dois piores IDESEs, quais sejam: Alto da Serra do Botucarái, Centro Sul, Campanha, Sul, Fronteira Oeste, Médio Alto Uruguai, Celeiro, Paranhana Encosta da Serra e Norte.

Mapa de elegibilidade do Programa de Combate às Desigualdades Regionais



O processo de elaboração das propostas de Agendas de Desenvolvimento se inicia com a problematização dos diagnósticos já existentes e análise do histórico das demandas regionais, visando selecionar as regiões e definir as ações que respondam a esses desafios. Em um momento seguinte, as propostas são apresentadas e discutidas no âmbito regional e, então, agregadas as contribuições das regiões. Ao fim do processo, são definidos os temas e ações prioritários para o desenvolvimento regional, constituindo a Agenda de Desenvolvimento de cada uma das regiões. A partir desse momento, essas Agendas passam a ser monitoradas por uma comissão escolhida na região, sob coordenação do Gabinete do Vice-Governador.

A **Agenda de Desenvolvimento do Alto da Serra do Botucaraí** foi lançada em um seminário realizado no município de Soledade, no dia 25 de maio de 2011, com a presença de um significativo número de atores regionais. A Agenda foi elaborada a partir do Perfil Socioeconômico, elaborado pela SEPLAG, com base no histórico de documentos existentes e em dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística.

Por se tratar de uma área com forte participação da agropecuária, o primeiro item da Agenda tratou da diversificação da produção agropecuária com aumento da produtividade e da renda da pequena propriedade, com ações da Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), da Secretaria da Agricultura, Pesca e Agronegócio (SEAPA) e EMATER. Nesse sentido, foram selecionadas ações relacionadas com a diversificação de culturas e criações, integração da produção de leite e derivados, reforço da energia para a produção rural, recuperação do solo

com a aplicação de calcário (Programa Calcário) e assistência técnica e extensão rural. Além disso, foi implantada, em janeiro de 2013, uma regional da EMATER no município de Soledade.

O segundo grupo de ações selecionadas trata do Fortalecimento do Arranjo Produtivo Local (APL) Gemas e Joias, tradicionalmente desenvolvido na Região. Foram selecionadas as seguintes ações para o adensamento da cadeia produtiva: o fortalecimento da governança da cadeia, a organização da atividade extrativa, a capacitação das empresas e de mão de obra e o estímulo ao microcrédito.

Além disso, visando constituir o APL, foram desenvolvidas ações que envolveram vários órgãos da estrutura do Estado. Ainda em 2011, foram aplicados diretamente, através de ações promovidas pela Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI) e Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), recursos na governança da cadeia, e implementado projeto para desenvolvimento de novos catálogos. Em 2012, foi preparado convênio para elaboração de um Plano de Desenvolvimento do APL. Está em andamento, através de convênio com universidade local, a implantação do Núcleo de Extensão Produtiva, o qual assistiu 139 empresas na região, sendo 70 delas vinculadas ao APL Gemas e Joias.

Para a constituição do Polo de Inovação Tecnológica, com ênfase nos segmentos de Gemas e Joias, Alimentos e Turismo, foi assinado, em 2012, convênio entre a Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico e a universidade local, habilitando a mesma para a submissão de projetos. Além disso, ações do Programa de Microcrédito possibilitaram a viabilização de 405 operações de crédito, com valores aproximados de R\$ 3,9 milhões, com crédito para os pedristas que regularizaram a sua situação junto aos órgãos ambientais.

Com o intuito de fortalecer o protagonismo social e o potencial empreendedor, foram iniciadas as tratativas no sentido de implantar uma unidade de ensino superior da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em Soledade, e de uma Escola Técnica, em Espumoso. Também vêm sendo desenvolvidas ações para melhorar a infraestrutura de transportes, especialmente no sentido de dotar todos os municípios de acesso asfáltico. Na área de infraestrutura, já foi concluído o acesso ao município de Itapuca e estão sendo realizados os acessos asfálticos aos municípios de Jacuizinho e Nicolau Vergueiro.

Já o combate à vulnerabilidade social vem sendo efetivado através da melhoria da habitação rural, do combate à pobreza rural (dentro do Programa RS Mais Igual), da ampliação das ações de assistência técnica e extensão rural e também com a construção de açudes nas pequenas propriedades rurais.

Na Região Sul, a **Agenda de Desenvolvimento da Região Sul** teve seu evento de lançamento em Pelotas, no dia 18 de junho de 2011. A Agenda elaborada com base no Perfil Socioeconômico, no histórico de documentos existentes e em dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística, abordou temas que se constituíam em históricas reivindicações da Região.

Um primeiro grupo de ações pactuadas através da Agenda foi direcionado para o desenvolvimento econômico da Região e para a ampliação dos efeitos positivos da instalação do Polo Naval. Nesse sentido, através da SDPI e da AGDI, foram iniciadas as tratativas para o apoio à estruturação de um APL no segmento de alimentos. Também está sendo estruturado um Núcleo de Extensão Produtiva e estão sendo implantados, ampliados ou melhorados distritos industriais (Pelotas, Rio Grande e São Lourenço do Sul). Além disso, podem ser destacadas as ações da Secretaria da Economia Solidária e Apoio a Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), especialmente através do Programa Gaúcho de Microcrédito.

Para o fortalecimento do turismo, vêm sendo realizados, através da Secretaria Estadual do Turismo (SETUR), cursos de capacitação, como um primeiro passo para viabilizar a ampliação e o fortalecimento do turismo, visando ao desenvolvimento da Região.

Com o intuito de estimular o desenvolvimento tecnológico, vetor significativo para o desenvolvimento da Região, que conta com importantes universidades e instituições de ensino superior, foram apoiados, através da Secretaria da Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), os parques tecnológicos Oceantec e Tecnosul. Também foram liberados recursos para o polo tecnológico da Região Sul, que atua nos segmentos de Indústria Pesqueira, Alimentos e Desenvolvimento Industrial.

Entre os itens pactuados para o apoio e a produção agropecuária na Região Sul, podem ser destacadas ações desenvolvidas pela SDR e pela SEAPA, como as ações de apoio à fruticultura, leite, piscicultura, ovinocultura e apicultura e, também, de modernização do sistema de defesa agropecuária.

Nas áreas de infraestrutura de transportes e energia, vêm sendo desenvolvidas ações com o intuito de prover os municípios da região de acesso asfáltico, reforçar as ligações regionais, fortalecer a estrutura de transmissão de energia e construir novas subestações. A geração de energia eólica também vem sendo fomentada, tendo sido apoiados investimentos privados que se agregaram à Região.

A **Agenda de Desenvolvimento do Centro Sul** foi lançada em um seminário realizado no município de Tapes, no dia 30 de março de 2012. A definição dos temas da Agenda teve como base o Perfil Socioeconômico, elaborado pela Secretaria do Planejamento Gestão e da Participação Cidadã, utilizando, também, o histórico existente em documentos e dados fornecidos pela Fundação de Economia e Estatística.

Para o Centro Sul, foram priorizadas ações de apoio à produção primária, com ênfase na agricultura familiar e na pesca artesanal e aquicultura. Entre as realizações no âmbito da Agenda, podem ser destacadas a realização do Seminário Regional da Agricultura Familiar, em 20 de novembro de 2012, no município de Sertão Santana e, também, ações de assistência técnica e extensão rural, promovidas pela SDR e pela EMATER. Além disso, podem ser listadas ações para diversificar a produção agropecuária, apoio à fruticultura, produção de leite, piscicultura, ovinocultura e apicultura.

Ainda no que se refere ao estímulo ao desenvolvimento econômico, foram empreendidos esforços para atrair novos investimentos na região, aproveitando-se dos efeitos positivos e da proximidade do polo naval de Rio Grande, bem como do parque industrial instalado na Região Metropolitana de Porto Alegre. Como resultado, algumas empresas vêm se instalando no Centro Sul, apoiadas pelos incentivos governamentais. Além disso, o Governo do Estado vem atuando, através do Gabinete do Vice-Governador, no sentido de viabilizar o Porto de Tapes, de grande importância para a expansão industrial da Região.

Para o incentivo à estruturação do turismo e valorização da cultura, estão sendo desenvolvidas ações visando capacitar gestores públicos e entidades privadas de turismo, bem como qualificar policiais civis e militares com a atribuição do policiamento turístico.

Na área de infraestrutura de transportes, energia e saneamento, outro importante ponto da Agenda, já estão em andamento várias ações no Centro Sul. Na área de transportes, destacam-se as obras dos acessos municipais, que foram iniciados ou previstos pelo Plano Rodoviário para sete municípios da Região. Já foram concluídos os acessos asfálticos aos municípios de Arambaré e Dom Feliciano.

Na infraestrutura de energia, estão sendo realizados grandes investimentos para fortalecer o sistema energético, especialmente com a construção e a realização de melhorias em subestações e linhas de transmissão. No saneamento, a CORSAN está presente nos dezessete municípios, atuando conjuntamente com a Secretaria da Habitação e Saneamento e o Governo Federal. Podem ser destacados investimentos em abastecimento de água, tratamento de esgoto e projetos, nos municípios de Arambaré, Barra do Ribeiro, Arroio dos Ratos, Butiá, Camaquã, Charqueadas e São Jerônimo.

A Agenda do Médio Alto Uruguai foi lançada no município de Frederico Westphalen, no dia 12 de junho de 2012. Elaborada com base em um detalhado Perfil Socioeconômico, a Agenda fundamentou-se no Plano Estratégico de Desenvolvimento elaborado pelo COREDE e, assim como as demais regiões, no histórico proporcionado pelos demais documentos e relatórios existentes.

Com base produtiva agropecuária diversificada, mas com elevada concentração na produção de soja, milho, fumo e leite, a Região, que também se destaca pela produção de suínos, teve ações para o apoio à produção agropecuária e à agroindústria selecionadas como prioritárias para a Agenda.

Nesse sentido, foram escolhidas ações na área de desenvolvimento rural como a assistência técnica e extensão rural, especialmente através do Programa Leite Gaúcho. Além disso, foram pactuadas ações do Programa Sabor Gaúcho para apoio à legalização de agroindústrias familiares já existentes, apoio à implantação de agroindústrias familiares (ampliação, reforma e novas), qualificação de agricultores familiares inseridos no projeto e assistência técnica em agroindustrialização familiar. Estão em andamento, também no âmbito da Agenda, ações voltadas à pesca, aquicultura e irrigação. Ainda com o intuito de agregar valor à produção agropecuária e estimular a agroindústria do Médio Alto Uruguai, foi implantado um Arranjo Produtivo Local, o da Agroindústria Familiar.

Outro tema selecionado pela Agenda foi o fortalecimento do potencial empreendedor e da inovação tecnológica. Nesse tema, vêm sendo desenvolvidas ações visando fortalecer o polo de inovação tecnológica da Região, estruturar um Núcleo de Extensão Produtiva e, também, estimular o microcrédito na região do Médio Alto Uruguai.

Nas áreas de infraestrutura rodoviária e de energia, as principais ações são voltadas à construção dos novos acessos municipais e uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e à construção de subestações, tendo em vista o reforço do potencial energético da região. A Agenda ainda contempla ações para a melhoria das condições sociais e o fortalecimento do turismo regional.

A **Agenda de Desenvolvimento da Campanha** foi lançada no dia 3 de agosto de 2012, no município de Bagé. Tendo como base o Perfil Socioeconômico elaborado pela SEPLAG, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região e os demais documentos existentes, a Agenda é constituída por um conjunto de ações de diversas secretarias e órgãos, para um diálogo permanente com a comunidade regional.

Integram a Agenda ações para o apoio à produção e à diversificação agropecuária com ênfase no estímulo à produção tradicional e em novos produtos. Para tanto, contribuem programas governamentais como o Leite Gaúcho, Arroz RS e Modernização da Defesa Agropecuária. Destacam-se, também, as ações do Programa Mais Ovinos no Campo, que visa estimular a retenção de matrizes e/ou a introdução de matrizes nas propriedades.

Para amenizar os efeitos das estiagens recorrentes, a Agenda apresenta um conjunto de ações para reservação de água, desde a retomada de obras de barragens, açudes, poços artesanais e cisternas.

Visando apoiar o potencial empreendedor e a inovação tecnológica, propõe a retomada do polo tecnológico regional, a constituição do Núcleo de Extensão Produtiva, o apoio aos distritos industriais e o estímulo ao microcrédito, com condições facilitadas para os pequenos negócios.

Na área de infraestrutura, foram priorizadas as áreas de transportes e de energia. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) vem realizando investimentos em subestações e em linhas de transmissão, para garantir o abastecimento com qualidade e estabilidade. Além disso, a desoneração tributária para equipamentos de energia eólica torna a região potencial para investimentos nesta área.

Para a melhoria das condições sociais, serão desenvolvidas ações nas áreas de Saúde, Educação e Saneamento. Destacam-se a reforma de escolas, os investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário e as iniciativas de apoio à economia solidária.

A **Agenda de Desenvolvimento da Fronteira Oeste** foi lançada no dia 3 de agosto de 2012, no município de Alegrete. É constituída por um conjunto de ações de diversas secretarias e órgãos, elencadas a partir de documentos existentes e do Perfil Socioeconômico elaborado pela SEPLAG.

O primeiro grupo de ações que compõem a Agenda destina-se ao apoio e à diversificação da produção agropecuária, visando à dinamização dos segmentos tradicionais (carne, leite e arroz) e ao desenvolvimento de segmentos promissores (fruticultura, vitivinicultura e citricultura). No âmbito do Programa Leite Gaúcho, estão sendo realizadas ações de assistência técnica, extensão rural e qualificação profissional. O Programa de Valorização da Carne Gaúcha atua no incremento genético da bovinocultura em sistemas de agricultura e pecuária familiar, rastreabilidade e melhoria da competitividade das cadeias de carnes. O Programa Arroz RS promove ações de análise de sementes, recuperação e ampliação da capacidade de armazenamento, secagem e assistência técnica. Destacam-se, ainda, o Programa Mais Ovinos no Campo, o Programa de Correção do Solo (calcário), o Programa Mais Água, Mais Renda e as ações para o fortalecimento da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO).

No apoio ao potencial empreendedor e à inovação tecnológica, pode ser destacado o repasse de recursos para estruturação do Parque Científico e Tecnológico do PAMPA (PAMPATEC), em Alegrete, que atua nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação/*Software*, Engenharias, Agronomia, Energia Renovável, Alimentos, Química e Engenharia Florestal. Além disso, as novas regras de acesso aos benefícios favorecem iniciativas na região como a energia eólica e a de aproveitamento de biomassa e, também, os financiamentos do Programa Gaúcho de Microcrédito.

Outro importante ponto da Agenda da Fronteira Oeste é a integração do território conhecido como Faixa de Fronteira com os países vizinhos – Argentina e Uruguai. A Faixa de Fronteira vem sendo objeto de atuação específica conjunta entre o Governo Federal e o Governo do Estado. A estruturação do Núcleo Regional de Fronteira (instância operacional da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF) proporcionou a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIF), que teve sua primeira versão entregue, em setembro de 2012, ao Ministério da Integração Nacional. O Plano pressupõe um esforço conjunto dos diferentes órgãos do Estado e do Governo Federal com ações visando à integração da região com os países vizinhos.

A Agenda, igualmente, incorporou projetos na área de infraestrutura de transportes, energia e saneamento. No transporte rodoviário, podem ser destacadas obras de integração regional e os acessos municipais de Itacurubi e Maçambará. Para qualificar a energia fornecida, a Agenda incorporou várias ações buscando o aumento da capacidade de transmissão de energia. Da mesma forma, contempla investimentos em projetos e abastecimento de água e tratamento de esgoto nos municípios de Alegrete, Quaraí, Barra do Quaraí e Itaqui. Essas ações serão potencializadas com investimentos na melhoria das condições sociais dos habitantes da Região em situação de vulnerabilidade social. Vale mencionar, nesse sentido, que somente através do programa RS Mais Igual estão sendo construídas 484 cisternas na região.

A **Agenda de Desenvolvimento da Região Celeiro** foi lançada em evento realizado em Três Passos, no dia 23 de agosto de 2012. O evento, que foi realizado de forma articulada com o projeto Diálogos para o Desenvolvimento, organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), contou com a presença do Vice-Governador e, também, representantes de várias secretarias de Estado.

A Região Celeiro, que tem sua base produtiva na agropecuária desenvolvida, predominantemente, em pequenas propriedades, teve, em sua Agenda, destacadas ações visando o apoio à produção, à diversificação agropecuária e ao aumento da capacidade de processamento. No Programa Leite Gaúcho, destacam-se as ações para o aumento da qualidade e produtividade do leite, através de serviços de assistência técnica e extensão rural a produtores e qualificação profissional de agricultores familiares, assentados, quilombolas e técnicos. O Programa Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho apresenta ações para apoio à legalização e implantação de agroindústrias, qualificação de agricultores familiares, construção de pontos de comercialização e apoio a realização de feiras. Além disso, contém ações voltadas para qualificação de pessoas e desenvolvimento de projetos para a agricultura familiar e, também, de estímulo às práticas associativas que visem à criação de cadeias produtivas e às complementaridades entre as atividades

Com o intuito de apoiar o potencial empreendedor, a Agenda contempla ações de apoio à constituição de APL voltado à agricultura familiar, constituição de um Polo Tecnológico e de um Núcleo de Extensão Produtiva na Região Celeiro, já implantado a partir de um convênio com universidade local.

No que se refere à melhoria das condições sociais, estão previstas e já em andamento reformas de escolas, estímulo à educação profissional, incentivo à conclusão do ensino médio e à formação superior, vinculados à produção local, e ações de habitação e saneamento para as comunidades indígenas. Ainda na área de saneamento, a Região receberá obras para projetos, abastecimento de água e tratamento de esgotos.

Na área de infraestrutura rodoviária e de energia, destacam-se as obras dos acessos asfálticos aos municípios, elencadas no Plano de Obras Rodoviárias do Estado e investimentos em obras de expansão da capacidade energética do meio rural.

A Região Celeiro também integra a chamada Faixa de Fronteira, que vem sendo objeto de atuação específica conjunta entre o Governo Federal e o Governo do Estado. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, recentemente elaborado, contém diretrizes e projetos visando à integração da Região com os países vizinhos.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: POLÍTICAS EM PERSPECTIVA

O Brasil vem apostando nos *habitats* de inovação como importante instrumento para o seu desenvolvimento. As principais instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I), tais como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), a Agência Brasileira de Inovação (FINEP), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vêm formulando políticas e destinando recursos financeiros para o fortalecimento desses *habitats*. Ações como o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI), lançado em 2007, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2008, e o Plano Inova Empresa, instituído em 2013, são exemplos concretos dessa política .

Em escala regional, o Estado do Rio Grande do Sul também tem uma trajetória significativa nesse tema. Na década de 1990, foi criado o Porto Alegre Tecnópole (PAT), visando preparar a Região Metropolitana de Porto Alegre para enfrentar os desafios da nova economia, onde instituições representativas do governo, dos empresários, do meio acadêmico e da sociedade civil assumiram o papel estratégico de articuladores entre os diferentes agentes envolvidos no processo de inovação. A partir dessa ação, destaca-se a criação de três parques científicos e tecnológicos na Região Metropolitana de Porto Alegre, o Parque Tecnológico de São Leopoldo (TECNOSINOS), criado em 1999, hoje com 75 empresas e gerando 4.550 empregos; o Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (TECNOPUC), criado em 2003, contando atualmente com 105 empresas e gerando 5.650 empregos; e o Parque Tecnológico do Vale dos Sinos (VALETEC), criado em 2008, tendo 84 empresas e gerando 4.034 empregos.

Essa experiência do Porto Alegre Tecnópole e seu de sucesso serviram de base para uma proposta mais ampla contemplando a totalidade do Estado do Rio Grande do Sul, com o lançamento, em 2011, pela Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, do Programa RS Tecnópole, que tem como objetivo promover desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação em todas as regiões do Estado. Com esse foco, o programa propôs-se a estimular os ambientes de inovação – em especial os parques científicos e tecnológicos – e articular os atores da *triple helix* – governo, universidade e empresa – a partir de ações práticas, tais como: legislação, captação de recursos para financiamento, criação da rede de parques estadual, incentivo fiscal para empresas inovadoras e estratégias de estímulo a *spin-offs*. Para que o Programa conseguisse ter o alcance proposto, em 2012 foi feito o planejamento estratégico com foco na implantação do Sistema de Parques Estadual. Através da matriz *swot*, foram identificadas forças internas e externas importantes para formular políticas públicas mais eficientes. Como *pontos fortes* merecem destaque a integração entre governo, universidades e empresas, projetos de parques bem-sucedidos, volume crescente de recursos para o financiamento e a existência de uma rede de parques tecnológicos e incubadoras em forma de associação (REGINP); e como *oportunidades* a atuação colaborativa em forma de rede e a possibilidade de ampliar as ações do programa. Já as *fraquezas* apontadas foram a insegurança das empresas em desenvolver soluções de forma compartilhada e a possibilidade de alguns parques não atingirem um grau de maturidade alto, comprometendo a atuação colaborativa.

No que diz respeito aos Parques Científicos e Tecnológicos, o desempenho atual apresentado tem contribuído para mudar o desenvolvimento das regiões. Com relação à legislação, foi feito um decreto definindo critérios de credenciamento dos parques, cujo cumprimento é condição para disputar os recursos financeiros oferecidos pelos editais lançados pela SCIT. Esse credenciamento exige a comprovação jurídica de cooperação técnica entre o parque e os institutos de ciência/tecnologia/ensino/pesquisa e órgãos de fomento; o apoio formal da implantação do parque pelas empresas e entidades empresariais locais; e a legislação municipal de incentivo a empresas e entidades que queiram instalar-se dentro dos parques.

Quanto ao financiamento, o Estado ampliou o investimento em parques com recursos provenientes do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Através de editais públicos lançados anualmente pela SCIT, os interessados submetem seus projetos observando critérios como ampliação da quantidade de empresas instaladas no parque e promoção da competitividade das mesmas, bem como apresentação de parcerias com outros parques do Estado.

A cada ano, o Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTEC) tem destinado recursos a parques consolidados e em processo de consolidação, contribuindo para a manutenção de investimentos em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica; para aumentar a eficiência produtiva e a competitividade das empresas; para incentivar a geração de empregos de alta qualificação e remuneração; para promover o adensamento das cadeias produtivas regionais; e para promover o desenvolvimento científico e tecnológico das Instituições de Ciência e Tecnologia e sua interação com as empresas.

Já a criação do Sistema de Parques Estadual foi estruturada com enfoque no trabalho colaborativo, permitindo a troca de experiências, conhecimentos e boas práticas entre os gestores dos parques. Atualmente, a rede está desenvolvendo oito projetos estratégicos relativos a comunicação, gestão, governança, capacitação, planejamento e plano de negócios, indicadores, legislação, *road shows* para o conjunto de parques e o governo. Juntamente com entidades empresariais locais, está construindo uma proposta de orientar os gestores dos parques na elaboração de estratégias de estímulo às grandes empresas para criação de *spin-offs*. Além disso, a rede de parques está organizando um curso de extensão voltado à gestão e inovação.

Da mesma forma, os Polos Tecnológicos, instituídos desde 1989, têm apresentado desempenho importante no aumento da interação com os agentes locais. O objetivo do Programa de Polos é estimular, apoiar e coordenar a integração entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo nas regiões do Estado, com foco no desenvolvimento de tecnologias inovativas adequadas às diferentes vocações produtivas. A escolha das áreas de atuação dos Polos é feita levando-se em consideração as particularidades produtivas regionais e, desde sua concepção, a ideia é estimular a obtenção de vantagens competitivas sistêmicas territoriais, através da produção e utilização de novas tecnologias e da valorização das potencialidades dos Arranjos Produtivos Locais.

Para qualificar os projetos submetidos, a SCIT realizou um estudo com os gestores dos Polos onde foram identificadas seis importantes ações: maior envolvimento com os agentes regionais; maior envolvimento com a comunidade; valorização dos Núcleos de Inovação e Transferência Tecnológica (NITT); fortalecimento institucional do Programa; constituição de uma

rede de gestores; e maior divulgação dos Polos. Além desse estudo, foram feitos *workshops* de capacitação com os gestores, definição de novos critérios de submissão de projetos e instituição de novos polos.

Quanto ao financiamento do Programa de Polos, o Estado ampliou o investimento nos polos tecnológicos com recursos provenientes do Banco Mundial. Através de editais públicos, os polos submetem seus projetos atentando a critérios prioritários, como parcerias com o setor produtivo e articulação com diferentes polos. Para que o projeto tenha maior visibilidade internacional, sua articulação dentro desse âmbito também é um requisito importante. Além dos editais, outra forma de submissão de projetos é via Participação Popular Cidadã, quando a população local identifica e discute as prioridades locais referentes a ciência e tecnologia. A partir daí, elaboram seus projetos junto aos COREDEs e votam na proposta mais próxima para atender suas demandas regionais. O Programa de Polos apoiou 21 projetos em 2013, na ordem de aproximadamente R\$ 15 milhões, contemplando 14 polos tecnológicos.

Além dos Parques e Polos, o apoio do Governo para as Incubadoras de Empresas também merece destaque. Voltado a empresas de base tecnológica e de indústria criativa, o Programa tem como objetivo estimular a inovação e o empreendedorismo, viabilizando a criação de novas empresas e novos mercados, conectando pesquisa científica e tecnológica à geração de novos negócios. Para isso, foi feita uma legislação específica, pela qual as incubadoras, para terem acesso ao financiamento público, devem apresentar credenciamento prévio e atender a requisitos de viabilidade técnica, infraestrutura e gestão e, mediante análise, são classificadas em incubadoras implantadas ou em implantação. Todos os projetos submetidos devem necessariamente ter como parceira uma ICT e/ou uma empresa. O Programa de Incubadoras apoiou seis projetos em 2013, na ordem de R\$ 2 milhões.

Mais do que apoiar ambientes de inovação, a Secretaria da Ciência também tem apostado na construção do desenvolvimento científico e tecnológico em REDE. Através da Rede Riosul de Pesquisa, o estado tem incentivado a gestão eficiente da pesquisa científica das ICTs do RS em áreas estratégicas. Essa ação tem como propósito articular os grupos de pesquisa das instituições participantes da rede, em que os projetos, para terem apoio público, devem ser desenvolvidos obrigatoriamente por no mínimo duas instituições de pesquisa e uma empresa, isto é, estimula e compromete os atores a desenvolver projetos conjuntos em que os resultados são compartilhados. O Programa Rede Riosul apoiou seis projetos em 2013, nas áreas de petróleo-gás e saúde, na ordem de R\$ 2,2 milhões. Soma-se a isso a atuação da REDE PETRO, formada por mais de 600 empresas privadas e instituições de ensino e pesquisa voltadas a setores de petróleo, gás e outras fontes de energia, visando à geração de oportunidades de negócios, emprego e renda.

Outra ação importante é o Pró-Inovação, cujo objetivo é ampliar o investimento da inovação e tecnologia nas empresas e estimular sinergia com as instituições de pesquisa. As empresas interessadas em ter esse apoio devem apresentar comprovação de vínculo com um instituto de pesquisa e, no caso de serem selecionadas, podem ter um apoio maior se houver comprovação de que seus dispêndios em P&D estão sendo realizados dentro de parques científicos e tecnológicos. Ou seja, é um instrumento que induz o setor produtivo a aproximar-se da academia para potencializar o processo inovativo e a geração de produtos com maior valor

agregado. Em 2013, receberam incentivo 16 empresas, sendo que o setor automotivo concentrou a maior parte das beneficiadas pelo programa.

A propósito do estímulo à pesquisa em rede, a SCIT tem priorizado adicionalmente seu apoio a setores estratégicos como a Indústria Criativa. Desde 2012, a SCIT tem destinado recursos financeiros para apoiar projetos nas áreas de *design*, novas mídias e audiovisual, permitindo que a inovação seja proveniente da criatividade, das competências e do talento individual. A partir dessa iniciativa, o Governo promove condições institucionais necessárias para o desenvolvimento de territórios criativos, integrando diferentes setores e potencializando a geração da riqueza e a exploração da propriedade intelectual. O Programa apoiou três projetos em 2013, investindo cerca de R\$ 600 mil.

Com base nesses aspectos, percebe-se que a atuação da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico está cada vez mais comprometida com o estímulo ao desenvolvimento da organização regional através do fomento da relação dos agentes da tríplice hélice. As universidades, ao se articularem com as empresas, aprendem a incorporar a sistemática, os códigos e a linguagem da indústria, ao mesmo tempo em que as empresas, ao se articularem com as universidades, induzem à elevação do nível educacional, qualificando a mão de obra local. Além disso, a participação da comunidade tem sido também reforçada através do diálogo com os gestores visando intensificar a construção de uma cultura empreendedora e inovativa madura nas regiões.

Dessa forma, o Governo tem tido papel importante como agente central no fomento à inovação e no desenvolvimento regional, estimulando a cooperação e o redesenho permanente das instituições. O ganho conjunto dessa dinâmica interativa é visto, portanto, com a melhoria das condições socioeconômicas locais, que acelera o processo de inovação, a transferência tecnológica e o desenvolvimento sustentável nas regiões.

RENDIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA

RENDIMENTO, DESIGUALDADE E POBREZA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA NO RIO GRANDE DO SUL

O rendimento médio dos gaúchos vem aumentando nos últimos anos. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), ele vem crescendo persistentemente desde 2003, atingindo uma variação (considerando valores atualizados pelo INPC) de 31,8% no período entre os anos de 2002 e 2012. Nesse mesmo período o rendimento médio dos brasileiros cresceu 33,9%, o que evidencia que o Estado tem acompanhado o ritmo do crescimento do rendimento médio nacional. O RS tem mantido ainda um rendimento entre 16% e 24% acima da média nacional. Quando comparamos a evolução do rendimento médio no RS com o patamar de rendimento médio da população de estados tradicionais como SP e RJ, vemos que nos últimos dez anos o rendimento dos gaúchos tem se aproximado do rendimento dos paulistas e, em 2012, ultrapassou o rendimento dos cariocas.

Rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais -(Reais de novembro de 2013)

	2002	2006	2007	2009	2012	Var 2012/2002
São Paulo	1.111,83	1.158,42	1.166,51	1.179,02	1.379,11	24,0%
Rio de Janeiro	1.031,84	1.128,68	1.095,64	1.198,03	1.228,37	19,0%
Rio Grande do Sul	943,85	1.024,59	1.030,44	1.130,84	1.244,40	31,8%
Santa Catarina	919,86	1.124,22	1.141,00	1.261,42	1.313,89	42,8%
Paraná	861,87	978,49	1.078,63	1.082,67	1.256,16	45,7%
Mato Grosso do Sul	809,88	881,83	1.009,18	1.006,60	1.232,64	52,2%
Brasil	799,88	868,45	885,87	944,48	1.071,21	33,9%

Fonte: PNAD/IBGE. Cálculos elaborados pelo NISA/FEE.

Mudanças econômicas e sociais implementadas a partir de 2003 no Brasil têm permitido que o rendimento médio nas regiões Sul, Nordeste e Centro Oeste cresça mais rapidamente que a média nacional. A maioria dos estados nordestinos melhorou de posição no conjunto das unidades federativas nos últimos dez anos. O estado do Mato Grosso do Sul passou da 8ª posição, em 2002, para a 6ª posição em 2012. O estado do Paraná, que possuía o 6º melhor rendimento em 2002, apresentou o 4º melhor rendimento em 2012. Santa Catarina, que possuía o 5º melhor rendimento em 2002, passou a apresentar o 3º melhor rendimento em 2012. Estados da Região Norte, como o Tocantins, apresentaram melhora significativa, passando da 18ª para a 14ª posição.

Nesse contexto, o RS perdeu uma posição, passando da 4ª para a 5ª colocação entre todas as unidades da Federação. O que se observa é que estados que possuíam "fronteiras econômicas" significativas a serem exploradas aproveitaram melhor as oportunidades de crescimento e renda disponíveis no País nesse período. Essas oportunidades são explicadas por uma série de fatores, que estão associados à própria dinâmica econômica brasileira: crescimento econômico inclusivo, políticas redistributivas, políticas de estímulo à demanda, entre outras.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Em um ritmo inferior, a renda formal apresenta dinâmica semelhante. Em todo o País, o rendimento médio mensal do trabalho formal cresceu 16,2% entre 2006 e 2012. O Rio Grande do Sul apresentou um crescimento de 12,0% para o mesmo período⁷, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

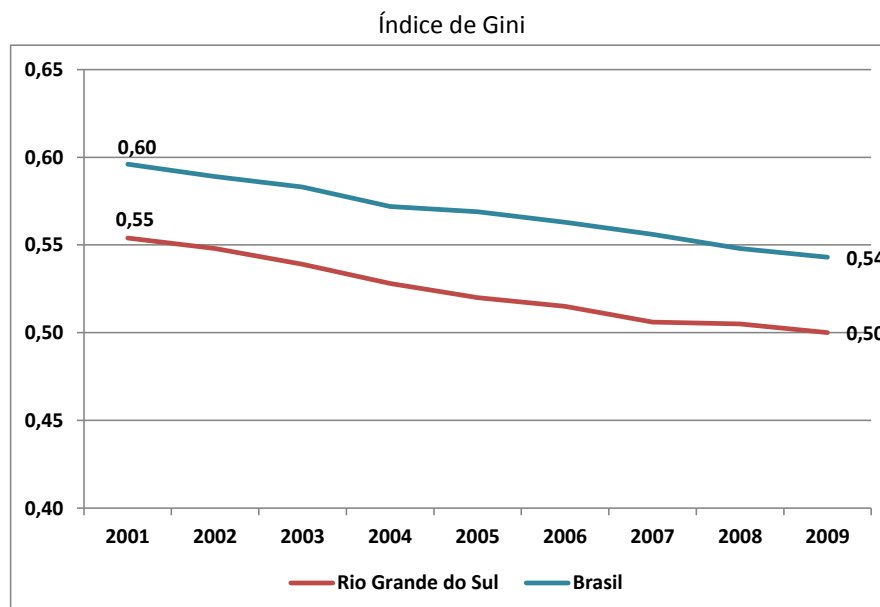
Rendimento médio mensal do trabalho formal, segundo a RAIS (R\$ de novembro de 2013)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Var 2012/2006
Paraná	1.662,15	1.695,65	1.773,49	1.803,51	1.872,80	1.958,26	2.024,53	21,8%
Santa Catarina	1.660,73	1.678,19	1.723,45	1.779,76	1.853,85	1.912,72	1.990,11	19,8%
Rio Grande do Sul	1.862,21	1.852,65	1.890,27	1.922,30	1.967,44	2.019,73	2.086,15	12,0%
São Paulo	2.198,40	2.217,80	2.268,41	2.303,28	2.337,07	2.415,47	2.441,89	11,1%
Brasil	1.876,83	1.889,55	1.956,15	2.005,26	2.056,80	2.117,15	2.180,09	16,2%

Fonte: MTE - RAIS. Evolução do Emprego Formal. Cálculos elaborados pelo DEPLAN/SEPLAG.

Apesar de o Estado ainda ostentar a maior renda média do trabalho formal da Região Sul, a velocidade desse avanço é menor. Em 2006, as rendas médias do Paraná e de Santa Catarina representavam 89% da renda do RS; já em 2012, esses números passaram para 97% e 95%, respectivamente. O crescimento da renda no RS, embora menor do que o registrado nas demais unidades da Região Sul, manteve um patamar de 85% em relação à renda média registrada em São Paulo.

Com relação à distribuição de renda, o Estado alcançou um índice de Gini de 0,50 em 2009, sendo que em 2001 esse número era de 0,55 (figura abaixo). Durante esse período, foram observadas quedas consecutivas no índice, apontando melhoria constante na distribuição de renda. Essa melhoria é também atestada pelo incremento na apropriação de renda por parte das camadas mais pobres da população.



Fonte: Cálculo do IPEA a partir da PNAD/IBGE. Gráfico elaborado pelo NISA/FEE.

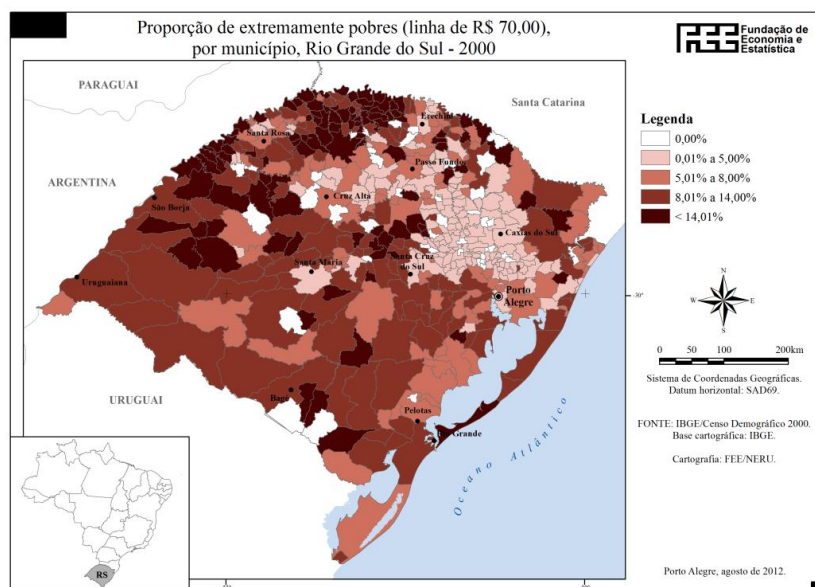
⁷ A referência é 2006 – e não 2002 – visto que o considerável incremento na formalização do trabalho no Brasil é relativamente recente.

Em 2011, os 10% mais pobres do Estado se apropriavam de apenas 1,3% do total da renda, enquanto que os 10% mais ricos detinham 39,2% dela. Uma década antes, a mesma apropriação era de 1,0% entre os mais pobres e 44,2% entre os mais ricos.

Essa desigualdade se reflete, direta e indiretamente, em outros aspectos da sociedade gaúcha, especialmente quando se fala em pobreza. Apesar de o próprio conceito de pobreza incitar uma discussão, é pertinente assumir as linhas de pobreza oficiais: R\$ 140,00 domiciliar *per capita* para pobreza e R\$ 70,00 domiciliar *per capita* para pobreza extrema⁸, sendo esta última o elemento de maior destaque nas políticas públicas dos Governos Federal e Estadual através dos seus programas.

A partir de dados do Censo Demográfico, é possível verificar que, em 2000, o RS tinha aproximadamente 6,6% de sua população em situação de pobreza extrema. Esse número caiu para 3,8% em 2010, uma redução importante que também pode ser observada em nível municipal. Os mapas a seguir apresentam os cenários para os municípios gaúchos em 2000 e 2010.

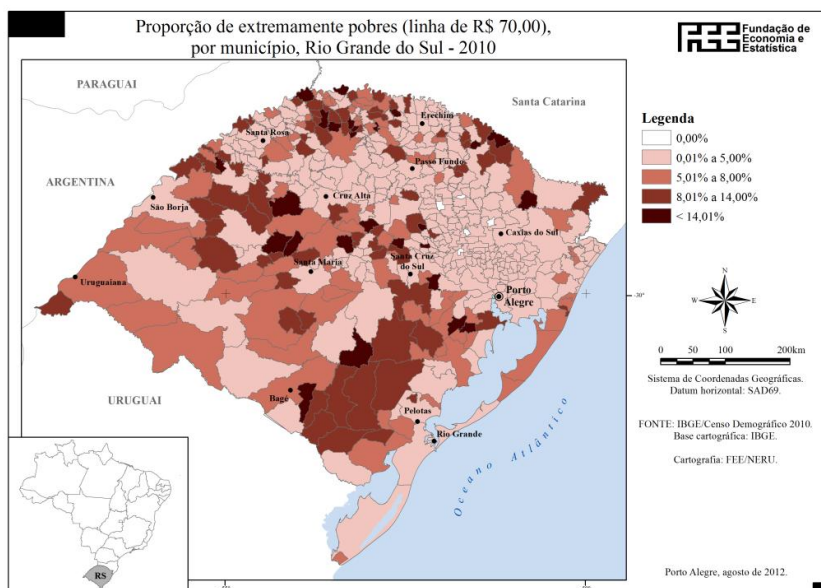
Mapa de pobreza extrema por município do RS, 2000



Fonte: IBGE. Mapa elaborado pela FEE/NDR.

⁸ Em nota técnica, emitida em 02/05/2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informa que solicitou ao IBGE uma tabulação especial para definição de um perfil de pobre extremo. Nessa tabulação, aqueles com rendimento informado igual a zero não são classificados diretamente como em pobreza extrema; para tal, eles precisam apresentar alguns sinais de pobreza adicionais. Segundo os resultados, 70,7% dos sem rendimento estão efetivamente nessa condição de pobreza. Neste trabalho, não há essa tabulação especial – a classificação é unicamente baseada na renda – de modo que alguns números podem diferir.

Mapa de Pobreza Extrema por municípios do RS, 2010



Fonte: IBGE. Mapa elaborado pela FEE/NDR.

A comparação entre os dois mapas mostra o acentuado incremento, ao longo da última década, no número de municípios que apresentam níveis de pobreza extrema abaixo de 5,0%. No entanto, quando observamos a pobreza extrema vigente em 2010, os resultados revelam algumas desigualdades importantes, que precisam ser levadas em consideração. A tabela a seguir apresenta os níveis de pobreza extrema entre diferentes segmentos da população.

Pobreza extrema para diferentes grupos populacionais - 2010

	Brasil	RS	SC	PR
Situação censitária				
<i>Urbana</i>	6,6%	3,2%	2,1%	3,0%
<i>Rural</i>	24,1%	7,4%	5,5%	8,6%
Sexo				
<i>Masculino</i>	9,4%	3,8%	2,7%	3,8%
<i>Feminino</i>	9,2%	3,8%	2,7%	3,9%
Cor ou raça				
<i>Preta ou parda</i>	12,2%	5,7%	4,0%	4,6%
<i>Branca e outras</i>	6,3%	3,5%	2,4%	3,5%

Fonte: Censo Demográfico. Cálculos elaborados pelo NISA/FEE.

Do ponto de vista relativo, a pobreza extrema é mais acentuada no meio rural do que no meio urbano. Enquanto 3,2% da população urbana estão nessa situação, na população rural esse número alcança a marca de 7,4% no Estado. No Brasil, essa diferença é ainda mais acentuada (6,6% em áreas urbanas e 24,1% em áreas urbanas), especialmente em função dos estados do Norte e Nordeste.

As diferenças de pobreza entre sexos não são significativas, tanto para o Brasil quanto para as unidades da Federação. Já as diferenças entre raças são efetivamente importantes. Os dados da tabela mostram que, tanto para o País quanto para os estados, os indivíduos que se declararam de cor preta ou parda no Censo Demográfico apresentam proporcionalmente maiores níveis de pobreza extrema do que aqueles de cor branca ou outras (amarela, indígena ou ignorado).

Portanto, o que se observa é um cenário melhor em 2010 do que aquele de 2000. Por outro lado, as desigualdades ainda são severas e também estão replicadas nas dimensões saúde e educação. E, nessas dimensões, em especial, residem questões relacionadas à mobilidade intra e intergeracional, ou seja, dizem respeito a nossa capacidade de melhoras no futuro. As próximas seções tratarão de analisar saúde e educação.

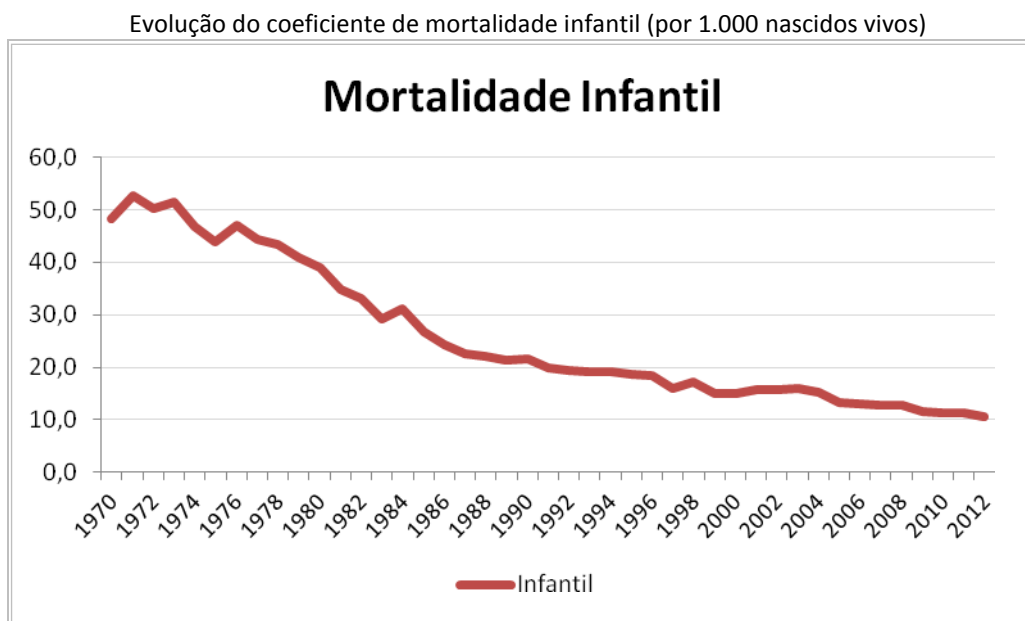
SAÚDE

A SITUAÇÃO DA SAÚDE NO RIO GRANDE DO SUL

A situação epidemiológica do Estado é complexa, influenciada por fatores demográficos, econômicos e socioculturais. O Rio Grande do Sul vem passando por um rápido processo de transição epidemiológica, caracterizado por uma redução da mortalidade por doenças infecciosas e um aumento na expectativa de vida, juntamente com a emergência das doenças crônico-degenerativas e das causas externas de mortalidade, como violência, acidentes e suicídios.

O Estado vem apresentando constantes quedas no coeficiente de mortalidade infantil (CMI), o qual expressa o número de óbitos em menores de um ano por cada 1.000 nascidos vivos, em determinada área e em dado período de tempo (geralmente em um ano). O coeficiente de mortalidade infantil é utilizado internacionalmente como um indicador da qualidade dos serviços de saúde e também do desenvolvimento socioeconômico e da qualidade de vida de uma população. A redução na mortalidade infantil é atribuída, entre outros fatores, à melhora no saneamento básico, ao aumento do acesso aos serviços de saúde, ao controle de doenças diarreicas, à imunização, à promoção do aleitamento materno, ao aumento da cobertura dos cuidados pré-natais e a alguns programas sociais.

Ainda em 2011, o Estado apresentou a segunda menor mortalidade do País. No ano de 2012, o Estado atingiu um coeficiente de 10,7 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos. Os dados referentes ao ano de 2013 ainda não estão disponíveis, mas espera-se uma nova redução no valor do coeficiente. O valor aceitável preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 10 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos, o que coloca o Estado em uma posição de destaque. A figura a seguir apresenta a evolução do coeficiente no Estado do Rio Grande do Sul, desde 1970.

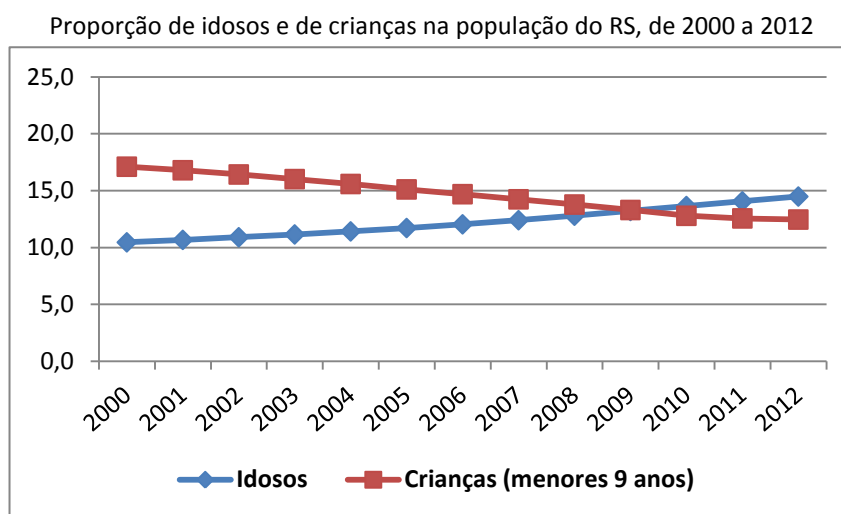


Fonte: SES RS/ Estatísticas de Saúde - Mortalidade

O coeficiente de mortalidade infantil é utilizado internacionalmente como um indicador da qualidade dos serviços de saúde e também do desenvolvimento socioeconômico e da qualidade de vida de uma população. A redução na mortalidade infantil é atribuída, entre outros fatores, à melhora no saneamento básico, ao aumento do acesso aos serviços de saúde, ao controle de doenças diarreicas, à imunização, à promoção do aleitamento materno, ao aumento da cobertura dos cuidados pré-natais e a alguns programas sociais.

A expectativa de vida ao nascer é outro importante indicador das condições socioeconômicas e ambientais e do nível de qualidade da saúde de uma determinada região, pois está intimamente relacionada com o acesso ao sistema de saúde e a adequação deste em responder às necessidades da população. A expectativa de vida ao nascer é diretamente influenciada pela mortalidade infantil. Quanto menor for o coeficiente de mortalidade infantil, maior será a esperança de vida ao nascer.

A expectativa de vida do gaúcho ao nascer vem aumentando ao longo dos últimos anos, sendo que o número médio de anos que se espera viver ao nascer, de acordo com as probabilidades de morte de 2009 a 2011, é de 75,58. As mulheres têm esperança de vida maior (79,58 anos) do que os homens (71,60 anos). O aumento na expectativa de vida dos gaúchos, associado à redução das taxas de natalidade e fecundidade, resulta em uma maior proporção de idosos na população.



Entre os anos de 2000 e 2012, a proporção de idosos na população gaúcha passou de 10,5 para 14,5%, enquanto a de crianças (menores de nove anos) baixou de 17,1 para 12,5%. Conforme podemos observar na figura anterior, a população de idosos é superior à de crianças desde 2009. Essa mudança na composição da população torna obrigatória a reorganização do Sistema de Saúde, anteriormente voltado ao atendimento de doenças agudas.

As doenças do aparelho circulatório estão em primeiro lugar entre as causas de mortalidade em 2012, seguidas pelas neoplasias (2ª), doenças do aparelho respiratório (3ª) e causas externas (4ª), conforme apresentado na tabela a seguir. As causas de mortalidade variam proporcionalmente segundo a faixa etária. Fenômenos sociais complexos ocasionaram o aumento da importância das causas externas, representadas em sua maioria por acidentes de trânsito e agressões, sendo essas as principais causas de mortes prematuras. Em 2012, entre

adolescentes de 15 a 19 anos, 71,5% dos óbitos foram provocados por causas externas, enquanto na faixa etária de 20 a 29 anos de idade essa causa representou 66,2% das mortes, evidenciando a importância da construção de políticas específicas que proponham ações de prevenção aos acidentes e violências. Entre a população idosa, três causas principais correspondem a 70,9% dos óbitos: doenças do aparelho circulatório (34,2%), neoplasias (22,0%) e doenças do aparelho respiratório (14,6%).

Apesar da alta proporção de doenças e agravos não-transmissíveis, é essencial manter e ampliar a capacidade de resposta a doenças transmissíveis, como Influenza A H1N1, Dengue, AIDS, Sífilis, Tuberculose e Hepatites Virais. Em relação à AIDS, segundo dados do Ministério da Saúde, em 2011 o Rio Grande do Sul foi o Estado que apresentou a maior incidência do País, com 40,2 casos novos/100 mil habitantes. Além de ter a maior incidência, o Estado também possui a maior taxa de mortalidade por HIV do País (11,1 mortes/100 mil habitantes).

As principais causas de internação no Estado são as doenças do aparelho respiratório, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório e neoplasias (excluindo-se internações em função de gravidez, parto e puerpério). A grande incidência de doenças do aparelho respiratório deve-se às características geográficas climáticas do Estado. Esses dados reforçam a necessidade de direcionar as ações e serviços do SUS para os problemas crônicos de saúde e investir prioritariamente na Atenção Primária, dado que as doenças que têm acometido a população gaúcha estão relacionadas aos hábitos e estilos de vida.

Mortalidade no Rio Grande do Sul em 2012, por causas

Causas Mortalidade 2012	Total	%
Doenças do aparelho circulatório	22.573	28,5
Neoplasias (tumores)	17.139	21,7
Doenças do aparelho respiratório	9.539	12,1
Causas externas de morbidade e mortalidade	7.459	9,4
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	4.404	5,6
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratoriais	3.749	4,7
Doenças do aparelho digestivo	3.719	4,7
Doenças infecciosas e parasitárias	3.252	4,1
Doenças do sistema nervoso	2.412	3,0
Doenças do aparelho geniturinário	1.663	2,1
Afecções originadas no período perinatal	873	1,1
Transtornos Mentais e Comportamentais	770	1,0
Outras	1.556	2,0

Fonte: Núcleo de Informações em Saúde - NIS/DAT/CEVS/SES-RS

Morbidade hospitalar no Rio Grande do Sul em 2012, por causas

Causas Morbidade Hospitalar 2012	Internações	%
Doenças do aparelho respiratório	106.216	14,8
Gravidez, parto e puerpério	104.532	14,5
Doenças do aparelho circulatório	89.500	12,4
Doenças do aparelho digestivo	76.422	10,6
Neoplasias (tumores)	55.120	7,7
Lesões, envenenamento ou consequências de causas externas	52.899	7,4
Doenças do aparelho geniturinário	49.129	6,8
Doenças infecciosas e parasitárias	44584	6,2
Transtornos mentais e comportamentais	35.047	4,9
Doenças do sistema nervoso	17.004	2,4
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	16935	2,4
Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	14.938	2,1
Algumas afecções originadas no período perinatal	11.931	1,7
Contatos com serviços de saúde	11.887	1,7
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	10.280	1,4
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratoriais	7.617	1,1
Outras	15.564	2,2

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Considerando a transição epidemiológica e demográfica, é essencial a adaptação do sistema de saúde, a fim de garantir a manutenção de serviços de saúde de qualidade para todos. Além de serviços de assistência à saúde, cabe à ação governamental a regulação de todas as ações e serviços de saúde, a vigilância aos fatores de risco à saúde e agravos, a vigilância dos produtos e serviços de interesse à saúde, a vigilância aos riscos advindos das relações com o meio ambiente e ao ambiente de trabalho, assim como a articulação com outras áreas de políticas públicas para a promoção da vida saudável.

O Governo do Estado estabeleceu como um dos eixos estratégicos da gestão Elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema, desenvolvendo políticas públicas de proteção, inclusão social e combate à miséria. Por sua vez, a Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul tem a missão de promover a ampliação do acesso com qualidade, em todos os níveis de atenção de forma humanizada, segundo as necessidades sociais, em tempo oportuno e com resolutividade, produzindo autonomia e cidadania, e contribuindo para a qualidade de vida mediante os cuidados em redes regionais, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Dessa forma, o desafio para o Rio Grande do Sul é fazer o SUS avançar, operando em rede solidária com as demais políticas governamentais e comprometer-se com a qualidade de vida das pessoas. Uma nova cultura de saúde e um novo patamar de articulação do Estado: esse é o desafio assumido com a sociedade gaúcha e brasileira.

EDUCAÇÃO

A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Alfabetização

Um dos aspectos mais importantes, em termos de educação, é a taxa de alfabetização. No caso do Rio Grande do Sul, a taxa de alfabetização da população de 10 anos ou mais de idade é superior à brasileira, permanecendo entre as cinco melhores do País. A taxa de alfabetização brasileira era de 88,6% em 2000, enquanto que, no Estado, era de 93,9%. Em 2010, o País alcançou a taxa de alfabetização de 93,5% para pessoas de 10 anos ou mais de idade e, no Rio Grande do Sul, esta era de 95,7%⁹. Assim, verifica-se que a taxa brasileira registrada no último censo demográfico é inferior à alcançada pelo Estado já em 2000.

Apesar dos bons índices, na distribuição territorial, persistem diferenças regionais significativas. Em termos absolutos, encontramos maior concentração de população não alfabetizada nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí (60.025), Sul (41.284) e Vale do Rio dos Sinos (32.552). Proporcionalmente, porém, as taxas de alfabetização mais baixas para este segmento da população estão nas regiões do Alto da Serra do Botucaraí (90,2%), Médio Alto Uruguai (91,4%), Celeiro (92,1%), seguidas de Rio da Várzea (92,5%), Jacuí-Centro (92,8%) e Centro-Sul (92,9%).

As pessoas não alfabetizadas no Rio Grande do Sul, acima de 10 anos de idade, totalizam 395.964. Destas, as que estão entre 10 e 14 anos representam 3,2% (12.671) do total de analfabetos, demandando da Secretaria da Educação (SEDUC) a elaboração de propostas pedagógicas que busquem a correção de fluxo com sucesso no processo de aprendizagem. A população analfabeta acima de 15 anos representa 96,8% (383.293) do montante, com indicação de políticas de alfabetização voltadas a este público específico por meio da implantação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Programa Brasil Alfabetizado¹⁰.

Anos de Estudo

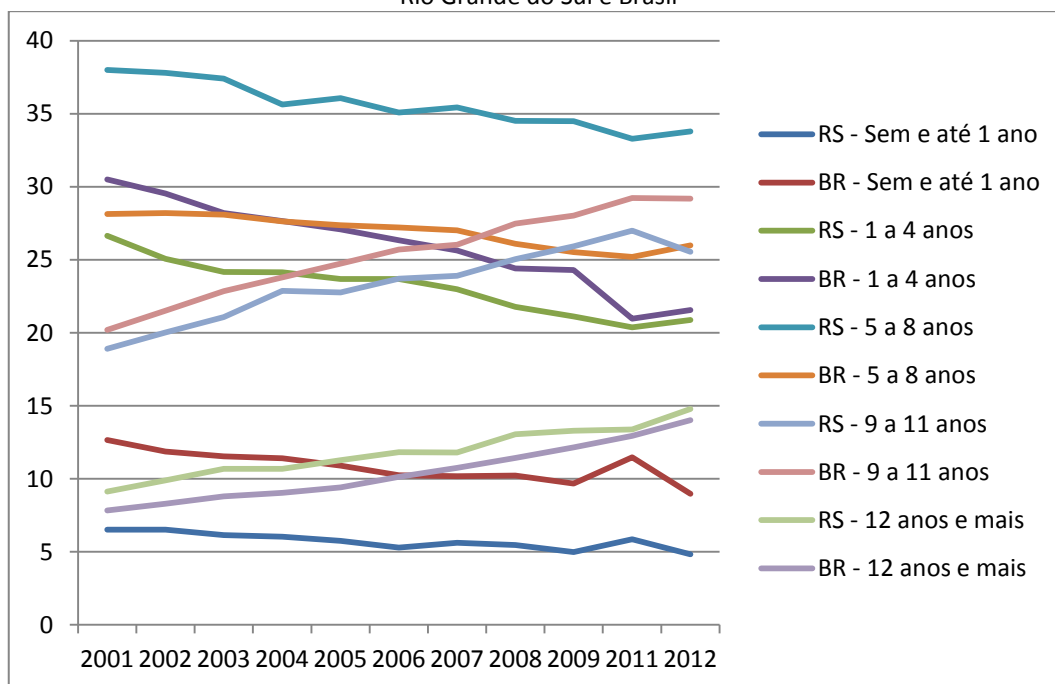
De acordo com a PNAD¹¹, o número de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade vem aumentando. No Estado, o percentual das pessoas com 10 anos ou mais de idade, sem instrução e com até 8 anos de estudo, vem caindo, e tem aumentado o percentual de pessoas com 9 anos ou mais de estudo. Em 2012, 40,3% da população possuía mais de 9 anos de estudo, sendo que 14,8% da população possuía 12 anos ou mais. Em 2001, esses patamares eram de 28,1% e de 9,1%, respectivamente. Tal fenômeno também é observável no Brasil, e de forma um pouco mais acelerada: em 2012, 43,2% da população de 10 anos ou mais de idade possuía 9 anos ou mais de estudo, incluindo os 14,1% com 12 anos e mais de estudo, em comparação com índices de 28,1% e 7,8% em 2001. A figura abaixo traz informações sobre essa evolução.

⁹ IBGE - Censo Demográfico, 2000 e 2010.

¹⁰ SEDUC-RS - Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com Ênfase no Ensino Médio - 2010.

¹¹ IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2001 a 2012.

Percentual de pessoas de 10 e mais de idade, por anos de instrução, no período de 2001 a 2012
Rio Grande do Sul e Brasil

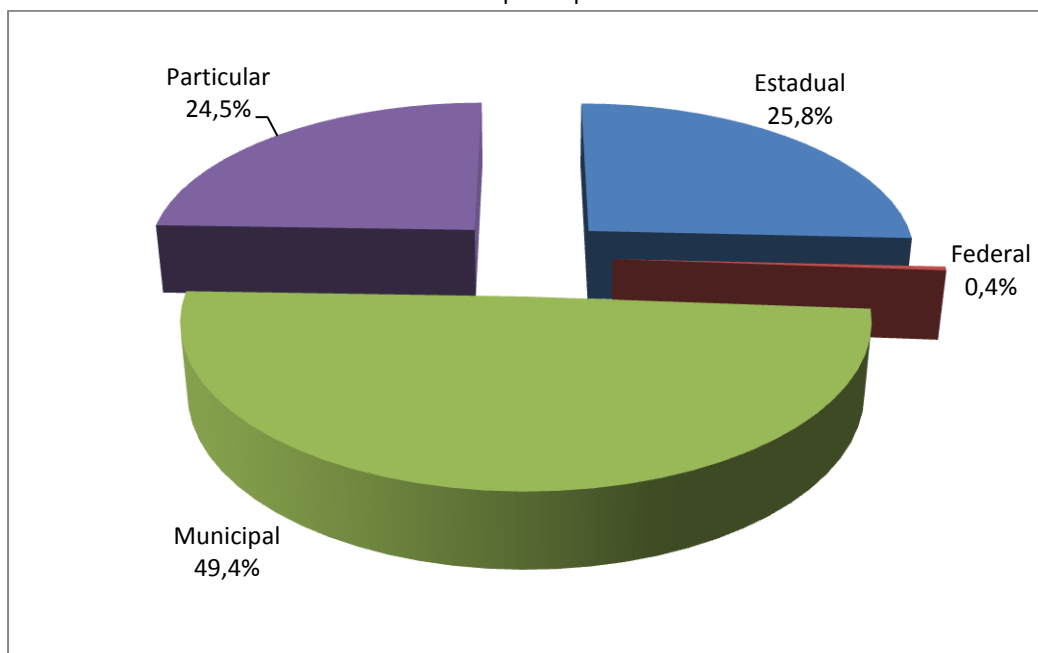


Fonte: PNAD/ IBGE

Características da Rede Estadual de Ensino

Quanto à oferta de Educação Básica, o Rio Grande do Sul possuía, em 2013, 9.975 estabelecimentos de ensino. Conforme mostrado no gráfico abaixo, destaca-se a forte presença de 4.924 estabelecimentos Municipais, seguidos dos 2.570 Estaduais e 2.442 Particulares. A esfera federal contribuiu com 39 estabelecimentos.

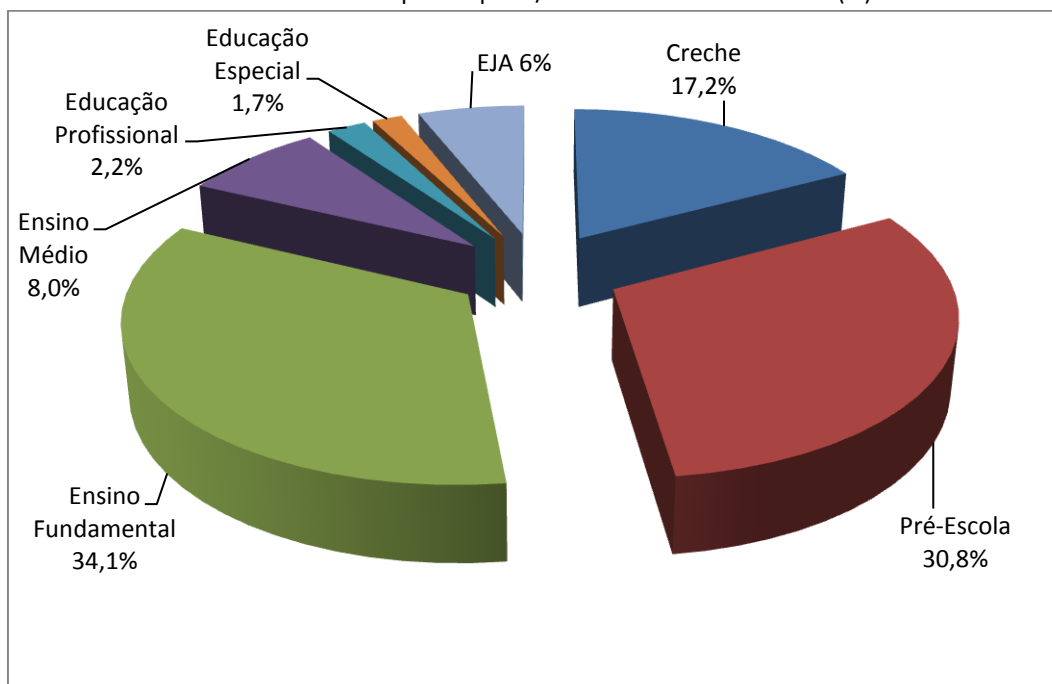
Estabelecimentos de ensino por dependência administrativa - RS - 2013



Fonte: MEC - INEP: Censo Escolar da Educação Básica

Esses 9.975 estabelecimentos dedicam-se predominantemente à Educação Infantil (sendo 3.169 Creches e 5.677 Pré-Escolas), seguida do Ensino Fundamental, ofertado por 6.278 estabelecimentos e do Ensino Médio, por 1.475 estabelecimentos.

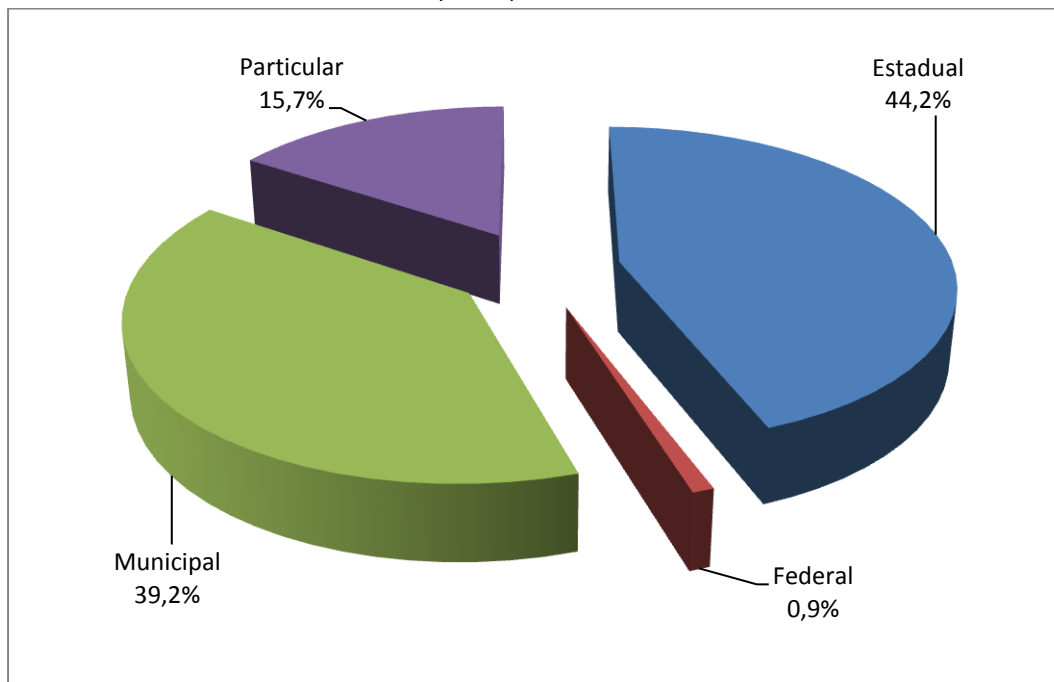
Estabelecimentos de Ensino por Etapas e/ou Modalidades de Ensino (%) - RS - 2013



Fonte: MEC - INEP: Censo Escolar da Educação Básica

As matrículas iniciais (número de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola na série e no ano, no Dia Nacional do Censo Escolar) totalizaram, em 2013, 2.377.033 alunos, que representam 21,3% da população total do Rio Grande do Sul projetada pelo IBGE para o mesmo ano. Como ilustrado abaixo, 44,2% (1.050.692) dos alunos frequentavam escolas estaduais, seguidos de 39,2% (931.780) alunos vinculados a estabelecimentos municipais. A rede de escolas particulares foi responsável por 15,7% (372.945) das matrículas, e a rede federal, por 09% (21.616).

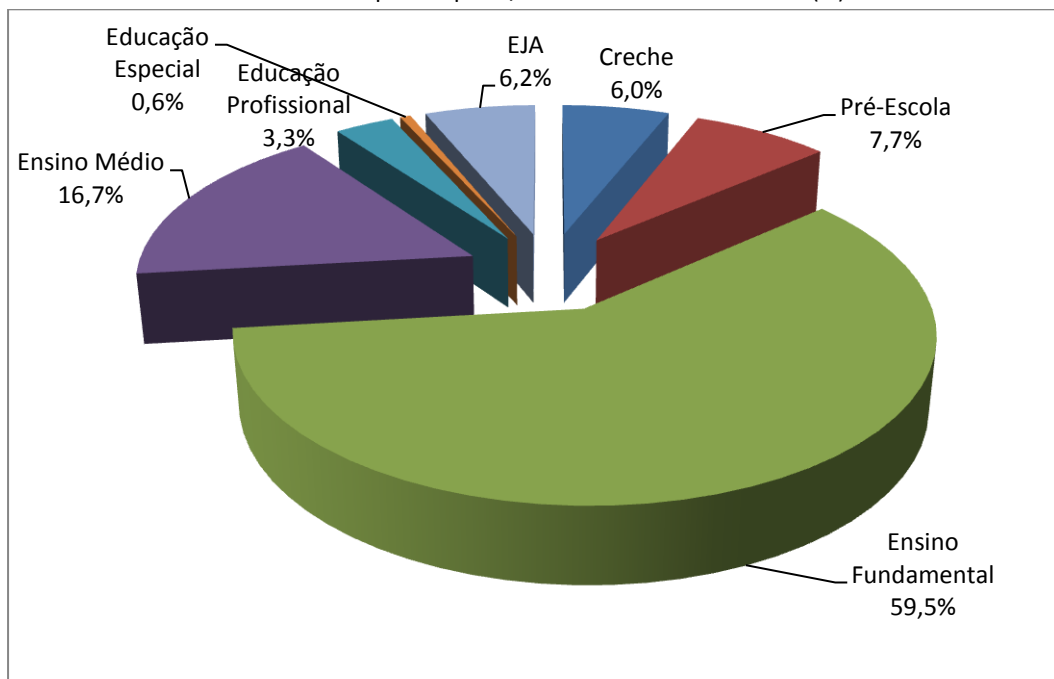
Matrícula Inicial por dependência administrativa - RS - 2013



Fonte: MEC - INEP: Censo Escolar da Educação Básica

Dos 2,37 milhões de matrículas iniciais verificadas no Estado em 2013, 59,5% (1.414.732) concentraram-se no Ensino Fundamental. O Ensino Médio participou com 16,7% (396.034), e a Educação Infantil, com 13,7% (143.085 matrículas na Creche e 184.061 na Pré-Escola).

Matrícula Inicial por etapas e/ou modalidades de ensino (%) - RS - 2013



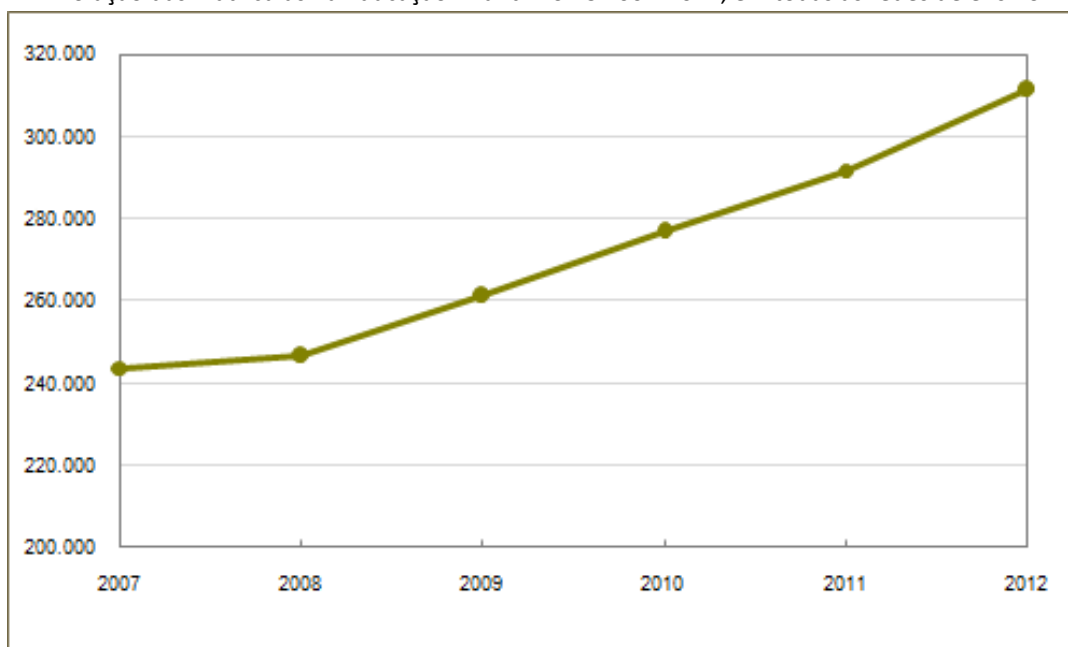
Fonte: MEC - INEP: Censo Escolar da Educação Básica

Educação Infantil

No Brasil, a Educação Infantil é considerada um direito da criança e uma obrigação do Estado assegurada pela Constituição Federal. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a Educação Infantil passou a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. A criança não é obrigada a frequentar, mas o poder público tem o dever de atendê-la.

No Brasil, em 2012, a taxa de escolarização das pessoas de 4 ou 5 anos de idade correspondia a 78,2%, segundo a PNAD, enquanto que, no Rio Grande do Sul, atingia 62,4%. As menores taxas de escolarização da população de 4 e 5 anos situam-se nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí (47,2%), Centro-Sul (50,1%) e Sul (50,2%)¹². Segundo dados do INEP, são 7,3 milhões de crianças matriculadas em 2012 no Brasil e 311.131 no Rio Grande do Sul.

Evolução das matrículas na Educação Infantil no RS 2007-2012, em todas as redes de ensino



Fonte: MEC/INEP

Observando a distribuição dos estabelecimentos de Educação Infantil entre as esferas pública e privada, constata-se que a maioria das escolas, tanto no Brasil, quanto no Rio Grande do Sul, são de responsabilidade do poder público municipal. No Estado, as escolas municipais respondem por 57,4% do total dos estabelecimentos em 2013. Isso se deve, principalmente, à prioridade constitucional de atuação dos municípios na educação infantil e fundamental¹³.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos estabelecimentos e matrículas na Educação Infantil, de acordo com a rede de ensino, em 2013:

¹² SEDUC-RS - Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com Ênfase no Ensino Médio - 2010.

¹³ SEPLAG - Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

EDUCAÇÃO INFANTIL - 2013					
REDE	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		TOTAL DE MATRÍCULAS
	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE MATRÍCULAS	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE MATRÍCULAS	
ESTADUAL	6	194	412	8.942	9.136
FEDERAL	2	132	2	106	238
MUNICIPAL	1.396	82.114	3.333	117.012	199.126
PARTICULAR	1.765	60.645	1.930	58.001	118.646
TOTAL DO ESTADO	3.169	143.085	5.677	184.061	327.146

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2013

Na Educação Infantil, em 2013, houve um aumento em torno de 16.000 matrículas. Só na Rede Municipal foram 8.965 novas matrículas. Apesar desse acréscimo observa-se, contudo, uma acentuada presença da rede privada nesse nível de ensino, necessitando-se maiores investimentos do poder público, especialmente dos municípios, a quem compete, prioritariamente, esse atendimento.

Ensino Fundamental

No Ensino Fundamental, na faixa etária de 6 a 14 anos, registra-se uma cobertura plena do atendimento no Estado, mas na análise das informações por Municípios ou organizadas por COREDEs identifica-se localidades que não atingem 100% em seu próprio território. Essas diferenças decorrem de vários fatores, entre eles, a mobilidade dos alunos através do transporte escolar ou escolas situadas nas divisas territoriais entre dois municípios. Constata-se, também, que não há necessidade de expansão física das escolas de Ensino Fundamental, mas sim o chamamento dos que ainda estão fora da escola. Destacam-se quatro COREDEs que apresentam percentuais inferiores a 100% de taxa de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos: Alto da Serra do Botucaraí (99,2%), Celeiro (99,6%), Rio da Várzea (99,8%) e Vale do Jaguari (99,9%)¹⁴.

Nos últimos anos, o País e o Estado vêm apresentando uma redução, nos números absolutos, no total de matrículas desse nível de ensino. No período 2007 a 2012, o Brasil reduziu em 7,5% suas matrículas, já o Rio Grande do Sul teve um percentual de redução um pouco mais alto, 10,7%. Em 2013 o Rio Grande do Sul atendeu no nível do Ensino Fundamental 1.414.732 alunos em 6.278 estabelecimentos. A maioria desses estabelecimentos são de responsabilidade do poder público municipal. Isso está relacionado com a obrigatoriedade constitucional de atuação dos municípios na educação infantil e fundamental¹⁵.

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos estabelecimentos e matrículas no Ensino Fundamental, de acordo com a rede de ensino, em 2013:

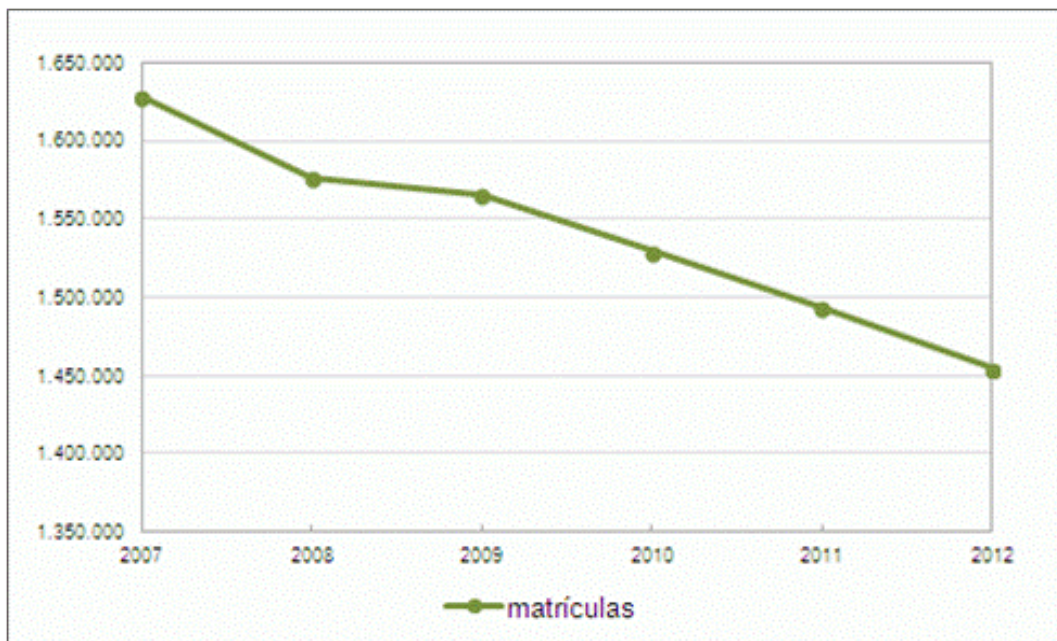
ENSINO FUNDAMENTAL- 2013				
REDE	Nº DE ESTABELECIMENTOS	PERCENTUAL	Nº DE MATRÍCULAS	PERCENTUAL
ESTADUAL	2.364	37,655%	587.633	41,5%
FEDERAL	3	0,048%	1.311	0,1%
MUNICIPAL	3.456	55,049%	680.105	48,1%
PARTICULAR	455	7,248%	145.683	10,3%

Fonte: MEC - INEP: Censo Escolar da Educação Básica - 2013

¹⁴ SEDUC-RS - Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com Ênfase no Ensino Médio - 2010.

¹⁵ SEPLAG - Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Evolução das matrículas do RS no Ensino Fundamental, 2007 – 2012, em todas as redes de ensino



Fonte: MEC/INEP

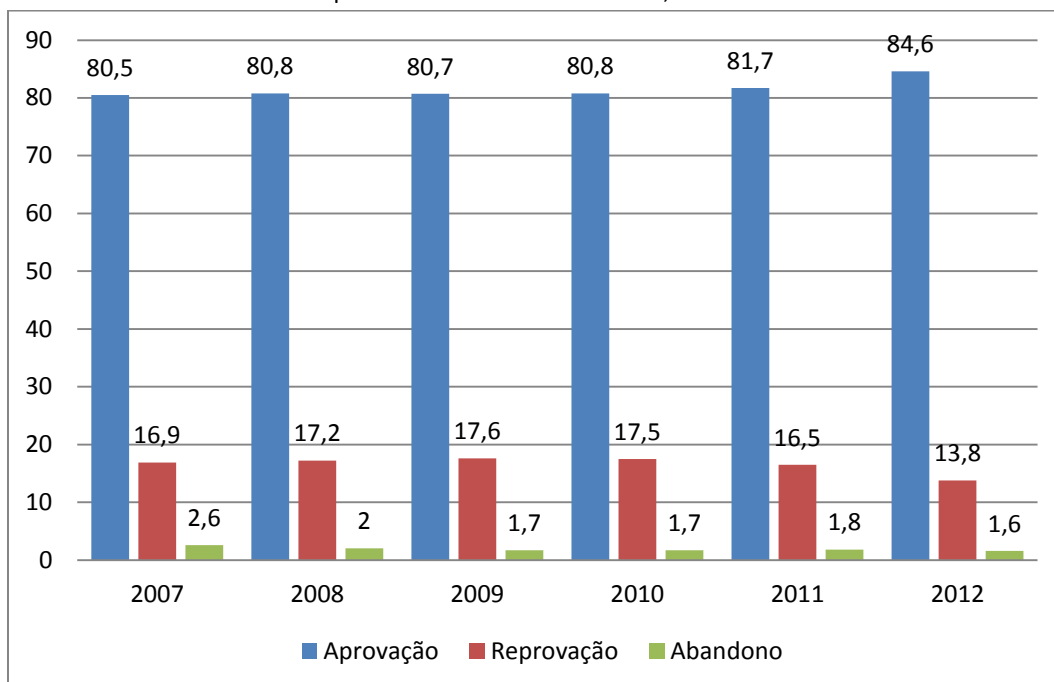
No que diz respeito aos indicadores de rendimento do Ensino Fundamental, a taxa de aprovação no Estado variou de 83,9%, em 2007, para 87,0% em 2012. No Brasil, nesse mesmo período, a variação foi de 4,5 pontos percentuais, passando de 83,7% para 88,2%. Conforme estudos, valores entre 90% e 95% seriam o ideal para o País¹⁶. A taxa de abandono também apresentou melhora. No Estado, variou de 2,1% para 1,3% e, no País, de 4,8% para 2,7% no mesmo período analisado.

A taxa de distorção idade-série para o Estado é de 22,8% em 2012, já a média brasileira é de 22,0%. Esse número revela a proporção de alunos com idade superior à adequada em cada nível, isto é, demonstra o percentual de jovens que estão cursando o Ensino Fundamental, mas estão fora da faixa adequada (6 a 14 anos)¹⁷.

¹⁶ SEPLAG - Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

¹⁷ SEPLAG - Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Taxas de desempenho do Ensino Fundamental, Rede Estadual - 2007 a 2012



Fonte: MEC - INEP: Censo Escolar da Educação Básica

Ensino Médio

Diferentemente do Brasil, onde as matrículas têm se mantido estáveis, no Estado verifica-se uma redução do número de matrículas no Ensino Médio, ao longo dos últimos anos. Em 2007, o Estado somava 440.610 matrículas, enquanto que, em 2012, esse número passou para 402.209, uma redução de quase 9%. Por outro lado, de acordo com a PNAD, no mesmo período, a população do RS de 15 a 17 anos, idade esperada para o Ensino Médio, aumentou de 511.000 para 557.000, donde conclui-se que há espaço para a expansão dessa etapa de ensino.

Os dados do Censo Demográfico 2010 apontavam que 82,8% dos indivíduos na faixa etária de 15 a 17 anos frequentavam escola. Destes, estavam matriculados no Ensino Médio regular 48,7% dos indivíduos (além de 2,3% na EJA e 1,9% em cursos superiores de Graduação). Assim, estavam fora da escola 17,2%, e com distorção idade-série, 29,8% dos indivíduos.

Segundo a SEDUC, é necessária a construção do Plano de Expansão do Ensino Médio¹⁸, tendo como subsídios as informações organizadas por Municípios e Coordenadorias Regionais de Educação, para atingir a meta de universalização do atendimento.

Regionalmente, as maiores taxas de escolarização, no que se refere ao Ensino Médio, são as dos COREDEs Fronteira Noroeste (94,3%), Noroeste Colonial (91,1%) e Vale do Jaguari (90,1%). As menores taxas encontram-se nos COREDEs Campos de Cima da Serra (75,6%), Hortênsias (76,0%), Alto da Serra do Botucaraí (79,5%) e Nordeste (79,6%).

Em 2013, o Rio Grande do Sul atendeu no nível do Ensino Médio 396.435 alunos em 1.475 estabelecimentos. Observando-se a distribuição dos estabelecimentos entre as esferas

¹⁸ SEDUC-RS - Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com Ênfase no Ensino Médio - 2010.

pública e privada, constata-se que a rede pública no Estado continua sendo o maior responsável pela oferta. Em 2013, 85,0% das matrículas eram da rede estadual¹⁹.

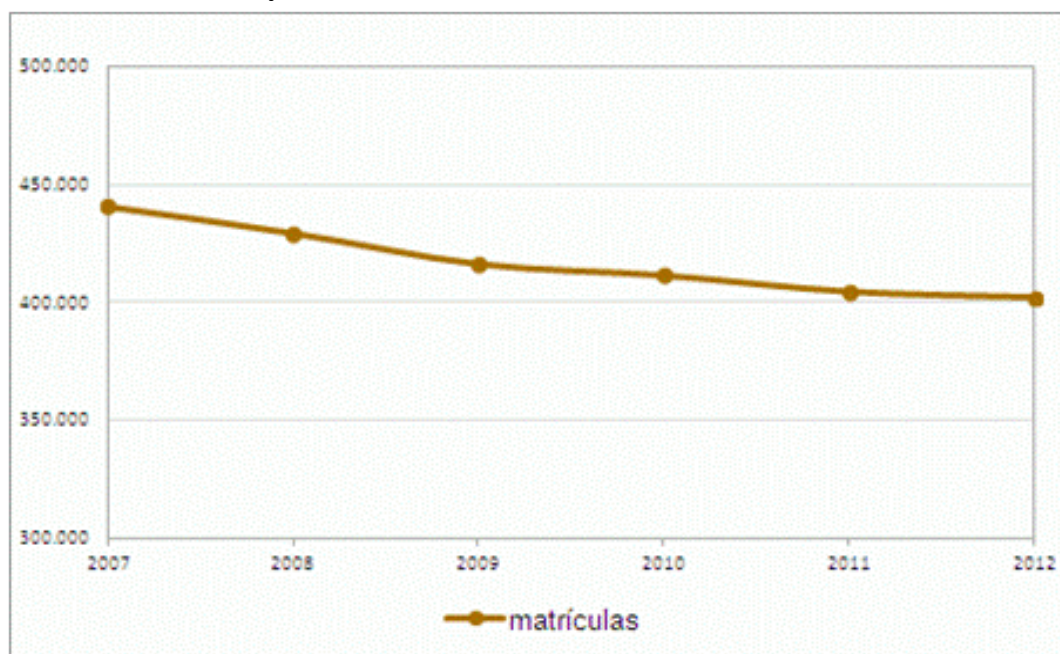
A tabela abaixo apresenta a distribuição dos estabelecimentos e matrículas no Ensino Médio, de acordo com a rede de ensino, em 2013:

ENSINO MÉDIO - 2013				
REDE	Nº DE ESTABELECIMENTOS	PERCENTUAL	Nº DE MATRÍCULAS	PERCENTUAL
ESTADUAL	1.080	73,22%	336.435	85,0%
FEDERAL	30	2,03%	9.814	2,5%
MUNICIPAL	24	1,63%	5.725	1,4%
PARTICULAR	341	23,12%	44.060	11,1%

Fonte: MEC - INEP: Censo Escolar da Educação Básica - 2013

Os dados mostram que a rede pública estadual, além de ter 73,22% dos estabelecimentos, detém 85% das matrículas no Ensino Médio. Somando-se todas as matrículas no Ensino Médio público, as redes públicas no Estado, atendem a 88,9% dessa modalidade de ensino.

Evolução das matrículas no Ensino Médio do RS - 2007 a 2012

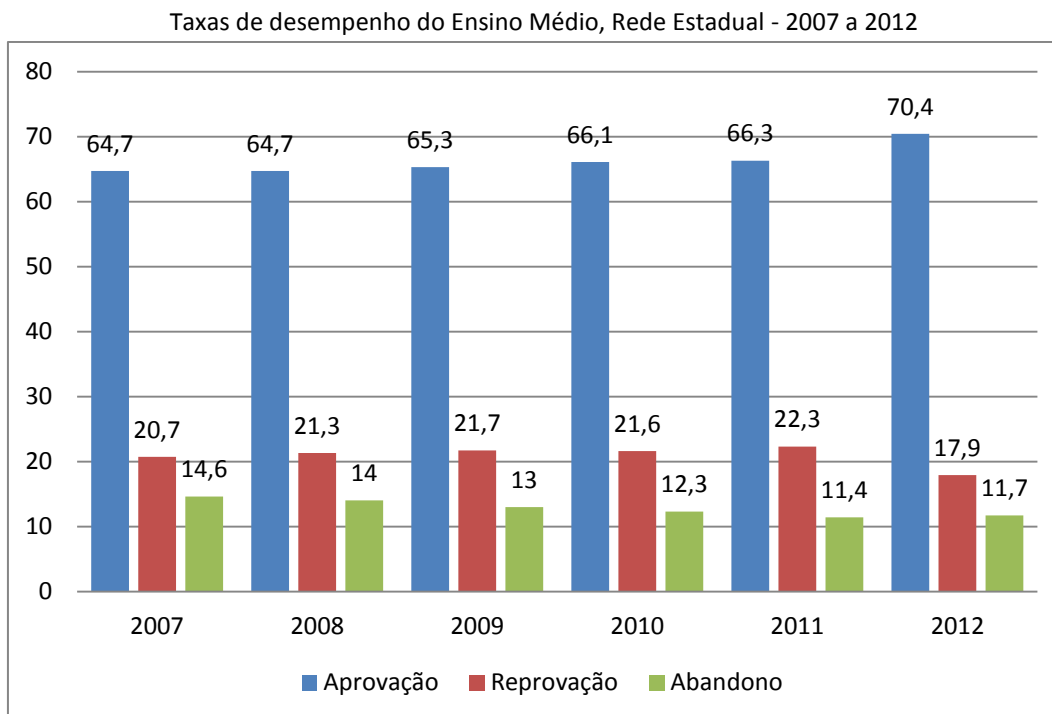


Fonte: MEC/INEP

No Ensino Médio, também as taxas de rendimento são mais preocupantes do que as do Ensino Fundamental, com aprovação de 70,4%, reprovação de 17,9% e abandono de 11,7% no ano de 2012. Porém, constata-se que, embora não tenham ocorrido nos últimos anos avanços significativos na perspectiva de reverter esse quadro, já se obteve alguma melhora. De acordo com o Diagnóstico feito pela SEDUC, é necessário priorizar o trabalho pedagógico, com a implantação de uma nova proposta curricular que está sendo desenvolvida desde 2011.

¹⁹ Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2013.

Os dados relacionados à distorção idade-série na rede estadual revelam problemas no fluxo escolar provocados por altas taxas de reprovação e abandono. Mesmo tendo apresentado melhora, ainda assim é significativo o percentual de jovens fora da idade esperada nesse nível de ensino²⁰.



Fonte: MEC - INEP: Censo Escolar da Educação Básica

Educação Profissional

As matrículas nesta modalidade de ensino têm aumentado nos últimos anos. Considerando as modalidades de Educação Profissional concomitante e subsequente ao Ensino Médio, no Brasil as matrículas passaram de 682.431, em 2007, para 1.063.655 em 2012, apresentando um crescimento de 56%.

No Rio Grande do Sul, houve redução no número de matrículas no ano de 2013, 77.595 matrículas oferecidas em 410 escolas em 136 municípios.

Quanto à dependência administrativa das escolas, o destaque é para a rede particular que, no Estado, detém 51,5% das escolas. Em segundo está a rede estadual, com 39,0%.

Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial

As modalidades de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Especial corresponderam, em conjunto, a 6,2% das matrículas iniciais em 2013 no Estado.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) destina-se aos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, podendo concluir esses níveis de ensino mediante cursos e exames. Estes podem ser realizados para os maiores de

²⁰ SEDUC-RS - Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com Ênfase no Ensino Médio - 2010.

quinze anos para a conclusão do Ensino Fundamental e para os maiores de dezoito anos para a conclusão do Ensino Médio.

O número de matrículas na EJA no Estado decresceu em 21,5% no período 2007-2013, passando de 186.889 para 146.765 matrículas. Destas, 60,9% são para a conclusão do Ensino Fundamental e 39,1% para o Ensino Médio. Com relação à dependência administrativa das instituições que oferecem esse tipo de ensino, em 2013, verifica-se que a maioria são do poder público estadual (51,8%) e do poder público municipal (40,1%).

A Educação Especial no Brasil é uma modalidade de ensino dirigida àqueles alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades.

Nos últimos 6 anos, o Estado apresentou um aumento no número de matrículas, passando de 42.771, em 2007, para 66.503 matrículas no ano de 2013. Desse total, 77,8% estão em classes comuns do ensino regular e 22,2%, em escolas especializadas ou classes especiais do ensino regular.

SEGURANÇA PÚBLICA

OBSERVANDO A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Segundo o último Anuário da Segurança Pública, publicado em 2013, nosso Estado possui o terceiro menor índice de homicídios dolosos no Brasil²¹. Além disso, o Rio Grande do Sul é o quinto com menor índice de latrocínios²², com uma taxa de 0,8 crimes para cada grupo de 100 mil habitantes.²³ Por isso, pode-se dizer que nosso Estado, comparativamente aos demais, no que tange à Segurança Pública, encontra-se em posição razoável, inobstante ainda necessite de uma expressiva redução nos índices de criminalidade. Segundo o mesmo Anuário, entretanto, de 2011 para 2012 houve um crescimento na taxa de homicídios dolosos, passando de 16,2 para cada 100.000 habitantes para 18,4. O crescimento dessas taxas, contudo, acompanhou a tendência nacional, não se tratando, portanto, de um fenômeno local isolado.²⁴ De sublinhar-se que, em 2013, relativamente aos delitos de homicídio doloso, houve uma diminuição de 5,7% em relação a 2012.

Reconhece-se, no entanto, que as atividades de polícia e de administração penitenciária exigem um constante aprimoramento das instituições envolvidas e uma permanente atenção à realidade social que condiciona a sua atuação. Daí a importância do estabelecimento de políticas públicas eficazes, capazes de melhorar a segurança da sociedade.

Nesse contexto, a **Secretaria da Segurança Pública (SSP)** atua, por meio das suas instituições, para garantir a ordem pública, a preservação das garantias do cidadão e a proteção da vida e do patrimônio. São elas a **Brigada Militar (BM)**, a **Polícia Civil (PC)**, a **Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)** e o **Instituto-Geral de Perícias (IGP)**, que atuam de forma integrada a partir das políticas e estratégias construídas em conjunto com a Administração Central da Pasta.

A Política de Segurança Pública do Estado do Rio Grande Do Sul

O Rio Grande do Sul, compreendendo o novo paradigma da Segurança Pública, derivado de documentos da ONU e da Lei que criou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), tem como premissa o fortalecimento institucional do Estado para atuar preventivamente. Além disso, de forma sistêmica, inclui na sua política investimentos na prevenção primária (cujo objetivo principal é a minimização da vulnerabilidade do cidadão se

²¹ Dados relativos a 2012. Foram 18,4 homicídios dolosos para cada grupo de 100 mil habitantes no Estado, perdendo apenas para o Mato Grosso do Sul, com 14,9, e São Paulo, com 11,5.

²² Latrocínio é roubo seguido de morte. O Rio Grande do Sul ficou atrás de Goiás (taxa de 0,6), Mato Grosso do Sul (taxa de 0,6), Minas Gerais (taxa de 0,6) e Paraíba (taxa de 0,6).

²³ Tanto os índices de homicídios dolosos quanto os de latrocínios foram registrados em um comparativo em que outras Unidades da Federação não publicaram todas suas ocorrências e/ou não alimentaram o sistema de estatística nacional de forma adequada. São Paulo, por exemplo, publicou 85% das suas ocorrências policiais, e Mato Grosso do Sul, 83%. O que significa dizer que, para cada dez crimes reportados, dois deles não foram incluídos no relatório. Apenas o Rio Grande do Sul e o Paraná alimentaram corretamente o sistema e encaminharam 100% de seus dados criminais para a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

²⁴ Fonte: SSP/DGEO.

tornar vítima de delitos e atos antissociais), na prevenção secundária (que compreende o ciclo de polícia e persecução criminal), bem como na prevenção terciária (execução da pena e reabilitação da população carcerária). A SSP tem como visão a construção de uma política de segurança pública cidadã, fundada no fortalecimento institucional do Estado para atuar preventivamente. É uma nova concepção de atuação policial, que estabelece laços de aproximação e parceria com a população, sem nunca abdicar das necessárias estratégias de repressão qualificada e combate à impunidade.

Baseada no aprofundamento das relações federativas, a Segurança Pública do Estado inclui os municípios como protagonistas de uma política que vise garantir o exercício pleno da cidadania, com a integral garantia de direito. Essa política se aperfeiçoa com a valorização dos profissionais da segurança pública e com o incremento de ferramentas operacionais e tecnológicas, objetivando não só o enfrentamento à violência, mas, principalmente, a promoção de uma cultura de paz.

Partindo dessa visão, a Pasta de Segurança Pública atua para promoção de ações e políticas de inteligência, prevenção, contenção e repressão da macrocriminalidade e do crime organizado, controle de armamentos, administração do serviço penitenciário e prevenção e controle de sinistros. Dentro desse plexo de ações, destacam-se – ainda que não sejam os únicos – seis focos de atuação, que são: o RS na Paz, o Policiamento Comunitário, a ampliação das vagas prisionais, a política de proteção das mulheres contra a violência de gênero, por meio da Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar, o aperfeiçoamento do Disque Denúncia e a organização e gestão do conhecimento para o enfrentamento da corrupção na Administração Pública Estadual.

Derivadas dessa política de segurança cidadã, diversas ferramentas de natureza operacional e tecnológica foram criadas. No plano operacional, destaca-se, como adiante explicitado, a institucionalização de uma política aprofundada de utilização da Polícia Comunitária, o enfrentamento da impunidade com a criação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o aumento e qualificação dos efetivos das Polícias Civil e Militar e a reorganização das carreiras. No que tange a novas ferramentas tecnológicas, destacamos a reformulação do Disque Denúncia, a constituição da automação da análise DNA, a constituição do Centro Integrado de Comando e Controle, bem como do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP). É de sinalizar-se que o Rio Grande do Sul, no âmbito da Campanha de Desarmamento promovida pelo Ministério da Justiça, com abrangência nacional, é o primeiro em arrecadação de armas em face da estrutura que criou para esse objetivo.

RS na PAZ

O RS na Paz inaugurou uma nova fase no processo de consolidação de políticas públicas de segurança baseadas no princípio segundo o qual segurança pública não é sinônimo de “polícia”. Essas políticas residem na percepção de que o diálogo entre ações sociais e policiais é fundamental para a redução dos índices de violência e criminalidade e da vulnerabilidade das pessoas. Para a consecução desses objetivos, o RS na Paz estruturou-se a partir de três eixos estratégicos - prevenção, transversalidade e gestão.

Destaca-se desde o início do governo a implantação de nove Territórios de Paz,²⁵ em bairros conflagrados pela violência e pela criminalidade nos municípios de Porto Alegre (4), Canoas (1), Passo Fundo (1), Vacaria (1), Santa Cruz do Sul (1) e Esteio (1). Os dados mostram que, em Porto Alegre, nos quatro bairros onde há os Territórios de Paz (Restinga, Rubem Berta, Santa Teresa e Lomba do Pinheiro), houve uma redução dos índices de homicídio em relação aos demais bairros: até agosto de 2011, quando se iniciou o processo de implantação dos Territórios, esses bairros respondiam por quase 35,1% dos homicídios dolosos em Porto Alegre; em 2013 essa média foi de 29,77%. Significa dizer, também, que se estagnou o número absoluto de homicídios nesses bairros: em média 129 por ano.

Para o ano de 2014 pretende-se concluir o processo de consolidação do RS na Paz, com as seguintes ações:

a. implantação de mais seis Territórios de Paz no Estado, para ampliar as ações voltadas à inclusão, cooperação e confiança, reduzindo a violência e a criminalidade nas localidades contempladas. Até o final do governo serão 19 Territórios de Paz no Estado.

Além de se manterem e ampliarem as ações já realizadas, serão iniciadas novas atividades nos Territórios de Paz: Pontos de Cultura; Agentes de Leitura; contratação de 84 jovens em situação de vulnerabilidade para estágios no BANRISUL e contratação de outros 84 jovens aprendizes.

b. implantação do Observatório de Segurança Cidadã, um espaço institucional, em sinergia com o Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS, que promoverá o desenvolvimento de pesquisas sociais e avaliativas e onde será instalado um Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas de Segurança Pública.

c. implantação, nas Delegacias de Polícia, do Programa de Acolhimento Jurídico-Psicossocial às Vítimas de Violência – Estão sendo implementados 16 Núcleos de Acolhimento Jurídico-Psicossocial em Delegacias de Polícia Distritais da Polícia Civil que tenham circunscrição nos Territórios de Paz, bem como Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM)²⁶ das cidades e do DECA em Porto Alegre, com objetivo de proporcionar às vítimas de violência uma escuta inédita humanizada e adequada, que possibilite ao cidadão sentir-se acolhido, compreendido e orientado adequadamente sobre o seu problema. O RS na PAZ fornece os equipamentos necessários, já adquiridos em 2013, para a execução do serviço, e as Delegacias da Polícia Civil disponibilizam o espaço físico. Por intermédio da UNESCO serão contratados trinta e dois profissionais de Psicologia e Serviço Social para operarem os 16 núcleos.

d. Implementação do projeto Segurança Rural/Abigeato e Abate Irregular de Animais. Instituído pelo Decreto nº. 50.313, de 13 de maio de 2013, o Comitê de Gestão da Transversalidade das Ações de Combate aos Crimes de Abigeato e Abate Irregular de Animais reúne Secretaria da Segurança Pública; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio; Secretaria da Fazenda; Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria da Saúde. O projeto estabelece condições adequadas ao desenvolvimento de ações integradas de segurança pública no meio rural gaúcho, envolvendo instituições públicas, entidades privadas e a população rural, tendo

²⁵ Agregando aos *Territórios*, criados a partir de 2011, o pré-existente *Território de Guajuviras* (Canoas), hoje, ao todo, são dez os *Territórios de Paz* no Estado.

²⁶ Sobre as DEAMs, ver o item 4., que trata da política de proteção da mulher.

como filosofia potencializar os meios e os atos pela integração. Em 2013 foram realizadas ações policiais e cursos de formação nas regiões da Campanha e Fronteira-Oeste. Para 2014 já estão programadas atividades na Região Sul e Metropolitana. Também será concluído o acesso integrado aos bancos de dados das cinco secretarias e o levantamento cartográfico e o georreferenciamento das estradas vicinais e dos acessos às propriedades rurais gaúchas.

e. Consolidação do projeto Oportunidade de Emprego aos Egressos do Sistema Penitenciário – O RS na PAZ e o Conselho Penitenciário buscam, junto à iniciativa privada, oportunizar capacitação profissional e ingresso no mercado de trabalho aos egressos do Sistema Penitenciário do Estado. Em 2013, a SSP promoveu o Primeiro Encontro dos Egressos e firmou parceria com a empresa Celulose Rio-Grandense. Também foi realizada a qualificação em construção civil para egressos. Em 2014, a meta é contratar 800 egressos que já aderiram ao programa e foram selecionados, todos da Região Metropolitana.

f. Implantação do Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e Outras Drogas. O Governo Federal disponibilizou para a área da segurança pública três kits de videomonitoramento móvel para serem instalados nos bairros Centro, Rubem Berta e Santa Teresa, compostos, cada um, por: um ônibus de videomonitoramento; vinte câmeras fixas; dois carros; duas motos; espargidores de pimenta e equipamentos de menor potencial letal. Também compõem o Plano, a capacitação em policiamento de proximidade, a atenção integral em saúde e o uso diferenciado da força para os agentes de segurança. O processo de instalação das 60 câmeras fixas está sendo concluído. Em 2014 será iniciada a operação de todo o sistema.

g. Implantação do projeto Redes da Paz: pacificação e cidadania por meio de inteligência social. Em 2013, a SSP formatou e cadastrou um projeto, junto à Comunidade Europeia (Edital EuropeAid/134-987/L/ACT/BR), para buscar recursos visando construir redes de colaboração cidadã e reduzir índices de violência e criminalidade entre jovens em Territórios de Paz. Os objetivos são desenvolver ambiente para integração, socialização, discussão e compartilhamento, entregar como legado à comunidade uma plataforma de colaboração e um método de cocriação para a transformação do território e qualificar o grupo-alvo para uma visão de empreendedorismo e sustentabilidade. Se aprovado, o projeto será desenvolvido em 2014.

Enfim, o objetivo para 2014 é concluir processos já iniciados de institucionalização de projetos e programas, para que se desenvolvam resultados a médio e longo prazo, com o fim de produzir um novo ambiente de prevenção à violência e, assim, propiciar maior segurança a todos.

Policiamento Comunitário

A Polícia Comunitária - implantada do Rio Grande do Sul pela Secretaria da Segurança Pública - traz a concepção, inédita no Brasil, de aproximar os policiais da população, fomentando a sensação de segurança pública a partir dessa convivência. Combina o policiamento comunitário denominado de *Chuzasho* (do Japão) e o de policial de quarteirão, trazendo para o perímetro urbano o conceito japonês que coloca o policial morando em pequenas comunidades da zona rural.

O Policiamento Comunitário, nesses moldes, é operado a partir de núcleos formados por bairros, que são atendidos por policiais militares que moram nos locais onde farão o

policiamento. Uma parceria entre a Secretaria e as prefeituras garante o pagamento de uma bolsa-auxílio para os policiais militares, destinada ao pagamento do aluguel das casas em que estes residem. Na implantação do projeto, o Estado entrega uma viatura nova para cada núcleo e equipamentos de uso individual para cada policial, tais como armas, coletes balísticos e algemas.

De 2011 a 2013 foram implantados 50 Núcleos de Polícia Comunitária em diversas localidades do Estado. Ao todo, foram investidos R\$ 5,6 milhões para a implantação desses Núcleos.²⁷ Para o exercício de 2014, está prevista a implantação de mais 40 Núcleos, com um custo estimado de R\$ 2,8 milhões.

A fim de capacitar os servidores que atuarão nos Núcleos de Polícia Comunitária, em 2013 a SSP promoveu 12 edições do Curso de Promotor de Polícia Comunitária nos municípios de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Rio Grande, Parobé, Lajeado, Santana do Livramento, Canoas e Porto Alegre, perfazendo 40 horas.

Ampliação das vagas prisionais

Desde o início do atual Governo, foram abertas 2.341 vagas no regime fechado, e 1.632 no regime semiaberto, totalizando 3.973 vagas.²⁸ Nesse total estão incluídas as mil vagas abertas por conta da utilização das tornozeleiras eletrônicas.

Destacam-se nesse período as vagas geradas com a inauguração da Penitenciária de Arroio dos Ratos e a ampliação das penitenciárias de Charqueadas, Montenegro e Santa Maria, as quais representam mais 2.100 vagas no regime fechado.

Os gastos para a geração das vagas somaram, nesses três anos, R\$ 91,3 milhões.²⁹ Para o exercício de 2014, estão previstos mais R\$ 84,85 milhões em obras e equipamentos necessários à ampliação da capacidade de recepção e controle dos apenados no sistema penitenciário estadual.³⁰ Ao todo, pretende-se, em 2014, ampliar o sistema penitenciário em mais 4.759 vagas para o regime fechado, fato que possibilitará dar uma nova destinação ao Presídio Central de Porto Alegre, e mais 1.388 para o regime semiaberto (das quais mil decorrerão da ampliação do uso de tornozeleiras eletrônicas, já realizada no final de 2013). Destacam-se as seguintes obras:

- a. construção da Penitenciária de Guaíba, com 632 vagas para o regime fechado. Obra em andamento;
- b. construção da Penitenciária de Canoas, com 393 vagas para o regime fechado. Obra em andamento;
- c. construção da Penitenciária de Venâncio Aires, com 529 vagas para o regime fechado. Obra em andamento;

²⁷ Despesa empenhada. Fonte: sistema FPE.

²⁸ Fonte: Engenharia Prisional/SUSEPE.

²⁹ Despesa empenhada. Fonte: sistema FPE.

³⁰ Fonte: Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2014 (Lei nº. 14.375, de 19 de dezembro de 2013).

d. construção do Complexo Prisional de Canoas, com 2.415 vagas no regime fechado. Obra ainda não contratada;

e. construção do Instituto Penal de Bagé, com 108 vagas para o regime semiaberto. Obra em andamento;

f. construção do Anexo ao Instituto Penal de Novo Hamburgo, com 150 vagas no regime semiaberto. Obra contratada, aguardando início, e

g. recuperação do Instituto Penal Pio Buck, com 130 vagas no regime semiaberto. Obra ainda não contratada.

Há, ainda, a previsão de início das obras de construção de mais cinco estabelecimentos penais, que gerarão mais 1.495 vagas a partir de 2015, por meio de convênios celebrados com o Departamento Penitenciário Nacional. São eles o Centro de Reinserção Social em Canoas, a Penitenciária Feminina de Rio Grande, a Penitenciária Feminina de Passo Fundo, a Penitenciária Mista de Alegrete e a Penitenciária Masculina de Rio Grande.

A ampliação de vagas prisionais é necessária para amenizar a já antiga crise do sistema penitenciário. Por esse motivo, a geração de novas vagas e a recuperação de estabelecimentos prisionais tem sido prioridade absoluta para o Governo do Estado.

Política de proteção das mulheres contra a violência de gênero, por meio da Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar

Idealizada e articulada a partir do entendimento de que a violência de gênero é tão relevante quanto os outros crimes, na medida em que esse comportamento dentro do lar é reprodutor de todas as outras formas de violência na sociedade, a Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar é realizada em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres, no âmbito do Poder Executivo, e também com os outros Poderes, destacando-se o Ministério Público e o Poder Judiciário. Engloba diversos projetos que atuam na prevenção da violência doméstica, no atendimento às vítimas, bem como no pós-delito, com o encaminhamento para a rede de atendimento. Além disso, há projetos voltados ao empoderamento e à independência feminina para que possam trabalhar e não reatem o relacionamento com os seus agressores. Dentre esses projetos, destacam-se:

a. *Patrulha Maria da Penha* – a Brigada Militar realiza a fiscalização do cumprimento de medidas protetivas de urgência e o atendimento da mulher no pós-delito. O último levantamento da rede (julho de 2013) apontou que a Patrulha Maria da Penha já atendeu um total de 1.729 mulheres, entre os meses de outubro de 2012 e julho de 2013, nos Municípios de Porto Alegre, Canoas e Esteio. As segundas visitas chegaram a 2.864. Destas, 520 vítimas ameaçadas passaram a ser acompanhadas de maneira especial. Também se registraram 193 situações em que a mulher retomou o relacionamento com o marido/companheiro e um total de 104 prisões por descumprimento da medida protetiva. Até o final de 2014, mais 23 cidades receberão o projeto.

Paralelamente, estão sendo capacitados, para atendimento qualificado em ocorrências da lei Maria da Penha, 960 policiais militares, com recursos provenientes de convênio celebrado com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.³¹

b. *Sala Lilás* – trata-se de um espaço especializado, junto ao Departamento Médico Legal de Porto Alegre, para o atendimento de mulheres vítimas de violência, onde é oferecido atendimento médico, psicológico e social logo após o crime. A intenção é evitar a exposição das vítimas e o contato com os agressores. Para as vítimas de estupro, que têm de deixar suas peças de roupa para o exame de DNA, é oferecido um *kit* com roupas íntimas. Em 2014, mais 12 cidades deverão contar cada qual com uma *Sala Lilás*.

c. *Projeto “Metendo a Colher”* – desenvolvido no Presídio Central de Porto Alegre, tem por objetivo conscientizar os agressores enquadrados na Lei Maria da Penha, alertando-os para a gravidade de seu crime e educando-os para que não haja a reincidência. Quando postos em liberdade, esses agressores continuam sendo monitorados por uma rede externa, composta pela Patrulha Maria da Penha, Escuta Lilás, Ministério Público e Poder Judiciário, entre outros.

d. *Observatório da Violência contra a Mulher* – de forma pioneira no Brasil, é realizado na SSP o levantamento de dados relativos a ocorrências policiais com enfoque em ameaça, lesão corporal, estupro, feminicídio (quando há envolvimento afetivo, e são mortas pelo companheiro) consumado e tentado. Esses índices são atualizados diariamente, e as informações são repassadas todas as semanas para a Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto-Geral de Perícias e SUSEPE.

e. *Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)* – ao todo, são 17 DEAMs e 20 postos especializados situados nas Delegacias de Polícia no Estado. Até o final de 2014 serão instaladas mais duas DEAMs: uma em Alvorada e outra em Bagé.

Os esforços da SSP, que atua sempre em conjunto com a Secretaria de Política para Mulheres, culminaram na captação de recursos federais na ordem de R\$ 4,5 milhões, que serão destinados aos projetos Sala Lilás, Patrulha Maria da Penha e às novas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Espera-se com isso ampliar a rede de atendimento da Segurança Pública para enfrentamento da violência doméstica e familiar, cobrindo 25 municípios do Estado. Ainda não é possível avaliar o impacto das ações nos indicadores de segurança pública do Estado, tendo em vista o curto espaço de tempo da implantação da rede. Todavia, é possível afirmar que, até o momento, não se registrou feminicídio ou violência grave a nenhuma mulher monitorada pela Patrulha Maria da Penha.

A repercussão e a importância da Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar foram reconhecidas internacionalmente, tendo o nosso Estado vencido a 1ª. edição no Prêmio Governarte A Arte do Bom Governo, na categoria Governo Seguro, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).³²

³¹ Convênio nº 157/2012 (SICONV nº. 774959).

³² Para mais informações, ver a página oficial do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Informações adicionais disponíveis em < <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38208123> >.

Aperfeiçoamento do Disque Denúncia

No início de 2013, a SSP iniciou um processo de aperfeiçoamento do Disque Denúncia 181, que é uma ferramenta indispensável para o combate ao crime, a fim de tornar mais efetiva a atuação do Estado na segurança pública. Além disso, o serviço de Disque Denúncia, que é gratuito e funciona nas 24 horas do dia, busca desenvolver uma cultura de participação cidadã no âmbito da segurança pública, melhorando a investigação criminal e a eficiência preventiva e ostensiva, e com isso contribuindo para a diminuição da impunidade e para a prevenção da prática de crimes e de violência.

Dentre as diversas medidas adotadas para a melhoria do Disque Denúncia, foi desenvolvido, com o apoio das agências de inteligência da Polícia Civil, da Brigada Militar, da SUSEPE e do Departamento de Gestão do Conhecimento para Prevenção e Repressão à Corrupção (DEGECOR), um *software* de inteligência estratégica e policial para gerenciar informações colhidas no momento do atendimento à população. Esse *software*, produzido pela própria SSP, e que abarca os mais avançados recursos de tecnologia disponíveis, permite a análise estatística e o geoprocessamento criminal, identificando, por exemplo, as áreas com maior concentração de denúncias sobre fatos análogos e ocorrências já registradas. A par dessas informações, é possível o estabelecimento de diagnósticos e um melhor gerenciamento dos recursos policiais, possibilitando uma maior eficiência e efetividade do Estado na área de segurança pública e, como já exposto, uma aproximação do cidadão com a Segurança Pública.

Organização e gestão do conhecimento para o enfrentamento da corrupção na Administração Pública Estadual

O Decreto Estadual nº. 24.708, de 19 de novembro de 2011, instituiu, no âmbito da Administração Estadual, na estrutura da SSP, o Departamento de Gestão do Conhecimento para Prevenção e Repressão à Corrupção (DEGECOR). Na esteira das recomendações da ONU, propugnadas pela Convenção de Mérida, firmada em 2003, o Rio Grande do Sul é pioneiro na criação de órgão dessa natureza, com o objetivo de organizar o conhecimento na Administração Estadual para o enfrentamento da corrupção.

O DEGECOR adota mecanismo de inteligência que, através das informações recebidas, realiza pesquisas e estudos que subsidiam as ações de repressão que estão sendo encaminhadas aos órgãos competentes e à polícia. Nos primeiros dezesseis meses de atividade, o DEGECOR encaminhou aos referidos órgãos 236 denúncias para averiguação ou inquérito policial, 14 expedientes foram encaminhados à Delegacia Fazendária da Polícia Civil e cinco à PGE, para propositura de ação de improbidade administrativa.

No mesmo ato de criação do DEGECOR, o Poder Executivo firmou com o Poder Judiciário e com o Poder Legislativo o Primeiro Pacto Republicano de Estado pela Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais e Enfrentamento da Corrupção, propugnando o estabelecimento do marco legal para um sistema estadual de enfrentamento à corrupção.

Ainda em 2011 foi celebrado convênio com a União, no valor de R\$ 520 mil, para a aquisição de equipamentos e veículos necessários à estruturação do Departamento.³³ Parte dos

³³ Convênio SENASP/MJ 768800/2011.

bens previstos já foi adquirida, e outra ainda está em processo de compra, com execução aproximada de 80%.

Em 2014, primeiro semestre com a conclusão das obras do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), a perspectiva é de conclusão do processo de instalação do DEGECOR, em local apropriado, implantando o setor de controle e acesso aos bancos de dados da administração pública, que em 2013 funcionou de forma experimental. A atividade do DEGECOR já começa a trazer resultados importantes no combate à corrupção.

SANEAMIENTO BÁSICO

SANEAMENTO BÁSICO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO EM PERSPECTIVA

A universalização do acesso e a integralidade na prestação dos serviços de saneamento de modo a proteger a saúde pública e o meio ambiente estão entre os princípios fundamentais definidos pelas diretrizes nacionais para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, conforme Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e Decreto nº 7.217, de 2010. A política do setor, respeitando tais princípios, deve orientar o desenvolvimento dos serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto sanitário e tratamento de efluentes, manejo dos resíduos sólidos e manejo das águas pluviais.

Outra diretriz importante para o desenvolvimento do setor diz respeito à articulação entre as políticas de saneamento básico e as políticas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate à pobreza e sua erradicação, recursos hídricos e outras de relevante interesse social, voltadas para a melhoria da qualidade de vida. Políticas para as quais o saneamento básico é determinante. A articulação entre as políticas constitui um desafio para a superação do déficit e desigualdade de acesso aos serviços de saneamento básico, uma vez que a diversidade dos temas demanda o envolvimento de diferentes atores institucionais.

Em uma perspectiva histórica, em nível nacional, a ausência de instrumentos legais pertinentes, desde a extinção, em 1986, do Banco Nacional de Habitação (BNH) contribuiu, entre outros fatores, para dificultar o desenvolvimento do setor. O BNH coordenava a operacionalização do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Dessa forma, as regras para o setor de saneamento básico permaneceram indefinidas carecendo de diretrizes gerais que permitissem implementar uma política nacional para o setor, o que só viria a ocorrer com a criação de um novo marco regulatório.

Novas perspectivas para o saneamento básico surgiram em 2007 com a criação de um marco regulatório nacional, quando da publicação da Lei do Saneamento, Lei Federal nº 11.445/2007, fruto de uma exaustiva negociação setorial entre todos os agentes intervenientes no processo, marcando assim o início de uma nova era para o setor. A legislação definiu os conceitos, as diretrizes, os indicativos de arranjos institucionais e previsão orçamentária para o saneamento básico, englobando seus quatro componentes (água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas). A importância do novo instrumento merece destaque no que diz respeito ao estabelecimento de regras claras relacionadas, principalmente, aos aspectos de planejamento, regulação e fiscalização, controle social e prestação regionalizada (gestão associada).

E, em 2013, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) foi aprovado pelo Conselho Nacional de Cidades (ConCIDADE). O PLANSAB foi dividido em medidas estruturais e medidas estruturantes, com repercussões, sobretudo no planejamento futuro das ações. As primeiras correspondem aos tradicionais investimentos em obras, com intervenções físicas relevantes para a conformação das infraestruturas físicas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

águas pluviais urbanas. As segundas, as medidas estruturantes, são aquelas que fornecem suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços e permeiam tanto a esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas suas dimensões, quanto a melhoria cotidiana da infraestrutura física.

Esse plano prevê investimentos no País para abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto sanitário e tratamento de efluentes, manejo dos resíduos sólidos e manejo das águas pluviais e ações de drenagem, que somam mais de R\$ 508 bilhões. As estratégias, assim como os recursos, foram divididas em metas de curto, médio e longo prazo (2018, 2023 e 2033), definidas a partir da evolução histórica e da situação atual dos indicadores, com base na análise situacional do déficit. As duas tabelas a seguir apresentam as metas, para o Brasil e para a Região Sul, relacionadas aos indicadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário no PLANSAB.

Indicadores e metas de abastecimento de água - PLANSAB 2013

Indicador	Ano	Brasil	Sul
A1. % de domicílios urbanos e rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	2018	93	96
	2023	95	98
	2033	99	100
A2. % de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	2018	99	99
	2023	100	100
	2033	100	100
A3. % de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	2018	67	96
	2023	71	98
	2033	80	100
A4. % de análises de coliformes totais na água distribuída em desacordo com o padrão de potabilidade (Portaria nº 2.914/11) ⁽¹⁾	2018		
	2023	(1)	
	2033		
A5. % de economias ativas atingidas por paralisações e interrupções sistemáticas no abastecimento de água	2018	29	8
	2023	27	8
	2033	25	7
A6. % do índice de perdas na distribuição de água	2018	36	33
	2023	34	32
	2033	31	29
A7. % de serviços de abastecimento de água que cobram tarifa	2018	96	100
	2023	98	100
	2033	100	100

Fonte: Adaptado de PLANSAB 2013

(1) Para o indicador A4 foi prevista a redução dos valores de 2010 em desconformidade com a Portaria

nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde, em 15%, 25% e 60% nos anos 2018, 2023 e 2033, respectivamente.

Indicadores e metas de esgotamento sanitário - PLANSAB 2013

Indicador	Ano	Brasil	Sul
E1. % de domicílios urbanos e rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	2018	76	81
	2023	81	87
	2033	92	99
E2. % de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	2018	82	84
	2023	85	88
	2033	93	96
E3. % de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	2018	35	40
	2023	46	53
	2033	69	74
E4. % de tratamento de esgoto coletado	2018	69	73
	2023	77	80

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Indicador	Ano	Brasil	Sul
	2033	93	94
E5. % de domicílios urbanos e rurais com renda até três salários mínimos mensais que possuem unidades hidrossanitárias	2018	93	98
	2023	96	99
	2033	100	100
	2018	65	69
E6. % de serviços de esgotamento sanitário que cobram tarifa	2023	73	77
	2033	90	95

Fonte: Adaptado de PLANSAB 2013

No Estado, a implantação de sistemas de água e esgoto vem ocorrendo há quase um século, acompanhando o desenvolvimento da gestão pública. Iniciou-se em 1917, por meio da criação da Comissão de Saneamento vinculada à Secretaria das Obras Públicas, cuja finalidade era orientar, coordenar e fiscalizar a implantação de sistemas de água e esgotos pelos municípios. Destaca-se a contratação de diversos projetos junto ao sanitarista Saturnino de Brito, que realizou os estudos para o abastecimento de água e para a implantação dos sistemas de esgotos sanitários em vários municípios, entre os quais Santa Maria, Uruguaiana, Alegrete, Cachoeira do Sul e São Leopoldo.

Desde esse período até os nossos dias, o tema tem sido fortalecido no Estado, seja pela criação da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), empresa estatal oficialmente instalada em 1966, quanto pela promulgação da Lei Estadual nº 12.037/03, que definiu de modo precursor as diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico ao incluir, em 2003, os princípios que hoje norteiam a política de saneamento. E, posteriormente, em 2011, pela publicação da Lei Estadual de Saneamento Básico, Lei nº 13.836, que determina a elaboração do Plano Estadual de Saneamento.

Ultrapassar os atuais estágios de implementação de cada serviço, na busca pela universalização, tem sido a pauta constante da atual gestão do Governo estadual. O IBGE classifica como saneamento adequado aqueles domicílios simultaneamente ligados à rede geral de abastecimento de água com canalização interna, à rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e atendidos pelo sistema de coleta de lixo domiciliar.

A atual gestão de governo busca a universalização dos serviços por meio dos órgãos envolvidos no saneamento básico no Estado, entre os quais se destacam a Secretaria de Habitação e Saneamento (SEHABS) e sua vinculada, a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Para esse objetivo contribuem, ainda, as ações da Secretaria de Obras Públicas e Irrigação (SOP) e as ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Além disso, respondem pelo licenciamento ambiental, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e sua vinculada, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM).

Os diferentes níveis de prestação de serviços de saneamento nos municípios são verificados tanto no RS quanto no Brasil. O percentual de municípios que dispõem dos serviços de rede de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, no Brasil e no RS, é apresentado na tabela a seguir.

Saneamento – Abastecimento de Água e Coleta e tratamento de Esgoto			
	Municípios c/ Rede de Distribuição de Água	Municípios com Coleta de Esgoto	Municípios com Tratamento Esgoto
Brasil	63,9%	55%	29%
RS	494 - 99.6%	203 - 41%	74 - 15%

Fonte: SEPLAG/DEPLAN

Dados: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – IBGE, 2008

A atual gestão da Secretaria de Habitação e Saneamento, reconhecendo que entre os grandes desafios que se apresentam para o setor público e a sociedade está a superação do déficit e das desigualdades de acesso aos serviços de saneamento básico, vem atuando como elemento formulador e indutor de políticas públicas do setor, articulando-as e integrando-as às demais políticas correlatas. Com esse objetivo, a SEHABS, desde 2012, vem dando continuidade à execução do Plano Estadual de Saneamento, para tanto, instituiu o Conselho Estadual de Saneamento. O Conselho, integrado por representantes de várias instituições públicas e entidades sociais afins ao tema, será instância consultiva e deliberativa responsável pela condução do Plano Estadual de Saneamento.

Atualmente em fase inicial de desenvolvimento, o Plano Estadual de Saneamento deverá sintetizar os quatro grandes momentos de qualquer processo de planejamento: o diagnóstico da situação atual, a fixação de objetivos e metas, a definição do conjunto de ações estratégicas para o cumprimento desses objetivos e a avaliação da viabilidade econômica, financeira, social e ambiental de implantação dessas ações.

Em nível dos municípios, a Lei de Saneamento Básico, Lei n.º 11.445/2007, determina que todas as prefeituras elaborem seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). O plano de saneamento básico municipal deve incluir o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativos aos processos de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Sem o PMSB, a partir de 2014, as Prefeituras não poderão receber recursos federais para projetos de saneamento básico.

O processo de elaboração do PMSB contempla uma instância técnica e outra participativa, desenvolvida através de discussões com a comunidade, até a aprovação em audiência pública. Após essas etapas, o PMSB deve ser apreciado pelos vereadores e aprovado pela Câmara Municipal. Aprovado, torna-se instrumento estratégico de planejamento e de gestão participativa, passa a ser a referência ao desenvolvimento do saneamento do município, nele são estabelecidas as diretrizes para o saneamento básico e fixadas as metas de cobertura e atendimento dos serviços de água, coleta e tratamento do esgoto doméstico, limpeza urbana, coleta e destinação adequada do lixo urbano e drenagem e destino adequado das águas de chuva.

A situação do abastecimento de água no RS

No Rio Grande do Sul, o abastecimento de água nas áreas urbanas, através de rede de distribuição, segundo dados do Censo IBGE, atinge a quase totalidade da população. O Estado ocupa o 6º lugar entre os que apresentam os maiores índices de atendimento desse serviço. Dos

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

3.599.604 domicílios do RS, 3.071.715 encontram-se ligados à rede geral, o que corresponde a 85,33%, taxa de atendimento superior à brasileira. Entre os 496 municípios do Rio Grande do Sul, 178 apresentam percentuais de atendimento iguais ou superiores aos do Estado, podendo atingir até 99,35% de atendimento desse serviço, como é o caso do município de Porto Alegre.

Os dados do IBGE são obtidos de forma primária, com informações estratificadas por situação do domicílio, em zona urbana e zona rural, possibilitando uma visão mais ampla no que tange à forma de abastecimento de água dos domicílios. A análise dos níveis de cobertura dos serviços é efetuada pela relação entre os domicílios particulares permanentes, urbanos e rurais, ligados à rede de distribuição geral, e o total de domicílios particulares permanentes recenseados.

Domicílios particulares permanentes por situação e forma de abastecimento de água - 2010

Forma de abastecimento de água	Situação do domicílio - 2010		
	Urbana	Rural	Total
Rede geral	2.881.428	190.287	3.071.715
Poço ou nascente na propriedade	164.809	240.450	405.259
Poço ou nascente fora da propriedade	24.988	78.527	103.515
Carro-pipa	1.256	378	1.634
Água da chuva armazenada em cisterna	263	841	1.104
Água da chuva armazenada de outra forma	238	364	602
Rio, açude, lago ou igarapé	277	2.178	2.455
Poço ou nascente na aldeia	0	421	421
Poço ou nascente fora da aldeia	0	4	4
Outra forma	10.956	1.939	12.895
Total	3.084.215	515.389	3.599.604

Fonte: SEHABS/2013

Dados: IBGE/2010

A tabela anterior apresenta os dados levantados pelo IBGE, Censo Demográfico de 2010, relativos à forma de abastecimento de água potável dos domicílios particulares permanentes do Estado. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Esse mesmo critério é, também, utilizado na classificação de população urbana e rural.

Considerando os resultados do Censo Demográfico de 2010, observa-se que 85% dos domicílios do Estado têm forma de abastecimento adequado de água potável. A média brasileira, segundo a metodologia do PLANSAB³⁴, é de 59,4%. Portanto, segundo o IBGE, remanescem no Estado 15% dos domicílios totais com forma inadequada de abastecimento de água potável. Estratificando a análise quanto à situação dos domicílios, observa-se que nos domicílios urbanos o déficit com forma adequada de abastecimento é de 7%, enquanto que nos domicílios rurais, o déficit é de 63%.

³⁴ PLANSAB – Na metodologia do PLANSAB, além dos domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, também é considerado como adequado o abastecimento de água por poço, nascente ou cisterna, com canalização interna, em qualquer caso, sem intermitência.

Analisando a situação do abastecimento e água no Estado pela perspectiva do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)³⁵, 2011, observa-se que o déficit da população total do Estado não atendida com os serviços de água potável é de 12%, enquanto que em relação à população urbana o déficit é de 6%. Assim, apesar das diferenças metodológicas, os resultados finais não diferem de forma substantiva, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Atendimento da população urbana por rede de abastecimento de água – SNIS

Índice de atendimento da população urbana com rede de água		
	População total	População urbana
Rio Grande do Sul	88,2%	93,9%

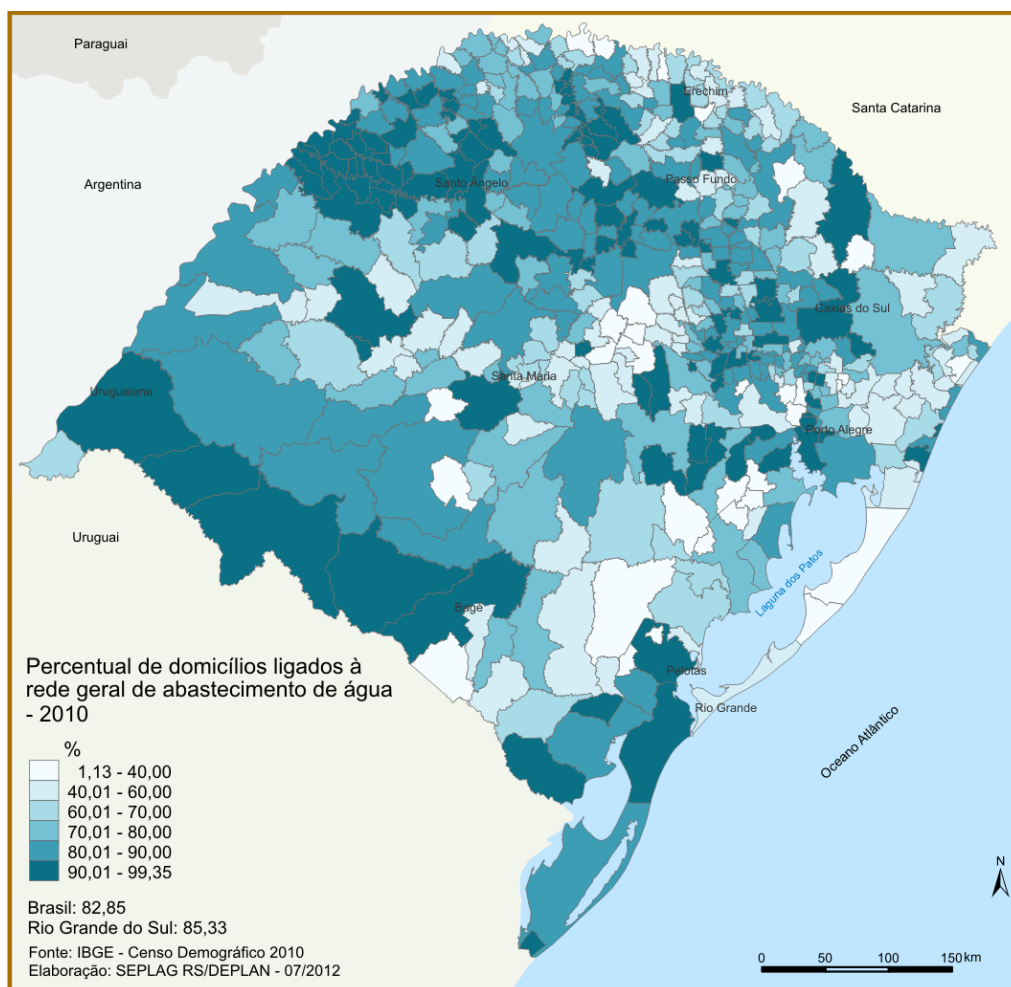
Fonte: SEHABS/2013 Dados: SNIS/2011

Esses dados permitem avaliar o indicador A1 (% de domicílios urbanos e rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna), proposto pelo PLANSAB (o qual considera a soma dos domicílios urbanos e rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna), cujo valor foi de 96,5% em 2010. Verifica-se que o Estado já atingiu a meta que o PLANSAB estabeleceu para a Região Sul para o ano de 2018, que é um índice de cobertura de 96%. Para os anos de 2023 e 2033, a meta estabelecida é de 98% e 100%, respectivamente.

Quanto ao indicador A2 (% de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna) proposto pelo PLANSAB, deve-se realizar a soma dos domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna. Observa-se que em 2010 o valor foi de 98,7%. Percebe-se que no indicador de abastecimento de água na área urbana o Estado, já em 2010, praticamente atingiu a meta que o PLANSAB estabeleceu para a Região Sul, que é o índice de cobertura de 99% para o ano de 2018. Para os anos de 2023 e 2033, a meta estabelecida é de 100%.

O mapa apresentado a seguir informa o percentual de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água em cada município do Estado.

³⁵ No SNIS as informações são obtidas através de dados secundários, fornecidos por companhias estaduais, empresas e autarquias municipais, empresas privadas e, em muitos casos, pelas próprias Prefeituras por meio de suas secretarias ou departamentos, todas denominadas como prestadoras de serviços, com foco restrito às zonas urbanas dos municípios brasileiros. Um dos fatores restritivos no uso das informações é o de que nem todos os prestadores de serviços informam os dados ao sistema, prejudicando dessa forma uma visão integral sobre a prestação dos serviços.



A situação do abastecimento de água nas áreas rurais

Os dados censitários nos permitem vislumbrar a situação dos serviços de abastecimento de água nas áreas rurais do Estado. A tabela a seguir mostra os dados apurados no Censo 2010 quanto à forma de abastecimento de água dos domicílios permanentes rurais.

Domicílios particulares permanentes rurais
quanto à forma de abastecimento de água - 2010

Total de domicílios rurais	515.389
Rede geral	190.287
Poço ou nascente na propriedade	240.871
Poço ou nascente fora da propriedade	78.531
Outra forma	5.700

Fonte: SEHABS/2013

Dados: IBGE - Censo 2010.

Ao considerar o indicador A3 (% de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna) proposto pelo PLANSAB, deve-se realizar a soma dos domicílios rurais abastecidos por rede geral e por poço ou nascente na propriedade. Observa-se, então, que em 2010 o percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna (A3) era de 84 %. Esse valor é bastante inferior à meta do PLANSAB para 2018 – 96 %. De qualquer forma, verificando no Censo de 2000 os mesmos dados, observa-se que houve um incremento bastante significativo

no número de domicílios rurais abastecidos por rede geral – em 2000 eram 18 %, contra 37 % em 2010.

A situação do esgotamento sanitário no Estado

A situação dos serviços de esgotamento sanitário no Estado, também será evidenciada a partir dos resultados apresentados pelo do Censo Demográfico/IBGE e pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS).

Segundo o IBGE, para caracterização do atendimento e do déficit de acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, é considerada como forma de atendimento adequada de esgotamento sanitário a situação dos domicílios que possuem ligação à rede geral de coleta de esgotos ou que utilizam fossa séptica³⁶. A tabela, a seguir apresentada, informa os dados levantados pelo IBGE, através do Censo Demográfico de 2010, relativos ao tipo de esgotamento sanitário das unidades domiciliares, segundo a situação urbana ou rural.

Domicílios particulares permanentes por situação, tipo de domicílio e tipo de esgotamento sanitário

Tipo de esgotamento sanitário	2010		
	Situação de domicílio		
	Urbana	Rural	Total
Rede geral de esgoto pluvial	1.721.243	10.332	1.731.575
Fossa séptica	786.468	166.015	952.483
Fossa rudimentar	461.574	281.663	743.237
Vala	73.121	31.512	104.633
Rio, lago ou mar	21.190	3.144	24.334
Outro tipo	9.403	10.325	19.728
Não tinham	11.216	12.398	23.614
Total	3.084.215	515.389	3.599.604

Fonte: SEHABS Dados: IBGE Censo 2010

Dessa forma, à luz dos dados do Censo Demográfico, pode-se fazer inferências somente pelo ponto de vista do tipo da coleta e do afastamento do esgoto sanitário domiciliar, e não pela perspectiva dos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sobre a população total. A taxa de afastamento por rede geral de esgoto ou pluvial, no Censo de 2010, era de 48%, conforme a tabela acima. Embora ainda pouco expressiva, elevou-se em relação aos dados do Censo de 2000, período em que era de 27%. No Censo de 2000, 41% dos domicílios destinavam o esgoto para fossas sépticas, já no Censo de 2010, esse percentual reduziu-se para 26%, evidenciando que no período intercensitário a grande maioria dos novos domicílios, no que tange ao tipo de esgotamento sanitário, foram ligados à rede geral de esgoto ou pluvial.

É possível obter uma visão mais acurada a respeito dos índices de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário no Estado do RS., a partir dos dados e informações do SNIS.

³⁶ Por fossa séptica pressupõe-se a fossa séptica sucedida de pós-tratamento ou unidade de disposição final, adequadamente projetada e construída.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Índice de atendimento da população com rede de esgoto		
	População total	População urbana
Rio Grande do Sul	25,8%	29,6%

Fonte: SEHABS/2013 Dados: SNIS 2011

A tabela acima evidencia o elevado déficit no que tange aos serviços de coleta de esgoto sanitário no Estado. Em relação à população total, o déficit quanto ao afastamento de esgoto através de rede de coleta é de 74% (urbana + rural), enquanto em relação somente à população urbana o déficit é de 70%.

Outro ponto que merece atenção é o baixo índice de tratamento do esgoto coletado. Os dados do SNIS de 2011 evidenciam que somente 47% do esgoto coletado são tratados, e, em relação ao volume total de esgoto sanitário gerado no Estado, apenas 15% são tratados, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Índice de tratamento de esgoto		
	Esgoto coletado	Esgoto gerado
Rio Grande do Sul	47,2%	14,7%

Fonte: SEHABS/2013 Dados: SNIS 2011

Dessa forma, de acordo com os dados oficiais, fica evidenciado que as ações a serem implementadas pelos órgãos responsáveis pelo Saneamento devem ter por objetivo a superação do elevado déficit tanto na coleta, como no tratamento de esgoto sanitário no Estado.

Ao considerar-se as metas dos indicadores estabelecidos pelo PLANSAB para os serviços de esgoto sanitário, para os anos de 2018 e 2023, verifica-se que:

Para o indicador E1³⁷ – % de domicílios urbanos e rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários – a meta para a Região Sul, para o ano de 2018, é atingir um índice de cobertura de 81%, sendo que para os anos de 2023 e 2033, é de 87% e 99%, respectivamente.

Para o Indicador E2³⁸ – % de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários – a meta estabelecida pelo PLANSAB para a Região Sul, para o ano de 2018, é de um índice de cobertura de 84%, sendo que para os anos de 2023 e 2033, é de 88% e 96%, respectivamente.

Considerando os índices de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, à luz do SNIS, uma vez que os dados do IBGE são insuficientes para determinar esses índices, verifica-se que o índice de cobertura, em 2011, era de 26% para o indicador E1, e de 30% para o indicador E2.

Assim, fica caracterizado o grande desafio que está proposto ao Estado para universalizar os serviços de esgoto sanitário no horizonte temporal estabelecido pelo PLANSAB. Cumpre destacar que, em função dos prazos de maturação dos empreendimentos serem relativamente longos (desde o projeto até a entrada efetiva em operação), os operadores de

³⁷ Corresponde à soma dos domicílios urbanos e rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica.

³⁸ Corresponde à soma dos domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica.

saneamento deverão realizar esforço significativo no sentido do alcance das metas nos prazos estabelecidos.

Outra barreira a ser transposta é a efetiva ligação dos usuários à rede coletora. Segundo dados da CORSAN, na Região Metropolitana, a mais densamente povoada no Estado, a capacidade instalada e disponível para tratamento do esgoto domiciliar atende 61.000 mil economias, e as obras a concluir disponibilizarão a coleta e tratamento para mais 130.000 economias. Entretanto, a não realização das ligações dos domicílios à rede resulta em 200.000 economias marginalizadas, que impedem o retorno do investimento e não permitem que os objetivos sociais e ambientais do programa sejam atingidos.

Recente pesquisa contratada pela CORSAN revela que, embora 98% dos usuários dos serviços de abastecimento de água considerem importante o tratamento de esgoto, 58% não estão dispostos a pagar pelos serviços. Isso impõe a formulação, desenvolvimento e implantação de políticas específicas e efetivas visando à mitigação dessa barreira, por parte do Estado em conjunto com os municípios e o Ministério Público, tanto no que se refere aos aspectos sanitários e socioambientais, como aos da sustentabilidade econômica e financeira dos serviços já implantados e ainda não plenamente operantes.

A situação dos serviços de esgoto nas áreas rurais

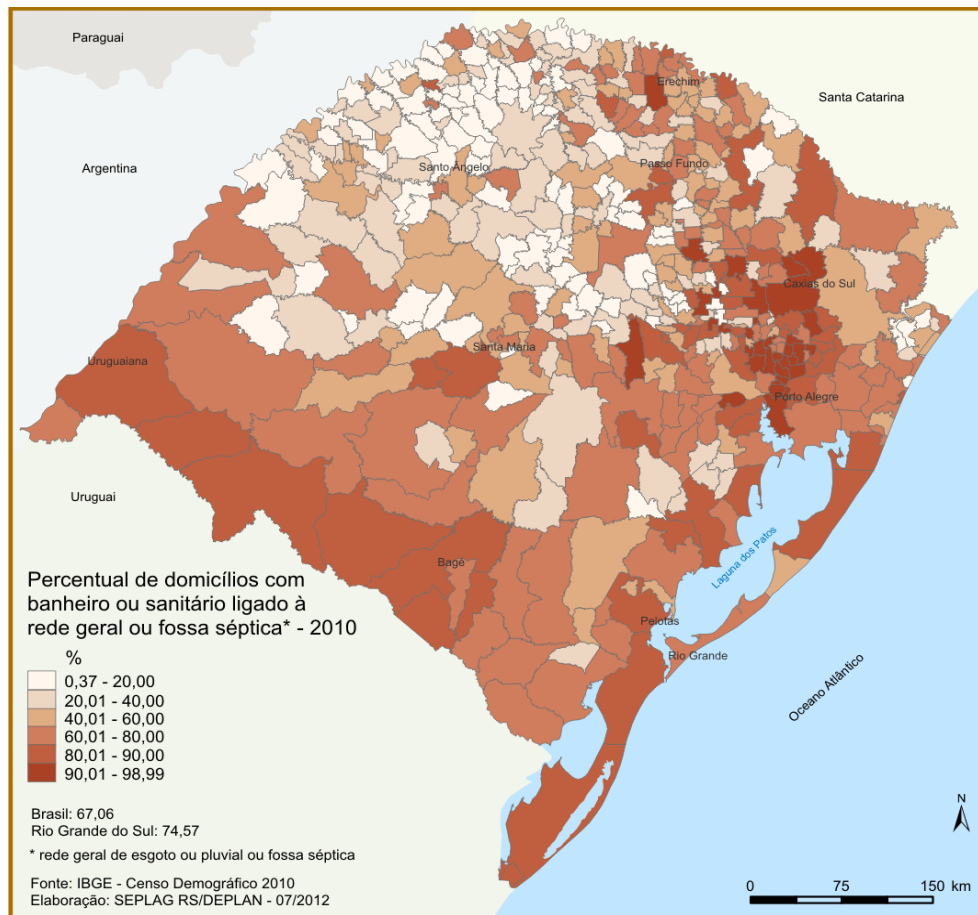
O indicador E3 – % de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários –, proposto pelo PLANSAB, pode ser calculado para os anos de 2000 e 2010 somando os domicílios rurais que tinham banheiro/sanitário ligados à rede geral de esgoto/pluvial ou fossa séptica. Assim, tem-se um E3 de aproximadamente 24% para 2000 e de 34% para 2010. Esses dados mostram um crescimento nessas formas adequadas de esgotamento sanitário nos domicílios do meio rural. De qualquer forma, muito precisa ser realizado para se alcançar os 40 % propostos para 2018. A tabela a seguir apresenta a forma de esgotamento sanitário nos domicílios particulares permanentes rurais.

Domicílios particulares permanentes rurais – quanto à forma de esgotamento sanitário

	2000	2010
Total de domicílios rurais	528.957	515.389
Tinham banheiro ou sanitário - rede geral de esgoto ou pluvial	7.119	10.332
Tinham banheiro ou sanitário – fossa séptica	118.235	166.015
Tinham banheiro ou sanitário - outro escoadouro	362.978	326.644
Não tinham banheiro ou sanitário	40.625	12.398

Fonte: SEHABS/2013 Dados: Adaptado de Censo 2000 e 2010.

Ainda que os dados do IBGE não sejam suficientes para determinar os índices de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, é possível verificar, no mapa a seguir, realizado a partir dos dados do Censo 2010, a situação dos municípios do Estado quanto aos serviços de esgotamento sanitário.



O Saneamento e a atuação da CORSAN

Considerando que, na área de concessão da CORSAN, os serviços de água estão praticamente universalizados (cobertura de 98,9 %), os investimentos nessa área se destinam, praticamente, à manutenção/ampliação dos aspectos qualiquantitativos dos atuais sistemas operacionais. O grande desafio que se apresenta é a elevação do nível de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário. Com o volume de recursos contratados, a CORSAN pretende duplicar o índice de atendimento da população com redes de esgoto, saindo dos atuais 10,1% para 20% da população urbana da sua área de concessão.

A seguir a tabela apresenta os principais dados dos indicadores da CORSAN, pela perspectiva do SNIS, tomando como base de comparação os anos de 2009 e 2011, e informa o percentual de redução ou crescimento relativo do indicador no período.

Evolução dos principais indicadores CORSAN

Indicadores	Medida	2009	2011	% Crescimento /redução
Atendimento com rede de água população urbana	%	91,40	91,30	0
Atendimento com rede de esgoto população urbana	%	9,10	10,10	11%
Índice de perdas na distribuição	%	44,70	41,70	7%

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Indicadores	Medida	2009	2011	% Crescimento /redução
Consumo médio <i>per capita</i> de água	l/hab. /dia	137,90	139,20	1%
Quantidade de ligações água	lig.	1.777.026	1.841.107	4%
Quantidade de ligações ativas de água	lig	1.648.149	1.715.479	4%
Quantidade de ligações esgoto	lig	134.471	143.274	6%
Quantidade de ligações esgoto ativas	lig	124.792	133.556	7%

Fonte: SEHABS

Dados: Adaptado de SNIS 2009 e 2011

Embora o crescimento do número de ligações ativas de água tenha sido de 4%, o índice de atendimento com rede de água para a população urbana permaneceu próximo ao estável, em torno de 91%. Esse resultado mostra a necessidade de investimentos para ampliação do serviço de abastecimento de água em zonas urbanas, a fim de alcançar a meta do PLANSAB para 2018 (A2) – 99 %.

Cabe salientar que o critério utilizado pelo SNIS para o cálculo do indicador de atendimento tanto para os serviços de água quanto para os serviços de esgoto, difere do que a CORSAN utiliza para o cálculo da taxa de atendimento dos municípios nos quais é concessionária. O critério de cálculo dos índices de atendimento do SNIS é realizado com base na população urbana total dos municípios, enquanto que para definir o cálculo dos índices de atendimento da CORSAN é considerada somente a população urbana da sede do município, que é a área geográfica para a qual detém a concessão dos serviços. Essa diferença conceitual é que remete a CORSAN ao nível de atendimento nos serviços de água para 98,90% da população em sua área de atuação, no conjunto de municípios onde atua, ficando o indicador muito próximo da meta do PLANSAB.

No que diz respeito ao índice de perdas de água na distribuição, observa-se uma queda de 7% entre 2009 e 2011. Entretanto, se for seguida a mesma tendência, a meta do PLANSAB para 2018 (A5³⁹ – 33 %) não deverá ser atingida, portanto, a CORSAN deverá intensificar o foco em melhorias operacionais nos sistemas de abastecimento, visando à redução das perdas.

O índice de atendimento com rede de esgoto para a população urbana cresceu relativamente 11% entre 2009 e 2011. Conforme citado, considerando a diferença metodológica utilizada pelo SNIS e a CORSAN em relação ao nível de atendimento do serviço de esgoto, em 2011 a CORSAN possuía um índice de atendimento de 15%. Com a efetiva entrada em operação dos investimentos já realizados, o índice de atendimento, de forma progressiva, deverá elevar-se para 30%. Entretanto, os dados apresentados não podem ser confrontados com as metas do PLANSAB, uma vez que o indicador E2 do PLANSAB soma os atendimentos por rede coletora e fossa séptica.

Os investimentos da CORSAN, para o decênio 2008/2018 alcançam R\$ 3,12 bilhões. Observa-se que, do montante do Plano de Investimentos, 39% têm origem em recursos próprios

³⁹ % de domicílios urbanos e rurais com renda até três salários mínimos mensais que possuem unidades hidrossanitárias.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

da CORSAN e os outros 61% têm origem em recursos de terceiros (onerosos e não onerosos). A tabela a seguir evidencia o investimento realizado pela empresa no período 2008/2013.

Valor Realizado (R\$ 1000)	Período 2008_2013	
	Próprios	Terceiros
Abastecimento de Água	327.272	
Esgotamento Sanitário	689.634	
Desenvolvimento Comercial	71.726	
Desenvolvimento Empresarial	49.591	
Desenvolvimento Operacional	84.773	
Total	1.222.996	

Fonte: CORSAN-AGE

Do montante de recursos investidos, 51% tiveram origem em recursos próprios, e 49% são de origem de terceiros. Analisando o volume de obras executado, observa-se que a CORSAN possui uma capacidade de gerenciar e executar um plano de investimentos anual de aproximadamente R\$ 220 milhões/ano.

Para o período 2014/2018, o montante de investimentos previstos soma R\$ 1,9 bilhão, desse total, R\$ 1,5 bilhões estão registrados no Sistema AGE, e R\$ 400 milhões foram assinados recentemente e ainda não foram registrados no sistema. A distribuição da aplicação e a fonte desses investimentos são apresentadas na tabela a seguir.

Valor Planejado (R\$ 1000)	Período 2014_2018	
	Próprios	Terceiros
Abastecimento de Água	148.165	247.881
Esgotamento Sanitário	154.295	778.267
Desenvolvimento Comercial	32.658	0
Desenvolvimento Empresarial	75.969	1.687
Desenvolvimento Operacional	25.606	27.582
Total	436.693	1.055.417

Fonte: CORSAN –AGE

Considerando o histórico apresentado pela CORSAN na sua capacidade de realização de obras e que os montantes anuais planejados para os anos de 2014/2016 superam essa média, conclui-se que será necessário um alongamento do perfil do cronograma do Plano de investimentos em pelo menos mais 2 anos.

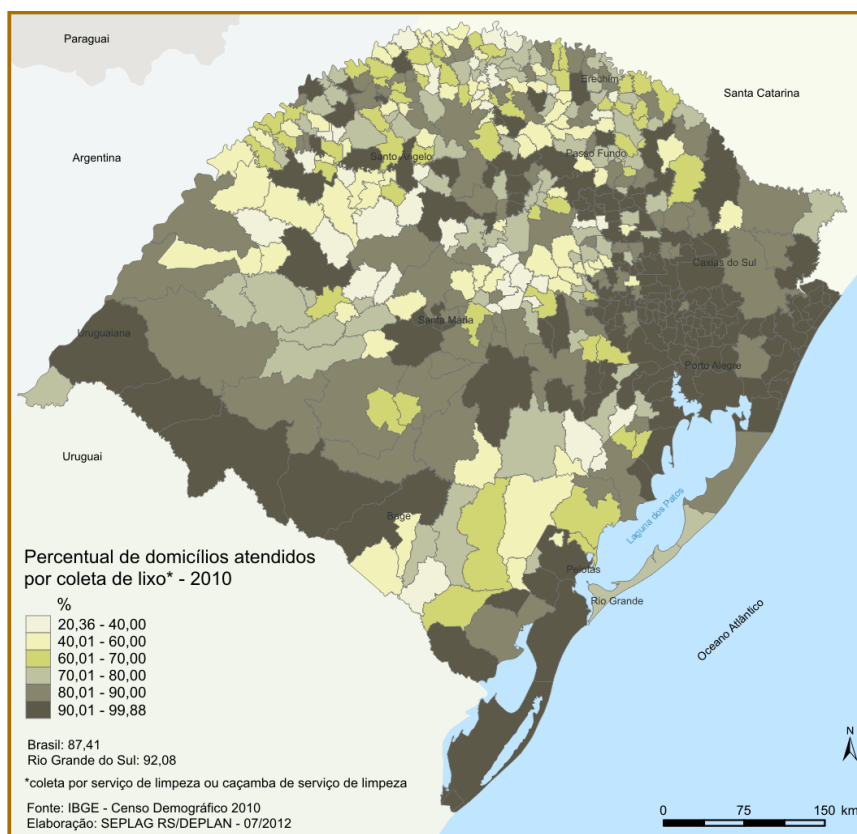
Coleta de lixo

A necessidade de elaboração de políticas e soluções técnicas adequadas para resolver os problemas de gestão e disposição final da produção de resíduos sólidos está associada ao desenvolvimento econômico das regiões. A sua ausência é uma das causas da proliferação de vetores de doenças e da degradação da qualidade do solo, das águas e do ar.

Segundo dados do IBGE e da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), no Rio Grande do Sul o resíduo sólido coletado por habitante/dia,

em 2012, era da ordem de 0,832 kg/hab/dia, o que correspondia ao total de 7.635 toneladas/dia, considerando a população da época.

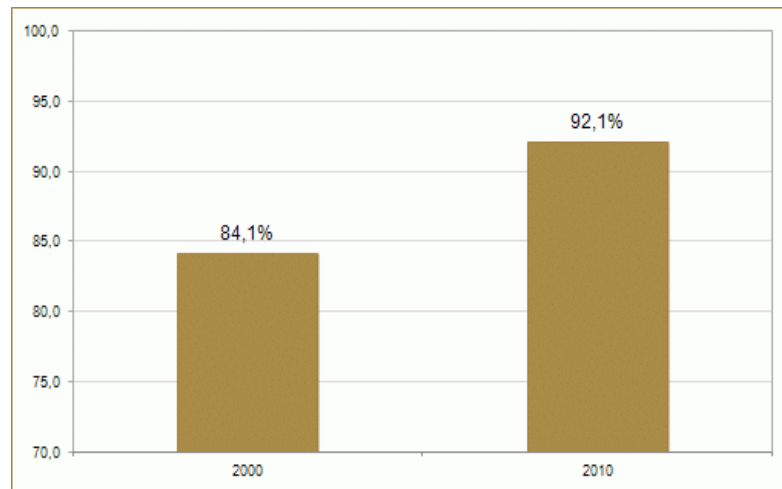
De acordo com os dados do Censo 2010, no Brasil, dos 57.324.162 domicílios, 50.106.088 contavam com sistema de coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba de serviço de limpeza, alcançando um percentual de 87,41%. Entre os estados brasileiros, esses percentuais variam entre 55,83% e 98,23%, sendo que o Rio Grande do Sul é o 6º entre os estados que apresentam as maiores taxas de atendimento desse serviço. O mapa a seguir apresenta o percentual de domicílios atendidos por coleta de lixo em cada município do Estado.



No Rio Grande do Sul, dos 3.599.604 domicílios, 3.314.425 contam com sistema de coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba, correspondendo a 92,08% do total, taxa de atendimento superior à brasileira. Entre os 496 municípios do Estado, 154 têm percentuais de atendimento igual ou superior ao do Estado. Os dados apresentados no gráfico a seguir informam o percentual de domicílios servidos por coleta de lixo de serviço de limpeza ou caçamba de serviço de limpeza no RS em 2000 e 2010.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

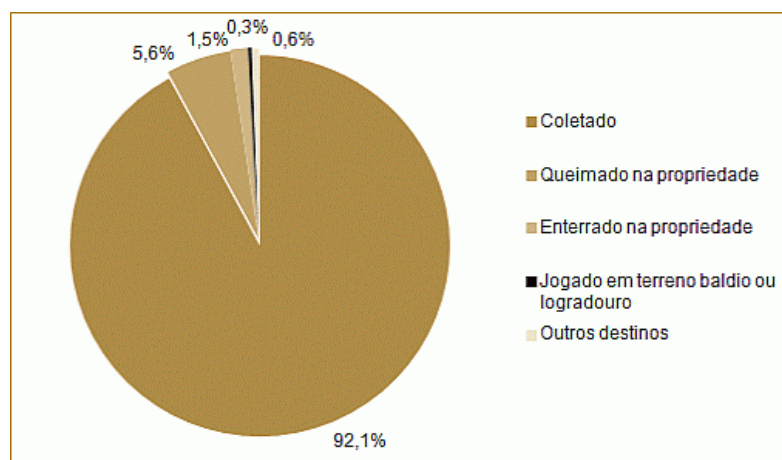
Percentual de domicílios servidos por coleta de lixo de serviço de limpeza ou caçamba de serviço de limpeza no RS- 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010

Entretanto, é importante ressaltar que, entre as modalidades de destino do lixo, persistem ainda práticas consideradas inadequadas como: queima ou enterro na propriedade; depósito em terreno baldio ou logradouro; lançamento em rio, lago ou mar ou outro destino.

Percentual do lixo produzido segundo destino nos domicílios do RS em 2010 (%)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010

A tabela a seguir apresenta a destinação final do resíduo sólido urbano (RSU) coletado em 2012, no Estado. É possível verificar que, embora 87,50% do total coletado sejam destinados a aterros sanitários ou controlados, ainda persiste a utilização de lixões como destino final. Reverter essa situação é uma meta do órgão ambiental do Estado. Atualmente encontra-se em fase de contratação pela Secretaria de Meio Ambiente a empresa vencedora da licitação para realizar o Plano Estadual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Destino final de resíduo sólido urbano no RS (t/dia)

Ano	Aterro sanitário	Aterro controlado	Lixão
2012	5.345 t/dia 70%	1.336 t/dia 17,50%	954 t/dia 12,50%

Fonte: ABRELPE/2012

De acordo com os dados do IBGE, pode-se dizer que o Estado avançou na universalização da coleta de lixo, mas há ainda muito por fazer com relação ao tratamento e a disposição final, incluindo aí o reaproveitamento e a reciclagem como forma de reduzir o volume e a necessidade de mais locais de disposição final, visto que a vida útil de aterros sanitários tem atingido, em média, aproximadamente 10 anos, e é cada vez mais difícil encontrar áreas aptas à recepção de resíduos sólidos como é o caso das regiões metropolitanas e demais aglomerações urbanas do Estado.

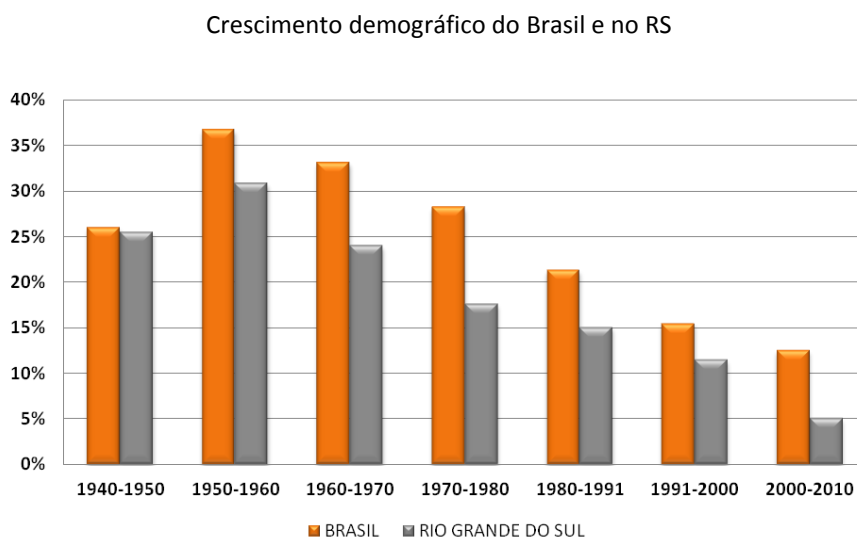
HABITAÇÃO

POLÍTICA HABITACIONAL: ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

A política estadual de habitação, a partir de uma concepção de desenvolvimento urbano integrado, tem por objetivo ampliar o direito social à moradia e à cidade, à regularização fundiária e ao saneamento básico, de modo a garantir à população, além da habitação, um meio ambiente saudável. A análise da situação, no que diz respeito ao setor habitacional, deve considerar não só o levantamento do déficit habitacional como também a adequação das habitações do estoque existente, isso implica a necessidade de construção de novas moradias tanto para a reposição, substituindo os domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade, quanto para o incremento do estoque habitacional, suprimindo a necessidade das famílias que habitam em domicílios improvisados⁴⁰, em coabitação familiar e com ônus excessivo de aluguel.

Constituem fatores que, entre outros, influenciam e contribuem para a compreensão da situação do setor: o crescimento demográfico, a taxa de urbanização, a concentração populacional em algumas regiões do Estado, resultado dos movimentos migratórios que vêm ocorrendo nas últimas décadas, e o índice de pobreza, traduzido em termos da renda *per capita* das famílias. Tais fatores têm sido considerados pela Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento (SEHABS) no desenvolvimento das políticas públicas, programas e ações para o setor e na elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS).

Crescimento demográfico e taxa de urbanização



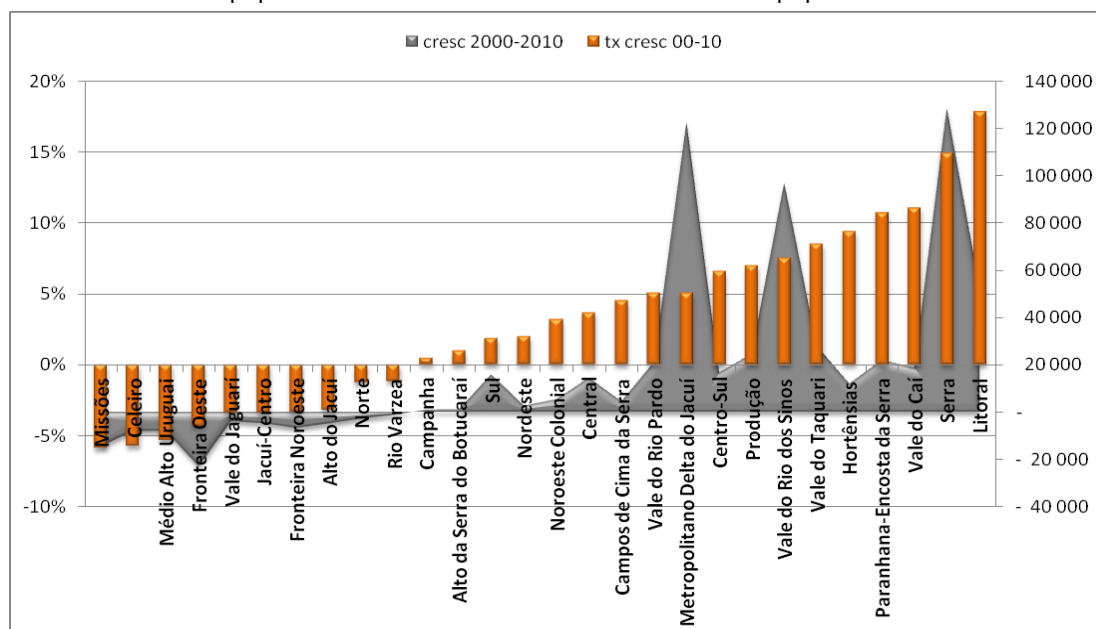
A análise do crescimento demográfico do Estado comparado ao do Brasil revela que, a partir da década de 40, o RS vem crescendo menos que o País, o que se observa no gráfico

⁴⁰ Considera-se como domicílios improvisados os prédios em construção, as tendas, barracas e outros locais precários e inadequados, desprovidos de instalações sanitárias e canalização de água, utilizados como moradia.

acima. Entretanto, ainda que o crescimento demográfico do Estado, no período 2000-2010, tenha sido o menor do País, da ordem de 5%, enquanto a média do País foi de 12,3%, o RS mantém sua posição de quinto lugar entre os mais populosos do Brasil.

Na escala regional, segundo a agregação territorial dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), a análise do crescimento demográfico absoluto, comparado às taxas de crescimento das regiões do Estado, permitiu verificar a evolução heterogênea desse indicador. Enquanto os COREDEs Fronteira Oeste, Missões, Celeiro e Médio Alto Uruguai perderam população, apresentando as maiores taxas de crescimento negativo, os COREDEs Litoral e Serra apresentaram as maiores taxas de crescimento positivo, seguidos pelos COREDEs Hortênsias, Paranhana-Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari, que apresentaram também taxas de crescimento significativas, conforme demonstrado no gráfico seguinte.

Crescimento populacional absoluto versus taxa de crescimento populacional: COREDEs



Fonte: Latus Consultoria Dados: IBGE 2010

Observa-se, ainda, que nos COREDEs em que a taxa de crescimento da população foi elevada, ocorreu, também, alta taxa de urbanização, o que se verifica através da tabela taxa de crescimento da população e taxa de urbanização.

Com relação à taxa de urbanização, o RS vem apresentando, há décadas, um forte crescimento da população urbana em detrimento da rural, seguindo a tendência brasileira. A taxa média de urbanização do Estado, que em 1950 era de 34,1%, evoluiu ao longo das últimas décadas e, segundo dados do último Censo, era de 85,1%, em 2010. Assim, atualmente, mais de 9 milhões de pessoas habitam em áreas urbanas do total de 10,7 milhões de habitantes do Estado.

Taxa de crescimento da população e taxa de urbanização

COREDE	Taxa de Crescimento 2000-2010	Taxa Urbanização-2010
Litoral	1,98	85,91
Serra	1,62	88,80
Vale do Caí	1,17	73,65
Paranhana Encosta da Serra	1,13	86,72
Hortênsias	0,98	80,33
Vale do Taquari	0,89	73,84
Vale do Rio dos Sinos	0,78	97,90
Produção	0,77	87,93
Centro Sul	0,68	71,52
Vale do Rio Pardo	0,52	63,13
Metropolitano Delta do Jacuí	0,52	97,62
Campos de Cima da Serra	0,46	78,41
Central	0,37	83,37
Noroeste Colonial	0,32	78,67
Nordeste	0,20	66,36
Sul	0,19	83,64
Alto da Serra do Botucaraí	0,10	53,65
Campanha	0,04	78,49
Norte	-0,13	71,59
Rio da Várzea	-0,19	63,61
Alto Jacuí	-0,31	83,79
Fronteira Noroeste	-0,33	67,63
Jacuí Centro	-0,33	74,21
Vale do Jaguarí	-0,34	76,97
Fronteira Oeste	-0,43	88,87
Médio Alto Uruguai	-0,51	54,74
Celeiro	-0,56	57,62
Missões	-0,57	70,91

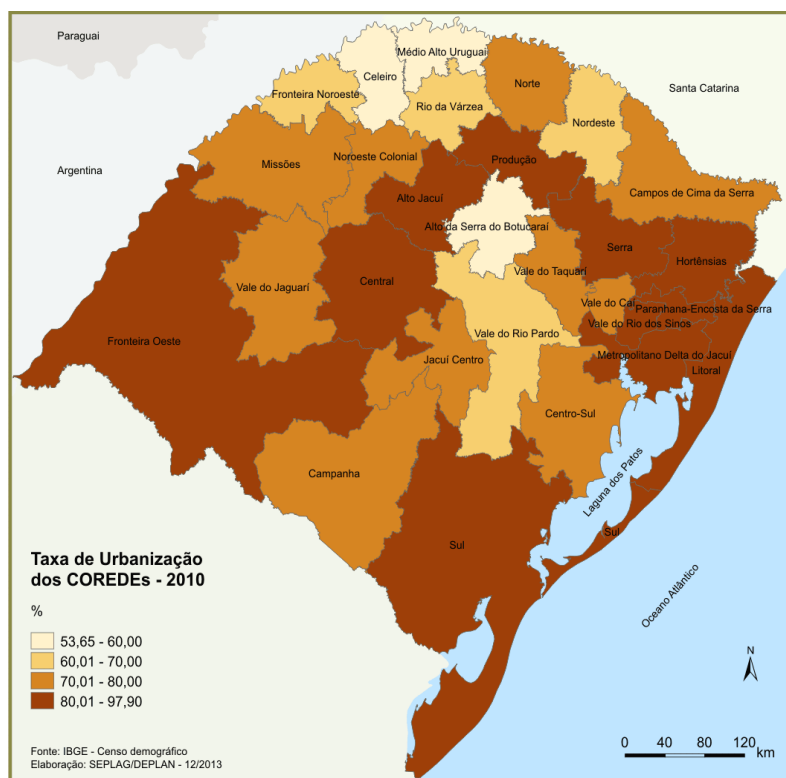
Fonte: IBGE Censos 2000-2010

Conforme se verifica na tabela Taxa de Crescimento da População e Taxa de Urbanização, as taxas de urbanização são elevadas em todas as regiões, especialmente nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Litoral, Serra, Vale do Rio dos Sinos, Sul, Paranhana-Encosta da Serra e Produção, entre outros. Como resultado, tem sido crescente o déficit de habitações nos municípios pertencentes a esses COREDEs que vêm concentrando a população urbana do Estado. O mapa da próxima página apresenta as taxas de urbanização dos COREDEs.

As maiores taxas de crescimento populacional somadas às altas taxas de urbanização, de algumas regiões do Estado, levaram ao surgimento de duas Aglomerações Urbanas e duas Regiões Metropolitanas. Tais regiões concentram 43% da população total do Estado:

- Região Metropolitana de Porto Alegre: 3.958.985 habitantes;
- Região Metropolitana da Serra Gaúcha: 735.276 habitantes;
- Aglomeração Urbana do Litoral Norte: 283.959 habitantes;
- Aglomeração Urbana do Sul: 578.034 habitantes.

Taxa de urbanização RS - 2010



A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é a área mais densamente povoada do Estado, com 33 municípios, concentra 37% da população do RS. As disparidades quanto ao PIB *per capita* e indicadores sociais dos municípios que a compõem estão entre os problemas de gestão da Região, refletindo a distribuição desigual de agentes econômicos e de equipamentos urbanos como transporte, saúde, educação, habitação e saneamento.

Instituída recentemente pela Lei Complementar nº 14.293, de agosto de 2013, a Região Metropolitana da Serra Gaúcha corresponde à antiga Aglomeração Urbana do Nordeste, acrescida dos municípios de Antônio Prado, Ipê e Pinto Bandeira. A Região é integrada pelos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, São Marcos, Nova Pádua, Monte Belo do Sul, Santa Teresa e Pinto Bandeira, tendo por polo a cidade de Caxias do Sul, maior centro urbano da Região e um dos mais populosos do Estado. O conjunto desses 13 municípios possui uma população de 735.276 habitantes, dos quais 91,6% residem nas áreas urbanas. Essa Região forma com a RMPA um eixo de ocupação, de direção norte-sul no Estado, com características econômicas bastante dinâmicas.

A Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL) é formada por Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São José do Norte e Arroio do Padre. Pelotas e Rio Grande polarizam o conjunto de pequenos centros urbanos. A Aglomeração participa com 4,7% do VAB do Estado, sendo que quase toda essa participação provém dos municípios de Rio Grande e Pelotas. O parque industrial da região também está fortemente concentrado nesses dois centros urbanos, e esses municípios concentram igualmente importantes unidades universitárias, o que reforça ainda mais a sua polarização.

A Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINORTE) é integrada por 21 municípios, de médio e pequeno porte, onde se destacam Tramandaí, Capão da Canoa, Osório e Torres, que polarizam a região e concentram a maior parte da população. Nos municípios de pequeno porte predomina a população rural. Entre outras características que impõem uma gestão diferenciada à região está o fato de sua densidade populacional apresentar comportamento sazonal. Durante três meses por ano, de dezembro a março, a região assume as características de uma grande conurbação em função do deslocamento de boa parte da população do Estado para o litoral, concentrando uma população quatro vezes maior do que a população local.

Distribuição da população urbana nos municípios do RS

Uma análise considerando o porte populacional dos municípios do Estado revela que na sua maioria os municípios possuem população menor que 10.000 habitantes, conforme apresenta a tabela a seguir. Observa-se que, enquanto 18 municípios concentram 46,76% da população, apenas 12,92% da população total do RS se encontra distribuída em 331 municípios.

RS Municípios e População - 2010

Classes	Nº de municípios	Nº População	% População
Menos de 10 mil hab.	331	1.381.649	12,92
10 a 50 mil hab.	123	2.648.307	24,76
50 a 100 mil hab.	24	1.663.011	15,55
Mais de 100 mil	18	5.000.962	46,76
Total do Estado	496	10.693.929	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Os municípios com população maior que 100.000 habitantes, apresentados no quadro a seguir, encontram-se localizados, na sua maioria, nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos. Municípios que, pelo seu maior porte populacional, via de regra, concentram os maiores problemas relacionados ao déficit habitacional e aos temas da regularização fundiária e saneamento.

Municípios no RS com população superior a 100 mil habitantes

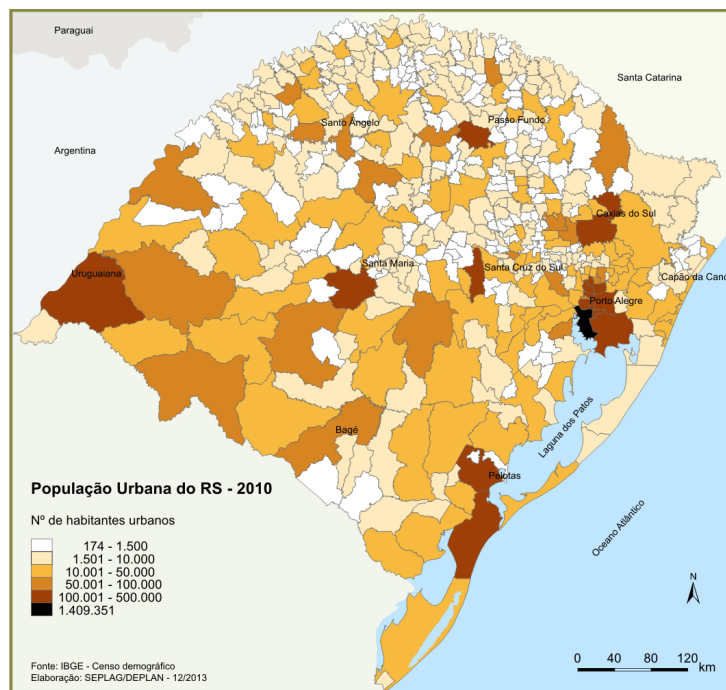
Município	COREDE	População
Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	1.409.351,00
Caxias do Sul	Serra	435.564
Pelotas	Sul	328.275
Canoas	Vale do Rio dos Sinos	323.827
Santa Maria	Central	261.031
Gravataí	Metropolitano Delta do Jacuí	255.660
Viamão	Metropolitano Delta do Jacuí	239.384
Novo Hamburgo	Vale do Rio dos Sinos	238.940
São Leopoldo	Vale do Rio dos Sinos	214.087
Rio Grande	Sul	197.228
Alvorada	Metropolitano Delta do Jacuí	195.673
Passo Fundo	Produção	184.826
Sapucaia do Sul	Vale do Rio dos Sinos	130.957
Uruguaiana	Fronteira Oeste	125.435
Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo	118.374
Cachoeirinha	Metropolitano Delta do Jacuí	118.278
Bagé	Campanha	116.794
Bento Gonçalves	Serra	107.278

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul – SEPLAG

Dados: IBGE - Censo Demográfico 2010

A figura a seguir apresenta o mapa da distribuição da população urbana nos municípios do RS. Além de se observar a distribuição dos municípios com população superior a 100.000 habitantes, verifica-se que as regiões Norte e Noroeste do Estado concentram municípios de pequena dimensão territorial e de menor número de população urbana.

Distribuição da população urbana nos municípios do Estado



A partir dessa diversidade, o estabelecimento de políticas habitacionais pelo Estado torna-se complexo. Faz-se necessário considerar o diferente porte populacional dos municípios, as taxas de crescimento demográficas negativas em muitos deles, resultado dos movimentos migratórios que afetam algumas regiões do Estado e, ainda, a tendência contínua à concentração da população nas áreas urbanas.

Renda *per capita* das famílias e variáveis econômicas

A análise da renda *per capita* das famílias em termos do número de salários mínimos, segundo a situação do domicílio, urbana ou rural, realizada a partir dos dados dos censos 2000 e 2010, permite observar a ampliação do número de famílias residente na área urbana, e demonstra, também, que o número de famílias sem rendimento nas duas situações de domicílio diminuiu. Nas áreas urbanas ocorreu, ainda, maior ampliação do número de famílias com até 3 salários mínimos *per capita*, e, simultaneamente, observa-se o decréscimo do número de famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos. E, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, observa-se a diminuição do número de famílias com renda superior a 5 salários mínimos. A tabela a seguir apresenta o número de famílias, segundo as classes de renda *per capita*, residentes nas áreas urbanas e rurais nos dois períodos no Estado.

Com relação às variáveis econômicas e sociais utilizadas na elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, para estimar as necessidades habitacionais nos municípios,

foram considerados os investimentos em Habitação, Urbanismo e em Saneamento realizados no período 2006 a 2008. Entre as variáveis sociais foi incluída a estimativa de famílias pertencente ao cadastro único (CADÚNICO), nos municípios do RS, em 2006, e o Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, calculado pelo IBGE segundo os dados do Censo de 2000.

Rendimento *per capita* - domicílios no RS

Rendimento <i>per capita</i>	Nº de Famílias residentes			
	Área urbana		Área rural	
	2000	2010	2000	2010
Famílias sem rendimento	86.327	75.893	22.100	20.319
Até 03 sal. mínimos	1.883.543	2.473.253	501.648	461.045
Entre 03 a 05 sal. mínimos	311.869	273.593	27.333	20.202
Mais de 05 sal. mínimos	375.132	261.630	18.955	13.327
Total de famílias por localização	2.656.872	3.084.370	570.036	514.893

Fonte: SEPLAG/DEPLAN Dados: IBGE, Censo 2000 e 2010 - RS

A partir dos dados do Censo 2010, ao verificar os índices de pobreza, através do rendimento *per capita* nos domicílios, segundo a localização e a sua distribuição nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, o PEHIS concluiu que 52% dos domicílios particulares permanentes do RS, com renda mensal *per capita* menor que ½ salário mínimo, encontram-se nos seguintes COREDES: Metropolitano Delta do Jacuí, Sul, Vale do Rio dos Sinos, Fronteira Oeste e Vale do Rio Pardo. Dessa forma, foram definidas as regiões prioritárias para a realização das ações dos programas de habitação de interesse social.

Evolução das Necessidades Habitacionais no RS

A metodologia de cálculo das necessidades habitacionais do RS vem sendo modificada, buscando o aprimoramento da definição dos critérios para a identificação da parcela da população cujas necessidades habitacionais devem ser o alvo da atenção pelo Estado.

A comparação do indicador Déficit habitacional, definido a partir dos estudos de planos realizados em períodos recentes, no RS, permite verificar que os resultados revelam sensível diminuição do déficit habitacional no Estado.

Em 2005, o plano de longo prazo Rumos 2015, ampliando o simples conceito de déficit habitacional, incorporou no cálculo do déficit a metodologia da Fundação João Pinheiro, incluindo as habitações inadequadas, sem banheiro ou unidade sanitária e que não dispunham de canalização interna em pelo menos um dos cômodos. À época, o cálculo das necessidades habitacionais no RS passou a incluir os domicílios:

1. Improvisados – situados em unidades não residenciais, sem dependências destinadas exclusivamente à moradia;
2. Cedidos e outro tipo de ocupação – cedidos por pessoa não moradora, instituição não empregadora, bem como aqueles ocupados sem consentimento;

3. Em cômodos – normalmente alugados, que também representam convivência familiar e, muitas vezes, uso comum de banheiro;
4. Rústicos – que não apresentam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada;
5. Ônus excessivo com aluguel – que comprometiam mais de 30% da renda de famílias que percebiam até três salários mínimos.

Os resultados do estudo, considerando tais critérios, informou que, em 2005, as necessidades habitacionais no Estado eram da ordem de 524.241 habitações, desse total 402.817 correspondiam à carência de habitações urbanas, enquanto 121.424 era o número de habitações necessárias para suprir a carência habitacional na área rural.

Em estudos concluídos em 2012, quando da elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, que tiveram por objetivo identificar a condição dos municípios quanto à carência habitacional, e cuja metodologia utilizada foi adaptada daquela criada pela Fundação João Pinheiro, foram selecionadas variáveis econômicas (PIB, PIBpc, VAB Setorial, Arrecadação, Tributos, Investimento em habitação), variáveis demográficas (população, densidade demográfica, taxa de urbanização, área territorial) e sociais (relativas à pobreza e à desigualdade de renda) com base nos dados do Censo 2010 do IBGE.

Nos estudos realizados para o PEHIS, o cálculo do déficit habitacional para o RS foi atualizado considerando:

1. As habitações precárias;
2. O ônus excessivo do aluguel, das famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*;
3. O adensamento excessivo de famílias em domicílios alugados;
4. A coabitação nas famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*.

A tabela seguinte apresenta os resultados do déficit habitacional do RS com base na metodologia utilizada na execução do PEHIS:

Necessidades habitacionais RS - 2010

Necessidades habitacionais	Total	Urbano	Rural
Déficit total	193.576	165.478	28.098
Habitação Precária	76.492	60.947	15.545
Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados	9.248	8.992	256
Ônus Excessivo com Aluguel	24.269	23.338	931
Coabitação	83.567	72.201	11.366

Fonte: Latus Consultoria – Diagnóstico do PEHIS – 2012 Dados: Censo 2010

Portanto, embora a metodologia utilizada pelos dois planos não seja exatamente igual, uma vez que na realização do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social o levantamento do número das famílias concentrou-se no cálculo do déficit habitacional para a mais baixa renda (famílias com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*), é possível verificar a diminuição no déficit

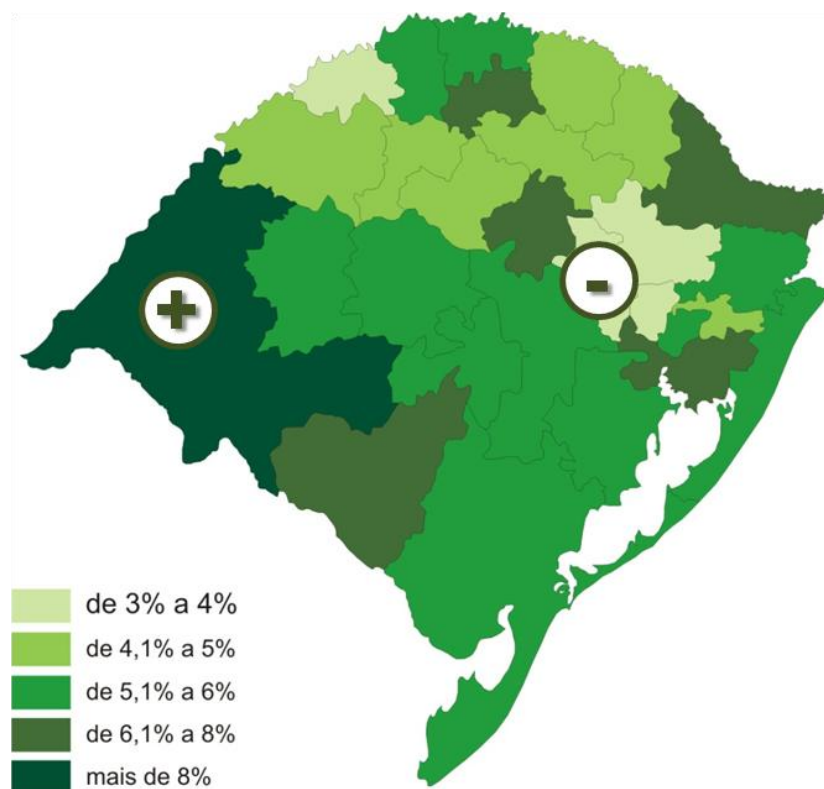
habitacional, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, comparando-se os resultados apresentados em 2005 pelo estudo Rumos 2015.

Os dados do PEHIS revelam que o déficit habitacional, em termos absolutos na escala dos COREDEs, concentra-se nos COREDEs Metropolitano e Vale do Rio dos Sinos, os quais agregam cerca de 38% do déficit habitacional do Rio Grande do Sul. Em terceiro lugar no *ranking* da maior concentração de déficit se encontra o COREDE Sul, com o déficit de 16.478 domicílios, o que representa cerca de 8% do déficit do Rio Grande do Sul.

A maior quantidade de problemas habitacionais nessas regiões é decorrente da maior proporção de moradores e domicílios existentes. Por sua vez, o COREDE Alto da Serra do Botucará apresenta o menor déficit absoluto urbano do Estado, mas a maior proporção de habitações precárias urbanas. Os COREDEs Médio Alto Uruguai, Rio da Várzea e Celeiro completam o quadro de precariedade habitacional nas regiões do Estado menos urbanizadas e desenvolvidas, e também se destacam pela presença de problemas de moradia na zona rural.

O COREDE Fronteira Oeste se destaca como o maior déficit proporcional do Estado, isto é, o déficit é da ordem de 8,8% de seus domicílios particulares permanentes. No outro extremo, o COREDE Vale do Taquari apresenta o menor déficit proporcional: 3,1%.

Distribuição do déficit proporcional de habitações por COREDE



Fonte: Latus Consultoria Diagnóstico do PEHIS - Dados: IBGE, Censo 2010

O resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgado no segundo semestre de 2013, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), confirma a queda do déficit habitacional no Estado e revela que o Rio Grande do Sul possui, atualmente, a menor taxa de déficit habitacional comparativamente aos demais Estados do País.

Regularização fundiária e reassentamento

Segundo o IBGE, a inadequação fundiária é avaliada através dos aglomerados subnormais⁴¹, entretanto, quando da elaboração do diagnóstico do PEHIS, observou-se que a definição adotada pelo IBGE, para identificar os aglomerados subnormais, não abarca o universo de assentamentos precários existentes nos municípios gaúchos, o que se dá, entre outros motivos, pelas diferenças na identificação local do que sejam habitações precárias e, em função de que as habitações, embora precárias, nem sempre se encontram adensadas em número suficiente para satisfazer a metodologia de identificação dos aglomerados subnormais.

Segundo o levantamento do PEHIS, realizado por meio dos dados oficiais do IBGE, o Rio Grande do Sul conta com 223 aglomerados subnormais, os quais estão distribuídos em 23 municípios, cuja distribuição, quantificação de domicílios e população encontra-se apresentada no quadro a seguir.

Distribuição dos aglomerados subnormais no RS

COREDE	Município	Nº De Aglomerados Subnormais A.S.	Nº Domicílios em aglomerados subnormais	População residente nos A.S.
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	Alvorada	01	243	1.006
	Cachoeirinha	01	65	251
	Eldorado do Sul	02	458	1.651
	Gravataí	03	413	1.252
	Guaíba	03	858	2.880
	Porto Alegre	108	55.994	192.843
	Viamão	03	1.081	3.789
SERRA	Bento Gonçalves	06	2.166	7.099
	Caxias do Sul	24	8.315	28.167
	Canoas	11	1.892	6.865
VALE DO RIO DO SINOS	Estância Velha	01	86	275
	Novo Hamburgo	19	6.358	22.047
	Portão	02	482	1.637
	São Leopoldo	12	1.920	6.697
CENTRO-SUL	Camaquã	02	733	2.595
	Cristal	01	186	645
VALE DO CAÍ	Tapes	02	182	625
	Montenegro	03	483	1.591
LITORAL	Palmares do Sul	01	64	209
	Tramandaí	01	1.370	4.887
PRODUÇÃO SUL	Passo Fundo	05	699	2.428
	Pelotas	06	957	3.217
	Rio Grande	06	1.421	4.884
Total		223	86.426	297.540

Fonte: Latus Consultoria

Dados: IBGE, 2010

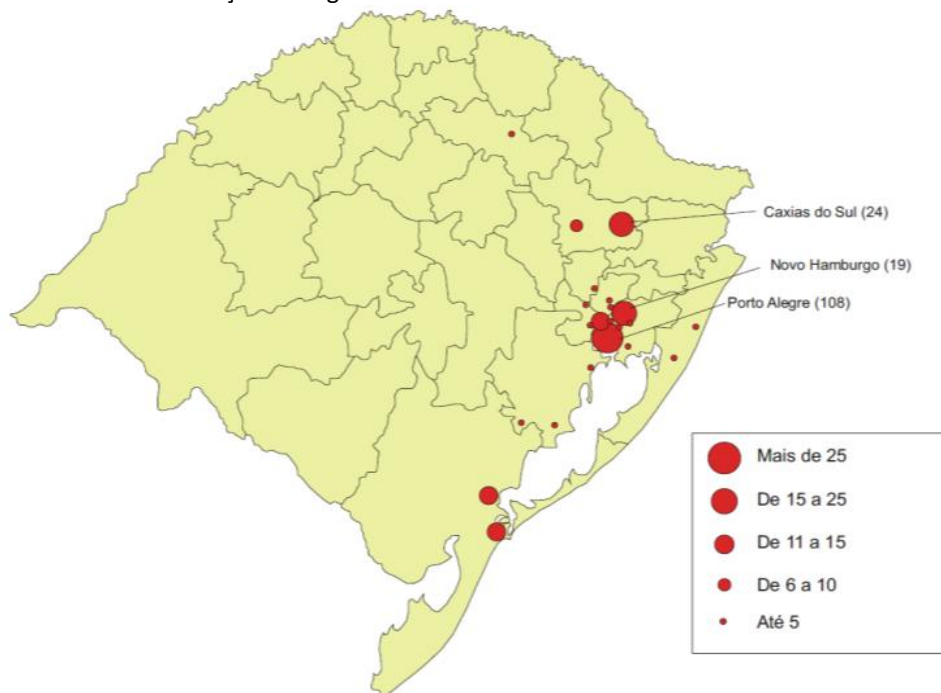
Tais aglomerados contam com 86.426 domicílios ocupados, nos quais residem 297.540 pessoas que representam 6,6% da população residente em domicílios particulares ocupados na zona urbana, segundo o Censo de 2010. A maior parte dos aglomerados subnormais

⁴¹ Aglomerado subnormal: “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.” IBGE. 2010

identificados pelo Censo de 2010 localiza-se no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, especialmente, à contribuição de Porto Alegre. O mapa da figura Localização dos aglomerados subnormais do Rio Grande do Sul localiza os aglomerados subnormais, no RS, identificados conforme a metodologia do IBGE.

O problema da inadequação fundiária, ainda que de acordo com o diagnóstico do PEHIS esta esteja subdimensionada pelos números oficiais divulgados pelo IBGE, envolve significativa população e decorre de padrões diversos – desde assentamentos precários, que agrupam além da inadequação fundiária graus significativos de precariedade, até situações de falta de escritura em terrenos inseridos na malha urbana. Está presente na zona urbana e na zona rural e restringe o acesso ao crédito imobiliário, o que constitui um entrave ao desenvolvimento da política de produção habitacional para a baixa renda.

Localização dos aglomerados subnormais do Rio Grande do Sul



Fonte: Latus Consultoria/PEHIS Dados: IBGE, 2010

A SEHABS vem trabalhando na implantação de políticas de acesso à terra urbana e rural necessárias ao desenvolvimento dos programas habitacionais de modo a coibir a especulação imobiliária e garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, tal como prevê a Lei nº 13.017, de 24 de julho de 2008, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social.

Por meio do Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária, a SEHABS implementa as ações de regularização fundiária que consistem em um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes. Assim, busca

assegurar o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. As ações de regularização fundiária devem garantir a inserção da área ocupada na cidade formal, em todos os seus aspectos e significados, constituindo exercício de cidadania que extrapola a simples titulação cartorial. Trata-se de direito fundamental protegido constitucionalmente.

As análises da SEHABS, realizadas em 2011, para apurar o dado do indicador Levantamento do número de famílias que ocupam irregularmente áreas do Estado, verificaram que 18.000 famílias ocupavam irregularmente áreas do Estado. Assim, no Plano Plurianual 2012-2015, a SEHABS vem executando a ação Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado, que visa regularizar as áreas de propriedade do Estado ocupadas para fins de moradia.

No procedimento de ações correspondentes às etapas da regularização fundiária, pode existir a necessidade de reassentamento de famílias que adquiriram o direito à moradia em um local em que, em face da existência de situações de risco e/ou de preservação ambiental, ou ainda em razão de projeto urbanístico com alto grau de intervenção na área ocupada, necessitam ser realocadas ou reassentadas.

Outras situações em que ocorre a necessidade de promover o reassentamento estão associadas à localização das moradias: margens de rodovias ou de arroios, em áreas sob redes de alta tensão, encostas íngremes, banhados, ou mesmo em locais onde há previsão de abertura de ruas e acessos ou drenagens, conforme diretriz urbanística municipal, o que implica a transferência dessas famílias para uma área segura e com infraestrutura implantada, bem como regularizada quanto ao aspecto da titulação jurídica e o respectivo registro do direito à moradia.

Recentemente, duas novas políticas estaduais foram criadas para viabilizar as ações de regularização fundiária: o Programa Aluguel Social e o Banco de Terras:

Programa Aluguel Social

O Programa Aluguel Social foi criado para as situações em que se faz necessário promover o reassentamento emergencial de famílias residentes em áreas destinadas à execução de obras de infraestrutura importantes para o desenvolvimento estadual, ou famílias que se encontrem em situação de risco, decorrente de calamidade pública ou de situação de emergência. O programa, instituído pela Lei Nº 14.039, de julho de 2012, tem por objetivo custear a locação de imóveis com finalidade residencial, por tempo determinado e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, para as famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos.

Banco de Terras Públicas

O Banco de Terras Públicas resulta de uma ação conjunta da Secretaria de Habitação e Saneamento e da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos, que mapeou um conjunto de áreas públicas desocupadas e/ou subutilizadas de domínio estadual e em condições de habitabilidade, localizadas em municípios com população acima de 30 mil habitantes. O instrumento foi aprovado pela Lei nº. 48.270, de agosto de 2011. A carteira abriga, neste

primeiro momento, 58 glebas localizadas em 31 municípios, que perfazem um total de 230 ha passíveis de serem utilizados para fins habitacionais.

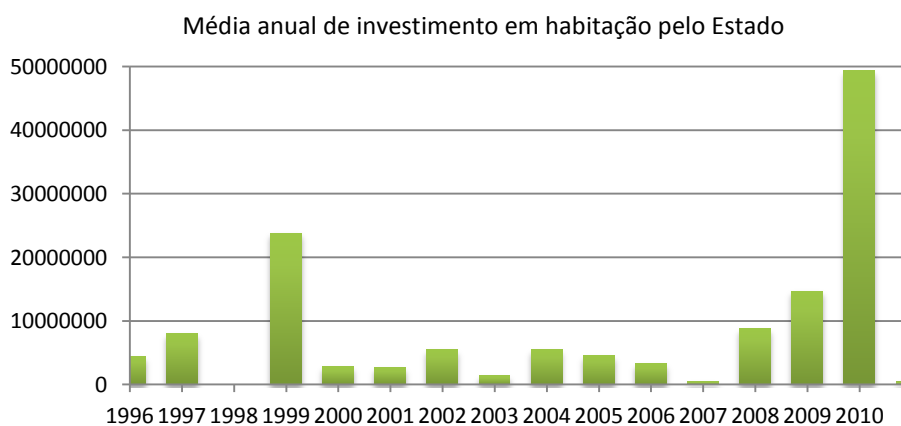
A SEHABS, criou o Banco de Terras Públicas com o objetivo de fomentar a diminuição do déficit habitacional desenvolvendo o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), faixa 1, do Governo Federal, em áreas do Estado, e dar função social à propriedade pública desocupada. Tais áreas serão destinadas, prioritariamente, às demandas habitacionais de famílias ocupantes de áreas de risco, aos Municípios que desenvolvam programas habitacionais de interesse social, bem como às instituições financeiras credenciadas junto ao Governo Federal para execução do Programa Minha Casa Minha Vida ou outro programa habitacional federal, em áreas urbanas.

O Banco de Terras deve ser um instrumento permanente da política estadual e, conforme estabelece o artigo 2º da lei que o institui, consiste nas áreas de terras não utilizadas ou subutilizadas que integram o patrimônio do Estado, de suas Autarquias ou Fundações, contendo benfeitorias ou não; e também, áreas que venham a ser adquiridas mediante permutas, transferências, compras, desapropriações, doação em pagamento e outras formas, para fins de implementação de habitação de interesse social.

A meta da SEHABS é alcançar os 250 ha de terra para viabilizar empreendimentos habitacionais na modalidade de Habitações de Interesse Social (HIS). Além do atendimento da demanda por HIS, espera-se que o Banco de Terras venha a constituir uma ferramenta estratégica para os municípios, contribuindo para a localização adequada dos empreendimentos habitacionais e incidindo sobre a valorização e especulação imobiliária.

Ações e o financiamento da política habitacional

A atuação do Estado em termos da política e do financiamento habitacional é caracterizada segundo períodos temporais delimitados pelas mudanças institucionais: um primeiro período corresponde ao da existência da COHAB, entre 1964 e 1995, e o período posterior, a partir de 1999, quando da instalação de uma Secretaria de Estado. O gráfico seguinte demonstra a variação ao longo do tempo na média anual de investimento para o setor da habitação.

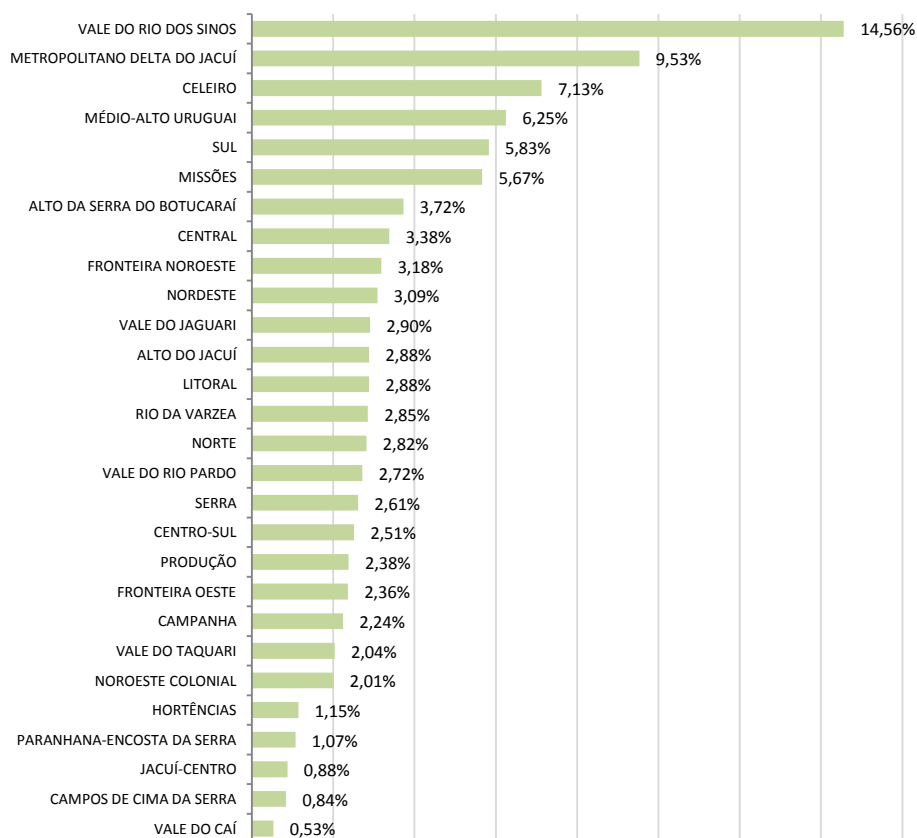


Fonte: SEHABS

Na atual gestão Estadual, a média de investimento anual por parte do Estado nas ações da política habitacional, até 2012, foi cerca de R\$ 10,3 milhões, e a média das ações realizadas pelo Estado, através dos convênios, corresponde a pouco mais de 4.000 unidades beneficiadas ao ano.

A análise, realizada pelo PEHIS, da distribuição dos investimentos do Estado para o financiamento estadual por COREDEs, até 2012, revela maior investimento nas regiões de maior concentração populacional, os COREDEs Metropolitano e do Vale do Rio dos Sinos (35% da população), que também detêm os maiores déficits absolutos de habitação e, juntos, totalizam quase 20% do investimento realizado pela Secretaria de Habitação. Na sequência estão os COREDEs Celeiro, Médio Alto Uruguai, Sul, Missões e Alto da Serra do Botucarái, regiões que se caracterizam pela menor concentração de população, variando de 0,96% a 2,9%, à exceção do COREDE Sul, que concentra 8,2% da população do Estado. Esse grupo de 7 COREDEs, de distintos portes, foi responsável pela realização de 53% do investimento da SEHABS, repassado aos municípios mediante convênios.

Distribuição dos recursos realizados pela SEHABS por COREDE



Fonte: SEHAB - PEHIS

Quanto ao programa federal Minha Casa Minha Vida, o PEHIS, ao analisar os relatórios emitidos pela Caixa Econômica Federal, até fevereiro de 2012, concluiu que, diferentemente da aplicação dos recursos no restante do País, onde o maior volume de recursos foi destinado à

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

faixa de renda 1 - de 0 a 3 salários mínimos, a maior proporção de unidades contratadas no Rio Grande do Sul pelos Programas Minha Casa Minha Vida - PMCMV 1 e PMCMV 2, este ainda em execução, destinaram-se à população com faixa de renda 2 – de 3 a 6 salários mínimos. Apenas 27% das unidades contratadas destinaram-se à faixa de menor renda, conforme se verifica na tabela a seguir.

Aplicação dos recursos federais no RS por faixas de renda - 2011

PMCMV	Faixa de Renda	Quantidade Unidades Contratadas	Valor Total (R\$)	Quantidade Unidades Concluídas	Quantidade Unidades Entregues
RS PMCMV -1	Faixa 1	19.306	748.310.709	12.970	9.700
	Faixa 2	44.267	2.954.398.111	39.041	37.519
	Faixa 3	6.892	530.693.916	3.207	1.994
RS PMCMV -2	Faixa 1	7.052	219.507.672	428	428
	Faixa 2	31.566	2.389.526.794	13.942	13.546
	Faixa 3	2.846	236.542.396	305	290
TOTAL ESTADO RS		70.465	5.874.618.821	55.218	49.213

Fonte: Latus Consultoria /PEHIS Dados: Caixa Econômica Federal, Relatório de 27 de fevereiro de 2012

Portanto, verifica-se a importância da atuação do órgão estadual da habitação quando definiu como metas da gestão atual, através do plano plurianual, a ampliação e qualificação da produção habitacional, bem como a redução do déficit habitacional priorizando o atendimento de famílias de baixa renda e de interesse social em parceria com a União e municípios. E, considerando o expressivo número de municípios de pequeno porte no Estado, muitos deles desprovidos de capacidade técnica para formularem a sua política habitacional e participarem de programas de financiamento habitacional, é visível a importância dos programas da SEHABS que têm, entre outras metas, realizar o apoio técnico aos municípios no setor habitacional. Dessa forma, a atual gestão da SEHABS dá continuidade à caminhada histórica da estruturação da política habitacional no Rio Grande do Sul para o atendimento das necessidades habitacionais das famílias com menor renda e maior grau de vulnerabilidade social.

DESIGUALDADE DE GÊNERO

A CONDIÇÃO DAS MULHERES E DESIGUALDADES DE GÊNERO NO RIO GRANDE DO SUL⁴²

1º Eixo: Reprodução

Dimensão 1 - Demografia

Apresenta a estrutura populacional do Estado com foco na participação da mulher, especialmente do ponto de vista de expectativa de vida, e composição por faixas etárias. Além disso, abarca informações que relacionam raça e sexo. Estes indicadores são importantes para entender a posição ocupada pelas mulheres em termos de estrutura populacional.

Principal fonte: Censo Demográfico IBGE – 2010.

Os dados no Censo Demográfico de 2010 apontaram para o Rio Grande do Sul um total de 10.693.929 habitantes, sendo 5.205.057 homens e 5.488.872 mulheres.

A população gaúcha representa 5,6% da população brasileira, evidenciando uma tendência de queda nessa participação, já que o RS foi o Estado brasileiro que teve menor crescimento populacional na década. De acordo com o Censo, a taxa de crescimento médio anual entre 2000 e 2010 foi de 0,49%, mas as estimativas populacionais feitas pela FEE para o ano de 2011 indicaram uma taxa de crescimento ainda mais reduzida para a população gaúcha nesse último ano, na ordem de 0,39%.

Este reduzido crescimento populacional se deve basicamente às baixas taxas de fecundidade no Estado. Desse modo, a população do RS tem apresentado uma grande modificação no seu padrão etário, com um envelhecimento da população devido à queda dos níveis de fecundidade e também por causa do aumento da expectativa de vida ao nascer.

O Rio Grande do Sul tem se destacado por apresentar um dos melhores resultados em termos de expectativa de vida no Brasil, tanto quando considerados ambos os sexos, como quando considerado cada sexo separadamente. A análise do período 1980 até 2010 indica que, para ambos os sexos, houve um acréscimo de mais de oito anos na expectativa de vida do gaúcho. Segundo dados da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, nas últimas três décadas a expectativa de vida total no Estado passou de 67,8 para 75,9 anos, sendo o aumento de 63,3 para 72,1 anos para os homens e de 70,2 para 79,5 anos para as mulheres gaúchas.

Assim, é interessante observar que em 2010 a população no RS com 60 anos ou mais era de 1.459.597 pessoas, correspondendo a 13,6% do total. Destes, 627.470 eram homens (12,1% da população masculina) e 832.127 eram mulheres (15,2% da população feminina). Em Porto Alegre, do total de 1.409.351 habitantes em 2010, 653.787 eram homens e 755.564 eram mulheres. Do total de porto-alegrenses, 211.896 (15,0% do total) tinham 60 anos ou mais, sendo entre estes 79.985 homens: (12,2% da população masculina) e 131.911 mulheres (17,5% da população feminina).

⁴²Resumo do Relatório de Pesquisa elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Por outro lado, estimativas da FEE para 2011 indicam que o contingente populacional com 65 anos no RS já ultrapassou um milhão de pessoas, correspondendo a 9,6% da população gaúcha. Nesse grupo etário, é predominante a presença das mulheres, devido a mais alta mortalidade entre os homens. Assim, das pessoas de 65 anos ou mais, a população feminina estimada é de 602.360 e a masculina é de 424.538, sendo que, para cada 70 homens nesse grupo, há 100 mulheres.

A estrutura por sexo de uma população pode ser visualizada com a utilização da razão de sexo (número de homens para cada cem mulheres), que tem apresentado uma tendência de queda ao longo das últimas décadas. Para os anos de 2010 e 2011, havia no Rio Grande do Sul 94,8 homens para cada cem mulheres, representando em números absolutos, cerca de 280 mil mulheres a mais do que homens.

Nota-se que ao nascer até a juventude, há um número maior de homens, mas a partir dos 25 anos até as idades mais avançadas as mulheres são maioria. Para a faixa etária de 70 anos ou mais há 64,4 homens para cada 100 mulheres. Disso decorre a constatação de que, com o envelhecimento da população e a tendência que se observa de estabilização a partir de 2025 e posterior decréscimo no tamanho absoluto da população gaúcha, haverá também uma “feminização” da população, ou seja, mantidas as atuais condições de vida, deve ocorrer um aumento proporcional da população feminina no total da população gaúcha nas próximas décadas, em especial entre a população mais idosa.

Nas figuras abaixo, pode-se visualizar as informações contidas nessa breve análise demográfica do Estado do RS.

Indicadores de estrutura da população do Rio Grande do Sul - 2010/2050

INDICADORES	2000	2010	2020	2030	2040	2050
População total	10.187.798	10.693.929	11.043.710	10.980.552	10.481.016	9.709.870
Taxa de crescimento anual (%)	1,21	0,49	0,24	-0,16	-0,56	-0,82
Grandes grupos						
0 a 14 anos	2.654.727	2.229.504	1.947.109	1.766.064	1.469.267	1.254.820
%	26,1	20,8	17,6	16,1	14,0	12,9
15 a 59 anos	6.467.587	7.004.828	7.072.772	6.693.503	6.262.550	5.498.436
%	63,5	65,5	64,0	61,0	59,8	56,6
60 anos ou mais	1.065.484	1.459.597	2.023.829	2.520.985	2.749.199	2.956.614
%	10,5	13,6	18,3	23,0	26,2	30,4
Razão de sexo (n° homens/n° mulheres x 100)	96,2	94,8	94,4	93,7	93,0	92,4

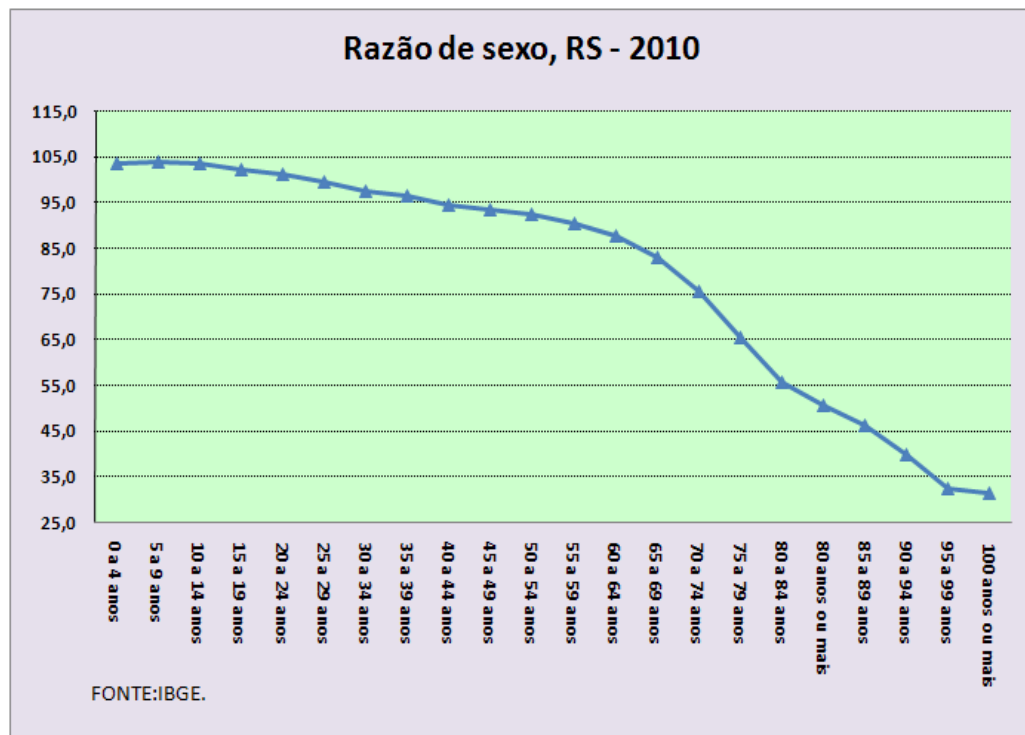
FONTE: FEE e IBGE.

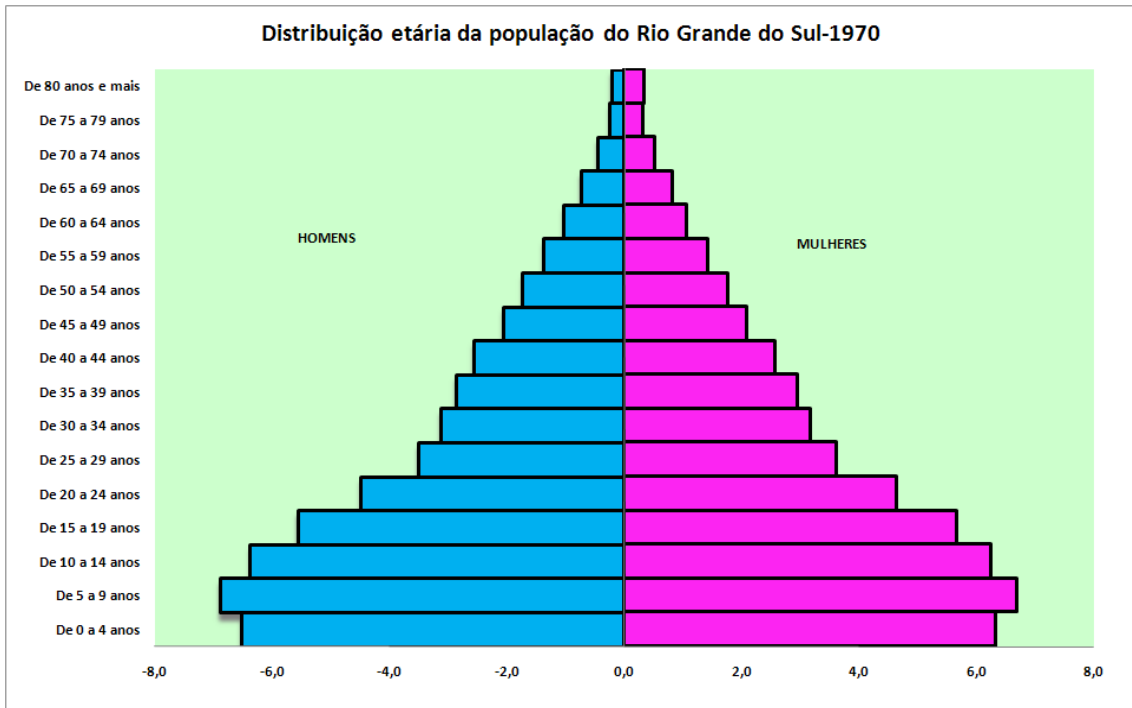
MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

População em faixas etárias selecionadas, por sexo, excedente feminino, e número de mulheres por cada homem, RS -2010

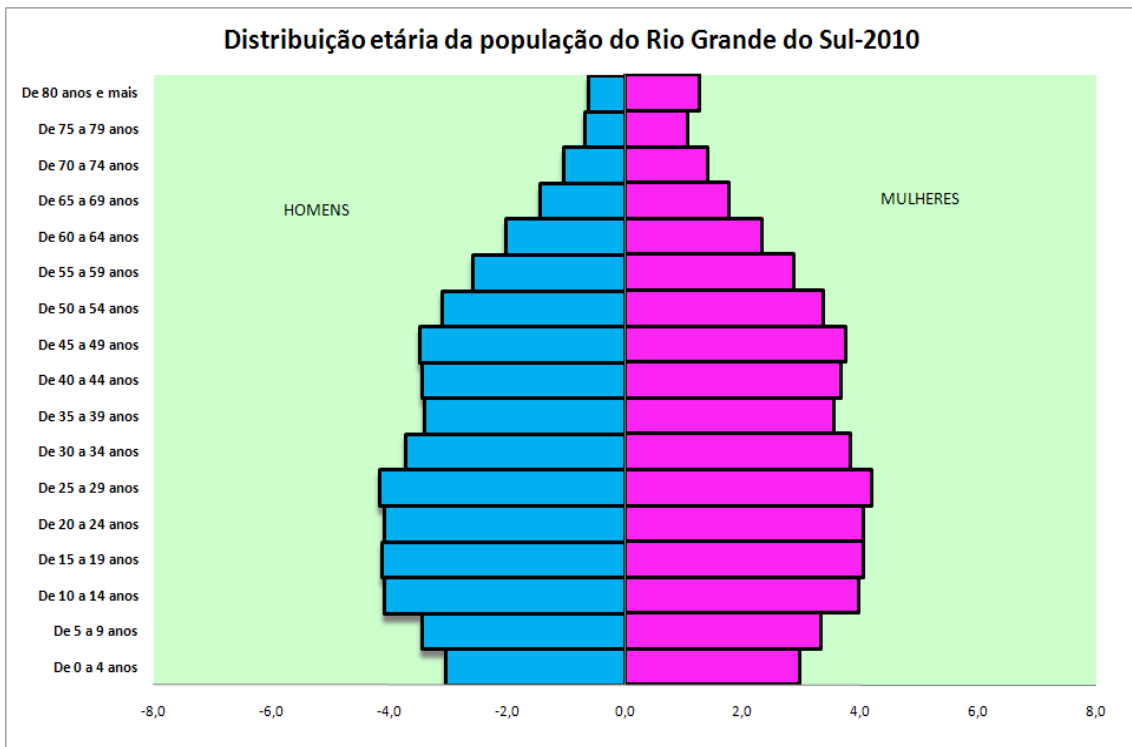
FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO			EXCEDENTE FEMININO	Nº. DE MULHERES POR CADA HOMEM
	Total	Homens	Mulheres		
De 60 anos ou mais	1.459.597	627.470	832.127	204.657	1,33
De 65 anos ou mais	994.613	410.394	584.219	173.825	1,42
De 70 anos ou mais	651.034	254.556	396.478	141.922	1,56
De 75anos ou mais	388.989	141.661	247.328	105.667	1,75
De 80 anos ou mais	201.901	67.735	134.166	66.431	1,98
De 85 anos ou mais	82.828	25.136	57.692	32.556	2,30
De 90 anos ou mais	26.846	7.406	19.440	12.034	2,62
De 95 anos ou mais	6.227	1.519	4.708	3.189	3,10
De 100 anos ou	1.039	248	791	543	3,19

FONTE: IBGE.

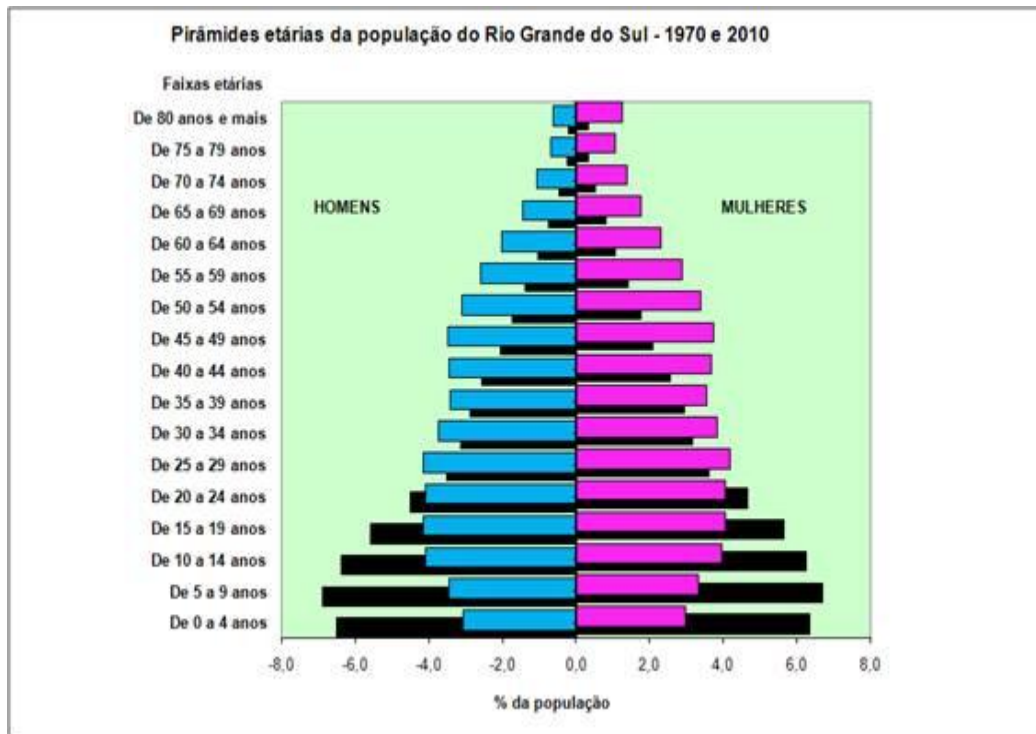




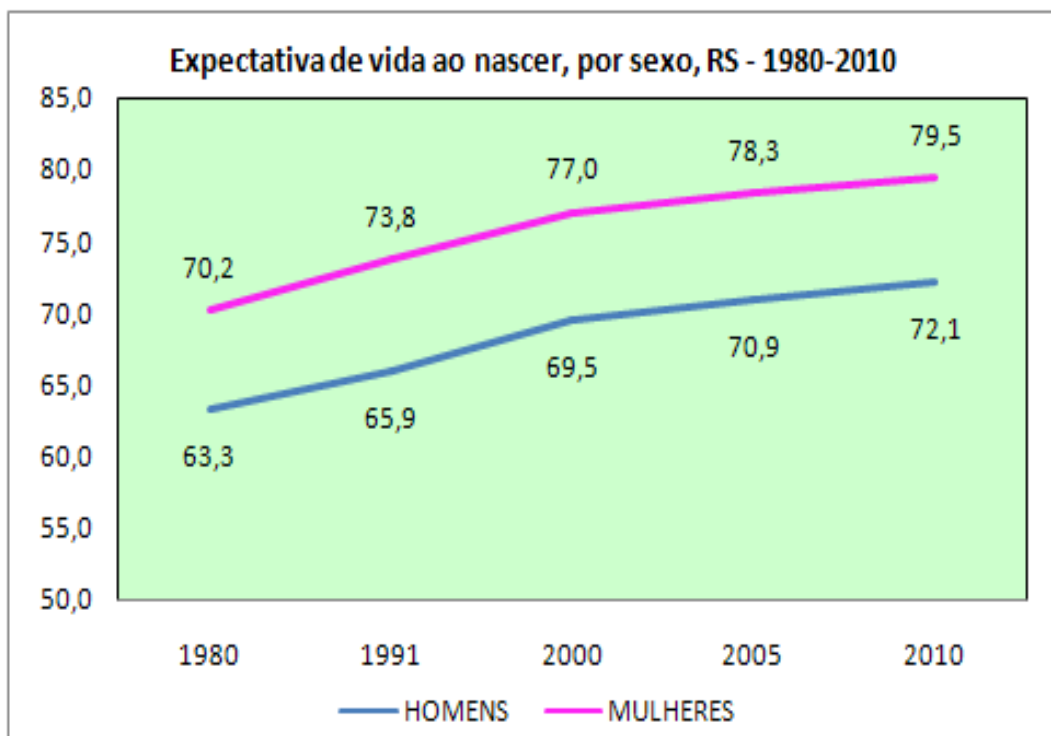
Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



Fonte: FEE

Dimensão 2 – Composição Domiciliar e Condições de Moradia

A composição domiciliar é importante para identificar o papel da mulher no lar – especialmente em termos de chefia. Neste contexto, o papel da mulher se associa às condições de moradia – qualidade e habitabilidade - que incluem aspectos relacionados ao esgotamento, abastecimento de água, condições da casa, posse de eletrodomésticos e demais bens.

A qualidade da moradia e melhores condições de serviços básicos favorecem principalmente às mulheres, por serem estas ainda, majoritariamente, as responsáveis pelas atividades relacionadas ao âmbito privado. Assim, esses indicadores, diferenciados por condição de pobreza, são úteis para a verificação das condições de vida de das mulheres nos domicílios. Nesse sentido, a pobreza nos domicílios é avaliada através da linha oficial do Governo Federal – sempre com foco na condição da mulher.

Principal fonte: Censo Demográfico IBGE – 2010 e PNAD IBGE 2011.

No Brasil, o percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio, segundo dados do Censo 2010, era de 38,7% do total. Já, no Rio Grande do Sul, esse percentual era um pouco superior, na ordem de 39,8%.

No caso específico de Porto Alegre, a capital gaúcha se destaca positivamente entre as metrópoles brasileiras, em termos de transformações de cunho sociocultural no status feminino, tendo sido mencionada na pesquisa *Sistema Integrado de Indicadores de Gênero nas Areas de Trabalho e de Educação: uma proposta de construção de um Índice Cultural de Gênero* (UNIFEM/ GTZ/ IBAM) (citada em OLIVEIRA, 2002). Essa pesquisa teve com objetivo mensurar mudanças ocorridas na família e na condição da mulher brasileira, levando em consideração questões como: idade média ao casar, formação de uniões sem vínculos legais, número médio de filhos, trabalho extra-domiciliar das cônjuges com filhos pequenos e diferencial de escolaridade entre cônjuges (percentual de mulheres com escolaridade superior a dos seus cônjuges).

Efetivamente, dados do Censo de 2010 evidenciam que Porto Alegre apresenta um alto percentual de domicílios com chefia feminina, atingindo quase 50% do total.

Entretanto, informações contidas em tabulações especiais elaboradas pelo IBGE para o Ministério do Desenvolvimento Social sobre as condições de vida e características da população pobre e extremamente pobre evidenciam que, em Porto Alegre, entre as famílias com rendimento mensal *per capita* de R\$ 1,00 a R\$ 70,00, a participação feminina na chefia do domicílio chega a 72,5%; e, nas famílias com rendimento mensal *per capita* de R\$ 71,00 a R\$ 140,00, a proporção é de 61,8% de mulheres chefiando a família. Nesse contingente de mulheres chefes de família, entre as mais pobres, há uma concentração relativa na faixa de 20 a 24 anos. Pode-se concluir por esses dados, que a pobreza e a extrema pobreza em Porto Alegre mostram uma face evidentemente urbana, mas também de predominância de famílias chefiadas por mulheres jovens, com crianças pequenas.

Dimensão 3 – Uso do Tempo

Considerando-se que o equilíbrio entre o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares constitui um grande desafio, o uso do tempo demonstra a desigualdade de gênero, já que as mulheres são mais afetadas, por assumirem a carga maior das tarefas domésticas e das atividades de cuidado de crianças, idosos e de pessoas com deficiências. Esse fator determina, em parte, o acesso diferenciado ao mercado de trabalho e a dificuldade para obter melhores remunerações por parte das mulheres, refletindo-se em condições de reprodução da pobreza e de baixa qualidade de vida. Essa dimensão contempla, portanto, esse condicionante fundamental para avaliar a desigualdade de acesso e participação na esfera pública.

Principais fontes: PNAD IBGE - 2011. Relatório PERFIL DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL. OIT - 2012.

As desigualdades de gênero no Brasil expressam-se através de aspectos diversos, abrangendo tanto a esfera pública como a esfera privada. No que se refere ao mundo do trabalho, as diferenças históricas entre homens e mulheres em relação ao acesso ao mercado de trabalho formal, condições de remuneração, empregabilidade, proteção social e direitos trabalhistas fundamentais somam-se a uma carga maior para o sexo feminino no que diz respeito aos afazeres domésticos.

Em termos sociais e culturais, segue sendo atribuída às mulheres a responsabilidade de grande parte do trabalho doméstico, bem como do cuidado de crianças, idosos e de pessoas com deficiências, ou seja, atividades não remuneradas no âmbito privado, enquanto aos homens caberia a parcela maior de produção mercantil remunerada no espaço público. Desse modo, apesar da crescente incorporação das mulheres ao mercado laboral, elas não conseguem desligar-se do papel social a elas designado, o que dificulta suas possibilidades de participar equitativamente das oportunidades e gera uma sobrecarga física que prejudica suas condições de bem-estar.

O indicador de uso do tempo, elaborado com dados da PNAD-IBGE e referências da CEPAL e da OIT-ONU, contribui para demonstrar a desigualdade de gênero, evidenciando o peso da dupla jornada de trabalho para as mulheres. Nesse sentido, o indicador mostra a jornada semanal total de trabalho, somando-se o número médio de horas semanais dedicadas ao mercado de trabalho e as destinadas aos afazeres domésticos, da população ocupada com 16 anos ou mais de idade.

Os resultados dos dados da PNAD em 2011 mostram que, embora as mulheres, no Brasil, tivessem uma participação menor do que os homens em termos de horas semanais no mercado de trabalho (36,9 e 42,6 respectivamente), elas dedicavam em média 21,8 horas semanais às tarefas domésticas e de cuidado (reprodução social), representando mais do que o dobro de tempo da dedicação dos homens, com 10,3 horas semanais. Desse modo, acrescentando-se a média de horas semanais no mercado de trabalho, a jornada dupla das mulheres brasileiras chegava a 58,7 horas por semana, contra 52,9 dos homens.

Por outro lado, ao se contemplar o tipo de afazeres domésticos executados pelos homens, um estudo realizado pelo IPEA em 2010 ressalta que a participação masculina mais frequente nessas tarefas está concentrada em atividades interativas e em espaços fora do lar, como a realização de compras de mantimentos em supermercados e o transporte dos filhos para a escola; no âmbito do domicílio, os homens se dedicam esporadicamente a atividades de manutenção doméstica, como reparos e consertos. Uma informação do suplemento da PNAD de 2008 é bastante ilustrativa dessa situação. Cerca da metade (49,7%) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, costumavam fazer faxina no próprio domicílio, sozinha ou com a ajuda de outra pessoa. Enquanto que esta prática era comum para 72,1% das mulheres, entre os homens era de apenas 25,4%.

Número médio de horas semanais dedicadas ao mercado de trabalho e aos afazeres domésticos da população ocupada de 16 anos ou mais de idade em todos os trabalhos – Brasil e Unidades da Federação selecionadas, 2011							
Área Geográfica	Média de horas semanais no mercado de trabalho (A)		Média de horas semanais gastas c/ afazeres domésticos (B)		Jornada semanal total (A+B)		Ordem
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
BRASIL	42,6	36,9	10,3	21,8	52,9	58,7	-
Alagoas	41,0	34,6	13,2	28,6	54,2	63,1	1ª
Amapá	44,0	38,8	12,0	23,3	56,0	62,1	2ª
Pernambuco	41,4	37,4	13,3	24,5	54,8	61,9	3ª
Ceará	42,0	36,8	12,0	24,7	54,0	61,5	4ª
São Paulo	43,7	38,9	9,9	20,8	53,5	59,8	5ª
Rio Grande do Sul	44,0	38,1	10,3	21,1	54,3	59,1	10ª

FONTE: IBGE – Microdados da PNAD 2011. Elaboração: FEE

Ao se fazer a análise do indicador no conjunto das unidades federativas, observa-se que, em todas as 27 UFs, as jornadas semanais totais da população ocupada eram mais extensas para as mulheres. Os estados brasileiros onde as trabalhadoras apresentavam a maior jornada são, por ordem, Alagoas (63,1 horas totais e 28,6 de trabalho doméstico); Amapá (62,1 horas totais e 23,3 de trabalho doméstico); Pernambuco (61,9 horas totais e 24,5 de trabalho doméstico); Ceará (61,5 horas totais e 24,7 de trabalho doméstico) e São Paulo (59,8 horas totais e 20,8 de

trabalho doméstico). No caso do Rio Grande do Sul, que se encontrava na 10ª posição desse ranking, a jornada total para as mulheres era de 59,1 horas, com 21,1 horas semanais de afazeres domésticos.

Essa desigualdade se reflete nas condições de reprodução da pobreza e de baixa qualidade de vida, especialmente entre mulheres jovens com filhos pequenos, e se combina a outros fatores, como a carência de serviços de proteção à maternidade e o número ainda reduzido de creches e pré-escolas.

Assim, as estratégias de promoção de igualdade de gênero no mundo do trabalho exigem a atenção e ações articuladas no âmbito das políticas públicas e da sociedade civil, para que se possa repensar as formas de organização do trabalho nas suas diferentes esferas, tanto pública como privada.

2º Eixo: Espaço Público

Dimensão 4 – Renda

Nessa dimensão são tratadas questões de rendimento médio e distribuição de renda. É dado foco especial às disparidades de renda entre sexo, para demonstrar as peculiaridades da condição da mulher. A distribuição de renda é avaliada através do índice de Gini.

Principal fonte: Censo Demográfico IBGE – 2010.

Através de dados da RAIS de 2010 sobre faixas de remuneração em salários mínimos para trabalhadores do sexo masculino e feminino no Rio Grande do Sul (setor formal), verifica-se que, do total de mulheres trabalhadoras, 66% recebiam até três salários mínimos/mês, enquanto a mesma faixa salarial para os homens correspondia a 61% dos trabalhadores. Na outra ponta, tomando-se os maiores salários (entre 10 e 20 SMs e Mais de 20 Sms), observa-se que 9% dos trabalhadores homens se encontram nessa faixa de remuneração mensal, estando 7% das mulheres nessa faixa. Na figura abaixo pode-se constatar esses valores.

Trabalhadores segundo a faixa de remuneração, em salário mínimo, por sexo no RS – Dez/2010

	Sexo do Trabalhador	0,0 a 3,00 SM	3,01 a 5,0 SM	5,01 a 10,0 SM	10,01 a 20,0 SM	Mais de 20 SM
RS	Total	801722	227318	144036	68572	29894
	Não Informado	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	Masculino	418142	130656	79575	39929	19926
	Feminino	383580	96662	64461	28643	9968
	{ñ class}	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

Fonte: RAIS, 2010.

Outro indicador importante para aferir a igualdade na distribuição dos rendimentos é o Índice de Gini. Tomando-se o Gini da distribuição do rendimento nominal mensal das pessoas de

10 anos ou mais de idade, no RS em 2010, observa-se que entre os homens economicamente ativos no meio rural o índice era de 0,503, e no meio urbano era de 0,539. Para os homens não economicamente ativos, o Gini correspondia a 0,353 no meio rural e 0,546 no meio urbano. Para as mulheres economicamente ativas no meio rural esse dado era de 0,45, enquanto no meio urbano era de 0,505, enquanto para mulheres não economicamente ativas no meio rural era de 0,369 e no urbano era de 0,531. Esses valores, se comparados, mostram que para todas as categorias e situações de domicílio, a distribuição de rendimentos entre as mulheres é mais igualitária que entre os homens.

Dimensão 5 – Consumo

Nessa dimensão busca-se avaliar o perfil de consumo estratificado por sexo. Esta informação é importante, pois está associada à qualidade de vida.

Principal fonte: Vigitel – 2011.

Nessa dimensão trabalhou-se apenas com um indicador da Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas), pesquisa feita anualmente pelo Ministério da Saúde em todas as capitais brasileiras. O indicador escolhido corresponde ao consumo de frutas e verduras por respondentes do sexo masculino e feminino. Constata-se que, praticamente em todas as capitais, o consumo desses alimentos, relacionados a boas práticas de saúde, é maior entre as mulheres do que entre os homens. No caso de Porto Alegre, a diferença chega a 13 pontos percentuais, ou seja, é de 43,8% para o sexo feminino e de 30,8% para o masculino.

A figura a seguir mostra esses dados.

Percentual* de adultos (≥ 18 anos) que consomem frutas e hortaliças, cinco ou mais dias por semana, por sexo nas Capitais dos Estados brasileiros e Distrito Federal – 2011

Capitais e DF	Total	SEXO	
		Masculino	Feminino
Aracaju	32,4	24,6	38,8
Belém	22,5	19,2	25,2
Belo Horizonte	37,4	29,6	43,9
Boa Vista	30,5	27,9	33,1
Campo Grande	32,7	27,0	37,8
Cuiabá	28,4	23,0	33,3
Curitiba	37,4	31,3	42,8
Florianópolis	39,1	27,2	49,9
Fortaleza	25,3	21,4	28,4
Goiânia	33,0	28,4	37,1
João Pessoa	37,1	32,2	41,0
Macapá	19,4	17,5	21,3
Maceió	29,8	25,9	33,1
Manaus	23,4	20,9	25,7
Natal	38,3	35,3	40,7
Palmas	33,7	30,1	37,3
Porto Alegre	37,9	30,8	43,8
Porto Velho	25,3	21,7	28,9
Recife	32,6	28,1	36,2
Rio Branco	19,9	15,6	23,8
Rio de Janeiro	30,3	22,9	36,5
Salvador	23,4	20,2	26,0
São Luís	24,3	24,3	24,3
São Paulo	32,2	26,8	37,0
Teresina	28,9	24,9	32,2
Vitória	35,0	28,2	40,8
Distrito Federal	34,4	28,3	39,7

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel à distribuição da população adulta da cidade no Censo Demográfico de 2000 (ver Aspectos Metodológicos). Vigitel: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.
Fonte: Vigitel, 2011.

Dimensão 6 - Educação

A educação das mulheres tem se mostrado a principal alavanca para sua afirmação. Desde a taxa de analfabetismo até os maiores níveis de educação, a mulher apresenta números que se diferem daqueles dos homens. Esta dimensão avalia estas questões, especialmente no que tange à alfabetização e atendimento ao ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Principal fonte: Censos Demográficos IBGE – 1991, 2000 e 2010.

Tomando-se informações contidas nos Censos de 1991, 2000 e 2010, analisou-se comparativamente a situação feminina e masculina nos diversos níveis educacionais, para todos os municípios gaúchos, através dos indicadores de Razão entre Mulheres e Homens Alfabetizados na Faixa Etária de 15 a 24 anos, Razão entre Mulheres e Homens no Ensino Fundamental, Razão entre Mulheres e Homens no Ensino Médio e Razão entre Mulheres e Homens no Ensino Superior.

Percebe-se que, com exceção do indicador referente ao ensino médio, os demais apresentam valores acima de 1,0 para todos os anos, o que denota uma maior participação proporcional das mulheres nos níveis de alfabetizados, de ensino médio e, em especial, do ensino superior, no qual a razão entre mulheres e homens em 2010 era de 1,286. Entretanto, ressalva-se que, simultaneamente, houve uma pequena queda nessa razão, em todos os níveis de educação, entre 2000 e 2010. Há que se acompanhar esses dados e verificar as situações específicas nos municípios e no Estado como um todo.

Dimensão 7 – Participação Social

As reivindicações por maior participação política e social das mulheres têm provocado mudanças em relação a oportunidades e mesmo na composição das pautas e linhas de trabalho relacionadas às desigualdades de gênero. Nessa dimensão, busca-se avaliar a participação formal das mulheres na esfera política.

Principal fonte: Tribunal Regional Eleitoral - Eleições Municipais.

Para essa dimensão, tomou-se como base o indicador que mostra a proporção de mulheres entre os vereadores exercendo mandatos nas Câmaras Municipais no Estado do RS e nos municípios brasileiros como um todo. Verifica-se, na figura abaixo, que a proporção de vereadoras no Estado, para todos os anos analisados, encontrava-se abaixo da média brasileira, embora essa também seja baixa. Desse modo, pelo resultado das últimas eleições (2012), o percentual de mulheres exercendo mandato nas Câmaras Municipais representa apenas 7,40% do total de vereadores no RS.

Proporção de Mulheres Exercendo Mandatos nas Câmaras de Vereadores do
Rio Grande do Sul e Brasil – 1992, 2000, 2008 e 2012

Ano	RS	Brasil
1992	5,10	7,40
2000	10,50	11,60
2008	12,29	12,53
2012	7,40	11,88

Dimensão 8 - Trabalho

A desigualdade em termos de oportunidade no âmbito do trabalho remunerado se expressa através de taxas de desocupação, remuneração média e condições de trabalho. Assim, nessa dimensão, verificam-se as características que conformam a participação do sexo feminino no mercado formal de trabalho.

Principal fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Emprego 2011.

Sobre a proporção de mulheres no mercado formal de trabalho, há uma sinalização de crescimento da participação feminina no total de assalariados, tanto no RS, onde esse percentual foi de 39,2 em 1995 para 44,5 em 2010, como no Brasil, em que os valores foram de 37,4 em 1995 para 41,6 em 2010. Constata-se, portanto, uma participação média mais elevada no Rio Grande do Sul do que no País como um todo, apesar de que no Brasil esse percentual também vem aumentando consistentemente (figura a seguir).

Proporção de mulheres no total de assalariados nos Municípios do Rio Grande do Sul e
Brasil – 1995, 2000 e 2010

Ano	RS	Brasil
1995	39,2	37,4
2000	41,8	39,1
2010	44,5	41,6

Por sua vez, fazendo-se o cruzamento das variáveis escolaridade e sexo dos trabalhadores, verifica-se que, em 2010, aproximadamente 48% das trabalhadoras do setor formal no RS tinham o nível superior completo, enquanto para os homens esse percentual era de 24%. Na outra extremidade, observa-se que apenas 1,25% das mulheres eram analfabetas ou

tinham cursado até o 5º ano do Fundamental. Para os mesmos níveis de educação, os homens apresentavam o percentual de 5,5%.

Trabalhadores, por escolaridade e sexo nos Municípios do RS – 2010

	Sexo do Trabalhador	Analfabeto	5º Completo Fundamental	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior Completo
RS	Total	1633	31321	136139	459498	349120
	Não Informado	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
	Masculino	1415	25733	104698	247205	120131
	Feminino	218	5588	31441	212293	228989
	{n class}	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

Fonte: RAIS, 2010.

3º Eixo: Bem-Estar

Dimensão 9 - Saúde

Questões como saúde materna e atendimento especializado à saúde feminina são vitais. É fundamental a compreensão das peculiaridades da saúde feminina. Assim, são avaliadas questões relacionadas ao atendimento da saúde da mulher através de questões como: mortalidade materna, doenças crônicas na mulher, HIV/AIDS, entre outros aspectos.

Principal fonte: Datasus – Ministério da Saúde - 2010.

No Rio Grande do Sul, a taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos), que era de 40,0 em 1992, passou a 45,0 em 2000 e chegou a 76,6 em 2010. É relevante apontar que em 1992 a taxa no RS estava abaixo da taxa brasileira (51,6), mas em 2010 a taxa média no Estado foi superior à taxa verificada no Brasil (62,5).

Por outro lado, a taxa de incidência de HIV/AIDS entre mulheres, na faixa etária de 15 a 24 anos no Rio Grande do Sul (por 100 mil pessoas) esteve sempre mais alta do que a média brasileira: em 1991 era de 0,3 no RS e de 0,2 no Brasil, passando em 2000 a 2,3 no RS e 1,0 no Brasil, e reduzindo-se para 1,7 no RS e 0,7 no Brasil em 2010.

Outros aspectos verificados nessa dimensão dizem respeito a cuidados preventivos, percepção do próprio estado de saúde e incidência de algumas doenças crônicas. Esses dados foram obtidos apenas para as capitais brasileiras e Distrito Federal - 2011, tendo como fonte a Vigitel, do Ministério da Saúde.

Um primeiro dado que chama a atenção se refere à avaliação realizada por pessoas acima de 18 anos, de ambos os sexos, em todas as capitais do País, sobre seu próprio estado de saúde. Com exceção apenas das cidades de Palmas e de Boa Vista, em todas as demais capitais brasileiras as avaliações negativas sobre o próprio estado de saúde foram mais frequentes entre as mulheres do que entre os homens. Em Porto Alegre, 4,6% das mulheres e 2,2% dos homens avaliaram seu estado de saúde como ruim ou muito ruim (figura a seguir).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Percentual* de adultos (≥ 18 anos) que avaliaram seu estado de saúde como ruim ou muito ruim, por sexo nas Capitais dos Estados brasileiros e Distrito Federal – 2011

Capitais e DF	Total	SEXO	
		Masculino	Feminino
Aracaju	5,3	2,5	7,5
Belém	4,1	2,6	5,3
Belo Horizonte	4,1	3,1	5,0
Boa Vista	4,6	5,2	4,1
Campo Grande	4,4	3,2	5,5
Cuiabá	7,0	3,6	10,0
Curitiba	4,2	3,0	5,2
Florianópolis	4,4	2,6	6,0
Fortaleza	6,0	4,6	7,1
Goiânia	5,9	3,0	8,5
João Pessoa	3,7	2,1	5,0
Macapá	4,6	3,8	5,3
Maceió	7,7	5,5	9,5
Manaus	5,0	4,1	5,8
Natal	4,3	1,7	6,4
Palmas	4,2	5,0	3,5
Porto Alegre	3,5	2,2	4,6
Porto Velho	6,6	5,5	7,6
Recife	7,5	5,8	8,8
Rio Branco	8,4	5,8	6,5
Rio de Janeiro	4,4	2,8	5,7
Salvador	4,9	3,2	6,3
São Luís	6,5	5,9	7,0
São Paulo	3,8	2,4	5,0
Teresina	4,5	2,6	6,1
Vitória	4,2	2,3	5,9
Distrito Federal	6,8	2,3	10,7

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigilat à distribuição da população adulta da cidade no Censo Demográfico de 2000 (ver Aspectos Metodológicos). Vigilat: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.
Fonte: Vigilat, 2011.

Percentual* de adultos (≥ 18 anos) fisicamente inativos**, por sexo nas Capitais dos Estados brasileiros e Distrito Federal – 2011

Capitais e DF	Total	SEXO	
		Masculino	Feminino
Aracaju	18,1	19,7	18,7
Belém	13,3	12,4	14,0
Belo Horizonte	14,4	15,9	13,2
Boa Vista	11,3	11,7	10,9
Campo Grande	15,7	18,7	13,1
Cuiabá	14,6	14,7	14,6
Curitiba	11,2	9,9	12,4
Florianópolis	10,8	11,4	10,3
Fortaleza	14,6	16,3	13,3
Goiânia	12,9	13,1	12,8
João Pessoa	17,8	20,8	15,2
Macapá	17,9	18,3	17,6
Maceió	16,7	18,2	15,3
Manaus	16,2	12,7	19,4
Natal	16,2	19,5	13,5
Palmas	15,8	11,4	20,2
Porto Alegre	13,6	12,3	14,7
Porto Velho	12,4	11,0	13,7
Recife	18,2	18,1	18,2
Rio Branco	17,5	18,4	16,7
Rio de Janeiro	12,5	13,3	11,9
Salvador	14,6	13,2	15,7
São Luís	15,2	15,9	14,6
São Paulo	13,3	13,5	13,1
Teresina	16,9	18,7	15,5
Vitória	12,9	11,9	13,8
Distrito Federal	12,2	9,8	14,3

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigilat à distribuição da população adulta da cidade no Censo Demográfico de 2000 (ver Aspectos Metodológicos). **Indivíduos que não praticaram qualquer atividade física no lazer, nos últimos três meses, e que não realizam esforços físicos intensos no trabalho, não se deslocam para o trabalho ou para a escola a pé ou de bicicleta, perfazendo um mínimo de 10 minutos por trajeto por dia, e que não participam da limpeza pesada de suas casas. Vigilat: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.

Fonte: Vigilat, 2011.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Quanto ao percentual de pessoas fisicamente inativas, o dado mostra que, em Porto Alegre, 14,7% das mulheres e 12,3% se declararam nessa situação. É interessante sublinhar que a categorização de fisicamente inativas da pesquisa da Vigitel abarca “indivíduos que não praticaram qualquer atividade física no lazer, nos últimos três meses, e que não realizam esforços físicos intensos no trabalho, não se deslocam para o trabalho ou para a escola a pé ou de bicicleta, perfazendo um mínimo de 10 minutos por trajeto por dia, e que não participam da limpeza pesada de suas casas” (Vigitel, 2011).

Quanto à realização de exames preventivos, apresenta-se o indicador de percentual de mulheres entre 25 e 59 anos de idade que realizaram exame de citologia oncológica para câncer de colo do útero em algum momento de suas vidas e nos últimos três anos, bem como o percentual de mulheres entre 50 e 69 anos de idade que realizaram mamografia em algum momento de suas vidas e nos últimos dois anos nas capitais brasileiras e Distrito Federal.

Em relação ao exame de citologia oncológica para câncer de colo do útero, em Porto Alegre, o percentual de mulheres que afirma ter realizado esse exame nos últimos três anos é um dos mais altos entre as capitais brasileiras – 87,2, sendo que 92,4% afirmaram já ter feito o exame em algum momento de suas vidas. Quanto à mamografia, 79,9% das porto-alegrenses haviam realizado o exame nos últimos dois anos, e 94,4% em pelo menos alguma vez, estando estes também entre os valores mais altos no cotejo das capitais brasileiras para esse indicador (figuras a seguir).

Percentual* de mulheres (25 a 59 anos de idade) que realizaram exame de citologia oncológica para câncer de colo do útero em algum momento de suas vidas e nos últimos três anos nas Capitais dos Estados brasileiros e Distrito Federal – 2011

Capitais e DF	REALIZAÇÃO DE CITOLOGIA ONCOLÓGICA	
	Em algum momento	Nos últimos 3 anos
Aracaju	76,0	72,7
Belém	79,5	73,3
Belo Horizonte	87,9	81,1
Boa Vista	87,0	82,9
Campo Grande	87,0	82,9
Cuiabá	84,4	77,9
Curitiba	94,6	90,0
Florianópolis	95,3	88,7
Fortaleza	80,4	73,3
Goiânia	84,3	78,5
João Pessoa	76,7	70,8
Macapá	77,2	71,6
Maceió	78,6	67,9
Manaus	80,2	74,7
Natal	79,5	73,1
Palmas	86,6	83,4
Porto Alegre	92,4	87,2
Porto Velho	84,7	78,5
Recife	81,5	76,9
Rio Branco	84,3	77,5
Rio de Janeiro	83,5	77,8
Salvador	79,4	74,4
São Luís	81,6	76,5
São Paulo	96,4	90,4
Teresina	75,2	71,5
Vitória	87,6	84,4
Distrito Federal	82,0	73,7

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel à distribuição da população adulta da cidade no Censo Demográfico de 2000 (ver Aspectos Metodológicos). Vigitel: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Fonte: Vigitel, 2011.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Percentual* de mulheres (50 a 69 anos de idade) que realizaram mamografia em algum momento de suas vidas e nos últimos dois anos, segundo as capitais dos Estados brasileiros e Distrito Federal.

Capitais e DF	Realização de mamografia	
	Em algum momento	Nos últimos 2 anos
Aracaju	92,8	78,1
Belém	74,3	62,1
Belo Horizonte	96,5	81,5
Boa Vista	86,2	67
Campo Grande	88	70,6
Cuiabá	83,1	70,3
Curitiba	91,1	81,7
Florianópolis	95,9	80,9
Fortaleza	81	61,8
Goiânia	92,6	78,2
João Pessoa	84,9	69,2
Macapá	75,5	61
Maceió	89,2	68,3
Manaus	85,3	65,6
Natal	90,3	70,5
Palmas	87,6	69,6
Porto Alegre	94,4	79,9
Porto Velho	82,6	67,1
Recife	86,1	68,9
Rio Branco	71,4	50
Rio de Janeiro	81,3	67,2
Salvador	94,6	82,2
São Luís	83,8	64,4
São Paulo	90,6	78
Teresina	90,3	77,4
Vitória	96,3	85,9
Distrito Federal	85,7	69

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel à distribuição da população adulta da cidade no Censo Demográfico de 2000 (ver Aspectos Metodológicos).

Vigitel: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.

Fonte: Vigitel, 2011.

Relativamente a doenças crônicas, foram utilizados dados sobre diabetes e hipertensão arterial para ambos os sexos.

Sobre a diabetes, observa-se que Porto Alegre é a segunda capital brasileira com a maior taxa reportada de mulheres com diabetes no Brasil (7,0%). Para os homens porto-alegrenses, essa percentual é de 5,5 (figura abaixo).

Percentual* de adultos (≥ 18 anos) que referem diagnóstico médico de diabetes, por sexo nas Capitais dos Estados brasileiros e Distrito Federal – 2011

Capitais e DF	Total	SEXO	
		Masculino	Feminino
Aracaju	5,6	4,2	6,9
Belém	5,3	4,6	5,8
Belo Horizonte	5,5	4,1	6,6
Boa Vista	4,6	5,0	4,1
Campo Grande	5,8	4,4	7,1
Cuiabá	5,2	4,2	6,1
Curitiba	4,7	3,2	6,0
Florianópolis	5,9	5,5	6,2
Fortaleza	7,3	8,3	6,5
Goiânia	4,1	4,1	4,2
João Pessoa	4,7	3,5	5,7
Macapá	5,3	5,2	5,3
Maceió	5,5	3,8	6,9
Manaus	4,2	3,4	5,0
Natal	5,8	5,0	6,4
Palmas	2,7	1,9	3,6
Porto Alegre	6,3	5,5	7,0
Porto Velho	4,3	3,6	4,9
Recife	5,8	4,4	6,9
Rio Branco	4,9	5,1	4,7
Rio de Janeiro	6,2	7,3	5,3
Salvador	5,5	5,0	5,9
São Luís	4,7	5,7	3,8
São Paulo	5,9	5,4	6,4
Teresina	5,0	4,8	5,1
Vitória	7,1	5,3	5,6
Distrito Federal	4,7	3,8	5,6

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel à distribuição da população adulta da cidade no Censo Demográfico de 2000 (ver Aspectos Metodológicos). Vigitel: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.

Fonte: Vigitel, 2011.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

A hipertensão arterial também é significativa nos diagnósticos médicos na capital gaúcha: 27,4% das mulheres e 23,6% dos homens em Porto Alegre responderam terem sido diagnosticados com esse problema de saúde (figura a seguir).

Percentual* de adultos (≥ 18 anos) que referem diagnóstico médico de hipertensão arterial, por sexo nas Capitais dos Estados brasileiros e Distrito Federal – 2011

Capitais e DF	Total	SEXO	
		Masculino	Feminino
Aracaju	23,3	21,1	25,1
Belém	19,9	19,5	20,2
Belo Horizonte	22,4	19,1	25,3
Boa Vista	17,0	15,6	18,4
Campo Grande	24,0	23,9	24,1
Cuiabá	21,4	21,0	21,8
Curitiba	22,0	19,5	24,2
Florianópolis	18,7	18,3	20,8
Fortaleza	17,3	14,3	19,8
Goiânia	21,1	20,1	21,9
João Pessoa	21,0	18,1	23,4
Macapá	19,0	16,8	21,0
Maceió	22,2	19,1	24,8
Manaus	18,6	15,4	21,6
Natal	24,9	20,8	28,2
Palmas	12,9	13,1	12,7
Porto Alegre	25,7	23,6	27,4
Porto Velho	16,8	12,9	20,6
Recife	26,1	21,0	30,3
Rio Branco	21,0	19,6	22,2
Rio de Janeiro	29,8	23,9	34,7
Salvador	21,2	18,1	23,8
São Luís	17,7	16,0	19,1
São Paulo	22,5	19,6	24,9
Teresina	20,7	19,6	21,5
Vitória	25,0	22,6	27,1
Distrito Federal	20,2	16,9	23,2

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel à distribuição da população adulta da cidade no Censo Demográfico de 2000 (ver Aspectos Metodológicos). Vigitel: Vigilância e Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.
Fonte: Vigitel, 2011.

Finalmente, quanto à situação de fumantes, verifica-se que Porto Alegre é a capital brasileira com o mais alto percentual de fumantes no Brasil: 20,9% das mulheres e 24,6% dos homens declaram o uso de fumo (figura abaixo).

Percentual* de adultos (≥ 18 anos) fumantes, por sexo nas Capitais dos Estados brasileiros e Distrito Federal – 2011

Capitais e DF	Total	SEXO	
		Masculino	Feminino
Aracaju	9,4	15,6	4,3
Belém	12,5	19,3	6,6
Belo Horizonte	15,6	20,1	11,7
Boa Vista	13,0	18,1	8,0
Campo Grande	13,2	18,8	8,1
Cuiabá	16,1	21,7	11,1
Curitiba	20,2	24,4	16,5
Florianópolis	14,3	17,5	11,5
Fortaleza	10,3	13,5	7,7
Goiânia	11,0	16,0	6,7
João Pessoa	9,4	13,5	6,0
Macapá	10,9	14,9	7,2
Maceió	7,8	10,9	5,3
Manaus	11,9	16,7	7,5
Natal	11,4	17,8	6,2
Palmas	12,5	16,4	8,6
Porto Alegre	22,6	24,6	20,9
Porto Velho	16,6	21,8	11,4
Recife	12,3	13,1	11,7
Rio Branco	14,5	21,0	8,6
Rio de Janeiro	14,1	15,5	12,9
Salvador	8,6	10,6	6,8
São Luís	13,2	21,6	6,2
São Paulo	19,3	22,2	16,8
Teresina	15,3	19,2	12,1
Vitória	11,2	15,2	7,8
Distrito Federal	13,5	14,2	12,8

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel à distribuição da população adulta da cidade no Censo Demográfico de 2000 (ver Aspectos Metodológicos). Vigitel: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico.
Fonte: Vigitel, 2011.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ

SISTEMA ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ: INSTRUMENTO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO

O Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã (SISPARCI) foi criado com o intuito de articular melhor as diversas iniciativas democráticas e de qualificar o diálogo entre o Estado e a sociedade. Esse Sistema visa proporcionar, como sugere o nome, uma visão sistêmica dos processos participativos, levando em conta o todo e as partes das políticas públicas e das responsabilidades do Estado, de modo a permitir boas análises, interferências mais qualificadas, diminuição de sobreposições e registro organizado das manifestações da cidadania. A visão e o pensamento sistêmicos são a capacidade de identificar as ligações entre os diferentes fatos, supondo a interdisciplinaridade e a complementaridade e, assim, encontrar as soluções mais apropriadas para as necessidades da cidadania.

Criado por Decreto em 2012, foram implementadas novas medidas em 2013 para o funcionamento do Sistema. O Decreto 50.336, de 21 de maio de 2013, criou um Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de elaborar proposta de Regimento Interno para o funcionamento do Comitê Gestor Paritário do Sistema. É constituído por cinco pessoas, representantes de diversos setores que integrarão o Comitê Gestor. A tarefa do GT está sendo desenvolvida junto com a Escola de Planejamento da Secretaria do Planejamento. É uma escola que tem o objetivo de desenvolver a cultura do aprendizado contínuo e permanente, por meio de uma rede colaborativa que promova, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento profissional dos servidores e o aprimoramento da instituição.

Enquanto isso, os setores que integram o Sistema atuaram intensamente, sendo suas principais ações destacadas na sequência.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que integra o Eixo Diálogos Sociais do Sistema de Participação, destaca o efeito do diálogo no cotidiano dos gaúchos e das gaúchas. A contribuição oferecida por esse diálogo plural, na retomada do crescimento do Estado, se deu através de uma série de programas e ações, como os oito Diálogos sobre o novo modelo de pedágio, elaboração de propostas ao Passe Livre Estudantil, enfrentamento à corrupção nas estruturas públicas, recomendação da criação de um conselho para acompanhar o crescimento da indústria oceânica no Estado e propor políticas públicas que garantam o desenvolvimento equilibrado e sustentável da Região Sul. O Conselho é, por excelência, o espaço de diálogo de iguais, não de vencidos e vencedores, onde se promove a construção conjunta de políticas de Estado que supera o debate paroquial e a estagnação. É um ambiente de trânsito de ideias, de reconhecimento das diferenças e da busca de consensos.

O Gabinete Digital é um dos principais instrumentos do Eixo Participação Digital do Sistema de Participação e que exerceu papel fundamental no diálogo com os setores que participaram das chamadas Jornadas de Junho. No auge dos protestos que tomavam as ruas do País, uma audiência digital reuniu manifestantes para uma conversa aberta com o governador, na qual foram feitas críticas e solicitadas respostas às demandas das ruas. Uma semana depois, em outro diálogo transmitido ao vivo pela internet, foi anunciado o passe livre estudantil, inicialmente destinado ao transporte intermunicipal na Região Metropolitana e que depois atingiria todo o Estado.

O ano de 2013 foi de consolidação do diálogo para o Gabinete Digital, com os movimentos em rede e a sociedade como um todo. Da citação na revista britânica *The Economist* como referência de participação em rede ao lançamento e consolidação da ferramenta De Olho nas Obras. Dentro do Programa Governo Escuta, foram realizadas sete edições, com participação de dois ministros (Saúde e Políticas para as Mulheres), além de pesquisadores, ativistas, jornalistas, gestores públicos, entre outros. A Reforma Política e o Plano Estadual da Cultura foram submetidos a consultas públicas digitais em 2013. Também foi lançado o livro Gabinete Digital: análise de uma experiência, como decorrência do encontro do Observatório de Democracia em Rede. Ainda, foram assinados dois Protocolos de Intenções, com a Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo e a Secretaria-Geral da Presidência da República, com vistas à troca de conhecimentos e à parceria na execução de projetos.

A elaboração participativa do orçamento anual do Estado, que integra o eixo das Decisões Orçamentárias, novamente ocupou lugar de destaque entre os instrumentos democráticos utilizados. Foram quatro meses de intensos debates que, nas três primeiras fases, reuniram 90 mil pessoas e, na última, a Votação de Prioridades, tiveram a participação de 1.125.000 pessoas, representando mais de 12% dos eleitores gaúchos. Esse ciclo orçamentário anual, ao se repetir há vários anos, sob o comando da Coordenação Estadual da Participação Popular e Cidadã, que tem como peça orientadora o seu Regimento Interno aperfeiçoado ano a ano, constitui-se em método consagrado de discussão e definição de uma parte do orçamento público estadual, com suas audiências regionais, assembleias municipais, eleição de delegados municipais e regionais e votação aberta para todos eleitores no momento final do processo. A sua consistência permitiu, inclusive, pela primeira vez, a realização de uma consulta sobre a Reforma Política dentro da mesma cédula utilizada para a consulta sobre o orçamento do Estado. O tema da Reforma Política estava nas ruas, através das manifestações que se espalharam por todo o País.

Os Conselhos Estaduais de Direitos e de Políticas Públicas estiveram ativos, e foram realizadas 11 conferências estaduais, antecedidas de conferências ou fóruns municipais. São elas: das Cidades, da Educação, do Idoso, da Igualdade Racial, da Cultura, da Assistência Social, do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, de Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, do Meio Ambiente, de Arranjos Produtivos Locais e de Trânsito. Nesse item, que integra o eixo dos Diálogos Sociais do Sistema de Participação, cabe destacar a criação dos Conselhos Comunitários (COREPEs), da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), uma empresa pública vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística. Os COREPEs, organizados por Praça de Pedágio, são coordenados pela EGR e terão como finalidade acompanhar a gestão e a definição de prioridades das rodovias pedagiadas e administradas pela EGR, instituindo uma forma de controle sobre os governantes, sobre o Estado. Neste momento, são oito COREPEs, formados por representações dos diversos segmentos das comunidades residentes nos trechos das rodovias pedagiadas, organizados conforme divisão territorial dos Conselho Regionais de Desenvolvimento (COREDEs).

A vitalidade dos mecanismos democráticos que compõem o Sistema de Participação pode ser ilustrada através da participação nos acontecimentos das ruas, a partir de junho, utilizando três instrumentos democráticos. O Gabinete Digital teve o primeiro contato com os manifestantes através de suas plataformas, que permitiram diálogo quase que naturalmente com os manifestantes. E, entre 3 e 19 de julho, o Gabinete Digital realizou uma consulta sobre a Reforma Política, com a participação, em 16 dias, de 181.759 votos, 11 mil votos por dia, em média.

Outra consulta foi realizada junto com o processo de discussão e decisão do orçamento do Estado, através da Participação Popular e Cidadã. Convidados a responder quatro questões, teve a significativa participação de 540 mil votantes, de um total de 1.125.000 cidadãos. Sobre a questão “Sou a favor de realizar uma Reforma Política”, 94% dos participantes se manifestaram a favor. Em outra questão, 61% entenderam que a Reforma Política devia ser feita por uma constituinte exclusiva. E que o tema que se considera o mais importante é “maior participação da população nas decisões públicas”.

Os resultados das consultas foram encaminhados ao Congresso, no dia 9 de setembro, durante o Seminário Crise da Representação e Renovação da Democracia, realizado no Palácio Piratini.

Por último, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social debateu e sugeriu, após as mobilizações de rua, propostas ao Passe Livre Estudantil, o legado da Copa de 2014, a política de segurança nas manifestações e o enfrentamento à corrupção nas estruturas públicas.

Para avaliar nossas iniciativas, o Estado recebeu o Prêmio das Nações Unidas para o Serviço Público, em junho de 2013, pela criação do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã, cuja cerimônia ocorreu no Reino do Bahrein – Oriente Médio. É, como explica a ONU, “o prêmio das Nações Unidas ao Serviço Público de maior reconhecimento internacional à excelência no serviço público. O Prêmio recompensa as contribuições criativas das instituições do serviço público para melhorar a eficiência da administração pública dos países de todo mundo. Através de um concurso anual, o Prêmio das Nações Unidas tenta promover o papel, a profissionalização e a visibilidade do serviço público”.

REALIZAÇÕES DO GOVERNO

REALIZAÇÕES DO GOVERNO EM 2013

Administração e Recursos Humanos

A **Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH)** tem como competências: a gestão da política de compras e a realização de procedimentos licitatórios; as políticas de gestão dos recursos humanos; a gestão documental; a gestão da organização administrativa; a administração do patrimônio, do transporte oficial e do Centro Administrativo do Estado; a administração de serviços gráficos; o atendimento e a administração de atividades de trânsito; a previdência e assistência social aos servidores e seus dependentes; bem como desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação de recursos humanos.

Fazem parte da estrutura da SARH as seguintes instituições vinculadas: a **Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)**, que administra os serviços gráficos do Estado; a **Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FDRH)**, responsável pelo desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação dos recursos humanos; o **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)**, responsável pela previdência e assistência social ao servidor público e seus dependentes; e o **Departamento Estadual de Trânsito (DETRANRS)**, que realiza a prestação do atendimento e a administração das atividades de trânsito no Estado.

Foram desenvolvidas pela SARH, durante o ano de 2013, as seguintes ações:

Reestruturação da Central de Compras (CECOM)

A Central de Compras (CECOM) foi reestruturada, tendo sua denominação alterada para Subsecretaria da Administração Central de Licitações (CELIC). Foram treinados 140 servidores em cursos sobre Licitações e Pregão Eletrônico.

O Estado do Rio Grande do Sul implantou, em abril de 2011, o Programa Fornecer, que objetiva oportunizar aos micro e pequenos empreendedores do campo e da cidade, fornecerem seus produtos ao Governo do Estado. Entre outras medidas, o Programa instituiu exclusividade nas contratações, cujo valor não ultrapasse os R\$ 80 mil, para micro e pequenas empresas.

Desenvolvido e executado pela CELIC/SARH, o Programa conta com o apoio técnico do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RS) e tem como parceiras as Secretarias de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE); de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI); de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR); da Segurança Pública, por meio da Superintendência dos Serviços Penitenciários; e do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas.

Em 2013, o Programa Fornecer – Compras Públicas para Micro e Pequenas Empresas (MPes) se consolidou como política pública por meio das compras governamentais. O trabalho desenvolvido e os resultados obtidos sustentaram o entendimento de que licitar não se restringe ao suprimento de uma demanda governamental, mas engloba objetivos como a

distribuição de renda, o fomento às economias locais e o incentivo ao investimento e à geração de emprego por meio da contratação de MPEs – que respondem por aproximadamente 99% das empresas existentes e cerca de 60% dos empregos formais no Brasil.

Seguem alguns dos resultados do ano de 2013:

- a) Sucesso nos certames: o percentual de sucesso dos pregões presenciais na última etapa foi de 100%, ou seja, nenhum pregão foi deserto ou fracassado, demonstrando assim o grau de maturidade conquistado junto aos empresários locais;
- b) Total de recursos distribuídos em 2013: R\$ 71,8 milhões através dos pregões; e R\$ 2 milhões em concorrências.
- c) Total economizado em 2013: mais de R\$ 26,8 milhões
- d) Número de licitações: 645 pregões e 26 concorrências
- e) Empresas participantes (pregões): 235 micro e pequenas empresas e 10 médias ou grandes empresas.
- f) Inserção na mídia espontânea regional: ao menos 52 veículos de comunicação.
- g) Inserção na mídia paga (campanha institucional pelo SEBRAE/RS em dez/13): 14 jornais em 10 cidades, incluindo a capital (Correio do Povo e Zero Hora).

Dessa forma, a democratização das compras governamentais continuará a ser o norte da gestão do Programa Fornecer e das demais licitações realizadas pela CELIC, fazendo com que todos os segmentos da economia tenham acesso às compras governamentais.

Programa de Gestão do Patrimônio do Estado (Otimizar)

Capitaneada pela política proposta pelo Governo do Estado para solucionar os problemas relacionados aos imóveis considerados sem utilidade, a SARH criou o Programa de Gestão do Patrimônio do Estado (Otimizar). O Programa pretende realizar a modernização e racionalização da gestão do patrimônio estadual, em sincronia com as ações de sustentabilidade financeira do Estado. O trabalho consiste em planejar a utilização dos bens e imóveis de forma integrada entre todas as instâncias da administração direta e indireta.

São cinco frentes de trabalho: modernização do sistema de controle de gestão do patrimônio móvel e imóvel; implantação de um programa de vendas de imóveis; atualização do cadastro de bens imóveis; destinação, racionalização e aperfeiçoamento dos imóveis, quanto ao seu uso e finalidade; e, por fim, criação de uma rede de parceria de monitoramento e fiscalização de bens móveis e imóveis do Estado.

O Programa conta com o aporte de R\$ 23 milhões do Banco Mundial (BIRD) e os valores arrecadados com a venda dos imóveis são revertidos integralmente para o Fundo de Gestão do Patrimônio (FEGEP). Essa verba será usada para investimento em manutenção e compra de novos imóveis com utilidade para a estrutura da Administração Estadual. Com essa medida, o

Estado terá a desoneração da obrigação de vigilância e gastos com manutenção dos bens inservíveis, gerando economia aos cofres públicos.

Os resultados dos primeiros lotes de imóveis colocados à venda, todos sem utilidade para o Estado e geradores de despesa, foram bastante positivos. Através das concorrências públicas dos imóveis foi arrecadada a quantia de R\$ 3,8 milhão.

A SARH está implementando ações de modernização da gestão e controle do patrimônio móvel do Estado. Em 2013, foi firmado novo contrato para fornecimento e gestão de combustíveis da frota de veículos oficiais, gerando economia na ordem de R\$ 1,7 milhões e está previsto para 2014 a implantação de GPS na frota oficial, com base no projeto piloto realizado em 35 veículos no ano de 2013.

Política de Valorização do Servidor e da Servidora

A Política de Valorização do Servidor e da Servidora é uma iniciativa coordenada pela SARH, em parceria com a Casa Civil, o Instituto de Previdência do Estado (IPERGS) e as Secretarias da Segurança Pública, da Educação e da Saúde.

Também foram qualificados 372 servidores em cursos de Gestão Pública, Gestão Eletrônica de Documentos, Implementação de Projetos financiados pelo Banco Mundial e Gestão do Trabalho e Saúde Mental, projeto piloto que informatiza no RHE, a avaliação pericial.

No que diz respeito ao magistério, foi implantado um processo eletrônico de ingresso, que reduziu o tempo e a burocracia do processo e também o tempo para recebimento do primeiro provento, que chegava a ser de mais de seis meses.

Destacam-se o Programa de Valorização e Atenção à Saúde Física e Mental dos Servidores e Servidoras (ProSer) e o Comitê de Diálogo Permanente (CODIPE).

O ProSer prevê ações de melhoria na qualidade dos processos de trabalho em relação às condições e à organização das funções, por meio de diagnóstico, avaliação, intervenção e monitoramento. Visa acolher aqueles que apresentem dificuldades físicas e/ou psíquicas para desenvolver suas atribuições (com quatro Núcleos de Saúde implantados); promover a saúde e a prevenção do sofrimento físico, psíquico e emocional; atender e intermediar o atendimento na rede pública de saúde para os casos crônicos e agudos que demandem intervenção; prever as situações envolvendo aspectos ambientais de trabalho; assessorar e capacitar as chefias com vistas à prevenção ao assédio moral e demais formas de sofrimento no trabalho, bem como encaminhar as questões relacionadas aos aspectos comportamentais e subjetivos que possam interferir no desenvolvimento das funções do servidor.

O CODIPE é um instrumento de interlocução do governo com os servidores públicos, através de suas entidades representativas, visando ao estabelecimento de diretrizes gerais que norteiem a construção de políticas para o funcionalismo estadual.

Participam do CODIPE: SARH, SEFAZ, Casa Civil, Secretaria-Geral de Governo, SEPLAG, Educação, Saúde, Segurança Pública e Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Pelos servidores,

estão convidadas 45 entidades representativas (entre sindicatos, associações e federações). Cabe à SARH exercer a secretaria executiva do Comitê. As reuniões ordinárias são mensais e podem ser convocadas, extraordinariamente, fazendo parte do Sistema de Participação Popular do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O CODIPE discute políticas de remuneração – salários, planos de carreira, vantagens, etc. – e também outros elementos como: formação, qualificação do funcionalismo, qualidade dos serviços públicos, avaliação de desempenho, condições de trabalho, receita, despesa e orçamento.

Gestão

Consolidação do Planejamento Estratégico e incremento de novas ferramentas de gestão como a Sala de Gestão, no âmbito da Secretaria em 2013.

Na esteira dos instrumentos de gestão foram realizados os mapeamento e o redesenho de 28 processos de trabalhos no DEAPE, departamento que abriga o Projeto Estratégico Gestão de Ativos, bem como o desenvolvimento de metodologias e a reengenharia de processos.

Além disso, foram concluídos dois módulos no Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE) – Estágio Probatório e Promoções. A previsão é que o terceiro módulo – Concurso – seja concluído no final do ano de 2014. Esse trabalho contribuiu para a padronização e sistematização dos processos de trabalho, eliminando os sistemas/controles paralelos e auxiliando na Gestão de Recursos Humanos.

Dentro do Programa de Política de Valorização do Servidor Público o DEARH trabalhou no ingresso de 13.000 servidores públicos através da realização de concurso. Foram analisados editais de contratações emergenciais e concursos públicos. Esse estudo foi realizado junto com a Casa Civil através de grupos de discussões e análise do tema.

A SARH realizou Curso de Gestão Pública e Organização Arquivística, promovido pelo Arquivo Público do Estado do RS (APERS), órgão gestor do Sistema de Arquivos do Estado (SIARQ/RS), capacitando 58 servidores de diversas secretarias e que atuam nos setores de protocolo e arquivo.

A **Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG)** é uma sociedade anônima, de economia mista, vinculada à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH). Sua missão é executar serviços gráficos, em geral, e atividades correlatas, nomeadamente, a edição e publicação do Diário Oficial do Estado.

As ações desenvolvidas pela empresa estão pautadas nos seguintes valores:

Gestão de Qualidade – buscar o aumento da satisfação e da confiança dos clientes, bem como da produtividade; a redução dos custos internos; a melhoria da imagem e dos processos de modo contínuo e o acesso a novos mercados.

Humanização nas Relações de Trabalho – construir um relacionamento capaz de conquistar e envolver as pessoas no processo de trabalho, entendendo as suas necessidades e envolvendo-as num ambiente de satisfação que impulsionam a produtividade e a criatividade.

Transparência pública – contribuir para o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento da cidadania.

Compromisso Social – preservar os recursos ambientais e culturais para as futuras gerações, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

No ano de 2013, destaca-se a elaboração do planejamento estratégico da Empresa, a implementação do programa de modernização/adequação infraestrutural e de novas políticas de gestão, visando colocar a empresa em condições de enfrentar os desafios do futuro, permanecendo como um valor social no âmbito da administração pública estadual (17 projetos em execução e quatro concluídos).

No que diz respeito à área de recursos humanos, a CORAG conseguiu a aprovação de seu Plano de Empregos, Cargos e Salários e foi realizado um concurso público para o provimento de 112 novos empregos.

A Empresa manteve a certificação de Gestão de Qualidade ISO 9001:2008 para o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, alcançando a mesma certificação para a Unidade de Impressão de Documentos Veiculares. Está entre suas metas para o ano de 2014, a certificação das Unidades Talão do Produtor e Diário Oficial do Estado.

Foram ampliadas as ações de responsabilidade social, sendo aplicado o percentual máximo exigido pelo Decreto nº 5.598/2005, (15%), no Programa Jovem Aprendiz, oportunizando, assim, a 20 jovens entre 14 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, a formação profissionalizante.

Por meio de parceria com a Fundação Projeto Pescar, foram acolhidos e formados 17 jovens entre 16 e 19 anos, também em situação de vulnerabilidade social, em curso de iniciação em serviços gráficos.

A CORAG estabeleceu como prioridade para o exercício de estágio educativo na Companhia, os egressos do Projeto Pescar e os jovens advindos dos Territórios de Paz.

Foram admitidos, no ano de 2013, 35 egressos do sistema penitenciário, por meio de convênio de cooperação técnica e protocolo de ação conjunta com Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (FAESP) e Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEP), respectivamente, propiciando condições para a sua reinserção social.

Do resultado do exercício de 2013, foi repassado ao acionista majoritário (Estado do Rio Grande do Sul), entre lucros e dividendos, o valor de R\$ 23.921.087,88.

A **Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)** alcançou, em 2013, resultados expressivos que consolidam um processo de reestruturação e desenvolvimento para atender suas três áreas: formação continuada, gestão de estágios e concursos públicos.

A Fundação promoveu a recuperação dos meios (reforma no prédio, instalação de sistemas de controle e gestão) e o investimento nos servidores (formação interna, desenho de processos, novo plano de empregos, funções e salários com reajustes que chegam a 47,86%).

Embora o ano de 2013 tenha apresentado um decréscimo na receita orçamentária de recursos próprios na ordem de 9,27% em relação ao ano de 2012, a CORAG manteve a inovação, a ampliação e a qualidade dos serviços oferecidos em parceria com Instituições de Ensino Superior para o pleno atendimento da formação dos servidores públicos estaduais, da gestão de estágios e dos concursos públicos.

Na área de formação continuada, destinada aos servidores públicos estaduais, municipais e agentes sociais, a Rede Escola de Governo foi consolidada, beneficiando mais de 15.449 mil alunos, oriundos de cerca de 300 municípios gaúchos. Ao apostar em um formato em rede, a FDRH vem desenvolvendo em parceria com as universidades públicas e comunitárias, programas de formação continuada destinados a formar recursos humanos da administração pública e da sociedade civil, para desenvolver e executar projetos estratégicos nas mais diferentes áreas, abrangendo inúmeros temas. Ao todo, 32 instituições de ensino superior fazem parte da Rede. Esse é um modelo inovador, inédito no País.

As ações de ensino são compostas por cursos de pós-graduação, de extensão, seminários e oficinas. Entre 2011 e dezembro de 2013, foram concluídos ou estavam em andamento, 115 extensões, 91 eventos (entre seminários, oficinas e aulas especiais), 5 cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD) e 7 especializações. Ao todo 15.449 pessoas foram beneficiadas pela Escola de Governo.

A FDRH intensificou o investimento em pesquisa. Com investimento de R\$ 250 mil, lançou edital de pesquisa em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do RS (FAPERGS), a fim de incentivar trabalhos sobre ciência, tecnologia e inovação em Gestão Pública. Dezoito projetos, de nove universidades parceiras da Rede Escola de Governo, foram contemplados.

Na gestão de estágios, a FDRH encerrou 2013 com mais de 10 mil estagiários com contrato ativo e, entre suas muitas conquistas, construiu novas sistemáticas de recrutamento e seleção com o objetivo de garantir transparência, universalidade e isonomia. Vinculada a uma política de juventude, também vem construindo iniciativas de benefícios e conveniências para os estagiários, com descontos de 10% nos cursos do SENAC-RS, além de linha especial de crédito BANRISUL, com 100% de financiamento para aquisição de produtos de informática, a ser quitada em até dois anos.

A remodelação do setor de concursos garante maior segurança e agilidade na execução dos certames. Em 2013, foram atendidos 104.038 candidatos, embora tenha diminuído em comparação a 2012, houve aumento no número de órgãos para os quais a FDRH realizou concursos, passando de dez concursos, em 2012, para 15, em 2013. Destacamos a realização dos

concursos públicos para o magistério gaúcho. A seleção inédita e criteriosa testou o conhecimento em 131 diferentes habilitações, com a elaboração de 68 provas.

O **Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)** é uma autarquia vinculada à Secretaria de Administração e Direitos Humanos (SARH), responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários, administrando a assistência à saúde dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Criado pelo Decreto 4.842, de 08/8/1931, o IPERGS completou 82 anos em 2013. Ao longo das últimas décadas do século XX, a partir dos mandamentos constitucionais, sucessivas modificações na legislação foram promovendo a transição para que o IPERGS se tornasse o gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Através da Lei 12.395/05, houve a reestruturação do Instituto em seu nível hierárquico superior, buscando dotar a autarquia de melhores condições para gerir suas duas áreas de atuação: saúde e previdência.

A partir desse processo, o IPERGS empreende considerável esforço para modernizar-se e dar resposta às suas novas responsabilidades. Recuperando seu quadro de servidores, sua estrutura física, sua área de atendimento ao público e seus processos administrativos. Estão entre as principais realizações e atividades desenvolvidas pelo IPERGS, no ano de 2013:

Criação da Nova Logomarca

A marca do Instituto foi reformulada. O mapa do RS foi utilizado como forma orgânica, lembrando o caráter humano da instituição. O traço cíclico se refere tanto à troca entre o Estado e a Sociedade, quanto ao bem estar do usuário e sua importância para a máquina estatal.



Fundo Previdenciário (FUNDOPREV) e suas alterações

Através da Lei Complementar nº 13.758/11, alterada pela lei Complementar nº 14.016 aprovada no mês de junho de 2012, ampliou-se o passo dado para a garantia da sustentabilidade financeira da previdência. A segregação de massas estabelecida pela Lei permitirá um progressivo equilíbrio do RPPS do Estado do Rio Grande do Sul, iniciando um processo de superação do histórico déficit do sistema previdenciário. A partir da aprovação dessa Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul passou a ser organizado e financiado mediante dois sistemas, sendo um de repartição simples e outro de capitalização, na forma disposta na Lei Complementar, tendo por determinação do Governador a criação de dois Grupos de Trabalho que estão disciplinando as referidas Leis. Atualmente são 15 mil servidores que participam do fundo e o mesmo possui reserva de noventa e cinco milhões de reais (R\$ 95.000.000).

Organização do CONAPREV

Nos dias 03 e 04 de outubro, o IPERGS organizou a 8ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (CONAPREV), em Gramado/RS. O encontro discutiu diversos temas relacionados à previdência, tais como a legislação previdenciária, o combate às fraudes, indicadores previdenciários, experiências na busca do equilíbrio financeiro e atuarial, sendo este um espaço de troca de experiências entre os gestores. O evento contou com as presenças do presidente do CONAPREV e secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social (MPS), Leonardo Guimarães, do Secretário de Previdência Complementar do MPS, Jaime Mariz Junior, dos conselheiros de todos os estados e, ainda, dois representantes municipais de cada região do país.

Projeto Módulo de Pensões/RHE

Este é o maior projeto em andamento no IPERGS, tendo iniciado as suas atividades em agosto de 2013 e com previsão de término ao final de 2014. O projeto contempla a migração e a implantação do Sistema RHE para a gestão de pensões previdenciárias do Estado. A nova solução, que substitui o antigo sistema API, com 20 anos de trabalhos prestados para o Estado, garantirá maior agilidade na tomada de decisões, base de dados única integrada ao RH do Estado, aprimoramento do controle de dados e eliminação de retrabalho. O prazo de migração para o novo sistema é de 18 meses, beneficiando em torno de 47 mil pensionistas do Estado. O sistema RHE possui ferramentas que irão aprimorar os processos de monitoramento e controle, gerando maior consistência nas auditorias e também nos resultados. Firmou-se uma parceria entre o IPERGS e Secretaria de Fazenda do Estado para a construção deste projeto, sendo a implantação conduzida pela PROCERGS com recursos significativos do IPERGS e do Banco Mundial.

Núcleo de Atendimento da Previdência

Implantação e consolidação de núcleo especializado em previdência no suporte de atendimento ao público. Depois de o usuário receber o primeiro atendimento junto à Central de Atendimento do IPERGS sem que haja uma resolução de sua demanda, este núcleo faz o atendimento por se tratar de assuntos que exigem um grau de conhecimento maior em relação à questão previdenciária na gestão do benefício de pensão por morte.

Reformulação da RDO

A construção dinâmica das RDO - Relação de Documentos Obrigatórios - permitiu uma facilidade na manutenção, na construção e no entendimento das relações de documentos necessários para os requerentes se habilitarem junto ao IPERGS ao benefício de pensão por morte nos seus diversos tipos de dependência. Saiu-se de um sistema que usava mais de 150 modelos de RDOs, para uma outra estrutura, que utiliza um total de dez tabelas, que dão o suporte necessário para o sistema montar de forma dinâmica a RDO.

Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (PROPREV)

Adesão ao programa PROPREV - Segunda Fase, que tem o propósito de apoiar técnica e financeiramente os Entes Federativos possuidores de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. O IPERGS foi selecionado, dentre os apoios a serem oferecidos aos entes, com equipamentos de informática (servidor de rede/arquivo, microcomputador, etc.) e da assistência técnica que será efetuada por intermédio de servidores do Ministério da Previdência Social (MPS) e por empresa de consultoria contratada pelo MPS, com o propósito de oferecer alternativas de fontes de financiamento e de amortização dos déficits técnicos, bem como realizar treinamentos, visando à melhoria da gestão.

Interligação do Sistema de Óbitos

Interligação dos sistemas informatizados do IPERGS, API e SBI, com os sistemas de óbitos SCO Estadual e SISOB Nacional e interligação com o sistema SMH do IPERGS. Oficiou-se ao Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do RS, do interesse do IPERGS em participar da Central de Buscas e Informações do Registro Civil de Pessoas Naturais do Rio Grande do Sul (CRC) para fins de consulta on-line do banco de dados de óbitos.

Assinatura Termo de Cooperação Técnica com FEE

O IPERGS e a Fundação de Economia e Estatística (FEE) assinaram um acordo de cooperação técnica para desenvolver o Indicador de Desempenho Previdenciário (IDP). A iniciativa é pioneira no País e dará condições de compor séries históricas, inicialmente voltadas para o FUNDOPREV, fundo de previdência dos novos servidores públicos estaduais criado em 2011. O trabalho contará com o suporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além da Assessoria Atuarial do Instituto e da equipe de pesquisa no campo da FEE. O acordo prevê, ainda, acesso aos dados e espaços de trabalho do IPE, resguardado eventuais questões sigilosas, confidenciais e/ou estratégicas, que dependerão de previa solicitação e análise por parte do Instituto. As atividades de pesquisa deverão resultar em eventos como seminários, congressos e em produtos acadêmicos como artigos, teses e dissertações, com recomendações estratégicas e desenvolvimento tecnológico aplicado em previdência pública.

Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o TCE

O IPERGS e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) firmaram termo de cooperação técnica que permite acesso a dados informatizados. As informações – que serão repassadas com a manutenção do grau de confidencialidade e o sigilo fiscal – serão utilizadas para que o TCE desempenhe suas atividades de controle externo, auditoria e supervisão da Previdência Social. Entre os benefícios do acordo estão a agilização da análise dos processos, o cruzamento de dados e a preparação para a adoção do processo eletrônico.

Cooperação Técnica com UFCSPA

No final de 2012, o IPERGS e a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) firmaram convênio nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O acordo prevê uma série de ações conjuntas, como a possibilidade do acesso de pesquisadores ao banco de

dados do Instituto. É objetivo qualificar ainda mais os serviços prestados ao usuário do IPE Saúde. Atualmente, dois mestrandos da área de Tecnologia da Informação e Comunicação estão desenvolvendo um trabalho no campo dos algoritmos da incerteza, avaliando um software estatístico proprietário utilizado pela autarquia em contraste a soluções baseadas em software livre.

Transparência Pública, Acesso à Informação e Ouvidoria

O IPERGS no cumprimento da Lei Federal 12.527/2011 integra em definitivo o Sistema Digital de Gerenciamento de Demandas do Governo do Estado (GDG), ligado ao Gabinete da Transparência Pública, contando com o monitoramento de cinco gestores servidores do Instituto nas áreas meio e fim. Inclui-se também neste a melhoria no sistema eletrônico da Ouvidoria do Instituto, readequada neste sentido, a qual recebeu 6281 demandas em 2013, sendo destas 79% da Saúde, 9% da Previdência e 12% da administrativo-financeira.

Acréscimo de Novos Procedimentos na Tabela IPE-Saúde

A Diretoria de Saúde do Instituto alterou a tabela de cobertura do plano de saúde em 2013 para contemplar procedimentos que eram concedidos via processos administrativos. Os novos procedimentos são: Radiocirurgia (RTC) níveis 1, 2 e 3, Radioterapia com Modulação da Intensidade do Freixo (IMRT), Radioterapia Conformada Tridimensional (RCT-3D), Radioterapia Estereotáxica, Tomografia de Coerência Óptica (OCT) e Gastroplastia para Obesidade Mórbida por videolaparoscopia. Para o segurado do IPE Saúde, o trâmite trará mais conforto. A solicitação destes procedimentos passa a ser feita pelos prestadores via online com a Central de Regulação da diretoria de saúde, dispensando a abertura de processo administrativo. Mensalmente, cerca de 360 usuários do IPE Saúde ingressavam com pedidos de autorização para estes procedimentos.

Concurso Público

O IPERGS, após fechar 20 anos sem realizar concurso público, obteve a autorização do Governador Tarso Genro em agosto de 2012 para a realização de Concurso Público, visando ao preenchimento de 124 cargos (70 analistas em previdência e saúde, 24 peritos e auditores médicos e 30 analistas). O concurso foi realizado em setembro de 2013 e a 1ª Nomeação foi publicada no Diário Oficial do Estado em 22.11.2013, nomeando 65 candidatos aprovados. Já estão em exercício 44 novos servidores.

Qualificação de Servidores

Em 2013, a Escola de Gestão Pública Egydio Hervê (EGPEH) realizou oficinas e debates, com destaque para o Seminário com o Diretor da Escola de Gestão do TCE/RS, Prof. Sandro Trescastro Bergue, sobre a Cultura nas Organizações Públicas (100 participantes de 20 organizações do estado). Em parceria com o SENAC/RS foi realizado um curso sobre Gestão por Desempenho e Competências, para 15 servidores do quadro. Em 2014, também será destinado um espaço fora do edifício sede para composição de um cronograma integrado de ações no campo da qualificação, junto a outros organismos de seguridade social e por meio de convênios.

Melhoria no Ambiente de Trabalho

Para qualificar as condições de trabalho e melhorar o atendimento aos beneficiários, foi realizada a horizontalização das diretorias, projeto de *layout* novo que aproxima as pessoas e busca a transparência nas ações cotidianas. A pedido de servidores e demais ocupantes do espaço do edifício sede do IPERGS, será implantada uma cafeteria.

Implantação da Gestão Eletrônica de Processos

Os processos eletrônicos, que dispensam o trâmite físico de documentos, são realidades na Diretoria de Saúde do IPERGS e em parte da Diretoria de Previdência. A implantação dos processos eletrônicos trouxe mais rapidez e segurança aos processos, reduzindo, também, o volume de papel utilizado no serviço. Está implantado o processo eletrônico para concessão de pensões para viúvas, o qual aguarda certificação pelo Tribunal de Contas do Estado.

Implantação do Sistema de Reembolso Eletrônico de Anestésias

O serviço de reembolso para anestésias será eletrônico, com maior comodidade ao segurado, refletindo na melhoria do controle nos pagamentos, com redução da circulação de processos.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SARH	Valorização do(a) Servidor(a) Público(a)	Desenvolvimento de Módulos no Sistema de Recursos Humanos do Estado - RHE
SARH	Valorização do(a) Servidor(a) Público(a)	Desmaterialização de Processos de RH
SARH	Valorização do(a) Servidor(a) Público(a)	Interiorização da Perícia Médica
SARH	Valorização do(a) Servidor(a) Público(a)	Promoção da Saúde do(a) Trabalhador(a)
SARH	Valorização do(a) Servidor(a) Público(a)	Qualificação do(a) Servidor(a) Estadual
FDRH	Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e Revitalização da FDRH	Fomento à Pesquisa nas Três Áreas de Concentração da Escola de Governo
FDRH	Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e Revitalização da FDRH	Implantação da Escola da Copa
FDRH	Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e Revitalização da FDRH	Implantação da Plataforma de Educação a Distância - EAD
FDRH	Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e Revitalização da FDRH	Implantação da Rede Escola de Governo
FDRH	Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e Revitalização da FDRH	Modernização da Estrutura da Fundação e Implantação do Novo Plano de Empregos, Funções e Salários
FDRH	Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e Revitalização da FDRH	Remodelagem do Processo de Execução dos Concursos Públicos
FDRH	Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e Revitalização da FDRH	Universalização do Acesso ao Estágio Profissional
DETRAN	Década de Ação pela Segurança no Trânsito	Conscientização sobre os Perigos do Álcool no Trânsito - Balada Segura
DETRAN	Década de Ação pela Segurança no Trânsito	Educação para Segurança no Trânsito
DETRAN	Década de Ação pela Segurança no Trânsito	Implantação da Inspeção Veicular

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
CORAG	Modernização da Gestão Pública	Ampliação da Ação da Empresa e da Carteira de Produtos
CORAG	Modernização da Gestão Pública	Centros Externos de Impressão
CORAG	Modernização da Gestão Pública	Modernização e Adequação da Gestão e da Infraestrutura da CORAG
IPEPREVI	Gestão da Previdência do Servidor Estadual	Gestão de Inativos e Pensões
IPESAÚDE	Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a)	Gestão dos Serviços de Saúde

Administração Fazendária

A **Secretaria da Fazenda** reforçou e reestruturou suas ações, estabelecendo os principais propósitos a serem alcançados pela atual gestão, que compreendem: a) a otimização das receitas e despesas do Estado, com justiça fiscal, controle e transparência; b) o aperfeiçoamento e inovação na gestão fazendária, buscando a excelência na prestação do serviço público; e c) a ampliação e qualificação da interação com a sociedade e com os órgãos públicos, visando aumentar a efetividade e a transparência da ação do Estado.

Uma das diretrizes de governo é a busca do incremento das receitas para execução das políticas públicas através da intensificação de combate à sonegação, prevenção de inadimplência e intensificação da cobrança administrativa. É importante destacar a integração da Receita Estadual com o Ministério Público Estadual, a Procuradoria-Geral do Estado e a Receita Federal do Brasil, especialmente nas atividades de cobrança dos devedores contumazes e no combate à sonegação.

Nesse sentido, foram adotadas várias medidas, nas quais destacamos:

- **Controle de Mercadorias em Trânsito (CMT):** em funcionamento nos Postos Fiscais o novo Sistema de Controle de Mercadorias em Trânsito (CMT), que identifica os veículos que, pelo risco da operação, devem sofrer algum tipo de verificação. Com o CMT, as consultas são realizadas no ambiente da PROCERGS, tornando mais ágil e eficaz a conferência e confronto das informações.
- **Fiscalização de Trânsito:** as mudanças dos processos de trabalho da Fiscalização no Trânsito estão dotando as Turmas Volantes de nova estrutura para leitura dos Documentos Eletrônicos, acesso on-line, através da Internet 3G, aos sistemas de informação da Receita Estadual e impressão dos termos de infração via equipamento portátil. Com isso, a Receita Estadual pretende ampliar em 20% as abordagens de veículos, passando-se do patamar de 15 mil mensais para 18 mil. O mesmo vai ocorrer com a verificação de cargas nos Postos Fiscais: a média de 650/mês será elevada para 780/mês. O registro de Passagem das Notas Fiscais Eletrônicas (NFe), por sua vez, será ampliado em 500%, passando-se do patamar de 80 mil para 400 mil registros mensais.
- **Sistema de Trânsito Controlado:** em 2013, foi ampliado o sistema de Trânsito Controlado, aumentando-se a quantidade de operações sujeitas ao Registro Obrigatório de Passagem no posto fiscal. Atualmente, todas as aquisições interestaduais de couro e álcool estão sujeitas ao registro obrigatório de passagem.
- **Sistema de Trânsito Livre:** permite a passagem simplificada de cargas nos postos fiscais, aplicável a contribuintes ou setores de atividade que têm históricos positivos ou baixo risco de sonegação. Já está sendo aplicado para veículos novos produzidos no RS (cegonheiras). Poderá ser ampliado gradativamente para outros segmentos.
- **Trânsito e auditoria integrado:** para agilizar o sistema de fiscalização e utilizar critérios de relevância e risco fiscal, a Receita Estadual está constituindo a Célula de Auditoria Fiscal, responsável por auditar indícios provenientes da fiscalização do trânsito de mercadorias, e o Posto Fiscal Virtual em Porto Alegre. Ambos atuam em sintonia com o sistema de Controle de Mercadorias de Trânsito (CMT), já em funcionamento em todos

os Postos Fiscais. Trata-se de uma central de operações que, a partir do cruzamento de informações e da análise das Notas Fiscais Eletrônicas (NFe), identifica os veículos que devem sofrer algum tipo de verificação e envia os dados para o CMT. Dessa forma, a aleatoriedade na escolha dos veículos está sendo substituída por ações direcionadas a partir do uso da “inteligência fiscal”. O objetivo da Célula de Auditoria Fiscal é ampliar, em 100%, as auditorias realizadas a partir de indícios decorrentes do Trânsito de Mercadorias. Atualmente, 500 empresas estão em auditoria em Torres e pretende-se verificar mais de 1.000 empresas/ano. Um novo núcleo será implantado em Vacaria.

- Instância Única de Julgamento: passou a vigorar, em 2013, no âmbito da Receita Estadual, a Instância Única de Julgamento. Até então, um processo demorava cerca de dois anos para sair do julgamento administrativo. No Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF) ingressam, em um ano, aproximadamente 2,5 mil processos. A Lei 14.190, recentemente aprovada, prevê decisão em instância única para processos com valores inferiores a R\$ 50 mil.
- Ação de fiscalização da agência da Receita Estadual de Ijuí: ação de fiscalização da agência da Receita Estadual de Ijuí, seguida de proposição de ação cautelar fiscal encaminhada pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, obteve como resultado decisão favorável no judiciário, com a decretação da indisponibilidade dos bens das empresas autuadas.
- Ação fiscal da Receita Estadual resultou em desarticulação de esquema de venda ilegal de anabolizantes: o Posto Fiscal dos Correios, um dos postos fiscais estratégicos da Delegacia do Trânsito de Mercadorias – DTM, localizado dentro do Centro de Distribuição dos Correios, em Porto Alegre, ao realizar um de seus procedimentos de rotina encontrou uma grande quantidade de anabolizantes sem documentação fiscal e de comercialização ilegal no Brasil. Os produtos foram imediatamente enviados à Receita Federal para providências. Esta, por sua vez, enviou para a Polícia Civil, que a partir dos indícios fornecidos abriu investigação e desarticulou um mega esquema, responsável por aproximadamente metade do mercado ilegal de anabolizantes no Rio Grande do Sul. A DTM possui três Postos estratégicos que controlam a circulação de mercadorias que não transitam pelos Postos Fiscais de Divisa, quais sejam: Posto Fiscal Correios, Posto Fiscal Aeroporto, localizado dentro do Terminal de Cargas Internacional no Aeroporto Salgado Filho (futuramente dentro do novo TECA – Terminal de Cargas – que abrigará todas as cargas transportadas pelas empresas aéreas) e Posto Fiscal Porto de Rio Grande, localizado dentro do Porto Novo, trabalhando também na fiscalização de containers no TECON (terminal privado).
- Blitz em Uruguaiana: a Delegacia de Uruguaiana, no dia 24/09, em conjunto com a Brigada Militar e com os Agentes de Trânsito locais, realizou a operação “blitz” em mais de 1600 veículos. Na ação, foram detectadas irregularidades em mais de 100 veículos, totalizando uma arrecadação de aproximadamente R\$ 45.000,00, entre o valor do imposto devido, juros e multa.
- Fiscalização conjunta nos municípios da Região de Nova Prata: agentes iniciam fiscalização conjunta nos municípios da Região de Nova Prata. Na primeira etapa, 190 contribuintes são selecionados para procedimento fiscal. Em novembro, Agentes Fiscais

do Tesouro do Estado e Auditores da Receita Federal deram início à operação especial de fiscalização nos municípios de Veranópolis, Nova Prata, Nova Bassano e Cotiporã. A partir do cruzamento de dados entre os fiscos, 40 empresas e 150 pessoas físicas foram selecionadas para fiscalização na primeira etapa da operação. As principais irregularidades referem-se à movimentação financeira incompatível com os rendimentos declarados, omissão de receita e classificação fiscal de mercadorias. Os fiscais também investigam sonegação de contribuição previdenciária, deduções indevidas de despesas, além da apuração de fraudes no uso do emissor de cupom fiscal.

- Ações integradas: ampliação das ações conjuntas com Receita Federal, Procuradoria Geral do Estado e Ministério Público, de combate à fraude estruturada. Foram realizadas as operações Areia Limpa, Crédito Fantasma e Efeito Dominó.
- Autorregularização nas operações de substituição tributária interestadual: a Receita Estadual, por meio da Célula do Posto Fiscal Virtual, em Erechim, iniciou um processo de autorregularização com o objetivo de proporcionar aos contribuintes a regularização de seus débitos de ICMS-ST. Para isso, foi comunicação aos contribuintes que tenham comercializado mercadorias enquadradas na Substituição Tributária Interestadual e cujo pagamento do ICMS respectivo não tenha sido encontrado pelas rotinas automáticas de fiscalização.
- Evento de massificação da Nota Fiscal de consumidor eletrônica (NFC-e): foi realizado, em novembro 2013, contando com mais de 300 participantes, entre empresários do varejo, entidades representativas, instituições de apoio à formalização da economia, servidores públicos e profissionais da área de contabilidade e tecnologia. A NFC-e permitirá maior controle do fisco e redução de custos de emissão e guarda de documentos fiscais pelas empresas, além de estimular a interatividade do consumidor por meio do QR Code inserido na NFC-e.
- Campanha de Estímulo à Arrecadação Municipal através da Nota Fiscal Gaúcha: no município de Esperança do Sul ocorreu, no dia 15/07, a entrega da premiação dos sorteados do Programa Nota Fiscal Gaúcha, durante a 1ª Etapa da Campanha de Estímulo à Arrecadação Municipal.
- Célula ST online do Posto Fiscal Virtual iniciou atividades: iniciaram as atividades da nova Célula do Posto Fiscal Virtual, que tratará exclusivamente do controle da Substituição Tributária Interestadual de forma "Online". O objetivo é verificar todas as operações de remessa de mercadorias sujeitas ao regime de Substituição Tributária interestadual, cujos remetentes pertençam a estados signatários de Protocolos de ST com o RS. A metodologia de trabalho consiste em consultar diretamente as bases de dados da NF-e, cadastro e arrecadação, cruzando-as entre si, de modo a obter instantaneamente irregularidades relacionadas ao não pagamento do ICMS devido por ST.
- Desbloqueio de senha pelo e-CAC: a Receita Estadual disponibilizou, no Portal e-CAC, o serviço de recuperação/desbloqueio de senha. Esta nova modalidade permite que o usuário cadastrado na Receita Estadual - sócios de empresas, responsáveis legais de estabelecimentos, contadores (pessoas físicas) e empresas contábeis (pessoa jurídica) -

faça a recuperação ou o desbloqueio de sua senha, pelo e-CAC, com mais segurança e comodidade, sem necessidade de se deslocar até uma unidade da Receita Estadual.

- Disponibilizado mecanismo de consulta à regularidade tributária na importação: o Mecanismo de Consulta à Regularidade Tributária na Importação entrou oficialmente em operação em junho/2013. Com o novo sistema, previamente à entrega de mercadoria importada, em operações com despacho aduaneiro mediante Declaração de Importação – DI ou Declaração Simplificada de Importação – DSI, o recinto alfandegado depositário da mercadoria deverá consultar se, em relação aos tributos estaduais, a operação está regular ou não. Caso o sistema retorne “sinal vermelho”, indicando a não liberação, pode significar que os tributos estaduais não estão quitados – e as pendências são apresentadas – ou que o documento ainda não passou por uma necessária averiguação manual.
- Indícios de crime contra a ordem tributária: a Receita Estadual entregou ao Ministério Público do Rio Grande do Sul mídia digital contendo 116 autos de lançamento com indícios de crimes contra a ordem tributária na ordem de R\$ 239 milhões, somando ICMS, multas e juros.
- Empresa retoma pagamentos após ação integrada entre Receita Estadual e Ministério Público: a Receita Estadual comemora mais um resultado positivo dentro do conjunto de ações integradas contra os devedores contumazes. Desde fevereiro de 2013, empresa do ramo do comércio atacadista de produtos farmacêuticos e correlatos passou a recolher normalmente o ICMS próprio e de Substituição Tributária (ST), arrecadando, até o momento, mais de R\$ 1,5 milhão. A empresa havia cessado os pagamentos em junho de 2009, deixando de recolher aos Cofres Públicos mais de R\$ 7,7 milhões somente em relação aos débitos de responsabilidade por ST, gerando grave dano à coletividade devido à sonegação fiscal praticada ao longo do tempo.
- Exigência de manifestação do destinatário nas Nf-e: Receita Estadual exige manifestação do destinatário nas Nf-e: com o objetivo de reforçar o combate à fraude e proteger os bons contribuintes a Receita Estadual está implantando, a partir de 1º de abril, a obrigatoriedade da chamada “Manifestação do Destinatário” para Notas Fiscais Eletrônicas com valor superior a R\$ 100 mil. Este serviço permite que o destinatário que consta na NF-e confirme ou negue a sua participação na operação.
- Municípios participam de treinamento sobre o PIT na FAMURS: representantes de diversos municípios gaúchos participaram de treinamento sobre o Programa de Integração Tributária. Foi apresentado o Programa e as ações de fiscalização preventiva e repressiva passíveis de serem implementadas pelos municípios para aumento de seu índice de participação, numa parceria com o Estado, além das alterações ocorridas no PIT, através da Portaria RE 018/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de 15/02/2013. De acordo com a Portaria, a partir deste semestre passam a pontuar ações desenvolvidas pelos municípios para a divulgação do Programa Nota Fiscal Gaúcha.
- Nota Fiscal Gaúcha chega a 500 mil cadastrados: Até o início de agosto/2013, o número de cidadãos cadastrados no programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG) alcançou a marca de 500 mil. O programa, lançado em agosto de 2013, já realizou cinco sorteios, sempre na

última quarta-feira de cada mês, beneficiando mais de 2,5 mil pessoas. São prêmios de R\$ 1 mil, R\$ 20 mil, R\$ 100 mil, R\$ 500 mil e até uma premiação de R\$ 1 milhão. O programa já conta com mais de 136 mil estabelecimentos comerciais credenciados em todo o Estado. Neste ano, a Nota Fiscal Gaúcha já distribuiu mais de R\$ 7,5 milhões às entidades sociais indicadas pelos cidadãos. O número de entidades participantes é de 1.992.

- Nova ferramenta para agilizar o processo de Cobrança da Dívida Ativa: lançada a Certidão de Dívida Ativa Eletrônica (CDA), que permite a tramitação de documentos entre a Receita Estadual e a PGE de forma exclusivamente eletrônica. A CDA é um título público que representa uma dívida do contribuinte com o Estado. O título é emitido pela Receita Estadual e enviado à PGE para ajuizamento de ação de execução fiscal e cobrança da dívida. Mensalmente, são enviadas à PGE cerca de três mil CDAs. Entre os benefícios do novo sistema, estão a integração entre a Receita Estadual e a PGE, a anexação de documentos digitalizados representativos dos créditos e de garantias ou bens em nome do devedor, banco de dados para o gerenciamento do processo de encaminhamento da CDA à PGE, assinatura dos documentos com certificação digital, eliminação total do uso de papel e condições de integrar o processo de execução judicial eletrônico em implantação no Poder Judiciário.
- Novos e sofisticados equipamentos para apreensão de dados digitais: a Receita Estadual começou a utilizar novos e sofisticados equipamentos para apreensão de dados digitais, inicialmente em Caxias do Sul. Os aparelhos SOLO utilizados para cópiagem das evidências digitais foram recebidos por meio de doações oriundas do Ministério Público Estadual, provenientes da assinatura de Termos de Ajuste de Conduta com contribuintes do ICMS.
- Novos equipamentos em fase de teste nas Turmas Volantes de Porto Alegre: estão em teste os primeiros 10 novos coletores móveis que aparelharão as equipes de fiscalização móvel da Agência Metropolitana de Fiscalização Móvel, Posto Correio e Posto Aeroporto. Os novos equipamentos proporcionarão maior mobilidade e autonomia para a realização das atividades de fiscalização no trânsito, pois possuem aplicativo que acessa o novo sistema de Controle do Trânsito de Mercadorias – CTM e, além de permitir a consulta à situação do documento fiscal, realiza o registro de passagem da operação.
- Operação *Le Poulet* desarticula esquema de sonegação fiscal de mais de R\$ 40 milhões: a Receita Estadual, o Ministério Público e a Polícia Civil do RS realizaram, em maio/2013, a operação denominada “Le Poulet”, que desarticulou um esquema de sonegação fiscal de mais de R\$ 41 milhões. A fraude envolvia grupo de empresas do ramo de comércio atacadista de frangos, que se utilizaram da opção do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) para fraudar o Fisco.
- Posto Fiscal Virtual – uma nova realidade: o modelo de auditoria virtual adotado pela Receita Estadual começa a apresentar seus resultados. A identificação de irregularidades, que na verificação presencial era feita por amostragem, com base em documentos, agora abrange a totalidade das operações, com análise de todas as

informações disponíveis nos sistemas da Receita. Comparando-se as duas modalidades de verificação, é expressivo o aumento da efetividade da ação fiscalizatória. Por exemplo, enquanto na fiscalização de trânsito uma empresa teve dois documentos analisados com constatação de irregularidade, em um período de dois meses, na célula de auditoria do Posto Fiscal Virtual de Torres, no mesmo período, 7.343 documentos foram analisados, abrangendo 100% das operações da empresa, sendo constatadas irregularidades em 550 documentos.

- **Posto Fiscal Virtual – Estreito:** O Posto Fiscal de Estreito passou a contar com um núcleo para inibir fraudes no Trânsito de Mercadorias. Trata-se de uma célula do Posto Fiscal Virtual, que tem por missão reduzir o tempo entre a detecção de possíveis irregularidades e a fiscalização efetiva das operações relevantes e com perfil de alto risco de sonegação. A célula trabalhará, nesta primeira fase, no acompanhamento, praticamente em tempo real, de todas as operações realizadas por contribuintes de outros Estados sujeitos à Substituição Tributária (Operação “ST-OnLine”). Serão verificados erros e irregularidades comuns para o que se proporcionará às empresas a autorregularização. O foco de atuação será na prevenção e no apoio à criação de uma base de dados contendo o nível e volume de irregularidades de cada empresa. Esta base alimentará o sistema de análise de risco de operações do CMT. Assim, empresas com maior risco terão mais chances de cair na malha e serão direcionadas para conferência física e/ou para processo de auditoria, conforme Programação de Fiscalização.
- **Qualificação do auto de lançamento:** Para aumentar a liquidez do crédito tributário, pela inserção de elementos que facilitem a cobrança e evitem processos administrativos, a Receita Estadual modificou o Auto de Lançamento. Os lançamentos passarão a ser por empresa e não por nota fiscal. Isso significa maior efetividade na ação de combate à sonegação, além de reduzir o número de processos.
- **No sistema FPE (Finanças Públicas do Estado) foi desenvolvido e disponibilizado o módulo “Informações Gerenciais de Custos”.** Ao longo de 2013, foram desenvolvidas ações de treinamento e capacitação aos servidores públicos estaduais, com o intuito de fomentar a análise sistematizada de custos na Administração Pública Estadual.
- **Através do Decreto nº 49.766/2012, foi instituindo o Sistema de Informações de Custos do Estado do Rio Grande do Sul. O Sistema está em fase de implantação em 60 órgãos, dos 64 previstos. Deste total, 10 órgãos estão com o sistema de custos implantados e contratualizados:**
 - Secretaria da Fazenda – SEFAZ;
 - Secretaria de Segurança Pública – órgãos Centrais – SSP;
 - Instituto Geral de Perícias – SSP/IGP;
 - Procuradoria Geral do Estado - PGE;
 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN;
 - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS;

- Fundação Estadual de Proteção Ambiental -FEPAM;
 - Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC;
 - Fundação de Economia e Estatística “Siegfried Emanuel Heuser” – FEE;
 - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano da Cunha – FETLSVC.
- Módulo Estruturas: constitui-se de módulo do FPE que objetiva sistematizar a elaboração, controle e manutenção das Estruturas Hierárquicas de Centros de Custos (EHCCs) dos Órgãos e Entidades Estaduais, o que possibilita o envolvimento de todos os atores integrantes do sistema CUSTOS/RS nos procedimentos de cadastro e manutenção das EHCCs, preservando, desta forma, as integrações e vinculações estabelecidas entre os Centros de Custos e demais objetos de outros módulos ou sistemas corporativos do Estado, além de dar visibilidade a tais estruturas.
 - Inovações no Portal Transparência RS também marcaram as ações da Fazenda em 2013. Cabe destacar o desenvolvimento e a disponibilização de novas funcionalidades no Portal, com objetivo de facilitar o monitoramento da execução orçamentária e financeira do Estado, tais como: análises gráficas dinâmicas, nos quais o próprio cidadão pode escolher a forma de analisar os dados de gastos e receita; dados sobre contratos de serviços de terceiros e de convênios até então não disponíveis para consulta; *newsletter* de convênios, viabilizando ao cidadão receber informações sobre novos convênios nas cidades que escolher; ampliação do histórico dos dados, permitindo retroagir a consulta até o ano de 2004; pesquisa de opinião dentro do portal, permitindo o monitoramento da satisfação do cidadão quanto aos serviços e dados disponibilizados; disponibilização de dados em formato aberto, permitindo ao cidadão montar suas próprias análises; e a adaptação às exigências previstas na Lei de Acesso à Informação. Até 2013, o Portal teve 354.000 acessos.

A **Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)** tem como negócio soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação para a Administração Pública e como missão “prover soluções em tecnologia da informação para aumentar a eficiência e transparência do serviço público e aproximar o Governo do cidadão”.

A PROCERGS atua de forma transversal, por meio do desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas de informação e da rede de telecomunicações em diversos processos de órgãos do Governo do RS.

A implementação de serviços eletrônicos para o cidadão gaúcho é uma das áreas de atuação mais relevantes da Companhia, especialmente, no uso de tecnologias inovadoras, como serviços prestados diretamente em equipamentos móveis e por meio de redes sociais.

A PROCERGS trabalhou, intensivamente, em 2013, no sentido de viabilizar ações e projetos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) que suportem a implantação da estratégia definida pelo Governo. A partir dos princípios de transversalidade, colaboração e transparência, a PROCERGS se estrutura para gerar soluções de governo eletrônico que tenham como foco principal a inovação nas ações.

Com base nesses princípios, destacam-se as principais realizações de 2013:

- Copa do Mundo: disponibiliza para a Secretaria do Esporte e Lazer a infraestrutura necessária para a realização de qualquer evento que a mesma demandar.
- Projeto InfoviaRS: a PROCERGS está desenvolvendo o Projeto da InfoviaRS em parceria com outros órgãos do Governo. Este projeto é fundamental para a informatização dos órgãos do Estado e para o Programa de Inclusão Digital do Governo. A InfoviaRS dará suporte operacional às ações do Estado, através de uma rede moderna, com alta velocidade de transmissão, qualidade e segurança. O Projeto prevê a utilização de uma infraestrutura própria para os serviços de transmissão de voz, dados e imagem por todos os órgãos do governo estadual. A nova estrutura possibilitará a efetivação de políticas públicas de inclusão digital, como a disponibilização de banda larga nas escolas estaduais. Nesse sentido, foram realizados investimentos de qualificação das condições de comunicação de dados dos órgãos públicos que atendem os cidadãos. Com relação às regiões, as realizações do Projeto ficaram distribuídas como segue:
 - COREDE Alto da Serra do Botucaraí: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteador e Placas de Comunicação no POP da cidade de Soledade. Valor de R\$ 46.666,65.
 - COREDE Alto Jacuí: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteador e Placas de Comunicação no POP da cidade de Cruz Alta. Valor de R\$ 46.666,65.
 - COREDE Campanha: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteador e Placas de Comunicação no POP da cidade de Bagé. Valor de R\$ 46.666,65.
 - COREDE Campos de Cima da Serra: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteador e Placas de Comunicação no POP da cidade de Vacaria. Valor de R\$ 46.666,65.
 - COREDE Celeiro: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Três Passos. Valor de R\$ 24.720,50.
 - COREDE Central: O investimento nesta região do estado qualificou as condições de comunicação de dados dos órgãos que atendem os cidadãos, através da atualização de equipamento de rede: Switch no POP da cidade de Santa Maria. Valor de R\$ 5.800,00.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- COREDE Centro Sul: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Camaquã. Valor de R\$ 24.720,50.
- COREDE Fronteira Noroeste: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Santa Rosa. Valor de R\$ 24.720,50.
- COREDE Fronteira Oeste: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteadores e Placas de Comunicação nos POPs das cidades de Alegrete, Santana do Livramento e Uruguaiana. Valor de R\$ 167.494,80.
- COREDE Hortênsias: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Gramado. Valor de R\$ 24.720,50.
- COREDE Jacuí Centro: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteador e Placas de Comunicação no POP da cidade de cidade de Cachoeira do Sul. Valor de R\$ 46.666,65.
- COREDE Litoral: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Osório. Valor de R\$ 24.720,50.
- COREDE Médio-Alto Uruguai: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Frederico Westphalen. Valor R\$ 24.720,50.
- COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteadores e placas de Comunicação nos POPs nas cidades de Porto Alegre, Gravataí e Viamão. Valor de R\$ 296.294,30.
- COREDE Missões: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteador e Placas de

Comunicação nos POPs das cidades de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga. Valor de R\$ 71.387,15.

- COREDE Nordeste: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados dos órgãos que atendem aos cidadãos. Nesta região foi investido o montante de R\$ 25.505,97.
- COREDE Noroeste Colonial: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Ijuí. Valor de R\$ 24.720,50.
- COREDE Norte: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteador e Placas de Comunicação no POP da cidade de Erechim. Valor de R\$ 46.666,65.
- COREDE Paranhana-Encosta da Serra: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Taquara. Valor de R\$ 24.720,50.
- COREDE Produção: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação nos POPs das cidades de Carazinho e Passo Fundo. Valor R\$ 49.441,00.
- COREDE Rio da Várzea: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteador e Placas de Comunicação no POP da cidade de Palmeira das Missões. Valor de R\$ 46.666,65.
- COREDE Serra: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteadores e Placas de Comunicação nos POPs das cidades de Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Valor de R\$ 71.387,15.
- COREDE Sul: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteador e Placas de Comunicação no POP das cidades de Jaguarão, Pelotas e Rio Grande. Valor de R\$ 96.107,65.

- COREDE Vale do Jaguarí: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Santiago. Valor de R\$ 24.720,50.
- COREDE Vale do Rio dos Sinos: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Roteadores e placas de Comunicação nos POPs das cidades de Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo e através da instalação do novo POP na cidade de Esteio. Valor de R\$ 171.805,95.
- COREDE Vale do Rio Pardo: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Santa Cruz do Sul. Valor de R\$ 24.720,50.
- COREDE Vale do Taquari: o investimento nesta região do Estado qualificou as condições de comunicação de dados, dos órgãos que atendem aos cidadãos, através da atualização dos equipamentos da infraestrutura de rede: Placas de Comunicação no POP da cidade de Lajeado. Valor de R\$ 24.720,50.

Além dos investimentos acima citados, o projeto InfoVia RS já implementou o primeiro trecho do anel de fibra óptica que atenderá toda a região sul do Estado. A partir da cidade de Guaíba, a InfoVia RS alcançou a cidade de Bagé, através do compartilhamento das fibras ópticas da infraestrutura da CEEE-GT, criando uma rede de comunicação de alta velocidade de, aproximadamente, 400 Km. Nesse trajeto, compartilhando a infraestrutura, também foram beneficiadas as cidades de Camaquã, Pelotas e Rio Grande. Esta iniciativa já beneficia, direta e indiretamente, órgãos do Governo do Estado localizados em 43 cidades.

Para atender um primeiro módulo de projeto da Secretaria de Educação, uma rede (rádios e fibras ópticas) de meios próprios foi implantada nas cidades de Bagé e Aceguá, interligando 23 escolas e a Coordenadoria Regional da Educação ao Ponto de Presença da InfoVia RS.

Além disso, no âmbito do projeto Infovia RS, foram assinados termos de cooperação técnica com a RNP-Rede Nacional de Pesquisa, com a Eletrosul e com a Telebras. A partir destas ações, foram iniciadas as implantações das redes metropolitanas utilizando fibras ópticas nas cidades de Pelotas, Santa Maria e Livramento. Estas redes metropolitanas visam o atendimento de instituições de ensino federais e estaduais, assim como de órgãos do Governo Estadual.

- Projetos de Inteligência Competitiva: processo de investigação e benchmarking, objetivando a identificação de soluções de referência em âmbito nacional e internacional, com vistas à promoção de soluções inovadoras para o Estado do RS. Em

2013, foram realizados estudos para a área de Proteção Civil e Assistência a Desastres, Economia Criativa e Transparência em Governo.

- Parcerias com as Universidades: prospecção de soluções inovadoras, por meio da busca de conhecimento externo nas áreas de inteligência social, mobilidade e telecomunicações.
- Principais soluções de TIC entregues ao Governo do Estado: a PROCERGS viabilizou ações e projetos de TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação – que suportam a implantação da estratégia definida pelo Governo. Cabe ressaltar que no decorrer do ano de 2013 a Companhia recebeu diversas premiações de instituições que reconhecem ações inovadoras do âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação para a área pública. Entre as soluções de TIC implantadas e em desenvolvimento para diferentes áreas do Governo, destacam-se:
 - Governadoria:
 - Gabinete Digital - inclusão de novos serviços;
 - RS Móvel – nova versão;
 - RS + Igual;
 - Central do Cidadão.
 - Finanças e Gestão Pública:
 - Modernização dos Sistemas da Receita, do Tesouro e da CAGE;
 - Sistema de apoio ao Programa Nota Fiscal Gaúcha;
 - Processo Eletrônico: Ingresso de Servidor;
 - Gestão de RH do Estado – Pensionistas do IPE.
 - Segurança Pública:
 - Unificação dos Bancos de dados de Indivíduos (em desenvolvimento);
 - Tornozeleiras Eletrônicas.
 - Educação:
 - ISE – Nova Geração.
 - Trânsito:
 - Controle de Desmanches;

- Sistema de Remoção, Depósitos e Leilões de Veículos;
- CNH Social;
- Biometria;
- Abordagem Móvel de Veículos – Balada Segura;
- Gestão da Formação de Condutores;
 - Aplicação Prova Prática em Dispositivo Móvel (em desenvolvimento).
- Obras, Saneamento e Meio Ambiente:
- Soluções em Tecnologia Móvel para a CORSAN;
 - Controle das Espécies Ameaçadas – FZB.
- Agricultura:
 - Modernização da Defesa Animal e Vegetal.
- PGE:
 - Nova versão do Sistema CPJ – Sistema de Controle e Processos Judiciais.
- Em relação ao DataCenter da Companhia, foram adquiridos, em 2013, 588 novos servidores, que possibilitaram a qualificação do ambiente e a expansão a capacidade do ambiente de servidores virtuais. Estão em andamento ações e projeto para modernização das instalações do DataCenter.
- Infraestrutura física: Realização de obras voltadas à modernização e ampliação da infraestrutura física das Sede da PROCERGS, Centro de Treinamento e das 6 Unidades Regionais (Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Caxias e Santo Ângelo)

Alinhada com os projetos estratégicos do Governo do Estado, a gestão do **Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)** alocou recursos nos segmentos de micro, pequenos e médios empreendedores, no crédito imobiliário, no segmento agropecuário, necessidades de giro para pagamento do ICMS, linhas de crédito destinadas à exportação, promoção do desenvolvimento regional, apoio à modernização da infraestrutura social e apoio a programas de natureza voluntária, especialmente na área da educação.

No quadro a seguir, estão apresentados os montantes de concessão de crédito no ano de 2013, por linha de financiamento, recursos estes que têm impacto direto na dinâmica da produção local, com repercussões sobre a capacidade de geração de emprego e renda.

Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	
Linhas de Financiamento	Montante liberado de Janeiro a novembro de 2013 (R\$ 1,00)
Financiamento ao Custeio Agropecuário	680.794.018,950
Financiamento ao Investimento Agropecuário	86.672.080,300
Financiamento à Comercialização Agropecuária	260.366.406,610
Financiamento para Construção e Aquisição de Casa Própria	888.883.922,570
Financiamento ao Microcrédito	115.086.295,460
Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social	349.847.939,150
Cartão BNDES	150.123.352,030
Financiamento para Capital de Giro	3.680.999.164,320
Financiamento para Pagamento de ICMS	25.548.279,510
Financiamento para Saúde	21.940.733,930
Financiamento para Educação	74.506.411,370
Financiamento para Exportações	588.220.496,790
TOTAL	6.922.989.100,99

Ambiente de Negócios e Destaques Financeiros

Acompanhando a estratégia de expansão na rede de atendimento e a dinâmica de crescimento adotada pelo Banrisul, de janeiro a setembro de 2013, foram disponibilizadas 35 novas agências, sendo 15 novas e 20 postos transformados em agências. A política comercial e de marketing implementada centrou-se na execução da estratégia de diversificação da matriz de receitas do Banco, através do fortalecimento dos serviços prestados, por meio de ações aderentes aos diferentes perfis de clientes.

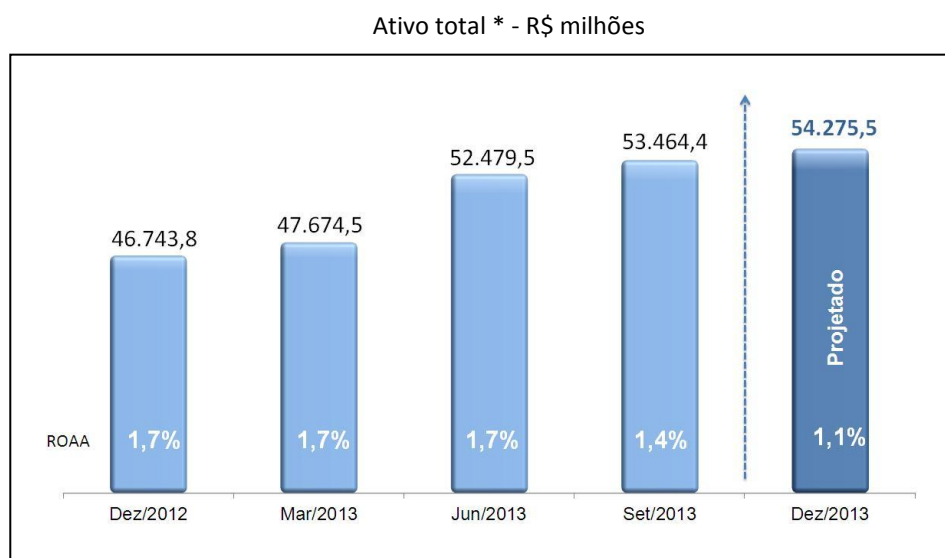
Em agosto de 2013, o Banrisul concluiu a primeira emissão de Letras Financeiras, no valor total de R\$ 1.600,0 milhões. A emissão foi realizada em três séries: a 1ª no montante de R\$ 700,00 milhões e prazo de dois anos, a 2ª de R\$ 870,00 milhões e prazo de três anos, e a 3ª de R\$ 30,00 milhões e prazo de quatro anos. A operação representou um melhor posicionamento do Banco no mercado de renda fixa, além de oportunizar futuras operações com prazos mais alongados.

No dia 12 de setembro, o Banrisul completou 85 anos de história. Criado em 1928 como uma Instituição de crédito rural e hipotecário, desde o início constituiu-se como um banco público, de desenvolvimento comercial e social. A década de 1940 marcou a consolidação do Banco. A década de 80 caracterizou-se como um período de modernização, com investimentos expressivos na informatização. Nos anos 2000, o Banco passou por um processo de abertura de capital. Recentemente, realizou operações no mercado de capitais e de renda fixa, eventos que refletiram em reforço da estrutura de capital e de *funding*, e se prepara para crescer em outros negócios. Passo a passo, o Banrisul consolidou sua importância na vida dos gaúchos e sua

posição como uma Instituição que ultrapassou as fronteiras do Estado, levando produtos e serviços para vários estados brasileiros e para o exterior.

Como patrocinador, ao longo de nove meses de 2013, o Banco apoiou diversos projetos e esteve presente em feiras, expofeiras, entre as quais a Expointer, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e educação. Dentre os maiores projetos patrocinados, destaca-se, no último trimestre, o filme O Tempo e o Vento, longa-metragem lançado nacionalmente em setembro de 2013, patrocinado no âmbito da lei de benefício fiscal, e a renovação do contrato de patrocínio da Dupla Grenal. O Programa Banrisul de Patrocínios, por sua vez, estruturado em critérios públicos para a seleção de projetos a serem apoiados pelo Banco, lançou, no terceiro trimestre de 2013, edital referente a projetos a serem iniciados em 2014.

Os ativos totais alcançaram, em setembro de 2013, R\$ 53.464,3 milhões, com acréscimo de 19,7% sobre setembro de 2012, 14,4% acima de dezembro de 2012 e de 1,9% em relação ao trimestre anterior. A carteira de crédito perfaz 48,7% dos ativos totais, composta por operações pulverizadas, contratadas, principalmente, junto a pessoas físicas, médias e pequenas empresas e microempresas. O crescimento dos ativos, em doze meses, decorreu da alocação de recursos em tesouraria e em crédito, especialmente na carteira de crédito comercial. Com relação ao crescimento no último trimestre, além da carteira comercial, observou-se relevante expansão no crédito rural. A projeção de montante de ativos para o final de 2013 está demonstrada no gráfico a seguir.

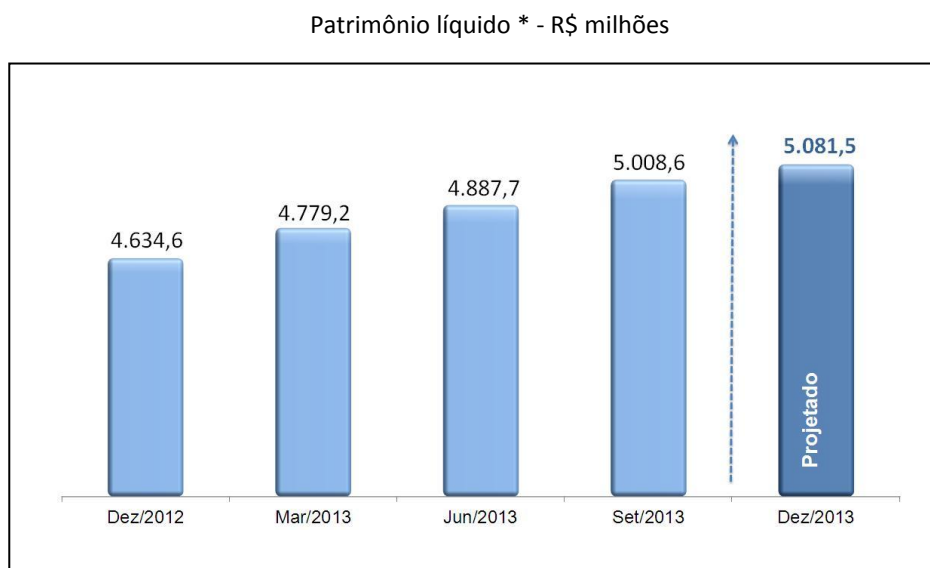


* Valores realizados (Dez/12 a Set/13) em saldos de final de mês. Valores Consolidados.

* Dez/13, valor projetado em saldo médio, somente Banco.

Em setembro de 2013, o patrimônio líquido do BANRISUL alcançou R\$ 5.008,6 milhões, com crescimento de 5,6% ou R\$ 266,9 milhões em relação a setembro de 2012, expansão de 8,1% ou R\$ 374,0 milhões em comparação com dezembro 2012 e avanço de 2,5% ou R\$ 120,9 milhões frente ao saldo de junho de 2013. O resultado gerado no acumulado dos nove meses de 2013 corresponde a uma rentabilidade anualizada de 17,0% calculada sobre o patrimônio líquido

médio. As oscilações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados nos últimos doze meses, reduzidas pelo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, além de evento relativo ao reconhecimento contábil, conforme CPC 33-R1 (aprovado pela Deliberação CVM 695), do desequilíbrio atuarial existente no principal plano de previdência complementar dos empregados junto à Fundação Bannrisul, no valor de R\$ 432,6 milhões, que refletiu na constituição de Créditos Tributários de IR e CS, em R\$ 173,0 milhões, e impacto no PL, no valor líquido de R\$ 259,6 milhões. A projeção de montante do patrimônio líquido ao final de 2013 está apresentada no gráfico a seguir.

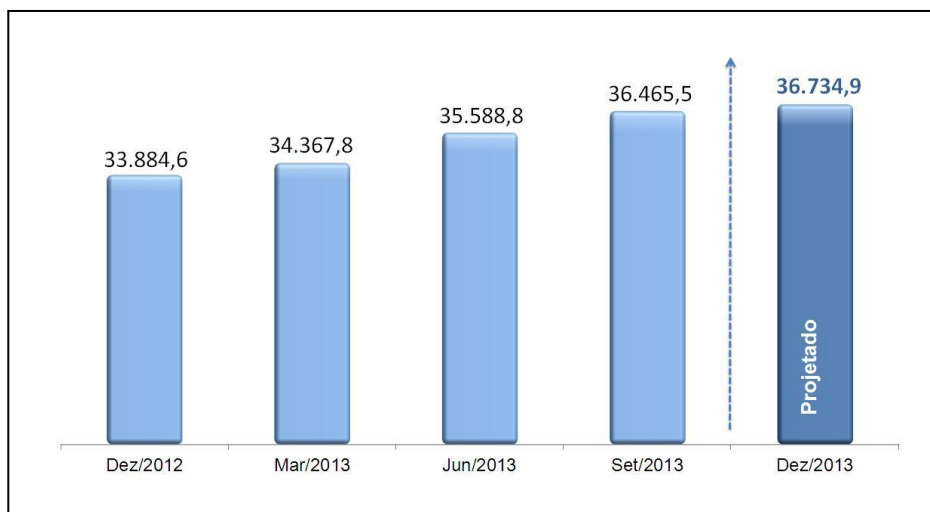


* Períodos realizados (Dez/12 a Set/13) em saldo de final de mês. Valores consolidados.

* Dez/13, valor projetado em saldo médio, somente Banco.

A estrutura de captação do Bannrisul é, principalmente, representada por depósitos a prazo, certificados de depósitos bancários (CDB), depósitos de poupança e pela emissão de dívidas subordinadas no exterior. Encerrado o mês de setembro de 2013, os recursos de depósitos totais e administrados, excluindo-se os fundos financeiros e de desenvolvimento e a dívida subordinada, alcançaram saldo de R\$ 36.465,5 milhões, o que significa avanço de 13,2% em relação ao saldo registrado em setembro de 2012, 7,6% comparados ao montante de dezembro de 2012 e de 2,5% frente a junho de 2013. Os depósitos alcançaram, em setembro de 2013, R\$ 29.206,2 milhões, com expansão de 16,0% sobre setembro de 2012, de 9,2% em relação a dezembro de 2012 e de 2,8% em relação a junho de 2013. Os recursos de terceiros administrados atingiram R\$ 7.259,2 milhões, posição 3,4% acima da registrada em setembro de 2012, 1,7% superior a dezembro de 2012 e 1,1% acima da alcançada em junho de 2013. A projeção de saldo de recursos captados e administrados para o final de 2013 está apresentada no gráfico a seguir.

Recursos de depósitos totais e administrados * - R\$ milhões



* Valores realizados (Dez/12 a Set/13) em saldo de final de mês. Valores consolidados.

* Dez/13, valor projetado em saldo médio, somente Banco.

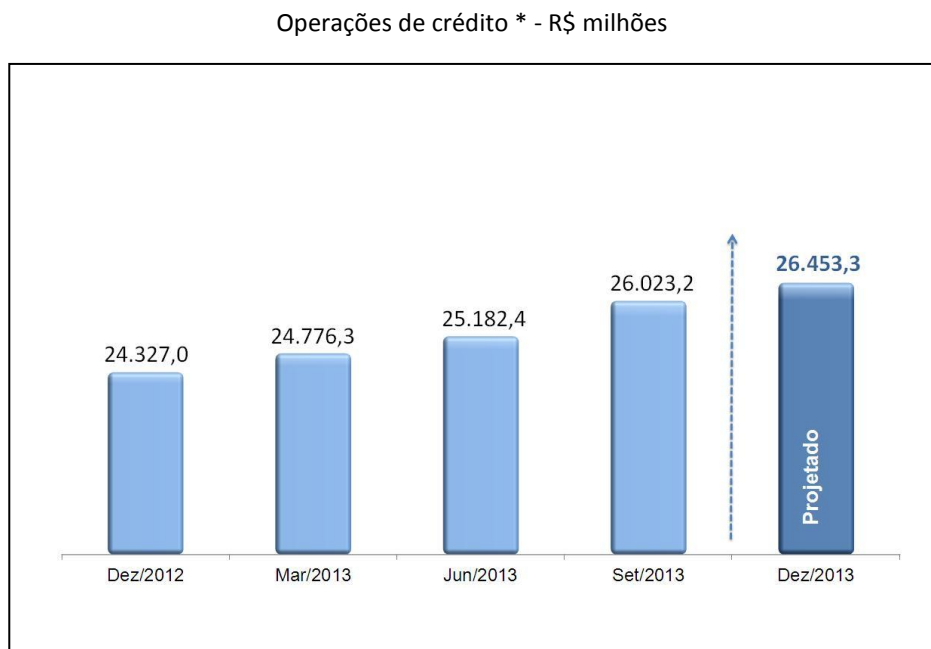
As linhas de crédito consignado na pessoa física e de giro às empresas absorviam, em setembro de 2013, 27,6% e 24,5%, respectivamente, do volume total de crédito. Com menor participação, as carteiras do crédito imobiliário e o rural também apresentaram montante expressivo em setembro de 2013, representando, 10,0% e 7,6% da carteira de crédito total respectivamente.

A inadimplência acima de 60 dias atingiu 4,59% do volume total de crédito, patamar superior ao do mesmo período do ano anterior, 3,39%. O índice de inadimplência acima de 90 dias foi de 3,71% em setembro de 2013, também superior ao de setembro de 2012, que alcançou 2,76%. O montante referente às parcelas vencidas das operações adquiridas do Banco Cruzeiro do Sul, atualmente em liquidação extrajudicial, e atrasos em operações de crédito pontuais da carteira corporativa influenciaram os indicadores. O índice de cobertura com provisões das operações de crédito em atraso atingiu 133,7%.

O BANRISUL possui margem para sustentar o crescimento de suas operações, capacidade atestada pelo Índice de Basileia, 20,0% em setembro de 2013. Os índices que demonstram a eficácia da estrutura administrativa, dados pela proporção de despesas administrativas em relação ao volume de ativos ou em relação às receitas geradas, persistem em níveis favoráveis, representados pelos indicadores de custo operacional e de eficiência, que atingiram 4,4% e 51,8% em setembro de 2013, respectivamente.

As operações de crédito do BANRISUL somaram R\$ 26.023,2 milhões ao término de setembro de 2013, com ampliação do saldo em 9,4% em relação ao mesmo período de 2012, 7,0% em nove meses e de 3,3% em relação a junho deste ano. A carteira comercial totalizou R\$ 18.341,9 milhões, com expansão de 5,5% em doze meses, 3,6% em nove meses e de 2,8% no último trimestre. As operações de crédito comercial com pessoas físicas somaram R\$ 9.908,6 milhões em setembro de 2013, o que significa crescimento de 6,8% comparativamente ao mês setembro de 2012, 7,1% em relação a dezembro do mesmo ano e de 2,8% em relação ao saldo verificado em junho de 2013. As operações com pessoas jurídicas totalizaram R\$ 8.433,3 milhões

em setembro de 2013, com incremento de 4,1% na comparação com o mesmo período de 2012, relativa estabilidade, com redução de 0,1% em relação a dezembro de 2012 e crescimento de 2,8% frente ao valor de junho de 2013. O saldo projetado de operações de crédito para o final de 2013 está demonstrado no gráfico a seguir.



* Valores realizados (Dez/12 a Set/13) em saldo de final de mês. Valores Consolidados.

* Dez/13, valor projetado em saldo médio, somente Banco.

A riqueza gerada pelo Banrisul, medida pelo conceito de valor adicionado, nos nove meses de 2013, alcançou o total de R\$ 2.169,7 milhões, dos quais R\$ 907,5 milhões ou 41,8% foram para pagamento do quadro funcional, R\$ 610,0 milhões ou 28,1% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$ 49,5 milhões ou 2,3%, para remuneração de capitais de terceiros e R\$ 602,7 milhões ou 27,8%, para remuneração de capitais próprios.

O lucro líquido registrado nos nove primeiros meses de 2013 foi de R\$ 602,7 milhões, 3,9% ou R\$ 24,5 milhões abaixo do valor registrado no mesmo período do ano anterior. O resultado no 3º trimestre de 2013 atingiu R\$ 183,0 milhões, com retração de 11,8%, comparado com o 3º trimestre de 2012, refletindo o crescimento do resultado bruto de intermediação (R\$ 72,6 milhões) e a trajetória ascendente das rendas de tarifas e serviços (R\$ 58,7 milhões), movimento absorvido pelo crescimento das despesas administrativas (R\$ 116,6 milhões) e pela variação desfavorável das outras despesas /receitas operacionais (R\$ 31,5 milhões). Em relação ao 2º trimestre de 2013, o decréscimo de 14,9% ou no lucro do 3º trimestre de 2013 foi impactado pela redução do resultado bruto da intermediação financeira (R\$ 19,1 milhões), pelo aumento das despesas administrativas (R\$ 64,8 milhões), movimento, parcialmente, compensado pelo crescimento das rendas de serviços e tarifas (R\$ 25,6 milhões) e pelo aumento das outras receitas/despesas operacionais (R\$ 11,9 milhões).

Ainda é importante destacar que o BANRISUL, em linha com as melhores práticas de mercado, atende às exigências dos níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes. As informações financeiras do Grupo são divulgadas também, desde junho de 2011, em atendimento às Leis Federal nº 131/2009 e Estadual nº 13.596/10, que disciplinam a divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre as receitas e as despesas das entidades do setor público. Qualquer cidadão pode acessar informações do BANRISUL pelo site: www.banrisul.com.br/transparencia.

Destaques das Empresas Controladas e Coligadas

- Banrisul S.A. Administradora de Consórcios – a Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de imóveis, automóveis, tratores, caminhões e motocicletas. A Empresa, no término do terceiro trimestre de 2013, atingiu uma base de clientes ativos de 38.208 consorciados e totalizou R\$ 1,4 bilhão em volume de cartas de crédito. Ocorreram 4,7 mil contemplações, colocando à disposição volume de crédito de R\$ 144,3 milhões para aquisição de bens de consumo. O lucro líquido apurado, no período, alcançou R\$ 12,3 milhões.
- Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio - durante os nove meses de 2013, a Banrisul Corretora intermediou R\$ 1,2 bilhão em operações de renda variável e, desse total, 78,6% foram efetuadas via Home Broker. O lucro líquido acumulado, no período, foi de R\$ 499,0 mil.
- Banrisul Armazéns Gerais S.A. - a Banrisul Armazéns Gerais atua como permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias e como porto seco. Registrou, ao final do terceiro trimestre de 2013, lucro líquido de R\$ 2,3 milhões. No período, foram realizados investimentos em equipamentos para empilhadeira, equipamentos de informática e em obras para implantação de nova rede de iluminação.
- Banrisul Serviços Ltda. - a Banrisul Serviços opera na região sul do País, nos segmentos de cartão refeição e alimentação, combustível, salário, presente, benefício e sistema de manutenção de frota. Diariamente, mais de 630 mil usuários e 8,2 mil empresas conveniadas fazem uso dos serviços disponibilizados em mais de 60 mil pontos credenciados. Durante os nove meses de 2013, foram realizadas 14,3 milhões de transações, superando em 5,1% a quantidade realizada no mesmo período de 2012. O lucro líquido acumulado foi de R\$ 14,9 milhões. A partir de outubro de 2013, ocorreu a transformação da Banrisul Serviços Ltda. em sociedade anônima de capital fechado, com a razão social Banrisul Cartões S.A.
- Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S.A. - adquirida em março de 2012, a promotora de vendas, que atua com o nome comercial Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros, é especializada na distribuição de crédito consignado. No final de setembro de 2013, o saldo de operações originadas através da Rede Bem-Vindo alcançou R\$ 2.223,2 milhões.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEFAZ	Sustentabilidade Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social	Ampliação e qualificação da interação da SEFAZ com a sociedade e com os órgãos públicos
SEFAZ	Sustentabilidade Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social	Aperfeiçoamento e inovação da gestão fazendária, buscando a excelência na prestação do serviço público
SEFAZ	Sustentabilidade Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social	Implementação de medidas de capacitação continuada e de melhoria das relações humanas
SEFAZ	Sustentabilidade Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social	Otimização das receitas e despesas públicas, com justiça fiscal, controle e transparência
BAC	Programa Banrisul de Coligadas	Administração de Consórcio
BERGS SERV	Programa Banrisul de Coligadas	Administração do Cartão Refeiusul e Combustível
BAGERGS	Programa Banrisul de Coligadas	Armazém Geral e Entrepósito Aduaneiro
BCV	Programa Banrisul de Coligadas	Corretora de Valores
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Cartão BNDES
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento à Comercialização Agropecuária
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento à Construção e Aquisição da Casa Própria
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento à Educação
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento à Saúde
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento ao Custeio Agropecuário
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento ao Investimento Agropecuário
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento ao Microcrédito
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento para Capital de Giro
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento para Exportação
BANRISUL	Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	Financiamento para Pagamento do ICMS
PROCERGS	RS COPA 2014	Suporte de TIC ao Programa RS Copa 2014
PROCERGS	Soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Setor Público do RS	Ampliação e Modernização da Infraestrutura (INS)
PROCERGS	Soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Setor Público do RS	Data Center - Ampliação da Capacidade de Armazenamento
PROCERGS	Soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Setor Público do RS	Modernização da Infraestrutura da Rede RS (RRS)
PROCERGS	Soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Setor Público do RS	Prestação de Serviços de TIC para o Setor Público (TIC)

Agricultura, Pecuária e Agronegócio

A **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA)**, juntamente com seus três órgãos vinculados – **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)**, **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** e **Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)** – é a responsável por implementar políticas de defesa agropecuária, fomento produtivo e de incentivo à competitividade, bem como ações de política setorial agropecuária, pesquisas e armazenamento da produção.

No Plano Plurianual 2012-2015, a SEAPA é responsável por quatro programas: Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário, Carne Gaúcha – A Melhor Carne do Mundo, Promoção da Defesa Agropecuária – Sanidade Animal e Vegetal e Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária (sendo esse executado pela FEPAGRO e pelo IRGA).

Dentro do Programa Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário, em 2013, a SEAPA trabalhou na ampliação das discussões no âmbito das Câmaras Setoriais e Temáticas. Para tanto, foram criadas mais quatro câmaras - da Cadeia Produtiva do Feijão, das Flores, da Agroenergia e da Infraestrutura Rural -, totalizando, sob a coordenação da SEAPA, 18 Câmaras Setoriais e duas Temáticas. Por serem um ambiente consultivo por natureza, elas têm a finalidade de articular os setores público e privado e competência para debater, junto aos diversos segmentos do agronegócio e elos das cadeias produtivas, assuntos de interesse comum, como estratégias e diretrizes de produção, industrialização e comercialização. Os objetivos são desenvolver, de forma sistêmica e integrada, os diversos setores das cadeias produtivas e fortalecer o agronegócio gaúcho. Sendo assim, todas as ações executadas pela Secretaria passam, inicialmente, por discussões dentro da respectiva Câmara - além de partirem delas demandas de ações.

Em 2013, a SEAPA ampliou o apoio à cadeia produtiva do leite através do Mais Leite de Qualidade. Essa ação visa o estímulo ao uso de ordenhadeiras e resfriadores de leite por meio da subvenção de 15% do valor do equipamento para produtores que acessarem o PRONAF para o financiamento da compra. Ainda dentro do apoio à cadeia do leite, o PROCETUBE (Programa Estadual de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose) ampliou o número de municípios que aderiram ao programa: no final de 2013, eram 27. Ao fazer a adesão, visando a erradicação das duas doenças, é realizada a certificação, o monitoramento e o controle da tuberculose e da brucelose nas propriedades rurais dos municípios.

Ainda no apoio à cadeia do leite, foram aprovados os projetos de lei que criam o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite (Prodeleite) e o Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite (Fundoleite), tendo sido publicados sob os números de leis 14.378/2013 e 14.379/2013, respectivamente.

O apoio à ovinocultura se expressa através do “Mais Ovinos no Campo”, programa de desenvolvimento da ovinocultura gaúcha, que visa estimular pecuaristas a reter e/ou adquirir fêmeas, já em idade reprodutiva ou ainda não, buscando o aumento do rebanho gaúcho e da oferta de carne e lã de qualidade. Em 2013, foram adquiridos e disponibilizados mais de 158 mil animais e retidas quase 215 mil fêmeas, com juros subsidiados. Para aprimorar e desenvolver ainda mais a cadeia produtiva da ovinocultura gaúcha, a SEAPA está organizando um projeto-piloto de assistência técnica e extensão rural para ovinocultores, que deve atender 240

produtores em 12 municípios do Rio Grande do Sul. Também está preparando a cadeia para buscar a certificação da qualidade da carne e o incremento genético do rebanho, através da inclusão de 400 matrizes receptoras de embriões. Além disso, a Secretaria adquiriu equipamento para a medição da qualidade da lã, a fim de orientar os produtores no momento do cruzamento entre animais.

Na ação Correção do Solo, a SEAPA trabalha para ampliação da renda do produtor, através da neutralização da acidez em áreas de produção agropecuária, utilizando calcário, e, assim, ampliando a fertilidade do solo. A Secretaria repassa o valor às prefeituras, que compram o calcário e o distribuem entre os produtores. Em 2013, foram repassados R\$ 60 mil para cada um dos 104 municípios selecionados, atendendo cerca de 100 produtores por município. Prevê-se que a produtividade das áreas corrigidas com calcário seja ampliada de 30 a 80%.

No que tange ao fomento à cadeia da silvicultura, a Câmara Setorial das Florestas Plantadas tem trabalhado para adequar a legislação estadual ao Novo Código Florestal e está em construção, dentro da SEAPA, o Plano Decenal das Florestas Plantadas, composto por objetivos, desafios, metas, programas e ações, provenientes das discussões na Câmara Setorial. A Secretaria ainda atua para a promoção da imagem do carvão vegetal gaúcho. Em 2013, deu início ao processo administrativo para a assinatura de convênio para financiamento de pesquisa para a minimização de contaminantes atmosféricos oriundos da produção de carvão vegetal - a pesquisa será desenvolvida pela CIENTEC, com apoio da Associação dos Produtores e Empacotadores de Carvão Vegetal e Prefeitura de Montenegro.

No apoio à suinocultura, a SEAPA trabalhou para a mudança no cálculo do Programa Pró-Produtividade Agrícola, o que permite o pagamento de passivo junto aos suinocultores que fizeram investimentos em tecnologia. Em 2013, foram firmados 42 protocolos de implementação dos benefícios da nova forma de cálculo, em 29 municípios. Para ampliar o consumo de carne suína, a SEAPA atuou no Grupo de Trabalho criado para construir ações para esse fim. O Grupo está realizando projeto-piloto com a SUSEPE, inserindo carne suína nas refeições dos detentos, uma vez por semana, e elaborando decreto que insere na dieta alimentar dos usuários da rede pública (de saúde, educação e segurança) a carne suína.

A SEAPA é responsável pela Política Estadual da Uva e Vinho, que busca a qualidade dos vinhos e sucos produzidos no Rio Grande do Sul e a sua valorização comercial. Com esse foco, em 2013, continuou o processo de modernização do Laboratório de Referência Enológica do Estado (LAREN), com a troca de equipamentos e métodos, possibilitando maior controle da qualidade – a finalização está prevista para 2015. Também está em fase final de validação a metodologia de produção de suco de uva por arraste, com o estabelecimento de normas para esse tipo de produção, que beneficiará centenas de agroindústrias e produtores artesanais que estão, hoje, à margem do mercado.

Está em desenvolvimento o projeto de revitalização de regiões vitivinícolas do Estado, que oferece assistência técnica e extensão rural em boas práticas agrícolas e auxilia na recuperação de vinhedos com material genético de qualidade. Esse projeto tem ocorrido nos COREDEs: Campanha, Central, Médio Alto Uruguai, Norte, Rio da Várzea, Vale do Jaguarí e Vale do Rio Pardo.

O projeto Adega do Palácio, onde serão expostos e divulgados vinhos gaúchos de várias regiões produtoras, está com o projeto técnico-arquitetônico elaborado e aguarda a aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para dar início à execução da obra.

A cadeia produtiva da erva-mate recebeu, em 2013, especial atenção da SEAPA. Em 28 de dezembro de 2012, foi publicada a lei 14.185, que dispõe sobre a produção, industrialização, circulação e comercialização da erva-mate, seus derivados e congêneres, e criou o Fundo de Desenvolvimento e Inovação da Cadeia Produtiva da Erva-Mate. Em 2013, a Secretaria trabalhou para por em execução, a partir de 2014, o previsto na lei - realizar diagnóstico da cadeia produtiva, fiscalização e certificação, pesquisa e promoção comercial.

Dentro do Programa Carne Gaúcha, cabe destacar o esforço da SEAPA para estruturar um sistema de rastreabilidade bovina no Rio Grande do Sul. Foi implementado o módulo informatizado de rastreabilidade no Sistema de Defesa Animal, elaborada proposta de processo e essa submetida a edital para o seu financiamento. Também foi necessário ampliar o debate, junto às entidades representativas de produtores de bovinos, do projeto de lei que instituirá a rastreabilidade no Estado para incorporar completamente as necessidades e anseios dos pecuaristas.

Ainda buscando a valorização da carne gaúcha, a Secretaria incorporou ao seu PPA a ação Qualificação dos Parques de Exposições Municipais, que estimula melhorias na infraestrutura física para tornar as feiras e exposições mais atrativas aos vendedores e compradores de animais. Nessa ação, serão contemplados 170 municípios com a destinação de R\$ 37.500.000,00.

O programa Promoção da Defesa Agropecuária – Sanidade Animal e Vegetal visa assegurar, através da aplicação de políticas públicas, a sanidade das populações vegetais, a saúde dos rebanhos animais, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária e a idoneidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. Com esse objetivo, em 2013, a SEAPA realizou 529 barreiras zoofitossanitárias, fiscalizou 8.079 veículos, vacinou quase 98% dos bovinos para brucelose e 96,5% para febre aftosa em todo o Rio Grande do Sul.

No que tange à defesa em saúde animal, a SEAPA desenvolve ações na fiscalização de animais e seus produtos em propriedades rurais, em trânsito, em eventos agropecuários, em matadouros-frigoríficos e demais estabelecimentos agroindustriais que fabriquem produtos de origem animal. Dessa forma, a Secretaria implantou a rastreabilidade em quase 2,6 milhões de animais, emitiu mais de 1.179 milhão de guias de trânsito animal e fiscalizou mais de 30,1 mil propriedades.

No que tange à inspeção de produtos de origem animal, foram realizadas 60 auditorias em boas práticas de fabricação, fiscalizadas 350 empresas produtoras, emitidos 286 autos de infração e registrados 462 novos produtos de origem animal e 18 novas empresas para serem fiscalizados rotineiramente. Cabe destacar, ainda, que a SEAPA recebeu a solicitação de 101 municípios para a adesão ao SUASA/SISBI-CISPOA e de 07 para o SUSAF. Para estimular a adesão à esse último sistema, a Secretaria tem realizado reuniões com os municípios incentivando a formação de consórcios intermunicipais, o que reduz os custos da adesão.

A defesa sanitária vegetal tem, por sua vez, o objetivo de evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através de ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial. Em 2013, a equipe de defesa sanitária vegetal da SEAPA fiscalizou 223 propriedades com certificação sanitária, realizou 337 inspeções e foram emitidas mais de 75,1 mil permissões de trânsito para produtos vegetais.

No que tange ao controle de insumos e serviços agropecuários, em 2013, foram fiscalizados pela Secretaria 596 estabelecimentos de comércio de insumos agrícolas.

A Expointer, exposição organizada pela SEAPA, apresentou, na sua edição de 2013, aumento de 62% na comercialização total e de 460% nos financiamentos de projetos de irrigação. Isso deve-se à integração entre políticas públicas (caso do Mais Água, Mais Renda - ação de incentivo à irrigação por aspersão) e o bom momento dos setores produtivos do campo.

Mais uma vez, o pavilhão da agricultura familiar foi o mais visitado da feira, tendo aumentado a sua participação nas vendas em 18,5%. Com isso, já se projeta a ampliação do espaço físico para esses expositores. As máquinas e implementos agrícolas bateram recorde de vendas, crescendo 62% com relação ao valor negociado em 2012. Os animais de raça ampliaram o seu preço médio de venda, mais do que compensando a menor quantidade de animais vendidos.

Comercialização	2012	2013
Animais	R\$13,7 milhões	R\$16,06 milhões
Artesanato	R\$1 milhão	R\$980 mil
Agricultura Familiar	R\$1,3 milhão	R\$1,5 milhão
Máquinas e Implementos Agrícolas	R\$2,02 bilhões	R\$3,27 bilhões
TOTAL	R\$2,04 bilhões	R\$3,3 bilhões

No período de 24 de agosto a 1º de setembro de 2013, a 36ª Expointer recebeu 384.527 visitantes.

Está em fase final de discussão com as entidades interessadas a remodelação do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil (onde é realizada a Expointer). A proposta é de realizar investimentos, através de Parcerias Público-Privadas (PPPs), na reestruturação que permitirá o funcionamento o ano inteiro. Entre as novidades do novo Plano Diretor estão: a criação de um centro educacional, destinado à capacitação; um parque tecnológico com foco na inovação e produtividade do setor agropecuário; museu agropecuário; Agrosopping, centro comercial de produtos e serviços agropecuários; centro de eventos; hotel; e Centro Institucional Agrofácil, similar ao Tudo Fácil, mas com serviços públicos e privados voltados ao campo.

A SEAPA ainda ampliou, em 2013, a sua participação no Plano Safra RS 2013/2014, sendo responsável por 24 das 51 novas medidas que compõem o Plano, divididas entre os eixos temáticos: Prevenção e Combate aos Efeitos da Estiagem (a SEAPA contribui com três medidas), Desenvolvimento Territorial e Combate às Desigualdades Regionais (15 medidas), Inclusão Produtiva e Combate à Pobreza Extrema (duas medidas), Recuperação da Capacidade de Investimento e de Gestão do Estado (duas medidas) e Melhoria da Infraestrutura (duas medidas). Entre as medidas dos Planos Safras 2011/2012 e 2012/2013 que ainda estão sendo executadas, totalizando 22, a SEAPA é responsável por 10 medidas.

A **Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)** é uma sociedade anônima de economia mista, vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio e tem no Estado do Rio Grande do Sul o seu acionista majoritário. Foi criada em dezembro de 1952, com a finalidade de suprir o setor agrícola de uma infraestrutura de armazenagem compatível com as crescentes safras gaúchas.

O objetivo principal da CESA é assegurar uma conveniente estocagem, tratamento e preservação de produtos perecíveis e deterioráveis confiados a sua guarda, possibilitando regular o fluxo das safras e facilitar a sua comercialização, já que é a entidade responsável pela política oficial de armazenamento do Rio Grande do Sul.

A CESA conta com uma rede operacional constituída de silos, armazéns graneleiros e convencionais, armazéns de carga geral e frigoríficos polivalentes. Ela atende a uma área de influência de 300 municípios e está estrategicamente distribuída junto a 24 diferentes zonas de produção e escoamento.

Atualmente, a Companhia conta com 22 unidades de silos e armazéns, realizando o recebimento, a análise, a limpeza, a secagem, o expurgo, a estocagem, a expedição e o transbordo de grãos e farelos – em 2013, a CESA recebeu mais de 568,7 mil toneladas nessas unidades. Já nos dois frigoríficos, a entidade recebeu mais de 2,2 mil toneladas de produtos para a pesagem, o resfriamento, o congelamento técnico, o beneficiamento, a padronização e expedição e a embalagem de produtos de origem vegetal e animal.

A **Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)** tem como missão produzir conhecimento e promover a geração de tecnologias e serviços, tendo como princípios o aumento da renda no setor primário e a responsabilidade social e ambiental, evidenciando a pesquisa agropecuária como fator estratégico para o desenvolvimento sustentável.

No PPA 2012-2015, a FEPAGRO possui responsabilidade sobre ações em dois programas finalísticos: Carne Gaúcha – A Melhor Carne do Mundo e Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária.

Dentro do programa Carne Gaúcha, a Fundação trabalha para a execução da ação Incremento Genético da Bovinocultura em Sistemas de Agricultura e Pecuária Familiar. Ela prevê a implantação do Centro de Biotécnicas Reprodutivas do Rio Grande do Sul (CBR) - até o momento já foi executado metade do projeto.

Faz parte da referida ação o Projeto Dissemina, que visa estimular o incremento da qualidade genética da pecuária de carne e de leite em sistemas familiares do Rio Grande do Sul por meio da inseminação artificial. Em 2013, foi implementada a primeira fase do Projeto, em que assinou-se convênio com 30 municípios, realizou-se a licitação para a compra de veículos e das doses de sêmen e o treinamento dos responsáveis técnicos, tendo repassado veículos, equipamentos e sêmen aos trinta primeiros convênidos. Para a ampliação do Dissemina, está sendo assinado o convênio com o Ministério da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário para estender para mais 174 municípios, e já estão sendo licitadas a aquisição de mais 200 veículos e kits de inseminação.

O Projeto Campo de Recria André Voisan também compõe a ação de Incremento Genético - uma parceria entre a FEPAGRO, UFPEL, IFRS, UNIPAMPA e Central de Cooperativas Terra Livre. No Campo de Recria, os estudantes dessas instituições de ensino, por meio de

estágio curricular, irão realizar todo o manejo de terneiras em fase de recria oriundas de agricultores familiares integrantes das cooperativas, até que elas estejam em idade própria para a inseminação. Os agricultores pagarão uma taxa mensal simbólica, para cobrir os custos da alimentação de seus animais. Através do Programa Dissemina, essas terneiras serão inseminadas para que as crias resultantes tenham um aprimoramento genético e melhor desempenho produtivo. Quando prenhes, as terneiras irão retornar aos seus proprietários, e os pesquisadores ainda vão acompanhar o desenvolvimento das crias após o nascimento, para avaliar os impactos dessa proposta nos sistemas de criação conduzidos pela cooperativa e suas afiliadas. Em 2013, a FEPAGRO recebeu 800 terneiras e inseminou 200 delas. Além disso, está preparando, para implementar no início de 2014, linhas de pesquisa na área animal e nutricional para serem realizadas no Campo.

O Programa Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária tem por objetivos ampliar e qualificar a produção de conhecimentos científicos, de forma a proporcionar maior produtividade e competitividade à agropecuária gaúcha.

Nesse sentido, a FEPAGRO, através do Centro Estadual de Meteorologia (CEMET), busca disponibilizar serviços de previsão de tempo e clima, de forma eficiente e eficaz, aos diversos setores da sociedade, bem como realizar pesquisas na área de agrometeorologia, relacionando as variáveis meteorológicas às atividades agropecuárias.

A equipe de meteorologistas e técnicos de apoio garantirá um serviço ágil de previsão de tempo e clima aos usuários das áreas de agricultura, defesa civil, energia, meio ambiente, saúde pública, entre outros. A equipe de pesquisadores em agrometeorologia continuará desenvolvendo pesquisas relacionadas aos impactos dos elementos meteorológicos e climáticos sobre a definição de rendimentos, zoneamentos agrícolas, épocas de semeadura e necessidades hídricas das principais culturas agrícolas do Estado, bem como análises de variabilidade, tendências e mudanças climáticas.

Em 2013, o CEMET disponibilizou à população 380 boletins de previsão do tempo, 19 Notas Técnicas de interesse da agropecuária, além de elaborar, semanalmente, informações sobre condições meteorológicas para serem publicadas no Informativo Conjuntural da EMATER-RS.

Está em fase final de elaboração o projeto da Biofábrica, que compreende a produção de agentes biológicos em âmbito experimental para controle de pragas e doenças e estimulantes de crescimento para produtos agrícolas. Tem como suporte o laboratório de Microbiologia agrícola situado na FEPAGRO Sede, que já possui coleção de rizóbios disponíveis para inoculação de gramíneas e leguminosas, bem como seleção de bacilos com potencial controlador de alguns insetos, também em estudos na Sede pelo Laboratório de Fitopatologia. Além destes, a FEPAGRO Santa Maria possui criação de vespas para controle biológico de lagartas e fungos antagonistas a doenças de plantas que estão em fase de estudos.

A etapa atual de constituição da Biofábrica também corresponde à busca de empresas e organizações parceiras para estabelecimento da planta, a ser localizada em Santa Maria ou em áreas da proximidade para realizarem a multiplicação dos agentes e os testes a campo nas áreas cultivadas, bem como a posterior indicação dos produtos para uso pelos agricultores. A Fundação tem visitado empresas, cooperativas e instituições públicas em âmbito nacional e

internacional, obtendo a sinalização de algumas para o interesse de atuação conjunta, tais como: LABIOFAM - Laboratório nacional de Cuba, que produz biopraguicidas, biofertilizantes e biocontroladores desde a década de 90; Bioagro - empresa gaúcha que produz inoculantes para soja, com tradição no mercado; COCEARGS - central de cooperativas da reforma agrária, que investirá em infraestrutura e quadro de pessoal para produção massal e distribuição dos produtos direto ao público-alvo; e EMATER - empresa de extensão rural que presta serviço ao estado e incluirá os produtos da biofábrica nas suas orientações técnicas e atividades de capacitação.

Buscando melhorar o gerenciamento da qualidade dos processos laboratoriais e apoiar a sanidade agropecuária, em 2013, a FEPAGRO implantou três novos sistemas de gestão, e para incentivar a produtividade científica da instituição, foram estabelecidas seis novas linhas de pesquisa, readequado um sistema de produção e concedidas 47 bolsas de iniciação científica.

Para proteger as pesquisas desenvolvidas pela Fundação, foram realizados os registros de quatro cultivares e publicados seis materiais técnico-científicos.

A FEPAGRO em parceria com a SEAPA, SDR, SOP, SDPI, IRGA e outras instituições (como Institutos Federais de Educação, Sindicato das Indústrias de Máquinas do RS, etc.) fez parte do Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto 50.603/2013, para a implantação de uma escola de irrigação, onde serão efetivadas ações de capacitação de técnicos e produtores rurais em sistemas de irrigação e uso eficiente da água. Atualmente, o Decreto elaborado pelo Grupo de Trabalho está em avaliação pela cúpula do Governo Estadual.

Por fim, cabe ressaltar que a FEPAGRO tem utilizado recursos do BNDES para a melhoria da infraestrutura dos seus centros de pesquisa. Foram realizadas duas licitações para a elaboração dos projetos de obra de dois centros e gastos R\$2,4 milhões na compra de equipamentos para 20 centros e já está licitado o mesmo valor para a compra de outros materiais e equipamentos.

O **Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)** tem por missão promover o desenvolvimento sustentável do setor orizícola gaúcho, por meio da geração e difusão de conhecimentos, informações e tecnologias, bem como propor políticas de interesse setorial e do consumidor.

Buscando concretizar a sua missão, o IRGA tem trabalhado dentro do Programa Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário, com a ação Orizicultura e Sustentabilidade e, no Programa Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária, com a ação Pesquisa para a Orizicultura.

A ação Orizicultura e Sustentabilidade abarca a maior parte das iniciativas de fomento executadas pelo IRGA. Em 2013, o órgão capacitou 1.256 produtores, em cursos com temas como gestão e planejamento da lavoura, monitoramento de pragas e doenças, secagem e armazenagem, etc. No mesmo sentido de difusão de tecnologia e conhecimento, participaram de eventos promovidos pelo IRGA 6.405 pessoas.

Uma atividade de grande importância, prestada pelo IRGA, para os orizicultores é a assistência técnica e extensão rural. Esses são trabalhos de atendimento aos produtores nas áreas que envolvem a cadeia produtiva do arroz. Têm abrangência na totalidade da área de cultivo do arroz no Estado, através das Equipes Regionais de Uruguaiana, Dom Pedrito, Cachoeira do Sul, Pelotas, Guaíba e Santo Antônio da Patrulha e seus respectivos Núcleos de

Assistência Técnica e Extensão Rural, que estão sediados em 39 municípios arrozeiros. Essa estrutura atinge 142 municípios do Rio Grande do Sul onde se cultiva arroz irrigado. A assistência técnica e extensão rural tem o propósito de levar ao produtor o conhecimento e a aplicação do processo tecnológico e gerencial da lavoura de arroz irrigado. Em 2013, foram assistidos pelos técnicos do Instituto 13.302 rizicultores, tendo sido realizados 12.672 atendimentos no escritório e no campo, vistoriadas 15.090 lavouras que produzem sementes certificadas e analisadas 12.517 amostras de sementes de arroz.

Para melhorar as condições em que ocorrem as capacitações, o IRGA está em fase de licitação da construção, na Estação Experimental de Cachoeirinha, do Centro de Excelência em Difusão de Tecnologias. E com objetivo de divulgar as cultivares de soja e arroz na várzea e os sistemas de manejo, foram instaladas 50 lavouras demonstrativas em 22 municípios gaúchos.

O IRGA realiza rotineiramente o acompanhamento da safra de arroz. Conforme, informações do órgão, na safra 2012/2013, foram semeados 1.078.833 hectares com produtividade média de 7.497 kg/ha, 35 quilos a mais que a safra anterior. Para a safra atual, 2013/2014, foram semeados 1.115.285 hectares de arroz, um acréscimo de 3,4% em relação a área da safra 2012/2013. Buscando o aprimoramento do acompanhamento das lavouras, o IRGA firmou parceria com a CONAB para realizar o monitoramento através de imagens georreferenciadas - até o final de 2013, os técnicos do instituto estadual haviam demarcado os polígonos de lavouras correspondentes a cada Núcleo e, no momento, estão sendo aguardadas as imagens geradas, que serão fornecidas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, para acompanhamento da safra 2013/2014.

O Instituto vem trabalhando, fortemente, para expandir o consumo de arroz, divulgando a sua importância na alimentação, características nutricionais e os seus usos alternativos. Em 2013, foram realizados 216 eventos em que participaram 13.580 pessoas.

O IRGA tem a atribuição legal de indenizar orizicultores que tiverem suas lavouras atingidas por granizo (até o dia 30 abril de cada ano). Em 2013, foram pagos R\$3,4 milhões em indenizações por perdas nas áreas plantadas com arroz.

Em 2013, foram iniciadas as recuperações e as construções de sete barragens em assentamentos da reforma agrária - em números isso representa: 9,7 mil hectares de barragens e o atendimento de mais de 620 famílias.

Com a ação Pesquisa para a Orizicultura, o IRGA busca cultivares e sistemas de alto potencial produtivo e qualidade adequada às exigências do mercado consumidor e inserção de novas tecnologias nas cultivares híbridas desenvolvidas. Em 2013, foram efetuadas 109 ações de pesquisa em cultivares, manejo da água de irrigação, fertilidade do solo e controle de pragas e doenças, distribuídas em 14 municípios da região arrozeira.

Também foram realizados 130 ensaios de campo para a qualificação de pesquisa nas várzeas, experimentos de pesquisa e ensaios científicos. Ainda foram desenvolvidas três cultivares de arroz e uma de soja adaptada à várzea, buscando maior sustentabilidade às propriedades rizicultoras.

Por fim, cabe destacar que o IRGA realizou, em 2013, 28 ações de fomento à adequação ambiental da lavoura e da propriedade.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Apoio à cadeia produtiva do leite
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Apoio à ovinocultura
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Correção do solo
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Desenvolvimento da erva-mate gaúcha
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Fomento à cadeia da silvicultura
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Fomento à cadeia produtiva do feijão
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Fomento à fruticultura
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Fomento aos produtos de base agropecuária
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Mais água, mais renda
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Política estadual de uva e vinho
SEAPA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Secagem e armazenagem na propriedade
SEAPA	Carne Gaúcha - A Melhor Carne do Mundo	Implantação do protocolo de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) em propriedades rurais
SEAPA	Carne Gaúcha - A Melhor Carne do Mundo	Implementação do módulo de rastreabilidade no SDA
SEAPA	Carne Gaúcha - A Melhor Carne do Mundo	Melhoria da competitividade das cadeias de carnes
SEAPA	Carne Gaúcha - A Melhor Carne do Mundo	Produção de carne em campo nativo
SEAPA	Carne Gaúcha - A Melhor Carne do Mundo	Promoção comercial da carne
SEAPA	Carne Gaúcha - A Melhor Carne do Mundo	Qualificação dos parques de exposições municipais
SEAPA	Carne Gaúcha - A Melhor Carne do Mundo	Rastreabilidade dos bovinos e certificação de propriedade
SEAPA	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Inovação Tecnológica
SEAPA	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Inovação Tecnológica
SEAPA	Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal	Controle de insumos e serviços agropecuários
SEAPA	Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal	Defesa agropecuária
SEAPA	Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal	Defesa em saúde animal
SEAPA	Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal	Defesa sanitária vegetal
SEAPA	Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal	Educação sanitária e comunicação social
SEAPA	Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal	Inspeção de produtos de origem animal
SEAPA	Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal	Inspeção de produtos de origem vegetal
IRGA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Orizicultura e sustentabilidade
IRGA	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Pesquisa para a orizicultura
IRGA	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Pesquisa para a orizicultura
FEPAGRO	Carne Gaúcha - A Melhor Carne do Mundo	Incremento genético da bovinocultura em sistemas de agricultura e pecuária familiar
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Implementação do Centro Estadual de Previsão e Monitoramento para a Prevenção de Desastres Naturais Relacionados a Fenômenos Climáticos
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Implementação do Centro Estadual de Previsão e Monitoramento para a Prevenção de Desastres Naturais Relacionados a Fenômenos Climáticos
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Implementação do Programa ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Qualidade em ensaios laboratoriais
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Resgate da missão da FEPAGRO e incentivo à produtividade científica

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
FEPAGRO	Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária	Resgate, registro e proteção dos cultivares das diversas espécies vegetais desenvolvidas pela FEPAGRO
CESA	Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário	Armazenagem da produção agrícola e pecuária gaúcha

Casa Civil

A **Casa Civil**, através do Programa Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital, busca prestar serviços ao Estado, adequando a Governadoria às demandas da Sociedade Gaúcha e ao conjunto dos órgãos estaduais, a fim de possibilitar o cumprimento do seu papel de centro político e institucional. Assim, constituem metas a serem alcançadas: o desenvolvimento e atualização da Governadoria, do ponto de vista tecnológico, patrimonial, e de comunicação com a sociedade, o aperfeiçoamento do controle e da transparência da Gestão Pública e o apoio às famílias em situação de extrema pobreza.

Entre outros objetivos estratégicos do Governo, de relevância para a população gaúcha, está em desenvolvimento o Programa RS Mais Igual, através do qual a Casa Civil busca elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema no RS, por meio da promoção das políticas públicas de proteção, inclusão social e de combate à miséria. Assim, por meio da ampliação e modernização das estruturas da Governadoria, a Casa Civil visa contribuir para a realização dos objetivos estratégicos do Governo do Estado.

RS Mais Igual

O RS Mais Igual é um programa transversal de erradicação da pobreza extrema do Governo do Rio Grande do Sul. Alinhado ao Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, o RS Mais Igual é dividido em três eixos de atuação: transferência de renda, acesso aos serviços públicos e geração de oportunidades/inclusão produtiva.

Caravana da Inclusão

Sob o comando da Casa Civil, a Caravana da Inclusão do RS Mais Igual está indo a diversos municípios do Estado para apresentar os novos critérios da transferência de renda do RS Mais Igual. No começo do ano, o Programa Nacional Brasil Carinhoso e a ampliação do Programa Bolsa Família garantiram que nenhuma família brasileira, desde que identificada e incluída no Cadastro Único, receba menos de R\$ 70,00 mensais.

Em 2013, o RS Mais Igual realizou 35 Caravanas da Inclusão, em 173 municípios de 12 regiões dos COREDES. No período, 62 mil famílias foram beneficiadas com a complementação de renda, o que representa 230 mil pessoas, e um investimento de R\$ 25 milhões.

O Governo do Rio Grande do Sul dá um passo adiante no enfrentamento à extrema pobreza e vai garantir uma renda mensal de R\$ 100,00 para os beneficiários do Programa Bolsa Família com crianças de até seis anos. A meta é que em 2014, esta etapa atenda 98 mil famílias em todo Estado, o que representa cerca de 360 mil pessoas beneficiadas.

A Casa Civil, por meio da Subchefia Administrativa, desenvolve as atividades de apoio administrativo, orientando, dirigindo e executando atividades de pessoal, finanças, protocolo, material e patrimônio, compras e serviços gerais para alguns dos órgãos que compõem a Governadoria do Estado. São eles: o Gabinete do Governador, o Gabinete do Vice-Governador, a Casa Civil, a Secretaria-Geral de Governo, a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento

Econômico e Social, a Secretaria de Comunicação e o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas.

No âmbito do desenvolvimento e atualização da Governadoria, do ponto de vista tecnológico e patrimonial destaca-se as seguintes ações:

Sistema RDA:

É um sistema desenvolvido pela PROCERGS em conjunto com a Autoridade Certificadora do Rio Grande do Sul (ACRS) que tem por objetivo disponibilizar um repositório online de documentos assinados digitalmente, também apresenta funções de remessa, revisão, atualização e assinatura online.

A PROCERGS desenvolveu uma interface do RDA específico para Governadoria, que permite a remessa dos documentos assinados digitalmente para emissão do Diário Oficial do Estado, isso através de uma integração de Sistemas. O objetivo é permitir ao Governador, Vice Governador e Secretários de Estado que possam assinar digitalmente de maneira online os documentos que devem ser publicados em Diário Oficial. Isso gera um processo de otimização na construção das matérias, celeridade na publicação, integridade na informação e considerável economia de papel no que tange a elaboração de documentos.

Sistema PROA:

É um sistema desenvolvido pela PROCERGS para elaboração de Processos Eletrônicos totalmente digitais. Tem por objetivo substituir os atuais processos em papel que são acompanhados pelo Sistema de Protocolo Integrado (SPI). Através da elaboração de um fluxograma de atividades, a Organização pode gerar processos internos ou externos de maneira eletrônica e sem a necessidade de impressão em papel. Soma-se a isso a utilização da assinatura digital. A Casa Civil está desenvolvendo um projeto piloto em conjunto com a PROCERGS, para implementação do PROA no tocante a assuntos internos num primeiro momento, como os pedidos de afastamento (férias e licença prêmio) bem como a solicitação de compras e serviços. Esse processo gera um fluxo de controle e consulta mais apurado e dinâmico sobre esses processos.

No que tange às questões de Gestão Pública Estratégica, do eixo desenvolvimento e atualização da Governadoria, há que se destacar a necessidade de fomentar a atualização e capacitação técnica e funcional para os servidores da Governadoria, a fim de customizar recursos, qualificar os investimentos e obter maior capacidade de atendimento das demandas. Para isso a Assessoria de RH através da Subchefia Administrativa viabilizou em 2013 a execução de um investimento de R\$ 24.000 entre as Secretarias da Governadoria, visando oferecer *Benchmarking*, atualização profissional e busca de soluções inovadoras para as Secretarias demandantes. Além disso, dos 800 servidores distribuídos nas Secretarias da Governadoria, capacitou 402 em ferramentas de trabalho que resultam em melhoria da qualidade de resposta dos serviços administrativos.

Ressalta-se a participação da Assessoria de RH em Projetos Estratégicos de ações transversais como o PROSER (Programa de Atenção à Saúde Física e Mental dos Servidores do

Estado do Rio Grande do Sul), coordenado pela SARH, no qual a Casa Civil tem assento na Coordenação Executiva, a fim de participar e viabilizar as diretrizes do Programa que tem por objetivo tratar das questões de valorização dos servidores pelo viés da saúde no trabalho. O resultado que se objetiva é de que se obtenha melhoria nas relações de trabalho e clima organizacional, redução dos índices de adoecimento e melhor aproveitamento do desempenho funcional. No ano de 2013, foi implantada ginástica laboral nas Secretarias da Governadoria, atingindo um volume de participantes de 400 servidores. Também foi realizado o I Torneio Esportivo entre Secretarias do Governo do Estado do RS que atingiu um número de 1.200 servidores. Além de campanhas anti-tabagismo e de vacinação (H1N1), que atingiram um público de 4.000 servidores e servidoras nas Secretarias do Governo do Estado do RS.

Sob a coordenação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Assessoria de RH da Casa Civil participou da elaboração do manual de Linguagem Inclusiva, resultado da meta estabelecida pelo Plano de Ações apresentado no Selo Pró-Equidade, de Gênero e Raça, concedido ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pela SPM Nacional e pela OIT e que faz parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A ação foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 49.994, de 27 de dezembro de 2012, que estabelece a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual.

Com relação às ações da Subchefia Jurídica e Legislativa da Casa Civil, que com seu trabalho busca o aprimoramento dos processos jurídicos e administrativos, em 2013 foram realizadas 3.565 publicações.

Dentro destas publicações, foram 210 leis, 1.096 decretos, 11 ordens de serviço e 2.248 atos do Governador. Também foram elaborados 137 termos de adesão, visando à execução do Programa RS Mais Igual.

No âmbito das ações realizadas em 2013, cabe ainda mencionar o trabalho realizado acerca da elaboração de Planos de Cargos e Salários das Fundações, que até então não possuíam regramento legal adequado. A organização do quadro de pessoal das Fundações, dentro de um Plano de Cargos e Salários, representa uma importante ferramenta para o avanço da qualificação do serviço público, uma vez que, dentre outras medidas, autoriza a realização de concurso público para o provimento de empregos públicos, define com clareza as atribuições de cada emprego, esclarece deveres e responsabilidades e fixa os níveis salariais, buscando assim atingir maior harmonia na organização e desenvolvimento do trabalho.

No ano de 2013 a Casa Civil, por intermédio da Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência, desenvolveu ações para aumentar a interação do cidadão com o Executivo Estadual, dar mais visibilidade e acessibilidade às informações públicas e formar servidores e agentes sociais, com vistas a aumentar a transparência pública, o engajamento cívico e o enfrentamento à corrupção.

Para isso, a primeira das ações consistiu no lançamento do portal Central do Cidadão: (www.centraldocidadao.rs.gov.br). O portal possui os seguintes canais: Serviço de Informação ao

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Cidadão-SIC, ouvidoria e denúncia. Todos estes canais compõem o sistema LAI desenvolvido pela PROCERGS.

Cabe registrar que em relação ao serviço de informação ao cidadão, ao longo do ano de 2013, foram realizadas adequações no sistema LAI para permitir um acesso mais ágil e facilitado a quem utiliza este serviço desde o ingresso do pedido até a fase recursal.

A segunda ação se refere à formação de servidores públicos e agentes sociais, que se materializa na ferramenta Cartilha da Transparência (www.cartilhatransparência.rs.gov.br). Somando-se a isso, foram realizados seis cursos de extensão para agentes sociais no interior do Estado por meio da FDRH/Rede Escola de Governo para disseminar a cultura da transparência na gestão pública.

A terceira ação consiste em inovar nas formas de apresentação das informações públicas e de interação governo sociedade, resultando nas seguintes ferramentas:

- Diálogos Virtuais, que é um espaço de colaboração e co-criação entre Governo e Sociedade por meio de *chat*, fórum e *Wiki*. (www.dialogosvirtuais.rs.gov.br).

- Mapa da Transparência apresenta a execução orçamentária, convênios e a distribuição dos servidores em formato geolocalizado, com visualização de dados para que o cidadão saiba onde estão sendo aplicados os recursos dos impostos (www.mapa.rs.gov.br).

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
CC	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	Apoio às famílias em situação de extrema pobreza
CC	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	Aprimoramento dos processos jurídicos e administrativos na Casa Civil
CC	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	Coordenação do Programa RS Mais Igual
CC	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	Incentivo à Ética Pública, à Transparência e ao Combate à Corrupção
CC	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	Observatório Social
CC	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	Restauração integral e readequação de instalações das edificações da Governadoria

Casa Militar

A Casa Militar (CM) tem como competências a execução e administração dos recursos necessários às atividades de segurança militar e pessoal do Governador do Estado e de seus familiares; o assessoramento em atividades de natureza militar; a recepção e segurança de autoridades em visita oficial ao Estado do Rio Grande do Sul; e, a coordenação, o planejamento e a execução das ações de Defesa Civil.

A Subchefia de Operações é responsável pela segurança do Palácio Piratini e da residência do Governador, mantendo recursos humanos e videomonitoramento 24 horas por dia, além da segurança permanente do Palácio das Hortênsias, em Canela. Por ocasião de visitas oficiais de autoridades no Estado, organiza, acompanha com Assistência Militar e assume a segurança. Em 2013, a Casa Militar recebeu 49 autoridades nacionais e estrangeiras.

No que diz respeito à qualificação profissional da Casa Militar, foram realizados sete cursos na área de segurança de autoridades, onde foram capacitados 121 servidores que compõem o efetivo do Palácio Piratini, promovendo melhorias na segurança governamental, precursoria e acompanhamento ao Governador, ao Vice-Governador e à Primeira Dama, em eventos oficiais na Capital e no Interior.

No ano de 2013, foi criada, no âmbito da Casa Militar a equipe de emergências sociais, que será acionada, em casos de desastres, em apoio a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela Defesa Civil, durante o ano de 2013, pode-se destacar a realização de 61 cursos nessa área, para gestores municipais de Defesa Civil, nos quais foram capacitados 2.623 gestores.

O Projeto Defesa Civil na Comunidade, desenvolvido em todo o Estado capacitou 1.675 crianças. Durante o Programa Verão numa Boa 2012-2013 foram capacitadas 252 crianças como agentes Mirins de Defesa Civil, em oito municípios do litoral gaúcho. O projeto foi desenvolvido nas praias do Litoral Norte, onde foram capacitados também 16 voluntários, entre funcionários, professores e educadores da região, engajados no auxílio ao projeto e em ações de cunho social.

Através da ação de implementação do Sistema de Prevenção e Atendimento em Acidentes Envolvendo Cargas com Produtos Perigosos, foram realizadas quatorze Operações de Fiscalização e Prevenção a Desastres com Produtos Perigosos, nos Municípios de Lajeado, Uruguaiana, Gravataí, Novo Cabrais, Farroupilha, Rio Grande, Erechim, Osório, Santo Ângelo, Camaquã, Santa Rosa, Vacaria, Monte Negro, São Gabriel.

No atendimento a comunidades em situação de emergência, o Governo do Rio Grande do Sul, através da Defesa Civil, disponibilizou, para os municípios atingidos, os seguintes materiais: 28.971 telhas de fibrocimento; 1.372 cestas-básicas; 1.500 Kits dormitórios (toalhas, lençóis, travesseiros, cobertores e fronhas).

Desde 2011, a Casa Militar conta com uma Central de Doações de caráter permanente em Porto Alegre, cuja atuação principal se dá na “Campanha do Agasalho”, embora a arrecadação e a distribuição de donativos ocorram durante todo o ano. No ano de 2013, o saldo de atendimento totalizou: 30.786 kg de alimentos arrecadados, 1.389.830 unidades de donativos arrecadados, 197 municípios atendidos, 158 entidades assistenciais e 40 aldeias indígenas atendidas.

Quanto à qualificação das ações de Defesa Civil, foram realizadas as atividades descritas a seguir:

- Pesquisa de Diagnóstico de Capacidades e Necessidades de Formação em Gestão de Riscos de Desastres, promovida pelo programa das nações unidas para o desenvolvimento.
- Continuidade na implantação da Análise Preliminar de Risco, em que, de forma progressiva, as Regionais de Defesa Civil (REDECs), em parceria com as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil, identificaram os desastres mais recorrentes e elaboraram Planos de Contingência em 121 municípios, com o envolvimento de todos os órgãos municipais necessários a uma resposta mais adequada ao desastre.
- Início de projeto, a partir da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul (CEDEC/RS), com o apoio do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEPED/UFRGS), e da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional (SEDEC/MI). O Estudo beneficiará a população, a administração local e as estruturas municipais de defesa civil das dezenas de municípios componentes da Bacia do Taquari-Antas, no desenvolvimento de uma estratégia de prevenção de riscos de desastres. O projeto, com custo total de R\$ 2.332.559,00, foi financiado pela SEDEC/MI.
- Realização de nove Exercícios Simulados de Desastres, com ações de Socorro, Ajuda Humanitária e Resposta da Defesa Civil, nos municípios de Barra do Guarai, Pinheirinho do Vale, Carazinho, Santa Rosa, São Jerônimo, Venâncio Aires, Marques de Souza, Santana do Livramento e Santo Ângelo. Nesse último município, o simulado contou com uma participação recorde em nível Nacional, de mais de 3.240 pessoas. Já em Santana do Livramento, realizou-se o primeiro simulado internacional de catástrofe na fronteira, desenvolvido de forma integrada entre Santana do Livramento e Rivera, no Uruguai.
- Realização de nove edições do Curso de Gestão e Proteção de Defesa Civil, junto às Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. Participação de 359 municípios e capacitação de 708 coordenadores em instruções básicas de gerenciamento de abrigos e sistema de comando de incidentes.
- Capacitação de 406 gestores municipais de defesa civil, oriundos de 129 municípios, para o atendimento a desastres.
- Cursos e instruções do sistema integrado de informações de desastres (S2Id), fiscalizações de produtos perigosos (P2R2). Total de 2.532 pessoas instruídas.
- Qualificação de 15 servidores da Defesa Civil Estadual em cursos ministrados por instituições externas: Bases Administrativas para Gestão de Riscos - BAGER, organizado e executado pela SEDEC/MI e USAID/OFDA-LAC (Oficina de Assistência a Desastres) e o Curso de Instrutor de Bases Administrativas para Gestão de Riscos -

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

BAGER, organizado e executado pela SEDEC/MI e USAID/OFDA-LAC (Oficina de Assistência a Desastres).

- Apoio no gerenciamento às vítimas e familiares do incêndio na “Boate Kiss”, com a constituição e coordenação de uma equipe multidisciplinar de apoio às famílias das vítimas internadas em hospitais de Santa Maria e em outros municípios;
- Participação da Defesa Civil Estadual no X Fórum Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, em parceria com a Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública de Joinville/SC e da Secretaria de Estado de Defesa Civil de Santa Catarina, com o objetivo de fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil, melhoria do trâmite dos processos nos municípios, estímulo de ações municipais de defesa civil, apresentações de trabalhos e estímulo de ações locais de prevenção e redução de riscos de desastres.
- Realização de dois Workshops de Defesa Civil visando ao fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil.
- Participação da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, através da mobilização dos municípios para a realização de Conferências Municipais e organização da 2ª Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil, a ser realizada em abril de 2014.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
CM	Defesa Civil	Aparelhamento da Defesa Civil do Estado
CM	Defesa Civil	Atendimento a comunidades em caso de Calamidade Pública ou Situação de Emergência
CM	Defesa Civil	Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários
CM	Defesa Civil	Implementação do Sistema de Monitoramento e Alertas Meteorológicos para a Prevenção de Desastres Naturais
CM	Defesa Civil	Implementação do Sistema de prevenção e atendimento em acidentes envolvendo cargas com produtos perigosos
CM	Defesa Civil	Promoção da estruturação das COMDECs
CM	Defesa Civil	Promoção de Campanhas de Ajuda Humanitária
CM	Defesa Civil	Qualificação das ações de Defesa Civil
CM	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	Aquisição de Aeronave Governamental
CM	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	Melhoria da Segurança Governamental e instalações

Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

Inovação. Tecnologia. Ainda que sejam palavras recentes para muitos setores, elas estão presentes no DNA gaúcho. Já em 1919, o Governo do Estado começou a investir em pesquisa científica a partir da criação da primeira Estação Experimental, no município de Veranópolis. A posterior instalação de outras estações experimentais em diversas regiões seria responsável por impulsionar decisivamente a agropecuária no Rio Grande do Sul.

Com base na necessidade de avançar em outras áreas, foi criado, em 1942, o Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul (ITERS). Já a pesquisa no meio acadêmico gaúcho foi impulsionada anos mais tarde, em 1964, com o surgimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Durante a década de 1970, ampliou-se o processo de industrialização. Nesse período, o Estado viveu a expansão de setores como o mecânico e o de material de transporte. Também por isso, a crescente importância da pesquisa para o desenvolvimento da produção gaúcha provocou avanços significativos no ITERS, fazendo com que, em 1972, surgisse, em seu lugar, a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) para prestar serviços tecnológicos a empresas públicas e privadas.

Passados 15 anos, o Estado criou um órgão específico para gerir a área. Surgiu, em 1987, a Secretaria Extraordinária da Ciência e Tecnologia que, três anos depois, após aprovação pela Assembleia Legislativa, foi batizada como Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. Em 2011, o órgão passou a ter o nome atual: **Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT)**.

A essa estrutura agrega-se, também, a **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)**, aportando importante estrutura acadêmica de ensino universitário e pesquisa.

As ações da área de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico estão organizadas, no Plano Plurianual 2012-2015, nos seguintes programas:

- RS Tecnópole, que tem por objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, através da articulação de atores das Universidades, dos Setores Produtivos e do Poder Público, em todas as regiões do Estado, visando fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo, oportunizar o desenvolvimento regional, impulsionar os habitats de inovação e constituir uma rede estadual de parques científicos e tecnológicos, respeitando as características regionais e, com isso, estimulando os setores estratégicos e valorizando o potencial humano existente no Estado.
- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, voltado ao fortalecimento da pesquisa científica e à criação de condições para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul, com ações desenvolvidas pela FAPERGS.
- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços, cujo objetivo é estimular a competitividade do setor produtivo gaúcho através de estímulo à capacitação e à inovação na produção do conhecimento, desenvolvimento e transferência de tecnologias inovadoras, aumento do valor agregado dos produtos e processos, qualificação, atração e fixação de recursos

humanos e de empresas de base tecnológica, além da viabilização de captação de recursos para ciência, tecnologia e inovação. Suas ações são desenvolvidas no âmbito da CIENTEC.

- Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública, que tem como objetivo estabelecer serviços integrados de ensino, pesquisa e extensão, articulados com as realidades regionais e com as áreas de conhecimento da UERGS (Ciências Humanas, Ciências Exatas e Engenharias, Ciências da Vida e do Meio Ambiente).
- Inclusão Social e Promoção Acadêmica, que visa prover programas de estímulo para o desenvolvimento acadêmico do público-alvo e viabilizar o acesso, a permanência e a formação do público hipossuficiente economicamente e/ou com deficiência nos serviços universitários.

Programa RS TECNÓPOLE

Tecnópole é uma região que se transforma para enfrentar os desafios da sociedade do conhecimento tendo, com fatores fundamentais, a educação e a capacidade de inovar. A inovação e a difusão tecnológica tornaram-se elementos fundamentais ao desenvolvimento regional e o estímulo aos habitats de inovação tem sido uma das principais alternativas utilizadas pelos agentes públicos na busca do desenvolvimento de suas regiões. Os habitats de inovação são ambientes propícios ao desenvolvimento tecnológico, dotados de infraestrutura adequada, de programas que estimulam a sinergia entre poder público, meio empresarial e acadêmico. Nesse sentido, o Programa RS Tecnópole visa guiar o RS através do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em todas as regiões do Estado, objetivando:

- Impulsionar os habitats de inovação,
- Criar um rede de parques tecnológicos,
- Fomentar a cultura de inovação,
- Promover o desenvolvimento regional.

O Programa RS Tecnópole propõe-se, deste modo, a articular com ações desenvolvidas por outras secretarias e instituições, bem como desenvolver novas ações alinhadas com as diretrizes estratégicas do Estado e do governo federal, e com as melhores práticas internacionais.

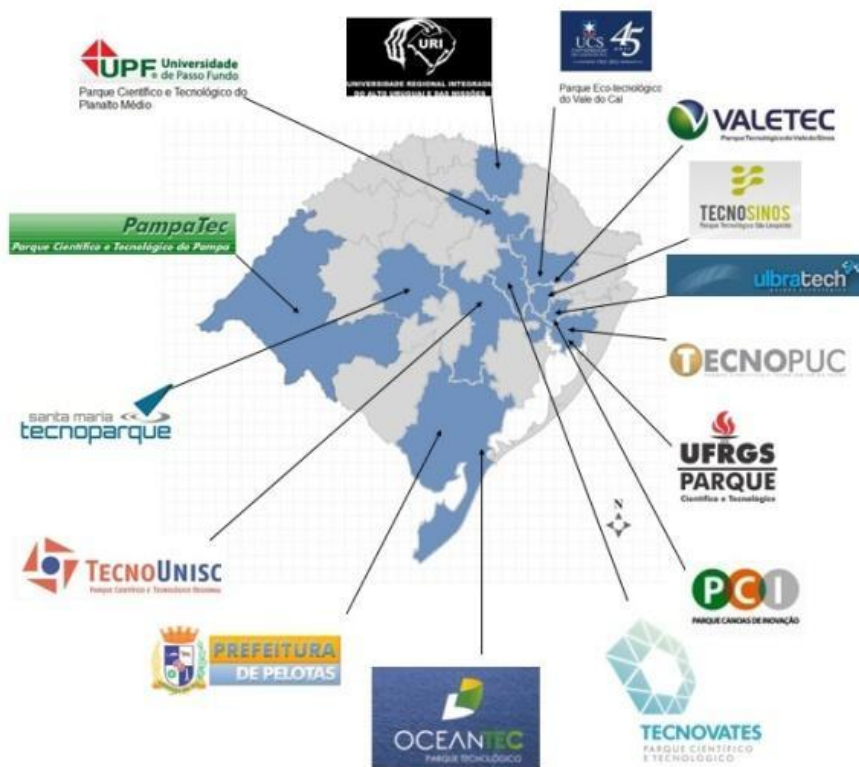
O Programa conta com recursos das operações de crédito firmadas pelo Governo do Estado com o BNDES e com o BIRD, tendo movimentado, nos de 2012 e 2013, recursos da ordem de R\$ 32 milhões nas ações de apoio aos Parques e Polos Tecnológicos.

Um dos eixos de atuação do Programa é o estabelecimento de uma rede de parques científicos e tecnológicos no Rio Grande do Sul. Fortemente ligados às universidades, esses empreendimentos geram inovação, para eles convergindo empresas de tecnologia e profissionais altamente qualificados, gerando postos de trabalho, investimentos privados e criando produtos e serviços essenciais ao desenvolvimento do Estado.

O Programa atua no desenvolvimento tecnológico regional, prevendo ações para regiões específicas através de políticas de incentivo, com atração e retenção de investimentos de alto valor agregado. Atualmente, três linhas de ações regionais estão propostas: Polo Metropolitano de Alta Tecnologia; Polo Naval e Interiorização do Desenvolvimento Tecnológico.

- Parques Científicos e Tecnológicos

O foco do Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTEC) reside em criar, no Rio Grande do Sul, ambientes para a instalação de empresas inovadoras, além de centros de pesquisa e desenvolvimento de grandes empresas – locais que impulsionem o empreendedorismo, favoráveis à competitividade, e que incentivem práticas tecnológicas. Criado em 2009, o programa conta atualmente com 15 parques credenciados, distribuídos em diversas regiões do Estado, havendo espaço para uma rede ainda maior.



Os parques são resultado da união de esforços entre universidades, governos e empresas e podem ser responsáveis pela reconfiguração urbana e econômica de uma cidade ou região. Pode-se dizer que o programa tem sucesso na sua implementação, sendo responsável pela criação de mais de 10 mil empregos diretos. Juntamente com o apoio aos Polos Tecnológicos, prevê-se significativo incremento na aplicação de recursos no ano de 2014, provenientes basicamente dos financiamentos do BIRD e do BNDES.

- RS Incubadoras

As incubadoras são responsáveis por fazer a conexão entre pesquisa científica, transferência de tecnologia e desenvolvimento de novos produtos. Para dar suporte a esse tipo de atividade no Estado, foi criado, em 2012, o Programa RS Tecnópole de Apoio às Incubadoras de Base Tecnológica e de Indústria Criativa.

Responsáveis por acompanhar projetos desde a sua concepção, as incubadoras dão apoio a novas ideias e negócios. Elas abrem novos mercados no Rio Grande do Sul, estimulando a economia das regiões onde estão inseridas. A consolidação das incubadoras contribui para a atração de investimentos em atividades com foco no conhecimento e inovação tecnológica, relacionados a diversos setores.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Novas incubadoras podem se inscrever a qualquer momento para captar recursos do Programa, já que há editais para a liberação de verbas a cada ano, com número crescente de projetos disputando a seleção. Em 2013, foram destinados recursos do BIRD para editais destinados às incubadoras e à indústria criativa, envolvendo recursos da ordem de R\$ 10 milhões, tendo sido captados 44 projetos, que se encontram em análise.

Atualmente, existem 19 incubadoras de base tecnológica e de indústria criativa credenciadas no Programa, espalhadas em diferentes regiões gaúchas, e que integram o sistema de ciência, tecnologia e inovação do Estado.

INCUBADORA	ATORES	LOCALIZAÇÃO
CIEMSUL – Centro de Incubação de Empresas da Região Sul	UCPEL	Pelotas
HESTIA – Incubadora Tecnológica	UFRGS	Porto Alegre
IEITEC – Instituto Empresarial de Incubação e Inovação Tecnológica	Prefeitura – Unilassale- Monteiro Lobato	Canoas
ULBRATECH – Incubadora Tecnológica	ULBRA	Canoas
CRIATEC – Incubadora de Empresas de Inovação Tecnológica	UNIJUÍ	Ijuí
URINOVA - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da URI	URI	Santo Ângelo
ITEC – Incubadora Tecnológica de Caxias do Sul	Prefeitura – UCS – CIC	Caxias do Sul
Incubadora de Negócios da ESPM – Sul	ESPM	Porto Alegre
UNITEC – Unidade de Inovação e Tecnologia	UNISINOS	São Leopoldo
CEI – Centro de Empreendimentos em Informática	UFRGS	Porto Alegre
Incubadora de empresas de Inovação Tecnológica do Centro Universitário Franciscano - UNIFRA	UNIFRA	Santa Maria
ITEF – Incubadora Tecnológica da Feevale	Feevale	Novo Hamburgo
RAIAR – Incubadora Multisetorial de Base Tecnológica da PUCRS	PUCRS	Porto Alegre
INOVATES – Centro Tecnológico	UNIVATES	Lajeado
ITCientec – Incubadora tecnológica	CIENTEC	Porto Alegre
Incubadora Tecnológica do PoloSul.org	Sociedade Polo de Exportação de Serviços de Software do Planalto Médio – PoloSul.org: UPF, Prefeitura de Passo Fundo e iniciativa privada	Passo Fundo
IECBIOT – Incubadora Empresarial Centro de Biotecnologia	UFRGS	Porto Alegre
ITUNISC – Incubadora Tecnológica da UNISC	UNISC	Santa Cruz do Sul
ITSM - Incubadora Tecnológica de Santa Maria	UFSM	Santa Maria

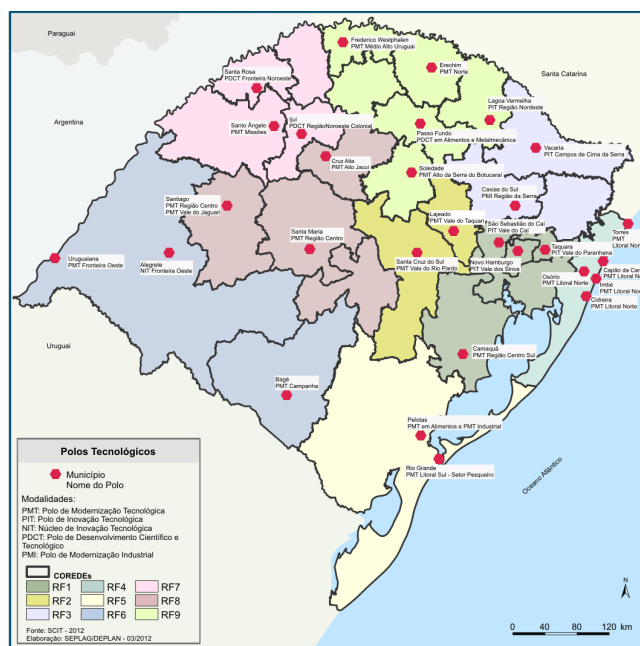
- Polos Tecnológicos

Os Polos Tecnológicos podem nascer de uma ideia individual, ou de um projeto de pesquisa. Não precisam, necessariamente, de uma grande estrutura e são responsáveis por disseminar a transferência tecnológica e inovação no Estado.

Criado em 1989, o programa que apoia os polos tecnológicos gaúchos tem forte impacto nas comunidades regionais. Atualmente, o Estado possui 26 deles, distribuídos em 24 regiões, e que se transformaram em modelo de descentralização do desenvolvimento tecnológico.

O público-alvo são universidades, COREDEs, municípios, empresas, associações, entre outros. Na formação dos Polos, esses atores em conjunto definem as unidades executoras e as áreas de atuação. O apoio aos projetos dos polos ocorre através de editais ou pela Participação Popular Cidadã, em que a parceria com empresas locais, comprometidas com o desenvolvimento de novas tecnologias e inovação, é importante.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014



Em 2013, foram apoiados 22 projetos assim distribuídos:

Polo	Instituição	Projeto	Apoio da SCIT R\$
Médio Alto Uruguai	URI	Desenvolvimento de carrapaticida a base de plantas para uso em bovinos Objetivo Geral: Elaborar um biocarrapaticida a base de plantas, não prejudicial ao meio ambiente e de baixo custo.	460.563,40
Produção	UPF	Desenvolvimento de Vacinas, Métodos de imunização e diagnóstico de doenças em suínos e pescados Objetivo Geral: Desenvolver vacinas imunoestimulantes para a prevenção de doenças em suínos e pescados, bem como a formulação de métodos de diagnóstico de microorganismos patogênicos, contribuindo para a produção sustentável de suínos e peixes.	492.083,00
		Valoração de Soro de Leite através de Processos de Filtração por Membranas e bioprocessos Objetivo Geral: Desenvolver processos e produtos para a valoração de soro de leite, possibilitando agregar valor a este importante subproduto da indústria de laticínios.	318.500,00
		Alternativa de produção de milho geneticamente modificado resistente a insetos Objetivo Geral: Desenvolver novas metodologias para a produção de plantas de milho geneticamente modificadas, resistentes a insetos, através da engenharia genética.	R\$ 981.426,25
Alto Jacuí	UNICRUZ	Incremento da Cadeia Produtiva de Plantas Medicinais Objetivo Geral: Produzir espécies medicinais vegetais, viabilizando a diversificação da agricultura, incentivando a cadeia produtiva e o avanço no desenvolvimento científico e tecnológico com estudos biotecnológicos e bioquímicos.	449.879,00
Vale do Jaguari	URI	Desenvolvimento de novos antimicrobianos a partir de plantas medicinais nativas da região Centro Oeste do Rio Grande do Sul Objetivo Geral: Explorar o uso farmacológico de plantas medicinais nativas da região Centro-Oeste do Estado através da implementação de ações voltadas ao seu melhor aproveitamento na elaboração de fitoderivados com ação antimicrobiana.	1.067.952,94
Sul Alimentos	UFPEL	Melhoria na Qualidade dos Produtos Alimentícios Minimamente Processados Objetivo Geral: Desenvolver processos para a elaboração de frutas e hortaliças minimamente processadas, bem como a formulação de produtos diferenciados de qualidade, visando à agregação de valor na cadeia produtiva da região Sul.	1.492.555,36

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Polo	Instituição	Projeto	Apoio da SCIT R\$
		Extrusão de Matérias Primas Regionais para Agroindústrias Familiares Gaúchas Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento de agroindústrias familiares locais, agregando valor às matérias-primas regionais de baixo valor, capacitando o agricultor familiar.	492.009,90
Vale do Rio dos Sinos	FEEVALE	Aplicação de processo de separação de membranas para o reuso de água industrial Objetivo Geral: Aplicar o processo de separação por membranas (eletrodialise e osmose inversa) ao tratamento convencional de efluentes industriais, visando ao reuso da água no processo produtivo, reduzindo o volume de água captada da bacia hidrográfica do Rio Caí e os impactos ambientais decorrentes do lançamento de efluentes no solo.	488.074,23
Central	UFSM	Prospecção e Desenvolvimento de Bioinseticidas a base de quitinases Objetivo Geral: Bioprospecção de quitinases de microrganismos, a partir dos recursos biológicos do Bioma Pampa e desenvolvimento do processo de produção de quitinases através de fermentação.	496.690,00
		Obtenção de produtos com alto valor agregado a partir da reciclagem de resíduos poliméricos Objetivo Geral: Desenvolver um processo capaz de transformar resíduos poliméricos em produtos com alto valor agregado a partir da pirólise, permitindo o aumento da produção, o incremento no valor dos produtos, bem como a melhoria das condições de trabalho para as associações parceiras do projeto, gerando novos empregos e melhoria na renda.	1.494.353,60
Vale do Caí	UCS	Componentes Cerâmicos de Elevado Desempenho Térmico e Acústico - CTA Objetivo Geral: Desenvolver corpos cerâmicos com características físicas e mineralógicas que permitam a fabricação, a partir das matérias-primas regionais, de produtos de elevado desempenho térmico e acústico para a indústria da construção civil.	1.482.009,72
		Desenvolvimento de pavimentos com alto desempenho frente ao desgaste e ao atrito Objetivo Geral: Desenvolver pavimentos cerâmicos com adição de resíduos de rocha com alto desempenho frente ao desgaste abrasivo e ao atrito.	493.150,23
		Vitrocerâmicos Desenvolvidos a partir de Rochas Ígneas da Formação Serra Geral Objetivo Geral: Desenvolver, em escala de laboratório, tratamentos térmicos de rochas ígneas da formação Serra Geral a fim de desenvolver produtos inovadores como tubos, canaletas ou blocos resistentes ao ataque químico, com propriedades adequadas para diferentes usos industriais.	458.079,40
		Aditivos de fontes renováveis para Fabricação de produtos cerâmicos Objetivo Geral: Desenvolver formulação, através do uso de aditivos renováveis, em processos de conformação de cerâmica, para desenvolvimento de peças cerâmicas por moldagem por extrusão.	433.780,91
Serra	UCS	Laboratório de apoio integrado ao desenvolvimento ágil de novos produtos para o setor eletroeletrônico Objetivo Geral: Desenvolver protótipos funcionais que visem a agilizar os testes de novos produtos nas empresas da região, bem como certificar protótipos.	499.187,23
Campanha	UNIPAMPA	Desenvolvimento de Tecnologias em Energia e Carboquímica na região de Campanha Objetivo Geral: Desenvolver processos para o aproveitamento dos produtos de gaseificação, gás de síntese e cinzas, visando ao uso mais limpo do carvão mineral da jazida de Candiota.	1.389.600,97
Fronteira Oeste	UNIPAMPA	Aumento da Produtividade do Mel na Região da Fronteira Oeste Objetivo Geral: Implementar ações para o fortalecimento do setor Apícola na região através de pesquisa em Biotecnologia, visando ao aumento da qualidade e produtividade do mel.	395.589,54
Nordeste	UPF	Centro Vocacional e de Inovação Tecnológica da Indústria Moveleira em Lagoa Vermelha Objetivo Geral: Criar um Centro Vocacional e de Inovação Tecnológica da Indústria Moveleira na região de Lagoa Vermelha, buscando o desenvolvimento social e econômico deste setor produtivo na área de atuação do COREDE Nordeste.	762.565,35
Rio da Várzea	UPF	Universidade de Passo Fundo Projeto: Núcleo de Capacitação e Inovação Tecnológica no Polo Têxtil da Região de Sarandi Objetivo Geral: Implantar e desenvolver uma unidade de serviço, que através da capacitação, inovação e desenvolvimento tecnológico, disponibilize conhecimentos técnicos ao setor produtivo têxtil regional.	276.117,50

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Polo	Instituição	Projeto	Apoio da SCIT R\$
Vale do Taquari	UNIVATES	Centro Universitário Univates Projeto: Controle de Ácaros Associados à Aves de Postura de Ovos Comerciais Objetivo Geral: Definir e implementar um plano de manejo para o controle do ácaro <i>Dermanyssus gallinae</i> associado a aves de postura em empresa avícola do estado do Rio Grande do Sul.	96.402,09
Total			14.520.570,62

- Pró-Inovação

Investir em pesquisa científica e tecnológica dentro das empresas é condição primordial para abrir novos mercados e encontrar soluções para o desenvolvimento organizacional. Instituído em 2010, o Programa Pró-Inovação é um instrumento fiscal para empresas inovadoras que reduz em até 75% o ICMS incremental gerado pela empresa.

O Programa amplia a sinergia com entidades de pesquisa, poder público e iniciativa privada, aumentando a oportunidade real de aplicar a pesquisa científica e tecnológica no sistema produtivo. A empresa apoiada pode ainda usufruir de outros benefícios fiscais, como o Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS). O programa opera em fluxo contínuo, com prazo de fruição de três anos, podendo ser repactuado por igual período.

Operado em parceria com a SDPI e a SEFAZ, contemplou, em 2012, projetos apresentados por sete empresas.

A **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)** foi criada pela Lei nº 4.920, de 31 de dezembro de 1964, com a finalidade de ser uma agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Rio Grande do Sul, de acordo com as políticas fixadas para o setor. Vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), é mantida por recursos do Tesouro do Estado, conforme Lei nº 9.103, de agosto de 1990, e recursos provenientes de convênios ou de parcerias.

As ações a cargo da FAPERGS estão organizadas sob o programa Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, pelo qual foram aplicados recursos da ordem de R\$ 35 milhões, em 2013, em ações de concessão de bolsas e auxílios à pesquisa, como detalhado a seguir.

- Bolsas

Em 2013, foram concedidas e/ou mantidas 1.914 bolsas de Iniciação Científica - BIC e de 380 bolsas de Iniciação Técnica - BIT, em agosto de 2013, com vigência de até 12 meses. Com parte do Programa Universidade para Todos - ProUni, foram concedidas 155 bolsas de estudo para formação de recursos humanos em cursos superiores de base tecnológica, com vigência de até 36 meses (70 bolsas com vigência a partir do primeiro semestre de 2013 e 85 a partir do segundo semestre).

Foram também concedidas 35 bolsas de Pós-Doutorado - DOCFIX, com o objetivo de fixar doutores para atuarem em projetos de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em núcleos de inovação e transferência de tecnologia (NITs) e nos programas de pós-graduação (PPG) gaúchos, com vigência de até 48 meses. Houve a concessão de 03 bolsas de Pós-Doutorado em Inovação Tecnológica - POSDOC-IT, para profissionais, com titulação de

doutor, executarem projetos de inovação tecnológica, no ambiente de empresas localizadas em polos tecnológicos no RS, com vigência de até 24 meses.

As seguintes ações, iniciadas em exercícios anteriores, tiveram continuidade em 2013:

- Concessão de 15 bolsas de Mestrado - CMH, para professores do ensino estadual, em Ciências, Matemática e Humanidades, de 25 bolsas de Mestrado - MEST e 64 bolsas de Doutorado - DOUT, para apoiar a formação de recursos humanos, em março de 2012, com vigência de até 36 meses.
- Concessão de 5 bolsas no Programa IP-K, com o objetivo de conceder recursos para estudantes universitários gaúchos para o desenvolvimento de trabalhos junto ao IP-K, que é uma instituição de pesquisa acadêmica privada ligada ao Instituto Pasteur na França, sem fins lucrativos, e reconhecida internacionalmente como uma das líderes na descoberta de novos medicamentos utilizando novas tecnologias, tais como ensaios celulares aliados a triagem em alta escala e análise automatizada de imagens.
- Concessão de 1.855 bolsas de Iniciação Científica - BIC e de 376 bolsas de Iniciação Técnica - BIT, em agosto de 2012, com vigência de até 12 meses.
- Concessão de 42 bolsas de complementação de Pós-Doutorado - COMPL-POSDOC, visando aumentar a competitividade dos Programas de Pós-Graduação com a atração e fixação de doutores nos Programas de Pós-Graduação das IES do RS, com vigência de até 48 meses.
- Concessão de 02 bolsas de Pós-Doutorado em Inovação Tecnológica - POSDOC-IT, para profissionais, com titulação de doutor, executarem projetos de inovação tecnológica, no ambiente de empresas localizadas em polos tecnológicos no RS, com vigência de até 24 meses.
- Concessão de 106 bolsas de Pós-Doutorado - DOCFIX, com o objetivo de fixar doutores para atuarem em projetos de pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em núcleos de inovação e transferência de tecnologia (NITs) e nos programas de pós-graduação(PPG) gaúchos, com vigência de até 48 meses.

- Auxílio à pesquisa

Além da concessão de bolsas, como antes detalhado, a FAPERGS desenvolve ações voltadas ao auxílio às atividades de pesquisa, em que se destacam as seguintes realizações:

- Fomento ao Intercâmbio Científico, Tecnológico, Artístico e Cultural:
 - Participação em Eventos: 94 projetos
 - Organização de Eventos: 136 projetos
- Pesquisador Gaúcho, visa apoiar a execução de projetos de pesquisa em ciência, tecnologia ou inovação que contribuam para o desenvolvimento desses temas no Rio Grande do Sul, em qualquer área do conhecimento: 33 projetos;
- Auxílio Recém Doutor, para promover a inserção de recém-doutores e dar-lhes condições mínimas necessárias, para o desenvolvimento de pesquisa em ciência, tecnologia ou inovação em instituições de ensino públicas ou privadas, sem fins lucrativos, sediadas no RS: 2 projetos.
- Pesquisa em ciência, tecnologia e inovação sobre gestão pública, que tem por objeto apoiar projetos de pesquisa nas áreas de concentração Gestão Pública e Democracia, Estado e Sociedade Civil e Desenvolvimento Sustentável, Tecnologia, Inovação e

Pesquisa, por meio de projetos submetidos por pesquisadores doutores que tenham vínculo empregatício, celetista ou estatutário, com Instituições de Ensino Superior Públicas ou privadas sem fins lucrativos, sediadas no Estado do Rio Grande do Sul e que sejam parceiras da Rede Escola de Governo: 17 projetos;

- Pesquisador visitante sênior no estado do Rio Grande do Sul, que é voltado para pesquisadores doutores que tenham vínculo empregatício, celetista ou estatutário, com instituições de ensino superior ou instituições de pesquisa públicas ou privadas sem fins lucrativos, sediadas no Estado do Rio Grande do Sul, para o fortalecimento e a consolidação de áreas de concentração no âmbito dos programas de pós-graduação recomendados pela CAPES, com menos de 12 (doze) anos de funcionamento na data de submissão da proposta, em qualquer área do conhecimento, em linhas de pesquisa voltadas para as vocações regionais: 03 projetos;
- Bolsas de desenvolvimento tecnológico e industrial, para centros e laboratórios multiusuários, que visa a concessão de bolsas de desenvolvimento tecnológico e industrial, em centros multiusuários de pesquisa ou em laboratórios com equipamentos multiusuários, localizados em instituições de ensino superior ou instituições de pesquisa públicas ou privadas sem fins lucrativos, sediadas no Estado do Rio Grande do Sul, em todas as áreas do conhecimento: 50 projetos;
- Programa arranjos produtivos gaúchos de conteúdos digitais criativos, destinado a instituições do Estado do Rio Grande do Sul interessadas em realizar projetos de pesquisa científica na área de conteúdos digitais criativos, através da estruturação de um centro de produção e pós-produção de conteúdos digitais criativos: 01 projeto;
- Programa pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde PPSUS – 2013/2015, com o objetivo geral de apoiar financeiramente o desenvolvimento de pesquisas que visem contribuir para resolução dos problemas prioritários de saúde da população brasileira e para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde: 89 projetos;

Além desses projetos apoiados a partir do ano de 2013, houve a continuidade do apoio a projetos iniciados em exercícios anteriores:

- Pesquisador na Empresa, objetiva a concessão de bolsas para alunos de doutorado, regularmente inscritos em Programas de Pós-Graduação devidamente aprovados pela CAPES e oferecidos por instituições de ensino públicas ou privadas sem fins lucrativos, com sede no RS, para executarem projetos de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação referente às suas teses, no ambiente das empresas, de pequeno e médio porte, sediadas no Estado do RS: 15 projetos;
- Doutor na Empresa: 2 projetos.

Programa de Núcleos Emergentes - PRONEM, que tem como objetivo apoiar a atividade de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em todas as áreas do conhecimento para pesquisadores com menos de 15 anos de doutorado: 60 projetos.

A **Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)** é uma fundação pública, vinculada à Secretaria da Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul. A CIENTEC tem sede no município de Porto Alegre e também possui um *campus* no município de Cachoeirinha. Atua no mercado prestando serviços tecnológicos para empresas públicas e privadas, órgãos públicos, associações, entidades e pessoas físicas, através da realização de

ensaios, calibrações, consultorias, inspeções, pesquisa, desenvolvimento, extensão e informação tecnológica.

Através de projetos de pesquisa e desenvolvimento, a CIENTEC estuda e cria novos processos ou produtos que sejam de interesse da sociedade, da indústria local, ou que sejam estratégicos para o País, contribuindo assim com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil. Orienta indústrias e empresas para que ofereçam produtos de qualidade, testados e comprovados, através de processos ecologicamente corretos, economicamente viáveis, socialmente justos e culturalmente aceitos.

Ao longo de sua história, participou dos estudos que resultaram na implantação de dois grandes complexos industriais do Estado do Rio Grande do Sul: a Refinaria Alberto Pasqualini e o Polo Petroquímico de Triunfo. Na área de P&D destacam-se o Programa de Carvão, que tornou a CIENTEC uma referência nacional; os projetos Aglotec, Cicasol e Cical, na área da construção civil; a Proteína Vegetal Texturizada, na área de alimentos; os estudos de impacto ambiental desenvolvidos para a CEEE, CRM e PETROBRAS; entre inúmeros outros.

A CIENTEC atua nas áreas de química, alimentos, meio ambiente, geotecnia, engenharia de edificações, materiais de construção civil, eletroeletrônica, tecnologia metal-mecânica, engenharia de processos industriais, incubadoras e extensão tecnológica e informação tecnológica. Realiza nessas áreas ensaios, calibrações, consultoria, extensão tecnológica, difusão de informações técnicas, incubação de empresas de base tecnológica, pesquisa desenvolvimento e inovação.

As ações desenvolvidas pela CIENTEC estão organizadas sob o Programa Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços sendo as seguintes realizações as mais relevantes do ano de 2013:

- ALFACOMB - Modernização e recuperação das plantas piloto de gaseificação e combustão de carvão mineral da CIENTEC

Voltado para a pesquisa na área de conversão de carvão e biomassas, bem como na prestação de serviços analíticos, consultoria e extensão tecnológica para o setor termoeletrico, o projeto de modernização dos laboratórios de gaseificação e combustão de carvão mineral da CIENTEC realiza-se em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que, como executora do projeto, aportou recursos de R\$ 649.934,88, do CNPq.

Por se tratar de projeto de infraestrutura, as metas de modernização dos laboratórios de combustão e gaseificação da CIENTEC contemplam atividades de especificações técnicas, aquisição, instalação, treinamento de pessoal para o uso, finalizando com as validações, desenvolvimentos, implantações, acreditação de ensaios e consolidação de metodologias desenvolvidas. A demanda de modernização das plantas faz parte da Rede Nacional de Carvão, onde são consideradas referências para testes de combustão dos mais diferentes tipos de carvão. Pretende-se a expansão da termoeletricidade calcada nos combustíveis nacionais, promovendo o desenvolvimento de tecnologias avançadas, mais limpas e de maior eficiência para o melhor aproveitamento de combustíveis sólidos abundantes no Brasil.

A data de conclusão do projeto foi prorrogada para outubro de 2014.

- COMGÁS - Infraestrutura no Laboratório de Gaseificação

Realizado com apoio da PETROBRAS, o projeto, cuja conclusão está prevista para 2013, visa à modernização do Laboratório de Gaseificação da CIENTEC, localizado em Cachoeirinha, com instalações complementares para ampliar o escopo de serviços ofertados e também dar suporte adequado para garantir a segurança das pessoas, tratar e eliminar os efluentes dos processos de gaseificação que serão estudados, levando a um impacto ambiental não perceptível e similar ao de uma unidade industrial. Para tanto, faz-se necessária a realização de manutenções específicas na planta-piloto existente, bem como a incorporação de instalações periféricas auxiliares, no sentido de modernizar e ampliar o potencial de pesquisa do laboratório. Atualmente, não existe no Brasil esse tipo de instalação, com porte superior a 1 MW e com tamanha flexibilidade. A experiência dos pesquisadores da CIENTEC, aliada à dos profissionais das demais instituições que compõem a rede de pesquisa, propiciarão a otimização do uso da referida infraestrutura em prol do desenvolvimento das pesquisas almejadas na área da gaseificação.

Os resultados esperados do projeto, que tem previsão de conclusão em junho de 2014, são:

- Manutenção no laboratório de gaseificação da Cientec (em andamento)
- Ampliação da infraestrutura existente, tornando o laboratório mais flexível (em andamento)
- Ampliação do escopo de serviços de P&D oferecidos na área de gaseificação (em andamento)
- Habilitação da planta na geração de gás de síntese (em andamento)
- Análise da redução da geração de alcatrões/impurezas (em andamento)
- Investigação da ampla gama de combustíveis potenciais à gaseificação (a iniciar)
- Investigação de aplicações do gás em máquinas térmicas (a iniciar)
- Realização de experimentos com validação de modelos (a iniciar)

- QUALITEC - Expansão de estrutura de laboratório

Desenvolvido com recursos da FINEP e do CNPq, o projeto teve por objetivo expandir e consolidar a infraestrutura de serviços tecnológicos do Laboratório de Interferência Eletromagnética (LIEM) da CIENTEC, visando ao incremento da pesquisa tecnológica, ao melhor atendimento das demandas do setor produtivo e ao aumento do escopo de ensaios ofertados ao mercado. O projeto foi para concluído setembro de 2013.

- SIBRATEC Redes de Serviços Tecnológicos

A CIENTEC integra a Rede de Serviços Tecnológicos (SIBRATEC) e suas estruturas operam nas áreas de produtos e dispositivos eletrônicos, compatibilidade eletromagnética, produtos para a saúde, análise de alimentos e tecnologia da informação e comunicação. Nessas áreas, estão em desenvolvimento os seguintes projetos, que incluem a introdução de um novo tema, que é o dos biocombustíveis.

- Compatibilidade Eletromagnética

A rede COMPMAGNET, Rede de Serviços Tecnológicos de Gravimetria, Orientação Magnética, Intensidade de Campo Magnético, é constituída por 13 laboratórios pertencentes a oito instituições e visa ampliar a oferta de serviços tecnológicos na área de intensidade de

campo magnético e compatibilidade eletromagnética nos laboratórios integrantes da Rede de modo a atender as demandas crescentes do setor industrial. A Rede é composta por laboratórios com diversas competências para facilitar o atendimento das principais demandas do setor, assim como proporcionar a elaboração de uma metodologia de análise e resolução de problemas de compatibilidade eletromagnética necessárias à adequação dos dispositivos às normas técnicas e regulamentos técnicos nacionais e internacionais. A Rede está apta a oferecer os seguintes serviços com confiabilidade: calibração de equipamentos usados nos ensaios de compatibilidade eletromagnética e maior escopo de ensaios eletromagnéticos para atender as demandas das empresas.

A parte do projeto atribuída à CIENTEC tem conclusão prevista para julho de 2014.

- Estruturação da Rede de Produtos para Saúde

A Rede PROSAÚDE é constituída por 46 laboratórios pertencentes a 18 instituições e tem como objetivo ampliar, modernizar e integrar as Instituições que a compõe, atendendo às demandas estratégicas do País, indicadas pelos órgãos do governo responsáveis pela definição dos focos prioritários nacionais e pela regulamentação dos produtos do setor. Também visa o apoio ao setor produtivo e aos órgãos de regulamentação, ANVISA e INMETRO, ofertando serviços tecnológicos de avaliação, certificação e desenvolvimento de melhorias de produtos e processos, para atender as demandas estratégicas do País, provendo mecanismos de garantia e de qualidade e confiabilidade, superando barreiras técnicas e aumentando a competitividade das empresas, ampliando a base normativa nacional.

A ampliação desses serviços, com vistas a atender as demandas das empresas e as indicadas pelas autoridades sanitárias competentes no segmento da saúde, é objetivo de projeto em desenvolvimento, cujo executor é a FUNCATE, com recursos da FINEP e tendo como entidades co-executoras, além da própria CIENTEC, a UFRGS, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, a PUCRS e o Instituto Adolfo Lutz. Sua conclusão é prevista para o final de 2015.

- Estruturação da Rede Nacional de Análise de Alimentos

A RENALI, Rede Nacional de Análise de Alimentos, é uma das redes temáticas que compõem o SIBRATEC Serviços Tecnológicos, um dos componentes do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), criado pelo Decreto nº 6259, de 20/11/2007, para atender os objetivos e as prioridades da política industrial. Criada a partir da Chamada Pública MCT/FINEP – Ação Transversal – Serviços Tecnológicos – SIBRATEC – 01/2008, a RENALI é formada por um conjunto de laboratórios públicos e de instituições sem fins lucrativos de todo o Brasil, que possuem sistema de gestão de qualidade implantado ou acreditado, baseado na norma ABNT ISO/IEC 17025.

A estruturação dessa rede é o objetivo de projeto em execução, executado pelo IEL/SC, tendo como co-executores a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Maria, CIENTEC, Instituto de Tecnologia do Paraná, SENAI Chapecó, Instituto Adolfo Lutz, Universidade Federal de Santa Catarina, UCS, Rede Metrológica do Estado de São Paulo, LANAGRO/RS, Universidade de Passo Fundo, Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Laboratório Central de Saúde Pública Dr. Milton Bezerra Sobral.

A expectativa é de que esse projeto esteja concluído no início de 2015, contemplando os seguintes aprimoramentos:

- Gestão da rede: implantação e consolidação da RENALI, visando à cooperação institucional para a melhoria dos serviços de metrologia e de ensaios para avaliação da conformidade e para o desenvolvimento de produtos.
- Aprimoramento dos sistemas de gestão da qualidade: consolidação do sistema de gestão da qualidade laboratorial e ampliação do escopo de ensaios dos laboratórios membros da rede, de acordo como os requisitos para o reconhecimento da competência estabelecidos conforme normas internacionais.
- Programas interlaboratoriais e materiais de referência: promoção da participação dos laboratórios membros da rede em programas de ensaios de proficiência por comparação interlaboratorial, buscando a melhoria da qualidade analítica na área de alimentos.
- Ampliação da oferta de ensaios: garantia do atendimento as exigências dos órgãos regulamentadores, da qualidade dos ensaios realizados, bem como da rastreabilidade analítica no atendimento às demandas de prestação de serviços de metrologia e avaliação de conformidade, visando a superação de exigências técnicas para o acesso aos diferentes mercados.

- Estruturação da Rede RBIOCOMB

A estruturação da RBIOCOMB visa à ampliação da capacidade de oferta e do escopo de credenciamento em serviços tecnológicos em biocombustíveis, através da modernização e integração das instituições que compõem a rede para atendimento do setor. A estruturação da rede é objetivo de projeto cuja execução é responsabilidade da Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro e tem como co-executores Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Faculdades Católicas, INMETRO, Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Tecnológico, Divisão de Certificação de Produtos (DCER), SENAI/SP, CIENTEC, Universidade Federal do Ceará. Com recursos da FINEP, prevê-se a sua conclusão em 2015.

- Rede TIC aplicáveis às novas mídias, TV digital, comunicação sem fio, internet

O projeto visa à implementação de capacidade laboratorial dos integrantes da Rede TIC, para realização de calibração, ensaios de desenvolvimento e avaliação de conformidade e normalização em produtos de TIC aplicáveis às novas mídias, em vista dos regulamentos e/ou normas nacionais e internacionais adotadas ou que venham a ser criadas, via agências reguladoras ou metrologia legal, como a ANATEL, INMETRO e outras agências nacionais ou internacionais.

Resultados esperados:

- Reestruturação da infraestrutura dos atuais laboratórios para análises, ensaios e normalização dos produtos eletroeletrônicos, principalmente os inseridos nos processos de Avaliação de Conformidade e de Certificação Compulsória da ANATEL e INMETRO.
- Aumento de escopo dos laboratórios de Telecom e TV digital existentes de forma a atender principalmente as demandas reprimidas das áreas de comunicações sem fio em equipamentos de uso doméstico, industrial e profissional associados a essas novas tecnologias emergentes.

- Identificação de novos mercados tanto nacionais quanto internacionais para as empresas a serem atendidas pelo projeto através da prestação de serviços de consultoria, adequação e desenvolvimento de produtos, de forma a contribuir para a geração de novos postos de trabalho, aumento de receita e arrecadação de impostos.

O projeto, cuja execução está a cargo da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI), tendo como co-executores UFSC, PUCRS, CIENTEC, FINATEL, IPT/SP, Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer e Fundação CPQD Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, recebe recursos da FINEP e tem conclusão prevista para o exercício de 2014.

- Inserção da Geração Solar Fotovoltaica Urbana

Projeto de P&D associado à chamada de projeto de P&D estratégico ANEEL nº 013/2011, intitulado Inserção da Geração Solar Fotovoltaica Urbana Conectada à Rede em Porto Alegre, com vistas à proposição de arranjos técnicos e comerciais para a geração de energia elétrica através da tecnologia solar fotovoltaica, de forma integrada e sustentável, buscando criar condições para o desenvolvimento de base tecnológica e infraestrutura técnica para a inserção da geração solar fotovoltaica na matriz energética nacional. Seu prazo de conclusão é setembro de 2015.

O projeto conta com convênio firmado com a Prefeitura de Porto Alegre e prevê o desenvolvimento de base tecnológica e infraestrutura para a inserção de sistemas urbanos de geração fotovoltaica, através da implementação de uma usina fotovoltaica de 55KWp com inversores nacionais. Participam do projeto, além da CIENTEC, Aeromóvel Brasil S.A., Alubar Energia S.A., CP Eletrônica S.A., CEEE-GT, CEEE-D, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, UFSM, UFRGS, Tria *Design* Ltda., Paim e Associados Comunicação Ltda.

Resultados esperados do projeto de pesquisa:

- Instalação da Usina Solar Fotovoltaica (USF) conectada à rede de distribuição de energia elétrica, com capacidade instalada de 0,55 MWp;
- Instalação da estação solarimétrica com sistema de aquisição, monitoração e análise de dados capaz de fornecer dados indispensáveis à avaliação de desempenho técnico-econômico do projeto, tais como, no mínimo, dados de irradiância global e difusa, temperatura e pressão.

- PROIN (PROGEX II) - Atendimento a indústrias

Programa de assistência e serviços tecnológicos à indústria (metodologia PROGEX), visa um adequado apoio tecnológico a micro e pequenas empresas do parque fabril gaúcho, mediante implementação da qualidade de produtos e processos produtivos voltados para a exportação, através de análises de conformidades com as normas técnicas de países importadores. Contando com recursos da FINEP e com a participação de bolsistas selecionados via edital da FAPERGS, o PROIN foi concluído em julho de 2013.

- SISNAVEGA - Sistema de navegação

Projeto concluído em 2013, teve como objetivo o desenvolvimento, implementação, construção e teste de sistema de operação para navios, composto de diversos subsistemas,

podendo ser instalado na sua totalidade ou parcialmente. Executado com recursos da FINEP e do CNPq, o projeto tem como resultados esperados:

- Desenvolvimento de um Sistema de Operação e Controle de Embarcações com tecnologia totalmente brasileira e que atenda às especificações técnicas de normas nacionais e internacionais aplicadas aos equipamentos de uso no transporte aquaviário;
- Redução nos custos de instalação de sistema de operação e controle das embarcações, podendo atingir um percentual de redução de até 6,5% do custo total de produção de uma embarcação;
- Produção de equipamentos que podem operar em conjunto ou em separado, gerando a possibilidade de solicitação de 11 novas patentes a serem solicitadas junto ao INPI;
- Indução ao desenvolvimento e produção de novos produtos e serviços.
- Reconhecimento dos serviços tecnológicos realizados pela CIENTEC;
- Elevação do patamar tecnológico e aumento da competitividade das empresas do APL Petróleo e Gás.

Resultados alcançados:

- Consolidação das especificações técnicas do sistema de governo para navegação para início das atividades e desenvolvimento dos primeiros protótipos do projeto;
- Aprofundamento do conhecimento do mercado potencial relativo aos produtos e subprodutos do projeto, a partir da participação em feiras e conferências da indústria naval e *offshore*, dos representantes das empresas intervenientes e coordenador do projeto;
- Interação entre CIENTEC e empresas intervenientes, ampliando o escopo de alternativas para gargalos tecnológicos, considerando a indisponibilidade de recursos financeiros para contratar serviços técnicos especializados;
- Desenvolvimento prévio de itens complementares que inicialmente não compõem o sistema de governo para embarcações.

- Incubadoras de Empresas - ITCIENTEC

A CIENTEC mantém, desde 1999, a Incubadora Tecnológica (ITCIENTEC), voltada ao acolhimento de empresas de base tecnológica, formadas por profissionais jovens, na sua maioria, egressos de cursos de pós-graduação da RMPA. Esse projeto conta com a participação importante da FINEP, do CNPq e do SEBRAE no apoio às novas ideias materializadas em novos produtos e processos.

A ITCientec possui duas unidades, uma em Porto Alegre, no campus central e a outra no seu campus avançado existente no município de Cachoeirinha. As empresas ocupam módulos individualizados e compartilham sala de reuniões, oficina de modelos, área de convívio e auditório. Além dos serviços específicos do Departamento de Incubadoras e Extensão Tecnológica (DEINET), tais como, serviços de design gráfico, apoio à gestão empresarial e mercadológica, as empresas contratam a custos subsidiados os serviços de consultoria, ensaios, aferição/calibração e inspeção prestados pelos demais departamentos da CIENTEC.

A ITCIENTEC - Unidade de Cachoeirinha abriga três empresas incubadas que utilizam 11 de seus 14 módulos (35 m² cada um), representando 64% de ocupação. As empresas incubadas na ITCIENTEC Cachoeirinha são:

- Rebor: produz regenerados de borracha através da reciclagem de restos e rebarbas desprezadas por indústrias do ramo;
- Bioprim: formula e produz complementos alimentares que empregam como matérias primas levedo de cerveja, maltodextrina, albumina, extrato de soja, *whey protein*, linhaça dourada entre outros;
- Nutrabem: atua no desenvolvimento de fórmula e industrialização de alimentos pra nutrição oral e enteral; é uma *spin-off*⁴³ da empresa Tecpon instalada no Distrito Industrial de Cachoeirinha.

A ITCIENTEC - Unidade de Porto Alegre abriga 6 empresas incubadas que utilizam todos os seus 11 módulos, representando 100% de ocupação. Está situada no centro da cidade, nas proximidades da Escola de Engenharia e da Escola de Administração da UFRGS de onde provem a maioria dos empreendedores, bem como a mão de obra que para eles trabalha. As empresas incubadas na ITCIENTEC-Unidade Porto Alegre são:

- Presentech: desenvolve soluções de controle de presença de alunos das escolas das redes pública e privada de todos os níveis (infantil, fundamental, médio e superior) através de identificação biométrica; oferece também serviços de assessoria e consultoria em desenvolvimento de projetos nas áreas de sistemas de informação e engenharia elétrica/eletrônica;
- Ecolite do Brasil Industrial Ltda.: indústria *high-tech* de luminárias LED, LED *Modules* e LED *Drives* para aplicações residenciais, comerciais, industriais e públicas; produtos criados, projetados, testados e fabricados no Brasil, atendendo a normas nacionais e internacionais (PROCEL, INMETRO, ABNT, ENERGY STAR, CE, ROHS);
- Tecnano Pesquisas e Serviços Ltda.: empresa de base tecnológica, pré-operacional, que tem como foco o uso da nanotecnologia aplicada no agronegócio e no controle de pragas. Trata-se da produção de nanofibras biodegradáveis e biocompatíveis que promovam a liberação controlada de produtos utilizados na agricultura e pecuária;
- DS Pro Áudio Ltda.: atua no desenvolvimento, fabricação e comercialização de equipamentos eletrônicos voltados para o mercado profissional de áudio;
- Reset-Soluções Industriais Ltda.: atua no desenvolvimento de aplicações inovadoras baseadas em tecnologia de geradores de cloro salino, tendo uma gama de aplicações, tais como saneamento de praças públicas, tratamento de poços artesianos, automação residencial/comercial de piscinas, esterilização hospitalar, sistema de reaproveitamento de água e sistema de limpeza de ordenhadeiras mecânicas;
- VRTech Tecnologias Industriais: atua na área de modelagem, simulação, otimização e controle de processos industriais;

- Serviços de análises, testes, calibrações, inspeções e ensaios laboratoriais

Prestação de serviços análises, testes, calibrações, inspeções e ensaios laboratoriais para empresas, avaliando a qualidade e o desempenho de insumos, produtos, processos e resíduos industriais, contribuindo para o progresso do parque industrial gaúcho. Com relação a esta atuação, destaca-se, em 2013, 29.785 Laudos emitidos e 139.782 Ensaios realizados.

⁴³ Nova empresa que nasceu a partir de um grupo de pesquisa de uma empresa.

A **Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)**, autorizada pela Lei 11.646/2001, está vinculada à Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico. Suas ações organizam-se em dois programas, no PPA 2012-2015: Programa de Inclusão Social e Promoção Acadêmica e Programa de Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública. Durante o ano de 2013, destacam-se as realizações seguintes.

Merece destaque especial, em 2013, a boa nota obtida na avaliação do Ministério da Educação, que confere conceito 4 à UERGS, segundo os critérios do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), colocando a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul entre as mais qualificadas no Estado.

No programa Inclusão Social e Promoção Acadêmica, merecem destaque especial as iniciativas atinentes à ação Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica. Na linha da garantia de acesso à educação superior, a UERGS deu andamento ao que denomina de subprograma institucional Prodiscência, que visa reduzir a evasão dos acadêmicos, mediante a concessão de bolsas de R\$ 250,00 por mês, para auxílio para alimentação, transporte e/ou habitação. Em 2013, foram mantidas 385 bolsas.

A promoção acadêmica, de igual forma, é realizada essencialmente por meio da concessão de bolsas de monitoria e visa aprofundar a formação acadêmica do aluno, despertando o interesse pela docência e contribuindo para a redução dos índices de reprovação e de evasão. Em 2013, foram mantidas 132 bolsas de monitoria, com valor mensal de R\$ 180,00.

Local	Bolsas de ação afirmativa	Bolsas de promoção acadêmica
Alegrete	18	7
Bagé	27	11
Bento Gonçalves	9	2
Cachoeira do Sul	13	
Cruz Alta	19	7
Encantado	18	1
Erechim	11	
Frederico Westphalen	14	
Guaíba	21	6
Montenegro	18	17
Novo Hamburgo	45	9
Osório	17	9
Porto Alegre	34	7
Sananduva	9	1
Santa Cruz do Sul	8	4
Santana do Livramento	13	13
São Borja	16	5
São Francisco de Paula	16	12
São Luiz Gonzaga	18	6
Tapes	12	8
Três Passos	19	4
Vacaria	10	3
TOTAL	385	132

Fonte: SISPLAG

No Programa de Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública, desenvolvem-se várias ações relativas à regularização e qualificação dos espaços físicos da

Universidade, de capacitação do quadro de servidores e docentes, além do desenvolvimento das atividades regulares de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação.

A regularização do domínio dos espaços ocupados pela UERGS tem sido fator crítico para a qualificação desses espaços, pois só pode haver investimentos em locais cujo domínio está regularizado. Em 2013, foram regularizadas 6 propriedades.

A Universidade nesse último ano buscou o fortalecimento da infraestrutura, tendo conquistado áreas próprias nos municípios de Osório, Cruz Alta, Três Passos e Santana do Livramento. Além disso, um fato relevante ocorreu, gerando novas perspectivas de desenvolvimento das atividades da Universidade. Trata-se do contrato de concessão, firmado entre UERGS e o Grupo CEEE, permitindo a utilização do Centro de Treinamento e Formação da CEEE, que se constituirá no Núcleo Central da Universidade, abrigando reitoria, Biblioteca Central, a Unidade em Porto Alegre e, no futuro, o que hoje é a Unidade em Novo Hamburgo.

Além disso, foram realizadas diversas intervenções de qualificação dos espaços da universidade, com a elaboração de projetos de reestruturação física, realização de obras de reforma e melhoria de instalações nas diversas unidades da UERGS. Foram, também, adquiridos os seguintes equipamentos que propiciam a qualificação das instalações da universidade e melhoram as suas condições de execução das atividades de ensino e pesquisa:

- Equipamentos de Informática: 372 computadores, 36 impressoras, 136 access points, 40 no breaks, 35 servidores 16 GB, 48 notebooks, 10 tablets.
- Mobiliário: 82 armários diversos, 672 cadeiras/ poltronas/ cadeiras universitárias diversas, 128 mesas diversas.
- Equipamentos de laboratório, didáticos e outros: 53 aparelhos de ar condicionado, 3 espectrofotômetros, 4 destiladores, 3 cabines de fluxo laminar, 4 fornos de mufla, 48 quadros brancos, 24 refrigeradores, 11 aparelhos de TV, 28 telas de projeção.
- Compra de 1405 Livros para o acervo bibliográfico visando o aparelhamento das unidades de ensino Uergs.

Com respeito às atividades de ensino, merece destaque a criação de novos cursos de graduação: Agronomia e Ciência e Tecnologia de Alimentos. A UERGS também implantou cinco novos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*: Curso de Especialização em Teoria e Prática da Formação do Leitor, Curso de Especialização em Gestão Pública e Democracia (via Escola de Governo - FDRH), Curso de Especialização em Educação Musical para Professores da Educação Básica, Curso de Especialização em Segurança Alimentar e Agroecologia e Curso de Especialização em Educação para a Sustentabilidade.

Em 2013, a UERGS registrou 2.585 matrículas em 137 cursos de graduação e pós-graduação.

A UERGS tem desenvolvido esforços para criar linhas de pesquisa focadas em três áreas fundamentais: Vida e Meio Ambiente, Área das Humanas e Exatas e Engenharias, em torno das quais se organizam grupos de pesquisa. Em 2013, a UERGS desenvolveu atividades de pesquisa relacionadas a 84 projetos e, desde 2003, desenvolveu 328 projetos de pesquisa.

Destaca-se, ainda, a realização do III Salão Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão (II SIEPEX), em Santana do Livramento, com a apresentação de 276 trabalhos e a participação de 326 docentes e acadêmicos da UERGS.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Finalmente, destaca-se a recente aprovação e autorização para realização de concurso público para provimento de 57 vagas de professores e 22 vagas para o quadro técnico e administrativo. Esses concursos serão realizados em 2014.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SCIT	RS Tecnópole	Apoio à inclusão digital
SCIT	RS Tecnópole	Apoio à inovação
SCIT	RS Tecnópole	Apoio aos centros tecnológicos de excelência em inovação
SCIT	RS Tecnópole	Apoio aos parques e polos tecnológicos
CIENTEC	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços	Modernização Institucional
CIENTEC	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços	Modernização Tecnológica do Parque Industrial Gaúcho e Polo Naval
CIENTEC	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços	Parque Tecnológico e Incubadoras Tecnológicas
CIENTEC	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços	Tecnologia Industrial Básica (TIB)
FAPERGS	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Fomento à Formação e à Fixação de Recursos Humanos
FAPERGS	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação
FAPERGS	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação
UERGS	Inclusão Social e Promoção Acadêmica	Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica
UERGS	Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública	Estruturação física, adequação patrimonial e administrativa das instalações da UERGS
UERGS	Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública	Fortalecimento, capacitação e aprimoramento das condições de trabalho dos servidores
UERGS	Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública	Implantação e ampliação dos serviços de pesquisa, pós-graduação, aporte tecnológico e inovação aos processos produtivos locais
UERGS	Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública	Oferta de Formação inicial e continuada
UERGS	Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública	Participação em eventos e publicidade
UERGS	Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública	Programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural

Comunicação

A **Secretaria de Comunicação (SECOM)** tem como competências formular, coordenar e executar a política de comunicação do Poder Executivo, bem como as suas diretrizes de comunicação, tanto da Administração Direta quanto da Administração Indireta; coordenar o sistema de comunicação do Governo; unificar a linguagem dos órgãos e das ações governamentais; produzir e distribuir informações de interesse público referentes a atos e ações governamentais; formular, executar e acompanhar o Plano Anual de Publicidade e Propaganda Governamental; planejar e monitorar os eventos e atividades institucionais dos vários órgãos da Administração Estadual; coordenar e supervisionar as atividades de relações públicas dos órgãos da Administração Pública Estadual; coordenar a elaboração, produção e distribuição de informações de interesse público, através das redes sociais e dos canais digitais de comunicação; planejar e assessorar a comunicação das ações estratégicas de governo; e formular e desenvolver políticas públicas de comunicação com o objetivo de incentivar a produção e a difusão de uma comunicação democrática e cidadã.

Com relação ao Programa Plano Gaúcho de Inclusão Digital, para favorecer e ampliar o acesso à internet de banda larga gratuita à população de baixa renda do Rio Grande do Sul, especialmente dos municípios do interior, o Governo do Estado e a ELETROSUL assinaram, no dia 17 de outubro, um acordo de cooperação para compartilhamento da infraestrutura óptica de transmissão de dados de alta capacidade. A parceria permite a expansão do programa Infovia RS, coordenado pela SECOM e Secretaria-Geral de Governo. Desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS), o acordo promove a inclusão digital com diretrizes semelhantes ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

Foi implantado o Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), inaugurado no dia 22 de abril, na cidade de Viamão, em parceria com a Prefeitura, Maristas e com patrocínio do BANRISUL, sendo a gestão de responsabilidade da Assessoria de Inclusão Digital do Gabinete do Governador. O CRC é uma instalação produtiva e educacional que combina a recuperação de equipamentos de informática com a qualificação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social, além de promover um destino sustentável para os resíduos eletrônicos. O objetivo do centro é qualificar jovens das comunidades carentes de Viamão, em manutenção de computadores e desenvolvimento de *softwares* para dispositivos móveis (celulares e *tablets*).

Telecentros permanentes para acesso da população foram implantados, em parceria com a PROCERGS, Secretaria de Segurança Pública (SSP) - RS NA PAZ, EMATER/RS e entidades privadas. Além disso, em parceria com municípios do litoral norte e sul, foram implantados telecentros temporários no Programa RS Mais Digital Verão Numa Boa, nos meses de novembro de 2012 a março de 2013.

A SECOM prestou apoio ao Seminário Nacional de Inclusão Digital (SENID), realizado de 08 a 10 de abril de 2013, no município de Passo Fundo.

A Lei nº 14.374, de 19 de dezembro de 2013, transferiu o Programa Gaúcho de Inclusão Digital para a Casa Civil.

A SECOM, na área de Comunicação Digital, em conjunto com a PROCERGS, vem modernizando e integrando os *sites* e o portal do Governo. Também foram criados os perfis do

Governo e produzido conteúdo para divulgação nas redes sociais, tais como *Facebook* e *Twitter*, sendo que a presença do Governo é monitorada diariamente nas redes sociais.

Na área de Comunicação Social, a Secretaria é responsável pela elaboração da agenda diária do Governador; elaboração, produção e distribuição de matérias referentes às ações do Gabinete do Governador e de outras Secretarias; produção diária da divulgação das ações do Governo, apresentadas pela TV Piratini, e também de conteúdos para rádio e televisão distribuídos a outros veículos de comunicação.

A SECOM tem como vinculada a **Fundação Cultural Piratini**, que é a mantenedora das emissoras públicas de televisão e rádio do Estado – **TVE** e **FM Cultura**. A Fundação tem como principal objetivo oferecer à população uma comunicação cidadã, qualificada e que atenda ao interesse público. Estimulando a reflexão crítica da realidade, sua programação tem o compromisso de incentivar a participação social e a cultura, refletindo sua diversidade, expressões e anseios da comunidade rio-grandense.

As emissoras estão passando por intenso processo de reestruturação, iniciado em 2011. Em 2013, a resolução de questões relativas à tecnologia, pessoal e de programação consolidaram essa reformulação. A TVE iniciou as suas transmissões em caráter experimental no formato digital para a capital do Estado e a Região Metropolitana. Com isso, ampliou a sua cobertura para aproximadamente 4 milhões de telespectadores.

O ano de 2013 também marcou o início do processo de migração para o sistema de captação, armazenamento e exibição em alta definição, com a aquisição de novas câmeras e sistema de gerenciamento audiovisual de última geração. A reestruturação técnica representou um investimento da ordem de R\$ 9 milhões e garantiu uma qualidade de imagem comparável às emissoras de padrão internacional.

Em dezembro de 2013, a lei que institui o Plano de Empregos, Funções e Salários da Fundação Piratini foi aprovada por unanimidade pelos deputados gaúchos. O novo Plano atualiza as funções de acordo com as mudanças tecnológicas. A sua aprovação viabiliza a realização de concurso público para a TVE e FM Cultura, fortalecendo a comunicação pública no Rio Grande do Sul. A capacitação dos servidores também foi fortalecida em 2013. Em parceria com universidades e outras instituições foram oferecidos cursos nas áreas técnica e administrativa.

A programação da TVE foi fortalecida com estreias importantes em 2013. O programa Mobiliza foi criado para valorizar a atividade política, através da discussão dos grandes temas da atualidade. Traz semanalmente ao debate os problemas e os desafios para o desenvolvimento do RS e do Brasil e prioriza a participação de pessoas vinculadas à prática e à teoria política.

Em novembro estreou o programa Mídia em Debate, que abre espaço para a análise e discussão da mídia. Único na televisão aberta do Estado, a cada semana com novos convidados, o programa discute como os fatos repercutem nos meios de comunicação, como viram notícia e de que maneira se refletem na sociedade.

O conteúdo internacional ganhou destaque na programação da TVE. A emissora assinou com a rede colaborativa *Televisión America Latina* (TAL) um termo de cooperação para intercâmbio de conteúdos, passando a fazer parte da rede internacional com outros 200 associados. A partir desse acordo, a TVE criou o programa Recortes Internacional, que exhibe séries de documentários latino-americanos dessa e de outras parcerias. O programa Mobiliza

tem uma edição mensal sobre política internacional, e o Jornal da TVE 2ª Edição apresenta semanalmente uma síntese noticiosa em parceria com a *Telesur*. Houve também a transmissão ao vivo da Festa Nacional do *Chamamé* direto de *Corrientes*, Argentina.

O programa TVE Repórter realizou, em 2013, uma reportagem especial intitulada Memória e Verdade – Argentina, sobre o trabalho de recuperação da memória dos tempos da ditadura militar. Registrou como os movimentos de direitos humanos, testemunhas, governo e cientistas reescrevem a história recente que o país vizinho chama de Terrorismo de Estado. O programa obteve o segundo lugar na edição nacional do Prêmio de Direitos Humanos, promovido pela OAB e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

Cumprindo seu papel de estímulo à produção independente, a TVE realizou em abril uma Chamada Pública que selecionou quatro projetos de produtoras gaúchas para concorrer aos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, organizado pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Essa iniciativa foi inédita no Estado desde a criação do Fundo em 2008. Os projetos estão no momento aguardando chamamento para defesa oral, pontuação e resultado da seleção.

O jornalismo da Rádio FM Cultura foi fortalecido com a estreia do Café Cultura. O programa matinal traz diariamente informações sobre o trânsito em Porto Alegre, previsão do tempo e as principais notícias da manhã, além de entrevistas. O Café também apresenta boletins ao vivo e aborda notícias de outras localidades do Rio Grande do Sul, viabilizadas por parceria entre a FM Cultura e rádios do interior. A chegada do equipamento que possibilita realizar transmissões ao vivo de várias cidades do Estado permitiu que a emissora desse um salto de interatividade com o ouvinte. A síntese noticiosa FM Cultura Informa passou a ter mais uma edição às 18h e veiculações também aos feriados. A emissora venceu o 30º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo na categoria Rádio com a reportagem O Resgate da Cidadania Brasileira.

A troca de conteúdo com outras emissoras foi reforçada. Entre elas está a rádio Cultura de São Paulo. A parceria possibilitou a veiculação de programas daquela emissora na FM Cultura em contrapartida à transmissão na rádio paulista do programa Estação Regional. Convênio semelhante foi realizado com a Universidade Federal de Pelotas. A parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi consolidada, e a FM Cultura participa diariamente do Repórter Brasil com reportagens e coberturas especiais sobre o Rio Grande do Sul.

Novos programas ampliaram e qualificaram o espaço para música na emissora. Entrou no ar o Clássico dos Clássicos, programa que apresenta peças de música erudita inteiras, escolhidas pelo próprio ouvinte. O Cesta Básica com DJ Piá se propõe a mostrar a diversidade da música. Veiculado às sextas-feiras, o programa passou a atingir o público jovem, com o qual a FM Cultura quase não se relacionava.

Aos domingos, o programa Clube do Samba conta a história de sambas famosos, contextualizando-os historicamente. O programa destaca discos fundamentais do gênero, contando como foram concebidos e trazendo informações e curiosidades das gravações.

Em 2013, a TVE lançou um novo *site*, mais moderno, com o objetivo de oferecer uma nova experiência ao internauta, com muito mais conteúdo e interação. O *site* traz conexão com as principais redes sociais, espaço para comentários, além dos programas da TV *on demand*, ou seja, podendo ser assistidos pelo usuário no momento em que preferir. Além disso, o novo *site*

dá sequência às transmissões simultâneas à TV em eventos especiais cobertos pela emissora, e os programas ganharam áreas exclusivas tornando a navegação muito mais simples e intuitiva, facilitando a busca por informações e conteúdos. O conteúdo da FM Cultura também está disponível *on demand* na site www.fmcultura.com.br.

A Fundação foi reconhecida, entre outras premiações, como destaque da área de responsabilidade social, no relatório social da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (AGERT). Entre as ações desenvolvidas nessa área está a implementação de campanha social nos intervalos da TVE, em parceria com a Polícia Civil, de fotos de desaparecidos no Estado.

Para fortalecer a relação das emissoras públicas TVE e FM Cultura com o interior do Estado foi criado o projeto Em Sintonia com o Rio Grande. Os 40 municípios que possuem retransmissora da TVE no interior do Estado estão sendo visitados por dirigentes da Instituição para aprofundar o contato com lideranças governamentais, associações comerciais, de cultura e ensino. Também é foco da ação buscar interessados em investir financeiramente por meio de apoios culturais na TV e na rádio, aumentar a audiência, promover o reconhecimento das emissoras como produtoras de conhecimento e conteúdo, valorizar a cultura local e estimular o debate sobre a comunicação pública nas diversas regiões. No último semestre de 2013, foram visitados 13 municípios. As demais agendas estão programadas para serem realizadas durante o primeiro semestre de 2014.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Apoio ao Programa Gaúcho de Banda Larga
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Centro de condicionamento de computadores
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Comunicação Digital
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Formação em Inclusão Digital
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Internet nas Escolas
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Parcerias para a Inclusão Digital
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Parcerias para a Inclusão Digital
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Prêmio/Incentivo a ações de Inclusão Digital
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Telecentros RS
SECOM	Plano Gaúcho de Inclusão Digital	Unidades Tecnológicas de Inclusão Social
SECOM	Programa de Comunicação Social	Coordenação das Políticas Públicas de Democratização das Comunicações
SECOM	Programa de Comunicação Social	Coordenação do Sistema de Comunicação Social
SECOM	Programa de Comunicação Social	Gestão da Publicidade Institucional do Estado
SECOM	Programa de Comunicação Social	Parceria para Fomento da Comunicação
SECOM	Programa de Comunicação Social	Planejamento de Relações Públicas do Gabinete do Governador e da Administração Estadual
SECOM	Programa de Comunicação Social	Reestruturação Física da SECOM
SECOM	Programa de Comunicação Social	Seminário Anual de Secretários de Comunicação Social e Inclusão Digital

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

A **Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SECDDES)** é o órgão de assessoramento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS) e tem a competência de promover espaços de diálogo entre o Governo, Conselho e sociedade, fomentando a cultura da concertação para construir um modelo de inclusão e desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Sul.

Por meio do Programa de Concertação Econômica e Social, a SECDDES busca promover o desenvolvimento regional, fortalecer a infraestrutura econômica, energética e logística, com sustentabilidade ambiental, entre outros objetivos estratégicos do Governo, o que se dá através de amplo diálogo social, negociação e formulação de políticas em busca de consensos mínimos para o desenvolvimento econômico e social do Estado, com sustentabilidade social. A fim de alcançar tais objetivos, em 2013 foram realizadas as reuniões do pleno do CDES-RS em ambiente caracterizado por intenso debate entre os diversos segmentos da sociedade. O CDES-RS é formado por 90 integrantes da sociedade civil e 12 Secretários de Estado e integra o Sistema Estadual de Participação Cidadã. A gestão dos conselheiros tem duração de dois anos; portanto, em dezembro de 2012, a primeira gestão foi encerrada. Em janeiro de 2013 assumiram os novos conselheiros, designados pelo Governador e pelo Presidente do Conselho.

Entre os números destacados no balanço da gestão 2011/2013 constam: 15 reuniões do Pleno do Conselho; 19 Câmaras Temáticas; 28 Relatórios de Concertação; 25 Recomendações; 24 Diálogos Temáticos; 28 Diálogos Regionais, a Primeira Carta de Concertação com as diretrizes para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável, 25 reuniões de debate da Segunda Carta de Concertação, que deverá ser lançada em março de 2014 e estabelece ações estratégicas para o futuro do Estado.

Durante o ano de 2013, estão entre as realizações do CDES as seguintes atividades: 5 reuniões do Pleno do Conselho; 8 Câmaras Temáticas em funcionamento; 9 Relatórios de Concertação; Câmaras Temáticas em funcionamento; 25 Reuniões da Segunda Carta de Concertação; 9 Diálogos CDES Temáticos; 9 Diálogos CDES Regionais e 10 Recomendações encaminhadas ao Governador.

A síntese dos temas debatidos nas reuniões do Pleno do CDES-RS e nos Diálogos CDES-RS, em 2013, bem como a síntese das propostas das Câmaras Temáticas estão descritas a seguir:

Reuniões do Pleno do CDES

11ª Reunião - 11 de março de 2013 - Política nacional de desenvolvimento e os investimentos do Governo Federal no Rio Grande do Sul, com a participação da ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior;

12ª Reunião - 15 de maio de 2013 – Palestra do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre política externa e a importância do diálogo social como método de gestão;

13ª Reunião - 16 de julho de 2013 – Manifestações de rua, reforma política e priorização dos royalties do petróleo para pagamento do piso dos professores;

14ª Reunião - 11 de setembro de 2013 – Utilização dos depósitos judiciais pelo Executivo estadual e entrega do relatório sobre o novo modelo de pedágios;

15ª Reunião – 26 de novembro de 2013 – Estratégias de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul e apresentação dos enunciados da 2ª Carta de Concertação.

Resumo dos Relatórios de Concertação das Câmaras Temáticas 2013

Saúde: esta Câmara propôs e aprofundou contribuições para a constituição de um Pacto Gaúcho pela Saúde, com diretrizes como priorizar a atenção básica e a reprogramação do atendimento à população; a garantia do financiamento de 12% pelo Estado e o redesenho da regulação e da regionalização, entre outros.

Segurança Pública: retirada gradual da Brigada Militar dos estádios e a prioridade das ações da Segurança voltadas à preservação da vida são as recomendações centrais desta Câmara, que abordou ainda: o sistema prisional, a redução da criminalidade - especialmente dos homicídios, a política de segurança, a atuação da Brigada Militar frente às manifestações públicas, a desmilitarização da polícia, as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, a formação dos quadros de segurança, o aumento do efetivo e o aparelho técnico, entre outros.

Modernização do Estado: renegociação da dívida com a União, adoção de Parcerias Público-Privadas como alternativa a investimentos em infraestrutura, aumento de controle da sociedade sobre o Estado e melhorias na gestão de processos, pessoas e sistemas internos estão entre as principais recomendações desta Câmara.

Meio Ambiente: entre os principais resultados desta Câmara, está o debate para alteração no Projeto de Lei 060/2013, que cria a Política Estadual de Irrigação (aprovado em setembro de 2013), estabelecendo como um dos seus princípios a reservação de água; o fortalecimento do CONSEMA; a estruturação do Sistema Ambiental com o andamento de dois projetos que colocarão os processos de planejamento e licenciamento mais qualificados e efetivos – Sistema Integrado de Regularização Ambiental (SIRAM) e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE); a reestruturação do quadro técnico da FEPAM a partir de concurso público para a SEMA. A Câmara acompanha a execução do ZEE e trabalha em conjunto com o Governo na elaboração da proposta do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético: esta Câmara recomenda, entre outras questões, que o governo gaúcho tenha uma política para o setor energético, considerando todas as fontes de energia disponíveis, mitigando ao máximo os impactos ambientais. Com relação aos pólos navais (Rio Grande, Charqueadas e Porto Alegre) orienta para a formulação de projetos equilibrados e sustentáveis de desenvolvimento local e regional do entorno de cada polo de maneira que as políticas públicas e sociais acompanhem o desenvolvimento da região. Criar um Conselho de Políticas Públicas para acompanhamento do RS Indústria Oceânica, vinculado à SDPI, para garantir controle social sobre as políticas públicas, substituindo a função da Câmara Temática, foi uma das últimas sugestões do ano.

Educação: esta Câmara acompanhou propositivamente as políticas na educação pública do RS em temas como a recuperação física e modernização tecnológica da rede; a reestruturação curricular e a formação continuada; a qualificação e a democratização da gestão e do sistema de avaliação; a valorização profissional; a reestruturação do Ensino Médio, Politécnico e Educação

Profissional Integrada ao Ensino Médio, além do Pacto Gaúcho pela Educação. Aprovou Nota de Recomendação para destinar recursos dos *royalties* do petróleo do pré-sal para a melhoria salarial dos professores do ensino básico, entregue ao governador Tarso Genro em 16 de julho de 2013.

Copa 2014: esta Câmara foi instalada a pedido dos conselheiros para debater o legado do evento. Ao longo de 2013, aprofundou as articulações com organizações governamentais e não governamentais para assegurar o melhor aproveitamento possível para a comunidade gaúcha. Turismo, segurança e a construção da imagem do Rio Grande do Sul frente aos visitantes foram temas que concentraram os debates e sugestões dos conselheiros e convidados.

Direitos Sociais: recomendações relativas a Políticas de Proteção à Pessoa Idosa, Habitação de Interesse Social, Economia Solidária e Regularização dos Territórios Quilombolas concentraram os debates ao longo do ano. Resultados importantes foram orientados a partir dos debates, como a criação do Centro de Referência da Pessoa Idosa acolhido pelo governo, que será implantado até o final do ano. Além disso, sugestões para que todas as instâncias governamentais agilizem os processos de titulação das terras quilombolas e ainda Nota de Recomendação para o Governo do Estado acentuar as políticas de fortalecimento à economia solidária, como a criação de um fundo para apoiar empreendimentos solidários.

Recomendações encaminhadas ao Governador

- Ampla participação social em todas as etapas do Zoneamento Ecológico Econômico.
- Ampliação de recursos orçamentários à Secretaria Estadual de Turismo em 2014, em decorrência da Copa.
- Apoio à implementação de PPPs, preferencialmente em obras de infraestrutura, com plena atenção ao interesse público.
- Reestruturação da dívida com a União. Além das propostas já constantes do Projeto de Lei aprovado na Câmara, alteração do percentual incidente sobre a receita líquida dos estados, que para o RS é de 13%.
- Criação de políticas públicas para LGBT.
- Criação da Sala de Gestão permanente dos grandes empreendimentos.
- Formulação do Pacto Gaúcho pela Saúde, com maior regulação pelo Governo do Estado.
- Meio Ambiente: Reestruturação da SEMA, FEPAM e reorganização do CONSEMA.
- Segurança: retirada da Brigada Militar dos Estádios de Futebol;
- Incentivo e fortalecimento da Economia Solidária no RS com a implantação e execução da Lei N.º 13.922, de 17 de janeiro de 2012 e implantação do Fundo de Economia Solidária;
- Reconhecimento e titulação de terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos;

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- Criação de um programa de capacitação para enfrentamento do racismo institucional;
- Criação da Secretaria da Igualdade Racial;
- Outras ações com vista ao fortalecimento socioeconômico das comunidades quilombolas;
- Destinação dos recursos provenientes da cobrança dos royalties do petróleo prioritariamente ao pagamento do Piso Salarial do Magistério e à valorização dos professores;
- Proteção à vida como política permanente de Estado, fundada na garantia dos direitos fundamentais e sociais como diretriz primordial do sistema de segurança pública estadual.

Diálogos Temáticos realizados

- Gestão da Informação e Controle Público no Enfrentamento à Corrupção – 19/06/2013;
- Sistema Nacional LGBT – 05/07/2013;
- O que os gaúchos ganham com a Copa na visão do Estado do RS? – 09/07/2013;
- Passe Livre Estudantil – 23/07/2013;
- A organização da Segurança Pública frente às novas formas de manifestação – 07/08/2013;
- Água na Agricultura – 28/08/2013;
- Segurança nos Estádios de Futebol – 16/09/2013;
- Financiamento do Estado – 21/10/2013;
- O Rio Grande do Sul na Copa 2014 – 18/11/2013.

Diálogos Regionais realizados

- Diálogos Pedágios em Carazinho – 06 de março;
- Diálogos Pedágios em Encantado – 14 de março;
- Diálogos Pedágios em Caxias – 11 de abril;
- Diálogos Pedágios em Santa Cruz – 30 de abril;
- Diálogos Pedágios em Gramado – 06 de maio;
- Diálogos Pedágios em Vacaria – 06 de junho;
- Diálogos Pedágios em Novo Hamburgo – 19 de agosto;
- Diálogos Pedágios em Viamão – 21 de agosto;

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- Diálogos Regionais São José do Norte – 24 de julho;
- Diálogos Regionais Rio Grande – 25 de julho;
- Diálogos Regionais Caxias do Sul – 16 de agosto;
- Diálogos Regionais Tiradentes do Sul – 23 de agosto;
- Diálogos Regionais Lavras do Sul – 30 de agosto;
- Diálogos Regionais Complexo Hidrelétrico Garabi/Panambi – 08 de outubro;
- Diálogos Desenvolvimento Regional Santiago – 12 de novembro;
- Diálogos Desenvolvimento Rural Rolante – 20 de novembro;
- Diálogos São Borja – 21 de novembro;
- Diálogos Hidrovia Brasil-Uruguai São Lourenço do Sul – 29 de novembro;
- Diálogos Santa Maria com Interiorização Governo – 12 de dezembro.

Outras Ações

- Feira do Livro – Campanha e estande em parceria com Fundação Piratini;
- Articulação da Rede CES da América Latina e Caribe e da Rede Brasileira de CDES;
- Participação no *workshop* sobre “Os Impactos dos Conselhos Econômicos e Sociais na América Latina e Caribe”, a convite do Banco Mundial, abril/2013, em Washington (EUA);
- Participação no III Fórum Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais, a convite do Conselho Econômico e Social do Estado de Jalisco para o Desenvolvimento e a Competitividade (CESJAL) e do Programa EuroSocial, em junho de 2013 – Jalisco (México);
- Participação no Seminário Internacional de Desenvolvimento – 10 Anos do CDES da Presidência da República, em julho de 2013 (Brasília);
- Participação na II Oficina da Rede de CES da América Latina e Caribe, em julho de 2013 (Brasília);
- Coordenação dos grupos de trabalho das Hidrelétricas (Panambi/Garabi) com realização de 18 reuniões regionais;
- Reuniões (três) sobre novo piso regional.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SECDDES	Programa de Concertação Econômica e Social	Ação de Concertação Econômica e Social
SECDDES	Programa de Concertação Econômica e Social	Acompanhamento das Políticas de Concertação

Cultura

A **Secretaria da Cultura** (SEDAC) tem por competências: apoiar a produção, valorização e difusão das manifestações culturais; promover a proteção do patrimônio cultural; promover a democratização e a descentralização do acesso à cultura e à promoção das manifestações culturais; manter o cadastro do patrimônio histórico e do acervo cultural público e privado, fornecendo orientação técnica para os cadastros municipais; desenvolver o processo cultural no plano técnico didático-pedagógico; promover a cooperação cultural e artística com outros países e organismos externos; e fortalecer as diferentes manifestações culturais do Estado, promovendo a sua integração com outros estados e países. No Rio Grande do Sul, as políticas públicas para a cultura têm sido formuladas a partir de um conceito transversal, que entende a cultura como primordial para o desenvolvimento artístico e econômico do Estado, bem como para o fortalecimento de sua cidadania.

A Secretaria de Estado da Cultura vem adquirindo importância estratégica com o aporte de investimentos e resultados positivos experimentados nos últimos anos. É importante ressaltar que a área da cultura engloba, além do órgão central, com suas quatro diretorias, mais 32 órgãos vinculados, entre eles, as três Fundações - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, Fundação Theatro São Pedro e Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - seis institutos, nove museus, cinco bibliotecas, dois sistemas (de Bibliotecas e de Museus) e sete outras instituições. O orçamento do órgão central passou de R\$ 16 milhões, em 2011, para R\$ 52 milhões em 2013, com previsão de R\$ 85 milhões em 2014, num aumento de 517%. A previsão orçamentária para as três fundações vinculadas soma R\$ 18 milhões para 2014.

Em função da intensa articulação com o Ministério da Cultura, com a integração da SEDAC ao Sistema Nacional de Cultura, no período de três anos foram celebrados mais de R\$ 60 milhões em convênios, tendo por objetos: construção do Museu da Música e da Sala Sinfônica da OSPA, Pontos de Cultura, Modernização de Bibliotecas, Criativa Birô, Memorial da Democracia e dos Direitos Humanos, Agentes de Leitura, Núcleo de Formação de Agente Cultura da Juventude Negra (NUFAC), Céu das Artes e Carnaval. Todos os convênios acima estão em andamento.

O volume de recursos operados pelo Sistema Pró-cultura RS cresceu expressivamente. Hoje o mecanismo não se baseia apenas na isenção fiscal, mas em investimentos inéditos no Fundo de Apoio à Cultura, que é uma forma de financiamento direto da produção cultural local, através de editais inovadores. A Fundação OSPA terá recursos próprios para a 4ª etapa da obra da construção de sua Sala Sinfônica na ordem de R\$ 10 milhões. A Casa de Cultura Mario Quintana passa atualmente por uma obra completa, com financiamento do Bannrisul.

Um dos focos da SEDAC é o projeto Pontos de Cultura, que consiste em grupos culturais da sociedade civil, envolvendo comunidades em atividades de arte, cultura, educação e cidadania. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Os Pontos de Cultura estimulam a criatividade, propiciando o exercício da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade, sendo o principal elo entre as comunidades e as políticas públicas culturais. Essas iniciativas, depois de selecionadas, recebem recursos para potencializar suas ações, com a

compra de material e contratação de profissionais, entre outras necessidades. O Ponto de Cultura não tem um único modelo – nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade.

O Programa Cultura Viva - PCV foi criado em 2004 pelo Ministério da Cultura (MinC). Os Pontos de Cultura são a base do PCV, que também envolve outras ações. Entretanto, o RS foi, até 2011, um dos dois únicos estados a não convênir com o MinC e desenvolver esta política pública de cidadania e diversidade cultural. No RS, havia apenas cerca de 54 Pontos de Cultura (aproximadamente 1,4% dos Pontos do país), em somente 24 municípios (menos de 5% do total de cidades do estado). Através de convênio com o MinC (no valor de R\$18,13 milhões), foram potencializados 82 Pontos de Cultura e, ainda em 2013, selecionados mais 78, o que totaliza uma rede de 160 Pontos de Cultura.

No tópico de Modernização de Bibliotecas, projetos inéditos de modernização de espaços culturais dinâmicos de bibliotecas públicas municipais asseguram a organização de registros bibliográficos e democratizam o acesso ao livro, à leitura e à literatura para setores expressivos da comunidade gaúcha. Através de convênio com o Ministério da Cultura, no valor de R\$ 3,375 milhões, entre 2011 e 2013, foram contempladas 110 bibliotecas públicas e, em 2013, selecionados mais 50 projetos, ou seja, 1/3 das bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul serão modernizadas.

O convênio com a Fundação Biblioteca Nacional/MinC, propõe a contratação de 220 jovens de 18 a 29 anos como agentes de leitura nos Territórios da Paz de Porto Alegre, Canoas e Esteio, oferecendo os equipamentos (kit livros, bicicleta) e uma bolsa de R\$ 350,00/mês. O valor total investido é de R\$ 1,7 milhão.

Com o Mapa Digital da Cultura RS, o Rio Grande do Sul é o primeiro Estado brasileiro a lançar uma plataforma deste tipo, que já reúne dados importantes como a catalogação de todas bibliotecas e museus presentes em território gaúcho. O Mapa funciona como serviço público ao cidadão e ao visitante do Estado, e também como uma ferramenta de participação e difusão da cultura no contexto atual, de rapidíssima alteração dos dados e com a velocidade das dinâmicas sociais e econômicas típicas da era da cultura digital.

O projeto Autor Presente teve uma média de 90 encontros por ano em 2011 e em 2012, número que triplicou em relação a 2010. Ao todo, foram mais de 140 encontros em 2013. O cachê dos autores dobrou, em comparação com 2010. Em uma ação com a Secretaria da Educação, foram distribuídos R\$ 1.250,00 para cada escola adquirir livros do autor (até 2010, as escolas não recebiam os livros para trabalho prévio, o que prejudicava os encontros). Também foram implementadas novas ações como Autor na Biblioteca e Autor na Paz – Os PoETs no Madre Pelletier; Paulo Seben no Presídio Central e na Fase; Celso Gutfreind na Vila de Passagem (assentamento de famílias no bairro Rio Branco, em Canoas).

A Casa de Cultura Mário Quintana apresentou, em 2013, uma programação de Cinema com média de público entre 5 e 7 mil pessoas por mês; de Teatro, com 57 espetáculos e 180 apresentações; e Teatro infantil, com 24 espetáculos e 136 apresentações; de Música, com 53 espetáculos e 63 apresentações; de Dança, com 15 apresentações; Circo, com 15 apresentações; além de 28 Exposições, 63 Oficinas e 17 lançamentos de livros. Mesmo com a intensa

programação, a Casa de Cultura Mario Quintana está em obras. São R\$ 8 milhões financiados pelo Banrisul, em duas etapas: a 1ª Fase envolve a restauração das fachadas, esquadrias e telhados; a 2ª Fase corresponde à modernização - climatização, equipamentos de sonorização e iluminação cênica, acessibilidade (sinalização e conteúdos) e sinalética.

As obras relativas às fundações do Museu da Música e da Sala Sinfônica da OSPA já foram entregues, tendo sido viabilizadas pela Lei Rouanet, através da Fundação Pablo Komlós, com um valor de R\$ 5,335 milhões, envolvendo escavações, estacas e blocos de concreto armado. A próxima etapa, cuja licitação está em curso, envolverá R\$ 19 milhões do MinC e R\$ 6 milhões do Governo do Estado, num total de R\$ 25,156 milhões. Os serviços desta etapa são: supraestrutura, alvenarias, esquadrias, ferragens, fachadas, vidros, impermeabilizações, revestimento de paredes, instalações hidráulicas e sanitárias.

No quesito de Qualificação de Museus, entre projetos de modernização, convênios com o Ministério da Cultura, restauros e aquisição de acervo, foram investidos mais de R\$ 4 milhões nos museus vinculados à Secretaria de Estado da Cultura. Os beneficiados foram: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa; Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul – MAC RS; Museu de Arte do Rio Grande do Sul – MARGS; Museu Estadual do Carvão; Museu Histórico Farroupilha; Museu Julio de Castilhos; e Memorial do Rio Grande do Sul.

O Sistema Pró-cultura RS é composto pelo Fundo de Apoio à Cultura – FAC, e pela Lei de Incentivo à Cultura - LIC. O FAC é o maior investimento direto para estimular todos os setores e etapas que envolvem os processos criativos nas diversas regiões do Estado. Em 2013, foram selecionados, através de sete editais, projetos que somaram R\$ 10 milhões. O Fundo está na sua segunda rodada de editais e os editais anteriores já garantiram o aporte de R\$ 10 milhões. A Lei de Incentivo à Cultura é outra prova do pleno funcionamento do Pró-Cultura RS, com a liberação total do limite de recursos incentivados, que soma mais de R\$ 74 milhões em todas as regiões do Rio Grande do Sul. O investimento via incentivo fiscal vem aumentando paulatinamente, superando os resultados anteriormente alcançados. O sistema também foi inteiramente informatizado.

Em 2013 foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa o Sistema Estadual de Cultura. O Sistema Estadual de Cultura é um mecanismo de gestão cultural compartilhada entre Estado e sociedade. O projeto vai garantir dez anos de políticas públicas continuadas para a cultura do Rio Grande do Sul. Como elementos-chave do Sistema Estadual de Cultura constam o fortalecimento de conselhos estaduais, fundos de cultura e formas de participação dos produtores culturais e da comunidade em geral, englobando todos os componentes inseridos na elaboração e execução de políticas do setor; formação, criação, produção, distribuição, consumo, conservação e fomento. O sistema é um conjunto de instrumentos para ajudar a desenvolver a cultura, do ponto de vista do financiamento e do planejamento, e possibilita pensar a cultura do Estado a médio e longo prazo. O Sistema Estadual de Cultura foi apresentado na 4ª Conferência Estadual de Cultura, que ocorreu em Lajeado. E, também no ano de 2013, foi aprovado pela Assembleia o Plano Estadual de Cultura.

Segunda orquestra mais antiga do país em atividades ininterruptas, a **Fundação Orquestra Sinfonia de Porto Alegre** (FOSPA) é uma das Fundações vinculadas à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul e possui uma extensa agenda de concertos em todo o

Estado. Além de realizar concertos próprios na Capital e no Interior do Estado, a Fundação tem por objetivo, entre suas ações culturais, reabrir a Escola de Música da OSPA e ministrar aulas de música para crianças oriundas de famílias de baixa renda.

Fundado em 3 de março de 1972, o Conservatório Pablo Komlós – Escola de Música da OSPA cumpriu função fundamental para o fomento cultural do Rio Grande do Sul: formou, gratuitamente, muitos instrumentistas que hoje integram o quadro de músicos da OSPA ou atuam em diferentes áreas da música, como bandas marciais e militares amadoras e profissionais, músicos populares, educadores musicais, produtores e outros agentes culturais. A escola é gratuita e tem como público-alvo crianças e jovens de 8 a 24 anos. Trata-se da única escola voltada para a formação de músicos de orquestra, oferecendo a estudantes de baixa renda a oportunidade de profissionalização na área. Suas ações educativas também interferem na formação de ouvintes, cumprindo um papel importante na democratização da educação e cultura no Estado.

Inativo desde 2004, o Conservatório reabriu em abril de 2013, oferecendo à comunidade 224 vagas para o estudo gratuito de instrumentos de orquestra nas seguintes modalidades: violino, viola, violoncelo, contrabaixo, flauta transversal, oboé, clarinete, fagote, trompa, trompete, trombone, tuba e percussão, com aulas ministradas pelos próprios músicos da Orquestra. Neste primeiro momento, a proposta pedagógica da escola disponibiliza três opções de estudo: Curso Básico – Iniciação Musical (para alunos de 8 a 14 anos, que não possuem conhecimento musical prévio), Curso Básico – Intermediário I (para alunos de 8 a 16 anos, que já tocam peças musicais em nível iniciante) e Curso Básico – Intermediário II (para alunos de 12 a 24 anos, que já tocam peças musicais em nível intermediário). A seleção para os níveis iniciantes privilegia os candidatos de menor renda familiar. Para os cursos intermediários, os alunos são classificados conforme desempenho musical em audição. Em 18 de dezembro, na Igreja Nossa Senhora das Dores, em Porto Alegre, foi realizado um recital dos alunos da Escola de Música da OSPA para mostrar ao público o trabalho desenvolvido ao longo do ano, desde sua reabertura.

Fundado há mais de trinta anos, o Coro Sinfônico da OSPA é formado por cantores amadores que dedicam parte de seu tempo para cantar grandes obras da literatura sinfônico-coral. Além de participações marcantes na programação da OSPA, o Coro Sinfônico também realiza concertos com outras orquestras ou grupos instrumentais. Em seu repertório, estão obras de Mozart, Beethoven, Mahler, Mendelssohn, Gounod, Brahms, Bach, Haendel, Haydn, Vivaldi, Orff, Verdi, Puccini, Bizet, Rachmaninoff, Stravinsky, Rimsky-Korsakov, Tchaikovsky, Mussorgsky, Borodin, entre outros. O coro é regido pelo maestro Manfredo Schmiedt e conta com o preparo vocal do professor Ricardo Barpp.

As apresentações artísticas têm por objetivo levar ao conhecimento do público o repertório sinfônico disponível com apresentações na Capital e no Interior, além de possibilitar a execução da programação artística e cultural do Órgão, permitindo a participação da comunidade e o aperfeiçoamento cultural da mesma. A Temporada 2013 da OSPA foi constituída por 42 apresentações realizadas entre março e dezembro, distribuídas nas séries – Concertos Oficiais, Concertos Legais, Concertos Populares, Concertos Especiais e Concertos no Interior.

Em 2013 foram realizados 6 Concertos no Interior: em Cachoeirinha, na Igreja Matriz São Vicente em Cachoeirinha, com público de 900 pessoas; em Alegrete, no Centro Cultural Adão Ortiz Houayek, com público de 1.000 pessoas; em Estrela, em frente à prefeitura, com público de 5.000 pessoas; em São Miguel das Missões, em frente às ruínas, com público de 1.000 pessoas; em Santo Ângelo, em frente a Catedral Angelopolitana, com público de 5.000 pessoas; e em Gramado, na Rua Coberta, com público de 3.000 pessoas.

Também ocorreram 7 Concertos Especiais, entre os meses de março e outubro de 2013, em Porto Alegre, para um público total de 3.660 pessoas, nos seguintes espaços: Sala Negrinho do Pastoreio do Palácio Piratini; Centro Administrativo Fernando Ferrari; Centro Vida Humanístico; Igreja São Pedro: Salão de Atos da UFRGS; e Theatro São Pedro. No Theatro, em agosto, foi apresentada a Ópera Fidélio, de Beethoven (ópera em forma de concerto), em três dias consecutivos, com participação do Coro Sinfônico da OSPA.

Os Concertos Populares foram dois, sendo o primeiro no Parque da Redenção, com um público de 15.000 pessoas, e o segundo no Salão de Atos da UFRGS, para um público de 1.309 pessoas. O evento do Parque da Redenção foi realizado em 21 de abril, com regência do Maestro Tiago Flores e participação de Tasso Bangel, Nenhum de Nós, Renato Borghetti e Os Fagundes. O Concerto do Salão de Atos teve regência do Maestro Manfredo Schmiedt e os solistas Guenther Andreas e Morena Bauler Chagas tocando temas de filmes.

A Série Concertos Legais, destinada a turmas de Ensino Fundamental e Médio previamente inscritas, mobilizou um público de 1.770 pessoas, num total de três concertos, realizados no Auditório Dante Barone e no Salão de Atos da UFRGS. O repertório da temporada incluiu: “Canon”, de Johann Pachelbel; “Sinfonia dos brinquedos”, de Joseph Haydn; o primeiro movimento da “Sinfonia nº 5”, de Ludwig van Beethoven; e a “Dança Húngara nº 1”, de Johannes Brahms. A regência foi do maestro Tiago Flores.

O Concerto de Abertura da Temporada 2013 foi realizado no Teatro do SESI, em Porto Alegre, no dia 12 de março, com um público de 719 pessoas e regência de Luiz Fernando Malheiro e Solistas Daniella Carvalho e Martin Muehle. Seguiram-se 23 concertos da série Concertos Oficiais da OSPA, realizados no Theatro São Pedro, Igreja São Pedro, Igreja Reconciliação, Igreja Ressurreição, Salão de Atos da UFRGS e Auditório Dante Barone. Os Concertos Oficiais atingiram um público aproximado de 10.000 espectadores durante o ano. O Concerto de Encerramento da Temporada ocorreu no dia 19 de dezembro, na Praça da Matriz, com público estimado de 3.000 pessoas, regência do Maestro Manfredo Schmiedt e Solista Juliano Barreto.

A **Fundação Theatro São Pedro** (FTSP) está localizada em Porto Alegre e atende a demanda de todo o Estado, com as peças e eventos realizados no seu prédio histórico que, no mês de junho de 2013, completou 155 anos de existência. A temporada de apresentações de 2013 do Theatro São Pedro contou com 151 atividades realizadas, envolvendo um público de 104.735 espectadores participantes. A temporada iniciou com o espetáculo Tangos e Tragédias, consagrado como atrativo na rota turístico-cultural de Porto Alegre, contribuindo significativamente no ingresso de receitas da Fundação Teatro São Pedro. No trimestre de julho até setembro de 2013 o Teatro São Pedro recebeu o 20º Porto Alegre em Cena. Foram encenadas peças vindas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de peças produzidas

no RS e espetáculos de música popular. No palco também se apresentaram a OSPA, a Orquestra Unisinos e a Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro. Além das apresentações artísticas com público pagante, o Theatro São Pedro sediou 13 eventos com entrada franca, aproximando o público e o teatro.

O Multipalco, no decorrer de 2013, inaugurou mais salas, sendo quatro salas de estudos e uma grande para workshops e oficinas, assinalando assim a evolução da obra, com a entrega de mais uma etapa para a comunidade. Para o evento apresentou-se a escola de música Usina de Talentos, a qual faz parte do projeto conjunto da Associação Sol Maior (mantido pelo Instituto Gerdau) em parceria com Associação Amigos do Theatro São Pedro. A Associação Sol Maior atende crianças e jovens em condições de vulnerabilidade social entre 07 e 14 anos, oriundos de escolas estaduais e municipais de diversas regiões de Porto Alegre, criando assim jovens multiplicadores deste aprendizado em suas comunidades. O projeto conta, atualmente, com 100 alunos nos turnos da manhã e tarde, quando são ministradas aulas de instrumentos de cordas, teclado, sopro, percussão, e também, canto e dança. Durante o ano, a Usina de Talentos fez dezenas de apresentações, ora com instrumentistas, ora com cantores e algumas vezes com a junção destas modalidades. Os locais de apresentação variaram de praças até palcos de teatro. No final de 2013 a Sol Maior- Usina de Talentos apresentou-se na Concha Acústica do Multiplaco.

O Musical Évora, empresa sucessora da Petropar e patrocinadora do projeto, conta com periodicidade regular há mais de 20 anos. O projeto proporciona lazer à comunidade, além de difundir o trabalho de artistas gaúchos e de outras regiões. O Musical Petropar/Évora acontece semanalmente, com entrada franca, apresentando musicais de 45 minutos. O projeto, inicialmente dedicado à música clássica e erudita, atualmente traz estilos diversos, como jazz, choro e MPB. Em 2013 foram realizados 48 eventos, com público estimado de 4.800 espectadores.

O Memorial do Theatro São Pedro, que também funciona semanalmente, com entrada franca, para visitas guiadas e informativas sobre a história do teatro, recebeu, em 2013, o número aproximado de 21.900 visitantes.

A partir de maio de 2013 por meio de um projeto da Associação Amigos do Theatro São Pedro, com realização do Ministério da Cultura e patrocínio da Petrobrás, foi criado um banco de dados de documentos e fotografias, o Acervo Digital do Theatro São Pedro, valorizando e preservando a história da centenária casa de espetáculos, monumento símbolo da cultura rio-grandense. A Instituição tem como objetivo fazer deste banco de dados uma fonte de difusão do acervo e pesquisa para o público. Acessando o link disponível no site do teatro, o usuário acessa informações e documentos ligados ao patrimônio cultural, à memória das manifestações artísticas e institucional e à trajetória do Theatro São Pedro. Tal projeto foi selecionado dentre os 3.446 projetos inscritos, em todo o país, no Programa Petrobrás Cultural -Memórias das Artes. O foco da seleção pública foi resgatar e trazer à luz acervos e conteúdos de interesse da memória das artes no Brasil que ainda não haviam encontrado meios adequados de preservação, difusão e de fruição pública. O programa prioriza projetos que envolvam obras e documentos de valor inestimável, sob o ponto de vista histórico e cultural e, que se encontram à

margem do alcance público, ameaçados de perdas irreversíveis. Até dezembro, estima-se que tenham ocorrido aproximadamente 1.900 acessos ao site do Acervo do Theatro São Pedro.

A Orquestra de Câmara Theatro São Pedro apresenta três séries de concertos: Concertos Oficiais, Concertos Banrisul para Juventude e Concertos Populares. Em 2013 ocorreram sete Concertos Oficiais, dirigidos ao público pagante. O projeto “Concerto Banrisul para a Juventude” é voltado aos estudantes de escolas públicas e particulares, e visa o desenvolvimento da percepção musical de alunos do ensino fundamental, sobretudo dos anos iniciais (3º, 4º e 5º anos). No projeto, são realizados concertos didáticos para até 550 alunos, com apresentações de aproximadamente 50 minutos e repertório que inclui Bach, Vivaldi, Carlos Gomes, Vilas-Lobo, Mozart, Chico Buarque, Tom Jobim, Toquinho e Adriana Calcanhoto, entre outros, com a regência do Maestro Antônio Carlos Borges-Cunha. No ano, foram realizados sete Concertos Banrisul para a Juventude. Os Concertos Populares, em número de seis durante 2013, acontecem aos domingos, às 11 horas, com entrada franqueada mediante a doação de 1 Kg de alimento não perecível. O projeto conta com o apoio cultural da Souza Cruz. É importante frisar que a Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro teve seus projetos realizados com patrocínio, sem qualquer apoio das Leis de Incentivo à Cultura. Da mesma forma, muitos dos projetos do Multipaco funcionaram sem os incentivos dessas Leis, com participação direta da AATSP - Associação Amigos do Theatro São Pedro.

No que diz respeito a obras e manutenção do teatro, ressalta-se a realização, no mês de fevereiro, da manutenção preventiva dos equipamentos, em especial do lustre central com suas 96 lâmpadas e os outros 22 lustres com 15 lâmpadas cada. A subestação transformadora de energia elétrica está em fase de substituição, tendo em vista sua defasagem. Também foram adquiridos dois novos geradores para ampliar a capacidade do atual gerador, que está em funcionamento desde a reforma do teatro, em 1984.

A **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)**, criada em 1974, é vinculada à Secretaria de Estado da Cultura e atua na área da pesquisa e divulgação da cultura popular sul-rio-grandense. Entre as suas finalidades destaca-se o estudo do folclore, da cultura e da história do Estado. De acordo com o seu estatuto, deve promover o estudo e divulgação da ciência do folclore, o intercâmbio com órgãos de atividades afins e a cultura popular. Como instituição, pode representar o Estado em assuntos pertinentes à cultura regional e prestar assessoria e serviços especializados nessa área. Para atender a essa demanda, constituem a Instituição: a Biblioteca e Hemeroteca Glaucus Saraiva, que reúne 4.000 títulos dedicados à dança, costumes, folclore, vestimentas, música, etnias e informações sobre escritores e artistas do Rio Grande do Sul; o Museu do Som Regional, que disponibiliza um acervo de LPs, CDs e fitas VHS que conta a história da nossa música; o Estúdio Cesar Passarinho, destinado à gravação e digitalização do acervo e à produção de programas radiofônicos; e o Núcleo de Pesquisa sobre a história e a cultura do Rio Grande do Sul, que presta assessoria a pesquisadores, participa de eventos ligados ao folclore, festivais e ao tradicionalismo gaúcho e publica obras relacionadas aos temas.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEDAC	Mais Cultura RS	Ampliação da Participação Cidadã
SEDAC	Mais Cultura RS	Ampliação do acesso a bens culturais
SEDAC	Mais Cultura RS	Apoio a eventos culturais
SEDAC	Mais Cultura RS	Capacitação de agentes, gestores culturais e servidores da SEDAC
SEDAC	Mais Cultura RS	Construção do Teatro da OSPA
SEDAC	Mais Cultura RS	Construção, reforma e modernização de espaços culturais
SEDAC	Mais Cultura RS	Cultura nas Escolas
SEDAC	Mais Cultura RS	Desenvolvimento da Economia da Cultura
SEDAC	Mais Cultura RS	Desenvolvimento da Economia da Cultura
SEDAC	Mais Cultura RS	Implantação do Observatório da Economia da Cultura
SEDAC	Mais Cultura RS	Implantação do Sistema Estadual de Cultura
SEDAC	Mais Cultura RS	Implementação de Pontos de Cultura
SEDAC	Mais Cultura RS	Intercâmbio Cultural
SEDAC	Mais Cultura RS	Modernização de Bibliotecas
SEDAC	Mais Cultura RS	Preservação e conservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e ampliação de acervos
SEDAC	Mais Cultura RS	Promoção da Cidadania Cultural e Direitos Humanos das mulheres
SEDAC	Mais Cultura RS	Promoção da Cidadania Cultural e Direitos Humanos das mulheres
SEDAC	Mais Cultura RS	Publicidade, comunicação e difusão cultural
FOSPA	Mais Cultura RS	Ações culturais da OSPA
FTSP	Mais Cultura RS	Ações culturais no Theatro São Pedro
FIGTF	Mais Cultura RS	Promoção e incentivo a ações culturais e preservação da memória da Cultura Gaúcha

Desenvolvimento e Promoção do Investimento

O Governo Tarso Genro criou a **Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI)** e seu braço executivo – a **Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI)**, cujo modelo institucional garante a flexibilidade e a agilidade institucional para o desempenho de um papel-chave na operacionalização dos elementos decisivos da Estratégia de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A partir dessa reorganização inicial, constituiu-se o Sistema de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (SD-RS), coordenado pela SDPI, que propõe a integração das Instituições financeiras (BADESUL, BRDE, Banrisul) em torno de um conjunto de diretrizes que convergem para um perfil de atuação singular no país. O núcleo do Sistema de Desenvolvimento do RS, conta ainda com a assessoria do CDES e com atuação sistemática em conjunto com a SEFAZ, através do Grupo Executivo SDPI-SEFAZ – GEX.

Para orientação geral do governo sobre a temática do desenvolvimento industrial, formulou-se a política industrial do RS, uma inovação institucional que vem sendo reconhecida como modelo de referência em termos de política de desenvolvimento regional-estadual. Esse modelo compreende programas, projetos-ações e instrumentos de aplicação na dimensão setorial (setores estratégicos), na dimensão de organizações associativas-cooperativas (economia da cooperação) e, ainda, na dimensão da unidade empresarial (política da firma). Compreende ainda instrumentos de atuação transversal e a temática da infraestrutura para o desenvolvimento.

Destacam-se, por exemplo, programas e projetos tais como o RS Indústria Oceânica, o RS Eólica, o Polo Espacial, o programa de ações internacionais, o fomento aos Arranjos Produtivos Locais e aos Parques Tecnológicos, a Sala do Investidor, o Novo Fundopem, o Pró-Inovação, o Mais água Mais renda, entre outros.

A Política Industrial gaúcha acaba de passar pela revisão 2013. Atualmente, estão encerradas 110 ações. Outras 174 estão em andamento. Na revisão foram incluídas 89 ações, sendo 13 transversais aos setores estratégicos e 76 específicas. Para a revisão dos Programas Setoriais entre 2012-2013, foi realizada uma reunião com representantes de cada setor estratégico, totalizando 211 participantes, sendo 41% deles vinculados a entidades empresariais, de trabalhadores e cooperativas, 9% ligados a instituições de ensino, ciência e tecnologia e 50% ao governo.

Política Setorial

A Política Setorial reúne os setores industriais e agroindustriais estratégicos para a economia do Rio Grande do Sul, os quais são classificados em duas categorias – Economia Tradicional e Nova Economia para o RS. Estão agrupados em três níveis – Prioritário, Preferencial e Especial. A Economia Tradicional agrega os setores historicamente constituídos e fortemente enraizados na economia gaúcha. Já a Nova Economia compreende tanto aqueles ligados ao desenvolvimento mais amplo do país, tais como a industrial naval e eólica, como aqueles portadores de futuro, dos quais decorre um déficit brasileiro – tanto na balança comercial

quanto na atualização tecnológica (caso da área de semicondutores e saúde avançada e medicamentos).

A seleção dos 23 setores estratégicos partiu de uma análise multicriterial, considerando aspectos econômicos, tecnológicos e sociais, tendo em vista tanto o programa do Governo Estadual como a Política Federal, particularmente o Plano Brasil Maior. Uma vez definidos os setores, a formulação dos Programas Setoriais ficou sob responsabilidade de coordenadores executivos apoiados por patrocinadores (sponsors), todos partícipes de instituições do Sistema de Desenvolvimento.

O conteúdo dos Programas Setoriais foi desenvolvido através de amplo processo de concertação, sob a égide de critérios técnicos claramente explicitados, e envolveu empreendedores e profissionais diretamente associados aos setores industriais, pesquisadores universitários e membros de secretarias de Estado e de órgãos vinculados. Realizaram-se 170 reuniões presenciais que contaram, no seu todo, com 516 participantes, sendo 51% deles vinculados aos setores produtivos (representantes empresariais, de trabalhadores e de cooperativas), 11% a instituições de ensino, ciência e tecnologia e 38% ao governo.

Como resultado deste processo de consulta e participação, elaboraram-se 22 matrizes de competitividade e outras tantas notas técnicas setoriais. A metodologia incorporou elementos da Teoria da Inovação, do Planejamento Estratégico Situacional e da Estratégia Competitiva, a exemplo do “modelo do diamante” de Porter. O modelo teórico foi adaptado à realidade da economia industrial gaúcha, considerando-se, principalmente, questões sobre as quais o Governo tem possibilidade de ação direta, totalizando 27 fatores para análise da competitividade setorial, distribuídos nos quatro determinantes da competitividade regional. Os grupos de trabalho identificaram os fatores mais relevantes para a competitividade do respectivo setor; os fatores mais relevantes, por sua vez, foram estudados à luz do desempenho atual do Rio Grande e de *benchmarks* nacionais e internacionais. Por fim, medidas foram sugeridas para sustentar posições de liderança e preencher vazios de desempenho. As secretarias de Estado e os demais órgãos públicos envolvidos contribuíram diretamente para a formulação dos Programas Setoriais, identificando e sugerindo subprogramas, projetos, ações e instrumentos que potencializarão os resultados da Política Industrial.

Várias medidas sugeridas ao longo do processo de formulação dos Programas Setoriais foram adotadas antes mesmo do lançamento oficial da Política Industrial. Após esse lançamento, seguem ocorrendo reuniões sistemáticas dos grupos de trabalho setoriais com o objetivo de monitorar e aprimorar os Programas Setoriais, em particular, e a Política Industrial em seu todo, prevendo, dentre outros instrumentos de gestão da Política, a realização de ciclos anuais de PDCA (*planejamento/plan, execução/do, verificação/check e ação/act*).

Atualmente, os Programas Setoriais registram um total de 373 ações, das quais 67 são transversais a todos os setores, 20 são transversais aos setores agroindustriais e 286 são específicas para cada um dos 23 setores estratégicos. Elas envolvem um total de 43 diferentes executores, divididos em 11 secretarias de governo. O monitoramento destas ações é realizado bimestralmente, tendo ocorrido, em 2013, cinco ciclos de acompanhamento, com mais de 110

reuniões de monitoramento realizadas. Em dezembro de 2013, do total de 373 ações, 171 já encontram-se concluídas e 202 estão em andamento.

Para cada um dos setores pode-se destacar as seguintes ações:

- Agroindústria (transversais)
 - Realização de concurso para contratação de 120 novos fiscais estaduais agropecuários (SEAPA)
 - Concluída a reforma de 80 Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas (IVZs) no Estado (SEAPA)
 - Estruturação do Programa Gaúcho de Alimentos Premium, a partir de convênio com o Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS)
- Agroindústria – Avicultura
 - Adoção da sistemática da Substituição Tributária para o setor (SEFAZ)
 - Programa “Mais Água, Mais Renda”, como forma de expandir a produção de milho no RS (SEAPA)
- Agroindústria – Carne Bovina
 - Programa Dissemina, que treina equipes e distribui kits para inseminação artificial em bovinos (SEAPA)
- Agroindústria – Carne Suína
 - Adoção da sistemática da Substituição Tributária para o setor (SEFAZ)
 - Equalização das alíquotas de produtos do setor com carnes de aves (SEFAZ)
 - Programa “Mais Água, Mais Renda”, como forma de expandir a produção de milho no RS (SEAPA)
- Agroindústria – Grãos – Arroz
 - Elevação do crédito presumido de 3,5% para até 7%, em conjunto com obrigatoriedade na utilização de Nota Fiscal Eletrônica (SEFAZ)
- Agroindústria – Grãos – Soja e Milho
 - Programa “Mais Água, Mais Renda” (SEAPA)
- Agroindústria – Grãos – Trigo e Cereais de Inverno
 - Inclusão entre os setores estratégicos prioritários, possibilitando maior pontuação no FUNDOPEM/Integrar (SDRS)
- Agroindústria – Leite e Derivados
 - Programa “Mais Leite de Qualidade”, para financiamento de ordenhadeiras e resfriadores de expansão direta (SEAPA)
 - Programa Leite Gaúcho, que oferece aos pequenos produtores qualificação, assistência técnica, financiamento de sementes forrageiras e melhoramento genético (SDR)
- Agroindústria – Vitivinicultura
 - Apoio à inclusão do setor no Plano Brasil Maior, que prevê ações para divulgação internacional do vinho gaúcho (SDRS/SEAPA)

- Elevação do repasse ao Ibravin de 25% para 50% dos recursos do Fundovitis (SDRS/SEAPA)
- Automotivo e Implementos Rodoviários
 - Apoio ao APL Metalmecânico e Automotivo, na Serra (SDRS)
 - Apoio ao fornecimento do setor para a Indústria Naval (SDRS)
- Bens de Capital – Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas e Industriais
 - Apoio aos APL Pós-Colheita, do Noroeste Colonial; Máquinas e Equipamentos, da Região Metropolitana e Serra; Metalmecânico, na Região Central; Metalmecânico e Automotivo, na Serra (SDRS).
 - Biocombustíveis (Etanol e Biodiesel)
 - Etanol: apoio à renegociação dos débitos tributários da Coopercana com o estado (SDRS/SEFAZ)
 - Biodiesel: apoio junto ao Governo Federal para elevação do percentual de biodiesel no óleo diesel de 5% para 7% (SDRS)
 - Calçados e Artefatos
 - Nova política tributária, com tributação de 3% sobre o faturamento incremental para empresas há mais de 3 anos no RS (SEFAZ)
 - Crédito presumido de 17% sobre o ICMS devido em cada operação (SEFAZ)
 - Eletroeletrônica, Automação e Telecomunicações
 - Apoio ao APL de Automação e Controle da Região Metropolitana e Serra (SDRS)
 - Energia Eólica
 - Programa RS Eólica (SDRS)
 - Criação do Polo Eólico do RS (SDRS)
 - Equipamentos para a Indústria de Petróleo e Gás
 - Lançamento do Polo Naval do Jacuí e do Polo Naval de Guaíba (SDRS)
 - Estudo de mapeamento de competências de 100 empresas gaúchas para fornecimento ao setor (SDRS)
 - Indústria da Criatividade
 - Lançamento de editais específicos para estimular o desenvolvimento do setor (SCIT)
 - Apoio aos APLs de Moda, na Serra; Audiovisual, na Região Metropolitana; e Pedras, Gemas e Joias, no Alto da Serra do Botucaraí (SDRS)
 - Indústria Oceânica e Polo Naval
 - Lançamento do Polo Naval do Jacuí e do Polo Naval de Guaíba (SDRS)
 - Estudo de mapeamento de competências de 100 empresas gaúchas para fornecimento ao setor (SDRS)
 - Madeira, Celulose e Móveis
 - Apoio ao APL de Móveis (SDRS)
 - Confirmação do investimento da CMPC (SDRS)

- Concessão de diferimento parcial na aquisição local de insumos (SEFAZ)
- Petroquímica, Produtos de Borracha e Material Plástico
 - Equalização das alíquotas de ICMS para o setor em 12%, sem necessidade de revalidação anual
- Reciclagem e Despoluição
 - Programa “Produção Mais Limpa”, que reúne linhas de financiamento para o setor (SDRS)
- Saúde Avançada e Medicamentos
 - Apoio ao APL do Complexo Industrial da Saúde, na Região Sul (SDRS)
 - Realização de estudo de prospecção tecnológica (SDRS)
 - Apoio à retomada na produção do LAFERGS através de PDPS – Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (SES)
- Semicondutores
 - Desoneração total de ICMS para os segmentos incluídos no PADIS (SEFAZ)
- Software
 - Apoio à realização da Feira BITS (SDRS)
 - Capacitação de empresas através do projeto MPS.BR, em parceria com a SOFTSUL (SDRS)

Além destas ações, a Diretoria de Planejamento, Programas e Captação de Recursos (DIPLA) da AGDI está desenvolvendo os seguintes estudos, que contribuem diretamente para a implementação das ações setoriais:

- Desenvolvimento regional e espacial do Rio Grande do Sul: convênio assinado com a UNISINOS em novembro de 2013. Prevê a elaboração do estudo, proposições de ações e realização da capacitação para disseminação e implantação eficaz da Política Industrial nos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), organizados em 9 Regiões Funcionais do estado do Rio Grande do Sul, considerando as aptidões e a realidade socioeconômica de cada região.
- Estudos e prospecção tecnológica - Alimentos Premium: objetiva a estruturação do Programa Gaúcho de Alimentos Premium, em convênio com o Centro de Indústria do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS). Os estudos apresentados têm como objetivo principal conceituar os alimentos Premium, identificando seus atributos, bem como contextualizar o mercado dos alimentos no mundo e no Brasil, identificando tendências de consumo dos alimentos Premium. Entregues os relatórios relativos às Metas 1 e 2, dentro da proposta de estruturação do Programa Gaúcho de Alimentos Premium.
- Estudos e Prospecção tecnológica - Saúde Avançada: convênio assinado em dezembro de 2013 com a Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO). O estudo prevê o mapeamento do quadro institucional e regulatório vigente no Rio Grande do Sul; o diagnóstico da estrutura do setor no estado; a identificação das

instituições de ciência e tecnologia que trabalham com assuntos relacionados ao setor; o entendimento da dinâmica industrial do setor de saúde; e a elaboração de plano de ações propositivas.

- Mapeamento da oferta de serviços ambientais – Reciclagem e Despoluição: convênio assinado em dezembro de 2013 com a Fundação Escola de Engenharia (FEENG), ligada à UFRGS. O estudo prevê um diagnóstico da Oferta de Serviços Ambientais para o setor industrial gerador de resíduos no eixo Porto Alegre – Caxias, como forma de subsidiar a construção de Políticas Públicas de fomento do Setor de Reciclagem e Despoluição.

Política da Economia da Cooperação

A política da Economia da Cooperação e dos APLs – Arranjos Produtivos Locais – trata a empresa a partir de uma perspectiva coletiva e territorial, daquilo que é possível alcançar quando elas atuam de maneira articulada entre si e com instituições de pesquisa, tecnologia, crédito ou informação, para além do âmbito individual de competição. São três os programas que compõem a Política da Economia da Cooperação como um eixo específico da Política Industrial:

- O Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs), coordenado pela Diretoria de Produção e Inovação da AGDI;
- O Programa de Redes de Cooperação (PRC), coordenado pela Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE);
- O Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos, sob coordenação da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT).

O Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais foi estruturado em dois projetos, o Fortalecimento de APLs e a Extensão Produtiva e Inovação, ambos embasados na experiência precursora do Rio Grande do Sul, na experiência federal e na dos integrantes da Política Estadual da Economia da Cooperação.

Ao longo do ano de 2013 este programa foi consolidado, com a inclusão, através de edital público, de 8 novos arranjos no Projeto de APLs, totalizando 20, que é a meta prevista para o período de 2012-2015. O Projeto priorizou ações de apoio à governança, elaboração de planos de desenvolvimento, de capacitação de gestores e apoio à agenda de ações das diversas instituições junto aos arranjos. Ao longo de 2013 foram aplicados R\$ 4,1 milhões nas ações em parceria com entidades gestoras e universidades para os 20 APLs, que abrangem um universo de 18 mil empresas, resultando em ações para cerca de mil empresas, dos seguintes APLs enquadrados no Programa:

- APL Agroindústria Familiar – Região Celeiro
- APL Agroindústria Familiar – Região Médio Alto Uruguai
- APL Agroindústria Familiar – Região Missões
- APL Agroindústria Familiar – Região Vale do Rio Pardo

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- Agroindústria Familiar – Região Vale do Taquari
- APL Alimentos – Região Sul
- APL Audiovisual – Região Metropolitana Delta do Jacuí e Região Serra
- APL Complexo Industrial de Saúde.- Região Sul
- APL Eletroeletrônico de Automação e Controle - Região Metropolitana Delta do Jacuí, Região Serra e Região Vale do Rio dos Sinos
 - APL Máquinas e Equipamentos Industriais - Região Metropolitana Delta do Jacuí, Região Serra, Região Vale do Caí e Região Vale do Rio dos Sinos
 - APL Metalmecânico da Região Central
 - APL Metalmecânico e Automotivo da Serra Gaúcha
 - APL Metalmecânico Pós-Colheita – Região Noroeste Colonial
 - APL Moveleiro da Serra Gaúcha
 - APL Pedras, Gemas e Jóias – Região Alto da Serra do Botucaraí
 - APL Polo de Moda da Serra Gaúcha
 - APL Polo Naval do Jacuí – Região Centro Sul
 - APL Polo Naval e *Offshore* de Rio Grande e Entorno – Região Sul
 - APL Tecnologia da Informação da Serra Gaúcha
 - APL Tecnologia da Informação e Comunicação da Região Central:

Além dos convênios com os APLs citados, estão em andamento as seguintes ações de apoio:

- Estudo sobre instrumentos de monitoramento e análise para a gestão da política de APLs do RS, que está sendo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE;
- Projeto simbiose Industrial para APLs;
- Termo de Referência do projeto Estratégias de Marketing para os APLs – 1ª parte: Agroindústrias;
- Termo de Referência para unificar em um único documento o Plano de Desenvolvimento e Estratégias de Marketing;
- Estudos econômicos sobre os APLs, que está sendo realizado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE).

Todo este conjunto de ações culminou com a II Conferência Estadual de Arranjos Produtivos Locais, realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2013, propiciando o encontro entre integrantes dos APLs e destes com as instituições do Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT), que promovem ações e projetos nos APLs. Os debates serviram para aprimorar a política pública e a organização dos arranjos produtivos, aproximar os agentes dos diversos APLs do Estado, compartilhar a visão cooperada de negócios e o relato das respectivas experiências. A Conferência teve como tema “O APL como Política de Desenvolvimento”.

Foram realizados durante 2013 três módulos do Curso de Capacitação de Gestores de APLs, que capacitou 46 gestores de 21 arranjos produtivos locais.

A Agenda Transversal é pauta do NEAT – Núcleo de Ações Transversais nos APLs, composto por vinte e seis instituições públicas e privadas, que desenvolvem ações para os APLs. Ao longo de 2013, o NEAT realizou quatro reuniões de trabalho, tendo discutido e deliberado sobre os seguintes assuntos:

- Aprovação do Regimento Interno do NEAT;
- Deliberação sobre a Proposta de Edital de Seleção de APLs 2013;
- Criação da Comissão de Análise do Edital de Seleção de APLs 2013;
- Apreciação e aprovação do Relatório Final da Comissão de Análise do Edital 01/2013 – AGDI para a seleção de novos APLs a serem apoiados pelo Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, resultando no enquadramento de 08 APLs no Projeto APLs;
 - Alteração e aprovação da Resolução nº 03/2013/NEAT que trata do reconhecimento institucional de aglomerações como APL;
 - Avaliação do andamento do Projeto de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e ações dos órgãos e instituições do NEAT;
 - Formatação da II Conferência Estadual dos Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, tendo como tema – O APL como Política de Desenvolvimento – realizada nos dias 30 e 31/10/2013;
 - Avaliação e apresentação dos resultados da II Conferência Estadual dos APLs do RS;
 - Avaliação e aprovação da Proposta de Reconhecimento do APL do Setor Têxtil e do Vestuário do Alto Uruguai Gaúcho – APL POLOVEST;
 - Avaliação da Proposta de Reconhecimento do APL Pré-Colheita: recomendadas diligências antes de deliberar sobre reconhecimento institucional do APL no âmbito do Programa;
 - Deliberação sobre os critérios da Chamada de Projetos do FUNDOAPL;
 - Discussão preliminar sobre a possibilidade de desenquadramento de APLs do Programa.

O *Projeto Extensão Produtiva e Inovação* foi iniciado em 2011, em parceria com três universidades, formando os Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação (NEPI) para atendimento a micro, pequenas e médias empresas, com ações de extensionismo para capacitação e apoio a projetos de expansão, modernização e inovação.

Em 2013, foram reafirmadas parcerias e mantidas ações através de 10 Núcleos regionais e expandido o projeto com inclusão de 08 novos Núcleos. Assim, em 2013, foram aplicados R\$ 7,2 milhões em 18 núcleos no atendimento de 22 regiões do estado. O projeto mantém uma ação de monitoramento e gestão de indicadores. No acumulado, o projeto atendeu aproximadamente 1.700 empresas.

A seguir estão relacionados os núcleos implantados por COREDE, com a respectiva universidade parceira

- COREDE Alto Jacuí / Região Funcional 8

Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Alto Jacuí

Universidade: UNICRUZ, de Cruz Alta

- COREDE Central – COREDE Jacuí Centro/ Região Funcional 8
Implantado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Central

Universidade: UNIFRA, de Santa Maria

- COREDE Centro-Sul/Região Funcional 1
Implantado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Centro-

Sul

Universidade: ULBRA, de São Jerônimo

- COREDE Fronteira Noroeste – COREDE Celeiro/ Região Funcional 7
Reafirmado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Fronteira

Noroeste

Universidade: UNIJUÍ, de Santa Rosa

- COREDE Litoral / Região Funcional 4 - COREDE Paranhana-Encosta da Serra / Região Funcional 1

Reafirmado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Paranhana

Universidade: FACCAT, de Taquara

- COREDE Médio-Alto Uruguai – COREDE Rio da Várzea/ Região Funcional

9

Reafirmado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Médio Alto Uruguai

Universidade: URI, de Frederico Westphalen

- COREDE Metropolitano Delta do Jacuí/ Região Funcional 1
Implantado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região

Metropolitana UNILASALLE

Universidade: Unilasalle, de Canoas

- Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Metropolitana PUC
Universidade: PUC, de Porto Alegre

- COREDE Missões / Região Funcional 7
Reafirmado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Missões

Universidade: URI, de Santo Ângelo

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- COREDE Noroeste Colonial / Região Funcional 7
Reafirmado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Noroeste Colonial

Universidade: UNIJUI, de Ijuí

- COREDE Norte / Região Funcional 9
Reafirmado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Norte

Universidade: URI, de Erechim

- COREDE Produção – COREDE Alto da Serra do Botucaraí – COREDE Nordeste – COREDE Rio da Várzea/ Região Funcional 9
Reafirmado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região da Produção

Universidade: UPF, de Passo Fundo

- COREDE SERRA/ Região Funcional 3
Reafirmado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região da Serra

Universidade: UCS, de Caxias do Sul

- COREDE Vale do Caí/ Região Funcional 1
Implantado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Vale do Caí

Universidade: UNISC/Montenegro

- COREDE Vale do Rio dos Sinos / Região Funcional 1
Implantado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Vale do Rio dos Sinos

Universidade: FEEVALE, de Novo Hamburgo

- COREDE Vale do Rio Pardo / Região Funcional 2
Implantado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Vale do Rio Pardo

Universidade: UNISC/Santa Cruz do Sul

- COREDE Vale do Taquari / Região Funcional 2
Reafirmado o Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Região Vale do Taquari

Universidade: UNIVATES, de Lajeado

- COREDE Hortênsias / Campos de Cima da Serra

Núcleo Extensão Produtiva e Inovação NEPI - Hortênsias Campos de Cima da Serra

Universidade: UCS, de Canela

Sala do Investidor

Planejada pela SDPI, a Sala do Investidor é uma ferramenta de gestão. Tem como objetivo coordenar as ações de investimento e integrar os diferentes agentes do Sistema de Desenvolvimento Econômico (SDPI, AGDI, BADESUL e BRDE) com as demais Secretarias, o BANRISUL, as Prefeituras Municipais, os agentes do Governo Federal e os demais atores. Visa apresentar uma proposta com as vantagens oferecidas pelo Rio Grande do Sul para implantação ou ampliação de empreendimentos.

Cada investidor é acompanhado por um profissional capacitado para fornecer subsídio ao processo de tomada de decisão. A Sala do Investidor facilita o acesso ao criar um canal de comunicação único entre a empresa e os diversos órgãos e instituições do Governo que se relacionam com o projeto de investimento.

No ano de 2013, ingressaram na Carteira de Projetos para monitoramento 128 projetos de investimento, no montante de R\$ 9,1 bilhões. No acumulado de janeiro de 2011 a dezembro de 2013, perfizeram 320 entre projetos ativos e concluídos, com um montante de R\$ 30,8 bilhões e com projeção de 56 mil empregos.

FUNDOPEM, INTEGRAR/RS e SEADAP

O Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS) é um instrumento de incentivo fiscal que visa à promoção do desenvolvimento econômico do Estado, que opera com base na postergação do recolhimento do ICMS devido em decorrência da realização de um projeto de investimento. Consiste no financiamento de parte do ICMS incremental mensal devido, com prazo de carência de até 60 meses e de amortização de até 96 meses. O limite do benefício é de 100% do investimento fixo do empreendimento apoiado, e a empresa tem o prazo de até 96 meses para fruir este benefício.

No ano de 2013, foram protocoladas 67 Cartas Consultas solicitando a concessão dos benefícios a investimentos a serem realizados no Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 935,9 milhões. No acumulado de janeiro de 2011 a dezembro de 2013, totalizaram 168 Cartas Consultas solicitando a concessão dos benefícios. Neste mesmo período, o Conselho Diretor do FUNDOPEM/RS aprovou a concessão do incentivo a 122 projetos, que totalizam R\$ 3,07 bilhões em investimentos.

Foram aprovados pelo Conselho Diretor do FUNDOPEM os seguintes projetos:

FUNDOPEM Aprovado -	
COREDE	Empresa
Alto da Serra do Botucaraí	AVS Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento
	Óleos Brasil Ind. Com. De Óleos e rações Animais

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

FUNDOPEM Aprovado -	
COREDE	Empresa
Alto Jacuí	Tornitec Ind. Serviço de Manutenção Ltda
Campos de Cima da Serra	Bocchi
Central	Serpil Móveis Ltda
	Electro Polo Ltda
Centro sul	Viviana Alimentos Ltda
	Syl Indústria de Maquinas Com. Imp. Exp. Ltda
Fronteira Noroeste	Laticínios Santo Cristo
Fronteira Oeste	Vinícola Almadén Ltda
	Vinícola Salton S/A
	Zaeli Alimentos Sul Ltda
Hortênsias	Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda - Piá
	Prat-K Utilidades Ltda
	Acrilys do Brasil Laminados Plásticos Ltda
	MMR Ind. e Com. de Máquinas - BSTEC
	Sierra Móveis
	Sugar Shoes Ltda
Litoral	Fábrica de Embutidos Borrússia Ltda
	Vidro Forte – Projeto 2
Metropolitano Delta do Jacuí	FITESA FIBERWEB
	Parmíssimo
	Tecmold
	Companhia de Bebida das Américas - Ambev
	Coterflex Indústria Ltda
	Internacional Pet S/A Ind. E Com. de Alimentos
	Kit Equipamentos para Transporte Ltda
	Mumu Alimentos Ltda
	Pirelli Pneus Ltda
	Vonpar Refrescos
	Yara Brasil Fertilizantes
Missões	Noroeste Bioenergética
Nordeste	Barcelona Ind. e Com. de Móveis Ltda
	Divicar Móveis Ltda
	Nat Cereais e Alimentos
	Primavera Ind. De Vassouras e Escovas Ltda
	Teonísia Maria Balensiefer Vicensi
Noroeste Colonial	Bruning Tecnometal Ltda
	Dubai Ind. E Com. de Produtos Alimentícios Ltda
	Lange Termoplásticos
	Saur Equipamentos S/A
	Soberana Indústria de Balas Ltda
	Três Tentos Agroindustrial S/A
Norte	Comercial Agrícola Dourado
	Comil Ônibus S.A
	LCL Ind. E Com. de Equip. Especiais Ltda
	Marcolin Indústria Têxtil Ltda
	Olfar S/A Alimento e Energia
Paranhana	Calçados Zeket Ltda
	Stampa Artefatos de Couro Ltda
	Reginato Matais Indústria e Comércio Ltda
	Schincariol
Produção	Usaflex Indústria Comércio S/A
	MANITOWOC CRANE GROUP Ltda

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

FUNDOPEM Aprovado -	
COREDE	Empresa
	Mig-Plus Nutrimentos
	Tecnotri Indústria de Plástico
	Ecoresinas Recuperadora de Plásticos Ltda
	Fábrica de Móveis Boa Vista
	Hidromineradora Valle Azul Ltda
	Indústria de Plásticos Marau Ltda
	Laticínio Friolack Ltda
	Nestlé Sul – Alimentos e Bebidas Ltda
	Nortesul Indústria Metalúrgica Ltda
Rio da Várzea	Cor do Céu Indústria do Vestuário Ltda
	Indústria de Móveis Finger Ltda
	Mira Sul Indústria Têxtil Ltda
	Peregrino Indústria de Confeccões Ltda
Serra	Alumicone Componentes de Alumínio Ltda
	Borghetti – Tubos e Sistemas Automotivos Ltda
	Cooperativa Vinícola Garibaldi
	Cooperativa Vinícola Nova Aliança Ltda
	Farina S/A
	Hyva
	Máquinas Sazi Ltda
	Micromazza Pmp Ltda
	Móveis Foscarini Ltda
	Naturasuc
	Randon – Suspensys Sistemas Automotivos Ltda
	Santo Inácio Microfusão
	Tondo S/A
	Unylaser – Indústria Metalúrgica Ltda
	Vinícola Pradense
Oleplan S/A – Óleos Vegetais Planalto	
Sul	Cooperativa Mista dos pequenos Agricultores - COOPAR
	SLC Alimentos
	Tbs Sul Sist. Constr. Arquitetônicos Ltda
	Vidasul Produção de Sementes
	Vitaraça Tecnologia em Alimentos Ltda
Vale do Caí	Corensa Indústria e Comércio de Confeccões Ltda
	Erplasti Indústria e Comércio de Plásticos Ltda
	Lauro Weber & Cia Ltda
	Mega Embalagens – Indústria de Plásticos Ltda
	Móveis K1 Ltda
	Star Pex
Vale do Rio dos Sinos	Caimi & Liaison Ind. E Com. de Couros e Sintéticos
	Calçados Ramarim Ltda - Projeto 1
	Calçados Ramarim Ltda – Projeto 2
	Gerdau
	Masterenergia T&D Ltda
	Mats Beneficiamento de Couro
	Metalsinos
	New Print Embalagens e display Ltda
	Pacific Br Ind. Com. Imp. Exp de Silos Plásticos Ltda
	Romagnole
New Print Embalagens e Displays Ltda	
Vale do Rio Pardo	Comprenor – Concreto Prémoldado Nordeste Ltda

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

FUNDOPEM Aprovado -	
COREDE	Empresa
	Metalúrgica Mor S/A
	Philip Morris do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
	Xalingo
Vale do Taquari	Agraz – Refrigeração Ltda
	Amalfi Indústria de Alimentos Ltda
	Camera Agroalimentos S/A
	Cooperativa dos Suinocultores de Encantado - COSUEL
	Docile Alimentos
	Ecovale
	Fruki Bebidas
	Quinta do vale Alimentos
	Rhodoss Implementos Rodoviários
	Rodovale Ind. E Com. de Equip.Rodoviários Ltda
	Turatti & Turatti Ltda.
	Vonpar Alimentos - Neugebauer

Indústria Oceânica

O objetivo do Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul – RS Indústria Oceânica é ampliar a participação da indústria gaúcha e atrair empresas para o fornecimento dos componentes necessários à realização de investimentos em gás natural, petróleo e indústria oceânica.

Ao longo de 2013, foram desenvolvidos estudos e formuladas propostas para ampliar e potencializar os benefícios econômicos e sociais que as atividades relacionadas ao gás natural, ao petróleo e à indústria naval poderão gerar no território do Rio Grande do Sul, tais como o fortalecimento da indústria gaúcha, a geração de emprego e renda, o avanço tecnológico, o fortalecimento empresarial, a qualidade de vida e o bem-estar social. Mais especificamente, em parceria com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), a AGDI e a Associação Brasileira das Empresas de Construção Naval e Offshore (ABENAV) estão realizando estudos sobre o desenvolvimento urbano e regional da área de influência da instalação e operação do empreendimento da empresa Estaleiros do Brasil (EBR), com foco no município de São José do Norte, e recomendações para o desenvolvimento sustentável deste Município e da região de influência deste empreendimento, que compreende os municípios de Rio Grande, Pelotas, Capão do Leão, Arroio do Padre, Tavares, Mostardas, Palmares do Sul e Capivari do Sul.

Além do estudo acima, estão em andamento as seguintes ações:

- Master Plan: Está em andamento parceria entre a AGDI, o Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS) e a Fundação Estadual e Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), para execução do planejamento de um novo bairro em São José do Norte. Esse estudo proporá a expansão e ocupação ordenada de área pública federal, para construção do novo bairro com o intuito de absorver o incremento populacional advindo com empreendimento EBR.

- Plano de Desenvolvimento Integrado para a cidade de Rio Grande – está em fase de elaboração Termo de Referência para Plano de Desenvolvimento integrado entre Porto, Polo Naval, Distrito Industrial e cidade. O Plano visa ordenar as estratégias de todos os entes para que as ações estejam alinhadas e as responsabilidades compartilhadas.

- Mapeamento de Competências Industriais de Empresas: Parceria entre AGDI, CIERGS e ABDI, que identifica os processos industriais, as competências de produção e a capacidade instalada de empresas do Rio Grande do Sul, nos segmentos metalmeccânico, eletroeletrônico, borracha, plástico e máquinas e equipamentos. Os resultados do projeto contribuirão para o redirecionamento das competências empresariais do Estado no atendimento das demandas de grandes players no setor de petróleo, gás, naval e offshore brasileiro (Petrobras, Quip, Engevix, Ecovix, Estaleiros do Brasil S/A – EBR, IESA, UTC, Grupo EBX, entre outros). O projeto está em andamento, com 102 empresas mapeadas até dezembro/2013. Além disso, este material é subsídio no trabalho de promoção da aproximação de empresas gaúchas com outras empresas, sejam elas estrangeiras ou não, para fabricação de equipamentos para indústria offshore.

Polo Naval de Rio Grande

O Polo Naval de Rio Grande possui um expressivo número de projetos em seu portfólio e grande expectativa para novos projetos com o início da exploração do Pre-Sal. As Plataformas construídas (P-53, P-63, P-58 e P-55) e a nova contratação assinada pela Petrobrás com o Consórcio RIG (nova nomenclatura da QUIP depois da saída da UTC), formado pelas empresas Queiroz Galvão, Camargo Correa e Iesa, para construção das plataformas P-75 e P-77, bem como a integração, pelo estaleiro EBR, da plataforma P-74, geram uma expectativa de criação de 10.500 empregos diretos e indiretos e uma carteira de investimentos avaliada em US\$ 7 bilhões.

Empreendimentos implantados e em processo de implantação no Polo Naval de Rio Grande:

- Estaleiro EBR conta com o apoio em sua instalação e tem início das suas operações previstas para o primeiro semestre de 2014. O Estaleiro já possui Licença de Instalação (LI) e está na fase de obras e cumprimento das condicionantes para obtenção de Licença de Operação (LO).

- O Estaleiro Wilson & Sons teve apoio na aquisição de área e já possui licença de instalação.

- O estaleiro Ecovix-Engenix fechou recente parceria com um consórcio de empresas japonesas, lideradas pela Mitsubishi que irá adquirir 30% do Estaleiro. A Transação de compra será no valor de US\$ 305 milhões, com investimentos em realização no ERG2 e ERG3. O apoio institucional a esta parceria iniciou na Missão Japão 2013.

Entre as ações para o desenvolvimento da Indústria Oceânica e adensamento da cadeia produtiva, foram realizadas rodadas de negócio com os principais compradores da indústria oceânica e potenciais fornecedores dos segmentos metalmeccânico, eletroeletrônico, automação e serviços. O II *Supply Day*, que ocorreu na FURG em Rio Grande, gerou uma expectativa de negócios no valor de R\$ 4,4 milhões, em 630 reuniões realizadas, envolvendo 14 empresas compradoras e 133 empresas fornecedoras.

Com a aprovação pela Assembleia Legislativa do projeto de extinção da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Rio Grande, sua área será integrada ao Distrito Industrial de Rio Grande – DIRG, possibilitando, ainda, a realização de Termo de Cessão de Uso entre a SDPI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para cedência dos prédios da ZPE. Estes prédios permitirão ampliar as instalações do SENAI e implantar cursos profissionalizantes para indústria local, beneficiando a indústria naval, dentre os diferentes segmentos na região. Outra iniciativa da SDPI juntamente com a Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado (SEINFRA) é a realização de ações de articulação, visando a liberação de áreas portuárias e da Marinha do Brasil para empreendimentos da Indústria Oceânica.

A empresa BG Brasil já investiu R\$ 2,9 milhões em qualificação profissional e ensino fundamental no polo de Rio Grande, no período 2011-2013. Esse convênio já está em sua terceira renovação, sendo que já foram capacitados em torno de 600 alunos. O atual ciclo está capacitando 192 profissionais técnicos.

Pode-se também destacar a iniciativa da Petrobras em passar a coordenação do PROMINP RS para a SDPI, a ser operacionalizado pela AGDI, dentro de suas atribuições como gestora do Programa RS Indústria Oceânica. Dessa maneira, poderão ser propostos projetos diretamente pelo Programa RS Indústria Oceânica, na tentativa de obter os recursos destinados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para investimentos provenientes da Participação Especial.

Polo Naval do Jacuí

O Polo Naval do Jacuí, instituído pelo Decreto nº 49.492/2012, é fruto da estratégia do Governo do Estado de descentralizar os investimentos da Indústria Oceânica e promover o desenvolvimento de outras regiões além de Rio Grande. A sua proximidade com a Região Metropolitana é vantajosa por atrair boa oferta de mão de obra, um dos maiores desafios do setor, bem como a cadeia de fornecedores dos setores metalmeccânico e eletroeletrônico.

O Polo Naval do Jacuí abrange os municípios de Charqueadas, São Jerônimo, Triunfo, General Câmara e Taquari, em virtude de sua aptidão hidroviária e da proximidade com o polo gerador de mão de obra e com as indústrias fornecedoras de insumos e serviços.

Entre os empreendimentos implantados destaca-se a IESA, que possui contrato de US\$ 911 milhões e Licença de Operação. A METASA, subcontratada da IESA, com contrato de R\$ 80 milhões, já conta com Licença de Instalação e já opera na preparação das estruturas metálicas e os *“pancakes* que serão fornecidos à IESA para montagens dos módulos. As duas empresas contam com financiamento do BADESUL.

Encontram-se em processo de implantação os empreendimentos da UTC e ENGECAMPO, que já possuem Licença Prévia - LP e estão em fase de obtenção da Licença de Instalação - LI. A empresa THOMÉ ENGENHARIA aguarda Licença Prévia. A empresa 3Z está em fase de prospecção de área (Sítio produzirá guindastes *offshore*).

Para acompanhar as demandas de qualificação profissional do Polo Naval do Jacuí, foi criado um Grupo de Trabalho composto pela Secretaria Geral de Governo, Pacto Gaúcho pela Educação, AGDI, SENAI, IESA e Metasa.

Através de uma parceria com a empresa BG Brasil, IESA e METASA, o SENAI Triunfo iniciou o Projeto de Qualificação Profissional para o Polo Naval do Jacuí, voltado a moradores de Charqueadas, para suprir a demanda inicial das empresas IESA e METASA. Nessa primeira fase do projeto, serão qualificados 84 alunos para os cursos que ocorrerão no SENAI de Triunfo, pois ainda não existe a unidade do Senai em Charqueadas. Para o ano de 2014, estão previstos novos ciclos de formação profissional, podendo chegar a 500 profissionais capacitados.

No que tange à infraestrutura para os empreendimentos, o Governo do Estado repassará recursos para a Prefeitura executar o acesso viário paralelo à rodovia ERS-401 ligando as empresas do Polo. A AGDI apoia também a cedência de área do Estado para a formação de um condomínio industrial por parte da Associação RS Óleo e Gás. A intenção é consolidar a cadeia de suprimentos da região, focada na construção *offshore*.

Polo Naval do Guaíba

A concepção do Polo Naval do Guaíba, assim como o Polo Naval do Jacuí, nasceu da estratégia de descentralização da Indústria Oceânica, revitalizando antigas áreas industriais degradadas e aproveitando a capacidade produtiva e a oferta de mão-de-obra da capital do Estado.

O Polo Naval do Guaíba foi criado oficialmente através do Decreto 51.103 de 2 de janeiro de 2014, localizado às margens do Lago Guaíba e compreendendo os municípios de Porto Alegre e Guaíba.

Estão previstos no Polo Naval do Guaíba empreendimentos que visam a construção de módulos e grandes equipamentos para plataformas *offshore*. Encontram-se em processo de implantação os seguintes empreendimentos:

- Metalúrgica Koch - tem contrato assinado no valor de US\$ 90 milhões para fornecimento de guindastes *offshore* para o Estaleiro Jurong, do Espírito Santo. A planta será instalada no cais de Porto Alegre e iniciará operação em 2014. Atualmente está em fase de obtenção da Licença de Instalação.
- Empresa TMSA - está com financiamento aprovado no valor de R\$ 83 milhões destinado à construção de nova planta para equipamentos pesados, que deverá ser instalada em uma área na zona Mista de Guaíba.
- Engevix - Blocos Estruturais de Cascos de Navios/Plataformas e Módulos de Plataformas *Offshore*. A empresa já obteve Licença de Instalação e começará as movimentações de equipamentos para o sítio em Porto Alegre.

Ações de Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais

O Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – SDRS iniciou um processo de aproximação com as Secretarias de Desenvolvimento Municipais, objetivando estreitar o relacionamento e qualificar a troca de informações importantes para os investimentos.

Vários municípios dispõem de áreas e distritos industriais, bem como de infraestrutura e outros recursos de interesse dos empreendedores que procuram o Estado, além de vocação regional para determinados setores econômicos. O Estado apoia e assessora a estruturação destas áreas e distritos através da execução de obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação e instalação de redes de água.

No ano de 2013 foram repassados recursos financeiros na ordem de R\$ 4.945.987,59 para a implantação de infraestrutura em 7 áreas Industriais Municipais. Foram realizados assessoramento técnico na escolha da gleba e/ou na elaboração do Plano Diretor de 4 municípios.

No acumulado de 2011 até dezembro de 2013 foram repassados R\$ 8.598.927,93 para a implantação de infraestrutura em 19 áreas Industriais Municipais e foram realizados assessoramento técnico na escolha da gleba e/ou na elaboração do Plano Diretor em 8 municípios.

Também foi lançado o edital nº 01/2013 para seleção de propostas para o repasse de recursos financeiros a projetos de infraestrutura nas Áreas Industriais Municipais, com recursos do BNDES, no valor de até R\$ 11.264.686,00.

Nos Distritos Industriais Estaduais de Alvorada/Viamão, Cachoeira do Sul, Pelotas, Rio Grande e Triunfo, o Estado desenvolve ações de melhoramento da infraestrutura e regularização fundiária. Na Zona Mista de Guaíba, a área está atendida por gasoduto e rede de fibra ótica e estão em curso as obras do sistema viário, de abastecimento de água, energia elétrica, macrodrenagem e rede de efluentes.

Atração de Investimentos e Promoção Comercial

A Articulação Internacional do Sistema de Desenvolvimento Econômico está focada na promoção comercial de produtos e serviços gaúchos e na atração de investimentos ao Estado, a fim de fomentar a competitividade dos setores estratégicos e o desenvolvimento do RS. O principal objetivo da SDPI e da AGDI é ampliar o acesso de empresas gaúchas com potencial exportador ao mercado internacional, bem como promover oportunidades de investimentos que atraiam capitais produtivos estrangeiros para o Estado. Esta atuação se dá através da realização de missões governamentais, de prospecção e precursoria, do recebimento de missões estrangeiras e do apoio à participação de empresas gaúchas em feiras internacionais.

Além da atração de investimentos, as missões realizadas em 2013 visaram o incremento das relações comerciais entre o Rio Grande do Sul e os países visitados ou recebidos, o estreitamento das relações entre os Governos, bem como o intercâmbio técnico e tecnológico. Assim, foram realizadas, pela SDPI e AGDI, três missões com a participação do Governador (a

Israel, ao Chile e à China) e 19 missões de prospecção e precursoria. O Programa de Apoio a Participação de Empresas Gaúchas em Feiras Internacionais da SDPI promoveu 15 feiras durante o ano de 2013.

O Estado do RS também recebeu missões de comitivas dos setores públicos e privados de outros países, que conheceram as potencialidades locais, com interesse em investimentos, prospecção de negócios (importação e exportação) e parcerias diversas. Nesse aspecto, a AGDI, em conjunto com a SDPI, participa da elaboração das respectivas agendas, acompanha as delegações, encaminha as solicitações e monitora os desdobramentos da missão. Em 2013, foram 27 as missões recebidas.

No acumulado de 2011 até dezembro de 2013 foram realizados: 29 feiras internacionais no Brasil, 19 feiras internacionais no exterior, 715 aportes às empresas gaúchas, resultando em R\$105.031.829,74 em negócios fechados. Só no primeiro semestre de 2013, a participação em feiras resultou em negócios de R\$ 18.415.000,00. As projeções apontam mais R\$ 21.350.000,00, relativos a feiras do segundo semestre, totalizando R\$ 39.765.000,00 no ano. Também no acumulado de 3 anos, foram realizadas 63 missões internacionais a 28 países, das quais 9 missões internacionais com o Governador e 54 missões internacionais com representantes da SDPI/AGDI. Foram visitados 23 países. Só em 2013, a participação em feiras resultou em negócios de R\$ 18.415.000,00 no primeiro semestre. As projeções apontam mais R\$ 21.350.000,00, relativos a feiras do segundo semestre, totalizando R\$ 39.765.000,00 no ano.

Protocolos de Intenção

Os protocolos de intenções estabelecem as obrigações entre o Governo do Estado e a empresa em relação ao projeto de investimento a ser realizado. No período de janeiro de 2011 até dezembro de 2013 foram firmados 40 Protocolos de Intenções. Só no ano de 2013 foram firmados 14 Protocolos de Intenções.

COREDE Campanha/ Região Funcional 6

- MPX : Análise da viabilidade técnica jurídica e ambiental da implementação de projetos termelétricos, denominados “Projeto UTE Seival”, com capacidade instalada de 600MW, “Projeto UTE Sul”, com capacidade instalada de 732MW, ambos com tecnologia de queima limpa que utiliza carvão mineral produzido no Estado do Rio Grande do Sul. Protocolo de Intenções em 12/06/2013.
- MPX – SEIVAL SUL MINERAÇÃO : Análise da viabilidade técnica jurídica e ambiental da implementação de projeto de extração de carvão mineral, com previsão de produção anual de 6,4 milhões de toneladas de carvão, destinadas a geração de energia termoelétrica. Protocolo de Intenções em 12/06/2013.

COREDE Centro Sul / Região Funcional 1

- VINEMA : Implantação de 6 unidades industriais (Itaqui, Dom Pedrito, Cachoeira do Sul, Cristal, Santo Antônio da Patrulha e Capão do Leão), de biorrefinarias com capacidade de produção anual de, aproximadamente, 600.000 m³ de etanol, 454.000 toneladas de DDGS/WDGS, 475.000 toneladas de CO₂, 21.000 toneladas de óleo fúsel a partir de cereais

(grãos) e geração de energia elétrica a partir da casca de arroz. Protocolo De Intenções em 10/01/2013.

COREDE Fronteira Noroeste / Região Funcional 7

- BRFOODS (NUTRIFONT) - Instalação de uma fábrica para produção de *whey protein* concentrada e isolada e de extração de lactose, ingrediente de alta complexidade tecnológica, atualmente importados pela indústria brasileira. Protocolo de Intenções em 10/05/2013.
- COOPERGER – Instalação de uma usina de etanol de cereais no município de Cândido de Godói. Protocolo de Intenções em 18/10/2013.

COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí / Região Funcional 1

- INNOVA – Implantação de uma nova unidade industrial para a produção de estireno. Protocolo de Intenções em 06/02/2013.
- LANXESS - Fabricação no município de Triunfo de borracha de alta performance SSBR para pneus, etc. Protocolo de Intenções em 17/01/2013.
- FOTON AUMARK - Instalação de uma unidade industrial na Zona Mista de Guaíba para fabricação de caminhões da marca Foton Aumark e outras denominações de nomes e modelos de veículos da marca Foton. Protocolo de Intenções em 13/08/2013.
- MEDICONE - Ampliação das atuais instalações da empresa, no município de Cachoeirinha, bem como realizar a instalação de uma nova unidade fabril para fabricação de implantes de silicone (incluindo próteses estéticas) e materiais de uso hospitalar. Protocolo de Intenções em 15/07/2013.
- SYNTHOS - Instalação de uma planta de polibutadieno (polimerização do butadieno fornecido pela Braskem) em Triunfo, com capacidade de produção de 90 mil toneladas ano de polibutadieno. Protocolo de Intenções em 25/06/2013.

COREDE Vale do Rio Caí / Região Funcional 1

- POLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Ampliação do parque fabril pela adição de uma nova linha de produção de polipropileno biorientado (BOPP). PROTOCOLO DE INTENÇÕES - 23/09/2013.

COREDE Vale do Rio dos Sinos / Região Funcional 1

- HYUNDAI ELEVADORES DO BRASIL - Instalação da unidade industrial da Hyundai Elevadores em São Leopoldo, para a produção de elevadores e outros equipamentos de transporte. Protocolo de Intenções - 31/07/2013.
- PACIFIL BR IND COM IMP EXP DE SILOS PLÁSTICOS - Ampliação da produção de silos plásticos flexíveis para armazenagem de grãos e modernização do processo de coextrusão de 3 camadas para 5 camadas Protocolo de Intenções - 22/03/2013.

COREDE Vale do Taquari / Região Funcional 2

- LATIVALE - Laticínios Vale do Taquari Ltda (Tangará Foods) - Ampliação da unidade industrial do município de Estrela para a produção de composto lácteo. Protocolo de Intenções 10/04/2013.

Polo Espacial no Rio Grande do Sul

Projeto iniciado a partir da assinatura do Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e a empresa AEL Systems durante a Missão Gaúcha à Israel, em abril de 2013, que demonstra confiança em relação às competências já existentes em solo gaúcho e abre perspectiva de participação maior do Estado na base industrial e tecnológica do setor espacial nacional e no cenário internacional. O polo está focado na concepção de pequenos, micro e nano satélites para órbitas terrestres médias e baixas.

O Polo Espacial no Rio Grande do Sul está sendo estruturado conforme a concepção de tríplice hélice, onde os setores público e privado e universidades se integram de forma sinérgica para promover a inovação tecnológica. Nesse sentido, o Governo do Estado instituiu, através do Decreto Nº 50.407, de junho de 2013, uma Comissão Especial, cuja finalidade é estruturar o Programa do Polo Espacial. Esta Comissão, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), com auxílio direto da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), é composta pelos seguintes atores:

Governo Estadual: Gabinete do Governador, Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCIT), Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC).

Empresas: AEL Sistemas, Digicon, TSM Antenas, GetNet.

Universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS).

A SDPI e a AGDI vem sendo os principais atores do Governo no processo de estruturação do Polo Espacial no RS. O primeiro trabalho relevante foi o desenvolvimento do conceito de Plataforma Tecnológica: a partir da identificação dos vários subsistemas e componentes que formam um microssatélite, foi proposto um trabalho conjunto de especificação das competências existentes no Rio Grande do Sul e das lacunas tecnológicas onde precisamos buscar parceiros, seja no Brasil ou em outros países. Além do apoio institucional que a SDPI e AGDI estão dando ao Polo, a organização de missões internacionais em busca de parceiros também constitui-se em parte relevante das ações.

Atualmente, o principal projeto do Polo Espacial é o desenvolvimento de um microssatélite voltado para aplicações militares. Este projeto foi submetido ao Edital Inova Aerodefesa, promovido pela FINEP, com apoio do BNDES, do Ministério da Defesa e da Agência Espacial Brasileira. O microssatélite terá funções de comunicação e monitoramento. O projeto tem a AEL como empresa líder, a DIGICON como empresa parceira, e a UFRGS, PUCRS e UNISINOS como ICTS e compete por R\$ 43,6 milhões de um programa de R\$ 2,9 bilhões. O

projeto do Polo Espacial já passou pela seleção final e foi aprovado e elegível aos recursos de subvenção. Durante o mês de janeiro de 2014, um grupo interministerial, coordenado pela FINEP, irá decidir o quanto de recursos não reembolsáveis cada um dos projetos elegíveis irá receber. Ou seja, até o final de janeiro será conhecido o quanto de subvenção será destinado para fazer o projeto do microssatélite gaúcho sair do papel.

RS Eólica

O Programa RS Eólica, estabelecido por lei nº 14.014/2012, alinhado às políticas federais, promove o apoio e o incentivo à implantação de Parques Eólicos no Estado, bem como a prospecção e incentivo à toda cadeia produtiva do setor para que se instale no Rio Grande do Sul.

Até dezembro de 2013 o estado atraiu 83 parques eólicos, estando em operação 17 parques eólicos (15 completos e 2 incompletos), com potência instalada de 469 MW.

Estão em fase de instalação 02 indústrias da cadeia produtiva de energia eólica: IMPSA (aerogeradores) e Engebasa (torres metálicas para suporte de aerogeradores), além de três fabricantes de torres já instaladas e operando: ALSTOM (metálicas), INTECNIAL (metálicas) e Wobcke (torres de concreto).

Até 2018 estarão operando 88 parques, com capacidade para gerar 1.978,9 MW. Esse volume, já contratado, representa cerca de R\$ 8,3 bilhões em investimentos no RS. Tais resultados comprovam o acerto da Política Industrial, que tem a energia eólica como um dos 23 setores estratégicos.

O Atlas Eólico do Rio Grande do Sul será atualizado em 2014 e deverá mostrar um maior potencial de ventos para geração de energia. O novo estudo será realizado por um convênio entre o governo do Estado, através da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), e a Eletrosul. O trabalho começa em janeiro e tem conclusão prevista para julho de 2014.

Projetos Especiais

Dentro da política de atração de investimentos do Governo Estadual também foram desenvolvidos projetos especiais nas áreas mineral, biomassa, indústria cerâmica, indústria carboquímica e indústria da criatividade.

Na área mineral, o Estado promove estudos acerca da realidade geológico-mineral do Rio Grande do Sul, visando à consolidação de um Atlas Geomineral. Isso habilitará o Estado à gestão comercial e industrial do setor mineral, seja através do Governo, fomentando políticas públicas e corrigindo distorções, seja através da iniciativa privada, investindo em áreas com vocação mineral garantida, mapeada e avaliada cientificamente. O Atlas Geomineral do RS, a exemplo do Atlas Eólico do RS, será um importante guia de oportunidades para o investidor ou comprador que demande minérios para transformação industrial, de qualquer parte do mundo. O projeto está sendo coordenado pela SDPI, em combinação com pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na área de exportação da biomassa, o projeto visa à comercialização de madeira bruta para a Europa como alternativa de mercado aos micro produtores gaúchos. O contrato, no valor de U\$ 300 milhões por 10 anos, beneficiará 4 mil famílias com propriedades de até 20 hectares (agricultura familiar).

Na área da indústria cerâmica, o projeto prevê a criação do Polo Cerâmico da Campanha. Em fase de instalação, este empreendimento já conta com a adesão das empresas Entel e Marlene Vogel Ltda. Esta última, em *joint venture* com empresa alemã detentora de tecnologia inovadora para o setor.

Na área da indústria carboquímica, os estudos visam elaborar um projeto para gaseificação do carvão mineral. Estão sendo feitas tratativas junto a Siemens Alemã e VSE (Vale Soluções em Energia). Participam dos estudos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), bem como técnicos da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) e da Companhia Riograndense de Mineração (CRM). A indústria EGC (Empresa Gaseificadora de Carbono) pioneira na gaseificação do carvão mineral no Brasil, com tecnologia nacional, pretende instalar uma usina no primeiro semestre de 2014, com investimento inicial de 150 milhões de reais. A planta da EGC pode ser o embrião de um futuro Polo Carboquímico no RS. No início, irá produzir Hidrogênio Combustível para motores elétricos de ônibus urbano (igualmente fabricados no RS). Esse projeto dialoga com a chamada Terceira Revolução Industrial.

Na área da indústria da criatividade, o projeto *Film Commission* RS visa fomentar, apoiar e difundir a produção cinematográfica e audiovisual no Estado do Rio Grande do Sul, contribuir para o desenvolvimento de uma indústria audiovisual, viabilizar o cinema como um negócio autossustentável, promovendo a geração/difusão de culturas locais, receitas, empregos qualificados, visibilidade, apoio ao turismo e à exportação de bens simbólicos e materiais. O Grupo de Trabalho para estudar a implantação da "*Film Commission* RS" foi instituído pelo Decreto do Governador número 49.899, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de novembro de 2012.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SDPI	Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico	Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Estaduais
SDPI	Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico	Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais
SDPI	Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento de infraestrutura para a indústria oceânica, petróleo e gás - PGPIN
SDPI	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	Desenvolvimento da política de promoção comercial
SDPI	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	Fortalecimento do Sistema de Desenvolvimento do Estado
SDPI	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	Incentivo aos investimentos no RS
AGDI	Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico	Apoio à Infraestrutura para o Desenvolvimento
AGDI	Infraestrutura para o Desenvolvimento	Expansão da Oferta de Energias

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
	Econômico	
AGDI	Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico	Promoção do desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás - PGPIN
AGDI	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	Extensão Produtiva
AGDI	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados
AGDI	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)
AGDI	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)
AGDI	Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha	Prospecção de recursos, negócios e tecnologias
BADESUL	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Promoção da participação acionária em empresas gaúchas
BADESUL	Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul	Realização de estudos setoriais

Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo

A **Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)** tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, visando: a elevação da qualidade de vida; a produção de alimentos, segurança e soberania alimentar; a agricultura familiar como um modo de vida; um meio rural com gente; e o fomento à cooperação.

A SDR possui, no Plano Plurianual 2012-2015, cinco programas finalísticos: Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho; Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa; Qualificação da Infraestrutura Rural; Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas; Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural.

O Programa Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho tem como objetivo garantir condições de competitividade e o fortalecimento de cooperativas. Para isso, foram criados e estão em execução diversos programas de incentivo fiscal, acesso ao crédito e melhoria da gestão: Simples Cooperativo, Alteração do Fundo Operação Empresa do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM), Isenção do ICMS na aquisição de produtos da Agricultura Familiar, Pró-Cooperação, Programa de Revitalização das Cooperativas (RECOOP), Cotas Partes, Fundo de Aval e Programa de Extensão Cooperativa (PEC).

No PEC, já são 151 cooperativas rurais atendidas, com a realização de diagnóstico, planejamento e acompanhamento à gestão, das quais 84 em 2013. Com a execução da Lei nº 13.865/2011, que criou o RECOOP, foram beneficiadas 40 cooperativas agropecuárias, totalizando R\$ 944 milhões em financiamentos pelo Sistema Financeiro Estadual. Foi iniciada a execução do Fundo de Aval para o Financiamento de Cooperativas, criado através da Lei nº 13.863/2011 e a realização de financiamentos via Cotas Partes. Considerando-se somente recursos orçamentários, em 2013, foram investidos R\$ 3,006 milhões.

O Programa Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa visa fortalecer as cadeias produtivas, qualificando a produção, ampliando mercados consumidores, aumentando e gerando renda e proporcionando, assim, melhores condições de vida no meio rural.

A Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS) é considerada pelo Governo como uma das principais ações para o desenvolvimento rural. Por isso, a ATERS vem sendo qualificada e ampliada e o valor disponibilizado pelo Estado para o convênio com a EMATER ampliado: passou de R\$ 97,7 milhões em 2010, para R\$ 126,6 milhões em 2011, R\$ 153 milhões em 2012, R\$ 170,5 milhões em 2013 e R\$197,5 milhões em 2014. Com isso, o quadro de funcionários da EMATER/ASCAR foi ampliado de 1.972 para 2.482, o que possibilitou ATERS a 250 mil famílias, elaboração de 137.800 projetos de crédito, no valor de R\$ 3,2 bilhões, elaboração de 53 mil laudos do Programa Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), resultando em R\$ 330 milhões em indenizações aos agricultores, aquisição de 500 veículos e equipamentos, aprovação e regulamentação da Lei de ATERS. Em 2013, foram aplicados em

ATERS R\$ 159.913.856,72, já que R\$ 14.801.148,52 referente ao convênio com a EMATER, competência dezembro de 2013, foi pago no início de 2014.

Na ação Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho foram investidos R\$ 6,426 milhões em convênios e projetos de crédito subsidiado (80% de bônus de adimplência), sendo R\$ 5,254 milhões através da Participação Popular e Cidadã (PPC). Até o momento, são 1.626 agroindústrias familiares apoiadas pelo Programa, com políticas de crédito, capacitação, legalização, incentivos fiscais e acesso aos mercados. Em 2013, foram capacitadas 3.278 famílias em Boas Práticas de Fabricação e 184 em técnicas agroindustriais, implantadas 143 agroindústrias familiares e legalizadas 236.

Com a ação Leite Gaúcho e Apoio à Pecuária Familiar, a Secretaria tem atuado em três frentes: a qualificação dos produtores e da produção, a disponibilização de assistência técnica e extensão rural de forma intensiva e o apoio a projetos de desenvolvimento do setor. Em 2013, foram beneficiadas 9.203 famílias com assistência técnica e extensão rural de forma intensiva e qualificadas 6.684 famílias. No apoio a projetos de desenvolvimento do leite e da pecuária familiar foram investidos R\$ 13,406 milhões, sendo R\$ 8,122 milhões através da PPC. Do total investido, R\$ 6,100 milhões foram através de convênios com 92 municípios e R\$ 7,306 milhões através da concessão de projetos de crédito, via Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenos Estabelecimentos Rurais do Rio Grande do Sul (FEAPER), para custeio e investimento na produção leiteira e da pecuária familiar. Os projetos de crédito com recursos da PPC foram aplicados com 80% de subsídio. Da mesma forma, os projetos de crédito com recurso tesouro livre foram aplicados com subsídio de 80% para conjuntos de inseminação artificial e implantação de Unidades de Experimentação Pecuária Familiar - UEPA's e com 30% para sementes forrageiras.

Nas ações Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos e Apoio à Fruticultura e Olericultura foram investidos R\$ 3,469 milhões, sendo R\$ 1,608 através de 16 convênios com municípios e entidades e R\$ 1.862 via financiamento concedido pelo FEAPER com 80% de subsídio. Além disso, através do convênio entre SDR e EMATER, foram beneficiadas 1.687 famílias com qualificação profissional, assistência técnica, extensão rural, elaboração de projetos de crédito em sistemas de transição agroecológica e manejo ecológico de sistemas de produção.

Buscando fortalecer a pesca e a aquicultura, a Secretaria investiu R\$ 3,278 milhões em ações de apoio ao processamento e comercialização do pescado. Além disso, foram beneficiados com assistência técnica 3.099 aquicultores familiares e pescadores. A partir da Licença Ambiental do Programa junto à FEPAM iniciou-se o licenciamento ambiental de viveiros, com 59 licenciados até o momento. Como proposição do Grupo de Trabalho estabelecido pelo Decreto 49.415/2012, foi encaminhado e aprovado pela Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 329/2013, ainda não tendo sido publicado, que instituiu o Conselho Gaúcho de Aquicultura e Pesca Sustentáveis (CONGAPES).

No projeto Pesquisa, Aquisição e Distribuição de Sementes e Fertilizantes, a Secretaria executa o Troca-Troca de Sementes e financia sementes de milho crioulo, com subsídio de 50%, e feijão, arroz, batata, cebola e alho com subsídio de 30%. Em 2013, foram investidos R\$ 10,735 milhões, sendo R\$ 2,637 com recursos orçamentários e R\$ 8,116 milhões com recursos do

próprio Fundo. No Troca-Troca de Sementes, foram distribuídas 342.402 sacas, beneficiando 180.291 famílias. Também foi realizada a anistia do Mais Alimento, beneficiando aproximadamente 8 mil famílias, com investimento de R\$ 7,375 do orçamento do Estado.

No Programa Qualificação da Infraestrutura Rural são executados as ações Irrigando a Agricultura Familiar e Patrulha Agrícola. Na Irrigando a Agricultura Familiar, que visa melhorar a produtividade e amenizar os efeitos das sucessivas estiagens, são executados, conveniados ou financiados projetos de armazenamento e/ou irrigação em estabelecimentos rurais de base familiar e perfurados poços artesanais comunitários. Através da Patrulha Agrícola, foram adquiridas 30 máquinas e equipamentos, assim como mantidas e recuperadas muitas máquinas e equipamentos existentes. O total de recursos empenhados chegou a R\$ 40,966 milhões, incluindo R\$ 22,248 milhões empenhados para aquisição de quatro comboios perfuratrizes de poços artesanais, que serão entregues em 2014. Do valor total executado, R\$ 5,717 milhões referem-se a projetos da PPC, sendo R\$ 1,445 milhão através de convênios com municípios e R\$ 4,272 milhões via financiamento do FEAPER, com subsídio de 80%.

No Programa Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas, o investimento total chegou a R\$ 44,196 milhões. Na Qualificação dos Assentamento foram investidos R\$ 30,574 milhões para correção do solo, construção de pontes e pontilhões, recuperação de estradas, construção e recuperação de silos e armazéns, aquisição de caminhões e aquisição de equipamentos para agroindústria e produção de leite e de sementes. Importante destacar que, em 2013, foi iniciada a execução dos recursos do Fundo Social do BNDES, com R\$ 6,186 milhões executados. No Assentamento de Sem Terra e Reassentamento ou Indenização dos Agricultores Desalojados de Áreas Indígenas, Quilombolas e Áreas Atingidas por Barragens, foram investidos R\$ 9,318 milhões em aquisição de áreas para assentamento e indenizações. No Apoio às Comunidades Quilombolas, foram destinados R\$ 2,162 milhões para apoio produtivo e infraestrutura comunitária a 60 projetos, beneficiando 1.151 famílias, através de financiamento via FEAPER. No Fortalecimento de Comunidades Indígenas, foram investidos, via convênio com a EMATER, R\$ 1,773 milhões para aquisição de sementes, mudas, insumos, ferramentas e pequenos animais, beneficiando 117 aldeias e aproximadamente 20 mil indígenas. Além disso, através da PPC, foram investido mais R\$182 mil para atender demanda das terras indígenas de Guarita (situada nos municípios de Redentora e Tenente Portela) e Inhacorá (situada no município de São Valério do Sul).

O programa Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural visa estimular a soberania e a segurança alimentar, através do apoio à comercialização direta das economias de base familiar e cooperativa, do apoio às compras institucionais e da aquisição de alimentos da agricultura familiar, da regionalização do abastecimento e da inclusão produtiva de famílias que vivem em extrema pobreza no meio rural. Considerando-se somente recursos orçamentários, o valor total empenhado chegou a R\$ 13,359 milhões. No apoio à comercialização dos produtos das economias de base familiar e cooperativa, a SDR aplicou R\$ 770 mil na realização ou apoio a 42 feiras. No projeto Regionalização do Abastecimento, que consiste na criação de espaços regionalizados de abastecimento, pontos de comercialização e logística de transporte, foi autorizada a execução de 160 projetos, a serem viabilizados com recursos do BNDES ProRedes. A execução neste

projeto atingiu R\$ 2,769 milhões, sendo que R\$ 1,675 milhões destinados ao atendimento das demandas da PPC. Através do Apoio às Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar, a adesão do Estado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, possibilitou a adesão de dezenas de municípios ao Programa, cujos agricultores familiares fornecedores recebem diretamente do Governo Federal. Pela ação Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza Extrema estão sendo beneficiadas as primeiras seis mil famílias, de uma meta de 12,5 mil até o final de 2014, com R\$ 2.400,00 por família. Neste caso, os recursos são repassados diretamente às famílias pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, no qual o Estado entra com a contrapartida em ATERS. Destas famílias, 2.700 serão beneficiadas através do Segunda Água - Água para Produção, programa do Governo Federal executado pelo Estado, com investimento de aproximadamente R\$ 10 mil por família. Na área do abastecimento, o Estado vem investindo na revitalização das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA/RS. De uma capitalização prevista de R\$ 14 milhões até o final do Governo, já foram investidos R\$ 8,126 milhões, sendo R\$ 6,126 milhões em 2013. Entre as ações executadas na CEASA, destacam-se: recuperação dos pavilhões; melhorias na rede de energia elétrica; construção de uma estação de transbordo de resíduos; instalação de cerca de concreto; resolução junto à CEEE e à Secretaria da Fazenda de pendência de ICMS de energia elétrica, no valor de R\$ 7,5 milhões; resolução junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre das pendências referentes ao IPTU, com anistia no valor de R\$ 7,6 milhões.

Por fim, importante destacar que a maioria dos Projetos desenvolvidos pela SDR estão articulados ao Plano Safra Estadual. Todas as medidas previstas nos Planos Safras 2011/2012 e 2012/2013 sob responsabilidade da SDR foram executadas. Está em execução o terceiro Plano Safra - 2013/2014, composto por 51 medidas, das quais a SDR é responsável ou participa da execução de 22 delas, nos cinco eixos que compõem o Plano – Prevenção e Combate aos Efeitos da Estiagem, Desenvolvimento Territorial e Combate às Desigualdades Regionais, Inclusão Produtiva e Combate à Pobreza Extrema, Recuperação da Capacidade de Investimento e de Gestão do Estado e Melhoria da Infraestrutura.

As **Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA/RS)** têm como seu principal objetivo a centralização do abastecimento de hortigranjeiros do Estado, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação saudável de preços, através da transparência de mercado, disponibilizando serviços para o bom atendimento dos usuários da infraestrutura do Complexo CEASA e visando à harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e à melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.

Em 2013, o complexo de Porto Alegre beneficiou mais de 19.300 usuários e comercializou mais de 552 mil toneladas de alimentos.

Com recursos provenientes do aporte de capital realizado pela Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, a CEASA/RS deu início ao processo para a construção de um pavilhão, com 2.100 m², para a comercialização de produtos da agricultura familiar. Atualmente, a Secretaria de Obras Públicas do Estado está elaborando o projeto executivo e o termo de referência para a contratação da execução da obra.

Ainda no que tange a recuperação estrutural do Complexo CEASA/RS, em 2013, se iniciou a restauração da cobertura de cinco pavilhões, obra que custará mais de R\$ 6 milhões, estando 76% dela concluída, e elaborados projetos de infraestrutura, no valor de R\$ 2 milhões,

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

como projeto para o novo gerador de energia elétrica, asfalto, rede hidráulica e pluvial, reengenharia de tráfego, desassoreamento do canal central e para a Estação de Manejo e Transbordo de Resíduos do Complexo.

A CEASA/RS ainda possui um Banco de Alimentos, em parceria com SDR, STDS, EMATER/RS e Seven Boys e CLW Alimentos, visando combater o desperdício de alimentos, através do aproveitamento de excedentes não comercializados de hortigranjeiros, bem como através de doações de alimentos. No ano de 2013, foi possível doar mais de 21.475 toneladas de hortigranjeiros, doados por atacadistas e produtores. Os alimentos beneficiaram a população em insegurança alimentar, através de entidades sociais, já cadastradas no Programa Social da Ceasa/RS. As organizações encontram-se em 16 municípios da região metropolitana de Porto Alegre e beneficiaram, em 2013, uma média de 50 mil pessoas/mês. Além disso, são beneficiadas mais de 200 famílias em vulnerabilidade social, residentes próximas ao entreposto.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SDR	Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	Apoio à gestão e educação para cooperativas
SDR	Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho	Apoio ao crédito e saneamento das cooperativas
SDR	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Agroindústria Familiar - Sabor Gaúcho
SDR	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Apoio à agricultura familiar e camponesa
SDR	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Apoio à Fruticultura e Olericultura
SDR	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos
SDR	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Apoio ao Desenvolvimento do Leite Gaúcho e da Pecuária Familiar
SDR	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca
SDR	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Formação para o Desenvolvimento Rural
SDR	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural
SDR	Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa	Troca-Troca de Sementes
SDR	Qualificação da Infraestrutura Rural	Irrigando a Agricultura Familiar
SDR	Qualificação da Infraestrutura Rural	Irrigando a Agricultura Familiar
SDR	Qualificação da Infraestrutura Rural	Patrulha Agrícola
SDR	Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas	Assentamento de sem-terra, reassentamento e indenização dos agricultores desalojados de áreas indígenas, quilombolas e áreas atingidas por barragens
SDR	Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas	Fortalecimento etnosustentável de comunidades indígenas

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SDR	Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas	Fortalecimento socioeconômico de comunidades quilombolas
SDR	Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas	Qualificação da infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos
SDR	Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas	Regularização fundiária
SDR	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural	Apoio à comercialização das economias de base familiar e cooperativa
SDR	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural	Apoio à comercialização das economias de base familiar e cooperativa
SDR	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural	Inclusão produtiva de famílias em situação de pobreza extrema
SDR	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural	Regionalização do abastecimento e comercialização
CEASA	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural	Abastecimento do Rio Grande do Sul

Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa

A **Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE)** tem por missão promover a economia solidária e as micro e pequenas empresas, mediante o estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento econômico, solidário, sustentável e de apoio efetivo à gestão e aos processos de produção, comercialização e consumo dos seus bens e serviços.

O Programa Gaúcho de Microcrédito (PGM) objetiva fomentar e consolidar a "Rede de Microcrédito", com a finalidade de ampliar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o acesso ao microcrédito descentralizado e democrático. O PGM compreende um conjunto de entidades, públicas e não-governamentais do setor financeiro, local, regional e federal, além de instrumentos de planejamento jurídicos e financeiros, monitoramento e avaliação, processos e procedimentos administrativos e recursos voltados a atender os objetivos de uma política permanente na área do microcrédito, especialmente ao microcrédito produtivo orientado, que possui papel relevante no esforço do atual Governo do Estado e da sociedade de promover, de forma substantiva, a melhoria da qualidade de vida das populações de menor renda e em situação de vulnerabilidade social, econômica e financeira e de estimular o desenvolvimento do Estado. O público atendido pelo Programa compreende: empreendedores individuais, microempresas e empreendimentos da Economia Solidária e Agricultura Familiar.

Até novembro de 2013, o PGM realizou 40.688 operações, empregando mais de R\$255 milhões em crédito. Entre as operações, 31,3% estão na faixa de R\$3.000,01 a R\$5.000,00, 23,7% na faixa de R\$10.000,01 a R\$15.000,00 e 19,5% entre R\$1.000,01 a R\$3.000,00.

PERFIL DA CARTEIRA DO PGM				
POR FAIXA DE VALOR	OPERAÇÕES	% POR OPERAÇÃO	R\$	% POR VOLUME
ATÉ R\$ 1.000,00	304	0,7%	R\$ 235.993,98	0,1%
R\$ 1000,01 A R\$ 3000,00	7.949	19,5%	R\$ 14.061.737,28	5,5%
R\$ 3000,01 A R\$ 5000,00	12.734	31,3%	R\$ 48.314.061,13	18,9%
R\$ 5000,01 A R\$ 7.500,00	6.308	15,5%	R\$ 37.698.719,02	14,8%
R\$ 7.500,01 A R\$ 10.000,00	3.760	9,2%	R\$ 32.124.055,93	12,6%
R\$ 10.000,01 A R\$ 15.000,00	9.633	23,7%	R\$ 122.646.954,96	48,1%
TOTAL	40.688		R\$ 255.081.522,30	

POR FINALIDADE	OPERAÇÕES	% POR OPERAÇÃO	R\$	% POR VOLUME
CAPITAL DE GIRO	29.907	73,5%	R\$ 203.021.207,79	79,6%
INVESTIMENTO	10.781	26,5%	R\$ 52.060.314,51	20,4%
TOTAL	40.688		R\$ 255.081.522,30	

POR GÊNERO	OPERAÇÕES	% POR OPERAÇÃO	R\$	% POR VOLUME
FEMININO	18.114	44,5%	R\$ 113.562.293,73	44,5%
MASCULINO	22.574	55,5%	R\$ 141.519.228,57	55,5%
TOTAL	40.688		R\$ 255.081.522,30	

POR SETOR	OPERAÇÕES	% POR OPERAÇÃO	R\$	% POR VOLUME
COMÉRCIO	19.264	47,3%	R\$ 120.561.456,10	47,3%
SERVIÇO	13.654	33,6%	R\$ 88.756.968,58	34,8%
INDÚSTRIA	4.512	11,1%	R\$ 25.943.795,12	10,2%
AGRICULTURA	3.258	8,0%	R\$ 19.819.302,50	7,8%
TOTAL	40.688		R\$ 255.081.522,30	

Em volume de recursos, as faixas que demandaram maior quantidade de recursos foram, respectivamente: R\$10.000,01 a R\$15.000,00 (48,1%) e R\$3.000,01 a R\$5.000,00 (18,9%). A figura abaixo apresenta o perfil da carteira do Programa.

A maior parte dos recursos do Programa foram alocados no setor do Comércio (47,3%), seguido pelos Serviços (34,8%). A finalidade de uso do valor financiado foi, principalmente, o capital de giro.

O Programa Gaúcho do Microcrédito, além dos objetivos e metas físicas alcançadas de forma muito positiva para o Estado e sociedade gaúcha, tem permitido ao Governo do Estado realizar, com esta política pública afirmativa, o desenvolvimento econômico e social proposto de forma integral no Estado, propiciando a geração de trabalho e renda.

Além disso, tem permitido que as estruturas de Governo possam atuar de maneira transversal, pois o Programa dá suporte efetivo a distintas políticas públicas de outras Secretarias de Estado como, por exemplo: Projeto Lapidar, Microcrédito para Família Brigadiana, Projeto Vitivinicultura, Microcrédito Cheias, Microcrédito nos Territórios de Paz (RS na PAZ), Microcrédito Música, Feirantes e Motoboys, Esporte Radical, entre outros, relacionados com as Secretarias de Segurança Pública, de Política para Mulheres, da Cultura e com projetos em mais de 390 municípios do Estado.

Dentre as realizações da SESAMPE na sua política de incentivo e fomento à Economia Solidária, muitos avanços foram alcançados no presente ano, em especial:

- Leis e políticas públicas

A economia solidária tem sido fortalecida como política de Estado a partir da elaboração e aprovação de legislação específica, que tem por escopo a perspectiva de garantir sua continuidade, quanto à: Certificação de Empreendimentos da Economia Solidária; criação do Fundo da Economia Solidária como mecanismo de fomento; alteração da regulamentação da lei das Compras Públicas, incluindo tratamento especial à economia Solidária.

- Audiências públicas

Foram realizadas nove audiências públicas no Estado, com o objetivo de reconhecer publicamente e oficializar o processo de certificação dos empreendimentos de economia solidária, definindo representantes em cada região funcional do Estado. A dinâmica permitiu uma participação muito importante da sociedade e dos segmentos interessados.

- Casas de Economia Solidária

Foram construídas quatro Casas de Economia Solidária no Estado (nos municípios de Porto Alegre, Pelotas, Santana do Livramento e Caxias do Sul) e com previsão de inauguração de outras durante o ano de 2014. São espaços de qualificação da gestão e do produto, formação e também espaços de comercialização direta e de acesso a matéria prima.

- Conselho de Economia Solidária (CESOL)

Em 2013, o Conselho Estadual atuou de maneira permanente e com papel preponderante no assessoramento da SESAMPE e na articulação das políticas públicas estabelecidas pela pasta junto a sociedade e aos setores interessados, propiciando que as metas

fossem devidamente alcançadas, assim como no acompanhamento e mobilização para as audiências, oficinas, eventos, feiras e demais ações realizadas.

Essa é a continuidade visível da política pública nesta área. Em 2013, foram realizadas seis reuniões do Conselho e também houve a participação do CESOL junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado.

- Intercâmbios nacionais e internacionais

A SESAMPE e a Economia Solidária do Estado tiveram significativo papel no cenário nacional e internacional do Governo do Estado, durante o ano de 2013. Distintas missões e atividades foram realizadas, sempre buscando a participação de representação integrada e articulada do Estado, do Conselho de Economia Solidária e da representação dos empreendimentos de economia solidária.

Uma delegação de dez empreendedores, acompanhando a missão oficial do Estado, esteve em Cuba, quando puderam conhecer e trocar experiências com o projeto que está sendo gerado naquele País. Outro grupo participou de viagem à Argentina e ao Uruguai, com os mesmos objetivos e interesses. Em outra missão, representantes de quatro empreendimentos de economia solidária acompanharam a viagem oficial à Europa, especialmente para conhecer as vivências em cooperativismo na Espanha, especificamente nos Países Bascos – Mondragon, e na região da Emilia Romana, na Itália.

Dentro do processo de solidificação da Cadeia Binacional do PET, foi realizada uma visita técnica ao Estado de Minas Gerais, que participa do referido Projeto. No final de 2013, em nova missão, representantes de prefeituras e das centrais da Cadeia do PET visitaram o Uruguai, aprofundando a efetivação da produção desta cadeia solidária binacional.

- Grandes encontros

No ano de 2013, dois grandes eventos mobilizaram representantes de todo o Estado, representantes nacionais e internacionais: o encontro Estadual de Catadores em Canoas e o 3º Encontro da América Latina e Caribe das Mulheres da Economia Solidária, realizado em Porto Alegre. Somados a eles, foram realizados inúmeros encontros das cadeias solidárias do PET, das frutas nativas, da lã e do osso. Nestes encontros, o grande foco foi estabelecer reflexões e debates sobre a nova lei do Cooperativismo, ampliando as informações e o entendimento deste novo momento.

- Convênios

A partir dos distintos convênios em execução, foi efetivado o diagnóstico da Cadeia das Frutas Nativas, as possibilidades de mercado e de avanço na interrelação entre os próprios trabalhadores, somados aos projetos RS mais Justo e Solidário e o Projeto Cadeia Binacional do PET.

Desenvolveu-se, em parceria com a Fundação de Desenvolvimento dos Recursos Humanos – FDRH, o programa de qualificação dos integrantes dos empreendimentos que participarão do Projeto estratégico da Cadeia Binacional do Pet.

- Feiras

Foram realizadas quatorze feiras com recursos diretos e outras tantas com presença e incentivo de servidores e técnicos da SESAMPE.

Em 2013, foi realizada a "Economia na Linha do Trem", ocupando as Estações do TRENURB (Porto Alegre e região metropolitana) com produtos da Economia Solidária. Também foi assinado o convênio com entidade de fomento dos empreendimentos de economia solidária de Santa Maria, para repasse de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para a ampliação do Espaço de Comercialização daquele município.

- Recursos

No programa da Cadeia Binacional do PET, houve um significativo aporte de recursos do Tesouro do Estado, na ordem de mais de R\$1 milhão, para aplicações diretas pelo próprio Estado ou em contrapartida do Convênio com o Governo Federal – MTE/SENAES – que destinou mais de R\$3 milhões à SESAMPE nos últimos anos e tem sinalizado o apoio de mais de R\$1 milhão para o polo regional da Cadeia do PET de Passo Fundo em 2014.

Dentro dos recursos disponibilizados pelo Estado, sob a forma de suplementação, foi destinado o valor de R\$440 mil para COOPERCICLA, que faz a compostagem e a coleta seletiva em nove municípios da região metropolitana, além de R\$400 mil para compra da matéria prima de PET, que se transformará em capital de giro para as centrais regionais do Estado.

Por fim, a Secretaria recebeu mais R\$720 mil para estabelecer um convênio com o Município de Uruguaiana, a fim de construir um prédio próprio para abrigar os catadores da localidade, de forma a que possam sair do lixão e trabalhar em um espaço de qualidade com ventilação, refeitório e espaço para a produção e gestão. Os projetos e convênios estabelecidos neste segmento da reciclagem tem movimentado quase R\$5 milhões, para possibilitar a aquisição de caminhões, balanças, máquinas de moagem, além dos projetos de qualificação de pessoal e construção de locais adequados para o trabalho.

De igual forma, o FONDES do Uruguai, liberou o crédito de US\$2,5 milhões para a reativação da COOPIMA naquele país, a fim de produzir a fibra do *flake* que será enviado pelas centrais do RS.

Junto com o Consulado da Mulher - Instituto da SER, da empresa Cònsul, foram disponibilizados diversos equipamentos para as Casas de Economia Solidária e para as centrais da Cadeia das Frutas Nativas, tais como: freezer, geladeira, micro-ondas, fogão, etc.

Para a Cadeia das Frutas Nativas, já foi adquirido, com recursos do Estado, um veículo Furgão que será entregue em fevereiro de 2014 e que fará o transporte das polpas de frutas utilizadas na fabricação dos picolés e sorvetes. Também foram adquiridos caixas térmicas e duas picoleteiras para produzir e lançar o picolé.

Para fortalecer a Cadeia da Lã, através de projeto específico da SESAMPE, foram adquiridos vários teares para serem entregues aos empreendimentos que compõem a referida cadeia.

Dentro das perspectivas de uma política mais ampla, foi demarcado um novo passo junto às cooperativas de habitação, com a previsão de aquisição de maquinário para a produção de tijolos. Isto reforçará o trabalho em mutirão, não somente para facilitar a construção da moradia, mas também como fonte de renda, além de poder construir as sedes dos próprios empreendimentos.

O Programa Redes de Cooperação é uma iniciativa inovadora do Governo do Estado para desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. Iniciado no ano 2000, o programa foi concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados.

A ideia central é reunir empresas com interesses comuns em Redes de Cooperação, constituindo uma entidade juridicamente estabelecida, sem quotas de capital, que mantém a independência legal e a individualidade de cada empreendimento participante. A formação de uma rede permite a realização de ações conjuntas, facilitando a solução de problemas comuns e viabilizando novas oportunidades que isoladamente não seriam possíveis.

O ano de 2013 foi um ano relevante para o Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que foi neste período que o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Rio Grande do Sul, o FOPEMEPE/RS, instituído pelo decreto 48.665 de 8 de dezembro de 2011, deu início as suas atividades, após a constituição de sua estrutura institucional.

Com a instalação do Fórum e a posse de seus conselheiros, foram iniciadas as atividades em 14 de março de 2013. No final de abril realizou-se a primeira reunião de trabalho, após a instalação do FOPEMEPE, com o objetivo de apresentar os Comitês Temáticos e o regimento interno. Durante este encontro foi deliberada a realização das primeiras reuniões dos comitês temáticos, realizadas no mês de maio de 2013: Compras Governamentais e Rede de Disseminação, Investimento e Financiamento e Tecnologia e Inovação, Comércio Exterior e Desoneração e Desburocratização.

Ainda em maio, o FOPEMEPE/RS participou pela primeira vez, enquanto Fórum constituído, junto a Secretaria Nacional para Micro e Pequenas Empresas, em Brasília.

O FOPEMEPE/RS, no período de 6 a 16 de junho de 2013, participou da 23ª Edição da ExpoBento, com a finalidade de realizar a difusão dos comitês temáticos que atuam no âmbito do Fórum, que são os Comitês Temáticos de Compras Governamentais, destinados a propor ações com vistas ao incremento das compras públicas de micro e pequenas empresas por parte dos municípios.

Nos meses de junho e julho, participou de reuniões em Caxias do Sul e no II Fórum Empresarial do MERCOSUL, com a finalidade de alinhar estratégias, levantar demandas e fazer intercâmbio com a comunidade empresarial latino americana, realizando a devida reflexão com o foco no processo de integração da Região.

Em 16 outubro de 2013, o FOPEMEPE/RS realizou a sua 1ª reunião com o Grupo de Assessoramento Técnico, com a proposta de apresentar o fluxo das demandas ao grupo e dividir aquelas recebidas ao longo do ano aos representantes dos Comitês.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Nos dias 22 e 23 de outubro, reuniram-se os Comitês Temáticos, nos quais foram estudadas as demandas e, na sequência, organizados os Grupos de Trabalho específicos para a elaboração de propostas.

Aos longos dos meses de novembro e dezembro, foram reunidos os Grupos de Trabalho e 50% das demandas já estão em estágio de andamento e elaboração das propostas. Sendo que 25% das demandas já estão na fase de elaboração das Notas Técnicas.

Para o fechamento das atividades do FOPEMEPE/RS foi importante a participação deste na 23ª Plenária do Fórum Permanente Nacional, que ocorreu em Brasília no dia 11/12. Na ocasião foram apresentados os trabalhos realizados e traçadas metas para 2014. Isto proporcionou o alinhamento das estratégias e calendários entre os dois Fóruns, o que trará muitos benefícios para o Estado do Rio Grande do Sul, que estará trabalhando em conjunto com o Ministério da Micro e Pequenas Empresas, obtendo assim um forte aliado para a implantação das propostas.

A SESAMPE, no prosseguimento de sua estruturação, avançou na organização de suas diretrizes de gestão, fase do planejamento estratégico, na ampliação da validação do seu mapa estratégico (vinculado ao mapa estratégico do Governo do Estado, em especial na execução dos seus projetos), na revisão de cada um e na revisão de metas e indicadores.

Em termos de valorização e qualificação de pessoal, foi iniciado o projeto de avaliação institucional, que servirá para o fortalecimento das relações e dos pontos fortes das pessoas que compõem a Secretaria, agregando significativo valor a eficiência e a gestão da pasta. Foi importante a destinação de novos servidores para a SESAMPE, oriundos da aprovação em concurso público recente, os quais serão decisivos na alteração do perfil da Secretaria e na condução da reformulação de processos e dinâmica funcional que está sendo realizada.

A **Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCERGS)**, vinculada à Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa, foi transformada em autarquia através Lei ordinária de nº 14.218 de 08 de abril de 2013. A iniciativa visou à descentralização dos serviços de registro empresarial para conferir maior autonomia financeira e dinamicidade à JUCERGS no desempenho de suas atividades, bem como a compatibilização do regimento estadual com a legislação federal que permitirá a racionalização na aplicação dos recursos provenientes de emolumentos e maior eficiência na prestação dos serviços.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SESAMPE	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Capacitação Empresarial: Gestão e Comércio Exterior
SESAMPE	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Condomínios Empresariais
SESAMPE	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Fórum Estadual Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Rio Grande do Sul
SESAMPE	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Incubadoras Empresariais das Micro e Pequenas Empresas (MPes)
SESAMPE	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Processo de Formalização do Microempreendedor Individual (MEI)

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SESAMPE	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Promoção à divulgação e comercialização de produtos das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SESAMPE	Fomento às Micro e Pequenas Empresas	Redes de Cooperação
SESAMPE	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	Elaboração de Diagnóstico de Identidade, Potencialidades e Políticas Públicas da Economia Solidária
SESAMPE	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	Fomento e incentivo à criação e fortalecimento de Cadeias Produtivas de Economia Solidária
SESAMPE	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	Implantação do programa de Finanças Solidárias aos empreendimentos da Economia Solidária
SESAMPE	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	Promoção da comercialização e do consumo consciente de produtos e serviços da Economia Solidária
SESAMPE	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	Qualificação, Capacitação e Assessoria Técnica aos Empreendimentos da Economia Solidária
SESAMPE	Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária	Qualificação, Capacitação e Assessoria Técnica aos Empreendimentos da Economia Solidária
JUCERGS	Modernização da Junta Comercial	Digitalização do Acervo de Documentos
JUCERGS	Modernização da Junta Comercial	Emissão de Documentos via Internet
JUCERGS	Modernização da Junta Comercial	Implantação REDESIM - Rede Nacional

Educação

A **Secretaria da Educação (SEDUC)** é o órgão gestor da educação pública no Rio Grande do Sul, contando com 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) sob sua coordenação direta. Compete à Secretaria promover, executar, estimular, fiscalizar e apoiar a educação básica, a educação profissional, a educação especial, a educação de jovens e adultos, a educação rural, a educação indígena, a educação afro-descendente, a assistência ao educando e a educação superior em caráter suplementar. As ações da SEDUC estão organizadas em articulação com a sua instituição vinculada, a **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha**.

Ao longo dos três anos de gestão, a Secretaria da Educação vem implementando e consolidando os Eixos Estratégicos:

- Reestruturação Física das Escolas e Modernização Tecnológica;
- Reestruturação Curricular e Formação Continuada;
- Qualificação do Sistema e Democratização da Gestão;
- Valorização Profissional.

Em 2013, no que concerne à Reestruturação da Rede Física das Escolas, a SEDUC, em interface com outras Secretarias de Estado, envidou todos os esforços para viabilizar as condições de qualidade necessárias às práticas político-pedagógicas e administrativas da Rede Estadual de Ensino.

Esta meta, ou melhor, esta utopia possível, está demonstrando que não é uma tarefa fácil de se alcançar num curto espaço de tempo, pelo universo de escolas (2.574), pelas condições de sucateamento e abandono sofrido nos últimos trinta anos, pelos entraves burocráticos que ainda persistem e, sobretudo, pelas políticas do Estado Mínimo e do Déficit Zero implementadas, especialmente, no governo anterior, que não foi possível superar, na sua totalidade, por todas as suas consequências. Neste contexto investiu-se em:

- Reformas, ampliações, reconstruções e construções de escolas de Educação Básica e Educação Profissional - R\$ 149.267.888,99;
- Quadras poliesportivas/ginásios - R\$ 24.381.998,74;
- Reformas de Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e SEDUC (Órgão Central) - R\$ 3.500.339,97;
- Contratação de projetos arquitetônicos do Plano de Necessidades de Obras (PNO) - R\$ 21.293.008,12;
- Obras em vias de licitação/PNO – 235 escolas.

Em 2013, foram investidos R\$ 177.150.227,60 para melhoria da infraestrutura da Rede Estadual de Ensino, totalizando 304 obras concluídas e 364 em execução, totalizando 668 obras. Deste total, cabe salientar que R\$ 81.549.040,67 foram investidos em obras emergenciais, o que confirma a falta de manutenção das Escolas/CREs e SEDUC nos governos anteriores.

Na qualificação da infraestrutura física, salienta-se a licitação dos projetos arquitetônicos (PNO), que tem por objetivo a revitalização das escolas da rede estadual, em sua totalidade,

atendendo aos novos paradigmas político-pedagógicos-culturais e socioambientais. Destaca-se, também, a contratação das empresas vencedoras para a elaboração de 84 projetos arquitetônicos, numa primeira etapa, já em execução, e 30 obras do PNO, em vias de licitação, com previsão de ordem de início no primeiro semestre de 2014.

Quanto à modernização tecnológica, é importante destacar o investimento realizado através do Projeto Província de São Pedro e Territórios de Paz, que consistiu na aquisição de equipamentos de cultura digital e tecnologia da informação: 5.489 Tablets, 15.354 Netbooks, 495 Módulos de armazenamento de Netbook educacional e 2.000 Estações de trabalho padrão W7. Também foram adquiridos 225 projetores multimídia e equipados 393 laboratórios de informática com o envio de 4.045 computadores para Escolas de Educação Básica e de Educação Profissional. Para qualificação da rede de internet, foram adquiridas 1.247 unidades de *access point*; 320 *nobreak*; 301 *switch fast* e 170 unidades de estações de monitoramento de rede.

Através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), foram distribuídas às escolas 1.640 lousas digitais para trabalhos pedagógicos em sala de aula.

Em atendimento às demandas da Participação Popular e Cidadã de 2007, 2012 e 2013, foram distribuídos 1.860 computadores para 130 Escolas Estaduais.

Em continuidade ao desenvolvimento de Sistemas/*Software*, com vistas à qualificação/modernização dos serviços administrativos, foram desenvolvidos os sistemas CONPAT (Sistema Patrimonial), Indicadores (Gestão Geral de Ações), Intranet (Sistema de Portaria/SEDUC) e Ponto Digital, que atingirão toda Rede Estadual de Ensino.

No projeto Gestão Informatizada, 400 escolas receberam conectividade via modem; 70 escolas receberam renovação de cabeamento de transmissão de internet; 25 escolas receberam infraestruturas de rede lógica; 30 CREs e a SEDUC receberam renovação dos computadores.

Nas Escolas Técnicas, foram investidos R\$ 15.307.539,56, sendo R\$ 5.765.964,89 para manutenção e conservação das mesmas e R\$ 9.541.574,67 para aquisição de máquinas, motores, tratores, mobiliário em geral e diversos tipos de equipamentos e materiais permanentes adequados as suas funções específicas, incluindo os recursos recebidos para o atendimento das 53 escolas contempladas com equipamentos para laboratórios através do Programa Brasil Profissionalizado.

No eixo estratégico de Modernização Tecnológica, foram investidos R\$ 60.001.132,67, em 2013, contemplando toda a Rede Estadual de Ensino.

Como as condições físicas e materiais da escola são indicadores que interferem, entre outros, na aprendizagem do aluno, a SEDUC, além da modernização tecnológica, investiu na qualificação dos equipamentos e materiais para ações pedagógicas das escolas como: jogos pedagógicos para 625 turmas de Educação Infantil; pracinhas para 2.379 escolas de Ensino Fundamental; equipamentos de multimídia para 1.063 escolas de Ensino Médio Politécnico e de Curso Normal.

Através do Programa de Incentivo à Leitura, foram distribuídos livros a 1.162 escolas que participaram dos Projetos Lendo Pra Valer, Trilhas da Leitura, Crédito de Leitura, Autor Presente.

Setenta e três (73) escolas participaram da Feira do Livro e do Projeto Crianças do Rio Grande do Sul Escrevendo Histórias, além de outros projetos de incentivo à leitura, desenvolvidos pelas comunidades escolares.

Na área de linguagens, objetivando a implantação da música nos currículos escolares, iniciou-se em 2012, um processo de discussão com representantes de escolas com práticas em educação artística, para seleção e classificação de instrumentos musicais para a constituição de orquestras estudantis. Em 2013, esta meta foi concretizada, através da aquisição de instrumentos musicais para 51 escolas estaduais.

Para qualificação/atualização de bibliotecas foram adquiridos: enciclopédias Barsa Multimídia para 1.063 escolas de Ensino Médio Politécnico; a coleção Explorando a Nossa Terra, composta de 14 mapas para 2.574 escolas da Rede Estadual de Ensino; 8.850 livros de literatura; 11.300 livros didáticos; 495 conjuntos de materiais didáticos e 670 escolas do campo receberam dicionários com termos típicos do gaúcho. Através da Participação Popular e Cidadã de 2013, 79 escolas receberam recursos para aquisição de mobiliário e acervo bibliográfico.

Os laboratórios de ciências de 34 escolas foram qualificados com a aquisição de equipamentos e mobiliário. Destas, 23 escolas foram demandas da Participação Popular e Cidadã de 2013.

Quanto ao mobiliário básico, 969 salas de aula receberam novos conjuntos - aluno/adulto, aluno/infantil, conjunto professor, mesa deficiente e armário duas portas, assim como 783 escolas receberam equipamentos e mobiliário para cozinhas, de acordo com as necessidades.

No eixo estratégico referente à Reestruturação Curricular e Formação Continuada, que tem por objeto a democratização do conhecimento através da garantia de aprendizagem para todos, cujo processo está embasado na interdisciplinaridade, na interação com a realidade local, no respeito aos diferentes saberes, na diversidade sociocultural, no direito a um ensino de qualidade social com inclusão e sustentabilidade socioambiental, a reestruturação curricular está em curso em todas as etapas da Educação Básica e encontra-se em diferentes estágios.

No Ensino Médio Politécnico, a reestruturação curricular já foi implantada nos 1º e 2º anos e se concluirá com a implantação no 3º ano em 2014. Esse processo exigiu muitos esforços, expressos através de assessoria às escolas e formação continuada sistemática dos professores e das equipes diretivas, cujos resultados já podem ser comprovados através da melhoria dos índices de aprovação. Sobre o ano base de 2010, houve uma significativa melhoria nas taxas de aprovação no Ensino Médio, passando de 66,1%, em 2010, para 70,4%, em 2012. Houve, também, uma pequena redução nos índices de evasão dos alunos, passando de 12,3%, em 2010, para 11,7%, em 2012. No Ensino Fundamental, a reestruturação curricular foi implantada nos anos iniciais e está em curso a implantação nos anos finais. Nas escolas do campo, a proposta de reestruturação curricular, por Ciclos de Formação, será implantada, gradativamente, em 2014. Na Educação de Jovens e Adultos, a reestruturação curricular está em processo de implantação em 546 escolas com EJA e em 39 Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - NEEJAS.

Nas 150 Escolas de Educação Profissional, a implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em 2012, ocorreu em 36 escolas, com 45 cursos integrados e, em 2013, expandiu-se para mais 50 escolas e 96 cursos de Educação Profissional integrados ao Ensino Médio, ficando a conclusão da implantação nas 64 escolas restantes para 2014. No decorrer de 2013, as Escolas Técnicas Agrícolas desenvolveram projetos de transição agroecológica para constituírem-se em unidades didáticas agroecológicas.

Para a consolidação e qualificação do processo de reestruturação curricular nas Escolas de Educação Profissional, como na Educação Básica, a formação continuada é fundamental. Nas Escolas de Educação Profissional, a formação continuada sobre a implantação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional envolveu diretamente 2.063 professores. O tema transversal foi a sustentabilidade e implicou na elaboração de Regimentos e Planos de Cursos, de acordo com a nova concepção pedagógica do Ensino Médio. Ao longo do ano de 2013 foram realizados cinco (5) Encontros Macrorregionais de Formação de Professores, que enfatizaram as práticas a partir do Seminário Integrado, contextualizando a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio. Também foram realizados seis (6) encontros específicos para professores das Escolas Técnicas Agrícolas e assessores das respectivas CREs, com temas focados na reestruturação dos currículos e na construção das bases para a consolidação de um Plano Estratégico de Práticas Sustentáveis, na perspectiva de estabelecer um processo de transição nas Escolas Técnicas Agrícolas do RS.

Na Integração do Ensino Médio à Educação Profissional, cabe destacar a promoção e o incentivo à pesquisa. Neste item, é importante salientar a participação na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia – FEBRACE – em São Paulo, de Escolas de Ensino Médio Profissional, com a exposição de quatro (4) trabalhos de pesquisa efetuados por alunos dessas Escolas, classificados na MOSTRATEC/RS. Também foram viabilizadas viagens de alunos e professores em Missões oficiais por diversas Feiras, tais como: Abu Dhabi, Nova Iorque, Londres, Pernambuco e Rio de Janeiro. Em 2013, 154 Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional participaram de atividades de incentivo à pesquisa.

A Formação Continuada dos servidores, docentes e não docentes das Escolas, CREs e SEDUC, como uma das prioridades estratégicas desta gestão, teve como objetivos fim: a qualificação do processo de aprendizagem para todos; a melhoria dos índices de aprovação e a permanência do aluno com sucesso; a qualificação da gestão curricular; a avaliação emancipatória, investigativa e participativa; a qualificação da democratização da gestão da Escola, CREs e SEDUC, entre outros. Os temas das formações versavam sobre as realidades/necessidades detectadas nos diagnósticos embasados em dados quantitativos/qualitativos do SEAP/RS-2012, em dados de avaliações institucionais (INEP/MEC), IDEB, avaliações em larga escala, em práticas pedagógicas que obtiveram sucesso, em dados de monitoramento e avaliações de resultados produzidos, em análises comparativas, etc. Ao todo, foram contabilizados 175.978 participantes em eventos de formação continuada em nível estadual, regional e inter-regional, sendo que muitos destes participaram em mais de um evento.

Nas nove (9) Regiões Funcionais, foram realizadas 4.541 formações nas áreas de Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio Politécnico, Educação Inclusiva, Educação de

Jovens e Adultos, Educação Ambiental, Mais Educação, Educação em Tempo Integral, Educação Física, Educação Musical e Educação do Campo.

Dentre os 84 Encontros/Seminários Estaduais realizados em 2013, cabe destacar o Encontro Internacional, com representantes de todas as Escolas Estaduais, CREs e SEDUC, como de delegações representativas de Universidades, Secretarias de Educação, que teve por tema “Concepções e Serviços da Educação: Pensamentos para uma Nova Prática Social Cidadã”.

A Formação Continuada em Tecnologia da Informação, para fins pedagógicos e administrativos, teve a participação de 40.714 profissionais que atuam na Educação Básica.

Para a operacionalização do Sistema de Informatização (ISE) da SEDUC/CREs/Escolas, foram realizados 90 cursos de capacitação em toda a Rede Estadual de Educação.

Em apoio à Formação dos Profissionais da Educação, 374 professores de cursos de graduação, através da Plataforma Paulo Freire, estão sendo beneficiados com a Bolsa Auxílio, como incentivo à permanência e conclusão do curso.

No que concerne à Qualificação da Democratização do Sistema e Democratização da Gestão, cujo objetivo consiste na construção de políticas, mecanismos e instrumentos que garantam um espaço público de deliberação coletiva na tomada de decisões sobre o processo de gestão e organização interna (Escola, CREs e SEDUC), bem como a implementação de ações e práticas administrativas e pedagógicas que garantam uma gestão democrática, participativa e humanista, foram desencadeadas várias iniciativas/ações para o alcance do objetivo proposto.

Neste sentido, a Lei de Gestão Democrática está sendo atualizada, através do Projeto de Lei nº 295/2013, que foi encaminhada à Assembleia Legislativa. Igualmente, foram encaminhados os procedimentos necessários para a atualização dos cálculos da Autonomia Financeira, Pedagógica e Administrativa das escolas públicas estaduais, através dos Decretos nº 50.557, de 14 de agosto de 2013, e nº 50.682, de 27 de setembro de 2013, cujos critérios foram discutidos nos órgãos de governo em interfaces na ação, bem como no GT das Escolas de Educação Profissional, constituído pela SEDUC, para acompanhamento das políticas e ações pertinentes às mesmas.

Em 2013, a Autonomia Financeira no Orçamento da Secretaria Estadual da Educação, na Educação Básica, teve um aumento substancial, passando de R\$ 65.331.738,25 em 2012, para R\$ 87.670.275,19 em 2013, enquanto que, na Educação Profissional, a Autonomia Financeira passou de R\$ 3.600.000,00 em 2012, para R\$ 9.000.000,00 em 2013, representando um acréscimo de 150% no Orçamento da SEDUC.

A gestão democrática e os Conselhos Escolares, como órgão máximo da escola, assim como os grêmios estudantis, como mecanismos de democratização, permearam as temáticas de formação dos gestores e assessores das CREs e SEDUC. Portanto, além dos mecanismos de democratização, há necessidade de instrumentos de participação, de cogestão, de partilha do poder e do poder de decisão. Desta forma, o Sistema Estadual de Avaliação Participativa - SEAP/RS e o Planejamento Participativo são ferramentas fundamentais na gestão democrática. Através do SEAP é possível contextualizar a realidade escolar, detectar os “nós” críticos, as boas

práticas para subsidiar o Planejamento e, de forma Participativa, tomar as melhores decisões, quer para qualificar como para superar os problemas existentes.

No segundo semestre de 2013, foi realizado o Encontro Estadual para 150 assessores das CREs e SEDUC, tendo por temática: Gestão Democrática - Construindo a Cidadania e Planejamento Participativo - uma Prática Social a Serviço da Democratização da Gestão. A formação teve por objetivo a instrumentalização dos assessores para a realização de uma pesquisa diagnóstica participativa das Escolas, CREs e SEDUC, tendo por parâmetro as dimensões, os indicadores e os descritores do SEAP e os resultados das avaliações institucionais e de larga escala, para subsidiar o Planejamento Participativo/2014, nas três instâncias.

Na democratização da Gestão, o Programa de Prevenção à Violência está em execução em todas as escolas estaduais e está em interação com a coordenação regional, nas 30 CREs, conforme as necessidades. Ainda no ano de 2012, foram organizadas as Coordenadorias Regionais dos Comitês de Prevenção à Violência nas Escolas, os COPREVES. Dessa forma, foram estabelecidas as condições para o funcionamento da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente e a formação para a implementação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI). Participaram desse processo as 30 CREs e escolas dos municípios componentes das Promotorias Regionais Especializadas em Educação, bem como o Ministério Público das Regiões de Porto Alegre, Passo Fundo e Palmeira das Missões.

Em 2013, ocorreram encontros de formação sobre o acesso ao Sistema Informatizado da FICAI em todas as CREs, com a participação das escolas estaduais e representantes das Secretarias Municipais de Educação, Conselhos Tutelares e as Promotorias Regionais e Ministério Público. Atualmente, a totalidade das escolas juntamente com as outras instituições, já podem utilizar o sistema *on line* para agilizar e consolidar o controle da frequência dos alunos através da FICAI.

Realizaram-se, também, 33 cursos de mediação de conflitos no ambiente escolar e no entorno da escola em 20 CREs, com representações das escolas - 2.500 participantes - professores, alunos, equipes diretivas das escolas, policiais civis e militares, conselhos escolares e lideranças comunitárias.

Com relação à Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica, programa que tem por objetivo viabilizar a todos os cidadãos o acesso e a permanência com sucesso a uma Educação Básica de qualidade social, em todas as etapas e modalidades de ensino, com prioridade no Ensino Médio, foram transportados 110.791 alunos da Rede Estadual residentes no meio rural (dados do Censo Escolar de 2012/INEP/MEC). Isso foi viabilizado através da adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE/RS), com o investimento de R\$ 86 milhões, possibilitando, assim, o acesso à Educação Básica como um direito da população residente no meio rural, com dificuldades de acesso à escola.

Entre os fatores que concorrem para a permanência do aluno na escola, a alimentação escolar é um indicador importante para grande parte da população estudantil pública. Nesse sentido, foram investidos cerca de R\$ 85.908.455,92, dos quais R\$ 76.175.381,52 são oriundos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e R\$ 9.733.074,40 representam a complementação do Estado a esse recurso.

Com relação à Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação tem-se avanços importantes no ano de 2013, em continuidade com as políticas implementadas a partir de 2011. O processo de reajuste do básico iniciado em fevereiro daquele ano prosseguiu com mais dois aumentos, nos meses de fevereiro e novembro (6 e 6,5%, respectivamente), alcançando uma elevação de cerca de 46% em relação ao básico A1 do Plano de Carreira do Magistério Público Estadual de janeiro de 2011, o que fez com que o básico de 20h (A1) saltasse de R\$ 356,62 em janeiro daquele ano, para R\$ 630,11 em novembro de 2013. Soma-se a isso a realização das promoções, beneficiando 8.341 professores, com previsão de mais 13.196 em 2014, totalizando uma aplicação de recursos na valorização profissional e no plano de carreira de cerca de R\$ 4,4 milhões em 2013. Além disso, tem-se a nomeação de mais 85 professores, oriunda de concurso público realizado em maio do ano passado, bem como a criação de cinco novos cargos para o quadro de servidores, como Agente Educacional, Técnico em Nutrição, Assistente Financeiro, Técnico em Informática e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, o que vai ao encontro do reconhecimento da diversidade e necessidades dos alunos e alunas da rede pública estadual de ensino.

Outro elemento de destaque na política de valorização dos profissionais da educação diz respeito a cerca de 374 professores que recebem bolsa-auxílio (R\$ 200,00) do Estado para a formação profissional, caracterizando parte importante da aplicação de recursos na valorização profissional.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem agindo amplamente para a qualificação da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino. Investimentos na qualificação da rede física, na modernização tecnológica, na valorização profissional, na democratização do acesso e gestão, bem como mudanças de cunho pedagógico, através da implantação do Ensino Médio Politécnico, da integração do Ensino Médio à Educação Profissional e da reestruturação curricular da Educação de Jovens e Adultos, evidenciam o esforço permanente na busca da melhoria da educação gaúcha, demonstrando o papel central e estratégico que exerce dentro da gestão governamental.

A **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC)** é uma instituição vinculada à SEDUC, voltada para a educação profissional de nível técnico. A Fundação Liberato possui 3.504 alunos matriculados, provenientes de mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul, entre eles Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Esteio, Sapucaia do Sul, Canoas, Estância Velha, Campo Bom, Portão, Sapiranga, Dois Irmãos, São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Feliz, Montenegro, Ivoti e muitos outros.

Os cursos diurnos, integrados com o Ensino Médio, dirigidos para alunos provenientes do ensino fundamental, têm duração de 4 anos, mais 720 horas de estágio supervisionado na empresa e acompanhados pela própria Instituição, sendo oferecido nas áreas de Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica. Os cursos de educação profissional noturnos são subsequentes, dirigidos a alunos que já possuem o ensino médio e que desejam obter formação técnica. Têm duração de 5 semestres, mais 720 horas de estágio, sendo oferecidos nas mesmas áreas dos cursos diurnos, mais Segurança do Trabalho, Automotivo e Design. O Curso Informática para Internet tem duração de 5 semestres, mais 360 horas de estágio. Além das salas de aula convencionais, a Fundação Liberato conta ainda com salas de apoio pedagógico

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

(salas de desenho, sala de vídeo, salas de estudo), serviço de recursos tecnológicos de educação (reprografia e audiovisual), biblioteca, laboratórios e oficinas próprios para cada curso, além de um módulo desportivo-cultural e um ginásio de esportes.

Iniciará em março de 2014, o Curso de Especialização Técnica em Automação e Controle com ênfase em Petróleo e Gás. O Curso da Fundação Liberato é resultado de um projeto realizado com recursos do CNPq, de um grupo de empresas da área de Automação e Controle e da ABINEE - RS, com o objetivo de atender as demandas da APL (Arranjos Produtivos Locais) de Automação e Controle no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul. O curso terá duração de 360 horas/aula (realizado em um ano). Ocorrerá nas dependências da Fundação Liberato (Novo Hamburgo), tendo em vista que os laboratórios a serem utilizados no curso estão na escola.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEDUC	Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública	Parcerias SE/UEGGS/Instituições de Ensino Superior para formação de professores pesquisadores em sua área de atuação
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)	Avaliação Institucional Participativa
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)	Participação da Comunidade Escolar na Gestão Curricular
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)	Qualificação e potencialização do uso dos espaços e equipamentos pedagógicos
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)	Reestruturação Curricular da Educação Básica e Formação Continuada dos Profissionais e Comunidade Escolar
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	Democratização da Gestão Escolar
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	Democratização das relações nas diferentes instâncias - SEDUC, CREs e Escolas -, com a construção de políticas de gestão educacional
SEDUC	Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC	Democratização das relações nas diferentes instâncias - SEDUC, CREs e Escolas -, com a construção de políticas de gestão educacional
SEDUC	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	Acompanhamento da realidade educacional
SEDUC	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	Atendimento da Educação Básica com qualidade social e cidadania
SEDUC	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	Atendimento progressivo da jornada de tempo integral no Ensino Fundamental
SEDUC	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	Viabilização do Transporte Escolar
SEDUC	Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação	Apoio à Formação dos Profissionais da Educação
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação de vagas na Educação Profissional
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação, conservação e qualificação dos espaços físicos, do mobiliário e dos equipamentos
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Criação e adequação dos Cursos às neces. locais e regionais, de acordo com os arranjos produtivos locais, com acompanhamento dos egressos da E. P.
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Implantação, qualificação, modernização dos laboratórios, espaços pedagógicos e administrativos

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Implantação, qualificação, modernização dos laboratórios, espaços pedagógicos e administrativos
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Manutenção e apoio na gestão das escolas de Educação Profissional
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Manutenção e apoio na gestão das escolas de Educação Profissional
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Promoção e incentivo da pesquisa nas Escolas com Educação Profissional
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Realização de parcerias para a revitalização das Escolas e incentivo ao Cooperativismo
SEDUC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Reestruturação Curricular da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio e Formação Continuada dos Profissionais
SEDUC	Qualificação, recuperação e ampliação da infraestrutura física e pedagógica e viabilização da modernização tecnológica das Escolas Estaduais	Construção/reconstrução/ampliação e recuperação da rede física
SEDUC	Qualificação, recuperação e ampliação da infraestrutura física e pedagógica e viabilização da modernização tecnológica das Escolas Estaduais	Equipamentos/Mobiliários Básicos e de Qualificação dos Espaços Escolares, CREs e SEDUC
SEDUC	Qualificação, recuperação e ampliação da infraestrutura física e pedagógica e viabilização da modernização tecnológica das Escolas Estaduais	Modernização Tecnológica
SEDUC	Qualificação, recuperação e ampliação da infraestrutura física e pedagógica e viabilização da modernização tecnológica das Escolas Estaduais	Modernização Tecnológica
FETLSVC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação e conservação dos espaços físicos e infraestrutura
FETLSVC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Ampliação e manutenção da oferta de vagas
FETLSVC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Desenvolvimento de projetos de inserção comunitária de fomento à pesquisa e de marketing institucional
FETLSVC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Inserção Institucional no ciclo de crescimento regional
FETLSVC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Modernização da Gestão
FETLSVC	Qualificação e ampliação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica	Modernização e qualificação dos recursos de apoio, equipamentos didático-pedagógicos e do acervo bibliográfico

Esporte e Lazer

Os temas Esporte e Lazer estão afetos à **Secretaria do Esporte e do Lazer (SEL)** e à sua Instituição Vinculada - **Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS)**.

A SEL tem como missão “consolidar o esporte e o lazer para educar, integrar socialmente e promover saúde, bem-estar e melhoria da qualidade de vida”, e sua visão é tornar-se “referência na efetivação de uma política de Estado que promova democratização dos recursos e inclusão social, resgatando a condição do Rio Grande do Sul de protagonista no cenário esportivo”.

Além disso, integra a estrutura da SEL o Comitê Gestor da Copa do Mundo RS 2014 (CGCopa), que gerencia e articula ações entre o poder público e a sociedade, preparando o Estado para o evento. O CGCopa conta com as seguintes Câmaras Temáticas: Infraestrutura, Estádios, Segurança, Desenvolvimento Turístico, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Promoção Comercial e Tecnológica, Saúde, Cultura, Educação e Ação Social e Transparência.

No âmbito do Programa Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, a SEL é responsável pela ação Construção de Ginásio Poliesportivo. A ação consiste em disponibilizar aos municípios um projeto padronizado de ginásio, adequado para a prática de basquete, vôlei e futsal, e construí-los em parceria com as prefeituras municipais, por meio da publicação de editais específicos. A elaboração do projeto está em desenvolvimento e a publicação dos editais ainda não tem data prevista.

Já no Programa RS Copa 2014, a SEL é responsável pelas ações: Capacitação Profissional e Voluntariado; Congressos, Seminários, Oficinas de Trabalhos, Painéis e Intercâmbios Estaduais, Nacionais e Internacionais; Estruturas Temporárias para a COPA; Gerenciamento integrado dos projetos relacionados à realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014; e, Plano de Comunicação RS COPA 2014. No ano de 2013, a SEL deu continuidade às ações de preparação para a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA em 2014, com destaque para:

- Capacitação Profissional e Voluntariado: em ação desenvolvida em conjunto com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), atingindo cerca de 9.000 pessoas, com a realização de cursos de inglês. Essa atividade deve se estender até o início da Copa do Mundo, em junho de 2014.
- Teve também continuidade a realização de Congressos, Seminários, Oficinas de Trabalhos, Painéis e Intercâmbios Estaduais, Nacionais e Internacionais, tendo sido realizados 54 eventos voltados às áreas de saúde, segurança, mobilidade urbana e meio ambiente, na cidade sede da Copa 2014 (Porto Alegre) e nas cidades candidatas a sediarem Centros de Treinamento de Seleções (Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Farroupilha, Lajeado e Viamão, entre outras).
- Entre os temas que exigem atenção da SEL, com vistas à realização da Copa 2014 em Porto Alegre, estão a disponibilização de serviços de comunicação adequados à transmissão dos jogos pela televisão e de fornecimento de energia elétrica. Para isto, está em processo de introdução no mercado local da tecnologia 4G, que proporcionará as condições adequadas para o trabalho das empresas de comunicação e também para a realização da *Fan Fest*. Já a construção da subestação Menino Deus, obra da CEEE-D,

garantirá o fornecimento de energia elétrica nos padrões de qualidade exigidos para um evento dessa magnitude.

- A realização do sorteio dos grupos da Copa 2014, que contou com a presença de representantes da SEL, reservou para Porto Alegre jogos envolvendo as seleções de França, Honduras, Holanda, Coreia do Sul, Argentina, Argélia e Nigéria, havendo expectativa de que, na segunda fase, as oitavas de final, venha para Porto Alegre seleções do porte de Alemanha ou Portugal. Em vista disso, várias atividades de acompanhamento das delegações já estão em desenvolvimento, com as vitórias que os representantes das seleções têm feito nas instalações que utilizarão. As ações tendem a se intensificar até a realização dos jogos, em junho e julho de 2014, tanto no que diz respeito ao acompanhamento das delegações quanto no apoio aos turistas e torcedores que virão a Porto Alegre.

A FUNDERGS tem como objetivo desenvolver e fomentar práticas esportivas, sendo responsável pela promoção e desenvolvimento do esporte e do lazer, desde o acesso às práticas em todos os níveis até o esporte de alto rendimento. Constitui-se na agência de fomento do esporte e do lazer no RS, cuja principal fonte de receita são as loterias oficiais da Caixa Econômica Federal.

A FUNDERGS é o órgão executor das políticas públicas setoriais, em especial as de fomento ao desenvolvimento do esporte e do lazer no Rio Grande do Sul. Possui três focos de atuação: o esporte educacional, o esporte de alto rendimento e o desenvolvimento do esporte (recreação e lazer, promoção à saúde, inclusão e pesquisa).

A entidade ainda administra o Centro de Treinamento Esportivo do Estado (CETE), que passou por ampla reforma, de modo a tornar-se um espaço público de prática esportiva de referência no País. O projeto possibilita a criação de centros de excelência em diferentes modalidades.

As ações sob responsabilidade da Fundação integram o Programa Desenvolvimento do Esporte e do Lazer e, no ano de 2012, com a aplicação de mais de R\$ 11 milhões, merecem destaque as seguintes realizações:

- Censo do Esporte: tem o objetivo de mapear o cenário do esporte e do lazer no Estado, identificando os recursos humanos, os recursos financeiros, a infraestrutura, os programas e projetos existentes, visando constituir base para a definição das políticas públicas no segmento do esporte e lazer e auxiliar no direcionamento das ações. Assinado convênio com a UNILASSALE, em 2012, no ano de 2013 foram definidos os instrumentos de pesquisa e as regiões em que seria realizada, iniciada a fase de coleta de dados e realização de visitas aos municípios, prevendo-se a conclusão do trabalho para o ano de 2014. O trabalho está sendo realizado nos municípios de São Jerônimo, Cachoeirinha, Viamão, São Leopoldo, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Encantado, Estrela, Lajeado, Teutônia, Santa Cruz do Sul, Candelária, Encruzilhada do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Taquari, Farroupilha, Canela, Gramado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, São Marcos, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Capão da Canoa, Osório, Torres, Santa Vitória do Palmar, Santa Rosa, Ijuí, Cruz Alta, Santa Maria, São Sepé, Soledade,

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Erechim, Passo Fundo e Carazinho. Nos municípios de Cachoeirinha, Esteio e Osório foi aplicado o projeto piloto para teste dos instrumentos da pesquisa

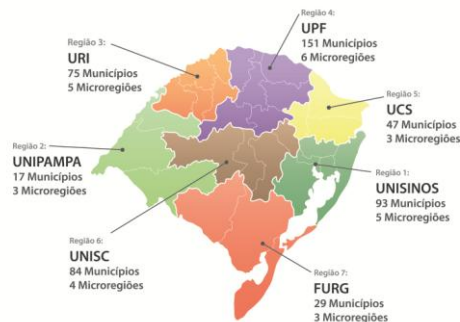
- Dentro da ação de Promoção à Saúde, Recreação e Lazer, a SEL apoiou um conjunto de 34 municípios, com realização de eventos esportivos, aquisição de materiais esportivos e instalação de academias ao ar livre.
- Capacitação para o Desenvolvimento do Esporte: com o objetivo de capacitar os agentes dos municípios e das entidades na captação de recursos e desenvolvimento de projetos na área de esporte e do lazer, foram realizados cursos de qualificação em parceria com a Secretaria da Educação, com Instituições de Ensino Superior e com o Comitê Olímpico Brasileiro. Em 2012, realizaram-se os seguintes eventos de capacitação:

LOCAL	REALIZAÇÃO
Canoas	Curso de Formação de Facilitadores para os Jogos dos Idosos , realizados na ULBRA - Canoas em 2012.
Canoas	Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer - realizado de 29/05 a 01/06/2013 UNILASALLE
Caxias do Sul	Fórum Regional de Gestão Esportiva
Osório	Fórum Regional de Gestão Esportiva - FACOS
Passo Fundo	Fórum Regional de Gestão Esportiva - UPF
Pelotas	Fórum Regional de Gestão Esportiva
Porto Alegre	Seminário Estadual de Prefeitos: parceria com Secretaria do Esporte e Lazer - CEL, realizado em março/2013 no CIEE em POA/RS
Porto Alegre	Curso de Elaboração de Projetos e Convênios, duas edições , realizados no CAFF e FEPAGRO em 2012.
Santa Cruz do Sul	Fórum Regional de Gestão Esportiva
Santa Rosa	Fórum Regional de Gestão Esportiva - UNIJUÍ
São Leopoldo	Fórum Regional de Gestores Esportivos realizado em 19/03/2013 na Unisinos
São Leopoldo	Curso Capacitação para Gestores Municipais, realizado em 10/12/2013.
Uruguaiana	Fórum Regional de Gestão Esportiva

- Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte: ação iniciada em 2012, com a criação da Divisão de Polos, a implantação dos Polos Regionais avançou em 2013, com a implantação de cinco polos nos municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo e São Leopoldo, em parceria com as universidades locais, UCS, UPF, UNISC, URI e UNISINOS.

Assim, o Estado possui sete polos, que se constituem em estruturas voltadas à descentralização e democratização das políticas públicas direcionadas para o esporte e o

lazer, articulando em conjunto com o segmento esportivo local e regional, as políticas estaduais, incentivando o desenvolvimento e a qualificação nas três dimensões do esporte (participação, educacional e rendimento).



- Promoção do Esporte de Alto Rendimento: além do desenvolvimento de ações relativas ao projeto de um Centro de Excelência em Porto Alegre, abrangendo diversas modalidades esportivas, como ginástica artística, judô, atletismo e voleibol, foram realizados os Jogos Intermunicipais (JIRGS), com competições em 15 municípios: Brochier, Canoas, Caxias do Sul, Cruz Alta, Eldorado do Sul, Ijuí, Lajeado, Novo Hamburgo, Osório, Pelotas, Pelotas, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, Uruguaiana. Os JIRGS 2013 envolveram competições nas seguintes modalidades esportivas: atletismo, basquete, futsal, handebol, natação, vôlei de areia, judô e voleibol.
- Campeonatos Paradesportivos (PARAJIRGS): foram realizados os PARAJIRGS 2013, destinados a atletas com necessidades especiais. Os jogos foram disputados em Caxias do Sul e envolveram disputas nas seguintes modalidades esportivas: atletismo, judô, tênis de mesa, bocha, basquete em cadeira de rodas, *goalball* e natação. Os jogos foram realizados no período de 21 a 23 de junho de 2013, contando com a participação de atletas dos municípios de Canoas, Porto Alegre, Passo Fundo, Sapucaia do Sul, Caxias do Sul, pelotas, Bagé, Portão, Minas do Butiá, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Erechim, Lajeado, Cruz Alta, Vacaria, Panambi, Alegrete, Rio Grande, Nova Prata, Viamão, Santa Maria, Guaíba e Santa Tereza.
- Casa do Esporte: empreendimento que visa dotar o Estado de estrutura própria para o gerenciamento das políticas públicas de esporte e lazer. Com área útil de 6.026 m², junto ao CETE, contará com locais destinados à administração do CETE, da FUNDERGS e da SEL, de locais para as federações esportivas, de auditório, vestiários, sanitários, salas de apoio técnico e ginásio de voleibol, além das tradicionais instalações do CETE. O projeto prevê, ainda, a reforma e ampliação do ginásio poliesportivo existente no CETE. Os projetos de engenharia e arquitetura foram elaborados em 2012 e 2013, tendo sido aprovados na Prefeitura de Porto Alegre. As obras são objeto de convênio com o Ministério do Esporte.
- Centro Estadual de Treinamento Esportivo: em 2013, foram concluídas as obras de cercamento do CETE e a reforma da pista atlética.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- Convênios assinados: além dessas ações, a FUNDERGS operacionalizou a assinatura de mais de 312 convênios com prefeituras e entidades sem fins lucrativos, visando apoiar a realização de atividades/eventos de lazer e de esporte, de projetos sociais ligadas ao esporte e lazer e para a realização de obras, construções/reformas de áreas esportivas. Nesses convênios, o Estado aplicou cerca de R\$ 4,9 milhões com recursos do Tesouro.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEL	RS COPA 2014	Capacitação Profissional e Voluntariado
SEL	RS COPA 2014	Congressos, Seminários, Oficinas de Trabalhos, Painéis e Intercâmbios Estaduais, Nacionais e Internacionais
SEL	RS COPA 2014	Estruturas Temporárias para a COPA
SEL	RS COPA 2014	Gerenciamento integrado dos projetos relacionados à realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014
SEL	RS COPA 2014	Plano de Comunicação RS COPA 2014
FUNDERGS	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Censo do Esporte
FUNDERGS	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Desenvolvimento de ações de promoção à saúde, recreação e lazer
FUNDERGS	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Desenvolvimento de ações de Qualificação dos Profissionais de Educação Física e pesquisa acerca do esporte e do lazer
FUNDERGS	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Estruturação e Implantação de Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte
FUNDERGS	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Promoção do Esporte de Alto Rendimento
FUNDERGS	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Realização de competições e eventos de inclusão social e incentivo ao esporte
FUNDERGS	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Reestruturação do CETE
FUNDERGS	Desenvolvimento do Esporte e do Lazer	Repasse de recursos da Lei Pelé aos Municípios/Entidades

Gabinete do Governador

Para auxiliar o Governador nas relações transversais entre as secretarias e contribuir na implementação da nova estratégia de desenvolvimento econômico e social, em 2013, o Gabinete do Governador buscou consolidar os fluxos criados para a coordenação das atividades da agenda do Chefe do Executivo Estadual, reafirmando o diálogo e a postura republicana como premissas da gestão.

A integração do Governador com a sociedade civil viabilizou-se com as interiorizações, os diálogos com a juventude – via diferentes canais de comunicação – durante as manifestações que agitaram o País, e as agendas articuladas a partir das demandas que representaram o encontro do Palácio Piratini com a população gaúcha.

A articulação institucional da gestão, para o atendimento de demandas, foi feita com o auxílio do Gabinete como um todo e com a participação das equipes de maneira integrada e eficiente, em eventos que contaram com a participação e representação do Governo do Estado e em atividades promovidas pelo próprio Governo. Um exemplo é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS), onde uniram-se as ferramentas necessárias para realizar debates e análises, propondo diretrizes que visam promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul.

No final do primeiro semestre, o País presenciou uma série de manifestações populares. Entre os principais temas estavam os relacionados ao transporte público coletivo. Nesse contexto, o Governo buscou ampliar o diálogo social e se aproximar ainda mais da sociedade que protestava. Entre as iniciativas para ampliação do diálogo, realizamos debates sobre representação, novas tecnologias, relações em rede, reforma política, mídia livre, regulamentação da comunicação e formas inovadoras de participação no Brasil e no mundo. Também foi realizado o Seminário Crise da Representação e Renovação da Democracia.

A partir das demandas apresentadas pela população, apresentamos a proposta da Lei do Passe Livre Estudantil, pioneira no país, construída de forma conjunta com parlamentares e movimentos sociais.

Aperfeiçoaram-se instrumentos de gestão participativa, que contribuíram para o processo democrático, tais como as Interiorizações do Governo. A consolidação do conjunto de instrumentos de diálogo e participação cidadã, voltados para o reconhecimento das aspirações de todas as regiões do Rio Grande do Sul, buscou fortalecer o desenvolvimento econômico e social do Estado, através de estratégias que têm por eixos estruturais o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da base produtiva já instalada e a integração das diversas regiões.

As Interiorizações de Governo compõem o Sistema Estadual de Participação Popular Cidadã, essencialmente por promover o diálogo direto entre o Governador e a população local e seus dirigentes. A Interiorização ocorre quando o centro político do Governo se transfere para o interior do Estado, viabilizando o diálogo direto entre a população e o Governador. O envolvimento de amplos segmentos sociais, mobilizados antes das Interiorizações, oportuniza a apresentação das demandas locais e regionais. Nas reuniões de interiorização, também são

anunciados programas e ações específicos para a região e para o Estado. Ocorreram 11 ações de Interiorização do Governo em 2013: São Francisco de Paula, Não-Me-Toque, Três Passos, Interiorização itinerante – Sul, Interiorização itinerante – Serra, Palmeira das Missões, São Borja e Garruchos, Santa Maria, interiorização Itinerante – Fronteira Oeste, Vale do Taquari, Rio Grande e São José do Norte.

Os projetos estratégicos para a região, anunciados nessas ocasiões, são permanentemente monitorados pela Secretaria-Geral de Governo (SGG), através do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Todos os objetivos dos projetos estratégicos do Governo podem ser acessados através do SME, que aponta o grau de execução das ações.

Nos três primeiros anos, os conselheiros do CDES-RS realizaram um trabalho voluntário de assessoramento ao governador Tarso Genro – intenso e dedicado – resultando em mais de 170 recomendações que estão sendo implantadas pelo Governo, mesmo com as dificuldades conhecidas do Executivo. A reestruturação dos órgãos ambientais do Estado, a criação de um conselho de políticas públicas para o polo naval, a retirada gradual da Brigada Militar dos estádios; a destinação dos royalties do petróleo para melhoria salarial dos professores; a criação de uma sala de gestão de grandes empreendimentos e a instituição do Pacto Gaúcho pela Saúde estão entre as recomendações que constam nos relatórios.

Além disso um documento com encaminhamentos do ciclo de debates do CDES-RS sobre as Manifestações de Junho também foi entregue ao chefe do Executivo. Passe Livre Estudantil, Direitos LGBT, os benefícios da Copa para o RS, a segurança pública em meio às mobilizações e o combate à corrupção foram objeto de contribuições dos conselheiros e movimentos sociais envolvidos nos atos.

O setor de redação oficial do Palácio Piratini encaminhou 960 correspondências em nome do Governador no ano de 2013. Trata-se de respostas a demandas apresentadas e encaminhamentos diversos, fortalecendo os mecanismos de diálogo com a sociedade.

Outra ação de destaque do Gabinete foi a execução do Pacto Gaúcho pela Educação, o qual tem origem nos debates sobre educação ocorridos no âmbito do CDES-RS com o objetivo de promover a educação profissionalizante, técnica e tecnológica. Inicialmente, a Secretaria Executiva do Pacto Gaúcho pela Educação foi exercida pela Chefia de Gabinete do Governador, passando posteriormente para a Secretaria da Ciência e Desenvolvimento Tecnológico.

O papel do Estado no Pacto Gaúcho pela Educação é o de articulador das instituições que realizam formação profissional, compatibilizando o potencial de formação dessas instituições com as demandas do desenvolvimento regional e estratégico do Rio Grande do Sul. Cabe ao Estado avaliar que tipo de qualificação profissional cada região precisa para se desenvolver e acionar as instituições de ensino. As ações beneficiam, prioritariamente, professores da rede estadual, alunos do ensino médio e da educação profissional e trabalhadores. No ano de 2013, foram oferecidas 149 mil vagas em programas de qualificação profissional que integram o Pacto.

O incentivo à pesquisa e o fortalecimento da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS) também compõem os objetivos do Pacto Gaúcho pela Educação.

Outro projeto do Gabinete do Governador que já vem acontecendo desde anos anteriores é o Música no Piratini. No decorrer do ano de 2013, tivemos quatro grandes atividades. A primeira, em março, foi o concerto da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA). Em Maio, por ocasião da abertura do ano Alemanha no Brasil, houve outro concerto em parceria com o Consulado Geral da República Federal da Alemanha. Em dezembro, ainda relacionado ao ano da Alemanha, foi realizada uma atividade com a cantora lírica Ângela Diel e, durante as comemorações de Natal e Ano Novo, tivemos um concerto da OSPA na Praça da Matriz.

As ações do governo na área das relações internacionais se intensificaram durante o ano de 2013, com o crescimento e a consolidação dos projetos de cooperação técnica, das iniciativas de intercâmbio cultural e com a ampliação das relações do Rio Grande do Sul com parceiros do mundo inteiro. A presença do Rio Grande do Sul no cenário internacional se ampliou, materializando-se num grande número de missões técnicas, políticas e de cooperação a outros países. Ao mesmo tempo cresceu também o número de missões recebidas em nosso estado, resultado de uma maior visibilidade obtida no cenário internacional.

A parceria com o Governo Federal se aprofundou, tanto do ponto de vista da sintonia das ações do Rio Grande com as diretrizes e ações do Ministério das Relações Exteriores como pela participação do Estado no debate sobre a institucionalização das ações de relações internacionais protagonizadas pelas unidades subnacionais. Em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Itamaraty e com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SAF), o Rio Grande do Sul participa ativamente do debate com órgãos de outros estados e de cidades sobre uma ação coordenada dos órgãos da Federação na esfera internacional.

Esse alinhamento com o governo nacional brasileiro se materializou também em ações conjuntas, particularmente no âmbito do MERCOSUL. A delegação do Rio Grande do Sul na VIII Reunião da Nova Agenda de Desenvolvimento e Cooperação Fronteiriça com o Uruguai, realizada em novembro, em Montevideu, teve um importante papel nos debates sobre a implementação de ações na fronteira. Neste campo, se destaca a aprovação do projeto de saneamento nas cidades gêmeas de Aceguá (Brasil) e Acegua (Uruguai), que foi o primeiro projeto binacional aprovado no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

As ações no âmbito do MERCOSUL e da integração latino-americana seguiram como prioridade das ações internacionais do Rio Grande do Sul. Com o Uruguai se intensificou o trabalho de cooperação, com a consolidação das ações na área da cultura. Em maio de 2013, foi realizada a II Semana Cultural do Uruguai no RS, com a apresentação de músicos, grupos de teatro, exposições de artes plásticas e palestras com escritores uruguaios em Porto Alegre. Além disso, foram realizadas ações conjuntas na região da fronteira, em parceria com a Frente Nacional dos Prefeitos e o Congresso de Intendentes do Uruguai. Destacam-se nesta área os “Mutirões Laborais”, realizados em parceria entre a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social e o Ministério do Trabalho do Uruguai, nos quais os governos possibilitam o acesso à documentação de trabalhadores fronteiriços.

Em 2013 avançaram também as relações com a Argentina, tanto com o seu governo nacional quanto com suas províncias. Em janeiro, uma missão do Rio Grande do Sul a Buenos Aires, com a participação da TVE e do Memorial dos Direitos Humanos da Secretaria da Cultura, realizou reuniões com entidades governamentais e da sociedade civil argentina da área de Direitos Humanos. Desta missão resultou o início de um trabalho comum na área da memória do período das ditaduras militares, assim como um programa na televisão pública do Rio Grande do Sul sobre o tema. O Rio Grande do Sul participou também de debates na província de Misiones, promovidos pela rede Mercocidades, envolvendo o tema da integração regional.

Neste âmbito regional se abriu, em 2013, a relação com o Chile. Após uma visita do embaixador chileno em Brasília ao Rio Grande do Sul, que convidou o Governador a organizar uma missão a este país, o RS realizou em outubro uma missão ao Chile. Nesta missão, além de encontros com o governo chileno, com a entidade representativa da indústria daquele país e com a CMPC, empresa chilena da área de celulose que tem investimentos no RS, o Governador participou do “VIII Encuentro del Progresismo” um seminário promovido pela Fundación Chile 21, pela Fundação Friedrich Ebert, da Alemanha e pela Fundação Jean Jaurés, da França. Esta iniciativa marcou mais uma expansão da ação do Rio Grande do Sul no âmbito latino-americano.

O Rio Grande do Sul consolidou também sua presença e protagonismo nas estruturas institucionais do MERCOSUL, passando a intervir de maneira sistemática no Comitê de Governadores do Fórum Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR). Em julho de 2013, o vice-governador Beto Grill participou em Buenos Aires da reunião do FCCR, onde se formalizou o acordo para que o RS passe a coordenar o Comitê dos Governadores do bloco a partir da reunião de cúpula do MERCOSUL que se realizará em Caracas no início de 2014.

Neste âmbito da integração regional é importante destacar que o Rio Grande do Sul participou em outubro, no Rio de Janeiro, de um seminário organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) sobre infraestrutura para a integração regional. Neste seminário, onde foram discutidas as principais experiências de financiamento de infraestrutura para integração, todos os países apresentaram seus projetos. O Rio Grande do Sul foi o único governo sub-nacional convidado a participar do evento, restrito aos governos nacionais.

Em 2013 foram realizadas também missões lideradas pelo Governador Tarso Genro, que envolveram, além de representações do Governo do Estado, a presença de representações políticas, acadêmicas e empresariais. Neste ano foram quatro missões mais significativas:

- Em janeiro de 2013, foi realizada uma missão ao Uruguai, que teve como objetivo aprofundar o processo de cooperação bilateral com nosso principal parceiro. Nesta missão foram consolidados os acordos para a instalação do projeto da Cadeia Produtiva do PET, iniciativa conjunta dos dois governos que combina componentes ambientais e de economia solidária.
- No final de abril e início de maio de 2013, o Governador liderou uma missão à Palestina e Israel, com a participação de universidades, instituições da sociedade civil, representações empresariais, empresas e

lideranças políticas do estado. Uma extensa agenda nesses dois países possibilitou a construção de acordos de cooperação técnico-científica, política e cultural entre os governos, instituições científicas, assim como uma agenda importante de negócios que envolveu desde visitas a empresas a reuniões empresariais de negócios.

- No final de novembro e início de dezembro, o Governo do RS realizou uma missão à China, também acompanhado de uma grande comitiva de gestores públicos, universidades, instituições representativas do setor empresarial, prefeitos e deputados. Essa missão realizou encontros com representações do governo nacional chinês em Pequim e em Hubei, província chinesa que desde 2001 possui um acordo de irmandade com o Rio Grande do Sul. Essa missão desenvolveu também agendas nas áreas tecnológicas, de financiamento de infraestrutura e de agricultura.

O Estado ainda realizou um conjunto de missões de intercâmbio cultural, de cooperação tecnológica e de políticas públicas e missões econômicas comerciais para um grande número de países, além das missões protagonizadas pelo Governador. Durante o ano de 2013 foram 55 missões a 22 países diferentes nos quais as diversas secretarias do Governo estabeleceram relações de cooperação e intercâmbio. Essas missões abarcaram a totalidade dos continentes, desde a América Latina e América do Norte (Uruguai, Argentina, Cuba, Chile, Canadá, Peru e Estados Unidos), Europa (Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, França, Inglaterra, Estônia e Suíça), Ásia (China, Coreia do Sul, Japão), África (Nigéria), Oriente Médio (Israel e Palestina) e Oceania (Austrália).

O crescente protagonismo internacional do Rio Grande do Sul gera também um grande interesse de outros países pelo Estado. Esse interesse se materializa na presença de missões diplomáticas e/ou governamentais de autoridades internacionais. O RS recebeu, em 2013, 46 delegações de 33 países, compostas por embaixadores, governos nacionais e regionais, parlamentares, cônsules e gestores públicos das mais diversas áreas. As missões eram da Europa (Alemanha, Romênia, França, Polônia, Portugal, Inglaterra, Espanha, Holanda, Itália, Suíça, Finlândia, Croácia, Grécia e União Européia), Ásia (China, Taiwan, Coreia do Sul e Japão), América Latina e do Norte (Cuba, Uruguai, Argentina, Estados Unidos, Canadá Chile e Paraguai), África (Nigéria, Quênia e Cabo Verde), Oceania (Nova Zelândia) e Oriente Médio (delegação com 16 embaixadores de distintos países mais visitas individuais de Palestina, Iraque, Cazaquistão, Turquia e Israel).

No ano de 2013 o Rio Grande do Sul ampliou as ações de cooperação, consolidando-as na forma de programas permanentes e sistemáticos de parceria tanto com governos nacionais quanto com unidades subnacionais. Essas ações têm como seu ponto focal o intercâmbio de experiências em termos de políticas públicas e a cooperação cultural. A cooperação com cada país, província ou região envolvidas tem como eixo temas ou áreas que podem trazer contribuições para a qualificação de nossas políticas públicas.

Com a Província do Vêneto, na Itália, e com o País Basco, na Espanha, o eixo da cooperação se estrutura em torno das áreas de cooperativismo e agroindústrias. A principal

atividade desenvolvida neste ano foi uma missão organizada pela Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais (ACRI) em parceria com o Departamento de Economia Solidária da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Pequena e Micro Empresa (SESAMPE) e com o Departamento de Cooperativismo da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), em parceria com representantes de cooperativas do RS na qual os representantes do Estado trabalharam com suas contrapartes responsáveis por esses dois setores nesses países. Essa troca de experiências foi o passo inicial que se desdobrará em um programa de qualificação do setor cooperativo do Rio Grande do Sul.

A cooperação com a Coréia do Sul avançou com a consolidação dos projetos de instalação de empresas deste país no Rio Grande do Sul, especialmente do projeto de uma planta da Hyundai Elevadores em São Leopoldo. Por outro lado foram realizados avanços em termos da construção de um processo de cooperação descentralizada com a província de Chungnam-Do. A convite desta província, um representante do Rio Grande do Sul participou de uma missão na qual cinco representantes de diferentes países trabalharam por uma semana na construção de projetos conjuntos de cooperação.

Com a França, o processo de cooperação avançou também no sentido de um projeto de cooperação descentralizada, desenvolvido entre o Estado do Rio Grande do Sul e a província do Pays de Loire. Após duas missões técnicas do Estado àquela província, nas quais se estabeleceram os temas e a metodologia da cooperação, nosso estado recebeu em dezembro uma missão acadêmico-empresarial francesa, liderada pelo vice-governador da província. Essa comitiva realizou atividades com os parques tecnológicos e universidades gaúchas, além de conhecer a experiência do Arranjo Produtivo Local (APL) de agroindústrias no sul do Estado.

Com Cuba o programa de cooperação se desdobra em duas áreas temáticas. De um lado a cooperação na área de políticas de desenvolvimento rural, na qual o RS aporta sua experiência em termos de ações de extensão rural, produção de leite e de arroz, enquanto Cuba trabalha em conjunto com a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) no sentido de dar acesso à tecnologia cubana nas áreas de biopesticidas e biofertilizantes. Uma missão de 23 técnicos cubanos esteve no estado no primeiro semestre, conhecendo as experiências da Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e do Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA). Além disso, iniciou-se um debate com o Laboratório Farmacêutico do RS (LAFERGS), para a produção de medicamentos com tecnologia cubana. Por fim seguiram-se também as tratativas iniciadas no ano anterior no sentido da venda de máquinas agrícolas do Rio Grande do Sul para Cuba através do programa “Mais Alimentos” do Governo Federal.

Foram retomados também durante o ano de 2013 antigas parcerias de cooperação que estavam desativadas, com a Província de Shiga, no Japão, e com a Província de Manitoba, no Canadá. No caso da Província de Shiga uma cooperação de mais de 30 anos foi retomada com o convite por parte da Província japonesa a uma missão de técnicos do Rio Grande do Sul nas áreas ambiental e cultural. Com a Província de Manitoba, o Governo do RS assinou durante a Exposição Internacional de Animais do RS (Expointer) em agosto um novo protocolo de cooperação atualizando o anterior, marcando a reativação e aprofundamento das ações de cooperação.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Iniciou-se também em 2013 um trabalho mais sistemático com a Alemanha, com um foco nas áreas educacional e ambiental. Em junho a Secretaria de Educação realizou uma missão àquele país para conhecer as experiências de formação profissional da Alemanha e articular com a Universidade de Siegen, ações de apoio às mudanças curriculares. Em outubro, uma comitiva parlamentar alemã esteve no Rio Grande do Sul para intercambiar experiência na área de gestão territorial ambiental, com foco na preservação do bioma Pampa, baseada na experiência dos parques ambientais alemães.

Em 2013, foi dada continuidade às ações do governo estadual em parceria com as universidades de nosso Estado. Em todas as missões lideradas pelo Governador tivemos a presença de representações de nossas principais universidades e seus parques tecnológicos, em especial a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Da mesma forma, em muitas das missões técnicas e de cooperação institucional as universidades federais, comunitárias e confessionais estiveram presentes. Para além da presença nas missões, uma iniciativa importante está sendo consolidada entre o governo do estado e o curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), do campus de Livramento, voltada para a constituição de um Observatório das Relações Internacionais, um espaço compartilhado de pesquisa e formação profissional na área.

Um campo destacado das ações internacionais do RS durante 2013 foi o da cooperação cultural. O reconhecimento da importância da cultura para o aprofundamento das relações entre os povos determinou uma ação intensa de intercâmbio nesta área. Além da semana cultural do Uruguai no RS, já citada, pode-se destacar mais uma participação de cineastas gaúchos no Festival de Cinema de Havana (Cuba), a realização de festivais de cinema israelense e palestino, com a presença de cineastas destes países em Porto Alegre, e a apresentação do grupo alemão “Wandermusikanten”, como parte das ações de comemoração do ano da Alemanha no Brasil.

Por fim, do ponto de vista da institucionalização interna das ações de relações internacionais do Governo do Estado, é importante destacar a implementação da Ordem de Serviço 10, de dezembro de 2012, que possibilita uma ação sistemática de monitoramento das missões internacionais do Governo. Essa ação de monitoramento é um passo importante para a realização de um trabalho mais sistemático de avaliação dos resultados das ações internacionais do Rio Grande do Sul.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
GG	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital	Gabinete digital e modernização de sistemas e processos informatizados

Gabinete do Vice-Governador

O **Gabinete do Vice-Governador do Estado (GVG)**, formado por órgãos auxiliares de assessoramento direto ao Vice-Governador e a ele diretamente subordinado, dentre outras atribuições, está encarregado do acompanhamento de projetos especiais e das ações de sua articulação política com a sociedade e suas representações sociais.

O Programa Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito, que tem como objetivo coordenar, através da Vice-Governadoria, a implementação do Programa de Segurança no Trânsito, interagindo com os demais órgãos de governo em constante aproximação com a sociedade organizada e os cidadãos em geral, visa à diminuição do número de mortos e feridos em decorrência de acidentes de trânsito. Em 11 de maio de 2011, foi assinado o Decreto nº 48.013, que criou o Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito. No decorrer de 2013, cumpre destacar as ações que seguem.

No âmbito desse programa, as campanhas educativas junto aos órgãos de mídia estão sendo realizadas pelo DETRAN/RS.

Em 2013, entre os meses de junho e setembro, foram realizadas 28 Conferências Regionais para Política de Segurança no Trânsito, uma em cada Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), contando com a participação de aproximadamente 3.000 pessoas. A Conferência do COREDE Centro Sul foi realizada em Camaquã, no dia 11 de junho; a do Jacuí Centro, em São Sepé, no dia 13 de junho; a do Vale do Caí, em São Sebastião do Caí, no dia 18 de junho; a do Vale do Taquari, em Lajeado, no dia 09 de julho; a do Campanha, foi realizada em Caçapava do Sul, no dia 16 de julho.

Foi realizada, no dia 05 de dezembro, a 2ª Conferência Estadual para Política de Segurança do Trânsito, no Teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa, contando com a participação de aproximadamente 350 pessoas. Os quatro Grupos de Trabalho das Câmaras Temáticas do Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito (Legislação e Fiscalização, Segurança Viária, Saúde, Educação e Comunicação) debateram as propostas de políticas de segurança coletadas nas 28 conferências regionais ao longo de 2013.

Com relação à Integração dos Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, quando iniciou o Governo, havia 196 Municípios integrados ao Sistema. Até meados de dezembro de 2013, já são 418 municípios integrados ao SNT.

Quanto às informações de segurança no trânsito para os turistas do MERCOSUL, foi realizada no dia 09 de dezembro, no Palácio Piratini, reunião sobre segurança no trânsito para turistas estrangeiros, principalmente os do MERCOSUL. Nela estiveram presentes os Cônsules da Argentina, do Uruguai e do Paraguai e representantes de demais órgãos relacionados à segurança no trânsito.

No que tange à ação Realização de Seminários de Trânsito, em 2014 serão realizados 16 seminários, que se estenderão de março a maio, utilizando a Divisão Administrativa da Brigada Militar, através de seus Comandos Regionais de Polícia Ostensiva.

Outro programa sob a coordenação do Gabinete do Vice-Governador é o Programa Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais, que se insere no compromisso e

esforço de Governo para estimular e promover o desenvolvimento nas regiões mais deprimidas do Estado.

Inicialmente, foram realizadas pesquisas a partir dos documentos existentes, tais como Rumos 2015, Agenda 2020 e, principalmente, os planos estratégicos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), que diagnosticavam a situação do Estado e apresentavam propostas de desenvolvimento. Posteriormente, ocorreram reuniões com órgãos da sociedade civil organizada e secretarias de governo, visando ao enriquecimento da proposta e acolhida de sugestões. Com o apoio da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG) e da Fundação de Economia e Estatística (FEE), foram estabelecidos critérios de elegibilidade de regiões, tendo por unidade geográfica a base territorial dos COREDEs. Foram eleitas nove regiões, com base nos critérios de baixo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e dinâmica econômica abaixo da média estadual. As regiões eleitas foram: Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Celeiro, Norte, Paranhana Encosta da Serra, Centro-Sul, Sul, Campanha e Fronteira Oeste.

O Programa consiste na pactuação de uma Agenda de Desenvolvimento Regional entre o Governo e as regiões, resultado de um processo participativo no qual são levados em conta todos os estudos e diagnósticos existentes. São eleitas em torno de 20 ações e/ou programas considerados estratégicos para o desenvolvimento regional, que passam a ser monitorados em reuniões das comissões mistas. O Programa, que integra o Sistema de Participação Cidadã, busca estimular o protagonismo regional, o fortalecimento das vocações regionais e a inovação tecnológica. Vai ao encontro do esforço dos COREDEs, de busca do desenvolvimento regional.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
GVG	Programa de Mobilização pela Segurança no Trânsito	Campanhas educativas junto aos órgãos de mídia
GVG	Programa de Mobilização pela Segurança no Trânsito	Conferência Estadual para Política de Segurança do Trânsito
GVG	Programa de Mobilização pela Segurança no Trânsito	Informações de segurança no trânsito para os turistas do Mercosul
GVG	Programa de Mobilização pela Segurança no Trânsito	Integração dos Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito
GVG	Programa de Mobilização pela Segurança no Trânsito	Realização de Seminários de Trânsito
GVG	Programa Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	Articulação com os órgãos federais e organismos internacionais para captação de recursos
GVG	Programa Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	Divulgação das ações de governo
GVG	Programa Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	Implantação do Plano Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais
GVG	Programa Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	Realização de eventos nas regiões deprimidas

Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas

O **Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas (GPRF)** tem como atribuições articular-se com os demais entes da Federação para o desenvolvimento de políticas comuns; promover a interação das políticas públicas estaduais com as municipais e federais; auxiliar na elaboração de projetos junto ao Estado, à União e a entidades financeiras nacionais e internacionais; disponibilizar informações aos municípios para captação de recursos nacionais e internacionais; promover a relação institucional entre as prefeituras municipais, entidades representativas de municípios, a União e o Governo do Estado; estimular e assessorar as prefeituras para o desenvolvimento de consórcios; e fomentar a modernização da Administração Pública Municipal com vista à eficiência e ao desenvolvimento da cultura da probidade e da transparência.

Responsável pelo Programa de Melhoria da Gestão Municipal, as principais realizações do GPRF, no ano de 2013, encontram-se elencadas abaixo.

No âmbito da Articulação para a realização de cursos, o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), realizou o curso Atendimento na Administração Pública. O curso é destinado a profissionais que mantêm contato direto com os usuários do serviço público, e tem como propósito criar as condições necessárias para que os participantes desenvolvam competências para: identificar os aspectos que contribuem para a satisfação do usuário; refletir criticamente sobre as ações e procedimentos do atendimento na Administração Pública; e realizar ações que garantam a satisfação dos usuários do serviço público e possam gerar um impacto positivo nos resultados. A primeira turma foi em Pantano Grande, em 23 e 24 de junho, contando com 34 participantes.

Também em parceria com o SEBRAE, o GPRF vem realizando cursos de Compras Governamentais - Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas para a área de compras das Prefeituras Municipais no tocante aos procedimentos necessários para aplicação da Lei Complementar nº 123/06, tornando as compras públicas um mecanismo para alavancar a economia local/regional. Seguem as turmas realizadas em 2013: 1) Passo Fundo - 26 e 27/02/2013 - 19 participantes representantes dos Municípios da Região do Planalto; 2) Osório - 16 e 17/04/2013 - 28 participantes representantes dos Municípios do Litoral Norte; 3) Porto Alegre - 14, 21, 22 e 23/05/2013 - 20 participantes representantes dos Municípios da Região Metropolitana; 4) Cerro Largo - 18 e 19/06/2013 - 17 participantes representantes dos Municípios da Região das Missões; 5) Pelotas - 20 e 21/08/2013 - 14 participantes representantes dos Municípios da Região Sul; 6) Lajeado - 11 e 12/09/2013 - 28 participantes representantes dos Municípios do Vale do Taquari; e 7) Santa Maria - 29 e 30/10/2013 - 28 participantes representantes dos Municípios da Região Central do Estado.

Ainda em parceria com o SEBRAE, o GPRF vem realizando o curso Elaboração de Projetos - Ênfase Prefeito Empreendedor, em diversas regiões do Estado com o objetivo de qualificar os técnicos das prefeituras para que elaborem projetos de sucesso nos municípios. Os objetivos do curso são: fornecer uma visão geral a respeito do referencial teórico de elaboração de projetos para que sejam elaborados e implementados com sucesso; e apresentar o regulamento da 8ª Edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor, que consagrou-se como um programa estratégico para a articulação de políticas públicas em prol da melhoria do ambiente

empreendedor nos municípios. Seguem as turmas realizadas em 2013: 1) Passo Fundo - 18 e 19/06/2013 - 23 participantes representantes dos Municípios do Planalto; 2) Osório - 25 e 26/06/2013 - 24 participantes representantes dos Municípios do Litoral Norte; 3) Cerro Largo - 02 e 03/07/2013 - 54 participantes representantes dos Municípios das Missões; 4) Pelotas - 16 e 17/07/2013 - 18 participantes representantes dos Municípios do Sul do Estado; 5) Novo Hamburgo - 23 e 24/07/2013 - 21 participantes representantes dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos; 6) Alegrete - 01 e 02/08/2013 - 47 participantes representantes dos Municípios da Fronteira Oeste; 7) Gramado - 20 e 21/08/2013 - 20 participantes representantes dos Municípios da Serra; 8) Palmeira das Missões - 27 e 28/08/2013 - 20 participantes representantes dos Municípios da Zona da Produção; 9) Santana do Livramento - 12 e 13/09/2013 - 25 participantes representantes dos Municípios da Fronteira Oeste; 10) Santa Maria - 16 e 17/09/2013 - 27 participantes representantes dos Municípios do Centro do Estado; 11) Três Passos - 09 e 10/10/2013 - 17 participantes representantes dos Municípios da AMUCELEIRO (Associação dos Municípios da Região Ceileiro); 12) Lajeado - 29 e 30/10/2013 - 31 participantes representantes dos Municípios do Vale do Taquari; e 13) Jaguarí - 06 e 07/11/2013 - 18 participantes representantes dos Municípios da Região Central do Estado.

Ainda no escopo desta ação, o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas é parceiro do SEBRAE para realização dos Seminários Regionais de Compras Governamentais que têm como objetivo debater os mecanismos diferenciados do processo licitatório que beneficiam as micro e pequenas empresas. O público-alvo desses seminários são Prefeitos, Secretários, Assessores Jurídicos, Pregoeiros, Compradores, Presidentes das Câmaras de Vereadores e representantes de entidades locais. Foram realizados nas seguintes cidades: 1) Porto Alegre – 13/03/2013; 2) Alvorada – 26/03/2013; 3) Erechim - 08/05/2013; 4) Santa Maria - 22/05/2013; 5) Passo Fundo - 26/06/2013; 6) Gramado - 24/07/2013; 7) Rio Grande - 07/08/2013; 8) Ijuí - 21/08/2013; 9) Uruguaiana - 04/09/2013; 10) Novo Hamburgo - 25/09/2013; 11) Frederico Westphalen - 13/11/2013; 12) Lajeado - 20/11/2013; e 13) São Borja - 11/12/2013.

O Gabinete dos Prefeitos promoveu a relação institucional com os entes municipais articulando e divulgando temas de grande relevância para os municípios gaúchos, com o intuito de disseminar conhecimentos e práticas bem sucedidas e inovadoras para qualificar a gestão municipal de acordo com os propósitos de inovação e obtenção de recursos, além de fortalecer as relações federativas entre o Governo Federal, Estado e Municípios: 1) Projeto Guaíba 2 - Celulose Riograndense – 17/01/2013; 2) Divulgação do Programa Cidades Digitais – fevereiro de 2013; 3) Divulgação do PAC2 – fevereiro de 2013; 4) Divulgação do Programa BANRISUL Patrocínios - fevereiro de 2013; 5) Conferência das Cidades – 11/03/2013; 6) Participações nas reuniões do Conselho Deliberativo Metropolitano – METROPLAN; 7) Divulgação para reunião que ocorreu no dia 29/04, no Salão Alberto Pasqualini do Palácio Piratini. O objetivo da reunião foi debater as edificações e os recursos para aquisição de equipamentos para as UPAs (Unidades de Pronto Atendimento); 8) Convite para os municípios participarem do evento de abertura dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul – JERGS, ocorrido no dia 13 de maio de 2013, no Colégio Protásio Alves; 9) Convite para o evento RS Mais Cidades, onde foi anunciada a liberação de recursos da Consulta Popular e do BADESUL Cidades. O evento ocorreu no dia 04 de junho de 2013, no Palácio Piratini.; 10) Divulgação e convite aos municípios para Oficina do Gasto Público - III Debate Sobre Cidadania Fiscal, da Secretaria da Fazenda, que ocorreu no Tribunal de Contas do RS, no dia 25 de junho de 2013; 11) Convite e divulgação para os Prefeitos da Base do

Governo para reunião almoço no dia 26 de junho de 2013, no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, com a finalidade de debater a conjuntura política atual; 12) Divulgação para municípios orientando sobre Prestação de Contas de Convênios da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS); 13) Convite para os municípios participarem do lançamento do Plano Safra Estadual 2013/2014, ocorrido no dia 18 de julho de 2013, no município de Soledade; 14) Convite para os municípios participarem da Caravana das Ouvidorias da Região Sul, que ocorreu em Porto Alegre, nos dias 04 e 05 de setembro de 2013, na Assembleia Legislativa; 15) Convite para os municípios participarem da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Rio Grande do Sul, ocorrida de 15 a 17 de agosto de 2013; 16) Convite para o Jantar dos Prefeitos, na 36ª EXPOINTER; 17) Convite para os municípios participarem da Sala de Redação da Cidadania Fiscal que ocorreu no Estande do Governo do Estado na EXPOINTER, no dia 29/08/2013; 18) Divulgação das orientações referentes à adesão ao Fundo a Fundo da Assistência Social, em parceria com a STDS; 19) Divulgação, convite e acompanhamento dos(as) prefeitos(as) e demais representantes municipais no Encontro Estadual de Prefeitas e Prefeitos do RS, ocorrido em 01/11/2013, em parceria com a FAMURS, Presidência da República, Ministérios e outros órgãos federais; 20) Divulgação junto aos prefeitos da 8ª Edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor; 21) Divulgação da reunião sobre Hidrovias do MERCOSUL, ocorrida em 06/11/2013, no Palácio Piratini; 22) Participação da Secretaria na IX *Reunión de Alto Nivel de La Nueva Agenda de Cooperación y Desarrollo Fronterizo*, ocorrida em Montevideu, no Uruguai, nos dias 05 a 07/11/2013; 23) Convite e acompanhamento dos prefeitos e representantes municipais no lançamento do Programa Oficial Fórum RS Digital, ocorrido no dia 12/11/2013, no Hotel Continental. Na oportunidade, foram tratados os seguintes temas: doações de computadores aos municípios, Programa Verão Numa Boa e Programa Cidades Digitais, parceria com a SECOM, Ministério das Comunicações; 24) Divulgação do Programa Passe Livre Estudantil para todos os municípios do Estado; 25) Convite para todos os municípios do RS participarem da Oficina do Gasto Público e Sustentabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ), no dia 12/12/2013, na Casa de Cultura Mario Quintana. Na oportunidade, foi abordado o tema Educação Fiscal e como ela pode influenciar no repasse do ICMS aos municípios, através do Programa de Integração Tributária.

No âmbito da ação Promoção das relações institucionais, em 2012, a equipe do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas participou de inúmeros grupos de trabalho, comitês e reuniões, cumprindo destacar: representação junto ao Grupo de Trabalho Garabi-Panambi, com a finalidade de elaborar o Plano de Desenvolvimento para a Região Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul; representação junto ao Comitê Estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS); representação junto ao Comitê Executivo com a finalidade de proceder estudos com vistas à implantação do novo Aeroporto da Região Metropolitana de Porto Alegre; Conselho Gestor do Programa Estadual de Cidadania Fiscal – Nota Fiscal Gaúcha; Comissão Organizadora Estadual (COE) referente à Organização da Etapa Estadual da IV Conferência Estadual do Meio Ambiente; Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar a regulamentação com vista à implantação do Programa Passe Livre Estudantil; Participação no Programa RS Mais Digital, em conjunto com o Gabinete do Governador, por intermédio da Assessoria de inclusão Digital e GPRF, que deverão coordenar a adesão dos municípios ao Programa RS Mais Digital, bem como acompanhar o desenvolvimento das atividades pactuadas; Comissão de Inventário dos Bens

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Móveis do Almoarifado do Complexo do Piratini; e Conselho Gestor do Programa Passe Livre Estudantil.

Ainda no escopo desta ação, foram atendidas 535 demandas de 01/01/2013 a 19/12/2013. Dentre essas, demandas de Prefeituras, Câmaras Municipais de Vereadores, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), Associações de Municípios e Entidades Representativas solicitando intervenção do GPRF em órgãos e Secretarias do Estado e em órgãos e Ministérios Federais com relação a projetos, convênios, contratos e liberação de recursos. Além disso, no ano de 2013, o Secretário de Estado do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas visitou pessoalmente 157 municípios, totalizando 69.460 km rodados.

No que concerne à ação Estímulo ao desenvolvimento de consórcios, o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas promoveu o III Seminário Internacional do Sistema Estadual de Participação - O Papel dos Consórcios na Eficácia da Gestão Pública, no dia 5 de abril, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de consórcios no RS.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
GPRF	Programa de Melhoria da Gestão Municipal	Articulação para a realização de cursos
GPRF	Programa de Melhoria da Gestão Municipal	Estímulo ao desenvolvimento de consórcios
GPRF	Programa de Melhoria da Gestão Municipal	Promoção das relações institucionais

Habitação e Saneamento

A **Secretaria de Habitação e Saneamento (SEHABS)** formula, coordena e executa as políticas de habitação, saneamento e regularização fundiária, e, por meio da execução da política habitacional de interesse social participa do desenvolvimento urbano dos municípios do Estado. A **Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)** é sua vinculada. Nesse contexto, assume tarefas estratégicas, na medida em que a produção habitacional, o desenvolvimento urbano, a regularização fundiária e o saneamento básico são vetores de desenvolvimento, democratização e inclusão social.

Na atual gestão da SEHABS a política estadual de habitação e saneamento organizada no Plano Plurianual – PPA, sob a forma de programas e ações, considera e incorpora o direito social à cidade, à habitação, à regularização fundiária e ao saneamento.

Ações Habitacionais

O Programa Estadual de Produção Habitacional tem por objetivo reduzir o déficit habitacional priorizando o atendimento às famílias com renda entre zero e três salários mínimos. A Lei 13.841 de dezembro de 2011 autorizou a adesão do Estado a participar do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV e realizar o aporte financeiro para municípios, cooperativas, e agentes organizadores, com a finalidade de complementação da construção da unidade habitacional, para população enquadrada na faixa 1 – urbana e G1 rural.

A SEHABS encaminhou proposta para participação no programa, incluindo os municípios com população na faixa de renda apta a participar do programa. Na condição de proponente, o Estado aporta um valor de R\$ 3.000,00 aos R\$ 25.000,00 financiados pelo MCMV; faz a assessoria e orientação à prefeitura beneficiada e dá anuência na aprovação da documentação técnica, jurídica e social exigida. Na outra situação, a atuação do Estado se dá como interveniente no repasse de recursos mediante assinatura de convênio, presta assessoria e orientação ao município e exige contrapartida de 30% do recurso estadual, o que acrescenta mais R\$ 900,00 ao financiamento e repasse obtidos.

A SEHABS tem contribuído para a promoção da redução do déficit habitacional junto à população de baixa renda, não só por estabelecer convênios com os municípios para destinar recursos para a complementação da construção de habitações de interesse social, como, também por apoiar tecnicamente as prefeituras na obtenção de recursos destinados ao setor habitacional pelos programas do governo federal. A parceria com o Estado é considerada estratégica também para o enfrentamento da situação de precariedade técnica e administrativa dos pequenos municípios que não tem conseguido acessar recursos federais

A contratação da produção de ações habitacionais urbanas e rurais ocorre por meio de parcerias com municípios, agentes financeiras e cooperativas, diretamente ou, complementando os programas da União. Através da ação *Produção de Ações Habitacionais* foram contratadas, em 2013, 3.106 ações habitacionais, incluídas nos Programas Minha Casa, Minha Vida – Programa Nacional de Habitação Rural (MCMV-PNHR). Minha Casa, Minha Vida – Sub 50 (MCMV-sub 50) e Minha Casa Minha Vida – FAR/Banco de Terras.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Para o alcance dessa meta na produção de ações habitacionais foram despendidos, em 2013, mais de R\$ 10,2 milhões. Tais ações incluíram o repasse de recursos, por meio de convênios, para complementação das ações habitacionais que incluem lotes urbanizados, módulos sanitários e unidades habitacionais (desse total, 220 foram para territórios quilombolas), o que se deu por meio de parceria com o agente financeiro e as prefeituras dos municípios, e de acordo com os Termos de Acordo e Compromisso (TAC), assinados e empenhados em 2013.

O quadro abaixo apresenta o tipo e número das ações habitacionais realizadas pela SEHABS junto às prefeituras dos municípios do Estado, em 2013.

SEHABS ações habitacionais mediante convênio com os Municípios - 2013

Município	Ações Habitacionais	Município	Ações Habitacionais	Município	Ações Habitacionais
Aceguá	23 Habitações	Alecrim	11 Habitações	Alegria	15 Habitações
Ajuricaba	27 Habitações	Alpestre	15 Habitações	Ametista do Sul	08 Habitações
Arroio do Padre	30 Habitações	Arroio do Tigre	57 Habitações	Balneário Pinhal	40 Habitações
<u>Barão de Cotegipe</u>	08 Habitações	Barão do Triunfo	40 Habitações	Barra do Ribeiro	50 Habitações
Bento Gonçalves	54 L. Urbanizados	Bossoroca	16 Habitações	Braga	30 Habitações
Cacequi	36 Habitações	Cacequi	90 M. Sanitários	Candelária	17 Habitações
Candiota	15 Habitações	Canguçu	105 Habitações	Canudos do Vale	08 Habitações
Capão Btº do Sul	36 Habitações	Cerrito	81 Habitações	Cerro Grande	18 Habitações
Cerro Grande	30 M. Sanitários	Chuí	07 Habitações	Dilermando de Aguiar	40 Habitações
Erval Grande	05 Habitações	Dom Pedrito	50 Habitações	Encruzilhada do Sul	58 Habitações
Engenho Velho	17 M. Sanitários	Erval Grande	05 Habitações	Estrela Velha	30 Habitações
Eugênio de Castro	07 Habitações	Floriano Peixoto	52 Habitações	Garruchos	11 Habitações
Giruí	40 Habitações	Gramado Xavier	14 Habitações	Herval	69 Habitações
Hulha Negra	29 Habitações	Inhacorá	13 Habitações	Iraí	47 Habitações
Itapuca	10 M. Sanitários	Itaqui	37 Habitações	<u>Itati</u>	20 M. Sanitários
Jaboticaba	19 Habitações	<u>Jacuizinho</u>	40 Habitações	<u>Jari</u>	35 Habitações
Lagoão	33 Habitações	Lavras do Sul	20 M. Sanitários	Liberato Salzano	26 Habitações
Linha Nova	17 Habitações	Maçambará	50 Habitações	Mampituba	40 Habitações
Marcelino Ramos	10 Habitações	Mato Castelhanos	18 Habitações	Morrinhos do Sul	40 Habitações
Morro Redondo	24 Habitações	Muliterno	17 Habitações	Não-Me-Toque	11 Habitações
Nova Palma	25 Habitações	Nova Palma	20 M. Sanitários	Nova Ramada	35 Habitações

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Ações Habitacionais	Município	Ações Habitacionais	Município	Ações Habitacionais
Novo Barreiro	05 Habitações	Novo Cabrais	13 M. Sanitários	Palmares do Sul	40 Habitações
Palmeira das Missões	14 Habitações	Pantão Grande	40 Habitações	Paraíso do Sul	58 Habitações
Parei Novo	10 M. Sanitários	Passa Sete	25 M. Sanitários	Pedras Altas	25 Habitações
Pelotas	156 Habitações	Pinheiro Machado	31 Habitações	Pirapó	15 Habitações
Piratini	150 Habitações	Porto Lucena	04 Habitações	Porto Mauá	04 Habitações
Porto Mauá	20 M. Sanitários	Quaraí	50 Habitações	Redentora	06 Habitações
Restinga Seca	33 Habitações	Rio dos Índios	29 Habitações	Rio Grande	66 Habitações
Ronda Alta	40 Habitações	Rosário do Sul	42 Habitações	Sagrada Família	39 Habitações
Salto do Jacuí	18 Habitações	Sta Cruz do Sul	04 Habitações	Sta Margarida do Sul	04 Habitações
S.Margarida do Sul	10 M. Sanitários	Sta Vitória do Palmar	15 Habitações	Santana da Boa Vista	75 Habitações
Santana do Livramento	45 Habitações	S. Antônio das Missões	40 Habitações	Sto Ant ^o . do Palma	14 Habitações
Santo Cristo	50 M. Sanitários	São Francisco de Assis	30 Habitações	São Gabriel	28 Habitações
São J. das Missões	09 Habitações	São José do Herval	25M. Sanitários	São José do Norte	32 Habitações
São L. do Sul	111 Habitações	São Nicolau	33 Habitações	São Sepé	50 Habitações
São Valério do Sul	28 Habitações	São Vicente do Sul	20 Habitações	Segredo	20 M. Sanitários
Tapes	20 Habitações	Turuçu	40 Habitações	Unistalda	46 Habitações
Vacaria	10 M. Sanitários	Vale do Sol	10 Habitações	Vera Cruz	08 Habitações
Vicente Dutra	34 Habitações	Vista Alegre do Prata	01 Habitação		

Fonte: SISPLAG Dados: SEHABS - Dez/ 2013

Na atual gestão desde 2012, início do Plano Plurianual – PPA foram contratadas 7.075 ações habitacionais, entre estas 6.849 se deram por meio de convênios realizados para a construção de unidades habitacionais, 74 por meio de convênios para a urbanização de lotes e 152 através de convênios para a construção de módulos sanitários, e, outras 2.701 ações habitacionais encontram-se em processo para a realização de convênio. A tabela a seguir apresenta os dados relacionados às ações habitacionais produzidas no PPA 2012-2015.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

PPA 2012-2015 - ações habitacionais realizadas

Ano	Ações Habitacionais PPA 2012-2015			Investimento R\$
	Lote urbanizado	Módulo sanitário	Unidade habitacional	
2012	0	86	3.809	9.085.675,08
2013	74	66	3.040	10.217.805,44
Total	74	152	6.849	19.303.480,52

Fonte: SISPLAG Dados: SEHABS - Dez/ 2013

Desenvolvimento Urbano e Regularização Fundiária

As ações em desenvolvimento pela SEHABS visam a ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, mantendo assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental. Para tanto, a SEHABS trabalha em constante articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, além de outros temas, nos diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas, privadas e dos movimentos sociais.

As ações de regularização fundiária comportam complexidade e diversidade em função das várias etapas envolvidas e das características específicas em cada localização, o que impõe um ritmo diferenciado a cada processo. Dessa forma os processos de regularização fundiária encontram variantes em razão das especificidades locais, espaciais, sociais e jurídicas, sendo processos de média e longa duração. A regularização jurídica e a legalização da posse constituem importante etapa que, conforme as características legais de cada área promovem intervenções e ações diferenciadas. As ações devem garantir a inserção da área na cidade formal, em todos os seus aspectos e significados, constituindo exercício de cidadania que extrapola a simples titulação cartorial. Trata-se de direito fundamental protegido constitucionalmente.

Entretanto, no procedimento das ações correspondentes a cada etapa da regularização fundiária, pode ocorrer a necessidade de reassentamento de famílias que adquiriram o direito à moradia em um local determinado e que, em face da existência de situações de risco ou de preservação ambiental, ou ainda em razão de projeto urbanístico com alto grau de intervenção na área ocupada, necessitam ser realocadas ou reassentadas. Além disso, os custos, sociais e econômicos, incluídos na intervenção urbana a ser realizada determinam, muitas vezes, que as melhorias urbanísticas sejam executadas em etapas, em longos intervalos de tempo ou, em outros casos, dada a complexidade da intervenção, não sejam completadas em sua totalidade.

Tais fatores que permeiam o processo de regularização fundiária são considerados pelos órgãos públicos competentes, ao longo da tramitação e aprovação do projeto urbanístico para a regularização fundiária, que envolve desde os estudos de viabilidade urbanística, o projeto urbanístico e os projetos complementares para a implantação das redes de infraestrutura.

Com relação ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regularização Fundiária, a SEHABS promove a ação *Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado* cuja ênfase é a regularização das áreas próprias do Estado já ocupadas para fins de moradia. A ação tem por público alvo as famílias com renda familiar abaixo de cinco salários mínimos que residem em áreas públicas estaduais há mais de cinco anos

ininterruptamente e em processo de Regularização Fundiária. Quando da formulação do PPA, em 2011, o levantamento realizado pela SEHABS para avaliar o indicador “*número de famílias que ocupam irregularmente áreas do Estado*”, resultou na informação de que havia 18.000 famílias nesta condição.

Atualmente, 11,1 mil famílias estão envolvidas em processos de regularização fundiária em áreas do Estado, nos seguintes municípios: Araricá, Canoas, Eldorado do Sul, Gravataí, Portão, Porto Alegre e Sapucaia do Sul, conforme demonstra a tabela a seguir:

Regularização fundiária em áreas do Estado

Processos em andamento	
Municípios	Número de Famílias
Araricá	146
Canoas	2.159
Eldorado do Sul	436
Gravataí	568
Portão	350
Porto Alegre	6.529
Sapucaia do Sul	998
Total	11.186

Fonte: SEHABS/DERER-2013

A atual gestão da SEHABS definiu como meta para os quatro anos de PPA regularizar a situação fundiária de 7.444 famílias. Desde o início desta gestão, 926 famílias foram beneficiadas com processos concluídos de regularização de lotes. Atualmente a SEHABS busca beneficiar, por meio da elaboração e desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos, 2.435 famílias em processos de regularização fundiária nas áreas do Estado.

Outra importante ação criada nesta gestão da SEHABS é o “Aluguel Social”. A ação tem por objetivo beneficiar às famílias habitando em situação de risco, proveniente de calamidade pública ou situação de emergência, em decorrência de desastres naturais, ou que se encontram em situação de risco em áreas de regularização fundiária, ou que habitam em áreas destinadas à realização de obras públicas de infraestrutura.

Dessa forma a ação “Aluguel Social” tem por objetivo a transferência de recursos aos municípios, para custear a locação de imóveis por tempo determinado às famílias, com renda de zero a três salários mínimos, nas situações definidas pela Lei 14.039, de julho de 2012. Desde o início da ação 577 famílias estão sendo beneficiadas pelo aluguel social, em municípios ao longo da RS 118, em decorrência de reassentamento para a realização das obras de infraestrutura relacionadas à rodovia, e outras 39 famílias no município de Santa Bárbara do Sul, no COREDE Alto Jacuí, em decorrência de vendavais muito intensos ou ciclones extratropicais que afetaram parte da área da cidade, em 2012, sendo decretada Situação de Emergência.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

A SEHABS, desde o início deste governo, aplicou mais de R\$ 2,75 milhões em ações de Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária, que incluíram recursos despendidos com a desapropriação de terras, no atendimento às demandas provenientes da Participação Popular e Cidadã, e para atender as demandas relacionadas à ação “Aluguel Social”.

Na ação “*Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios*”, onde as áreas objeto de regularização não são de propriedade do Estado, estão em andamento, atualmente, ações para regularização fundiária nos municípios de Ibiraiaras, Quaraí, São Sepé, Três Coroas, Tucunduva, as quais beneficiarão mais de 800 famílias e envolvem o repasse de recursos através de convênios para realização de projetos urbanísticos e projetos complementares, implantação de infraestrutura (pavimentação, drenagem, rede e/ou tratamento de esgoto cloacal, rede de energia elétrica,...), individualização de lotes e, ainda, realização de termos de cooperação técnica, tendo por objetivo assessorar tecnicamente a elaboração, implantação e execução de programas municipais de regularização urbanística e fundiária.

Ainda, com relação ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano e Regularização Fundiária, a SEHABS promove a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento da elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, de modo a cumprir o disposto no Estatuto da Cidade.

Saneamento

O Programa Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul tem como objetivo estruturar o Sistema Estadual de Saneamento e ampliar o acesso aos serviços de saneamento básico. Em 2013, a SEHABS aplicou recursos de mais de R\$ 14,88 milhões para realizar as ações do Programa mais Saneamento, e desde 2012 os recursos despendidos nas ações que promovem o desenvolvimento do setor alcançaram mais de R\$ 42.420 milhões, conforme apresenta a tabela que segue.

Recursos liquidados na execução das Ações do Programa Mais Saneamento RS - PPA 2012 -2015

Ações do PPA 2012 -2015	Recursos liquidados
Elaboração de Estudos, Planos, Sistema de Informações, Código de Saneamento e Fundo Estadual	3.306.756,45
Estruturação do Sistema Estadual de Saneamento e ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico	152.564,55
Apoio à Implantação de Sistema de Saneamento	5.132.002,15
Perfuração de Poços Tubulares	8.933.517,71
Repasse dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU)	24.895.767,02
Total despendido nas ações do programa	42.420.607,88

Fonte: SISPLAG dez/2013

A SEHABS vem fomentando o desenvolvimento de políticas públicas de saneamento, tendo liquidado desde 2012 mais de R\$ 3,3 milhões para apoiar o desenvolvimento de planos de

saneamento. E, em 2012, instituiu o Conselho Estadual de Saneamento, o qual é integrado por representantes de diversas entidades e órgãos afins ao tema. O Conselho vem apoiando o desenvolvimento do Plano Estadual de Saneamento, que, entre outros objetivos, deverá definir o “índice de salubridade ambiental” das diversas regiões do Estado. O Plano encontra-se, atualmente, em fase de licitação, e o Conselho será a instância consultiva e deliberativa responsável para apoiar, junto à SEHABS, a condução da elaboração do Plano Estadual de Saneamento. Ainda, com relação à estruturação do Sistema Estadual de Saneamento a SEHABS vem apoiando a execução de Planos Municipais de Saneamento Básico.

Os Planos de Saneamento, em âmbito estadual ou municipal, devem incluir as modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, com vistas à drenagem urbana, e devem ser desenvolvidos em consonância com o Plano de Estadual de Recursos Hídricos.

O Plano Estadual de Saneamento é o instrumento de planejamento que abrange o conjunto de diretrizes, estratégias, programas e ações do Estado no desenvolvimento e implantação da Política Estadual de Saneamento. O Plano deve ser desenvolvido de modo articulado e integrado com as políticas públicas de âmbito nacional e regionais, bem como com as demais políticas setoriais de incidência estadual, voltado à promoção da saúde pública e ao uso sustentável dos recursos ambientais em todo o Estado.

Na sua concepção, o Plano Estadual de Saneamento deverá ser articulado e integrado ao Plano Nacional de Saneamento (PLANSAB) e ao Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH). O Termo de Referência para a contratação do serviço de execução do Plano prevê recursos de mais de R\$ 5 milhões e equipe multidisciplinar para sua realização, a qual deverá atender ao cronograma de etapas, distribuídas em um período de 720 dias. Uma vez que os Planos Regionais de Saneamento adotam como unidade de planejamento as Bacias Hidrográficas, o Plano Estadual de Saneamento também adotará como Unidade Regional de Planejamento as 25 Bacias Hidrográficas existentes no Rio Grande do Sul, as quais compõem as três Regiões Hidrográficas do Estado. Com a adoção de unidade de planejamento comum, pretende-se compatibilizar as políticas públicas nos níveis municipais, regionais, estadual e nacional.

Os Planos Municipais de Saneamento são instrumentos da política de saneamento e abrangem o conjunto de diretrizes, metas, estratégias e programa de investimentos contemplando projetos, programas e ações para o desenvolvimento dos sistemas e da prestação dos serviços conforme o conceito de saneamento básico estabelecido na Lei Federal nº 11.445/07, levando em conta, nesse sentido, a interface dos serviços e objetivando articular e integrar as ações de saneamento com as políticas públicas relacionadas, em especial, as políticas de recursos hídricos, saúde pública e desenvolvimento urbano. Os Planos serão, ainda, a base para o estabelecimento do contrato de programa para a prestação dos serviços quando estes forem delegados ou concedidos. Para a realização de Planos Municipais de Saneamento Básico, os quais incluem as modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, foram repassados recursos, pela SEHABS, a 125 municípios do Estado através de convênios realizados entre 2011 e 2013.

Com relação à ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico para pequenas comunidades do interior do Estado não abrangidas pela CORSAN, a SEHABS vem realizando

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

convênios com os municípios através dos programas Mais Saneamento para o RS e Participação Popular e Cidadã, para a perfuração de poços e implantação de sistemas de abastecimento de água às comunidades, na sua maioria em localidades rurais. Nesses sistemas, o abastecimento de água potável é realizado através da perfuração de poços tubulares profundos, e as redes de água implantadas interligam os poços até as unidades habitacionais.

Na atual gestão da SEHABS já foram realizados convênios com os municípios que estão propiciando a implantação de 137 sistemas de saneamento em diferentes localidades rurais, os quais beneficiarão mais de 17 mil famílias. Os recursos liquidados foram da ordem de R\$ 5,13 milhões, e se encontram empenhados mais de R\$1.972 milhões, parte desse recurso, no valor de R\$ 316.171,27 destina-se a atender as demandas da consulta realizada por meio da Participação Popular e Cidadã. O quadro seguinte apresenta os municípios que assinaram, até 2013, convênios para a implantação de sistemas de saneamento, definindo as localidades e o número de famílias beneficiadas.

Sistemas de saneamento - convênios assinados até 2013

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Água Santa	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) nas comunidades do Rincão do Campo e de Faxinal, beneficiando 70 habitantes (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) competência delegada no valor de R\$45.000,00.
Alegria	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Bender e Jacutinga beneficiando 45 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Alpestre	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Gabreuva beneficiando 30 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Alpestre	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço) na localidade de Estreito, beneficiando 44 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços - SBPC/Montagem 2013) competência delegada no valor de R\$40.000,00.
Alto Alegre	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Santa Lúcia e Linha Pinho e outras beneficiando 200 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Ametista do Sul	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha São Rafael e Linha Santo Antão e outras beneficiando 35 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Ametista do Sul	Em andamento	Perfuração de poços artesianos na localidade de Linha Fruteira beneficiando 19 famílias, (Consulta Popular 2013) competência delegada no valor de R\$ 105.000,00.
André da Rocha	Em andamento	Implantação de Poço artesiano e montagem na localidade de Estrada Lagoa Vermelha - BR 470, beneficiando 11 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 30.000,00. (Consulta Popular 2012)

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Antônio Prado	Em andamento	Sistema simplificado de abastecimento de água (montagem de poço) nas localidades de São Caetano e Linha Almeida beneficiando 11 famílias, (Consulta Popular 2013) competência delegada no valor de R\$ 30.000,00.
Arroio do Meio	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Forqueta, Picada Arroio do Meio, Arroio Grande e outras beneficiando 590 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Áurea	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Sete Campinas, Três Marias, Boi Preto, São João beneficiando 217 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Barra do Rio Azul	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (melhoria) nas Ruas: Rua Petúnias, Rua das Hortências e Rua das Papoulas, beneficiando 100 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) convênio Liberado para Casa Civil com repasse do Estado no valor de R\$45.000,00
Barra Funda	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Carijó e Bairro Navegantes beneficiando 275 famílias com repasse do Estado no valor de R\$79.999,90.
Benjamin Constant do Sul	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Zanandréa e Linha São Brás beneficiando 71 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Boa Vista do Cadeado	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Coqueiro/Alto Grande beneficiando 16 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Bom Princípio	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Paraíso, Bela Vista, beneficiando 5 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) competência delegada no valor de R\$ 68.000,00.
Bom Progresso	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do Lençol Freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$ 37.548,00.
Boqueirão do Leão	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Alto Boqueirão, Linha Araçá, Quatro Léguas, Vila Nova, Alto Irerê beneficiando 134 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Boqueirão do Leão	Em andamento	Sistema simplificado de abastecimento de água (Implantação) nas localidades de Colônia São Paulo beneficiando 11 famílias, (Consulta Popular 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$ 67.395,00.
Bossoroca	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Rincão dos Kersh, Rincão dos Brandão, Rincão dos Antunes e outros beneficiando 33 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
		R\$ 79.999,52.
Braga	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do Lençol Freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos. (PESPC 2013) convênio aprovado pela seccional no valor de R\$ 37.548,00
Cachoeira do Sul	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Capané, Piriqui, Vila Vargas, Três Vendas, Durasnal beneficiando 200 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Caiçara	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (Ampliação) na localidade de Olhos D'Água, beneficiando 11 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) convênio liberado para Casa Civil com repasse do Estado no valor de R\$ 60.000,00.
Cambará do Sul	Em andamento	Perfuração de poços artesianos nas localidades da Vareta, Azulega, Peão de Estância e Vila Osvaldo beneficiando 100 famílias, (Consulta Popular 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$ 85.509,16
Campo Novo	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do lençol freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos. (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$37.548,00
Campos Borges	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha de São Pedro, Distrito Varamé, Distrito Mundo Novo beneficiando 70 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Candiota	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (Melhoria) na localidade de Vila Residencial e Vila Operária, beneficiando 52 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) convênio aprovado pela seccional no valor de R\$ 67.279,88
Canudos do Vale	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Canjera beneficiando 24 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Capitão	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na Sede do Município, beneficiando 150 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) convênio aprovado pela seccional no valor de R\$72.000,00
Casca	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Parobé, São José, Panisson, São Jacinto e Navegantes Gatto beneficiando 237 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Cerro Branco	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Rua Edmundo Sabio, Rua José Adão Zart, Bairro Rio Branco e outros beneficiando 210 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
		80.000,00.
Cerro Grande	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Cordilheira, Linha Moi e Linha Burati beneficiando 50 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$79.989,60.
Constantina	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Capinzal, Linha São Pedro Deon, Linha Sabadin, Linha Belli e outras beneficiando 340 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$79.610,40.
Coqueiro Baixo	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Linha Caçador, beneficiando 10 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) competência delegada no valor de R\$45.000,00.
Coqueiros do Sul	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Distrito de Igrejinha, Comunidade Ponte Nova, Rio Bonito, Rio Bonito e Baixo beneficiando famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000.
Coronel Bicaco	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Rincão dos Dingos, Calhada Funda, Sítio Olivério, São Pedro, Galpões e Turvinho beneficiando 58 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 79.986,44.
Cotiporã	Em andamento	Sistema simplificado de abastecimento de água (implantação) nas localidades de Linha Brasil Capela São Roque beneficiando 22 famílias, (Consulta Popular 2013) convênio Liberado para Casa Civil com repasse do Estado no valor de R\$ 40.000,00.
Crissiumal	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do lençol freático para os municípios de Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$ 37.548,00.
Cristal do Sul	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Barra do Braga e Linha Santa Teresinha beneficiando 38 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Cruzeiro do Sul	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de São Bento, Picada Aurora, Primavera, São Gabriel e Sítio Baixo beneficiando 570 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 79.999,78.
Dilermando de Aguiar	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Campo da Pedra, Rincão do Pinheiro e Picada do Gama beneficiando 45 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 77.940,00.
Dois Irmãos das Missões	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Campinas, Campo dos Fortes, Santa Saete beneficiando famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Dois Lajeados	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) na localidade de 1º de Março/Alegrete, beneficiando 80 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços - SBPC/Montagem 2013) competência delegada no valor de R\$ 60.000,00.
Engenho Velho	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Linha Cachoeirinha, beneficiando 26 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$ 70.000,00.
Entre-Ijuís	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Rincão da Cachoeira Ressaca do Faxinal e Carajazinho beneficiando 40 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000.
Esperança do Sul	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do Lençol Freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos. (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$37.548,00.
Fagundes Varela	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede adutora) na localidade de São Pedro, beneficiando 35 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços - SBPC/Montagem 2013) convênio Liberado para Casa Civil com repasse do Estado no valor de R\$ 60.000,00.
Faxinal do Soturno	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Saxônia, Linha Dona Francisca, Novo Treviso, Linha Formosa e outras beneficiando 101 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
General Câmara	Em andamento	Perfuração de poços artesianos nas localidades de Boqueirão e Potreiro beneficiando 200 famílias, (Consulta Popular 2013) competência delegada no valor de R\$ 53.333,00.
Gramado dos Loureiros	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Aguihas e Linha Serpa beneficiando 400 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Guarani das Missões	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) nas localidades de Linha Santa Ana e Linha Timbó Sul, beneficiando 19 famílias, (Saneamento Básico aprovado pela seccional no valor de R\$ 24.452,40).
Herveiras	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na Linha Fernandes, beneficiando 2 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) convênio liberado para Casa Civil com valor de R\$ 45.000,00.
Herveiras	Em andamento	Sistema de Tratamento de Esgoto Unifamiliar (implantação) no perímetro urbano (centro), beneficiando 35 famílias. (Consulta Popular 2013) convênio com competência delegada e repasse do Estado no

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
		valor de R\$ 67.395,00.
Hulha Negra	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (ampliação) nas localidades de Corredor dos Borbas e Passinho, beneficiando 35 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades – SBPC 2013) competência delegada no valor de R\$ 45.000,00.
Humaitá	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Cascata, Linha Bonita, Sanga Seferina, Linha Jacú e outras beneficiando 150 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 66.319,50.
Humaitá	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do lençol freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos. (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$ 37.548,00.
Ibarama	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Cerro Petro beneficiando 62 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000.
Ibirubá	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) na localidade de Capela Fátima, beneficiando 19 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços - SBPC/Montagem 2013) competência delegada no valor de R\$40.000,00.
Independência	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Subúrbios, beneficiando 16 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) competência delegada no valor de R\$41.442,45.
Ipê	Em andamento	Perfuração de poços artesianos e sistema simplificado de abastecimento de água nas localidades de Linha Brasília e Capela São Vicente beneficiando 4 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 30.000,00. (Consulta Popular 2012)
Ivorá	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Londero Moro, Barreiro, Chapadão e Derrubada beneficiando 67 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Jacutinga	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) na localidade de Linha Ogliari, beneficiando 5 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços - SBPC/Montagem 2013) convênio Liberado para Casa Civil com repasse do Estado no valor de R\$ 40.000,00.
Joia	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Assentamento Rondinha, Localidade de Carajá beneficiando 35 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Lagoa Bonita do Sul	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Faber e Linha Francesquet beneficiando 115 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Lagoa dos Três Cantos	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Parque da Prefeitura e Poço da 336, beneficiando famílias, com repasse do Estado no valor de R\$71.052,40.
Lagoão	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Ronda, Campestre e Ronda Grande beneficiando 72 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Lajeado do Bugre	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Paz, Linha macaco, Esquina, Umbu, e outras beneficiando 180 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Liberato Salzano	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Brasil e Alto Alegre beneficiando 74 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Mata	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Campestre, beneficiando 27 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$ 63.561,04.
Mato Leitão	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) na localidade de Sampaio, beneficiando 33 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem De Poços - SBPC/Montagem 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$ 45.000,00.
Montauri	Em andamento	Sistema de Tratamento de Esgoto Unifamiliar (implantação) em lotes isolados na Zona Rural, beneficiando 10 famílias (Consulta Popular 2013) convênio assinado com repasse do Estado no valor de R\$ 28.535,00.
Monte Alegre dos Campos	Em andamento	Convênio assinado Implantação de poço artesiano e sistema simplificado de abastecimento de água na localidade de Capela São Sebastião/4º distrito, beneficiando 30 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 30.000,00. (Consulta Popular 2012)
Mormaço	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de São Luiz beneficiando 17 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Morrinhos do Sul	Em andamento	Sistema de Tratamento de Esgoto Unifamiliar (implantação) nas localidades de Morro de dentro, Morrinhos, Perdida, Pixirica, Morro do Forno, Vila Três Passos e Costão, beneficiando 38 famílias. (Consulta Popular 2013) convênio Liberado para Casa Civil com repasse do Estado no valor de R\$ 60.000,00.
Muitos Capões	Em andamento	Implantação de Poço artesiano e montagem na localidade de Fazenda Laranjeiras, beneficiando famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 30.000,00 (Consulta Popular 2012)

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Nicolau Vergueiro	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Perímetro Urbano beneficiando 250 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$78.568,92.
Nova Brésia	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (melhoria) na localidade de Linha Estefânia, beneficiando 17 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) competência delegada no valor de R\$ 45.000,00.
Nova Prata	Em andamento	Perfuração de poços artesianos nas Ruas Antônio Peruzzo e Cristo Rei e Linha Severino Ribeiro, beneficiando 30 famílias, (Consulta Popular 2013) competência delegada no valor de R\$ 30.000,00.
Nova Ramada	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Barro Preto e Rincão dos Dalsassos, beneficiando 90 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$64.570,40.
Nova Roma do Sul	Em andamento	Sistema simplificado de abastecimento de água (melhoria) na área rural beneficiando 210 famílias, (Consulta Popular 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$ 30.000,00.
Novo Barreiro	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Vargas e Linha Birivas beneficiando 96 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 64.570,40.
Novo Cabrais	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Taboão e Aterrado beneficiando 76 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Novo Cabrais	Em andamento	Sistema de Tratamento de Esgoto Unifamiliar (implantação) em lotes isolados na Zona Rural, beneficiando 30 famílias. (Consulta Popular 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$ 30.434,10.
Novo Tiradentes	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de São João Vianey, Linha Santo Antonio, Linha Palmeira/Central Park beneficiando 135 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Novo Xingu	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Santo Antonio/Linha Xingu beneficiando 83 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 79.984,89.
Palmeira das Missões	Em andamento	Implantação de sistema simplificado de abastecimento de água na localidade de Linha Passo da Taipa beneficiando 35 famílias., com repasse do Estado no valor de R\$ 79.867,03.
Passa Sete	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Taquari, Linha Schey, Linha Adir Maraschin, Linha Pinhal beneficiando 47 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Passo do Sobrado	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Taquari Mirim, Campo do Sobrado beneficiando 86 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Picada Café	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) na localidade de Kaffee Eck, beneficiando 35 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços) aprovado pela seccional no valor de R\$ 40.000,00.
Picada Café	Em andamento	Perfuração de poços artesianos substituídos por Sistema simplificado de abastecimento de água nas localidades de Joaneta e Canelinha beneficiando 25 famílias, (Consulta Popular 2013) competência delegada no valor de R\$90.000,00.
Pinhal da Serra	Em andamento	Perfuração de poços artesianos nas localidades de RINCÃO DOS CARNEIROS e SÃO ROQUE beneficiando 50 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 30.000,00. (Consulta Popular 2012).
Pinheirinho do Vale	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (ampliação) na localidade de Cabeleira da União, beneficiando 20 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$40.000,00.
Pontão	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Passo Real/Nossa Senhora Aparecida e São Miguel beneficiando 60 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Porto Mauá	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) nas localidades de São José do Mauá e na Rua Tatcher/Linha Batuta, beneficiando 55 famílias (Saneamento Básico Pequenas Comunidades aprovado pela seccional no valor de R\$45.000,00).
Pouso Novo	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Forqueta, beneficiando 19 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades- SBPC 2013) competência Delegada no valor de R\$ 75.200,00.
Progresso	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Olhos D'Água, beneficiando 5 famílias, um salão comunitário, uma escola e uma capela. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013). Convênio assinado com repasse do Estado no valor de R\$ 45.000,00.
Quinze de Novembro	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Esquina Hertzal, Volta Gaúcha e Riograndense beneficiando 76 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 64.065,00.
Relvado	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Salvação, beneficiando 13 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) competência delegada no valor de R\$45.000,00.
Restinga Seca	Em andamento	Plano Municipal de Saneamento Básico para as modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais (PMSB 2013) competência delegada no valor de R\$50.000,00.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Rio dos Índios	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Linha Valentin beneficiando 28 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$79.980,00.
Rolante	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Baixa Areia, beneficiando 45 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$44.990,00.
Rolante	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) na localidade de Alto Rolantinho, beneficiando 60 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços - SBPC/Montagem 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$39.991,60.
Rondinha	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) na localidade de Linha Gasparetto, beneficiando 20 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços - SBPC/Montagem 2013) competência delegada no valor de R\$40.000,00.
Sagrada Família	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Esquina Bonita, Linha Esquina Gaúcha, Linha Encruzilhadas, Sete Lotes e outras beneficiando 65 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Salvador do Sul	Em andamento	Sistema simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) na localidade de canto Kafer, beneficiando 35 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - aprovado pela seccional no valor de R\$40.000,00).
Santa Margarida do Sul	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (ampliação) na localidade de Serrinha, beneficiando 12 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades- SBPC 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$64.963,00
Santa Margarida do Sul	Em andamento	Plano Municipal de Saneamento Básico para as modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais (PMSB 2013) competência delegada no valor de R\$13.000,00.
Santa Tereza	Em andamento	Sistema simplificado de abastecimento de água (melhoria) nas localidades de Leopoldina e Graciema Alta e Graciema Baixa beneficiando 60 famílias (Consulta Popular 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$30.000,00.
Santo Antônio do Palma	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na Comunidade Nossa Senhora da Pompéia, beneficiando 80 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) convênio Liberado para casa civil com repasse do Estado no valor de R\$44.144,36.
São Francisco de Paula	Em andamento	Perfuração de poço artesiano substituído por Sistema Simplificado de Abastecimento de Água na localidade de Cadeinha beneficiando 25 famílias, (Consulta Popular 2013) aprovado pela seccional no valor de

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
		R\$85.478,90.
São João do Polêsine	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Monte Santana e Ribeirão beneficiando 60 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
São Jorge	Em andamento	Sistema simplificado de abastecimento de água (ampliação) na localidade de Linha De Conto na comunidade de Santa Cruz beneficiando 11 famílias, (Consulta Popular 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$29.807,17.
São José do Herval	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Shell, Linha São Brás, Linha Vitoria e Linha São Sebastião beneficiando 40 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000.
São José do Ouro	Em andamento	Plano Municipal de Saneamento Básico para as modalidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais (PMSB 2013) aprovados pela seccional no valor de R\$ 27.616,00.
São José dos Ausentes	Em andamento	Implantação de Poço artesiano e montagem na localidade de Varzea - 5º distrito, beneficiando x famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 30.000,00 (Consulta Popular 2012).
São Martinho	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do lençol freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$37.548,00.
São Martinho da Serra	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Campinas, Boqueirão, Salvianos, Rincão da Lagoa e outras beneficiando 60 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
São Valentim do Sul	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) nas localidades rurais de Fazenda Fialho/ Morro da Cruz/ Boa Vista e na sede da municipalidade de São Valentim do Sul, beneficiando 360 famílias (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) competência delegada no valor de R\$45.000,00.
São Valério do Sul	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do lençol freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$37.548,00.
Sarandi	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Maneador, Assentamento Tarumã, Bairro Pingo beneficiando 54 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Sede Nova	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do lençol freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$37.548,00.
Segredo	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Ferraz, Linha Figueira, e Santo Antonio beneficiando 100 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Senador Salgado Filho	Em andamento	Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água (melhoria) nas localidades de Sede do município, Esquina Ipiranga, Linha República, Linha das Flores e Linha Giruazinho, beneficiando 1090 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades - SBPC 2013) convênio Liberado para Casa Civil com repasse do Estado no valor de R\$72.000,00
Silveira Martins	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Dois Nortes, Linha Mantoanos, Linha Val Fertriba e Linha Marco beneficiando 20 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Sinimbu	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Linha Paredão beneficiando 70 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Taquari	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço) na localidade de Bom Jardim, beneficiando 16 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades / Montagem De Poços - SBPC / Montagem 2013)competência delegada no valor de R\$40.000,00.
Tio Hugo	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Polígono do Erval beneficiando 78 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000.
Tiradentes do Sul	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Porto Soberbo beneficiando 101 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Tiradentes do Sul	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação montagem de poço e rede) na localidade de Lajeado dos Índios, beneficiando 23 famílias, (Saneamento Basico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços - SBPC/Montagem 2013) convênio Liberado para Casa Civil com repasse do Estado no valor de R\$40.000,00.
Tiradentes do Sul	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do lençol freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos. (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$37.548,00

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Travesseiro	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de São João beneficiando 18 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Três Arroios	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Linha Três, beneficiando 12 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades- SBPC 2013) convênio assinado com repasse do Estado no valor de R\$44.652,50
Três Cachoeiras	Em andamento	Implantação de sistema de Esgoto Sanitário na localidade de Chapada do Alegrete beneficiando 37 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 44.272,38. (Consulta Popular 2012)
Três Palmeiras	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Linha Progresso beneficiando 12 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 80.000,00.
Três Passos	Em andamento	Instalação de rede de monitoramento do Lençol Freático para os municípios Braga, Bom Progresso, Campo Novo, Crissiumal, Esperança do Sul, Humaitá, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tiradentes do Sul e Três Passos. (PESPC 2013) convênio 2429/2013 aprovado pela seccional no valor de R\$ 37.548,00.
Trindade do Sul	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Linha Rosseto beneficiando 29 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 79.998.
Tunas	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Linha Cerro Preto, beneficiando 62 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000.
Tupanciretã	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água na localidade de Nossa Senhora Aparecida beneficiando 60 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$80.000,00.
Vacaria	Em andamento	Implantação de Poço artesiano e sistema simplificado de abastecimento de água na localidade de Santa Luzia, beneficiando 32 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$ 30.000,00 (Consulta Popular 2012).
Vale Real	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação) na localidade de Canto Krewer, beneficiando 92 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades- SBPC 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$ 45.000,00.
Vespasiano Corrêa	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação/ montagem de poço e rede) na localidade de Linha Dona Isaura, beneficiando 5 famílias, (Saneamento Básico Pequenas Comunidades/Montagem de Poços - SBPC/Montagem 2013) aprovado pela seccional no valor de R\$ 40.000,00.
Viadutos	Em andamento	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Linha Alice beneficiando 16 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$45.000,00.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e beneficiários
Vila Maria	Em andamento	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (ativação e ampliação) na localidade de Linha Dezoito Baixa, beneficiando 50 famílias. (Saneamento Básico Pequenas Comunidades- SBPC 2013) convênio assinado com repasse do Estado no valor de R\$ 42.177,68.
Vila Nova do Sul	Em andamento	Perfuração de poço artesiano (sistema simplificado de abastecimento de água) na localidade de Passos dos Leites 1 beneficiando 12 famílias, (Consulta Popular 2013) convênio com competência delegada com repasse do Estado no valor de R\$ 42.677,45.
Vista Alegre	Em andamento	Ampliação de Rede de Abastecimento de Água na Linha Costa do Braguinha, beneficiando 10 famílias. (PESPC2011), com repasse do Estado no valor de R\$ 35.000,00.
Vitória das Missões	Concluído	Implantação de sistema de abastecimento de água nas localidades de Esquina Redim, Travessa da Porfíria, Rolim de Moura e outras beneficiando 36 famílias, com repasse do Estado no valor de R\$40.874,16.

Fonte: SISPLAG - Dez/2013 Dados:SEHABS/DESANS – 2013

Na atual gestão, desde o início do Programa Mais Saneamento, em 2012, foram perfurados pela SEHABS 322 poços profundos em localidades não atendidas por sistemas de distribuição de água da CORSAN, com recursos liquidados de mais de R\$ 8,9 milhões, desse total foram perfurados em 2013, 137 poços tubulares profundos, atendendo famílias em diferentes localidades de 126 municípios, conforme apresentado no quadro a seguir:

Perfuração de poços tubulares profundos para abastecimento de comunidades

Município	Situação	Localidades e famílias beneficiadas
Ajuricaba	Concluído	Linha 25, beneficiando 30 famílias. Linha 14, beneficiando 20 famílias.
Alegrete	Concluído	Poço perfurado na localidade do Presídio, beneficiando 300 famílias.
Alpestre	Concluído	Sede /CORSAN 1
Alto Feliz	Concluído	Arroio Feliz beneficiando 100 famílias, Vale do Mel beneficiando 70 famílias. Morro Belo beneficiando 200 famílias
Amaral Ferrador	Concluído	Santo Antonio 1, Nulo *, Santo Antonio 2, Nulo*, Goiaba, Nulo *, Coxilha beneficiando 120 famílias
André da Rocha	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na localidade de Estrada da Lagoa Vermelha/BR 470 beneficiando 11 famílias. Valor do repasse R\$ 30.000,00.
Antônio Prado	Concluído	Linha 10 - CORSAN
Arroio do Tigre	Concluído	Travessão, Nulo*, Linha Tigre, Nulo*, Linha Travessão beneficiando 50 famílias, Linha Tigre/Barrinha beneficiando 40 famílias, Palmital beneficiando 28 famílias.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e famílias beneficiadas
Augusto Pestana	Concluído	Cambará beneficiando 40 famílias, Rincão Cumprido beneficiando 40 famílias
Barra do Guarita	Concluído	Cotovelo Paris./ Jabot. - CORSAN, Nulo*
Barra do Rio Azul	Concluído	Rio Brasil, beneficiando 30 famílias.
Bom Progresso	Concluído	Sede - CORSAN 5 a.
Butiá	Concluído	CIB Exercito 04.
Cachoeira do Sul	Concluído	Barragem Capané/IRGA beneficiando 256 famílias, Passo da Seringa, NULO* Piquiri/ CORSAN 6 Piquiri/ CORSAN 7
Campina das Missões	Concluído	Sede /CORSAN
Cândido Godói	Concluído	Linha Timbaúva beneficiando 70 famílias. Linha dos Louros beneficiando 30 famílias. L. Cascata beneficiando 43 famílias.
Carlos Barbosa	Concluído	Sede/ CORSAN poço 4b. Sede/ CORSAN 4a
Catuípe	Concluído	Vira Carreta, beneficiando 17 famílias.
Chapada	Concluído	Sede - CORSAN. Linha Diogo Alto beneficiando 20 famílias
Constantina	Concluído	Sede/CORSAN - Loteamento Peron, Sede/CORSAN - Loteamento Meneguzzo, Nulo*.
Coqueiro Baixo	Concluído	Sede/Caçador, beneficiando 10 famílias, Pedras Brancas, beneficiando 80 famílias, Linha Alegre, beneficiando 23 famílias.
Coronel Barros	Concluído	Sede CORSAN. Arroio do Tigre/Sede, beneficiando 150 famílias
Cotiporã	Concluído	14 de Julho/Nossa Senhora dos Navegantes, beneficiando 30 famílias. São Caetano, beneficiando 7 famílias.
Crissiumal	Concluído	Esquina Uruguai/Laj. Teimoso beneficiando 60 famílias, Cabeceira do São Vicente beneficiando 40 famílias.
Cristal	Concluído	Colônia Nova, beneficiando 15 famílias.
Cristal do Sul	Concluído	Barra dos Braga 2 beneficiando 46 famílias, Barra dos Braga 1, NULO*, Barra dos Braga 1a, Nulo*. L. Fátima, Nulo* L. Fátima 2, Nulo*
Cruz Alta	Concluído	Sede CORSAN (Barragem), Sede CORSAN (Barragem 2).
Cruzeiro do Sul	Concluído	22 de Novembro beneficiando 27 famílias, Distrito Industrial - CORSAN
Dois Lajeados	Concluído	Linha Emília beneficiando 100 famílias, 1º de Março/ Alegrete 1 beneficiando 100 famílias, 1º de março/ Alegrete 2 beneficiando 100 famílias.
Dom Feliciano	Concluído	Vila Fátima beneficiando 200 famílias, Lopo Neto beneficiando 42 famílias, Anápio Silveiro, Nulo*
Encantado	Concluído	Vista Alegre, Linha Azevedo, São Marcos, beneficiando 12 famílias, L. Alegre, beneficiando 12 famílias.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e famílias beneficiadas
Entre-Ijuís	Concluído	Esquina Rondinha, beneficiando 20 famílias, R. da Cachoeira (Esq. Gaúcha) beneficiando 16 famílias, L. Ressaca (Ressaca do Faxinal) beneficiando 10 famílias. Carajazinho beneficiando 12 famílias.
Erechim	Concluído	Poço perfurado na localidade Sede CORSAN 1, Poço perfurado na localidade Sede CORSAN 2
Erval Seco	Concluído	Linha Capivara, Nulo*, 15 de Novembro, beneficiando 40 famílias.
Esmeralda	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na localidade de Santa Teresa beneficiando 12 famílias. Valor do repasse R\$ 30.000,00
Esperança do Sul	Concluído	Sede/ São Francisco
Fagundes Varela	Concluído	Baixada/ Visconde de Pelotas, beneficiando 10 famílias. São Pedro
Faxinal do Soturno	Concluído	Sede - CORSAN/ São Luís
Flores da Cunha	Concluído	Sede/CORSAN - Muraro
Formigueiro	Concluído	Barragem
Garibaldi	Concluído	Garibaldina/CORSAN, beneficiando 270 famílias. CORSAN/Garibaldina 2a
Gaurama	Concluído	São Marcos, Nulo*, L. Juventude, Nulo*
Giruá	Concluído	Linha Reginaldo beneficiando 15 famílias.
Gramado Xavier	Concluído	Poço perfurado na localidade Banhado Grande beneficiando 40 famílias. Poço perfurado na localidade L. Pinhal/São Francisco, Nulo*. Poço perfurado na localidade L. Pinhal/São Francisco 2 beneficiando 30 famílias.
Guarani das Missões	Concluído	Linha Seca beneficiando 46 famílias. Santa Ana beneficiando 25 famílias.
Ibiaçá	Concluído	Sede CORSAN.
Ibirubá	Concluído	Sede CORSAN. Capela Fátima, beneficiando 22 famílias. Pulador Norte, beneficiando 20 famílias. Sede/ CORSAN Sede/CORSAN.
Igrejinha	Concluído	Sede/ CORSAN 13 a, Nulo*Sede/ CORSAN 13 b.
Ipê	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na localidade de Linha Brasília e Capela São Vicente beneficiando 4 famílias. Valor do repasse R\$ 30.000,00.
Itapuca	Concluído	Sede CORSAN. Campo Bonito beneficiando 60 famílias. Sede CORSAN 2, Nulo*. Araponga beneficiando 25 famílias.
Itati	Concluído	Costa do Morro 3 beneficiando 80 famílias. Sede CORSAN.
Ivorá	Concluído	Derrubadas 1a beneficiando 15 famílias. Derrubadas 1, Nulo*.
Jaguarão	Concluído	Lagões, beneficiando 25 famílias. Chácara da Dinda. Pedras Brancas, beneficiando 25 famílias.
Jaguari	Concluído	Pinheirinho, beneficiando 35 famílias. Chapadão, beneficiando 10 famílias. Linha 09 beneficiando 25 famílias, conserto. L. Boa Vista beneficiando 10

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e famílias beneficiadas
		famílias. Limpeza de poço, Linha 11, beneficiando 30 famílias, Tiaraju, beneficiando 250 famílias
Jóia	Concluído	Ass. Simão Bolivar beneficiando 30 famílias. Ass. Rondinha beneficiando 40 famílias.
Júlio de Castilhos	Concluído	sede CORSAN. Sede CORSAN (poço 45). Sede CORSAN (poço 45a)
Lagoão	Concluído	Sede/ CORSAN. Sede/ CORSAN 2
Liberato Salzano	Concluído	Via Barca beneficiando 20 famílias. Linha Sobradinho, beneficiando 21 famílias. Xisto Alto, beneficiando 14 famílias. Setembro, beneficiando 35 famílias. Pinhalzinho, beneficiando 80 famílias. Bom Retiro, beneficiando 20 famílias.
Machadinho	Concluído	Sede/ CORSAN.
Maratá	Concluído	Alto Maratá beneficiando 50 famílias.
Marau	Concluído	Quilombo Santo Antonio da Posse beneficiando 10 famílias, Carrascal beneficiando 25 famílias.
Mata	Concluído	Chacrinha, beneficiando 35 famílias. Campestre, beneficiando 33 famílias. Chacrinha 2, beneficiando 33 famílias.
Miraguaí	Concluído	São Paulo e Água Fria beneficiando 28 famílias. Sede - CORSAN.
Monte Alegre dos Campos	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na localidade de Capela São Sebastião beneficiando 30 famílias, valor do repasse R\$ 30.000,00.
Muitos Capões	Concluído	Sede - CORSAN(poço MTC3), Sede - CORSAN (poço MTC4).
Muitos Capões	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na localidade de Fazenda Laranjeiras beneficiando 10 famílias. Valor do repasse R\$ 30.000,00.
Não-Me-Toque	Concluído	Poço perfurado na localidade Colônia São Pedro. Invernadinha.
Nova Araçá	Concluído	Sede/ CORSAN - Linha Capoeirinha Sede/ CORSAN - Linha Capoeirinha 1 Sede/ CORSAN2, Nulo*, Sede/ CORSAN 2a, Nulo*.
Nova Bassano	Concluído	São Pelegrino beneficiando 44 famílias.
Nova Esperança do Sul	Concluído	Coxilha Alegre, beneficiando 200 famílias. Rincão do Ouro, beneficiando 12 famílias.
Nova Roma do Sul	Concluído	Linha Salete, Nulo*, São José, Nulo*.
Nova Santa Rita	Concluído	Passo da Figueira 1 beneficiando 50 famílias. Passo da Figueira 2, Nulo*.
Panambi	Concluído	Linha Maraney, beneficiando 20 famílias.
Paráí	Concluído	Sede/ CORSAN. Sede/ CORSAN 2, Nulo*. São Luis. Linha Palmeirinha, beneficiando 12 famílias.
Passa Sete	Concluído	Engenho Velho
Passo do Sobrado	Concluído	Taquari Mirim, beneficiando 70 famílias.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e famílias beneficiadas
Pedras Altas	Concluído	Assentamento Bom Viver beneficiando 70 famílias. Arroio Mal beneficiando 90 famílias.
Pejuçara	Concluído	Vista Alegre beneficiando 13 famílias. Linha Donato beneficiando 141 famílias. Linha Pedreira beneficiando 12 famílias.
Picada Café	Concluído	Joaneta, beneficiando 100 famílias. Rua 25 de Julho/Kafee Eck beneficiando 100 famílias.
Pinhal da Serra	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na localidade de Rincão dos Carneiros e São Roque beneficiando 50 famílias. Valor do repasse R\$ 30.000,00.
Pinheirinho do Vale	Concluído	Linha Bonita.
Porto Xavier	Concluído	Linha Primeira Alta beneficiando 30 famílias. Sede/CORSAN.
Redentora	Concluído	São José, beneficiando 12 famílias. São João, beneficiando 12 famílias. Linha Correia.
Relvado	Concluído	São João, beneficiando 20 famílias. Salvação, beneficiando 40 famílias.
Rio Pardo	Concluído	Cruz Alta. Rincão dos Paz (Santa Clara), Nulo*. Rincão dos Paz/ Corredor dos Coque, beneficiando 25 famílias.
Rodeio Bonito	Concluído	Sede CORSAN.
Rondinha	Concluído	L. Gasparetto, beneficiando 10 famílias. Cachoeira Branca, beneficiando 15 famílias.
Salvador do Sul	Concluído	Canto Kafer. Campestre Baixo/ Canudos, Nulo*. Campestre Baixo/ Canudos 1a, beneficiando 220 famílias.
Santa Margarida do Sul	Concluído	Real beneficiando 25 famílias. Serrinha beneficiando 14 famílias.
Santa Maria	Concluído	Arroio do Só, CORSAN. Arroio do Só, CORSAN 2ª
Santa Rosa	Concluído	Linha 13 de maio Norte beneficiando 55 famílias.
Santana do Livramento	Concluído	Assentamento Coqueiros beneficiando 40 famílias. Ass.Agro Vila/Ass. Jarí beneficiando 80 famílias. Sede Tabatinga, beneficiando 1,200 famílias. Vila Brasília, beneficiando 1.000 famílias. Ass. Agro Vila, beneficiando 55 famílias.
Santiago	Concluído	Sede - CORSAN (Barragem). Sede - CORSAN, Nulo*. Sede - CORSAN (Poço 7a), limpeza.
Santo Ângelo	Concluído	Sede - CORSAN.
Santo Antônio da Patrulha	Concluído	Sede - CORSAN 1, Nulo*, Sede - CORSAN 2. CORSAN 1, Nulo*, CORSAN 2.
Santo Cristo	Concluído	Linha Arnoldo beneficiando 100 famílias. Linha Sírio beneficiando 220 famílias. Bom Princípio Baixo beneficiando 180 famílias. SEDE/CORSAN SEDE/ CORSAN Linha Revolta beneficiando 112 famílias. SEDE CORSAN.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e famílias beneficiadas
São Gabriel	Concluído	Tiaraju, beneficiando 250 famílias. Cerro do Ouro, beneficiando 25 famílias.
São João da Urtiga	Concluído	Linha 10, Nulo*. Linha 102 beneficiando 40 famílias. Urtiga Alta, Nulo*.
São José dos Ausentes	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na localidade de Varzea beneficiando 50 famílias. Valor do repasse R\$ 30.000,00.
São Marcos	Concluído	SEDE - CORSAN, Nulo*.
São Sepé	Concluído	Rincão Schaf, beneficiando 33 famílias. Tupãnci, beneficiando 20 famílias. Tupãnci 1, Nulo*.
São Valério do Sul	Concluído	Bananeiras, beneficiando 20 famílias. Coroados, beneficiando 20 famílias. Área Indígena, beneficiando 230 famílias.
Sarandi	Concluído	Sede/CORSAN.
Seberi	Concluído	Oswaldo Cruz beneficiando 50 famílias. Sede/ CORSAN L. Noro 1, Nulo*. L. Noro 1a, Nulo*.
Sede Nova	Concluído	Campinas/ Coxilha Grande.
Sobradinho	Concluído	Apolinária Alta, beneficiando 20 famílias.
Soledade	Concluído	Ponte São Bento beneficiando 35 famílias. Boa União beneficiando 12 famílias. Bom Retiro /C. Rico beneficiando 15 famílias.
Taquara	Concluído	Santa Cruz do Pinhal, beneficiando 20 famílias. Vila Tereza, beneficiando 35 famílias. Passo da Ilha/Ilha Nova, beneficiando 32 famílias.
Taquaruçu do Sul	Concluído	L. Volpato, beneficiando 35 familia. Poço perfurado na localidade 7 de Setembro. Poço perfurado na localidade Travessão Seco.
Tenente Portela	Concluído	Sede /CORSAN 2. Sede /CORSAN 3. Linha Vargas, beneficiando 60 famílias. Linha Vargas. Poço perfurado na localidade São Luís, Nulo*
Terra de Areia	Concluído	Costa da Lagoa, beneficiando 80 famílias.
Tiradentes do Sul	Concluído	Laj. Bonito, Nulo*. Laj. dos Índios, beneficiando 45 famílias. Laj. Bonito2/ Sete Voltas, beneficiando 50 famílias.
Travesseiro	Concluído	Linha São Miguel, beneficiando 23 famílias. Linha Cairú, beneficiando 20 famílias.
Três Coroas	Concluído	Vila Nova, beneficiando 30 famílias. Águas Brancas.
Três Passos	Concluído	L. Birk, beneficiando 50 famílias. São Francisco, beneficiando 60 famílias. Barra do Feijão Miúdo, beneficiando 30 famílias.
Trindade do Sul	Concluído	Linha Cachoeira beneficiando 45 famílias. Linha Fátima beneficiando 20 famílias. Colônia Nova, Nulo*.
Tucunduva	Concluído	Ressaca do Guerrilha, beneficiando 25 famílias.
Tupanciretã	Concluído	Ass. Nova Tupã. Banrisul 2, beneficiando 6 famílias.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Situação	Localidades e famílias beneficiadas
Unistalda	Concluído	Rincão dos Viana 1a, beneficiando 60 famílias. Rincão do Viana, beneficiando 60 famílias. Rincão dos Coelho, beneficiando 12 famílias.
Vacaria	Em andamento	Poço perfurado e sistema simplificado implantado na localidade de Santa Luzia beneficiando 50 famílias. Valor do repasse R\$ 30.000,00.
Vale Real	Concluído	Recosta, Nulo*. Morro Paris beneficiando 30 famílias. Recosta beneficiando 70 famílias.
Vale Verde	Concluído	Passo do Monte Alegre beneficiando 15 famílias. Alto Potreirinho 2, Nulo*. Alto Potreirinho 3, Nulo*.
Vespasiano Corrêa	Concluído	Dona Isaura, beneficiando 35 famílias. Eduardo Guinler, beneficiando 15 famílias. L.Eduardo Guinler 2, beneficiando 30 famílias.
Vista Alegre	Concluído	Linha Pessegueiro, beneficiando 50 famílias. Linha Seca, beneficiando 15 famílias. Linha Seca/Cansian 2, beneficiando 15 famílias. Linha Pessegueiro 3, beneficiando 50 famílias.
Vista Gaúcha	Concluído	Sede /CORSAN.

Fonte: SISPLAG- Dez/2013 Dados: SEHABS.

(*) Nulo: Poço improdutivo.

Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das ações da sua vinculada, a Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, a SEHABS vem repassando recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) para implementação das ações. Até o momento foram repassados mais de R\$ 24 milhões em recursos do OGU.

A **Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)**, em 2013, realizou, através do Programa Mais Saneamento para o RS, ações para a expansão e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de esgoto sanitário, visando atender as demandas dos contratos de prestação de serviços de saneamento.

O volume de recursos aplicado pela CORSAN nas ações finalísticas do Programa, relacionadas ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, para atendimento da população urbana e rural, no período 2012/2013, somou mais de R\$ 396 milhões, conforme demonstra a tabela abaixo, sendo que desse total mais de 54% foram aplicados para Expansão dos Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Ações finalísticas do Programa mais Saneamento para o RS período 2012/2013

Ações para expansão e melhorias dos sistemas	Recursos liquidados (R\$)
Sistema de Abastecimento de Água	140.394.658,55
Sistema de Esgotamento Sanitário	216.172.035,38
Abastecimento de Água Potável no Meio Rural	40.084.873,00
Total despendido	396.651.566,93

Fonte: SISPLAG-Dez/2013 Dados: CORSAN

Abastecimento de Água

Durante o período 2012/2013, a CORSAN, ampliou o serviço de abastecimento de água através de sistemas já implantados para o atendimento a mais 84.854 economias, tendo atingido no período 51% da meta estipulada, no Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Nestes dois anos foram assentados ou substituídos 627.517 metros de rede para abastecimento de água nas áreas urbanas. A ampliação da cobertura do abastecimento de água atendeu as demandas dos contratos realizados com os municípios. Sendo que a Companhia tem por meta alcançar num futuro próximo a universalização do abastecimento nos municípios com os quais mantém contrato. O quadro a seguir informa os municípios onde houve expansão do número de economias servidas pelo sistema de abastecimento de água, e o quadro subsequente os municípios onde houve expansão ou substituição da rede assentada.

Municípios com ampliação do número de economias servidas por abastecimento de água pela CORSAN

Município	Localização - COREDE
Bento Gonçalves	Serra
Flores da Cunha	
Candelária	Vale do Rio Pardo
Rio Pardo	
Venâncio Aires	
Santa Vitória do Palmar	Sul
Jaguarão	
Cachoeira do Sul	Jacuí Centro
Cruz Alta	Alto Jacuí
Dom Pedrito	Campanha
Entre-Ijuís	Missões
Montenegro	Vale do Caí
Passo Fundo	Produção
Santiago	Vale do Jaguarí
Santo Ângelo	Missões
Taquari	Vale do Taquari
Vacaria	Campos de Cima da Serra

Fonte: SISPLAG-dez/2013 Dados: CORSAN

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Municípios com expansão ou substituição da rede para abastecimento de água da CORSAN

Municípios	COREDE
Cruz Alta	Alto Jacuí
Dom Pedrito	Campanha
Vacaria	Campos de Cima da Serra
Três Passos	Celeiro
Santa Rosa	Fronteira Noroeste
Alegrete	Fronteira Oeste
Barra do Quaraí	
Itaqui	
Quaraí	
São Borja	
Cachoeira do Sul	Jacuí Centro
Cidreira	Litoral
Entre-Ijuís	Missões
Santo Ângelo	
Lagoa Vermelha	Nordeste
Erechim	Norte
Marau	Produção
Passo Fundo	
Bento Gonçalves	Serra
Flores da Cunha	
São Marcos	
Herval	Sul
Jaguarão	
Santa Vitória do Palmar	
Montenegro	Vale do Caí
Santiago	Vale do Jaguarí
Esteio	Vale do Rio dos Sinos
Sapucaia do Sul	

Municípios	COREDE
Candelária	Vale do Rio Pardo
Rio Pardo	
Venâncio Aires	
Taquari	Vale do Taquari

Fonte: SISPLAG-dez/2013 Dados: CORSAN

Ainda, em 2013 foram construídos e colocados em operação 08 reservatórios visando suprir as necessidades de água, especialmente em períodos de maior demanda ou de estiagem, nos seguintes municípios: Canoas, Encantado, Estância Velha, Santa Maria, Santo Antonio da Patrulha e Sapucaia do Sul. E, foi concluída a construção da Estação de Tratamento de Água - ETA, no município de Santo Antonio da Patrulha, uma das três ETAs a serem construídas no período 2012/2015.

Esgotamento Sanitário

Desde o início do programa a CORSAN expandiu e realizou melhorias no sistema de esgotamento sanitário que resultaram até o momento, na construção de três Estações de Tratamento de Esgoto – ETE, nos municípios de: Guaíba, com capacidade de 80l/s (que será expandida para até 240 l/s com a construção dos três módulos previstos); Santa Rosa, que aumentou a capacidade de 28 l/s (vazão existente) para 140l/s e, Glorinha, que para entrar em operação necessita a conclusão do emissário. Nesse período foram assentados 196.049 metros de redes de esgoto no atendimento de 18.694 economias servidas por rede de esgoto, desse total de economias, em 2013, foram servidas por rede de esgoto 5372 economias.

Entretanto, é necessário salientar que as economias servidas não se encontram necessariamente ligadas à rede, uma vez que os projetos, anteriormente realizados, não previram a implantação das ligações das economias até as redes de coleta de esgoto. Deve-se lembrar de que no Estado a maior parte das habitações têm sistemas individuais de tratamento de esgotos, devido a isto o risco de contaminação das águas subterrâneas e superficiais é grande. A implantação e ampliação do sistema de coleta do esgoto sanitário irão proporcionar benefícios ambientais e à saúde da população, pois o contato da população com a água contaminada resulta em problemas de saúde.

Em função da necessidade de aproveitar os sistemas de esgotamento já implantados e nem sempre operantes em sua capacidade projetada, vem ocorrendo ação da Companhia, associada ao Ministério Público, para promover, junto às prefeituras dos municípios do Estado, a realização das ligações domiciliares à rede de coleta instalada.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Municípios com ampliação do número de economias servidas por esgotamento sanitário

Municípios	Nº de novas economias com ligação à rede coletora	Metros de rede de esgoto assentada
Alvorada	139	1.395,12
Bento Gonçalves	722	7.224,70
Cachoeira do Sul	647	6.466,02
Canela	119	1.187,90
Canoas	41	412
Esteio	219	2.190,45
Glorinha	590	5.904,00
Gramado	119	1.187,90
Guaíba	143	1.429,32
Ijuí	112	1.122,20
Osório	15	154,6
Passo Fundo	636	6.355,20
Rio Grande	136	1.356,74
Santa Rosa	799	7.990,00
Santo Antônio da Patrulha	298	2.977,25
Sapiranga	278	2.782,09
Sapucaia do Sul	219	2.190,45
Viamão	140	1.395,12
Total	5372	53.721,06

Fonte: SISPLAG-dez/2013 Dados: CORSAN

Com relação à renovação de contratos com os municípios, desde o início do governo até o momento atual, a CORSAN alcançou o número de 55 novos contratos, 11 contratos, desse total, foram assinados no ano de 2013. A CORSAN totaliza 256 renovações de contratos desde o ano de 2008, o que representa 83% do seu faturamento já garantido sob a forma de contrato de programa. Um dos principais fatores para esse sucesso foi a implantação dos Fundos de Gestão Compartilhada nos grandes municípios. A Companhia garantiu, via Fundo, que R\$ 60,21 milhões permanecessem nos municípios para investimentos em saneamento.

Na ação *Fomento de Novos Negócios*, com relação aos resíduos sólidos, no que tange ao tratamento do lixiviado, em 2013, a CORSAN tratou mais de 219 mil metros cúbicos, e no biênio 2012/2013, tratou o total de 376 mil metros cúbicos de lixiviado.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

No exercício de 2013, a CORSAN contratou o total de R\$ 975,5 milhões através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 3ª seleção, sendo R\$ 521,9 milhões com recursos do OGU sem contrapartida e R\$ 453,6 milhões com recursos financiados tendo como contrapartida da CORSAN R\$ 25,6 milhões. As contratações referem-se a obras em esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversas localidades. Abaixo segue tabela com os municípios contemplados:

Municípios contemplados, em 2013, com recursos do Orçamento Geral da União - OGU

Município	Mod	Objeto	Total	Repasse	Contrapartida
Canoas	SES ⁴⁴	Modifica ETE / Amplia RC	216.254.609,81	216.254.609,81	0,00
Estância Velha	SES	Implantação ETE + RC + EBE	71.415.585,50	71.415.585,50	0,00
Nova Hartz	SAA ⁴⁵	Adutora Água Tratada + EAT	5.150.000,00	5.150.000,00	0,00
Nova Santa Rita	SES	Implantação ETE + RC + EBE	29.763.702,53	29.763.702,53	0,00
Parobé	SES	Implantação ETE + RC + EBE	42.630.752,50	42.630.752,50	0,00
Portão	SES	Implantação ETE + RC + EBE	23.277.452,90	23.277.452,90	0,00
Sto. Antônio da Patrulha	SES	Ampliação RC + EBE	16.311.169,80	16.311.169,80	0,00
Sapiranga	SES	Amplia RC + EBE + nova ETE	34.761.862,43	34.761.862,43	0,00
TOTAL			521.917.615,23	521.917.615,23	0,00

Fonte: CORSAN – Jan/2014

Municípios contemplados, em 2013, com recursos da Caixa Econômica Federal – CEF

Município	Mod	Objeto	Total	Financiamento	Contrapartida
Alvorada/ Viamão	SAA	Capt + EAB + ETA + Desid Lodo	58.720.000,00	52.848.000,00	5.872.000,00
Cachoeirinha	SES	Ampliação RC + EBE	45.902.763,13	43.607.624,97	2.295.138,16
Campo Bom	SES	Implantação ETE + RC + EBE	78.335.639,92	74.418.857,92	3.916.782,00
Gravataí	SES	Modifica ETE / Amplia RC	123.168.290,70	117.009.876,16	6.158.414,54
Guaíba	SES	Ampliação RC + EBE	28.263.932,89	26.850.736,25	1.413.196,64
Santa Maria	SES	Modifica ETE / Amplia RC	119.194.070,36	113.234.366,84	5.959.703,52
TOTAL			453.584.697,00	427.969.462,15	25.615.234,85

Fonte: CORSAN – Jan/2014

⁴⁴ SES: Sistema de Abastecimento de Esgoto

⁴⁵ SAA: Sistema de Abastecimento de Água

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Encontram-se, ainda, em fase de contratação R\$ 26,4 milhões com recursos do BNDES para esgotamento sanitário em Guaíba, sendo R\$ 25 milhões financiados e R\$ 1,4 milhão de contrapartida da CORSAN.

Com recursos do FOCEM (Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL) foram contratados U\$ 2,5 milhões para execução do sistema de esgotamento sanitário em Aceguá, sendo U\$ 1,6 milhão de repasse do FOCEM e U\$ 559 mil de contrapartida da CORSAN.

Ainda através do PAC, 4ª seleção, a CORSAN solicitou em 2013 recursos na ordem de R\$ 1,34 bilhão para execução de obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversas localidades. Este processo seletivo está em andamento, podendo ocorrer alteração no valor conforme resultado ainda a ser divulgado.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEHABS	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Apoio à Implantação de Sistema de Saneamento
SEHABS	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Estruturação do Sistema Estadual de Saneamento e ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico
SEHABS	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Perfuração de Poços Tubulares
SEHABS	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Repasse dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU)
SEHABS	Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária	Adequação urbanística
SEHABS	Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária	Aluguel Social
SEHABS	Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária	Dignificação da moradia
SEHABS	Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária	Fomento às ações de regularização fundiária nos municípios
SEHABS	Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária	Regularização fundiária e reassentamento em áreas de propriedade do Estado
SEHABS	Programa Estadual de Produção Habitacional	Produção de ações habitacionais
CORSAN	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água
CORSAN	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Expansão e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário
CORSAN	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Fomento de Novos Negócios
CORSAN	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Promoção da Expansão do Abastecimento de Água Potável no Meio Rural
CORSAN	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Promoção de Medidas Institucionais
CORSAN	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	Renovação dos Contratos de Programa para Prestação de Serviço de Abastecimento e Esgotamento Sanitário

Infraestrutura e Transporte

As ações desenvolvidas na área de Infraestrutura e Logística no Rio Grande do Sul são atribuições da **Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEINFRA)**. A Secretaria consolida institucionalmente uma visão integrada do papel desempenhado pela infraestrutura no desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul e aglutina, na sua estrutura, empresas estatais, departamentos e autarquias vinculadas: **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT); Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D); Companhia Riograndense de Mineração (CRM); Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS); Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR); Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER); Departamento Aeroportuário (DAP); Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH); Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG)**. A SEINFRA, através de suas empresas estatais e autarquias vinculadas implementa dois importantes programas, um na área de energia e outro no campo dos transportes e da logística. No setor energético, é executado o Programa Mais Energia Para o Rio Grande, o qual reúne ações da CEEE-GT; CEEE-D; CRM e SULGÁS. Na área do transporte e da logística, o programa Transportes Multimodais congrega as ações implementadas pelo DAER, EGR, DAP, SPH e SUPRG.

O **Grupo CEEE** é composto pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE - Par, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia elétrica - CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D.

Nos segmentos de geração e transmissão, o Grupo CEEE está presente em todo o Estado do Rio Grande do Sul e seu parque gerador tem uma potência instalada de 1.244,73 MW, considerando-se, neste total, aqueles empreendimentos de geração próprios e também aqueles que integra mediante a constituição de parcerias.

O Parque Gerador da CEEE-GT tem uma potência instalada de 909,9 MW, distribuídos nas usinas do Sistema Jacuí, do Sistema Salto e em mais nove Pequenas Centrais Hidrelétricas. No segmento transmissão, possui 6.055,6 km de linhas de transmissão e 66 Subestações, as quais, juntas, somam uma potência instalada de 9.131,7 MVA de energia.

Na distribuição de energia elétrica, atende a um terço do mercado gaúcho através de 72.138 km de redes urbanas e rurais, fornecendo eletricidade à cerca de 4 milhões de pessoas, atuando em 72 municípios.

A **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE (GT)** é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE. Atua na geração e transmissão da energia elétrica, produzindo cerca de 18 %⁴⁶ da energia hidrelétrica gerada no Rio Grande do Sul e possui 6.055 km em linhas de transmissão. O Parque Gerador da CEEE-GT tem uma potência instalada de 909,9 MW, distribuídos nas usinas do Sistema Jacuí, do Sistema Salto e em mais nove Pequenas Centrais Hidrelétricas.

Os investimentos realizados pela CEEE-GT no Parque Gerador e em obras de Subestações e Linhas de Transmissão, com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da

⁴⁶ Percentual representa a produção do Grupo CEEE, desconsiderando Empreendimentos em Parceria. Fonte: Site Grupo CEEE.

demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica, ao longo de 2013, totalizaram cerca de R\$ 1,0 bilhão.

O quadro abaixo resume a forma como recursos foram aportados.

Ações Finalísticas - Realizações 2013 - CEEE - GT	TOTAL (R\$)
Expansão da Geração	105.895.958,73
Manutenção e Operação da Geração	579.981.809,59
Expansão da Transmissão	191.509.502,87
Manutenção e Operação da Transmissão	97.071.881,82
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	59.923.614,48
Total	1.034.382.767,48

Fonte: Valores realizados em 2013, conforme relatórios do Sistema de Informações Econômico-Financeiras – Módulo Orçamentário (SIEF-O). Nas Ações de Expansão e O&M de Geração, bem como, nas Ações de Expansão e O&M de Transmissão considerou-se a Despesa de Capital e Despesas Correntes, sendo elas: Custeio, Institucional, Intra-setorial e Dívida da Área Técnica. Na Ação de Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura considerou-se a Despesa de Capital e as Despesas Correntes, sendo elas: Custeio, Institucional e Dívida da Área de Apoio.

A Companhia participa do Programa Energia Para o Rio Grande executando cinco ações aqui apresentadas segundo três grupamentos estruturadores, o primeiro é o grupamento Geração e engloba as ações Expansão da Geração e Manutenção e Operação da Geração. O segundo grupamento é o da Transmissão que organiza duas ações: Expansão da Transmissão e Manutenção e Operação da Transmissão e, por fim o terceiro grupo é composto pela Ação Pesquisa e Desenvolvimento.

Área de Geração

As ações relativas à Expansão da Geração têm foco na ampliação da capacidade de produção de energia elétrica. O objetivo essencial é o aumento da participação no mercado e da rentabilidade através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos das diversas fontes de energia, em especial a energia eólica, biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas. Busca também expandir e modernizar o Sistema Elétrico visando a Copa 2014. A CEEE-GT, no ano de 2013, agiu para estabelecer as bases infra-estruturais necessárias ao cumprimento da meta física fixada no PPA, para ser atingida até o ano de 2015. A Companhia tem estruturados 6 projetos direcionados a Usinas Hidrelétricas - UHE e Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH. No ano de 2013, a Companhia aplicou recursos da ordem de R\$ 105,9 milhões, sendo R\$ 44,4 milhões referente à despesa de capital e R\$ 61,5 milhões destinados à despesa corrente.

Entre as obras projetadas, destacam-se a ampliação da UHE Bugres, já autorizada pela ANEEL e as ampliações da UHE Ernestina, da PCH Santa Rosa, da PCH Guarita e a PCH Forquilha, que aguardam definições regulatórias com base na MP 579.

A UHE Passo Real e a UHE Itaúba estão sendo modernizadas. A Expansão da Geração tem dada especial atenção à realização de projetos com novas fontes, em especial a energia eólica. A CEEE-GT concluiu a aquisição de 10% do capital das SPEs (Sociedades de propósito específico) Parques Eólicos Palmares, Ventos da Lagoa e Ventos do Litoral, que totalizam 150 MW de Potência instalada. A aquisição segue os termos do Acordo de Investimentos firmado em 2012 com a ENERFIN, referente aos parques eólicos de Osório (com 302,9 MW) e de Palmares

do Sul (com 125,9 MW). A parceria inclui também, além das unidades já em operação, as ampliações previstas na região, até uma potência total de 500 MW.

A ação relacionada à Manutenção e Operação da Geração objetiva manter o percentual ótimo de disponibilidade do fornecimento de energia elétrica. No ano de 2013, a Companhia aplicou recursos na ordem de R\$ 579,9 milhões em manutenção e operação da geração, promovendo a modernização e a adequação das usinas existentes e objetivando a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica, sendo R\$ 20,5 milhões referente à despesa de capital e R\$ 559,4 milhões destinados à despesa corrente. No ano de 2012, o Setor Elétrico sofreu forte impacto a partir da publicação da Medida Provisória 579, de 11 de setembro, convertida na Lei 12.783 de 11 de Janeiro de 2013. Ambas as medidas resultaram em uma queda abrupta de Receita das empresas dos segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração de Energia Elétrica. O segmento de Geração teve significativo incremento no item despesas com a compra de energia para Lastro, assim, explica-se por que as despesas correntes, desta área de negócio, aumentaram em relação a 2012.

Manutenção e Operação das Instalações de Geração		
Corede	Usinas	Situação
Alto da Serra do Botucarai	UHE Ernestina	Em execução
Alto Jacuí	UHE Jacuí - UHE Passo Real	Em execução
Central	UHE Itaúba - UHE Ivaí	Em execução
Fronteira Noroeste	PCH Santa Rosa	Em execução
Hortênsias	UHE Canastra PCH's: Bugres, Toca e Passo do Inferno	Em execução
Médio - Alto Uruguai	PCH Guarita	Em execução
Missões	PCH Ijuizinho	Em execução
Nordeste	PCH Forquilha	Em execução
Paranhana - Encosta da Serra	PCH Herval	Em execução
Produção	PCH Capigui	Em execução

Área de Transmissão

A CEEE-GT é responsável pela maior parte das instalações que compõem a Rede Básica de Transmissão do Estado. Viabiliza o suprimento de energia às concessionárias de distribuição: CEEE Distribuidora, AES Sul, RGE, concessionárias municipais e cooperativas de eletrificação rural. Para tanto, dispõe de 6.055,6 km de linhas de transmissão. Possui ainda 66 Subestações (54 próprias, 2 com cessão de uso, 8 compartilhadas e 2 com contrato de O&M), as quais, juntas, totalizam uma potência de 9.131,7 MVA.

A ação Expansão da Transmissão tem foco na construção e na ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica. Visa, além de aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT, expandir e modernizar o Sistema Elétrico, visando atender o aumento da demanda instalada e da demanda por energia resultante da realização da Copa do Mundo de 2014. No ano de 2013, foram aplicados R\$ 191,5 milhões na expansão da capacidade de transmissão, sendo R\$ 157,5 milhões referente à despesa de capital e R\$ 33,8 milhões destinados à despesa corrente.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Na Expansão da Transmissão temos dois produtos distintos: *Capacidade de Transmissão Expandida para a Copa de 2014*, que relaciona as obras para a Copa e *Capacidade de Transmissão Expandida*, que relaciona as demais obras da CEEE-GT na Área de Transmissão.

No produto Capacidade de Transmissão Expandida foram instalados 490 MVA de potência em 7 subestações. A tabela a seguir mostra as obras que estão em andamento e as que foram concluídas em 2013.

Capacidade de Transmissão Expandida - 2013				
COREDE	Subestação	Especificação	Potência (MVA)	Situação
Campanha	SE Presidente Médici	Ampliação	17	Concluída
Central	SE Santa Maria 3	Ampliação	83	Em execução
Central	SE Santa Maria 1	Ampliação	25	Em execução
Fronteira Oeste	SE Maçambará	Ampliação	83	Em execução
Fronteira Oeste	SE Uruguaiana 5	Ampliação	83	Em execução
Fronteira Oeste	SE Alegrete 2	Ampliação	83	Concluída
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Cachoeirinha	Ampliação	42	Concluída
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Eldorado do Sul	Adequação	-	Em execução
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Guaíba 2	Adequação	-	Em execução
Serra	SE Nova Prata	Ampliação	50	Em execução
Serra	SE Garibaldi	Adequação	-	Concluída
Sul	SE Quinta	Ampliação	215	Concluída
Vale do Jaguari	SE São Vicente	Ampliação	50	Em execução
Vale do Rio dos Sinos	SE Scharlau	Ampliação	50	Em execução

No produto Capacidade de Transmissão Expandida para a Copa de 2014 foram concluídas 3 obras com aumento de 150 MVA de potência de um total de 333 MVA.

Capacidade de Transmissão Expandida 2013 - Copa de 2014				
COREDE	Subestação	Especificação	Potência (MVA)	Situação
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 10	Ampliação	50	Em execução
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 8	Ampliação	83	Em execução
Metropolitano Delta do Jacuí	Se Guaíba 2	Adequação	-	Concluída
Paranhana Encosta da Serra	SE Taquara	Ampliação	150	Concluída
Vale do Rio dos Sinos	SE Canoas 1	Ampliação	50	Em execução
Vale do Rio dos Sinos	SE Cidade Industrial	Adequação	-	Concluída

A ação Manutenção e Operação da Transmissão está focada nas atividades de manutenção da garantia do bom desempenho e disponibilidade do sistema. No ano de 2013, a CEEE-GT aplicou R\$ 97,1 milhões em obras nas diversas Subestações e Linhas do Sistema de Transmissão da CEEE-GT, sendo R\$ 18,3 milhões referente à despesa de capital e R\$ 78,8 milhões destinados à despesa corrente, visando manter as instalações em operação dentro dos padrões estabelecidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema e pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Foram executadas programações de manutenção preventiva e

preditiva das subestações e linhas de transmissão e operação da rede básica de transmissão de forma a garantir um bom desempenho do sistema que, no ano de 2013, atingiu uma disponibilidade garantida de 99,871% (dado de outubro/2013).

Outra realização da Companhia diz respeito ao Lançamento de Fibra Ótica. Foram iniciados trabalhos de instalação que ao serem concluídos irão totalizar cerca de 99 km de fibra ótica instalada, conforme apresentado no quadro adiante, nas linhas de transmissão que interligam Subestações da CEEE-GT, sua utilização visa melhorar a comunicação e o envio de dados para os Centros de Operação do Sistema da empresa e do Operador Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro - ONS. Além destes trechos a CEEE-GT recebeu, em 2013, a autorização da ANEEL para a instalação de cabo de fibra ótica em mais 4 linhas de transmissão com cerca de 281 km.

Lançamento de Fibra Ótica 2013			
Linha Transmissão	Trecho	Extensão	Situação
LT Santa Maria 3	LT 230 kV Santa Maria 3 x UHE Dona Francisca	61 km	Concluída
LT Canoas	L T 230 kV Canoas x Guaíba 2	38 km	Em execução

Outra atividade no campo da operação da transmissão é a Digitalização de Subestações. A Digitalização do Sistema de Telecomunicações de Subestações por fibra ótica ou rádio digital visa atender os parâmetros definidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Foram concluídas 12 subestações no ano de 2013.

Subestações Atendidas Sistema Digital 2013		
Corede	Subestação	Situação
Alto Jacuí	SE Passo Real - Salto do Jacuí	Concluída
Alto Jacuí	SE Jacuí - Salto do Jacuí	Concluída
Central	SE Santa Maria 3	Concluída
Central	SE São Vicente do Sul	Concluída
Fronteira Oeste	SE Alegrete 2	Concluída
Fronteira Oeste	SE Livramento 2	Concluída
Metropolitano - Delta do Jacuí	SE Cachoeirinha	Concluída
Serra	SE Garibaldi	Concluída
Serra	SE Nova Prata2	Concluída
Vale do Rio Pardo	SE Santa Cruz do Sul	Concluída
Vale do Rio Pardo	SE Venâncio Aires	Concluída
Vale do Taquari	SE Lageado 2	Concluída

Modernização de Instalações de Transmissão para a Copa 2014 - Investimentos da ordem de R\$ 1,3 milhão destinados à modernização de subestações objetivando o bom funcionamento das instalações - de transmissão para a Copa do Mundo de 2014 - definidas pelos organismos do Setor elétrico: EPE - Empresa de Pesquisa Energética, ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico e ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Subestações Modernizadas 2013 - Copa de 2014		
Corede	Subestação	Situação
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 6	Em execução
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 8	Em execução
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 9	Em execução
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Gravataí 2	Concluída
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 13	Concluída
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 4	Em execução
Vale do Rio dos Sinos	SE Cidade Industrial - Canoas	Em execução

Ação Pesquisa e Desenvolvimento da CEEE-GT:

A ação Pesquisa e Desenvolvimento busca incentivar processos e projetos inovadores que venham fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico tendo como base a regulamentação do Programa de P&D do segmento. O investimento total em 2013 foi de R\$ 2,8 milhões, destacando-se entre os projetos os de:

- *Usina Solar Fotovoltaica:* Projeto realizado em parceria com a TRENURB que visa beneficiar a mobilidade urbana através do desenvolvimento de uma usina solar fotovoltaica de 550 kVA instalada junto à linha do aeromóvel, localizada próximo ao aeroporto Internacional Salgado Filho. Cabe ressaltarmos que além de ser um exemplo de iniciativa tecnológica para o Estado, este projeto obteve o reconhecimento de melhor avaliação pela ANEEL, possibilitando a utilização da energia fotovoltaica;
- *Smart Info:* O objetivo é desenvolver Metodologia e software dedicado à gestão de acervo técnico do setor elétrico. Será um sistema com capacidade de armazenar, correlacionar e buscar informação nas diferentes bases de informações utilizadas pelo Setor Elétrico por critérios geoespacial, temporal e contextual.

A **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D** é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE, concessionária do serviço Público de distribuição de energia elétrica na região sul-sudeste do Estado.

Com área de concessão que compreende as regiões Metropolitana, Sul, Litoral e Campanha Gaúcha, a CEEE-D atende 72 municípios, abrangendo 73.627 km², o que corresponde, aproximadamente, a 34% do mercado consumidor do Rio Grande do Sul, através de seus 72.138 km de redes urbanas e rurais.

A CEEE Distribuição atendeu, em 2013, um total de 1,6 milhão de unidades consumidoras, o que equivale a cerca de 4,8 milhões de pessoas ou um terço da população gaúcha, distribuindo, diretamente, 9.976 GWh.

A CEEE-D participa do Programa Energia Para o Rio Grande. A Companhia opera quatro ações específicas: Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição; Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão (Linhas de Transmissão e Subestações); Eficientização Energética e Pesquisa e Desenvolvimento.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

O quadro abaixo apresenta as movimentações financeiras das ações finalísticas do Programa Energia Para o Rio Grande e de Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura:

Ações Finalísticas - Realização 2013 - CEEE - D	TOTAL (R\$)
Expansão, Renovação e Melhoria das instalações de Redes de Distribuição	2.137.841.204,26
Expansão, Renovação e Melhoria das instalações de Subtransmissão	863.478.406,11
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	267.684.607,46
Total	3.269.004.217,83

Fonte: Valores realizados em 2013, conforme relatórios do Sistema de Informações Econômico-Financeiras – Módulo Orçamentário (SIEF-O). Nas Ações de Expansão Renovação e Melhoria das instalações de Redes de Distribuição, bem como, em Expansão, Renovação e Melhoria das instalações de Subtransmissão considerou-se a Despesa de Capital e Despesas Correntes, sendo elas: Custeio, Institucional, Intra-setorial e Dívida da Área Técnica. Na Ação de Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura considerou-se a Despesa de Capital e as Despesas Correntes: Custeio, Institucional e Dívida da Área de Apoio.

A ação Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição tem seu foco no atendimento às redes de distribuição. A CEEE-D aplicou recursos na ordem de R\$ 2,1 bilhões, sendo R\$ 169,7 milhões referente à despesa de capital e R\$ 2,0 bilhões destinados à despesa corrente. Estes recursos foram destinados à expansão, renovação, melhoria e manutenção das instalações de redes de distribuição obtendo expansão de sua capacidade na ordem de 180.360 kVA. Os investimentos realizados objetivaram enfrentar os desafios inerentes ao setor distribuição, especialmente quanto à melhoria da qualidade dos serviços no meio urbano, especificamente a redução das interrupções no fornecimento de energia elétrica e os tempos de restabelecimento, além da garantia dos níveis adequados de tensão junto às unidades consumidoras, tanto urbanas quanto rurais.

Foram realizadas atividades em três campos de atuação fundamentais e estão relacionados à expansão destinada a suportar o incremento de carga para o atendimento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; à substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil e ainda às melhorias físicas necessárias à manutenção da qualidade da confiabilidade e da continuidade do suprimento de energia realizada pelo sistema elétrico da companhia bem como da qualidade do serviço prestado.

Construção, Recondutoramento e Melhorias de Alimentadores de Distribuição - foram beneficiadas mais de 40 subestações, conforme o quadro abaixo indica.

Corede	Município	Alimentadores	Discriminação	Situação
Campanha	Bagé	SE BAGÉ 2	Construção	Em execução
		SE BAGÉ 2	Recondutoramento	Em execução
		SE BAGÉ 1 - SE BAGÉ 2	Interligação	Em execução
Centro Sul	Arambaré	SE CAMAQUÃ 2	Recondutoramento	Em execução
	Camaquã	SE CAMAQUÃ 1	Construção	Em execução
	Camaquã	SE CAMAQUÃ 2	Construção	Em execução
	Tapes	SE TAPES	Recondutoramento	Em execução
Litoral	Tramandaí	SE TRAMANDAÍ	Recondutoramento	Em execução
	Arroio do Sal	SE ARROIO DO SAL	Interligação	Em execução
	Pinhal	SE PINHAL	Recondutoramento	Em execução
	Tramandaí	SE TRAMANDAÍ	Recondutoramento	Concluída
	Torres	SE TORRES 1 - Alimentador 3	Recondutoramento	Em execução
	Torres	SE TORRES 1 - Alimentador 1	Recondutoramento	Em execução
	Capão da Canoa	SE ATLANTIDA	Construção	Em execução
Metropolitano	Porto Alegre	SE RINCÃO	Construção	Em execução
		SE MENINO DEUS	Construção	Em execução

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Corede	Município	Alimentadores	Discriminação	Situação
		SE PORTO ALEGRE 1	Construção	Concluída
		SE PORTO ALEGRE 2	Melhoria	Concluída
		SE PORTO ALEGRE 4 - Alim. Nº 42 e 48	Substituição	Em execução
		SE PORTO ALEGRE 4 - Alim. Nº 410 e 411	Substituição	Em execução
		REDE COMPACTA	Melhoria	Em execução
		SE PORTO ALEGRE 7	Construção	Em execução
		SE PORTO ALEGRE 15	Construção	Em execução
		SE PORTO ALEGRE 17	Construção	Em execução
	Viamão	SE VIAMÃO 1	Melhoria	Em execução
	Viamão	SE VIAMÃO 2	Construção	Em execução
Sul	Santa Vitória do Palmar	SE MARMELEIRO	Recondutoramento	Em execução
	Rio Grande	SE QUINTA	Recondutoramento	Em execução
	São Lourenço	SE SÃO LOURENÇO	Melhoria	Em execução
	Pelotas	SE PELOTAS	Construção	Em execução
	Rio Grande	SE CASSINO	Recondutoramento	Concluída
	Pelotas	SE PELOTAS I	Construção	Em execução
	Santa Vitória do Palmar	SE SALSO	Construção	Em execução
	Rio Grande	SE RIO GRANDE I, II e III	Recondutoramento	Em execução
São José do Norte	SE SÃO JOSÉ DO NORTE	Recondutoramento	Em execução	

As obras em Redes de Distribuição contemplam principalmente serviços em redes de baixa tensão aéreas e subterrâneas, como abertura de circuito com instalação de unidades transformadoras, recondutoramento, extensão e alteração do padrão, bem como obras destinadas a substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim de sua vida útil.

O objetivo é atender ao crescimento vegetativo, à melhoria da confiabilidade do sistema e à consequente redução de perdas de energia. No ano de 2013, foram viabilizados investimentos diretos e melhorias em redes conforme apresentado no quadro adiante.

Corede	Discriminação	Situação
Litoral	Obras em redes	Contratos em andamento obras por demanda do consumidor
Metropolitano Delta do Jacuí	Obras em redes	
Metropolitano Delta do Jacuí	PLT Urbano	
Metropolitano Delta do Jacuí	PLT Rural	
Campanha	Obras em redes	
Campanha	PLT Rural	
Centro Sul	Obras em redes	
Centro Sul	PLT Rural	
Sul	PLT Rural	
Vale do Rio Pardo	Obras em redes	
Vale do Rio Pardo	PLT Rural	
Vale do Taquari	Obras em redes	
Vale do Taquari	PLT Rural	

A ação Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão busca a melhoria da qualidade do fornecimento de energia através das Linhas de Transmissão e Subestações da CEEE-D, com a renovação desse sistema bem como a sua ampliação para atender ao crescimento da demanda de energia da Concessão, onde se destacam o atendimento de demandas por energia decorrentes da realização da Copa 2014 e do crescimento do polo naval de Rio Grande.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

A CEEE-D aplicou mais de R\$ 863,4 milhões em atividades relacionadas à Expansão, Renovação Melhoria e manutenção das Instalações de Subtransmissão, sendo R\$ 68,5 milhões referente à despesa de capital e R\$ 794,9 milhões destinados à despesa corrente. O resultado da aplicação destes recursos aponta para uma expansão da capacidade de subtransmissão na ordem de 75 MVA (Mega Volt Ampères). As atividades podem ser divididas em dois grupos: o primeiro reúne atividades relacionadas às Linhas de Subtransmissão e o segundo as Subestações.

No que refere às Linhas de Subtransmissão, estão em andamento serviços de desenvolvimento de projetos de engenharia e obras de construção, recondutoramento, reisolamento e melhorias que envolvem mais de 481,09 km de linhas que integram o sistema.

Os investimentos destinados a atender demandas oriundas da Copa de 2014 estão localizados no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí e envolvem mais de 4,4 km de linhas conforme apresentado no quadro.

Capacidade de Subtransmissão Expandida - Copa de 2014 - Linhas de Subtransmissão				
Corede	Linha Transmissão - Trecho	Extensão	Discriminação	Situação
Metropolitano Delta do Jacuí	LT Porto Alegre 10 x Menino Deus	3,3	Construção	Em execução
	PAL 1 x LT ZAFFARI	1,8	Implantação	Em execução
Total		5,1	<i>Extensão em quilômetros</i>	

Outras atividades em Linhas de Subtransmissão, com 475, 99 km, estão relacionadas no quadro abaixo:

Capacidade de Subtransmissão Expandida - Linhas de Subtransmissão				
Corede	Linha Transmissão - Trecho	Extensão	Discriminação	Situação
Centro Sul	LT DOM FELICIANO	1	Construção	Em execução
	LT CAMAQUÃ X SÃO LOURENÇO	60	Recondutoramento	Em execução
	LT CAMAQUÃ X CERRO GRANDE DO SUL	30	Construção	Em execução
	LT CAMAQUÃ 1 X VASCONCELOS	32	Recondutoramento	Em execução
	LT INTEGRAÇÃO CAMAQUÃ 3	*	Conexão de Linhas	Em execução
Litoral	LT ATLÂNTIDA X IMBÉ	19	Construção	Em execução
	LT ATLÂNTIDA X ATLÂNTIDA SUL	1	Adequação	Em execução
	LT ATLÂNTIDA 2 X TORRES	19,84	Recondutoramento	Em execução
	LT DOM PEDRO DE ALCANTARA	5	Construção	Em execução
Metropolitano Delta do Jacuí	LT VIAMÃO X ÁGUAS CLARAS	22,5	Construção	Em execução
	LT ALVORADA 2	3,5	Construção	Em execução
	LT PORTO ALEGRE 5 X FLORESTA	2,1	Construção	Em execução
	LT PORTO ALEGRE 8 X ZAFFARI	3,2	Construção	Em execução
	LT PORTO ALEGRE 9 X PORTO ALEGRE 7	5,6	Construção	Em execução
	LT PORTO ALEGRE 12 X PORTO ALEGRE 5	3,2	Construção	Em execução
	LT PORTO ALEGRE 14 X PORTO ALEGRE 15	11,5	Construção	Em execução
	LT RINCÃO	0,5	Construção	Em execução
	LT ALBARUS X AEROPORTO	1,1	Construção	Em execução
	LT PORTO ALEGRE 8 X PORTO ALEGRE 17	2,8	Construção	Em execução
	LT PORTO ALEGRE 12 INTEGRAÇÃO	*	Conexão	Em execução
LT VIAMÃO 3 INTEGRAÇÃO	*	Integração	Em execução	

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Capacidade de Subtransmissão Expandida - Linhas de Subtransmissão				
Corede	Linha Transmissão - Trecho	Extensão	Discriminação	Situação
	LT RESTINGA INTEGRAÇÃO	*	Conexão	Em execução
Sul	LT PELOTAS 5	0,5	Construção	Em execução
	LT RAMAL RIO GRANDE	3,5	Construção	Em execução
	LT MARMELEIRO X SALSO	15	Construção	Em execução
	LT QUINTA X SÃO JOSÉ DO NORTE	33,65	Construção	Em execução
	LT MORRO REDONDO	0,5	Implantação	Em execução
	LT QUINTA X PELOTAS 1	39	Reisolamento	Em execução
	LT CAMAQUÃ X SÃO LOURENÇO	60	Recondutoramento	Em execução
	LT DOM FELICIANO	1	Construção	Em execução
	LT UTE PIRATINI	23	Construção	Em execução
Vale do Rio Pardo	LT CAMAQUÃ X ENCRUZILHADA DO SUL	-	Recapacitação	Em execução
	LT INTEGRAÇÃO X CAMAQUÃ 3	-	Conexão	Em execução
Total		475,99	<i>Extensão em quilômetros</i>	

Observações do Quadro anterior

- * Indica que extensão em km das integrações estão sendo definidas em projeto.
- A integração de linhas de transmissão nas subestações contempla pequenas extensões, geralmente metros, com o intuito de conectar a nova linha ao barramento da subestação. Também são desenvolvidas atividades de instalação e ajustes de equipamentos de proteção e telecomunicações.

As atividades em Subestações estão discriminadas no quadro abaixo:

Capacidade de Subtransmissão Expandida - Subestações			
Corede	Subestação	Obra	Situação
Estado	SE MÓVEL - Duas Subestações Móveis (2 x 30 MVA)	Aquisição	Em execução
Centro Sul	SE CERRO GRANDE DO SUL (12,5 MVA)	Construção	Em execução
	SE VASCONCELOS (25 MVA)	Ampliação	Em execução
	SE DOM FELICIANO (12,5 MVA)	Construção	Em execução
	SE SÃO JERÔNIMO (12,5 MVA)	Construção	Em execução
Litoral	SE CAPÃO DA CANOA (25 MVA)	Construção	Em execução
	SE IMBÉ (25 MVA)	Construção	Em execução
	SE DOM PEDRO DE ALCANTARA (TORRES 2) - (12,5 MVA)	Construção	Em execução
	DISJUNTOR - 27 KV : Osório 1, Torres, Arroio do Sal e Palmares	Modernização	Em execução
	SE : Arroio do Sal, Atlântida, Mostardas, Osório 1, Palmares , Pinhal, Torres e Tramandaí	Modernização	Em execução
Metropolitano Delta Jacuí	SE VIAMÃO 1	Adequação	Em execução
	SE PORTO ALEGRE 8 - Implantação de módulo de Linha	Conexão PAL 17	Em execução
	SE PORTO ALEGRE 3 - Disjuntores	Substituição	Em execução
	SE PORTO ALEGRE 7	Construção	Em execução
	SE ALVORADA 2	Construção	Em execução
	SE PORTO ALEGRE 16	Digitalização	Em execução
	DISJUNTORES - SE : POA 14, Alvorada e Guaíba 1	Modernização	Em execução
	SE : POA 1, 2, 5, 14 e 16, Alvorada, Guaíba 1 e Viamão 2	Modernização	Em execução
	SE ÁGUAS CLARAS (25 MVA)	Construção	Em execução
	SE PORTO ALEGRE 15 (50 MVA)	Construção	Em execução
	SE PORTO ALEGRE 17 (50 MVA)	Construção	Em execução
SE AEROPORTO (50 MVA)	Construção	Em execução	

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Capacidade de Subtransmissão Expandida - Subestações			
	SE FLORESTA (50 MVA)	Construção	Em execução
	SE RINCÃO (50 MVA)	Construção	Em execução
Sul	SE RIO GRANDE 1	Melhoria	Em execução
	SE RIO GRANDE 2 (50 MVA) – SE RIO GRANDE 4 (25 MVA)	Construção	Em execução
	SE RIO GRANDE 3	Melhoria	Em execução
	SE PIRATINI (25 MVA)	Construção	Em execução
	SE PELOTAS 4 (75 MVA)	Ampliação	Em execução
	SE PELOTAS 5 (50 MVA)	Construção	Em execução
	SE MARMELEIRO - Disjuntores e Digitalização	Modernização	Em execução
	SE SANTA VITÓRIA DO PALMAR - Disjuntores e Digitalização	Modernização	Em execução
	SE : Rio Grande 1 e 3, Pelotas 2 e Jaguarão	Modernização	Em execução
	SE : Arroio Grande, Cassino, Jaguarão, Pelotas 2 e Santa Vitória	Modernização	Em execução
	SE PEDRO OSÓRIO	Adequação	Concluída
	SE SÃO JOSÉ DO NORTE	Construção	Em execução
	SE MORRO REDONDO (25 MVA)	Construção	Em execução
	SE SALSO (25 MVA)	Construção	Em execução
SE DOM FELICIANO (12,5 MVA)	Construção	Em execução	
Vale do Rio	SE ENCRUZILHADA DO SUL (2,5 MVA)	Ampliação	Em execução

As atividades em Subestações Copa 2014 estão discriminadas no quadro abaixo:

Capacidade de Subtransmissão Expandida - Copa de 2014 - Subestações			
Corede	Subestação	Obra	Situação
Metropolitano	SE Porto Alegre 16	Modernização	Em execução
Delta	SE Porto Alegre 1	Ampliação	Em execução
	SE Porto Alegre 12	Ampliação	Concluída
Jacuí	SE MENINO DEUS (2x25 MVA)	Construção	Em execução
	SE Porto Alegre 14	Modernização	Em execução

No que se refere às Subestações, estão em andamento serviços de projetos de engenharia e obras de ampliação, construção, melhoria ou modernização em 37 subestações do sistema. Como pode ser observado nos Quadros anteriores, as subestações estão apresentadas, evidenciando-se o tipo de obra e a sua situação. No primeiro quadro, estão apontadas as obras e os serviços em andamento através dos quais será viabilizado um acréscimo de aproximadamente 780 MVA de potência. O segundo quadro apresenta as subestações cujos projetos estão vinculados à realização da Copa de 2014 e que ao final dos trabalhos permitirão um acréscimo de aproximadamente 100 MVA de potência.

O Programa Luz Para Todos teve atividades relacionadas ao PLT Rural e ao PLT Urbano, através dos quais foram viabilizados investimentos e obras de reforço, melhoria, incremento de carga e regularização de unidades consumidoras.

O PLT Rural contempla obras em rede de distribuição de média e baixa tensão, visando garantir a universalização do acesso à energia elétrica à parcela da população do meio rural. O programa totaliza 28.155 unidades. Em 2013, foram atendidas 247 unidades, conforme discrimina o quadro abaixo:

Expansão da Distribuição / PLT Rural - Atendimento Unidades Consumidoras		
Projeto	Corede	Ligações Novas Unidades
PLT Rural	Centro sul	75
	Litoral	63
	Metropolitano	60
	Sul	16
	Vale do Rio Pardo	33
Total		247

O PLT Urbano contempla obras em rede de baixa tensão, visando regularizar ligações existentes em vilas clandestinas e universalização do acesso à energia elétrica. No ano de 2013 foram viabilizados investimentos diretos na ordem de R\$ 1,24 milhão para a ligação de 2.574 clientes, e até o 1º semestre de 2014 serão ligados mais 1.504 clientes.

Outra Ação que merece destaque no ano de 2013 é o chamado Programa Energia Legal que visa a inclusão social de comunidades carentes, oportunizando segurança e confiabilidade a todos os consumidores. Desde o seu início em 2012 já foram eliminadas 3.932 ligações clandestinas, o que representa um retorno de R\$ 1,5 milhão para a CEEE-D. O Programa visa também beneficiar o consumidor através da conta educativa e da instalação do kit padrão de entrada monofásica. No ano de 2013, a CEEE-D atuou na regularização de 2.574 novos clientes na Regional Metropolitana, estimulando a manutenção da regularidade do fornecimento de energia elétrica.

Outras duas atividades finalísticas são realizadas dentro desta ação, através da construção de alimentadores de distribuição, de média e baixa tensão em subestações e obras em redes de distribuição. São atividades finalísticas que objetivam melhorar os indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica e a confiabilidade do sistema.

A Ação Eficientização Energética da CEEE-D tem foco em realizações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica nos termos do Programa de Eficiência Energética das Empresas de Distribuição - PEE. Para o cumprimento desta obrigação, as concessionárias devem apresentar à ANEEL projetos de eficiência energética e combate ao desperdício de energia elétrica.

Para o suporte financeiro das atividades desenvolvidas, no âmbito desta ação, a CEEE-D viabilizou, no ano de 2013, a aplicação de R\$ 107,1 mil. Associadas a estes recursos estão em fase de desenvolvimento três diferentes atividades:

CEEE-D na Comunidade - Fase II: Contempla a substituição de no mínimo 8.000 geladeiras e 75.000 lâmpadas em unidades residenciais de baixa renda.

CEEE Distribuição em Casa: Incentiva consumidores residenciais da cidade de Porto Alegre a substituírem suas geladeiras, freezers e lâmpadas por produtos similares, etiquetados com o Selo "A" em economia de energia do PROCEL-INMETRO. Como incentivo os consumidores receberão um bônus de R\$ 500,00 na aquisição do eletrodoméstico novo. O projeto tem como

meta substituir 20.300 geladeiras, 3.700 freezers e 96.000 lâmpadas beneficiando 24.000 clientes.

CEEE Distribuição nos Prédios Públicos: Atividade direcionada a prédios públicos. Contempla substituição dos sistemas de iluminação existentes, por sistemas de alto rendimento em prédios da Secretaria de Segurança Pública (SUSEPE, BRIGADA MILITAR), bem como em escolas municipais e estaduais localizadas nos municípios atendidos pela CEEE-D.

Ação Pesquisa e Desenvolvimento da CEEE-D:

A ação Pesquisa e Desenvolvimento atende a obrigatoriedade, prevista em lei, da aplicação de recursos em P & D. Cabe à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. A agência estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos por meio do Manual de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. A CEEE-D aplicou R\$ 4,5 milhões, durante o ano de 2013, em projetos com foco na busca constante por inovações que venham enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico, dos quais podemos citar:

Usina de Biogás: desenvolver uma Usina modular de Biogás de 660 kVA com gerenciamento remoto, atendendo aos conceitos de Smart Grid.

Lote Pioneiro de Sistema de Sensoriamento de Redes Subterrâneas: implantação de Lote Pioneiro de sensores de monitoramento nas redes Subterrâneas da CEEE-D, fornecendo informações em tempo real, através de sistema ou aplicativos nas plataformas Android e iOS, da temperatura dos transformadores, do sistema de proteção do transformador, de acesso a câmara transformadora, controle do nível de água e ventilação da câmara, entre outros.

A Companhia Riograndense de Mineração (CRM) é uma empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e tem como missão pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado. A principal aplicabilidade da atividade fim da CRM tem sido, nos últimos anos, a geração de energia elétrica a partir do carvão mineral.

A CRM é uma das principais fornecedoras nacionais de combustível para geração termoelétrica a carvão mineral. Ocupa lugar de destaque no ranking das empresas de mineração de carvão do Brasil e sua atividade está embasada na importância do carvão como fonte energética alternativa de baixo custo. Embora a produção das termoelétricas a carvão seja reduzida, o carvão mineral se apresenta como alternativa viável, tanto do ponto de vista técnico quanto sob o aspecto econômico e ambiental.

A companhia é detentora de grande potencial energético sob a forma de reservas de carvão mineral estimadas em mais de 3 bilhões de toneladas. Estas reservas estão distribuídas em diferentes áreas, algumas com titulação de lavra já consignada pelo órgão regulador federal e outras ainda em fase de pesquisa. Suas unidades mineiras em atividade estão situadas nos municípios de Minas do Leão e Candiota, com exploração a céu aberto.

A CRM mantém em operação duas unidades mineiras. A maior, a Mina de Candiota possui uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano e uma produção mínima, garantida contratualmente, de 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300. Sua produção está vinculada ao abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici – UPME, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE / ELETROBRAS.

A Mina do Leão tem uma capacidade instalada de produção de 240.000 t/ano de carvão bruto. São produzidos diversos tipos de carvão, obtidos após processamento em uma usina de beneficiamento. Sua produção era destinada primordialmente ao abastecimento da Usina Termoelétrica de São Jerônimo – UTSJ, também de propriedade da CGTEE, e ao mercado termoelétrico e industrial do Estado de Santa Catarina. No entanto, ao final de 2013, por questões ambientais, a UTSJ foi desativada, tendo a produção da Mina do Leão sido direcionada ao mercado de Santa Catarina. No exercício de 2013, sua produção anual foi limitada, em função da demanda, a 179.785 t.

A CRM participa do Programa Energia Para o Rio Grande e, no ano de 2013, despendeu recursos da ordem de R\$ 95,1 milhões na execução das ações a seguir apresentadas.

A ação Implantação da planta-piloto para beneficiamento de carvão a seco envolve atividades e investimentos necessários à busca de soluções e práticas ambientalmente sustentáveis na utilização do carvão mineral. No ano de 2013, a CRM realizou investimentos da ordem de R\$ 4,0 milhões em sua planta-piloto de beneficiamento do carvão a seco, ampliando em 15 % o percentual de serviços e obras realizados e elevando a 80 % o seu estágio de implantação. Este projeto visa aferir a viabilidade técnica e econômico-financeira do processo de beneficiamento do carvão, destinado a diminuir seu teor de enxofre, e ao mesmo tempo, aumentar o poder calorífico do carvão produzido na Mina de Candiota.

A ação Produção de Carvão CE - 3.300 na Mina de Candiota envolve as atividades e investimentos necessários à produção de carvão mineral com poder calorífico de 3.300 kcal/kg, na Mina de Candiota. No ano de 2013, a CRM despendeu recursos da ordem de R\$ 80,54 milhões na produção de cerca de 3,25 milhões de toneladas de carvão mineral com poder calor de 3.300 Kcal/Kg.

A ação Produção de Carvão CE - 4.200 na Mina do Leão reúne as atividades necessárias à produção de carvão mineral, com poder calorífico de 4.200 Kcal/Kg, no município de Minas do Leão. Estão em andamento operações nas minas de Leão I e Leão II.

Mina Leão I - Atualmente a produção acontece a partir da Área São Vicente Norte, localizada no km 181 da BR-290. A área possui uma reserva de 6 milhões de toneladas, também passíveis de mineração a céu aberto. A CRM produz mensalmente cerca de 15 mil toneladas de carvão ROM (Run of Mine), empregando equipamentos tradicionais de terraplanagem em seus trabalhos. O carvão extraído é transportado até o lavador Engenheiro Eurico Rômulo Machado, onde sofre um processo de beneficiamento. Esta planta tem capacidade de beneficiar até 120 t/h de carvão bruto.

Mina Leão II - Está situada a seis quilômetros ao norte da Mina do Leão I. A infraestrutura existente no local constitui-se de dois túneis inclinados de acesso à camada de carvão, seis quilômetros de galerias no subsolo, silos subterrâneos para carvão, poço de ventilação com 220 metros de profundidade, prédios com 10 mil metros quadrados de área útil

e equipamentos diversos para a lavra e beneficiamento do carvão. A mina tem contrato de arrendamento assinado com a Carbonífera Criciúma S.A. por um prazo de 30 anos. A empresa arrendatária, ao iniciar a operação da mina, gerará *royalties* para a CRM, decorrentes da venda do carvão produzido.

No ano de 2013, houve dispêndio de recursos da ordem de R\$ 10,5 milhões destinados ao suporte da produção de 94,9 mil toneladas de carvão mineral com poder calor de 4.200 Kcal/kg para abastecimento da Usina Termoelétrica São Jerônimo da CGTEE e outros mercados, principalmente no Estado de Santa Catarina.

A ação Expansão da mineração e a Manutenção da capacidade operacional da CRM são atividades rotineiras da companhia. Ela procura expandir a área de negócio da companhia, no que diz respeito à implantação de novas minas. A expectativa da CRM, e de todo o Setor Carvão, é que esta fonte de energia venha a ser, novamente, considerada como alternativa nos futuros leilões de energia elétrica. Para além destas expectativas a Companhia, com uma aplicação de recursos financeiros da ordem de R\$ 17,3 milhões, operou atividades destinadas a manter e fomentar a atividade de mineração do carvão mediante investimentos em expansão da mineração, manutenção de sua capacidade operacional, apoio à sua atividade administrativa e a qualificação de sua infraestrutura. Os recursos de capital aplicados estão reunidos em três diferentes grupamentos e apresentados como Operacionais, Obrigatórios e Expansão e foram aplicados conforme detalhamento do quadro adiante.

Os recursos sob a discriminação Operacionais foram aplicados nas minas de Candiota e Leão e destinados a suportar atividades de mineração relacionadas predominantemente à lavra, mas também destinados à atividade de beneficiamento, manutenção do parque mecânico e elétrico e à administração e segurança.

Os investimentos denominados como Obrigatórios foram realizados em atividades relacionadas predominantemente à implantação da planta piloto e na recuperação ambiental de áreas mineradas no passado, quando a legislação ambiental não exigia uma recuperação concomitante ao processo de mineração.

Investimentos 2013	
Operacionais	
Mina de Candiota	3.160.060
Mina do Leão	383.742
Sub Total	3.543.802
Obrigatórios	
Mina de Candiota	4.764.856
Mina do Leão	104.892
Sub Total	4.869.748
Expansão da Capacidade Instalada - CRM	
Mina de Candiota	8.866.416
Mina do Iruí - Sondagens e Geoqualidade	0
Sub Total	8.866.416
Total Geral	17.279.966

O valor apresentado em Expansão foi realizado, predominantemente, com a ampliação da mina de Candiota e envolve, de forma desagregada, quatro setores de atuação no âmbito da mineração do carvão: Lavra; Beneficiamento e Expedição; Infraestrutura e a Engenharia e Administração.

A **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)** é a empresa responsável pela comercialização e distribuição de gás natural canalizado no Estado. Criada em 1993, atua como uma sociedade de economia mista, tendo como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobras Gás S/A – Gaspetro. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, atuando como agente promotor do mercado de gás natural, de forma eficiente, segura e sustentável, gerando valor para clientes, acionistas e sociedade. A Sulgás iniciou a comercialização do gás natural em 2000, com a conclusão do gasoduto Bolívia-Brasil, passando a atender os segmentos industrial, comercial, veicular e residencial.

A Companhia, através de seus 716,2 km de rede de distribuição, atende 21 municípios distribuídos pela Região Metropolitana de Porto Alegre, Vale do Sinos e Serra. Sob a forma de Gás Natural Comprimido (GNC), transportado por carretas, são atendidos outros 22 municípios situados nas regiões do Vale do Taquari, Vale do Rio Pardo, Litoral, Planalto, Centro e Sul do RS. A Sulgás atende 14.482 clientes, conforme apresentado a seguir:

Clientes	Nº
Segmento Industrial	113
Segmento Comercial	386
Segmento Veicular (Postos GNV)	80
Cogeração PPT	02
Climatização / Geração / Cogeração	11
Segmento Residencial	13.889
Geração Elétrica	01
Total	14.482

Em 2013, a empresa investiu mais de R\$ 38 milhões em três ações integrantes do Programa Energia Para o Rio Grande. São investimentos destinados à ampliação da distribuição de gás natural, à execução de melhorias operacionais dos sistemas de distribuição e ao planejamento e desenvolvimento tecnológico.

A ação Ampliação da Distribuição de Gás Natural envolve atividades e investimentos necessários à expansão da rede física de gasodutos, à ampliação da oferta de gás natural comprimido (GNC) e ao desenvolvimento do mercado de Biogás.

Ampliação de Redes de Distribuição de Gás Natural - Construção - 2013		
Obra	COREDE	Extensão em KM
Construção de	Metropolitano Delta do Jacuí	91,514
	Serra	1,692

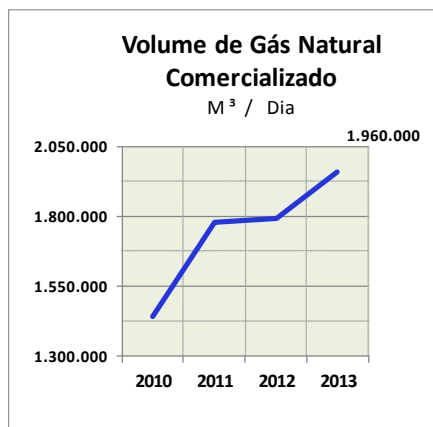
MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Redes	Vale do Rio dos Sinos	16,070
Total		109,276

Em 2013, foram destinados R\$ 32,1 milhões para a construção de mais de 109 km de redes de distribuição de gás natural. Com esse incremento, a rede existente totalizou 716 km.

Além de estender a rede de distribuição, os investimentos realizados permitiram que o volume de gás natural boliviano comercializado atingisse a marca de 1,96 milhões de m³/dia.

Em relação ao volume de gás comercializado e à extensão dos ramais canalizados, o desempenho da Sulgás, nos últimos quatro anos, está apresentado nos gráficos a seguir.



Além de indústrias, o gás natural tem sido fornecido a postos de combustíveis, residências e estabelecimentos comerciais, como shopping centers, clubes, hospitais, hotéis, restaurantes, entre outros. O quadro a seguir apresenta o volume médio comercializado de gás natural por região.

Distribuição de Gás Natural - Comercialização - 2013		
Assunto	COREDE	Volume (m³/d)
Volume de Gás Natural Comercializado	Campos de Cima da Serra	1.289
	Central	1.532
	Centro Sul	106.364
	Fronteira Oeste	176.631
	Hortênsias	2.858
	Litoral	10.418
	Metropolitano Delta do Jacuí	783.405
	Paranhana Encosta da Serra	16.324
	Produção	2.398
	Serra	146.001
	Sul	3.037
	Vale do Caí	2.547
	Vale do Rio dos Sinos	695.696
	Vale do Rio Pardo	2.672
Vale do Taquari	4.906	

Distribuição de Gás Natural - Comercialização - 2013		
Assunto	COREDE	Volume (m³/d)
Total		1.956.078

A ação Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural envolve atividades e investimentos necessários à realização de melhorias operacionais na rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural. Em 2013, foram aplicados mais de R\$ 4,82 milhões em recursos que viabilizaram a manutenção de mais de 716 km de redes de distribuição de gás natural distribuídas em 08 regiões, conforme tabela a seguir:

Melhorias Operacionais em Redes de Distribuição de Gás Natural - 2013		
Obra	Corede	Extensão (km)
Redes de Distribuição	Centro – Sul	73,114
	Hortênsias	0,245
	Metropolitano Delta do Jacuí	350,226
	Paranhana	9,758
	Serra	161,532
	Vale do Caí	0,765
	Vale do Rio dos Sinos	120,534
	Total	716,174

Investimentos em Ações de Responsabilidade Socioambiental:

Projeto Verde-Azul nas Escolas: projeto realizado anualmente, com o objetivo de levar a educação ambiental à comunidade de nove escolas da rede pública estadual em Porto Alegre (alunos e familiares, professores e funcionários das escolas), abrangendo cerca de 500 pessoas no ano com atividades que incluem aulas teóricas, práticas, palestras e oficinas. Somente em 2013, foram aplicados R\$ 309 mil no projeto.

Projeto Pescar: desde 2008, a Sulgás mantém uma unidade do Projeto Pescar em sua sede de Canoas. Anualmente, são atendidos 18 jovens de famílias em situação de vulnerabilidade social, que participam do curso de iniciação profissional na área do gás natural com carga horária de 850 horas/ano. A taxa de empregabilidade dos egressos do projeto é de 70%. No último ano foram aplicados R\$ 209 mil.

Cursos gratuitos de capacitação profissional: desde 2012 a Sulgás, em parceria com o Senai, realiza cursos de capacitação profissional na área do gás natural, com o objetivo de qualificar a mão de obra para atuar nas empresas que prestam serviço para a Sulgás. Já foram beneficiadas cerca de 80 pessoas. A Sulgás aplicou R\$ 221 mil nesta ação em 2013.

Programa Sulgás de Patrocínio Sociocultural e Esportivo: Em 2013, a Sulgás destinou R\$ 1.506.713,70 a projetos aprovados através de editais de seleção pública e da Rede Parceria Social. Foram patrocinados 12 projetos culturais, 08 sociais e 04 esportivos, através da Lei de

Incentivo à Cultura (LIC), Lei Rouanet, Lei da Solidariedade, Lei de Incentivo ao Esporte e Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente.

A **Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR)** é uma empresa pública, vinculada à SEINFRA, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012), com o objetivo de administrar as estradas pedagiadas do Estado, transformando todos os pedágios em comunitários e, com isso, garantindo a queda dos valores das tarifas.

Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR.

A partir do processo de diálogo com a sociedade sobre o modelo de gerenciamento das estradas, a EGR recebeu contribuições de diversos segmentos, inclusive do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS), através de sua câmara temática, com sugestões destinadas a garantir estradas de qualidade, mobilidade e escoamento da produção. Entre as sugestões do colegiado, formado por diversos segmentos da sociedade, estavam a não renovação dos contratos de concessão, geração de modelos adaptados a cada situação particular, no caso de rodovias, fluxos, demandas por transporte e comunidades envolvidas bem como mecanismos de transparência e fiscalização.

Ao longo de 2013, ano de encerramento dos contratos de concessão, as rodovias federais pedagiadas passaram a ter sua administração sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e as rodovias estaduais passaram a ser, gradativamente, gerenciadas pela EGR, a exceção da praça de pedágio de Farroupilha que foi extinta.

O novo modelo consolidado tem como diferencial a redução do valor das tarifas, a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta prévia às comunidades para definição das prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as estradas, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação.

No ano de 2013 a EGR passou a administrar um total de 543,29 km de rodovias pedagiadas. São 9 praças distribuídas conforme ilustra o quadro abaixo.

Rodovia	Praça	km
ERS 239	Campo Bom	73,66
ERS 135	Coxilha	78,3
ERS 122	Portão	39,09
ERS 240		33,58
ERS 129	Encantado	24,85
RST 453	Boa Vista do Sul	78,95
RST 453	Cruzeiro do Sul	18,47
RS 122	Flores da Cunha	47,39
RST 287	Venâncio Aires	149,00

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Rodovia	Praça	km
RST 287	Candelária	
Total		543,29

O balanço do primeiro ano de operação EGR revela que cerca de R\$ 15 milhões já foram revertidos em manutenção e obras imprescindíveis à segurança dos usuários, sendo que a meta é utilizar 80% dos recursos nas rodovias. Esse percentual é suficiente para manter a malha viária, seus serviços e ainda investir na estrada.

A EGR participa de dois programas finalísticos do PPA, o Programa Transportes Multimodais - SEINFRA e o Programa Década de Ação pela Segurança no Trânsito - SARH.

No Programa Transportes Multimodais, são duas as ações sob a responsabilidade da EGR: Conservação, manutenção, restauração, construção e ampliação de capacidade de rodovias pedagiadas e Operação do sistema de rodovias pedagiadas estaduais.

A Conservação, manutenção, restauração, construção e ampliação de capacidade de rodovias pedagiadas e a Operação do sistema de rodovias pedagiadas estaduais são duas ações cujo foco está nas atividades destinadas a conservar, manter, restaurar, construir e/ou ampliar a capacidade de rodovias de modo a garantir a qualidade das estradas e da segurança no trânsito. Desenvolvendo ainda aquelas atividades destinadas a planejar, controlar e fiscalizar o fluxo de veículos, o transporte de cargas, o uso das faixas de domínio, bem como a administração das praças de pedágio no âmbito de atuação da EGR.

Recuperação da RSC-287 e da ERS-122 - a EGR lançou ainda a licitação para a recuperação do pavimento destas importantes rodovias, Edital Nº 43, Concorrência Pública 04/2013. Nessas duas estradas, a Empresa Gaúcha de Rodovias irá investir mais R\$ 54,5 milhões. Na ERS-122, as obras serão realizadas no trecho entre Caxias do Sul e Antônio Prado, com extensão de 46,48 quilômetros. Na RSC-287, de Santa Cruz à Tabaí está prevista uma extensão de 77 quilômetros e de Santa Cruz à Vila Paraíso outros 72,16 quilômetros. Os serviços devem ser realizados e mantidos por 2 anos.

Ainda no campo da Recuperação de Rodovias, a EGR lançou o segundo edital para contratação de serviços de recuperação dos pavimentos das pistas e restauro de rodovias, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais. Serão contempladas as praças de pedágio de Portão, Encantado, Boa Vista do Sul e Cruzeiro do Sul, Três Coroas, Gramado, São Francisco de Paula, Viamão e Santo Antônio da Patrulha. O objetivo desta segunda licitação - *Edital Nº. 46, Concorrência Pública 03/2013* - é aumentar a segurança nas rodovias ERS-122, ERS-240, ERS-130, RSC-453, ERS-115, ERS-235, ERS-466, ERS-040 e ERS-474 e recuperar rodovias em uma extensão total de aproximadamente 490 quilômetros. O investimento previsto é de R\$ 100,5 milhões e os serviços devem ser mantidos durante 2 anos.

Manutenção da pista da ponte sobre o Arroio Cadeia - ERS 122 - Foram realizadas obras emergenciais junto à cabeceira da ponte sobre o arroio, necessárias para restabelecer o fluxo de veículos no local, que foi limitado à meia pista em razão da erosão.

Recuperação da cabeceira da ponte sobre o Arroio Sapiranga - ERS 239 - Foram contratadas obras de restauração do aterro e do pavimento junto à cabeceira da ponte.

Recuperação de aterro e acostamento na ERS 239 - Foram realizados serviços de recuperação do aterro e acostamento na rodovia tendo sido efetuado lançamento de pedra amarrada, rachão, brita, concreto ciclópico e concreto betuminoso usinado a quente. Foram ainda realizados serviços para sinalização, regularização de taludes e proteção de fibra ótica.

Recuperação asfáltica na ERS 135 - Foram realizados serviços de recuperação asfáltica na rodovia no trecho que vai do trevo de acesso a Passo fundo até Coxilha. Ao todo foram restaurados 12 km de estrada. Realizados serviços de fresa, em que as partes deterioradas do asfalto são retiradas e feita a reconstrução da pista. A EGR administra 78,33 km da rodovia.

Operação tapa-buracos e sinalização - Assinados contratos para operação tapa-buracos nas rodovias ERS 122, ERS 240, ERS 130, ERS 129 e ERS 453. Assinado ainda contrato com validade de um ano, prevendo os serviços de fornecimento de placas rodoviárias.

Sinalização na ERS 122 e ERS 135 - Assinado contrato para execução do trabalho de pintura dos 220 km de rodovias nos polos do pedágio de Portão, Campo bom e Coxilha. O serviço abrange além de pintura, a colocação de tachas reflexivas e tachões de sinalização nas rodovias. O serviço foi realizado em 30 dias.

Colocação de tachas refletivas e pintura – Foi executada a pintura e a sinalização de toda a extensão da ERS 239 com colocação de mais de 12.000 tachas refletivas. Nas rodovias ERS 122, ERS 240 e ERS 135 os serviços estão em andamento com previsão de instalação de mais de 40.000 tachas refletivas e mais de 140.000 m² de pintura de sinalização.

Construção da Passarela de Travessia Urbana de Parobé - A conclusão da obra está prevista para o dia 15 de fevereiro. A obra está sendo realizada na ERS-239 com a Rua Adão Pires Cerveira. O prazo de execução do serviço é de cinco meses, e a construção da passarela irá permitir a retirada de uma sinaleira localizada na rodovia, pleito de mais de uma década da comunidade de Parobé.

Recuperação asfáltica do pavimento da ERS-130, em Lajeado - O serviço foi contratado pela EGR junto à empresa Compasul, vencedora do processo de licitação. A obra foi realizada entre a BR-386 e o entroncamento com a ERS-453, num total de 3,6 km. Esse trecho está na zona urbana do município de Lajeado e não pertenciam ao extinto polo de concessão rodoviária. Por essa razão, recebeu baixa manutenção nos últimos 15 anos, fator que combinado ao elevado volume de tráfego na região resultou na deterioração do pavimento.

A ação Educação para Segurança no Trânsito tem foco nas atividades destinadas a consolidar, no âmbito de atuação da EGR, ações de educação com a adesão ao programa promovido pela ONU para a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, realizando atividades educativas, campanhas, ações de fiscalização e conscientização, inclusive com as demais esferas de governo, promovendo a transversalidade.

No ano de 2013 a EGR efetuou estudos para a realização de atividades vinculadas à segurança de trânsito a serem realizadas no ano de 2014.

Criação dos COREPES

O Conselho de Administração da EGR aprovou o modelo a ser adotado para a implantação dos Conselhos Comunitários das Regiões das Rodovias Pedagiadas – COREPES.

Serão oito Conselhos nos quais as comunidades terão participação decisiva nas políticas e nas decisões que refletirem sobre prioridades quanto a investimentos e conservação das rodovias.

COREPE	Rodovia	COREPE	Rodovia
Coxilha	ERS 135	Gramado	ERS 235
Campo Bom	ERS 239	São Fcº. Paula	ERS 235
Portão	ERS 122 e ERS 240	Encantado	ERS 130 ERS 129
Viamão	ERS 040	Boa Vista do Sul	RSC 453
Stº A. da Patrulha	ERS 474	Cruzeiro do Sul	RSC 453
Flores da Cunha	ERS 122	Venâncio Aires	RSC 287
Três Coroas	ERS 115	Candelária	RSC 287

O **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística - SEINFRA, é responsável pela gestão do transporte rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul e foi criado pela Lei nº 750, de 11 de agosto de 1937. Na década de 40, o Departamento construiu a estrada pavimentada, em concreto armado, ligando Pelotas a Rio Grande.

O DAER tem seis diretorias: Diretoria Geral - DG, Diretoria de Infraestrutura Rodoviária - DIR, Diretoria de Operação Rodoviária - DOR, Diretoria de Gestão e Projetos - DGP, Diretoria de Transportes Rodoviários - DTR e Diretoria de Administração e Finanças - DAF.

O Departamento, durante o ano 2013, direcionou esforços para a execução do seu Plano de Obras Rodoviárias. O Plano, alinhado com o Plano Plurianual - PPA tem foco na identificação, seleção e priorização das obras e dos investimentos a serem realizados na malha rodoviária estadual. Está estruturado em quatro blocos de ação fundamentais: construção de Acessos Municipais; construção ou recuperação de Ligações Regionais; obras de Duplicação de Rodovias; e obras de Restauração de Pavimentos em rodovias deterioradas. O Plano ainda aloca recursos e programa atividades destinadas à construção de acessos, interseções e pontes, dispositivos rodoviários indutores de investimentos regionais.

Bloco	Projeto / Ação	Produto
1	Acesso Municipal	Acesso Municipal Pavimentado
2	Duplicações de Rodovias	Rodovia Duplicada
3	Ligações Regionais - Rodovias	Rodovia Construída
4	Restauração de Pavimentos	Rodovia Restaurada

São oito as ações que o Departamento executa dentro do Programa Transportes Multimodais: Construção de Acessos Municipais; Ampliação da Capacidade de Rodovias; Conservação e Manutenção de Rodovias; Construção de Rodovias; Restauração de Pavimentos; Gestão Organizacional; Operação do Sistema Rodoviário Estadual; e Planejamento e Gerenciamento da Malha Rodoviária.

A ação Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária Estadual tem foco nas atividades de projeto, serviços e obras destinadas a qualificar a malha rodoviária através da pavimentação de acessos aos municípios. Busca beneficiar populações locais, ampliando, especialmente, as condições de acessibilidade e integração da economia local a

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

outros mercados. A ação articula municípios e suas sedes às rodovias principais, coletoras e arteriais, tanto Estaduais quanto Federais.

	Trecho Município	Situação		Trecho Município	Situação
1	Água Santa	Paralisada	38	Maçambará	Concluída - Parcialmente
2	Alegria	A Reiniciar	39	Mampituba - Morrinhos	Concluída - Parcialmente
3	Ametista do Sul	Concluída	40	Mariana Pimentel	A Reiniciar
4	André da Rocha-Nova Prata	Paralisada	41	M. Moro - S. de Almeida	Em Andamento
5	Arambaré-Camaquã	Entregue	42	Nicolau Vergueiro	Em Andamento
6	Arroio do Padre	Paralisada	43	Nova Boa Vista	Concluída
7	Boa vista do Cadeado	Concluída - Parcialmente	44	Nova Candelária	Concluída
8	Boqueirão do Leão	Paralisada	45	Nova Palma	Em Andamento
9	Braga	Concluída - Parcialmente	46	Nova Ramada	A Reiniciar
10	Canudos do Vale	Concluída - Parcialmente	47	Novo Machado	Entregue
11	Capão Bonito do Sul	Paralisada	48	Novo Tiradentes	Em Andamento
12	Capão do Cipó	Entregue	49	Novo Xingu	Concluída - Parcialmente
13	Capitão	A Reiniciar	50	Pedras Altas	A Reiniciar
14	Caraá	Paralisada	51	Pedro Osório	A Reiniciar
15	Carlos Gomes	Em Andamento	52	Pinhal da Serra	A Reiniciar
16	Casca	Concluída	53	Pinheirinho do Vale	A Reiniciar
17	Cerro Grande	Em Andamento	54	Ponte Preta	A Reiniciar
18	Charrua – Getúlio Vargas	Entregue	55	Porto Vera Cruz	A Reiniciar
19	Chiapeta – Inhacorá	Concluída - Parcialmente	56	Relvado	Em Andamento
20	Coqueiros do Sul	Em Andamento	57	Rio dos Índios	Concluída
21	Cruzaltense-Campina do Sul	Paralisada	58	Rodeio Bonito	Concluída
22	Dom Feliciano	Entregue	59	Rolador	Em Andamento
23	Engenho Velho	A Reiniciar	60	Sagrada Família	Concluída
24	Entre Rios do Sul	Paralisada	61	Santo Antonio do Palma	Em Andamento
25	Esmeralda	Em Andamento	62	São José das Missões	A Reiniciar
26	Faxinal do Soturno	Paralisada	63	São José do Hortêncio	A Reiniciar
27	Feliz – Linha Nova	Paralisada	64	São José do Inhacorá	A Reiniciar
28	Floriano Peixoto	Concluída - Parcialmente	65	São Pedro das Missões	A Reiniciar
29	Forquetinha	Entregue	66	Sede Nova	A Reiniciar
30	Gramado dos Loureiros	Concluída	67	Segredo - Lagoão	A Reiniciar
31	Itacurubi	Paralisada	68	Senador Salgado filho	A Reiniciar
32	Itapuca	Entregue	69	Sério	Em Andamento
33	Ivorá	Em Andamento	70	Sertão Santana	Em Andamento
34	Jacuzinho	Em Andamento	71	Três Forquilhas	Concluída
35	Jaquirana	Paralisada	72	Ubiretama	Em Andamento
36	Lagoa Bonita do Sul	A Reiniciar	73	Vista Alegre do Prata	Entregue
37	Lageado do Bugre	Em Andamento	74	Vista Gaúcha – B. do Guarita	Em Andamento

Obs.: Paralisadas : Obras iniciadas a partir de 2011 e paralisada por alguma pendência

O Plano de Obras organiza o trabalho em três grupos. O primeiro grupo, o G1, tem um total de 47 municípios, o G2 aglutina outros 30 municípios e o G3 os 27 restantes, de um total de 104 acessos municipais. Ao final de 2013, foi possível contabilizar 64 obras iniciadas. Desse total, 13 foram entregues às comunidades, outras 11 estão concluídas ou em fase de conclusão, outras 21 estão em obras e 29 estão paralisadas, aguardando reinício de obras.

No ano de 2013, foram executados 221,590 km de acessos municipais, os quais, somados ao anteriormente realizado, acumulam um total de 434,49 km. O investimento

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

realizado em 2013 foi de mais de R\$ 166,40 milhões. Foram dotações próprias do DAER e recursos oriundos de financiamento do BNDES (Proredes e Proinveste-Banco do Brasil).

A ação Ampliação da Capacidade de Rodovias visa aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através de duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação da terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade. A ação compreende a execução de todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, custos referentes ao meio ambiente, terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares e fiscalização/supervisão de obras. No ano de 2013, foi realizado um investimento total de R\$ 12,33 milhões, com execução de 17,64 km em duplicação de rodovias, que ao final dos serviços e obras planejadas irão totalizar mais de 205 km de rodovias com capacidade ampliada. No quadro abaixo estão indicadas as intervenções que integram o Plano de Obras e sua respectiva situação.

Rodovia - Trecho Duplicação	Andamento	Situação	Km
ERS 324 Passo Fundo / Casca – Lote 1	Projeto Executivo	Andamento	19,60
ERS 324 Passo Fundo / Casca – Lote 2	Projeto Executivo	Andamento	13,00
ERS 324 Passo Fundo / Casca – Lote 3	Projeto Executivo	Andamento	29,00
ERS 509 Santa Maria – Camobi	Projetos Executivos de Engenharia	Contratação	4,30
ERS 122 São Vendelino – Farroupilha	Projetos Executivos de Engenharia	Andamento	20,83
ERS 342 Cruz Alta - Ijuí	Projetos Executivos de Engenharia	Andamento	45,00
ERS 734 Cassino - BRS 392	Obra	Andamento	10,64
ERS 453 Farroupilha - Bento Gonçalves	Projetos Executivos de Engenharia	Andamento	17,35
ERS 470 C. Barbosa - Bento Gonçalves	Projetos Executivos de Engenharia	Andamento	23,53
RS 118 Lote 01 - Do km 11 ao km 22	Obra	Andamento	11,00
RS 118 Lote 02 - Do km 5 ao km 11	Obra	Andamento	6,00
RS 118 Lote 03 - Do km 1 ao km 5	Obra	Andamento	5,00
Total - km			205,25

A ação Restauração de Pavimentos opera atividades que visam restaurar rodovias pavimentadas, incluindo obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação, serviços complementares, obras de arte, serviços de meio ambiente e supervisão/fiscalização. No ano de 2013, foram aplicados recursos financeiros da ordem de R\$ 7,12 milhões.

Uma atividade de extrema importância, no âmbito do processo de restauração da malha rodoviária pavimentada, foi impulsionada no ano de 2013. Trata-se do CREMA SERRA - Contrato de Restauração e Manutenção de rodovias da Região Serrana . O contrato firmado terá duração de cinco anos e os recursos a serem aplicados estão estimados em R\$ 126 milhões. Serão restaurados e mantidos mais de 196 km da malha rodoviária da região serrana. Serão dois lotes de rodovias:

- Crema Serra Lote I: Este lote totaliza mais de R\$ 61 milhões e tem dois trechos, o primeiro envolve a recuperação de 43,32 km da RS - 324, entre Nova Araçá e Nova Prata e o segundo compreende mais 57,18 km na RSC - 470, entre Nova Prata e Bento Gonçalves.
- Crema Serra Lote II: Este segundo lote tem valores de contrato da ordem de R\$ 65 milhões, abrangendo serviços e obras destinados à manutenção da ERS – 122, entre Ipê e a

localidade de Samuel, em uma extensão de 42,24 km. Os serviços se estendem também à RSC-453 - Rota do Sol, entre Caxias do Sul e Lajeado Grande, por 52,92 km.

○ CREMA / BIRD. Outra atividade impulsionada no âmbito da restauração de rodovias foi o Contrato de Restauração e Manutenção de Rodovias / BIRD que tem como objetivo executar intervenções de restauração e manutenção em mais 2 mil quilômetros da malha pavimentada estadual, visando recuperar a condição de trafegabilidade, conforto e segurança, ao tempo em que permite reduzir os custos logísticos e operacionais. O contrato terá dois lotes. O Lote 1 terá aproximadamente 300 km, provenientes de projetos elaborados pelo DAER e, o Lote 2, aproximadamente 1.650 km de projetos contratados e definidos a partir da priorização de trechos elencados no levantamento da condição da malha pavimentada.

○ Serão realizados serviços de manutenção rotineira, abrangendo roçadas, reparos localizados no pavimento e no acostamento, manutenção corrente dos dispositivos de drenagem, faixas de domínio e sinalização, com o objetivo de preservar as características técnicas e operacionais das rodovias. Serão recursos de capital próprios da autarquia, associados a fundos do Tesouro e complementados pela operação de crédito externa realizada pelo Estado junto ao BIRD. Os serviços de levantamento da malha rodoviária e os Contratos de Apoio Técnico (CAT's) que farão parte da contrapartida ao financiamento estão em andamento. Os levantamentos da condição da malha rodoviária foram finalizados em agosto do ano de 2013 e os Contratos de Apoio Técnico (CAT) já foram licitados. Os recursos previstos são da ordem de 788 milhões e são o resultado da composição de recursos de capital próprios da autarquia, associados a fundos do Tesouro, complementados via operação de crédito externa, realizada pelo Estado junto ao BIRD.

● Recuperação de Rodovias e Ações Emergenciais - A primeira etapa das obras de recuperação das rodovias estaduais que fazem parte do decreto de emergência, assinado em outubro, prevê a recuperação de 808 quilômetros de rodovias. São 62 trechos, divididos em três lotes. A Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado (SEINFRA) e o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) definiram os sete primeiros trechos que serão recuperados. Eles estão localizados em três estradas estaduais: ERS-324, ERS-168 e ERS-717. Os serviços previstos nas rodovias consistem em reparos localizados, recuperação de pavimentos e elementos de drenagem em segmentos críticos, recuperação de sinalização e projetos e serviços de engenharia. O cronograma foi definido conforme a condição e o volume de tráfego, iniciando pelos trechos mais críticos e de risco.

Rodovia	Trecho	Extensão km
ERS 324	De Planalto até o entr. ERS 406 - Serraria	22,68
ERS 324	De Pontão até Lagoa Bonita	17,39
ERS 324	Contorno de Ronda Alta	3,2
ERS 324	Entr. ERS 132 Camargo - Entr. 129 Casca	21,59
ERS 324	De Lagoa Bonita - Entr. BRS 135 / 285 - Carazinho	14,41
ERS 168	De Roque Gonzales - Entr. BRS 392 - Porto Xavier	2,9
ERS717	De TAapes - Entr. BRS 116 / ERS 715 - Porto Alegre	14,19
Total		96,36

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

A ação Conservação e Manutenção de Rodovias Estaduais opera atividades destinadas a, periodicamente, conservar e manter as rodovias estaduais, pavimentadas ou não pavimentadas. No ano de 2013, trabalhos de manutenção e conservação foram realizados em uma extensão de 13.570,28 km de rodovias. Os recursos direcionados para esta ação totalizaram mais de R\$ 80,56 milhões. Foram realizados, em estradas pavimentadas e não pavimentadas, conforme o caso, serviços e obras de conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada, terraplenagem, sinalização horizontal e vertical, drenagem, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem.

A conservação e a manutenção periódica da malha rodoviária estadual é realizada pelas 17 Superintendências Regionais - SR's. Os serviços são executados tanto por administração direta, com pessoal e equipamentos próprios do Departamento, como também por empresas contratadas. Cada uma das SR's dispõe de um contrato, cujo objeto é a execução de serviços continuados de conservação rotineira, que é acionado a partir de ordens de serviço emitidas pelo DAER. As SR's também dispõem de contratos cujo objeto é a revitalização da sinalização horizontal, reforço da sinalização vertical e por condução óptica. Foram gerenciados pela Diretoria de Operação Rodoviária – DOR, 17 contratos ao longo do ano de 2013. Os serviços foram realizados conforme apresentado no quadro adiante.

Superintendência Regional	Extensão da Malha (km)	Característica (km)		Serviços Realizados (km)
		Pavimentada	Não Pavimentada	
1ª SR - Esteio	510,51	459,20	51,31	68,00
2ª SR - Bento Gonçalves	947,57	734,92	212,65	816,97
3ª SR - Santa Cruz do Sul	761,12	544,68	216,44	954,23
4ª SR - Santa Maria	429,37	329,36	100,11	556,18
5ª SR - Cruz Alta	619,34	414,39	204,95	329,10
6ª SR - Passo Fundo	906,86	721,74	185,12	1.601,44
7ª SR - Pelotas	698,96	347,38	351,58	1.188,00
8ª SR - Bagé	422,08	23,41	398,67	221,91
9ª SR - Alegrete	479,92	210,19	269,73	1.362,78
10ª SR - Cachoeira do Sul	464,83	251,53	213,20	1.314,71
11ª SR - Lageado	906,75	682,00	224,75	115,10
12ª SR - Santiago	479,09	290,55	188,54	900
13ª SR - Erechim	894,00	578,12	315,88	1.066,15
14ª SR - Santa Rosa	829,54	615,08	214,46	502,91
15ª SR - São Francisco de Paula	601,91	375,19	226,72	42,00
16ª SR - Osório	618,89	561,50	57,39	1.379,62
17ª SR - Palmeira das Missões	854,86	555,04	299,82	1151,18
Total - km	11.425,60	7.694,28	3.731,42	13.570,28

A ação Construção de Rodovias tem foco nas atividades que visam executar serviços destinados a expandir a malha rodoviária estadual, aprimorar suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras-de-arte correntes e especiais, sinalização e serviços complementares. No ano de 2013, foram executados 93,59 km de construção de rodovias de um total previsto de mais de 270 km. O investimento total foi de

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

mais de R\$ 59 milhões. Dentro da ação, merecem destaque as Ligações Regionais relacionadas no quadro adiante.

Construção de Rodovias e Ligações Regionais				
Rodovia	Trecho	Município	Realizado	Ext. Total
RS 566	Entr. BRS-290 Alegrete - Entr. ERS-529 Maçambará	Alegrete	4,20	5,00
BRS 473	Torquato Severo ao Entr. BRS-293 - Bagé	Bagé	000	22,70
RS 403	Cachoeira do Sul - Rio pardo - LOTE 2).	Cachoeira do Sul	3,00	24,37
ERS 350	Acesso Sul Camaquã	Camaquã	3,07	3,07
RS 020	Cambará do Sul - São José dos Ausentes	Cambará do Sul	12,50	50,08
ERS 265	Boa vista - Posto Branco	Canguçu	8,00	36,50
ERS 471	Barros Cassal - Herveiras	Herveiras	4,76	000
ERS 126	Entr. ERS-438 - São Jorge - Ibiraiaras	Ibiraiaras	3,80	9,30
ERS 538	Entr. BRS-287 - Ernesto Alves	Jaguari	000	2,26
RSC 472	Entr. ERS-168 P. Lucena - Entr. BRS-392 Porto Xavier	Porto Lucena	22,44	22,44
ERS 049	Acesso ao aeroporto Santo Ângelo - Catuípe *	Santo Ângelo	27,00	27,00
ERS 000	RS / E P Acesso ao Distrito Industrial	Santo Ângelo	1,02	1,02
ERS 000	Entr. ERS-448 Vila São Marcos - Caravaggio Lote 2	São Pedro da Serra	3,00	4,28
ERS 486	Interseção ERS-486 - BRS/101 - Terra de Areia	Terra de Areia	0,8	0,8
ERS 000	Entr. ERS 527 Tupanciretã - Entr. RSC 377 S. Tecla	Tupanciretã	000	45,57
ERS 118	Viamão - Lami	Viamão	4,00	18,90
	Total		93,59	273,29

As ligações regionais visam qualificar a malha rodoviária mediante pavimentação de ligações entre rodovias, o que, de forma direta, amplia a sua integração e oferece alternativas aos processos de planejamento logístico nessas regiões. Essas ligações regionais pavimentadas tendem a minimizar as desigualdades regionais, ao aperfeiçoar a circulação viária entre diferentes regiões do Estado, além de facilitar o acesso de parte da população aos serviços sociais especializados.

A ação Operação do Sistema Rodoviário Estadual aglutina atividades de planejamento, controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade nos serviços de transporte de passageiros, estações rodoviárias e transporte de cargas nas rodovias estaduais. No ano de 2013, houve o suporte financeiro total de R\$ 26,90 milhões. Foram diversas realizações, dentre as quais se destacam aquelas adiante discriminadas.

- *Fiscalização do excesso do transporte de carga* - Foram realizadas atividades de fiscalização através de Blitz nas estradas, de forma a inibir o transporte de veículos com excesso de carga. Em 2013 foram fiscalizados 8.613 veículos.
- *Fiscalização do Sistema Especial de Transporte Coletivo* - Compete à Diretoria de Transporte Rodoviário a fiscalização de veículos através de Blitz, realizadas por equipes da autarquia, visando à segurança dos usuários através de ações que possam coibir o transporte clandestino. Ao longo de 2013, foram fiscalizados 28.548 veículos que realizavam transporte coletivo de passageiros.
- *Patrulhamento Rodoviário* - Atividades de fiscalização desenvolvidas pelo Comando Rodoviário da Brigada Militar - CRBM ligadas a atendimentos de ocorrências de acidentes de trânsito, fiscalização de veículos, barreiras policiais entre outras.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Atividade	Veículos Passantes
Ocorrências: Acidentes de Trânsito	13.069
Veículo Fiscalizado	1.420.313
Veículo Fiscalizado Radar Fotográfico	292.128

- *Fiscalização do Sistema Coletivo Intermunicipal* - Foram efetuadas atividades de fiscalização junto às empresas que atuam no Sistema Coletivo Intermunicipal. Detalhe das atividades realizadas em 2013:

Atividade	Veículos Passantes
Blitz	1.536
Veículo Fiscalizado	26.395
Veículo Notificado	2.750
Veículo Apreendido	366
Estações Rodoviárias Notificadas	164
Passageiros Transportados	55.767.267

- *Contratos gerenciados na Faixa de Domínio*. O gerenciamento da faixa de domínio é responsável pelo regramento das atividades de exploração da faixa de domínio, bem como pela regularização das áreas desapropriadas ao longo das rodovias pertencentes ao patrimônio do DAER. No ano de 2013, foram executadas as seguintes atividades: a) analisados 974 expedientes de decreto de utilidade pública e uso da faixa de domínio; b) elaboradas 27 minutas de decreto de utilidade pública; c) executados 56 empenhos de desapropriações; d) analisados 987 expedientes de solicitação de usucapião; e) analisados 472 expedientes de desapropriações.

A ação Gestão organizacional do DAER tem foco nas atividades que visam aperfeiçoar as práticas de gestão, através da implementação de processos de planejamento, desenvolvimento e aprimoramento do modelo de gestão do Departamento, aperfeiçoando as práticas de gestão de tecnologia da informação, de pessoas, de processos e de conhecimento e inovação e modernizando a infraestrutura das Unidades Organizacionais. No ano de 2013, com o suporte financeiro da aplicação de R\$ 274,6 mil o DAER executou inúmeras atividades, destacam-se:

- *Processos Melhorados* - parcerias entre DAER/PGE e DAER/TCE para adequação do plano de contas e balancetes as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público; processo para aquisição de veículos em substituição gradativa dos locados, com previsão de redução do gasto público da ordem de 50%; nomeação de mais 50 servidores concursados; contratação Emergencial de 75 novas vagas para Especialista Rodoviário e 25 para Agente Rodoviário; locação de Mão-de-obra para serviços especializados de motorista em atendimento ao Plano de Obras do Governo; adoção de critérios nas rotinas de controle dos serviços contratados de manutenção, ar-condicionado, elevadores, predial, telefonia, vigilância, limpeza, locação de veículos; desenvolvimento de um sistema informatizado para lançamento das informações que compõe o relatório Anual de Atividades – RAA; digitalização do Acervo Técnico do DAER. Estão em fase de projeto: Sistema de informação e estações de trabalho modernizadas e rede atualizada com equipamento renovado através de modernização da Rede de computadores do DAER na CELIC, em fase final de licitação; dispositivos de Rede

(Switchs), já licitados; novo datacenter (modalidade container), em fase final da elaboração do termo de referência. Durante o ano de 2013, destacamos a aquisição de 21 Access Point Wirelles para a rede sem fio do prédio sede e 3 computadores servidores.

- *Documento Arquivado Digitalmente* - Tramita expediente nº 29.178-0435/13-0 referente à criação de grupo de estudo com a finalidade de preservar a memória técnica através do arquivamento digital do valioso acervo técnico que envolve os projetos de rodovias, plantas, croquis, memoriais, especificações e demais documentos técnicos.
- *Formação e Capacitação Profissional* - Participação em Congressos e Seminários de servidores na área de Planejamento e Gerenciamento Rodoviário Estadual. Foi reaberto o Setor de Treinamento e Capacitação e realizada pesquisa de levantamento de necessidade de treinamento. Neste ano de 2013, 32 servidores participaram de Congressos, Seminários e Encontros ou Feiras, sendo 25 destes, do 16º ENACOR – Encontro Nacional de Conservação Rodoviária.

A ação Planejamento e Gerenciamento da Malha Rodoviária, de competência da Diretoria de Gestão e Projetos - DGP tem foco na elaboração do Plano Diretor Rodoviário. Visa adquirir e introduzir novas tecnologias de geoprocessamento destinadas a atualizar os atuais processos de planejamento e gerenciamento da malha rodoviária. A ação visa, ainda, obter o diagnóstico da malha rodoviária, através da realização de um levantamento que colete e consolide informações e dados relativos às condições do pavimento, das obras de arte especiais, do tráfego, e da acidentalidade.

No ano de 2013, através desta ação e mediante a aplicação de mais de R\$ 6,1 milhões, o DAER agiu para consolidar o processo de recuperação institucional e técnica do Departamento. Para tanto, realizou atividades que dão continuidade a processos de planejamento e execução das seguintes realizações:

- *Diagnóstico e adaptação do sistema de planejamento rodoviário* - Contratação de duas consultorias, uma para fazer o diagnóstico do Sistema de Planejamento Rodoviário, já implantado no DAER, e outra para executar as soluções sugeridas no diagnóstico. A expectativa do DAER/RS é ter, ao final dos serviços contratados, um Sistema de Planejamento Rodoviário Integrado devidamente desenvolvido, instrumentalizado, implementado e em operação com as equipes do Órgão, devidamente treinadas e aptas a utilizar o Sistema e a entender os procedimentos empregados. Este sistema estabelecerá planos de ação plurianuais, anuais ou setoriais que otimizem a aplicação dos recursos financeiros disponíveis, aplicando-os nas intervenções prioritárias, de forma a minimizar a degradação da rede rodoviária. Deverá, também, apresentar funções otimizadas, facilidade de atualização e permitir uma simplificação de processos. O objetivo principal deste sistema é o Plano Diretor do DAER.
- *Modernização e Expansão da Rede / TI* - Para a execução do projeto de expansão e modernização da rede de informática do DAER, as necessidades de investimentos foram agregadas em 4 grupos: Modernização da Sala Central da Rede e Backbones Centrais; Modernização e Ampliação da Estrutura de Rede do Prédio-Sede; Renovação de Equipamentos de Informática; Treinamento Técnico e Gestão de TI e Gestão Organizacional para Servidores da STI. A execução destes, mesmo que de forma

independente, irá garantir um excelente desempenho e a curto prazo a resolução dos problemas na área a médio e longo prazos.

- *Programa de Gestão Estratégica* - No ano de 2013, o Termo de Referência para contratação de consultoria com vistas à definição, elaboração e implementação de um Programa de Gestão Estratégica para o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER/RS), abrangendo planejamento estratégico, modelagem organizacional e plano de gestão de recursos, humanos foi elaborado em conjunto com a Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã - SEPLAG e Secretaria da Administração e Recursos Humanos – SARH. O TR estará sendo encaminhado, juntamente com o respectivo orçamento, ao Banco Mundial para “não objeção”. Já está publicada a Solicitação de Manifestação de Interesse - SMI, por parte da Comissão Especial de Licitação - CEL, onde houve a participação de diversas empresas. Está sendo elaborada a Lista Curta (Short List) e, após a “não objeção” do Banco, será dada continuidade ao procedimento de seleção de empresa consultora.
- *Planejamento e Gerenciamento da malha rodoviária* – Foram desenvolvidas atividades destinadas a dar continuidade a diferentes processos e projetos, destacando-se entre elas :

Elaboração do Plano Diretor Rodoviário, a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual, introduzindo a malha rodoviária do Estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão;

Obtenção do diagnóstico da malha rodoviária, executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, tráfego, condição do pavimento, acidentalidade, vistoria de obras de arte especiais e cadastramento e monitoramento dos pontos de instabilidade de encostas;

Conhecimento, agrupamento e análise dos dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias;

Levantamento visual contínuo de defeitos (LVC) com vídeo registro, irregularidade longitudinal (IRI), medidas de afundamento da trilha de roda (ATR) e medidas de deflexão do pavimento das rodovias pavimentadas. Estes levantamentos visam o monitoramento das condições das rodovias estaduais pavimentadas e a atualização cadastral do banco de dados corporativo (SIB) e do Sistema de Gerência de Pavimentos (ROUTE 2000 RS) do DAER-RS. A atualização do banco de dados permitirá ao DAER a gerência de suas rodovias, possibilitando a priorização das intervenções de restauração e manutenção, de forma a tornar mais eficaz a aplicação dos recursos públicos. Com o levantamento da condição da malha rodoviária estadual será possível definir uma escala de prioridades, em termos de necessidades de reabilitação do pavimento, para o total da rede rodoviária estadual pavimentada, com extensão superior a 7.300 km. Desta quilometragem total, serão definidos lotes de obras para o Programa CREMA, em uma extensão aproximada de 2.000 km, sendo o restante separado em níveis de prioridades e intervenções, visando apoiar o planejamento das ações de conservação do DAER.

- *Gerenciamento de Obras-de-Arte* - Este gerenciamento se dará através da aquisição de um Sistema Informatizado de Gerenciamento de Obras de Arte Especiais (SGO), que será

alimentado a partir da inspeção e cadastramento das condições das obras de arte do Estado.

- *Programa de Segurança Viária* - Objetiva agregar ao programa de gerenciamento da malha rodoviária o conceito de melhoramentos, a partir do diagnóstico dos pontos críticos e locais de acidentalidade. As intervenções tem caráter preventivo à ocorrência de acidentes e de correção de passivos, geradas pela evolução do tráfego e por demandas advindas do crescimento econômico e urbano. As soluções de melhoramentos propostas serão específicas para segmentos rodoviários selecionados e entre elas podemos destacar melhorias como o Incremento da segurança em interseções, o alargamento ou reconstituição de acostamentos, a Implantação de terceiras faixas de tráfego, o incremento da drenagem superficial, o reforço de sinalização, a eliminação de trilhas de roda acentuadas, a utilização de camadas de revestimento com rugosidade, dispositivos redutores de velocidade e outras intervenções que melhorem a segurança viária.
- *Contrato de Assistência Técnica / CAT* - Ainda com a intenção de reforçar a atuação do Departamento, foi realizada licitação para contratação de Serviços de Apoio à Fiscalização de Obras e Serviços. Os contratos, a serem firmados em 7, lotes têm em seu escopo o fornecimento de assessoramento técnico local e avaliação técnica-qualitativa das obras contratadas pelo Departamento.

Contrato de Assistência Técnica - C A T				
Lote	Superintendência Regional			Extensão - km
1	2ª	15ª	-	1.549,58
2	3ª	10ª	7ª	1.924,91
3	6ª	13ª	-	1.800,86
4	5ª	12ª	14ª	1.927,97
5	1ª	11ª	16ª	2.036,15
6	4ª	8ª	9ª	1.331,37
7	17ª	-	-	854,86
Total				11.425,60

- *Contratação de Quadro Técnico* - Outra ação de alto impacto na condição operacional do DAER foi contratação de profissionais, em caráter emergencial - mediante autorização obtida junto a Assembleia Legislativa - para reforçar seu quadro de pessoal. A contratação terá a duração de um ano, renovável por mais um, e prevê a admissão de cem profissionais, entre técnicos e engenheiros civis. Das vagas oferecidas, 75 são destinadas a engenheiros civis, dos quais 48 serão lotados nas 17 Superintendências Regionais da Autarquia e 27 na sede do Daer, em Porto Alegre. A intenção é reforçar a equipe que trabalhará no Plano de Obras Rodoviárias 2012-2014, envolvendo a construção dos acessos municipais, das ligações regionais e nos Contratos de Reabilitação e Manutenção de Rodovias (Cremas), o Crema Serra e o Crema Bird.

O **Departamento Aeroportuário (DAP)**, da Secretaria de Infraestrutura e Logística, no ano de 2013, exerceu atividades de ampliação, modernização e recuperação da infraestrutura aeroportuária do Estado tendo contabilizado, nos principais aeroportos estaduais (Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande e Santo Ângelo), uma movimentação de passageiros e cargas que atingiu um volume 22.787 pousos/decolagens, 290.841 passageiros embarcados, desembarcados e/ou em trânsito e 275.660 kg de carga.

O DAP participa do Programa Transportes Multimodais, atuando através de três ações que envolvem atividades de: Manutenção de Aeroportos, Modernização dos Aeroportos do Estado e Realização de Estudos Para a Construção de Novos Aeroportos. O DAP destinou cerca de R\$ 4,53 milhões para suportar a execução de atividades e realizações vinculadas às ações sob a sua responsabilidade.

A ação Manutenção de Aeroportos se concentra naquelas atividades necessárias à manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços. No ano de 2013, o volume de recursos aplicado na consecução dos serviços foi de mais de R\$ 2,97 milhões. A aplicação destes recursos permitiu executar serviços de manutenção e apoio às operações aéreas. Basicamente, serviços e obras de conservação predial, envolvendo a manutenção e conservação das instalações e equipamentos de apoio às operações aéreas e de segurança da aviação civil. Foram realizados serviços e obras nos 10 aeroportos operados pelo Estado do RS através do DAP. O quadro abaixo identifica os aeroportos e discrimina as atividades desenvolvidas.

Aeroporto	Serviços / Obras / Atividades
Carazinho	Manutenção dos equipamentos de navegação aérea
Caxias do Sul	Manutenção dos equipamentos de navegação aérea, medição de atrito da pista
Erechim	Manutenção dos equipamentos de navegação aérea, medição de atrito da pista
Santa Rosa	Manutenção dos equipamentos de navegação aérea, medição de atrito da pista
Santo Ângelo	Manutenção dos equipamentos de navegação aérea e conservação do terminal de passageiros
Ijuí	Conservação das instalações aeroportuárias
Torres	Contratação de serviços de telecomunicação aeronáutica e reparos no terminal de passageiros
Vacaria	Conservação das instalações aeroportuárias
Rio Grande	Manutenção dos equipamentos de navegação aérea, medição de atrito da pista
Passo Fundo	Manutenção dos equipamentos de navegação aérea, reparos nas instalações da Seção Contraincêndio, medição de atrito da pista

A ação Modernização dos Aeroportos se concentra naquelas atividades necessárias a contratação de projetos para aeroportos regionais ou internacionais, novos ou existentes, e de consultoria, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e a qualificação para o aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros. No ano de 2013, o volume de recursos aplicado na consecução dos serviços foi de mais de R\$ 1,55 milhões. A aplicação destes recursos permitiu executar três importantes grupamentos de atividades, a seguir apresentados, e que se referem à adequação e modernização de aeroportos, à construção de aeroporto e ao desenvolvimento de projetos de ampliação de aeroportos.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Adequação e Modernização de Aeroportos foi uma atividade que visou modernizar a infraestrutura aeroportuária e atender exigências da legislação aeronáutica. Os principais serviços e obras realizados estão relacionados no quadro abaixo.

Aeroporto	Serviços / Obras / Atividades
Erechim	Projeto executivo para implantação de seção contra-incêndio encaminhado à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC-PR) para execução dentro do Programa de Investimentos em Logística: aeroportos. Convênio com SAC-PR (PROFAA) para aquisição de carro contra-incêndio.
Ijuí	Execução das obras de alargamento da pista de pouso e decolagem para permitir futura implantação de balizamento noturno.
Passo Fundo	Projeto executivo para alargamento da pista de táxi de aeronaves, RESA (área de escape) e cercamento patrimonial (convênio com o Governo Federal - PROFAA), encaminhado à SAC-PR para execução dentro do Programa de Investimentos em Logística: aeroportos. Convênio com SAC-PR (PROFAA) para aquisição de carro contra-incêndio.
Rio Grande	Projeto executivo para implantação de seção contra-incêndio encaminhado à SAC-PR para execução dentro do Programa de Investimentos em Logística: aeroportos. Convênio com SAC-PR (PROFAA) para aquisição de carro contra-incêndio.
Santa Rosa	Projeto executivo para implantação de seção contra-incêndio encaminhado à SAC-PR para execução dentro do Programa de Investimentos em Logística: aeroportos.
Santo Ângelo	Início das obras de reforço do pavimento da pista de pouso e decolagem. Convênio com SAC-PR (PROFAA) para aquisição de carro contra-incêndio.

Projetos de Ampliação de Aeroportos foi uma atividade relativa a contratação de serviços técnicos especializados no campo de projetos executivos, já em fase de elaboração, para dois dos aeroportos regionais, o aeroporto de Passo fundo e o aeroporto de Rio Grande. Projetos destinados à adequação dos aeroportos ao código 3C (BNDES), incluindo ampliação de pátio de aeronaves e de toda a retro área destes aeroportos e, no caso de Rio Grande, também o reforço do pavimento. Os projetos executivos das obras necessárias a estes aeroportos (Passo Fundo e Rio Grande) assim como das seções contra-incêndio de Erechim e Santa Rosa permitirão a agilização da implementação do programa federal de investimentos em aeroportos regionais anunciado pelo Governo Federal em dezembro de 2012, com aplicação de recursos estimados em mais de R\$ 300 milhões em 15 aeroportos do Estado.

A ação Realização de Estudos para Construção de Novos Aeroportos executou atividades destinadas à contratar consultoria para estudos de demanda, de localização de sítios aeroportuários e de impacto ambiental bem como levantamentos topográficos e projetos executivos de engenharia e arquitetura. Foram realizados estudos de viabilidade técnica de tráfego aéreo em áreas dos municípios de Nova Santa Rita e Portão, o que permitiu definir a área do novo aeroporto. As atividades desenvolvidas dentro desta ação permitiram também instalar o processo licitatório para contratação de projetos executivos para o novo aeroporto da Serra, em Vila Oliva, município de Caxias do Sul.

A **Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)** é uma autarquia estadual e entre suas competências legais se destaca a atividade relativa à administração dos portos e suas respectivas instalações, desenvolvida por delegação da União ao Estado nos termos do convênio de delegação nº 001 Portos / 97 e da legislação portuária. A SPH atua como autoridade portuária responsável pelos portos de Porto Alegre, Pelotas e Cachoeira do Sul,

A Superintendência, no transporte hidroviário, elabora processos de concessão, delegação, permissão, autorização e fiscalização da exploração do serviço de transporte aquaviário bem como dos respectivos terminais hidroportuários.

Atividade relevante realizada pela SPH se refere às hidrovias. A Superintendência realiza o planejamento, a coordenação, a execução e a fiscalização dos serviços e obras relacionadas à dragagem necessária ao aprofundamento, melhoramento, ampliação e conservação dos canais de acesso aos portos e hidrovias bem como os serviços de sinalização náutica. São trabalhos na manutenção da malha hidroviária de acesso a Lagoa dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos, Gravataí e São Gonçalo. A superintendência promove a manutenção permanente da navegabilidade através do desassoreamento periódico dos 758 Km de hidrovias e do posicionamento permanente dos 458 sinais náuticos existentes na malha hidroviária do estado, atingindo eficácia de 95% fixada pela Marinha do Brasil. Operacionaliza 40 travessias intermunicipais e executa monitoramento ambiental dos assoreamentos e dragagens realizadas com o auxílio de dados de batimetria automatizada permanente através da qual adquire e processa os dados de campo que orientam serviços de dragagem.

O transporte de cargas através da malha hidroviária do RS, no ano de 2013, registrou a marca de 5 milhões de toneladas. As principais movimentações envolveram a importação de matéria prima para fertilizantes, Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, combustíveis, sal, granéis agrícolas, produtos petroquímicos e exportação de transformadores, produtos que tradicionalmente frequentam o sistema hidroviário Gaúcho.

O transporte hidroviário, que teve sua importância reduzida em passado recente, apresenta alto *“ potencial de utilização de seus portos principalmente para transporte de produtos industrializados, pois cerca de 70% da atividade industrial gaúcha se encontra a menos de 60 minutos desses portos”*. Da mesma forma o transporte ferroviário, apesar das deficiências de traçado, revela grande potencial no que toca à utilização da malha *“ pois praticamente toda atividade industrial e 93% da atividade agropecuária estão a menos de 2 horas de um terminal ferroviário “*.⁴⁷

A superintendência tem atuado no sentido de capacitar e qualificar o sistema hidroviário do RS, objetivando a oferta das melhores condições de navegabilidade e de operações portuárias ágeis, seguras e eficientes, tudo de modo a atender suas cargas tradicionais, como a produção da Refinaria Alberto Pasqualini, do Polo Petroquímico e as movimentações de granéis agrícolas, bem como a demanda gerada por novos centros de atividade econômica resultado da descentralização da produção *offshore* vinculada ao Polo Naval do Jacuí e suas interações com estaleiros de Rio Grande, da ampliação de plantas de produção de celulose e outras atividades geradoras de demandas do setor industrial.

A SPH opera para que no curto e médio prazo, usuários, operadores e transportadores venham encontrar no modal hidroviário uma opção eficiente em termos de operacionalidade, produção e produtividade associadas a custos logísticos atrativos, principalmente no que toca a movimentações de cargas destinadas à navegação oceânica.

A SPH opera para que no curto e médio prazo, usuários, operadores e transportadores venham encontrar no modal uma opção eficiente em termos de operacionalidade, produção e

⁴⁷ Fonte : Estudo de Desenvolvimento regional e Logística para o RS | Etapa 2 - Avaliação Pg. 104

produtividade associadas a custos logísticos atrativos, principalmente no que toca a movimentações de cargas destinadas à navegação oceânica.

O Porto de Porto Alegre é o maior porto fluviomarítimo brasileiro em extensão. Mantém 8 quilômetros de cais acostável e conta com 25 armazéns com 70 mil m², numa área total de 450 mil m². A estrutura é constituída por três cais: Cais Mauá, concedido - por meio de licitação - a um grupo de investidores espanhóis, para realizar um projeto de revitalização; Cais Navegantes, área alfandegada onde acontece toda a operação portuária, que conta com regras internacionais de segurança; e o Cais Marcílio Dias, onde estão instalados o Batalhão da Patrulha Ambiental da BM, o Grupo de Polícia Marítima da Polícia Federal e Clubes Náuticos.

A operação do porto público está concentrada no Cais Navegantes. O porto da capital gaúcha dispõe de áreas para armazenagem de grãos, fertilizantes, carga geral e cargas especiais. Entre os principais produtos movimentados no Cais Navegantes estão incluídos a matéria-prima para a fabricação de fertilizantes, sal, transformadores e cabos de amarração para plataformas petrolíferas.

O Porto da Capital é importante ativo para a economia gaúcha e é objeto de intenso trabalho desenvolvido pela S P H. Na área operacional chegam embarcações de longo curso, com estrutura de até 200 metros de comprimento e 30 metros de largura, com até 15 mil toneladas de carga cada um e tem capacidade para operar com até quatro navios de grande porte simultaneamente. As embarcações que atracam junto ao Cais Navegantes têm portos de origem em países como Bélgica, Alemanha, Panamá, Israel e outros. Durante o ano de 2013, o Porto movimentou mais de 1 milhão de toneladas de cargas.

A Malha hidroviária do Rio Grande do Sul, formada por rios, lagos e lagoas navegáveis é composta por duas grandes bacias hidrográficas que contém os principais rios: Bacia da Lagoa dos Patos (Bacia do Sudeste) e Bacia do Rio Uruguai. A primeira representa a principal área de desenvolvimento da navegação interior, e é integrada pelo complexo lacustre Lagoa dos Patos-Lago Guaíba e pelos rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos, Gravataí e São Gonçalo. A segunda, a Bacia do Rio Uruguai recebe a contribuição do rio Ibicuí.

A malha sob a jurisdição da SPH alcança aproximadamente 758 km de canais ao longo da Laguna dos Patos, do Lago Guaíba e da Bacia do Rio Jacuí. O sistema é de importância estratégica para o Estado, pelo potencial das hidrovias interiores. Trata-se de um modal ambientalmente sustentável e contribui significativamente na redução de custos e economia de combustível no transporte da produção, especialmente de cargas de grande volume unitário. Acrescente-se a isso, a conseqüente redução do tráfego rodoviário, diminuindo o número de acidentes e custos com manutenção nas rodovias estaduais.

No ano de 2013, a SPH investiu R\$ 14,5 milhões em ações que integram o Programa transportes multimodais e o Programa de apoio administrativo e qualificação da infraestrutura para o setor hidroportuário. A aplicação desses recursos visam potencializar a capacidade de movimentação de cargas do porto e permitir a atracação mais segura dos navios junto ao Cais. A SPH também trabalha fortemente no fomento ao uso das áreas do Cais Navegantes para a instalação de empresas que vão atuar na produção da indústria *offshore*, em razão do Polo Naval.

Ações da SPH - 2013

A SPH participa do Programa Transportes Multimodais executando cinco ações adiante apresentadas: Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre; Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias; Implantação do ISPS-CODE; Reestruturação administrativa e operacional e a ação de Sinalização Náutica das Hidrovias com aumento do índice de eficácia da sinalização náutica das hidrovias.

A ação Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre envolve atividades que visam garantir a segurança da navegação entre o Porto da Capital e o Porto de Rio Grande e na hidrovia do Rio Jacuí até o Porto de Cachoeira do Sul. Somados, os trechos representam 758 quilômetros. Os trabalhos de dragagem de desassoreamento dos canais garantem uma navegação segura nos acessos aquaviários da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí. No ano de 2013, o volume de recursos aplicado nestes serviços foi de mais de R\$ 1,8 milhões. A aplicação destes recursos permitiu, ainda, a dragagem para a remoção de aproximadamente 230.000 m³ de sedimentos dos canais das hidrovias de acesso aos terminais portuários localizados na Bacia Sudeste. Outros R\$ 63 mil foram aplicados em aquisição e recuperação de sinais náuticos e demais acessórios para o balizamento.

A ação Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias envolve o desenvolvimento dos projetos e do planejamento necessário ao licenciamento ambiental das atividades de desassoreamento das hidrovias da Laguna dos Patos, Guaíba, Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí. O aumento do calado nos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre também fizeram parte dos estudos assim como atividades relacionadas à atualização da licença operacional do Porto de Porto Alegre, a elaboração de Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ para os Portos de Porto Alegre e de Pelotas entre outras atividades relevantes conforme detalhado abaixo:

- *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento de Portos - PDZ:* Através da conclusão dos planos dos portos de Porto Alegre e Pelotas, foi possível constituir para a Administração Portuária o seu instrumento de planejamento operacional. Também será possível estabelecer estratégias e metas para a implementação de processos de desenvolvimento, otimização e racionalização da utilização de áreas e instalações do porto organizado. O PDZ visa estipular, entre outras ações, quais produtos e cargas devem ser movimentados ou armazenados em cada uma das diferentes áreas portuárias disponíveis. Para tanto, o PDZ considera aspectos físicos, infraestruturais e logísticos intervenientes nos processos de armazenamento e movimentação de cargas. O PDZ representa o esforço da SPH em constituir as condições necessárias para que o Porto de Porto Alegre recupere seu importante papel para a sociedade gaúcha, apresentando-se como um ativo dentro dos processos econômicos da região, disponibilizando e fomentando o modal hidroviário, modalidade de transporte econômica e segura para o escoamento da produção e para o recebimento dos insumos demandados pelos diferentes setores produtivos que sustentam a economia gaúcha.

- *Batimetria no Canal Miguel da Cunha:* a SPH iniciou através da sua Divisão de Estudos e Projetos, a batimetria no Canal Miguel da Cunha, acesso hidroviário que liga os municípios de Rio Grande e São José do Norte, por meio de balsas. Trata-se de levantamento a

ser apresentado à Capitania dos Portos de Rio Grande, juntamente com o planejamento de dragagem solicitado pela Marinha do Brasil. O trabalho visa qualificar e conferir maior segurança à travessia hidroviária entre as duas cidades. O trabalho já foi finalizado e aprovado pela Marinha do Brasil. A dragagem de desassoreamento do canal foi concluída, reestabelecendo as plenas condições de segurança de navegação do canal.

- *Balizamento do Canal Miguel da Cunha:* a SPH concluiu a recuperação da sinalização do Canal Miguel da Cunha, em parceria com a Superintendência do Porto de Rio Grande. Foram recolocadas as bóias deslocadas, visando conferir condições de segurança à travessia das balsas pelo canal que une os municípios de São José do Norte e Rio Grande.

A ação Reestruturação administrativa e operacional fornece suporte para a execução de atividades destinadas a ampliar e qualificar os processos sistêmicos de movimentação de carga e descarga de manufaturados e insumos consumidos e/ou produzidos pela economia do Estado. No ano de 2013, o volume de recursos aplicados no sistema foi de cerca de R\$ 1,78 milhões. Como resultado dos investimentos e das realizações executadas, a capacidade instalada de movimentação de cargas, nos vários portos do sistema estadual e no Porto de Porto Alegre, em especial, atingiu 1.821.600 toneladas/ano.

A seguir estão relacionadas às principais realizações executadas dentro da ação.

- *Equipamentos de Segurança:* a SPH adquiriu e instalou nove conjuntos de defensas no Cais Navegantes e, assim sendo, ampliou para quatro o número de navios que podem operar simultaneamente. O investimento foi da ordem de R\$ 528 mil.

- *Recuperação de Embarcações:* realizados serviços de recuperação e manutenção preventiva da frota que integra o parque náutico da SPH, com sete embarcações recebendo melhorias: o Balizador Benjamin Constant, as dragas Serrano, Santo Amaro e Governador Triches, o Rebocador Bento Gonçalves e as Lanchas Cabral e SPH. Foram encaminhadas, ainda, providências para a aquisição de novas embarcações, destinadas aos serviços de dragagem das hidrovias. O valor aplicado no ano foi de R\$ 2, 08 Milhões.

- *Reforma Geral de Guindastes:* concluída a reforma geral do guindaste nº 18, com investimento de mais de R\$ 1 milhão. Também já estão em andamento os procedimentos para a recuperação do guindaste de nº 19 do Porto de Porto Alegre, objetivando dotar as estruturas portuárias de equipamentos adequados à plena eficiência das atividades de carga e descarga.

A ação Sinalização Náutica das Hidrovias tem por escopo adquirir, instalar e manter a sinalização náutica das hidrovias, viabilizando navegabilidade segura, 24 horas por dia, de embarcações de cargas e passageiros, atendendo também aos requisitos da Copa 2014. No ano de 2013, o volume de recursos aplicado no incremento de sistemas de sinalização náutica foi de R\$ 1,57 Milhões. Tais investimentos qualificam a navegação e garantem o índice de eficácia na sinalização de 95%, exigido pela Marinha do Brasil.

Os equipamentos adquiridos e/ou recuperados foram instalados na Bacia do Sudeste. A distância sinalizada com os novos equipamentos atingiu aproximadamente 630 quilômetros de extensão, dos 758 km já mantidos, possibilitando melhorar as condições de navegação nos canais e no acesso aos portos públicos.

A hidrovia que liga o Porto de Porto Alegre ao Porto do Rio Grande possui 310 quilômetros de extensão e conta com manutenção constante dos equipamentos de sinalização e

desassoreamento nos trechos de canais artificiais. No âmbito desta realização, a SPH executa quatro atividades abaixo apresentadas:

- Aquisição, instalação e recuperação permanente de sinais náuticos para malha hidroviária do Estado. Foram entregues 31 novos sinais, adquiridos mais de 26 sinais, 33 lanternas luminosas e 1.230 metros de correntes, além da recuperação de mais 50 bóias, trabalho realizado com mão de obra própria da SPH, por técnicos lotados no Estaleiro Naval de Triunfo e oficinas do Porto de Pelotas.
- Sinalização Náutica do Braço Oeste, que visa oferecer mais uma alternativa hidroviária aos navios que acessam o Pólo Petroquímico e o novo Pólo do Jacuí. Projeto encaminhado para a Marinha do Brasil.
- Instalação, na Laguna dos Patos, de equipamentos para a qualificação do balizamento, a fim de garantir maior segurança na navegação e acesso ao Porto de Porto Alegre. Ao todo foram instaladas 16 bóias cegas, sendo oito do modelo BCP2, estilo pilar, e as demais no modelo BCCO, do tipo cilíndrico. No mesmo lote, foram compradas mais 15 bóias luminosas do tipo BL2.
- Dragagem permanente dos canais de acesso ao complexo portuário da região Metropolitana - Lagoa dos Patos, Guaíba. São permanentes os serviços e investimentos em dragagens de desassoreamento. As hidrovias do Gravataí, Jacuí, Sinos e Caí também demandam manutenção, em razão das ações de carga e descarga das produções do Pólo Petroquímico, do GLP (gás de cozinha), dos fertilizantes e do óleo Diesel S10 consumido no transporte rodoviário movimentados em seus respectivos terminais. São mais de sete milhões de toneladas dentre fertilizantes, cavacos de madeira, óleo de soja, farelo, grãos, biodiesel e celulose, entre outros, que circulam pelas hidrovias interiores mantidas pela SPH. Registre-se ainda que - resultado da descentralização da produção naval - serão transportadas, ao longo do sistema hidroviário, peças com mais de 600 toneladas.

A Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) é autarquia estadual vinculada à Secretaria da Infraestrutura e Logística do Estado. A SUPRG tem como sua principal atribuição legal administrar o Porto do Rio Grande – PRG, na qualidade de executor da concessão da União ao Estado. Constitui-se como autoridade portuária executiva. Coordena e fiscaliza a exploração do PRG e também as diversas entidades atuantes no Porto Organizado⁴⁸. Desenvolve, ainda, o planejamento e a execução da política portuária mediante a elaboração de estudos, realização de melhorias e de atividades de manutenção e conservação dos canais de acesso e da infraestrutura portuária. Destaca-se a conservação dos Molhes da Barra, do canal de acesso ao Porto Novo e a manutenção de todo sistema hidroportuário do Porto do Rio Grande.

O PRG oferece, frente a seus concorrentes, vantagens comparativas e competitivas em termos de localização, dispendo de acesso marítimo privilegiado, amplas áreas de expansão de atividades portuárias, amplas facilidades especializadas e um dos mais qualificados terminais de contêineres do país, o TECON. O PRG não enfrenta constrangimentos de malha urbana, possuindo ainda alta capacidade de absorção de incrementos. Com um calado de 40 pés, o Porto do Rio Grande possui excelente profundidade em seus terminais, superior ao

⁴⁸ Considera-se, na forma da legislação vigente, porto organizado aquele construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária.

correspondente nos portos argentinos, uruguaios e catarinenses. Assim sendo, é o ponto perfeito para o transbordo de contêineres e de completamento de carga de granéis dos países da Bacia Hidrográfica do Prata.

Outra grande vantagem do PRG é a disponibilidade de acesso à malhas modais diversificadas. Existe variada oferta de infraestrutura de transbordo para o transporte intermodal, abrangendo o modal rodoviário, o hidroviário, o ferroviário, através dos quais o Porto se interliga a todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul, com os demais estados do Brasil e com os países do Mercosul, especialmente com a Argentina e com Uruguai.

A multimodalidade, atributo do Porto do Rio Grande é fator relevante para a ampliação da integração comercial do Estado com outras regiões do país e com o MERCOSUL, reforçando sua condição de ativo dentro do processo de crescimento e desenvolvimento econômico do RS. O PRG se constitui como elo estratégico na cadeia logística local, nacional e internacional. É elemento chave para uma economia exportadora e importadora.

O porto do Rio Grande atingiu uma movimentação de 33.262.037 toneladas em 2013, com um crescimento de 19,83% em relação ao ano de 2012. Deste total, foram registrados 8,9% por cabotagem, 77,55%, por longo curso 13,4% através da navegação interior e 0,15% por trânsito.

Por seguimento de carga, o maior percentual é de granéis sólidos, com crescimento de 27,05%, carga geral, de 1,58% e granéis líquidos, com crescimento de 21,79%. As movimentações realizadas em 2013, por segmento de carga, estão apresentadas no quadro abaixo.

Segmento de Carga - Em Toneladas	2011	2012	2013
Carga Geral	7.123.306	7.098.996	7.216.471
Granéis Sólidos	19.652.580	16.914.023	21.496.247
Granéis Líquidos	3.718.797	3.731.957	4.549.319
Total Geral	30.494.682	27.744.976	33.262.037

A evolução da movimentação de cargas no Porto do Rio Grande apresenta substancial recuperação com relação aos anos anteriores em especial com relação ao ano de 2012 quando *“O cenário econômico internacional e o desempenho da economia nacional se refletiram no desempenho portuário brasileiro.”*⁴⁹ As movimentações e o desempenho do PRG no ano de 2013, em um cenário de recuperação e manutenção da atividade econômica, demonstram - frente aos demais portos concorrentes - sua atratividade e sua capacidade em conquistar cargas e mercados, especialmente no que se verifica nas movimentações e volumes exportados, conforme apresentado a seguir.

⁴⁹ Fonte: Boletim Informativo Portuário 3º Trimestre / 2012 / ANTAQ

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Principais volumes exportados	Realizado 2012	Realizado 2013
Arroz	1.128.579	868.034
Soja em Grão	3.557.754	8.270.878
Farelo de Soja (Hipro - Paletizado - Lowpro)	2.509.485	2.517.684
Milho	72.877	980.393
Cavacos de madeira	916.752	836.024
Trigo	2.107.699	836.208
Total Geral	10.293.146	14.309.221

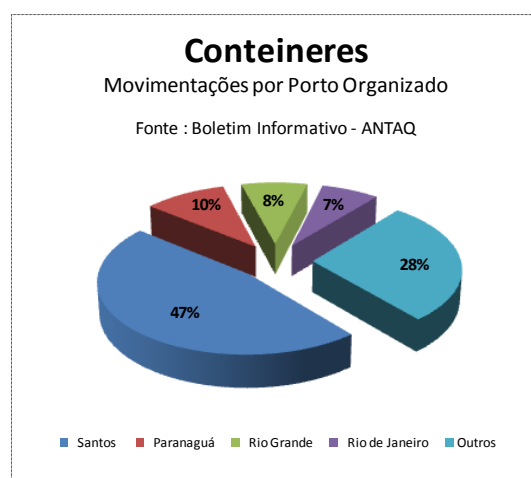
O quadro adiante apresenta a movimentação de contêineres / TEU, no PRG.

Movimentação de Contêineres	Realizado 2011	Realizado 2012	Realizado 2013
Total Geral	618.065	611.282	626.382

Fonte: *Dados SUPRG / Movimentações dos anos de 2011 e 2012 em Toneladas*

Na movimentação de contêineres o PRG, encerra o ano de 2013 ocupando o terceiro lugar no *ranking* nacional. O gráfico, extraído de boletim informativo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ apresenta a classificação nacional, considerando-se contêineres movimentados por porto organizado.

O PRG, no ano de 2012 enfrentou circunstancial redução de suas movimentações. Esta redução deve ser entendida tendo como parâmetro a questão internacional, conforme apontam análises da ANTAQ: *“O cenário econômico internacional e o desempenho da economia nacional se refletiram no desempenho portuário brasileiro. No último trimestre, do ano de 2012, frente à igual período de 2011, destacaram-se, pelo lado negativo, as movimentações de farelo de soja (-21,29%) e soja (-18,97%)”*. E segue a ANTAQ, avaliando, para além das movimentações dos portos organizados, as movimentações dos Terminais de Uso Privativo – TUPs: *“a reduzida taxa de crescimento, em 2012, da movimentação dos principais grupos de mercadorias, acompanhado da redução da movimentação de soja pode ter contribuído para a queda da movimentação de cargas dos terminais de uso privativo”*.



MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

O Porto do Rio Grande, no transcurso do ano de 2013, pelo até aqui apresentado, em meio a um cenário de recuperação econômica e estabilização das trocas comerciais internacionais, demonstrou uma capacidade de resposta ao atendimento de demandas por transporte aquaviário, especialmente o de longo curso, que não se verifica no desempenho dos demais portos concorrentes. Não é descabido supor que o PRG, além de garantir a manutenção de suas movimentações, possa ter capturado cargas oriundas de regiões e setores que não pertencem à sua hinterlândia.

A SUPRG participa do Programa Transportes Multimodais e opera processos de modernização de sua infraestrutura portuária e logística, objetivando ganhos de eficiência em movimentações de cargas, executando três ações finalísticas: Gestão do acesso aquaviário, Modernização e adaptação da Infraestrutura do Porto e Gestão Ambiental. Participa, ainda, do Programa de Apoio Administrativo com a ação Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura do Porto do Rio Grande. A Superintendência, no ano de 2013, aplicou mais de 22,88 milhões em recursos destinados à execução de atividades vinculadas às ações sob a sua responsabilidade. O quadro apresenta as ações e suas respectivas dotações.

Recursos Financeiros Liquidados 2013 - SUPRG		R\$
Ação	Produto	
Gestão Ambiental	Licença Operação - Porto	2.826.414,41
Gestão do Acesso Aquaviário	Canal de Acesso e Bacia de Evolução Mantidos	832.479,04
Modernização da Infraestrutura do Porto	Infraestrutura de Acostagem Modernizada	151.917,24
Sub Total		3.810.810,69
Ação de Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura		19.069.217,69
Total Geral		22.880.028,38

Fonte : SISPLAG

A ação Gestão do Acesso Aquaviário envolve atividades relacionadas aos canais de acesso e bacias de evolução. São obras e serviços necessários ao aprofundamento, modernização e sinalização destes canais, visando maior segurança e eficiência da navegabilidade. São desenvolvidas atividades continuadas necessárias à manutenção, aprofundamento do calado, retificação e sinalização e controle do canal de acesso e da bacia de evolução.

Manutenção de Calados - atividade que permitiu manter o canal de acesso e bacia de evolução (área do Porto Novo), dragado para 10,5m de profundidade, 16m para o canal da área do Super Porto e 18m para o canal fora da Barra. A SUPRG enviou à Secretaria Especial de Portos - SEP, o projeto de dragagem de aprofundamento e manutenção dos canais de acesso e bacia de evolução, para um período de 10 anos, com investimento de R\$ 100 milhões por ano, com um volume anual dragado de aproximadamente 8 milhões de m³.

Sinalização do Canal de Acesso - envolve atividades necessárias à obtenção da homologação da navegabilidade segura e do calado de 47 pés por parte da Autoridade Marítima. A Superintendência aguarda a autorização da Marinha para instalação das 14 boias de sinalização adquiridas no exercício anterior, importante para o processo de homologação. Estão

sendo entregues as 12 boias para o canal interno do porto, através da adesão à licitação Docas do Pará, no valor de R\$ 245 mil. A aquisição qualificará os canais internos e bacia de evolução. Foi executada a 1ª etapa da modelagem matemática do canal e a simulação virtual das condições de navegabilidade. Tais realizações contribuirão para ampliar a segurança da navegação nos canais internos e na bacia de evolução, além de colocarem o Porto do Rio Grande em patamar técnico diferenciado no contexto nacional.

A ação Modernização e Adaptação da Infraestrutura do Porto permite a execução de atividades destinadas a modernizar a infraestrutura, recuperando, adaptando e revitalizando as instalações do Porto do Rio Grande. No ano de 2013, foram executados serviços de modernização da infraestrutura, como detalhado adiante.

Modernização do Cais do Porto Novo - O Porto Novo foi construído há 97 anos e está em processo de modernização. No ano de 2013, foram concluídos os projetos e encaminhado o processo licitatório para a modernização de 1.125m de cais público de acostagem no Porto Novo, com investimento de aproximadamente R\$ 92 milhões (recursos do PAC). A obra consiste na construção de uma superestrutura que avança 11,6 metros para dentro do canal, possibilitando a utilização de equipamentos de maior porte, e no aprofundamento do calado de 31 para 40 pés. Esta obra irá inaugurar a segunda etapa da modernização planejada. A primeira envolveu a modernização de 450 metros de cais e foi realizada entre 2002 e 2004. No total, serão 1.575 m de cais acostáveis totalmente modernizados. O trabalho foi desenvolvido em conjunto entre os governos Estadual e Federal e trará ganhos consideráveis para a infraestrutura e a capacidade de operação do PRG.

Pavimentação do interior do Porto Novo - Pavimentação de 34.848m², no interior do Porto Novo, com galerias de drenagem e galeria de lógica, com investimento de R\$ 4,7 milhões que atenderá com qualidade os diversos tipos de movimentação de carga.

Pontos de Atracação e Fundeio - Desenvolvimento de Projeto Técnico Especializado para orientação das obras e dos serviços de instalação de novos pontos de atracação e fundeio.

A ação Gestão Ambiental envolveu atividades necessárias à manutenção, superação e atendimento das exigências e condicionantes da licença de operação do Porto do Rio Grande. No ano de 2012, o volume de recursos aplicado na consecução dos serviços correlatos à ação foi de R\$ 2,029 milhões. Através da aplicação destes recursos, a SUPRG viabilizou realizações no campo da gestão ambiental, envolvendo a implantação do Plano de Prevenção de Resíduos Ambientais - PPR, do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS e das ações continuadas de controle da qualidade da água, sedimentos e, ainda, a realização de testes ecotoxicológicos, que garantem a licença de operação do Porto do Rio Grande.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEINFRA	Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística	Articulação de ações para construção da avenida portuária de São José do Norte
SEINFRA	Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística	Articulação de ações para construção da ligação a seco entre as cidades de Rio Grande e São José do Norte
SEINFRA	Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e	Articulação de ações para construção da nova

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
	Logística	ponte do Guaíba
SEINFRA	Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística	Articulação de ações para construção de ferrovia
SEINFRA	Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística	Comercialização de energia termoelétrica a carvão nacional
SEINFRA	Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística	Coordenação dos Programas de Infraestrutura e Logística
SEINFRA	Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística	Promoção de benefícios da integração logística do Estado
SEINFRA	Transportes Multimodais	Manutenção dos aeroportos
SEINFRA	Transportes Multimodais	Modernização dos aeroportos do Estado
SEINFRA	Transportes Multimodais	Realização de estudos de implantação de novos aeroportos
DAER	Transportes Multimodais	Ampliação da capacidade de rodovias
DAER	Transportes Multimodais	Conservação e manutenção de rodovias estaduais
DAER	Transportes Multimodais	Construção de acessos municipais com integração à malha rodoviária estadual
DAER	Transportes Multimodais	Construção de rodovias
DAER	Transportes Multimodais	Gestão organizacional do DAER
DAER	Transportes Multimodais	Operação do Sistema Rodoviário Estadual
DAER	Transportes Multimodais	Planejamento e gerenciamento da malha rodoviária do Estado do RS
DAER	Transportes Multimodais	Restauração de pavimentos
SPH	Transportes Multimodais	Reestruturação administrativa e operacional
SPH	Transportes Multimodais	Sinalização náutica das hidrovias
SPH	Transportes Multimodais	Terminal Internacional Turístico de Passageiros
SUPRG	Transportes Multimodais	Expansão de área portuária
SUPRG	Transportes Multimodais	Gestão ambiental
SUPRG	Transportes Multimodais	Gestão do Acesso Aquaviário
SUPRG	Transportes Multimodais	Modernização e Adaptação da Infraestrutura no Porto do Rio Grande
CEEE-D	Energia Para o Rio Grande	Eficientização energética
CEEE-D	Energia Para o Rio Grande	Expansão, renovação e melhoria das instalações de redes de distribuição
CEEE-D	Energia Para o Rio Grande	Expansão, renovação e melhoria das instalações de subtransmissão (Linhas de Transmissão e Subestações)
CEEE-D	Energia Para o Rio Grande	Pesquisa e desenvolvimento (P&D) - CEEE-D
CEEE-GT	Energia Para o Rio Grande	Expansão da geração
CEEE-GT	Energia Para o Rio Grande	Expansão da transmissão
CEEE-GT	Energia Para o Rio Grande	Manutenção e operação da geração
CEEE-GT	Energia Para o Rio Grande	Manutenção e operação da transmissão
CEEE-GT	Energia Para o Rio Grande	Pesquisa e desenvolvimento (P&D) - CEEE-GT
CRM	Energia Para o Rio Grande	Expansão da mineração do carvão
CRM	Energia Para o Rio Grande	Produção de Carvão CE - 3.300 na Mina de Candiota
CRM	Energia Para o Rio Grande	Produção de Carvão CE - 4.200 na Mina do Leão
CRM	Energia Para o Rio Grande	Realização de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeiro com dados da planta-piloto
SULGÁS	Energia Para o Rio Grande	Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no Estado
SULGÁS	Energia Para o Rio Grande	Melhoria operacional do sistema de distribuição de gás natural
EGR	Década de Ação pela Segurança no Trânsito	Educação para segurança no trânsito
EGR	Transportes Multimodais	Conservação, manutenção, restauração, construção e ampliação de capacidade de rodovias pedagiadas

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
EGR	Transportes Multimodais	Operação do sistema de rodovias pedagiadas estaduais

Justiça e Direitos Humanos

A **Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH)** e suas vinculadas, a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e a Fundação de Articulação de Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas portadoras de Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), têm entre suas principais competências formular e implementar políticas sociais públicas para a promoção dos direitos humanos para a criança e o adolescente, a mulher, o idoso, a igualdade étnica e racial, para as pessoas com deficiência ou altas habilidades, para a população indígena e de pessoas socialmente vulneráveis ou em situação de risco social. Também é de sua responsabilidade a proteção dos direitos do consumidor. As ações desenvolvidas por seus programas são descritas a seguir.

No Programa de Acesso à Justiça, na Ação de Fortalecimento dos Programas de Proteção à Pessoa, foram protegidos 48 Defensores de Justiça e acolhidas 59 testemunhas no Programa de Proteção e Assistência a Testemunhas Ameaçadas de Morte Protege – PROTEGE. Esse é um Programa criado para oferecer proteção a vítimas ou testemunhas de crimes que estejam expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal. Além da proteção, o Programa também visa à reinserção social das vítimas e testemunhas.

O Programa de Combate ao Uso Indevido de Drogas iniciou sua efetivação com o Plano Crack, é Possível Vencer, implantado no Estado em março de 2012 e estruturado em três eixos: Cuidado, Prevenção e Autoridade. O primeiro deles está relacionado à saúde e ao tratamento dos usuários. Já o foco Prevenção envolve campanhas de conscientização, capacitação de profissionais e trabalho junto às escolas. O eixo Autoridade é que envolve a segurança, o combate ao tráfico e ao crime organizado, a integração das polícias e o controle das fronteiras.

Foram entregues três micro-ônibus (bases móveis de videomonitoramento), seis carros, seis motocicletas e 60 câmeras. Os equipamentos e as viaturas serão usados pela polícia no Centro da Capital e nos Territórios da Paz dos bairros Rubem Berta e Santa Tereza. Oito municípios aderiram à iniciativa: Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Santa Maria, São Leopoldo, Pelotas e Viamão.

Para o Enfrentamento ao Crack e à Drogadição foi dado suporte e desenvolvidas ações de reinserção social e tratamento de dependentes para 4.456 pessoas. No sentido de estabelecer o Sistema Estadual de Combate às Drogas foram implementadas 5 redes de ação integradas e seus respectivos sistemas.

O Programa de Oportunidades e Direitos (POD) - principal projeto da Secretaria, busca garantir os direitos através da geração de oportunidades. Ele contempla todos os projetos sociais voltados aos grupos mais vulneráveis.

POD Socioeducativo – Voltado à ressocialização dos adolescentes da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase). Os jovens que optam por participar do programa também ganham uma bolsa de meio salário mínimo regional. O POD Socioeducativo é executado pela SJDH em parceria com entidades conveniadas: o Centro de Educação Profissional São João Calábria e a Fundação Pão dos Pobres, em Porto Alegre; o Centro Social Marista, em Santa Maria; e a Assistência Social Diocesana Leão XIII, em Passo Fundo.

POD Pré-Vestibular: Implantado em 2011, o curso pré-vestibular gratuito é voltado para estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas. Ofereceu, no 1º semestre de 2013, 1,8 mil vagas para curso pré-vestibular gratuito em 18 cidades do Estado. No final do 2º semestre de 2013, foi oportunizado intensivo para estudantes de Santa Maria. Ao total, desde a implantação, 2.500 alunos foram beneficiados pelo curso gratuito. Nos vestibulares realizados no final de 2012 e início de 2013, 453 estudantes que frequentaram as aulas foram aprovados, a maioria em universidades públicas. Em 2014, serão oferecidas 1,8 mil vagas para 27 cidades.

POD Legal: Em parceria com o Centro Integrado Empresa Escola (CIEE) e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, atua em 18 municípios com altos índices de criminalidade e que possuem Territórios da Paz. Por meio do programa, são ofertadas vagas para cursos profissionalizantes seguidos de estágios. O POD Legal se baseia na Lei da Aprendizagem, que obriga as empresas a contratarem jovens aprendizes de 14 a 24 anos. Em 2013, foram beneficiados mil jovens. O programa contribuiu para a Fase atingir o índice de 100% de profissionalização.

Centros POD Juventude: São espaços que possibilitam aos adolescentes e jovens, entre 14 e 24 anos, especialmente os que se encontram em situação mais vulnerável, o acesso à formação cidadã, a atividades de esporte, cultura e lazer e profissionalização, bem como o ingresso ao trabalho através da Lei da Aprendizagem. O primeiro centro começou a funcionar em 2012 no Bairro Lomba do Pinheiro e, em 2013, atendeu 300 pessoas. No local, foram oportunizados os cursos profissionalizantes em “Help Desk” e Gastronomia e oficinas temáticas de esporte, lazer, cultura e cidadania, além de palestras. Já no bairro Santa Tereza, o Centro POD Juventude começou a funcionar no 2º semestre de 2013 e atendeu 100 jovens. No local, foram realizadas oficinas de ballet, hip hop, aulas de inglês e capoeira, além de trabalho em grupo para fortalecimento de vínculos.

POD Criança: Ferramenta para doações ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (Feca). Por meio do site www.podcrianca.rs.gov.br, pessoas físicas e jurídicas podem realizar doações através do Imposto de Renda para projetos que envolvam crianças e adolescentes em todo o Estado. Os projetos selecionados são aprovados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desde 2011, já foram repassados R\$ 3 milhões do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA) a 80 entidades que trabalham com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

POD Tutelar: Capacitação e equipagem para os conselheiros tutelares que atuam no Estado. Foram capacitados 920 Conselheiros Tutelares para utilização do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA). No final de 2012, foram entregues 100 computadores a 50 municípios do Estado que tinham um ou nenhum equipamento.

Na Ação de Prevenção Social da Violência, deste programa, foram implementadas 2.500 ações para aumento de escolaridade e de inclusão ao mercado de trabalho e construídos dois Centros PODs Juventude.

Em 2013, também foi implantado o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), o qual oferece segurança retirando a criança ou adolescente ameaçado de morte do local de risco e inserindo-o em uma comunidade segura. O programa

oferece a seus protegidos serviços de saúde, educação, esporte, cultura e cursos profissionalizantes. Neste ano, sete crianças e adolescentes foram beneficiadas com o PPCAM, tendo sido assinado convênio para a Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AMENCAR), para implantar o Programa de Defensores de Direitos Humanos no Estado, que oferecerá proteção a ativistas que lutam pela causa.

O Programa de Promoção dos Direitos Humanos, através da Ação de Educação em Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social realizou oito campanhas publicitárias de Educação em Direitos Humanos; manteve a Casa dos Conselhos de Direitos; sensibilizou 20.000 líderes comunitários; capacitou 40.000 pessoas com cursos de formação tipo imersão, EAD, palestras e conferências e implementou o sistema de apoio estrutural ao funcionamento dos Conselhos.

Já na Ação de Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania foi Instalada uma biblioteca acessível, formados 2.000 cuidadores de idosos e implantada a Rede Integral de Atenção ao Idoso e apoiadas 17 paradas livres. Para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, foi criado o Fundo Estadual da Pessoa Idosa e a doação de R\$ 280.000,00, realizada pela Companhia Rio-grandense de Saneamento – CORSAN via Fundo Municipal do Idoso. Três instituições de Porto Alegre: Asilo Padre Cacique, Sociedade Porto-alegrense de Auxílio aos Necessitados (SPAAM) e Associação de Cegos Louis Braille, e uma em Taquari (Pella Betânia) foram as entidades contempladas.

Ainda dentro desta Ação foi instalado o Comitê Estadual de Enfrentamento à Homofobia, durante a audiência pública que tratou da criação do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs), em Porto Alegre. Também foi realizada uma campanha estadual Com o slogan "Amor, seja como for. Respeitar a diversidade é promover a igualdade".

O Brasil, em 2013, recebeu do Projeto Diálogo Brasil-União Européia o reconhecimento e o certificado de uma das 5 experiências exitosas de políticas públicas para a população LGBT, pelas ações do Programa RS sem Homofobia.

Em 2013 a Secretaria promoveu encontro para debater situação de migrantes, refugiados, apátridas e traficados, em reunião ampliada do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (Comirat).

Foi realizado o 7º Fórum Estadual de Cidadania dos Povos Indígenas, em Porto Alegre. Com o tema Terra e Direitos Indígenas, o encontro reúne representantes dos três povos oficialmente presentes no Rio Grande do Sul - Guaranis, Caingangues e Charruas.

Na ação de Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate a Discriminação foi realizada a III Conferência Estadual de Igualdade Racial, em Porto Alegre que promoveu debates sobre as políticas públicas a serem executadas pelo Estado; a palestra do haitiano Josué Guillame com o tema "Igualdade e Ética na Visão dos Direitos Humanos", experiência na área no Haiti e no Paraguai. Realizadas 120 ações voltadas à erradicação do subregistro civil – maternidade interligada; realizadas 2.000 ações para erradicação do subregistro civil – profissional capacitado.

Para a redução de homicídios de jovens negros foram desenvolvidas 22 ações, uma campanha para combate à discriminação e a 3ª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, como o tema “Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: Por um Rio Grande Afirmativo”. A conferência aprovou 25 propostas de encaminhamentos.

Na ação de Prevenção e Combate às Drogas, Atenção às Crianças e aos Adolescentes e à Juventude foi realizada campanha nas cidades de Porto Alegre, Cidreira, Capão da Canoa, Tramandaí, Torres e Cassino intitulada “Violência Sexual contra crianças e adolescentes é crime. Ajude a desmascarar os responsáveis”, divulgando o Disque 100, telefone para denúncias desse tipo de crime. Foram capacitadas 3.200 pessoas no Programa de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil; e realizadas seis ações para o fortalecimento da Rede de Proteção à criança e ao adolescente.

Neste ano que antecede a Copa do Mundo no Brasil, a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos levou a sete cidades do Estado a discussão sobre a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes principalmente em grandes eventos, durante a 11ª Jornada Estadual contra a Violência e a Exploração de Crianças e Adolescentes

Os municípios que estão aptos a receberem delegações de seleções – Lajeado, Gramado, Canela, Bento Gonçalves, Farroupilha, Viamão e Porto Alegre – sediaram as audiências da Jornada que tem como objetivo sensibilizar e informar a população em relação ao tema. As audiências reuniram integrantes da rede de proteção, assistentes sociais, educadores, policiais militares, policiais civis, promotores, juízes, defensores públicos, conselheiros tutelares e de direitos. Como resolução na edição deste ano ficou definida a instalação de um Centro de Referência de Atendimento Infantojuvenil (CRAI) em Gravataí.

No Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor, foi realizada uma Campanha de Conscientização e na ação de Fiscalização dos Direitos do Consumidor, na “Operação Verão numa Boa”, realizada no Litoral Gaúcho, foram fiscalizados 300 estabelecimentos, entre eles supermercados, lojas e farmácias. Somando com as fiscalizações feitas na Capital e interior do Estado, chegaram a 700.

Na Ação de Modernização e Qualificação do PROCON, houve a capacitação de 19 Servidores de PROCONs Municipais (Bagé, Alegrete, Sapucaia do Sul e Capão da Canoa), por técnicos do PROCON/RS, sobre a utilização do software Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SINDEC). Com os demais cursos realizados totalizaram 44 pessoas capacitadas.

Para descentralizar seu serviço, o PROCON adquiriu uma unidade móvel e realizou caravanas em 31 cidades até o momento: Agudo, Novo Hamburgo, São Sepé, Rio Grande, Tupanciretã, Palmeira das Missões, São Gabriel, Faxinal do Soturno, Alegrete, Santiago, Jari, Santa Maria, Ijuí, Sapucaia do Sul, Jaguari, Cruz Alta, Arroio dos Ratos, São Jerônimo, Charqueadas, General Câmara, Passo Fundo, Carazinho, São Vicente do Sul, Júlio de Castilhos, Bagé, Santana do Livramento, Gravataí, Hulha Negra, Sapiranga, Nonoai, Planalto, tendo em vista contribuir para o esclarecimento da população e fortalecimento do PROCON nos municípios. Foram realizados cerca de 2.500 atendimentos, uma média de 70 por dia. Também a unidade móvel prestará serviço no Verão Numa Boa no Litoral Gaúcho, temporada 2013 e 2014.

Na Ação Projeto de Ações Integradas, foram firmados três convênios, a saber:

- Convênio com o Instituto de Combate e Defesa da Concorrência (ICDE), que faz parte do Projeto Escolegal - Educação para o Consumo qualificará professores do interior do Estado, em Novo Hamburgo. O projeto será financiado com recursos do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.
- Convênio com o PROCON Estadual e a Faculdade Palotina de Santa Maria - FAPAS, visando à implantação do projeto Educação para a - Cidadania, prevê cursos para orientação ao consumidor A parceria contemplará 22 municípios das regiões Centro, Noroeste e Centro-Oeste.
- Convênio com Instituição Evangélica de Novo Hamburgo – consumidor consciente; educação financeira e tributária.

A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiências e com Altas Habilidades do Rio Grande do Sul (FADERS) promove, desenvolve, articula e executa políticas de acesso e garantia das Pessoas com Deficiência (PcD) e das Pessoas com Altas Habilidades (PcAH) aos seus direitos, bem como presta atendimento em suas unidades, nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e Preparação Profissional e Oficinas Terapêuticas, na perspectiva de construir referências a metodologias e práticas de atendimento especializado e inclusivo. Através do Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiências e Pessoas com Altas Habilidades são desenvolvidas as ações da Fundação.

Através da Ação de Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PcD e PcAH/SD a FADERS organiza e coordena as plenárias do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcD e PcAH/SD no interior do Estado, responsabilizando-se pelo registro e encaminhamento de diagnósticos e deliberações; implementa a descentralização de recursos e transversalidade de políticas públicas pela promoção dos Planos RS Sem Limites e Viver Sem Limites; incentiva e fortalece a representatividade social das PcD e PcAH/SD mediante assessoramento e participação em Conselhos de Direitos e de controle social.

O Plano RS Sem Limites, que institui a Política Estadual para PcD e PcAH/SD 2012-2014 alinhada à Política Nacional expressa no Plano Viver Sem Limites (2011), executado pelo Estado com a colaboração da União e dos Municípios, tem por finalidade promover o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência sob inspiração da Convenção Internacional de Direitos das Pessoas com Deficiência. Prevê ações em quatro eixos: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. Ao final de 2013, 161 municípios já haviam firmado adesão ao Plano RS sem Limites, somando-se àqueles que em 2010 e 2011 haviam aderido ao antecessor Compromisso Nacional pela Inclusão.

Em 2013, foram organizadas nove plenárias do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas Para PcD e PcAHq, reunindo um público de 1968 pessoas, das quais, 68 PcD de 154 diferentes municípios. Em dezembro, houve o Seminário Estadual de encerramento anual do Fórum, na capital do Estado, com um público de 122 pessoas, representativas de 32 diferentes municípios. A FADERS participou das Interiorizações do Governo do Estado; representou o RS no Fórum Nacional de Gestores de Políticas para PcD nas três oportunidades em que se reuniu em

2013; esteve participativa no Fórum Mundial dos Direitos Humanos e, na qualidade de delegada nata, atuou nas Conferências Nacionais da Saúde e da Assistência Social. Ainda em atividades de representação, deve ser destacada a coordenação da FADERS nas organizações do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência – COEPEDE/RS e do Comitê Gaúcho de Acessibilidade e Tecnologia da Informação – CGATI.

Na Ação Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades/ Superdotação, a Fundação realiza atendimento direto em caráter de referência para discussão de metodologias, implementação da inclusão nos serviços essenciais e subsídio a políticas públicas. Em 2013, promoveu-se o reordenamento das atividades de homologação e encaminhamento das credenciais do Passe Livre Intermunicipal que a Fundação realiza em parceria com DAER, METROPLAN e ATP. Com reordenamento e esforços de aprimoramento profissional dos trabalhadores, houve a qualificação de todos os serviços prestados, cabendo relatar o quantitativo que segue: 15.782 credenciais de Passe Livres Intermunicipais homologadas e remetidas; 1.203 pessoas atendidas no Serviço de Acolhimento; 152 PcD frequentando, diariamente e por um turno, as oficinas da Unidade Terapêutica CAZON; 16 PcD no Curso de Auxiliar de Serviços Gerais da Escola de Aprendizagem do Serviço de Capacitação Profissional – SECAP / FADERS, 15 destes formaram-se em agosto, estão inseridos no trabalho e recebendo supervisão da Fundação; 101 PcD atendidas sistematicamente pelas equipes multidisciplinares do Serviço de Saúde; 3 PcAH atendidas em suas escolas pelo Serviço de Apoio e Formação em Educação – SAFE/FADERS; 89 PcD foram atendidas com Ajudas Técnicas personalizadas do Serviço de Ajudas Técnicas – SAT/FADERS e inúmeras outras foram beneficiadas por atividades como tradução e interpretação do idioma LIBRAS – por exemplo, no Programa semanal Viva Bem (TVE) e em eventos e solenidades do Governo do Estado; com a transcrição para o sistema Braille de obras, apostilas, cartilhas, entre outros materiais, dos quais devemos destacar 20 títulos infantis da Companhia das Letrinhas para a Feira do Livro de Porto Alegre.

Em seu eixo de Ação “Produção de Conhecimento em Atenção às PcD e PcAH/SD”, a Fundação desenvolve estudos e pesquisas, cursos e oficinas de capacitação para atendimento, assessoramento técnico a órgãos, instituições, empresas e projetos. Formula e reproduz material formativo para multiplicação de informações e saberes voltados para o interesse das PcD e PcAH/SD. No ano de 2013, foram oferecidos 14 cursos de capacitação para atendimento, formando 385 pessoas. As Oficinas Atenção à PcD: Abordagem com Cidadania foram promovidas em 4 diferentes edições, capacitando um total de 145 agentes sociais. Os eventos formativos promovidos pela FADERS ao longo do ano totalizaram 37 oportunidades e um público de 2.342 pessoas. A Fundação e seus serviços de atendimento referencial foram campo de estágio para 11 acadêmicos da área da Saúde, que foram supervisionados pelos profissionais titulados da FADERS. No tocante às Pesquisas, foi concluído e preparado para publicação o Mapeamento da Política Pública para as Pessoas com Altas Habilidades/ Superdotação no Estado do RS; iniciou-se a Pesquisa “Diálogos em Rede: construindo políticas públicas em Direitos Humanos”; foram reunidos subsídios e compilados materiais para a composição do Livro Branco de Tecnologia Assistiva no Brasil. A FADERS esteve presente em inúmeros eventos científicos publicizando seus trabalhos e o conhecimento produzido a partir de sua prática, inclusive recebeu Prêmio Destaque no Salão de Iniciação Científica da PUC/RS pela apresentação de sua Pesquisa Condições de Acesso das PcD às Universidades do RS, concluída no ano passado.

Na ação de Construção de uma Cultura de Acessibilidade foi dada continuidade à Campanha Gaúcha de Acessibilidade: “Siga essa Ideia, Tchê!” – oficialmente instituída na Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, em 2011, como integrante da Campanha Nacional lançada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A Campanha Gaúcha é coordenada pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, por intermédio da FADERS, e pelo Conselho Estadual dos Direitos da PcD – COPEPEDE/RS.

É destaque na Construção de uma Cultura de Acessibilidade, a participação da Fundação no Programa Verão numa Boa, coordenado pela Secretaria Geral de Governo, com o Projeto Praia Acessível a Todos. Entre dezembro de 2012 e março de 2013, a Fundação manteve um quiosque em Capão da Canoa, ao lado da Casa de Governo. A partir desta inserção, durante os finais de semana do período, fez abordagem para a cidadania na orla marítima (conversa dirigida, escuta qualificada e distribuição de material formativo); promoveu acessibilidade em jogos e passeios, oficinas lúdicas como a de confecção de Cataventos; proporcionou o banho de mar assistido e realizou atividades de capacitação para Abordagem com Cidadania nos setores hoteleiro, gastronômico, trânsito e comércio em geral.

Entre variadas ações desenvolvidas mediante cooperação técnica e convênios, devem ser citadas: 1) Aditivo ao convênio com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH-PR para promoção de Curso de Capacitação de Gestores em Acessibilidade, de 240h/aula que, no ano de 2012 capacitou 33 gestores da Administração Pública Estadual. O aditivo prevê a realização de uma versão compacta do Curso (40h/aula), dirigida a gestores municipais da região Litoral do Estado; 2) Convênio com SDH-PR para implantação de Centro de Referência em Direitos Humanos no município de São Leopoldo; 3) Convênio com SDH-PR para aparelhamento das instalações do COPEPEDE/RS e para curso de capacitação em exercício do controle social sobre políticas públicas dirigido aos membros de conselhos de direitos municipais e estadual; 4) Adesão ao Programa Nacional de Centrais de Intérpretes em LIBRAS – CILS que proporcionou à FADERS o recebimento de kits de equipamentos correspondentes a 3 CILS. A FADERS instalará e será responsável pelo funcionamento de uma Central, localizada nas dependências do Tudo Fácil, na capital Porto Alegre. As demais CILS serão instaladas em municípios do interior do estado, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal e com modelo de funcionamento referenciado na FADERS.

Por fim, é importante ressaltar o trabalho desenvolvido pela Fundação na execução dos recursos da Participação Popular e Cidadã de ações que estão sob sua responsabilidade. Em 2013, tiveram continuidade os procedimentos relativos às demandas aprovadas em 2012, tendo sido realizado: 1) Pagamento do repasse aos municípios Pelotas (instalação de Centro de Atenção às Pessoas com Autismo) e Vera Cruz (aparelhamento do Centro de Atendimento Municipal Especializado); 2) Aditivo, Empenho e Liquidação dos valores referentes ao repasse para município de Nova Hartz (aquisição de veículo adaptado); 3) Recuperação da demanda e celebração de Convênio com município Nova Santa Rita (aquisição de veículo adaptado); 4) assessoramento para formulação do Plano de Trabalho aos municípios Venâncio Aires, General Câmara e Santa Cruz do Sul. Relativamente às demandas aprovadas para 2013, foram contatados e receberam assessoramento todos os municípios com demandas aprovadas. Já estão aprovadas as Minutas de Convênio com os municípios Lajeado do Bugre (formação de grupos de convivência e terapêutica PcD) e Três Palmeiras (aparelhamento da APAE Três

Plameiras); ainda está em elaboração o Plano de Trabalho do município Santo Antonio da Patrulha.

A **Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE)** é o órgão responsável, no Estado do Rio Grande do Sul, pela execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, aplicadas pelos Juizados Regionais da Infância e Juventude aos adolescentes que cometeram atos infracionais. Através de seu Programa Nova Fase, um dos projetos estratégicos do atual governo, é realizada a execução de suas ações, de acordo com o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069, de 13/07/1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE – Lei nº 12.594, de 18/01/2012).

Para realizar o seu trabalho, a FASE conta atualmente com 23 unidades, sendo oito em Porto Alegre e 15 no interior do Estado. As unidades estão localizadas de acordo com as regionais dos dez Juizados da Infância e Juventude, ou seja, em Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Santo Ângelo e Uruguaiana. Apenas a regional de Osório ainda não possui uma Unidade.

Governo do Estado e Judiciário oficializam cooperação para qualificar atendimento na Fase, uma parceria para qualificar as ações nas áreas da infância e da juventude, com foco especial nos adolescentes.

As unidades de Porto Alegre foram responsáveis, em 2013, pelo atendimento de, em média, 494 adolescentes (52,4 % da média de 943 adolescentes do sistema). O sexo masculino respondeu por 97,9% das internações, sendo os restantes 2,1%, de meninas, seguindo padrões semelhantes aos registrados em anos anteriores no Estado.

A faixa etária predominante em novembro 2013 situa-se de 16 a 18 anos, com 74,24% do total, embora apenas 7,6% tenham concluído o Ensino Fundamental, o que indica um elevado índice de defasagem escolar. Os principais atos infracionais que motivaram a determinação da medida socioeducativa na FASE aos adolescentes foram roubo (42,1%), tráfico de entorpecentes (14,7%) e homicídio (16,5%).

Ao longo do ano de 2013, a Fundação deu continuidade à implementação das ações previstas no Plano de Governo. Na ação de Adequação do Quadro Profissional da FASE, destaca-se o Projeto referente ao concurso público, uma das mais urgentes demandas da Fundação, tendo em vista que o último concurso havia sido realizado em 2002, portanto, há mais de dez anos. O processo seletivo foi concluído em dezembro de 2012 e até o presente momento foram contratados 318 novos servidores.

Ainda no ano de 2013 e concomitante a contratação dos novos funcionários, a Fundação também buscou, dentro do projeto estratégico, qualificar e capacitar os servidores de forma continuada. Foram realizadas capacitações por categorias com chefes de equipes, técnicos, cursos de extensão, para 231 servidores. Em parceria com a Secretária Estadual de Saúde do RS, foi realizado encontro temático com o tema “A Rede Intersetorial e Garantia do Acesso de Adolescentes às Políticas Públicas”, abrangendo profissionais da área da saúde em todas as Unidades da Fundação no Estado

No que se refere à ação da Reforma dos Centros de Atendimento Socioeducativo e Sede Administrativa da FASE, em 2013, a Fundação iniciou reformas de sete unidades da Fundação: Centro de Internação Provisória Carlos Santos, Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) POA I, Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) POA II, Unidade de Internação de Caxias do Sul, Unidade de Internação de Pelotas e Case Santo Ângelo. Também estão em processo licitatório as reformas das Unidades de Novo Hamburgo e Uruguaiana, concluindo-se as reformas e adaptações estruturais nas unidades existentes.

A FASE investiu em melhorias na sua estrutura física e funcional, com reformas e adequação de Unidades e reposição do quadro de servidores. Além disso, deu-se efetividade ao previsto no Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas de Internação e de Semiliberdade do Rio Grande do Sul (PEMSEIS). Foi definido que o adolescente em conflito com a lei, como um sujeito de direitos, exige atenção especial por estar em processo de desenvolvimento e elaboração de sua identidade e de suas relações com a família e com a sociedade. Embora se entenda que ele é protagonista do ato infracional que cometeu este “não pode ser visto como o único e principal foco de atenção da intervenção socioeducativa” (PEMSEIS).

Através da ação de Formação Profissional dos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas de Internação, foi realizada uma mudança na intervenção institucional junto aos adolescentes, expressa nos diversos convênios com entidades públicas e civis, também amparados em programas de aprendizagem como o Aprendiz Legal, o PRONATEC e Mais Educação. O desenvolvimento do Programa Aprendiz Legal Socioeducativo se dá através da assinatura de Acordos de Cooperação de Qualificação Profissional com destinação de vagas de trabalho, celebrados com o Branco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) - 130, Companhia de Gás do Estado do Rio grande do Sul (SULGÁS) - 10, Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) - 100, Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN) - 160. Também foram celebrados acordos com o Centro de Integração Empresa-Escola do Rio Grande do Sul (CIEE) e a FASE. Atualmente, todas as Unidades de privação de liberdade da Fundação contam com turmas de Aprendizes.

Essas ações oxigenam a própria Fundação e reforçam a ideia de protagonismo dos jovens socioeducandos. Exigem ousadia em inovar na organização das atividades e na metodologia utilizada, como o número de adolescentes por atividade, sem negligenciar aspectos como segurança e estabilidade institucional. Além disso, ajudam a qualificar as instituições parceiras para o trabalho com o público da FASE, superando estigmas e reconfigurando, na prática e no imaginário social, as possibilidades de reinserção social desses jovens. Para os adolescentes, o acesso a esses novos espaços e possibilidades de convivência, aprendizagem e empregabilidade pode representar uma melhora na sua autoestima e reais condições de autonomia e convívio social após o desligamento da Instituição. Trabalha-se, desse modo, para possibilitar a construção de projetos de vida capazes de ressignificar suas experiências, possibilitando-lhes resgatar a dignidade, a autoconfiança e valores éticos para o exercício da cidadania.

No ano de 2013, a FASE trabalhou buscando permanentemente o investimento na qualidade da socioeducação e pautou suas ações nos seguintes eixos principais:

profissionalização permanente, saúde em atenção integral, escolarização formal dos adolescentes, medida socioeducativa de semiliberdade e acompanhamento de egressos. Nesse sentido, salientam-se:

- PROJETO PESCAR - Em uma iniciativa pioneira, a FASE e a Fundação Projeto Pescar desenvolvem uma ação conjunta com vistas à execução de Cursos de formação técnico - profissional de duração variável, não inferior a oito (08) meses. O objetivo é propiciar atividades profissionais certificadas para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nas Unidades Padre Cacique e CASE POA I. O curso técnico-profissional de Iniciação Profissional em Operações para o Comércio e Montagem e manutenção de Bicicletas é ministrado dentro das unidades da FASE/RS para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de ISPAE (Internação sem possibilidade de atividades externas). A contratação dos adolescentes como Aprendizes é realizada pelas empresas Importadora e Exportadora de Cereais (IMEC S.A.) e SUDESTE Transportes Coletivos Ltda.
- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - A Fundação de Atendimento Socioeducativo no ano de 2013 contratou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para execução de Cursos de qualificação profissional para jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade: foram oferecidas 200 vagas, 1434 horas o que totalizou o investimento de R\$ 168.000,00.
- PRONATEC SOCIOEDUCATIVO - Em 2013, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul assinaram Termo de Adesão, visando permitir ao Estado a mobilização, seleção e pré-matrícula de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em cursos da Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O Programa proporcionou a realização de 274 matrículas e executou 4272 horas de qualificação profissional para os socioeducandos. A execução dos Cursos ocorreu através da Pactuação e destinação de vagas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Instituto Federal Sul-Riograndense.
- ENCCEJA 2013 - As pessoas privadas de liberdade e jovens sob medidas socioeducativas, que não tiveram oportunidade de concluir o Ensino Fundamental na idade apropriada, pleitearam a certificação de conclusão de Ensino Fundamental por meio do Exame Nacional de Certificação de Competências para Jovens e Adultos (ENCCEJA), que foi realizado no dia 14 de maio. As provas ocorreram nas Unidades da FASE em todo estado. Foram inscritos 424 adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa.
- ENEM 2013 - Participaram do exame 94 adolescentes das 13 Unidades de internação do estado. O Enem é um exame altamente inclusivo e possibilita que esses participantes concorram a vagas na educação superior e obtenham certificação do ensino médio. As inscrições foram feitas via internet pelos responsáveis pedagógicos de cada Unidade. Eles também estarão encarregados do acesso aos resultados, da divulgação das informações do exame aos inscritos e do encaminhamento dos candidatos ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) e a outros programas de acesso à educação superior.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- Dando continuidade às ações de estágios remunerados, no ano de 2013, a FASE assinou com o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT 4) convênio que trata sobre a inclusão de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. O objetivo é desenvolver o Programa de Trabalho Educativo, de modo a proporcionar aos jovens a complementação do ensino e da aprendizagem, a aquisição de conhecimentos e habilidades técnicas, visando o pleno desenvolvimento pessoal, a inclusão social e o exercício da cidadania, por meio da experiência profissional. O art. 68 do ECA prevê o trabalho educativo como uma forma de preparação do jovem para a atividade laborativa: "O trabalho educativo ocorrerá desde que o adolescente preste serviços em entidades sem fins lucrativos (governamentais ou não governamentais) e que desenvolvam um programa em que a finalidade educacional prepondere sobre a produtiva. O recebimento de uma bolsa educativa não o descaracteriza. O trabalho educativo, desse modo, pode-se verificar tanto no interior das entidades, apenas, quanto nas empresas, por intermédio das entidades sem fins lucrativos. É necessária a inserção do adolescente num processo metódico que viabilize a sua formação profissional."

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SJDH	Programa de Acesso à Justiça	Fortalecimento dos Programas de Proteção à Pessoa
SJDH	Programa de Acesso à Justiça	Mutirões de Acesso à Justiça e Defesa dos Direitos
SJDH	Programa de Combate ao Uso Indevido de Drogas	Enfrentamento ao Crack e à Drogadição
SJDH	Programa de Oportunidades e Direitos - POD	Aprimoramento do processo de ressocialização
SJDH	Programa de Oportunidades e Direitos - POD	Fortalecimento institucional da SJDH
SJDH	Programa de Oportunidades e Direitos - POD	Prevenção situacional e qualificação da segurança pública
SJDH	Programa de Oportunidades e Direitos - POD	Prevenção Social da Violência
SJDH	Programa de Promoção dos Direitos Humanos	Educação em Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social
SJDH	Programa de Promoção dos Direitos Humanos	Educação em Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social
SJDH	Programa de Promoção dos Direitos Humanos	Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania
SJDH	Programa de Promoção dos Direitos Humanos	Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate à Discriminação
SJDH	Programa de Promoção dos Direitos Humanos	Prevenção e Combate às Drogas, Atenção às Crianças e Adolescentes e à Juventude
SJDH	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	Conscientização de Consumidores e Fornecedores
SJDH	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	Educação em Direitos do Consumidor
SJDH	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	Fiscalização dos Direitos do Consumidor
SJDH	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	Modernização e Qualificação do PROCON
SJDH	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	Municipalização do PROCON
SJDH	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	PROCON Itinerante
SJDH	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	Projeto de Ações Integradas

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SJDH	Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor	Regionalização do Atendimento do PROCON
FADERS	Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD
FADERS	Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação
FADERS	Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Construção de uma cultura de acessibilidade
FADERS	Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades	Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação
FASE	Programa Nova FASE	Adequação do Quadro Profissional da FASE
FASE	Programa Nova FASE	Aquisição de veículos para a sede administrativa e centros de atendimento
FASE	Programa Nova FASE	Construção de novos centros de atendimento socioeducativo
FASE	Programa Nova FASE	Formação profissional dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação
FASE	Programa Nova FASE	Modernização da gestão e execução das atividades de apoio e de atendimento socioeducativo da FASE
FASE	Programa Nova FASE	Qualificação e Capacitação Profissional dos Trabalhadores da FASE
FASE	Programa Nova FASE	Reforma dos Centros de Atendimento Socioeducativo e sede administrativa da FASE

Meio Ambiente

A **Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)**, criada em 1999, é o órgão central do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA), responsável pela política ambiental do Rio Grande do Sul. A SEMA possui duas vinculadas, a **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM)** e a **Fundação Zoobotânica do RS (FZB-RS)**.

No Plano Plurianual 2012-2015, a SEMA é responsável pelo programa Tutela e Gestão Ambiental Integrada, que tem como objetivos: coordenar e planejar a execução, o acompanhamento e a atualização da Política Ambiental do Estado, mediante a integração intra e interinstitucional e dos sistemas SISEPRA e SERH (Sistema Estadual de Recursos Hídricos) e a adequação de legislação, processos, instrumentos e ferramentas; promover a preservação, conservação e restauração dos recursos ambientais, do conjunto da diversidade biológica nativa, da integridade dos ecossistemas, do patrimônio genético e das belezas cênicas de regiões e locais com interesse científico e cultural, com vistas à utilização sustentável, garantindo equilíbrio ecológico; e coordenar a articulação das ações de controle, fiscalização e monitoramento ambientais, com base na aplicação de normas regulatórias e no uso de sistemas de informação integrados.

Compondo o Programa, a ação Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais pretende promover e apoiar a gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos, a recuperação e proteção dos ecossistemas e de sua biodiversidade, o manejo sustentável de atividades antrópicas sujeitas à regularização ambiental, a adoção de tecnologias limpas e as mudanças comportamentais e das formas de consumo e produção. O quadro abaixo demonstra o percentual de elaboração e implementação de planos e projetos, que são produtos da ação.

Plano/Projeto	Percentual
Plano Estadual de Educação Ambiental	33%
Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	10%
Plano Estadual de Recursos Hídricos	95%
Plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação	50%
Projeto Incentivos para la Conservación del Pastizales Naturales en el Cono Sur	80%

Além dos planos/projetos acima apresentados, através desta ação, a SEMA elaborou e implementou outros produtos, conforme apresentado no quadro a seguir.

Plano/Projeto	Quantidade
Plano e Enquadramento de Bacias Hidrográficas	7 unidades
Estudo de revisão do balanço hídrico e de disponibilidade em bacias hidrográficas	5 unidades
Plano de Manejo de Unidade de Conservação	4 unidades
Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao desenvolvimento do estado (RS Biodiversidade)	0,6 unidade

Estudo para criação de Unidades de Conservação	1 unidade
Campanha de repovoamento da araucária e de plantio de árvores nobres de espécies folhosas nativas	4 unidades
Relatório Anual de Recursos Hídricos	2 unidades

Com o intuito de implementar solução de tecnologia de informação e comunicação para Sistema de Informações Ambientais, geo-processada, integrando as esferas municipal, estadual e federal, a SEMA implementou, em 2013, mais 15% da solução de tecnologia da informação - estando implantado, acumuladamente, 25%.

A Secretaria trabalhou, em 2013, na elaboração e implantação do Sistema de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, a partir de uma rede de informações sobre hidrologia, meteorologia, meio ambiente e atividades antrópicas sobre o território do Rio Grande do Sul. O sistema deverá estruturar, qualificar e distribuir a informação de maneira mais eficiente para tomada de decisões sobre ações de defesa civil e emergências ambientais. O monitoramento de causas de riscos deverá contemplar os eventos extremos, tais como inundações, enxurradas, vendavais e movimento de massa. O sistema deverá contemplar o mapeamento de riscos. Atualmente, 20% do Sistema está implementado.

No que tange a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, o ano de 2013 foi finalizado com a contratação da consultoria que realizará a construção dessa ferramenta de planejamento.

Na ação que visa a integração entre SEMA, FEPAM e FZB, buscando, no exercício das suas atribuições legais, a integração de políticas e processos, em 2013, a SEMA implementou 25% da sua parcela do Sistema Integrado de Regularização Ambiental (cadastro, licenciamento, outorga, fiscalização e sanção administrativa). Por fim, em 2013, no que tange à estrutura, 25% da SEMA foi modernizada e devidamente adequada às necessidades atuais da Pasta.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) é a instituição responsável pela gestão ambiental no Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Tem atribuições de planejamento ambiental, licenciamento, fiscalização, monitoramento e educação ambiental, englobando atividades de monitoramento da qualidade do ar e da água, análise de balneabilidade e serviço de emergência ambiental 24h.

Além da operação do Licenciamento Ambiental das atividades de impacto supra-local, as principais atividades da Fundação são: a aplicação da Legislação Ambiental; fiscalização em conjunto com os demais órgãos da SEMA, Municípios e Batalhão Ambiental da Brigada Militar; a avaliação, monitoramento e divulgação de informação sobre a qualidade ambiental (este trabalho é a base para a priorização e avaliação da efetividade das ações desenvolvidas - como o próprio licenciamento ambiental); o diagnóstico e planejamento, para que a ação do SISEPRA, a avaliação das mudanças ambientais e o licenciamento ambiental de atividades individuais sejam vistos dentro do marco de diretrizes regionais e da capacidade suporte do ambiente; e o apoio, informação, orientação técnica e mobilização de outros atores importantes como os Municípios, os Comitês de Bacia e organizações da sociedade civil.

Em 2013, a FEPAM encaminhou o estudo do Zoneamento Ambiental para Implantação de Parques Eólicos no RS, referente ao aproveitamento dos ventos para geração de energia elétrica a partir de fonte limpa. Também encaminhou o Termo de Referência para elaboração do Zoneamento Ambiental para Atividade de Mineração de Areia nos médios e baixos cursos do Rio Jacuí, objeto de ação judicial e fundamental para a extração sustentável do mineral largamente utilizado na construção civil.

Além disso, de acordo com um dos objetivos dessa Fundação, foram emitidos diversos licenciamentos de destaque em diferentes áreas, conforme citado a seguir, com a finalidade de garantir a correta gestão ambiental no estado do Rio Grande do Sul.

- Controle da Poluição Industrial

Licenças para viabilidade, implantação e operação de diversos empreendimentos industriais e distritos destinados a receber operações industriais no estado;

Licenças para ampliação da empresa John Deere, em Montenegro, para fabricação montagem e reparação de tratores;

Licença de Instalação para empresa Metasa, em Charqueadas, dentro do Polo Naval do Jacuí, para produção de módulos de plataformas de petróleo;

Licença de Instalação para empresa Estaleiros Brasil S/A, em São José do Norte, para produção de plataformas de petróleo.

- Infraestrutura e Saneamento

Diversos projetos do PAC, destinados a abastecimento de água e esgotamento sanitário.

- Estradas

Diversos trechos em rodovias estaduais e federais, com destaque para o Acessos Municipais.

- Energia

Licença de Instalação para a Linha de Transmissão, interligando os parques e complexos eólicos da zona sul do RS – Santa Vitória do Palmar e Chuí – ao Sistema Nacional – trecho Santa Vitória do Palmar a Povo Novo e trecho Povo Novo a Nova Santa Rita;

Licença Prévia para Complexo Eólico em Dom Pedrito, com capacidade de geração de 108 MW de energia.

- Agrosilvipastoril

Destaques: Licenças do Programa Mais Água, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

- Mineração

Destaques: novas Licenças de Operação para atividade de extração de areia no rio Jacuí, em conformidade com decisão proferida em Ação Judicial.

A **Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul** é uma instituição dedicada à pesquisa da biodiversidade e dos ecossistemas gaúchos. Através de seus três órgãos executivos – o Jardim Botânico, o Museu de Ciências Naturais e o Parque Zoológico -, tem por finalidade a conservação da fauna e da flora, a manutenção de coleções científicas com espécimes-testemunhos de animais e vegetais recentes e fósseis (*in situ* e *ex situ*), a difusão científica, a educação ambiental e o assessoramento à gestão ambiental do Estado, utilizando-se da produção do conhecimento e da participação na elaboração de zoneamentos, planos de manejo, laudos e perícias.

Em 2013, visando a integração com SEMA e FEPAM, a FZB implementou 25% da parcela que lhe cabe do Sistema Integrado de Pesquisa Científica. Juntamente com a PROCERGS, a Fundação participou da elaboração do Sistema LIVE (Avaliação do Estado de Conservação de Espécies) - tecnologia pioneira no país para a elaboração de listas de espécies ameaçadas da fauna e flora. No que tange à gestão de pessoas, a Fundação também implementou 25% da sua parcela do sistema integrado de gestão do conhecimento e de pessoas e implementou o mesmo percentual da solução de tecnologia da informação e comunicação para o Sistema de Informações Ambientais.

Dentre o que foi realizado para a modernização e adequação da Instituição, está a construção da casa da guarda no Parque Zoológico, a conexão da FZB à rede do Governo do Estado, através da instalação de *link* de fibra ótica, a digitalização dos acervos científicos e o início da tramitação junto à Secretaria de Obras do processo destinado à construção da Central de Coleções Científicas, projeto com recursos da FINEP. A biblioteca institucional, juntamente com outras oito no Brasil, passou a integrar a Rede de Bibliotecas em Biodiversidade, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, GEF, Caixa Econômica Federal, FAPESP, entre outros órgãos nacionais e estrangeiros. Com a digitalização do acervo de publicações científicas da Fundação, a revista *Iheringia* Série Zoologia - editada desde a década de 1950 - foi incluída no Portal de Periódicos em Biodiversidade, possibilitando downloads gratuitos de seus artigos pela comunidade científica e sociedade civil.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Implementação de Sistema de Informações Ambientais
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Implementação do Sistema de Gestão de Riscos
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Implementação dos Projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Implementação na SEMA da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Implementação na SEMA da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Implementação na SEMA da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Integração SEMA, FEPAM e FZB
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Integração SEMA, FEPAM e FZB
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Modernização e Adequação da SEMA
SEMA	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Promoção da Gestão do Conhecimento e de

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
		Pessoas da SEMA, FEPAM e FZB
FEPAM	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Modernização e Adequação da FEPAM
FEPAM	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Modernização e Adequação da FEPAM
FEPAM	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Participação da FEPAM na implementação de planos, programas e projetos ambientais
FEPAM	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Participação da FEPAM na implementação de Sistema de Informações Ambientais
FEPAM	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Participação da FEPAM nos projetos de zoneamento ecológico-econômico
FZB	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Modernização e Adequação da FZB
FZB	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Participação da FZB na Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais
FZB	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Participação da FZB na Implementação de Sistema de Informações Ambientais
FZB	Tutela e Gestão Ambiental Integrada	Participação da FZB nos Projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico

Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano

A **Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano - SOP** tem por objetivo proporcionar uma melhor qualidade de vida à população por meio da construção, ampliação, conservação e recuperação do patrimônio público estadual, da gestão de projetos e obras na área de recursos hídricos, e apoiando o desenvolvimento municipal ao atender as demandas das prefeituras por projetos e apoio técnico para a realização de obras públicas e, por ocasião das situações de emergência, providenciando os meios para a minimização dos efeitos decorrentes de desastres naturais.

Sua vinculada, a **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN**, visa o fortalecimento da gestão municipal e regional, de forma a promover a agilidade na implementação de ações e políticas, através da necessária integração e articulação de planos, projetos e ações para o desenvolvimento sustentado das regiões metropolitanas de Porto Alegre - RMPA, da Serra Gaúcha, das Aglomerações Urbanas e das Regiões Hidrográficas do Estado.

Obras Públicas

Por meio do Programa Gestão de Obras Públicas e Apoio ao Desenvolvimento Municipal a SOP tem por objetivo o planejamento, a elaboração e a execução de projetos e gestão de obras para os próprios públicos do Estado e assessoramento técnico e operacional aos municípios. Dessa forma assume a responsabilidade técnica pela elaboração de projetos e fiscalização das obras do Estado. A execução de projetos e obras, ou a análise e revisão de projetos, de engenharia e arquitetura para próprios públicos, ocorre por meio de convênios ou acordos com os Órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e pelos órgãos das administrações municipais.

Conforme dados da Secretaria de Administração e Recursos Humanos – SARH, o Estado detém mais de 18.000 imóveis somente para a Administração Direta. Em 2013 a SOP realizou a gestão de obras e serviços de reforma de prédios públicos que somam 450.000 m² de área construída, o que resultou na conservação de 2.000 imóveis e na realização de obras de 300 novos prédios públicos. A cada projeto de reforma, ampliação ou manutenção, elaborado pela SOP, são realizados levantamentos técnicos que propiciam a atualização do cadastro dos prédios públicos do Estado.

Na atual gestão, apenas no âmbito dos imóveis da Secretaria de Educação, foram realizadas mais de 1.700 reformas, e cerca de 500 projetos estão em andamento. Entre os projetos concluídos estão os de salas de aula modulares para escolas nos municípios de Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e São Gabriel, e o projeto da Escola Técnica, a ser construída no município de Novo Hamburgo, obra orçada em R\$ 12 milhões.

Na área da assistência à saúde encontra-se em andamento o projeto da Unidade de Pronto Atendimento, UPA tipo III, com 1.485,50m², com Ordem de Início de Serviço - OIS a ser construída em Rio Grande, e estão concluídas as Unidades Básicas de Saúde – UBS, tipo III, em Alvorada, com 336 m², em Novo Hamburgo e Pelotas, Santo Ângelo a UBS do tipo I, com 250 m². Também se encontram concluídas as Unidades de Pronto Atendimento – UPA, tipo I, em Lajeado, com 1.212,09m², e em Cachoeira do Sul tipo I, com 994m², Porto Alegre e Santa Maria

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

as Unidades de Pronto Atendimento tipo III, ambas com área de 1.485,50m², Santo Ângelo tipo II com área de 1.212,09m².

Levantamento do Departamento de Obras Públicas relaciona, na tabela a seguir, as principais obras em andamento, com valor individual superior a R\$ 300 mil:

Obra	Município	Tipo	Valor Licitado (R\$)
EEEM VISCONDE DO MAUA	Butia	Acessibilidade	304.000,00
IEE OLIVIA LAHM HIRT	Igrejinha	Ampliação	309.138,10
EEEM PROFESSOR AMERICO BRAGA	Eldorado Do Sul	Construção	311.511,00
EEEF WALT DISNEY	Viamao	Reforma	311.685,85
EEEF NOSSA SRA DA PENHA	Ijuí	Reforma	314.085,31
EEEM MADRE MADALENA	Sao Jose Do	Reforma	317.133,42
EEEF VISCONDE DO RIO GRANDE	Porto Alegre	Reforma	318.000,00
EEEM DR LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	Cachoeira Do Sul	Reforma	318.980,80
EEEF OSVALDO ARANHA	Ijuí	Reforma / Ampliação	323.397,56
EEEB TITO FERRARI	Sao Pedro Do Sul	Reforma	324.475,17
CE AUGUSTO MEYER	Guaiba	Construção	326.000,00
UERGS	Santana Do	Reforma	330.000,00
EEEF DIOGENES EUCLIDES DA CUNHA	Lagoa Vermelha	Reforma	330.947,00
EEEM GETULIO VARGAS	Fontoura Xavier	Reforma	338.000,00
EEEF PROFESSOR ANTONIO MOACIR PEREIRA	Uruguaiana	Reforma	340.654,21
EEEF ANGELINA SALZANO VIEIRA DA CUNHA	Cachoeira Do Sul	Construção	348.510,77
EEEF VENCESLAU BRAS	Butia	Reforma	349.223,81
ETE GETULIO VARGAS	Rio Grande	Construção	349.538,16
EEEF PEDRO AMERICO	Porto Alegre	Reforma	353.972,81
IEE ASSIS CHATEAUBRIAND	Charqueadas	Acessibilidade	354.000,00
10 CRS	Alegrete	Outro	354.508,94
SECRETARIA DO TURISMO ESPORTE E LAZER	Porto Alegre	Reforma	356.000,00
CORPO DE BOMBEIROS DE SAO BORJA	Sao Borja	Construção	356.600,00
CE DOM JOAO BECKER	Porto Alegre	Reforma	356.672,98
CE SANTA VITORIA DO PALMAR	Santa Vitoria Do	Reforma	367.810,82
PARQUE ESTADUAL DE EXPOSIÇÕES ASSIS BRASIL -	Esteio	Construção	368.109,97
EEEF HERMANY	Ibiruba	Reforma	377.031,30
IEE OSWALDO ARANHA	Alegrete	Reforma	377.315,57
EEEF CANADA	Viamao	Reforma	381.055,00
PRESIDIO ESTADUAL DE MONTENEGRO	Montenegro	Reforma	382.119,15
EEEM ESQUINA APARECIDA	Coronel Bicaco	Construção	386.042,03
HOSPITAL PSIQUIATRICO SAO PEDRO	Porto Alegre	Reforma	386.245,67
EEEM PROF TOLENTINO MAIA	Viamao	Reforma	387.211,63
EEEM ALMIRANTE BARROSO	Porto Alegre	Reforma	388.000,00
EEEM Saldanha Marinho	Ibirapuita	Reforma	409.863,00
EEEF OSCAR SCHIMITT	Porto Alegre	Demolição	478.020,42
CE WALDEMAR AMORETTY MACHADO	Bage	Reforma	494.000,00
EEEF PADRE LOURENÇO BOSSE	Santa Barbara Do	Reforma	495.217,28
EEEF LEVINO LAUTERT	Condor	Reforma	495.247,56
EEEF MOISES CANDIDO VELOSO	Lajeado	Reforma	511.419,16
EEEM MACEDO BELTRAO DO NASCIMENTO	Capao Do Cipo	Construção	512.713,70
EEEM RUY BARBOSA	Ijuí	Construção	513.553,96
27 CRE	Canoas	Restauração	517.151,23
EEEM MARECHAL SOARES DE ANDREA	Chuí	Reforma	517.726,68
UNIDADE BASICA DE SAUDE TIPO III	Passo Fundo	Construção	528.443,49

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Obra	Município	Tipo	Valor Licitado (R\$)
GINASIO PPV - BAIRRO RUBEM BERTA	Porto Alegre	Construção	549.993,95
IEE PARQUE DO TRABALHADOR	Sao Leopoldo	Reforma	564.000,00
EEEF FATIMA	Canoas	Ampliação	579.890,88
ETE JOAO XXIII CENTRO DE REFERENCIA EM	Pelotas	Reforma / Ampliação	580.958,41
EEEF BANDEIRANTES	Sertao	Reforma	590.229,69
ETE PAROBE	Porto Alegre	Reforma	612.573,20
EEEF GENERAL IBA ILHA MOREIRA	Porto Alegre	Reforma	619.396,41
IEE ELISA FERRARI VALLS	Uruguaiiana	Reforma	629.000,00
EEEB FELICIANO JORGE ALBERTO	Redentora	Ampliação	640.755,11
EEEF CLOTILDE CACHAPUZ DE MEDEIROS	Porto Alegre	Reforma	652.994,17
CADEIA PUBLICA FEMININA DE PASSO FUNDO	Passo Fundo	Construção	676.956,00
CADEIA PUBLICA FEMININA DE RIO GRANDE	Rio Grande	Construção	684.236,00
EEEM SILVEIRA MARTINS	Bage	Reforma	685.212,66
EEE BRIGADEIRO NEY GOMES DA SILVA	Canoas	Reforma	712.151,35
CADEIA PUBLICA MASCULINA DE ALEGRETE	Alegrete	Construção	730.646,00
HOSPITAL PSIQUIATRICO SAO PEDRO	Porto Alegre	Reforma	731.902,46
EEEM REPUBLICA ARGENTINA	Porto Lucena	Reforma	735.087,20
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	Porto Alegre	Reforma	736.750,19
EEEM SILVEIRA MARTINS	Bage	Ampliação	770.113,09
EEEF FREI CANECA	Flores Da Cunha	Reforma	776.000,00
BPM DE PELOTAS - 04	Pelotas	Reforma	780.140,07
CENTRO ADMINISTRATIVO FERNANDO FERRARI -	Porto Alegre	Reforma	804.000,00
EEIEF KAINGANG CACIQUE SY CRE	Planalto	Construção	833.483,42
ETE FREDERICO GUILHERME SCHMIDT	Sao Leopoldo	Reforma / Ampliação	834.000,00
EEEF CANADA	Viamao	Reforma	869.903,11
IEE PEREIRA CORUJA CENTRO REFERENTE EM	Taquari	Construção	874.134,00
EEEM ELISA TRAMONTINA	Carlos Barbosa	Reforma	906.900,00
EEEF PROFESSORA LUIZA TEIXEIRA LAUFFER	Porto Alegre	Reforma	920.678,52
EEEF CORONEL ALVARO DE MORAES	Montenegro	Reforma	959.917,33
PARQUE CIENTIFICO TECNOLOGICO DO PLANALTO	Passo Fundo	Construção	961.561,04
PRESDIO REGIONAL DE BAGE	Bage	Construção	980.000,00
PARQUE CIENTIFICO E TECNOLOGICO REGIONAL DA	Santa Cruz Do Sul	Outro	980.301,90
EEEF DR RENATO DEL MESE	Caxias Do Sul	Reforma	998.940,38
EEEF CORONEL APARICIO BORGES	Porto Alegre	Reforma	1.002.259,45
EEEF SEVERINO DALZOTTO	Tapejara	Construção	1.050.389,61
PRESDIO ESTADUAL DE NOVO HAMBURGO	Novo Hamburgo	Construção	1.085.370,05
CENTRO ADMINISTRATIVO FERNANDO FERRARI -	Porto Alegre	Reforma	1.137.844,12
EE NORMAL 1 DE MAIO	Porto Alegre	Reforma	1.156.723,63
EEEF ALBERTO BINS	Porto Alegre	Reforma	1.168.000,00
EEEM WESTFALIA	Westfalia	Construção	1.178.950,44
ET AGRICULTURA	Viamao	Reforma	1.185.257,03
IEE ISABEL DE ESPANHA	Viamao	Reforma	1.204.600,33
CE 8 DE SETEMBRO	Estancia Velha	Reforma	1.249.949,71
EEEF ATALIBA RODRIGUES DAS CHAGAS	Sao Gabriel	Construção	1.374.169,64
PEEAB	Esteio	Cercamento	1.381.425,20
EEEM BANDEIRANTE	Guapore	Reforma	1.386.860,00
CE ENGENHEIRO PAULO CHAVES	Marata	Reforma	1.457.399,67
PEEAB	Esteio	Ampliação	1.467.262,58
EEEM DR JOSE MARIANO DE FREITAS BECK	Rio Grande	Reforma	1.507.663,41
EEEF BARAO DO JACUI	Sao Jeronimo	Construção	1.530.000,00
DAER de Porto Alegre	Porto Alegre	Instalação	1.583.735,00
HOSPITAL PSIQUIATRICO SAO PEDRO	Porto Alegre	Restauração	2.234.846,72

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Obra	Município	Tipo	Valor Licitado (R\$)
CASE REGIONAL DE SANTA MARIA	Santa Maria	Reforma / Ampliação	2.440.000,00
1ª CRE	Porto Alegre	Reforma	2.565.358,83
CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE - DP de Caxias do Sul - 02*	Porto Alegre	Reforma	3.429.009,96
CEASA	Caxias Do Sul	Construção	5.000.000,00
Centro de Desenvolvimento Científico e TECNOLÓGICO	Porto Alegre	Reforma	6.126.434,98
TECNOVATES	Lajeado	Outro	9.473.466,18
PENITENCIÁRIA	Lajeado	Outro	11.097.262,49
PENITENCIARIA ESTADUAL DE GUAIBA	Canoas	Construção	17.997.307,25
HOSPITAL REGIONAL CENTRO	Guaiba	Construção	19.489.323,19
	Santa Maria	Construção	36.326.623,19

Fonte: SOP/DOP – Jan/2014

Com relação às obras concluídas, em 2013, a tabela que segue relaciona as obras com valores individuais superiores a R\$ 300 mil reais:

Obra	Município	Tipo	Valor Licitado (R\$)
EEEF JOSE DE OLIVEIRA NETO	Ararica	Reforma	300.686,50
EEEM CARMEM ALICE LAVIAGUERRE	Guaiba	Reforma	302.437,06
EEEM IMACULADA CONCEICAO	Cambara Do Sul	Reforma	302.683,24
EEEF SANTA TEREZINHA DO FORROMECCO	Bom Principio	Reforma	305.824,79
EEF ERICO VERISSIMO	Getulio Vargas	Construção	310.001,40
CE PROFESSOR MANTOVANI	Erechim	Reforma	311.100,00
EEEF PADRE RITTER	Sao Francisco De	Reforma	312.000,00
EEEF PROFESSOR GERMANO WITROCK	Canoas	Reforma	312.345,69
CE MANOEL RIBAS	Santa Maria	Reforma	313.000,00
EEEM LUIZ MOSCHETTI	Capao Da Canoa	Reforma	313.091,77
EEEF SAO JOAO BATISTA	Panambi	Reforma / Ampliação	316.268,24
EEEF GUARDA MARINHA GREENHALGH	Rio Grande	Reforma	316.757,50
EEEF SAO JOAO BOSCO	Lajeado	Reforma	318.582,17
EEEM ANCHIETA	Chiapeta	Reforma	319.856,20
EEEB FREI JOSE	Sao Joao Da Urtiga	Reforma	320.053,92
EEEF LIONS CLUB POA FARRAPOS	Porto Alegre	Reforma	320.108,99
IEE FELIPE ROMAN ROS	Arvorezinha	Reforma	323.149,59
EEEF VICENTE DA FONTOURA	Porto Alegre	Reforma / Ampliação	326.200,00
EEEB MARECHAL DEODORO	Torres	Reforma	335.103,27
IEE CRISTO REDENTOR	Candido Godoi	Reforma	337.000,00
EEEF FREI MIGUELINO	Rolante	Reforma	339.983,06
CE OLGA BENARIO PRESTES	Alvorada	Cercamento	341.802,80
EEEM MARIA TERESA V CASTILHOS	Osorio	Reforma	344.299,29
EEEM FRANCISCO ROSALES NEUMANN	Barra Do Ribeiro	Reforma	344.399,17
CE DEOCLECIO FERRUGEM	Glorinha	Reforma	346.453,09
FGTAS	Porto Alegre	Instalação	347.876,68
CE CONEGO PAULO DE NADAL	Porto Alegre	Reforma	348.014,97
EEEB DOLORES ALCARAZ CALDAS	Porto Alegre	Reforma	348.933,16
EEEF VINTE DE SETEMBRO	Porto Alegre	Reforma	350.585,47
IEE GOMERCINDA DORNELLES FONTOURA	Encruzilhada Do Sul	Reforma	352.800,00
EEEB PROFESSOR MATHIAS SCHUTZ	Ivoti	Reforma	358.936,76
ETE PAROBE	Porto Alegre	Reforma	361.320,85
CE INACIO MONTANHA	Porto Alegre	Reforma	362.806,06
EEEF HILARIO MARIANO USZACKI	Chувиска	Reforma	363.147,01

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Obra	Município	Tipo	Valor Licitado (R\$)
EEEM SANTOS DUMONT	Porto Alegre	Calçamento	366.372,37
EEEF ANTONIO FRANCISCO DA COSTA LISBOA	Sao Francisco De	Reforma	368.930,38
EEEF FRANCISCO JOSE PEREIRA	Cerro Grande Do Sul	Reforma	374.012,56
EEEM PASTOR HEINRICH HUNSCHKE	Linha Nova	Reforma	374.936,94
EEEF MARIA MEDIANEIRA	Sapucaia Do Sul	Reforma	375.235,64
EEEF FERNANDES VIEIRA	Lajeado	Reforma	376.048,16
EEEP EM ESTRELA	Estrela	Reforma	377.016,55
EEEF LUIZA CORREA	Canela	Reforma	379.972,04
EEEF BAHIA	Porto Alegre	Reforma	380.924,70
EEEM MAURICIO SIROTSKY SOBRINHO	Alvorada	Reforma	382.219,77
EEEF MANUEL BANDEIRA	Lajeado	Reforma	383.617,71
EEEM CARLOS BINA	Gravatá	Reforma	383.958,15
EEEM JOSE CLEMENTE PEREIRA	Espumoso	Reforma	387.794,91
EEEF ANITA GARIBALDI	Cruzeiro Do Sul	Reforma	388.261,48
EEEM SILVA GAMA	Rio Grande	Reforma	389.887,08
EEEF DR JOSE ATHANASIO	Sao Jeronimo	Reforma	390.249,37
EEEM PROF SARMENTO LEITE	Porto Alegre	Reforma	390.611,57
EEEM PROF CARLOS LOREA PINTO	Rio Grande	Construção	391.490,23
EEEF ADELAIDE SA BRITO	Montenegro	Reforma	392.541,48
EEEM DE ITAARA	Itaara	Reforma	393.978,65
EEEF ALMIRANTE TAMANDARE	Rio Grande	Reforma	394.177,35
EEEM CRISTOVAO COLOMBO	Porto Alegre	Construção	394.901,21
EEEF 13 DE MAIO	Rio Grande	Reforma	394.912,44
EEEF IMPERATRIZ LEOPOLDINA	Porto Alegre	Reforma	395.452,14
EEEM BARAO DE LUCENA	Viamão	Reforma	396.022,37
EEEF SALDANHA DA GAMA	Rio Grande	Construção	396.546,00
EEEM NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	Guaíba	Reforma	396.627,83
EEEM NISIA FLORESTA	Viamão	Reforma	396.755,39
EEEM LA SALLE	Campo Bom	Reforma	397.000,00
IE MARECHAL RONDON	Butiá	Reforma	397.272,18
EEEF MARQUES DE SOUZA	Sao Jose Do Norte	Reforma	397.607,53
EEEF PONCHO VERDE	Porto Alegre	Reforma	397.720,00
EEEF ARAUJO PORTO ALEGRE	Porto Alegre	Reforma	397.776,46
EEEM ITALIA	Porto Alegre	Reforma	398.417,07
IEE GOMES JARDIM	Guaíba	Reforma	398.477,81
IEE NOSSA SENHORA IMACULADA	Tapera	Reforma	398.784,45
EEEB PRESIDENTE ROOSEVELT	Porto Alegre	Reforma	398.870,00
EEEF AURELIO PORTO	Montenegro	Reforma	399.150,00
EEEM OTERO PAIVA GUIMARAES	Guaíba	Reforma	399.733,16
EEEM SANTA CLARA	Santa Clara Do Sul	Reforma	399.930,83
EEEF ADOLFO KEPLER	Panambi	Reforma	400.231,10
EEEF JUNTO AO ANA JOBIM	Viamão	Reforma	400.337,20
EEEM MARIZ E BARROS	Porto Alegre	Reforma	400.521,91
IEE SAO JOSE	Sao Jose Do Norte	Reforma	400.756,53
IEE DOUTOR RUY PIEGAS SILVEIRA	Espumoso	Reforma	401.014,40
EEEF JOSE GARIBALDI	Porto Alegre	Reforma	401.239,47
EEEM ACORIANOS	Viamão	Reforma	401.759,34
EEEF MATIAS DE ALBUQUERQUE	Porto Alegre	Reforma	402.900,00
IEE CONEGO LUIZ WALTER HANQUET	Camaquã	Construção	403.250,42
EEEF DONA LUIZA FREITAS VALE ARANHA	Porto Alegre	Reforma	403.900,00
CE ALCEBIADES AZEREDO DOS SANTOS	Viamão	Reforma	405.169,30
EEEM FREI VELLOSO	Gravatá	Reforma	408.994,47

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Obra	Município	Tipo	Valor Licitado (R\$)
EEEE PROF LEOPOLDO TIETBOHL	Porto Alegre	Reforma	408.999,00
EEEM ARROIO DO TIGRE	Arroio Do Tigre	Construção	409.000,00
EEEE CAPISTRANO DE ABREU	Soledade	Reforma	409.525,99
EEEM MARIO QUINTANA CAIC	Alvorada	Construção	409.689,90
EEEE PROF HELOISA LOUZADA	Dom Pedrito	Construção	411.038,19
EEEM ALFREDO FERREIRA RODRIGUES	Rio Grande	Reforma	500.948,31
EEEB ANGELO FURIAM	Pejucara	Reforma	521.477,00
Unidade Basica de Saude Tipo III	Pelotas	Construção	528.443,49
CASE REGIONAL - PORTO ALEGRE	Porto Alegre	Reforma	539.823,68
EEEM PROFESSOR JACINTHO SILVA	Cotipora	Acessibilidade	555.645,00
CE CONEGO SCHERER	Guaiba	Cercamento	556.263,07
PARQUE DE EXPOSICOES ASSIS BRASIL	Esteio	Reforma	562.000,00
EEEE GASTON AUGUSTO SANTOS CESAR CIEP	Tapes	Reforma	567.987,25
CETE	Porto Alegre	Cercamento	577.671,69
EEEE CORONEL JANUARIO CORREA	Montenegro	Reforma	596.112,12
EEEM JOSE MANICA	Santa Cruz Do Sul	Instalação	605.582,76
EEEE SANTA RITA DE CASSIA	Porto Alegre	Reforma	637.000,00
EEEE FARRAPOS	Encantado	Reforma	663.675,87
IE RIACHUELO	Capao Da Canoa	Reforma / Ampliação	668.000,00
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	Porto Alegre	Reforma	682.341,79
INSTITUTO PSIQUIATRICO FORENSE	Porto Alegre	Instalação	685.360,12
EEEE CIDADE JARDIM	Porto Alegre	Restauro	697.000,00
FT LIBERATO SALZANO V DA CUNHA	Novo Hamburgo	Construção	697.450,00
CE PROF ELPIDIO FERREIRA PAES	Porto Alegre	Reforma	699.000,00
EEEB LEOPOLDO OST	Santo Cristo	Reforma	723.508,76
EEEE VICTORIO WEBBER	Caxias Do Sul	Reforma	744.709,80
EEEM DR JOSE MARIANO DE FREITAS BECK	Rio Grande	Reforma	799.622,97
LAFERGS	Porto Alegre	Reforma	849.000,00
SEDAC	Porto Alegre	Construção	870.740,96
EEEE SILVERIO DA COSTA NOVO	Sao Jose Do Norte	Ampliação	902.725,34
EEEM OSVALDO CAMARGO	Cachoeirinha	Reforma	918.439,07
Centro Estadual de Treinamento Esportivo - CETE	Porto Alegre	Reforma	948.400,00
SECRETARIA DE EDUCACAO	Porto Alegre	Reforma	999.029,00
EEEM NA COLONIA MACIEL	Pelotas	Construção	1.088.330,37
FDRH	Porto Alegre	Reforma	1.118.354,22
E.E. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS*	Cachoeira Do Sul	Construção	1.270.477,30
EEEM DELFINA DIAS FERRAZ	Montenegro	Reforma	1.286.629,56
EEEE DOUTOR PACHECO PRATES	Porto Alegre	Reforma	1.301.123,71
EEEM NO BAIRRO SANTA FE	Caxias Do Sul	Construção	1.373.068,28
CE FRANCISCO A VIEIRA CALDAS JUNIOR	Porto Alegre	Reforma	1.414.599,52
FASE - PORTO ALEGRE	Porto Alegre	Reforma	2.026.176,47
EEEM NO BAIRRO DESVIO RIZZO	Caxias Do Sul	Ampliação	2.157.202,93

Fonte: SOP/DOP – 2013/2014

Buscando o desenvolvimento institucional e aprimoramento técnico para a realização dos serviços de engenharia e arquitetura, a SOP vem desenvolvendo as seguintes ações: elaboração de um caderno de encargos padronizado; desenvolvimento de um Sistema de Gestão e Obras – SGO, em elaboração com o apoio da PROCERGS. Desse modo vem apoiando a atualização e qualificação técnica de seus profissionais, e nesta gestão foram obtidos mais 225

certificados de conclusão de cursos, entre os quais se destaca a realização, em 2013, de três edições do curso: “Plano de Prevenção Contra Incêndio - PPCI”.

Apoio ao Desenvolvimento Municipal

Para apoiar o desenvolvimento municipal foram realizadas ações de apoio técnico e operacional aos municípios, para execução de serviços essenciais em atendimento às comunidades nas áreas periurbanas e rurais. Tais serviços envolveram a cedência de máquinas para a recuperação de estradas vicinais e para desassoreamento e obras de macrodrenagem para a realização de ações preventivas a acidentes climáticos, ou para ações de recuperação em situações decorrentes de desastres naturais. Ao longo de 2013 foram beneficiadas comunidades em 76 municípios, conforme indicado no quadro abaixo, sendo investidos R\$ 10 milhões em ações de desassoreamento e obras de macrodrenagem em apoio aos municípios.

Municípios em Situação de Emergência: limpeza de micro açudes e recuperação de estradas	Cedência de máquinas para desassoreamento e obras de macrodrenagem
Barra do Rio Azul	Água Santa
Benjamin Constant do Sul	Alto Alegre
Cerro Largo	Barra do Rio Azul
Chapada	Benjamin Constant do Sul
Ciríaco	Campos Borges
Coxilha	Cerro Largo
Cruzaltense	Chapada
Dois Lajeados	Ciríaco
Encantado	Cotiporã
Entre Rios do Sul	Coxilha
Ernestina	Cruzaltense
Frederico Westphalen	Dois Lajeados
Gentil	Entre Rios do Sul
Getúlio Vargas	Ernestina
Ibirapuitã	Espumoso
Inhacorá	Gentil
Liberato Salzano	Getúlio Vargas
Montauri	Ibirapuitã
Nova Araçá	Inhacorá
Nova Bassano	Itapuca
Palmitinho	Jacuzinho
Pontão	Montauri
Porto Vera Cruz	Nova Araçá
Restinga Seca	Nova Bassano
Roca Sales	Pontão
Ronda Alta	Porto Vera Cruz
Santiago	Pouso Novo
São Miguel das Missões	Ronda Alta

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Municípios em Situação de Emergência: limpeza de micro açudes e recuperação de estradas	Cedência de máquinas para desassoreamento e obras de macrodrenagem
São Sebastião do Cai	São José do Herval
Seberi	São Miguel das Missões
Severiano de Almeida	Selbach
Soledade	Serafina Corrêa
Tenente Portela	Severiano de Almeida
Tio Hugo	Soledade
Tunas	Tio Hugo
Vista Alegre	Tunas
Vista Alegre do Prata	Tupanci do Sul
Vista Gaúcha	Vista Alegre do Prata

Fonte: SISPLAG Dados: SOP /2013

A SOP realiza o Programa de Redes de Abastecimento de Água no Perímetro Rural que tem por objetivo viabilizar a distribuição de água em comunidades rurais desprovidas de água para consumo humano. A implantação dos sistemas de abastecimento de água deve suprir uma carência junto às comunidades rurais também em épocas de estiagem, evitando a predisposição a doenças e contaminação da população pela falta de abastecimento de água para consumo. Além disso, a Secretaria visa avaliar as deficiências hídricas através de estudos técnicos, elaborando cadastros e sistematizando os dados sobre demanda de água nas diversas regiões.

Em 2013, por meio do programa a SOP promoveu, assessoramento técnico aos municípios do Estado para o encaminhamento de documentação e projeto técnico para a realização de Convênios e para a obtenção de recursos provenientes da Participação Popular e Cidadã – PPC, relacionados à implantação de sistemas de abastecimento de água no perímetro rural. Desse assessoramento resultaram, a 51 municípios, Convênios e obtenção de recursos de aproximadamente 6,2 milhões. Tais recursos destinaram-se às ações para a implantação de sistemas de abastecimento de água, para o atendimento à demanda da população residente em diferentes localidades rurais, conforme demonstrado a seguir:

Municípios	Localidades	Nº de famílias	Recursos empenhados/liquidados (R\$)
51	121	3.073	6.274.053,95

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Urbano - SOP/2013

A tabela seguinte apresenta os municípios, e o respectivo número de comunidades e de famílias beneficiadas com a implantação dos sistemas através de recursos provenientes da Participação Popular e Cidadã, de Termos de Transferência de Recursos – TTR, ou Convênios realizados em 2013.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Localidades	Nº Localidades	Nº Famílias Beneficiadas	Tipo de Recurso	Investimento (R\$)	Situação
Barros Cassal	Localidade de Barra do Brás - Chico Ruivo	1	11	PPC	93.627,26	Convênio liquidado, valor não pago (CADIN)
Benjamin Constant do Sul	Linha Santa Lúcia, Linha Sutili e Linha Banhara	3	65	Convênio	230.682,40	Convênio liquidado e pago
Bom Progresso	Comunidade de Olhos D'água	1	1	PPC	5.817,77	Convênio liquidado e pago
Boqueirão do Leão	Comunidade de Lajeadoinho	1	19	PPC	53.333,00	Convênio liquidado e pago
Caiçara	Linha Perau, Linha Rocha e Linha Bonatti - Dalla Costa	3	20	PPC	120.000,00	Convênio liquidado e pago
Campina das Missões	Linha Niquel Norte e Linha Amadeu Centro	2	90	Convênio	41.412,08	Convênio liquidado, valor não pago (CADIN)
Candelária	Linha Bom Retiro/Campo da Estância	1	15	PPC	53.333,00	Convênio liquidado e pago
Derrubadas	Localidade de Centro Novo/Linha Jaques	1	18	Convênio	100.000,00	Convênio liquidado e pago
Erval Seco	Localidade de 15 de Novembro	1	11	PPC	100.000,00	Convênio liquidado, valor não pago (CADIN)
Fontoura Xavier	Linha Café	1	13	PPC	46.813,63	Convênio liquidado e pago
Getúlio Vargas	Linha Torresmo e Lima Demarchi	2	29	Convênio	148.186,27	Convênio liquidado e pago
Glorinha	Capão Grande e Passo da Taquara	2	68	PPC	120.000,00	Convênio liquidado e pago
Herveiras	Linha Fernandes	1	22	PPC	53.333,00	Convênio liquidado e pago
Independência	Linha Subúrbio à São Miguel	1	33	Convênio	80.000,00	Convênio liquidado e pago
Itapuca	Linha Campo Bonito	1	31	PPC	93.627,26	Convênio liquidado e pago
Lagoa Vermelha	Linha Vimes	1	103	Convênio	238.792,20	Convênio liquidado e pago
Marau	Localidade de São Caetano e Linha São José dos Tonal	2	22	PPC	54.000,00	Convênio liquidado e pago

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Localidades	Nº Localidades	Nº Famílias Beneficiadas	Tipo de Recurso	Investimento (R\$)	Situação
Montauri	Linha 17/General Osório e Linha 12/Benjamin Constant	2	22	Convênio	59.801,90	Convênio liquidado e pago
Nonoai	Linha Faxinal dos Lopes e Linha Ipiranga	2	26	PPC	105.000,00	Convênio liquidado e pago
Nova Roma do Sul	Linha São José	1	3	PPC	11.800,00	Convênio liquidado e pago
Palmitinho	Linhas Ferreira e Linha da Paz	2	8	PPC	100.000,00	Convênio liquidado e pago
Paraíso do Sul	Linha Rincão da Fonte, Rincão da Porta e Linha Sinimbu	3	112	PPC	23.492,96	Convênio liquidado e pago
Passo do Sobrado	Campo do Sobrado e Corredor dos Rosa	2	47	PPC	53.333,00	Convênio liquidado e pago
Pinheirinho do Vale	Linha Sabiá, Linha Bonita e Linha Bonita Alta	3	46	PPC	100.000,00	Convênio liquidado e pago
Planalto	Linha Sanga do Meio, Linha Tarumã e Linha Giuliane	3	56	PPC	140.000,00	Convênio liquidado, valor não pago (CADIN)
Roca Sales	Linha Júlio de Castilho Alta	1	47	Convênio	120.652,83	Convênio liquidado e pago
Santo Antônio da Patrulha	Içara do Montenegro, Montenegro, Monjolo, Arroio da Madeira, Catanduvinha, Ribeirão de Baixo, Evaristo e extensão de rede na comunidade de Palmeira do Sertão	8	560	PPC	899.165,93	Convênio liquidado e pago
São Sepé	Comunidade de Tupanci - 5º Distrito	1	23	PPC	109.185,00	Convênio liquidado e pago
Sede Nova	Campinas, Santa Terezinha e Coxilha Alta	3	119	PPC	10.000,00	Convênio liquidado e pago
Sinimbu	Instalação de sistema de filtragem e cloração à estação de tratamento existente para a linha São João	1	400	PPC	53.000,00	Convênio liquidado e pago
Três Passos	Boa Vista da Romana	1	8	PPC	7.606,47	Convênio liquidado e pago

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Localidades	Nº Localidades	Nº Famílias Beneficiadas	Tipo de Recurso	Investimento (R\$)	Situação
Vale Verde	Alto Potreirinho	1	80	PPC	53.132,76	Convênio liquidado e pago
Venâncio Aires	localidade de 25 de junho - Vila Santa Emília	1	14	PPC	53.333,00	Convênio liquidado e pago
Vera Cruz	Comunidade de Linha Cereja e Linha Andreas	2	30	PPC	53.333,00	Convênio liquidado e pago
Veranópolis	Comunidade de São Francisco do Retiro - Linha Marques do Herval.	1	40	PPC	11.800,00	Convênio liquidado e pago
Vicente Dutra	Linha Cabeceira das ervas, Caminhão e Linha Ferminão	3	51	PPC	137.236,05	Convênio liquidado e pago
Vista Alegre do Prata	Comunidade de Santo Antonio	1	16	PPC	11.800,00	Convênio liquidado e pago
Vista Gaúcha	Linha Progresso, São Miguel e Pouso Alegre	2	64	PPC	17.000,00	Convênio liquidado e pago
Caiçara	Linha Prevedello	1	17	Convênio	80.000,00	Obra concluída, s/ prestação de contas
Derrubadas	Centro Novo/Linha Jaques	1	29	Convênio	133.162,70	Obra concluída, s/ prestação de contas
Dois Lajeados	Linha 1º de Março, Linha 60 e Linha carreiro	3	16	Convênio	80.203,71	Obra concluída, s/ prestação de contas
Engenho Velho	Linha Trombeta	1	16	Convênio	98.247,08	Prorrogado prazo para 2014
Engenho Velho	Linha Maranchin	1	13	Convênio	71.678,14	Prorrogado prazo para 2014
Ilópolis	Linha Maria Quitéria/Jacó Paniz	1	66	Convênio	170.517,10	Prorrogado prazo para 2014
Inhacorá	Rincão dos Câmaras	1	15	Convênio	61.147,50	Prorrogado prazo para 2014
Taquaruçú do Sul	Linha Balestrin e Linha Turchetto	2	49	Convênio	195.000,00	Prorrogado prazo para 2014
Três de Maio	Marrinha Ceccin	1	38	Convênio	65.368,17	Obra concluída, s/ prestação de contas
Vera Cruz	Alto Dona Josefa e Linha Andréas	2	104	Convênio	182.830,32	Prorrogado prazo para 2014

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Município	Localidades	Nº Localidades	Nº Famílias Beneficiadas	Tipo de Recurso	Investimento (R\$)	Situação
Agudo	Cerro Seco	1	82	Convênio	272.963,34	Prorrogado prazo para 2014
Augusto Pestana	Localidades de Boca Picada, Fundo Grande, Marmeleiro e Cambará	4	102	Convênio	68.000,00	Obra concluída, s/prestação de contas
Carlos Gomes	Belo Horizonte e Rui Barbosa	2	75	Convênio	158.475,35	Obra concluída, s/prestação de contas
Três Passos	Santo Antônio, Linha Santo Antônio, AltoMolina, Árvore Seca, Esquia Kurtz, Linha 93, Linha Turvo e Barra do Pinhalzinho	8	207	Convênio	904.882,37	Prorrogado prazo para 2014
51		98	3172		6.306.106,55	

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Urbano - SOP/2013

Entre os Convênios e Termos de Transferência de Recursos - TTR, para a implantação de redes de abastecimento de água realizados em 2012, foram concluídas, em 2013, as obras em 103 áreas rurais de 33 municípios para o atendimento de 2.506 famílias. E, em outros 37 municípios, as obras estão em fase de conclusão. As obras concluídas envolveram a prestação de contas de mais de R\$ 2,7 milhões, de um total de mais de R\$ 5,9 milhões aplicados. A tabela seguinte apresenta os municípios, localidades e número de famílias dos convênios e TTR com prestação de contas já realizada, enquanto a tabela subsequente apresenta os convênios e TTRs com obras em fase de conclusão ou em andamento e, ainda, aqueles com prazos prorrogados.

Municípios	Nº Localidades	Localidades	Nº Famílias Beneficiadas	Investimento (R\$)
Agudo	2	Rincão do Pinhal; Linha Boemia	144	80.000,00
Ajuricaba	2	Linha Vinte Um; Linha Vinte e Oito	48	80.000,00
André Da Rocha	1	Estrada Chimarrão	20	80.000,00
Barros Cassal	1	Goiabal	6	80.000,00
Boa Vista Das Missões	4	Linha São Marcos, Linha Pinheirinho, Matias de bem, Mont Serrat	75	80.000,00
Camargo	15	15 localidades	483	80.000,00
Carlos Gomes	1	Linha Rui Barbosa	15	80.000,00
Cotiporã	1	Capela São Braz	45	80.000,00
Cruzaltense	3	Linha Princesa Isabel, Linha Vertente Bacin, Linha Dez	55	80.000,00
Erval Grande	3	Linha Baracollo, Linha Capelo, Linha Pinhalzinho	33	80.000,00
Erval Seco	1	Linha Palmeira	30	80.000,00

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

São Francisco, São Sebastião, Cabeceira do Lara, Açoita Cavalos, Baixo Açoita Cavalos 1, Baixo Açoita Cavalos 2, Volta Alegre, São Roque 2, Distrito da Sede, Barra São Miguel				
Esperança Do Sul	9		61	80.000,00
Estrela Velha	1	(1)Linha São Marcos	57	80.000,00
Floriano Peixoto	2	São Miguel, Linha Mroczkoski	22	80.000,00
Fontoura Xavier	2	Três Pinheiros, Linha Guavirova	60	80.000,00
Inhacorá	1	Esquina Neves	15	79.999,40
Itapuca	1	Linha Formagini	25	80.000,00
Jaboticaba	1	Linha Rigon, Linha Braga	44	80.000,00
Palmitinho	2	Linha Casali, Linha Rocha	21	80.000,00
Panambi	2	Iriapira I, Sete de Setembro	68	80.000,00
Pinheirinho Do Vale	1	Linha Escola	33	80.000,00
Porto Lucena	1	linha Nova Norte/União	5	17.000,00
Pouso Novo	1	Linha Medorema	18	80.000,00
Santo Ângelo	25	25 Localidades	696	80.000,00
Severiano De Almeida	1	Linha Lamedor	50	80.000,00
Soledade	1	Pontão da Boa União - Cascata	30	80.000,00
Toropi	4	Fernando Ferrari, Damião	45	80.000,00
Três Arroios	2	Linha Acampamento, Linha 3	20	80.000,00
Vale Do Sol	2	Linha Fischer, Linha Chapada/Boa Esperança	24	80.000,00
Veranópolis	1	Nossa Senhora da Pompéia	20	80.000,00
Vista Alegre Do Prata	3	Sagrado Coração de Maria, Nossa Senhora da Pompéia, Santo Anjo da Guarda	46	80.000,00
Nova Petrópolis	3	São Jacó, linha Olinda, Linha Pirajá	87	203.364,00
São Vendelino	1	Morro Canastra	105	135.164,53
33	103		2.506	2.755.527,93

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Urbano - SOP/2013

Municípios	Nº Localidades	Localidades	Nº Famílias beneficiadas	Investimento (R\$)	Situação Obra	Tipo
Alecrim	1	Lajeado Segredo	42	80.000,00	Em conclusão	TTR
Barra Do Guarita	1	Linha Jaburiti	25	80.000,00	Em conclusão	TTR
Boa Vista Do Incra	2	Três Capões, Linha Antonello	55	79.998,61	Em conclusão	TTR
Caçapava Do Sul	1	Durasnal	23	80.000,00	Em conclusão	TTR
Capão Do Cipó	1	Inhacapetum	23	80.000,00	Em conclusão	TTR
Cerrito	1	Catimbau, Rincão dos Aires	51	80.000,00	Em conclusão	TTR
Chapada	1	Boi Preto	25	80.000,00	Em conclusão	TTR
Chiapetta	4	Novo Horizonte, Nova Conquista, Linha Vila Nova, Linha São Judas Tadeu	153	80.000,00	Em conclusão	TTR
Ciríaco	1	Fazenda Pedreira	12	59.869,40	Em conclusão	TTR
Crissiumal	2	Lajeado Herva, Vila Bender	85	80.000,00	Em conclusão	TTR

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Municípios	Nº Localidades	Localidades	Nº Famílias beneficiadas	Investimento (R\$)	Situação Obra	Tipo
Dona Francisca	7	Formoso, Linha Ávila, Sanga Funda, Trombudo, Cerro dos Dambrós, Linha do Moinho	225	80.000,00	Em conclusão	TTR
Ernestina	2	Linha Tietz, Capão do Valo	75	80.000,00	Em conclusão	TTR
Espumoso	6	(1)Campo Comprido, (2)Júlio Cardoso, (3)Floresta, (4) Campina Redonda, (5) Linha Seca, (6) Rincão das Oliveiras	244	80.000,00	Em conclusão	TTR
Frederico Westphalen	1	Linha Dal Canton	25	80.000,00	Em conclusão	TTR
Ibirapuitã	2	Passo da Laje, Encruzilhada dos Mânicas	44	79.996,28	Em conclusão	TTR
Ijuí	1	Fernão Dias - linha 4,5 E 6	54	80.000,00	Em conclusão	TTR
Itacurubi	4	Rincão dos Boeiras, Rincão do Xará, Santa Barbará, Rincão dos Correias	60	80.000,00	Em conclusão	TTR
Jacuizinho	1	Linha Bangu	29	80.000,00	Em conclusão	TTR
Jari	3	São Joaquim, Bela Vista da Serra, Capão de Santa Maria	25	80.000,00	Em conclusão	TTR
Miraguai	1	Linha Braço Forte	25	80.000,00	Em conclusão	TTR
Paraíso Do Sul	2	Pau-a-Pique, Picada Köhn	87	80.000,00	Em conclusão	TTR
Pejuçara	4	Rincão de Jesus, Colônias Novas, Marmeleiro, Santa Apolônia	18	76.833,07	Em conclusão	TTR
Pinhal Grande	3	Linha Ferrari, Encruzilhada, Três Passarinhos	41	80.000,00	Em conclusão	TTR
Porto Lucena	1	Linha Veado	15	80.000,00	Em conclusão	TTR
Quevedos	2	Maia, Ventura	70	80.000,00	Em conclusão	TTR
Redentora	4	Vista Alegre, Sitio Langner, Linha Correa, Linha Mânica	47	80.000,00	Em conclusão	TTR
Rio Pardo	5	Corredor dos Coqueiros, Santa Clara, Albardão, Barragem Dom Marcos, Pederneiras	260	80.000,00	Em conclusão	TTR
Santo Antônio Do Planalto	1	Estância Nova	17	77.823,52	Em conclusão	TTR
Santo Augusto	1	São Jacó	17	80.000,00	Em conclusão	TTR
São José Das Missões	3	Linha Araújo, Linha Garzão, Linha Cristo redentor	150	80.000,00	Em conclusão	TTR
São Martinho	2	-	24	80.000,00	Em conclusão	TTR
São Paulo Das Missões	5	Linha Liuz Zenthal, Lonha Nova esperança, Sta. Cecília, Quinota, Avante	155	80.000,00	Em Em conclusão	TTR
São Pedro Das Missões	5	Cordilheira, Barro Preto, Razieri/Campina, Paes, Progresso	149	80.000,00	Em conclusão	TTR
São Sepé	2	Santa Clara, Cerrito do Ouro	70	80.000,00	Em conclusão	TTR
Seberi	30	30 localidades	68	80.000,00	Em conclusão	TTR

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Municípios	Nº Localidades	Localidades	Nº Famílias beneficiadas	Investimento (R\$)	Situação Obra	Tipo
Selbach	2	Sta. Isabel, Arroio grande	50	80.000,00	Em conclusão	TTR
Severiano De Almeida	1	Linha Lambedor	50	80.000,00	Concluída	TTR
Soledade	1	Pontão da Boa União - Cascata	30	80.000,00	Concluída	TTR
Toropi	4	Fernando Ferrari, Damião	45	80.000,00	Concluída	TTR
Três Arroios	2	Linha Acampamento, Linha 3	20	80.000,00	Concluída	TTR
Três Passos	2	Lajeado das Quedas, Boa Vista da Romana	30	80.000,00	Em conclusão	TTR
Vale Do Sol	2	Linha Fischer, Linha Chapada/Boa Esperança	24	80.000,00	Concluída	TTR
Veranópolis	1	Nossa Senhora da Pompéia	20	80.000,00	Concluída	TTR
Vista Alegre Do Prata	3	Sagrado Coração de Maria, Nossa Senhora da Pompéia, Santo Anjo da Guarda	46	80.000,00	Concluída	TTR
Maratá	3	Marata Alto, Linha Progresso, Esperança	200	234.102,20	Prorrogação até 2014	Convênio
Nova Petrópolis	3	São Jacó, linha Plinda, Linha Pirajá	87	203.364,00	Concluída	Convênio
São Vendelino	1	Carrad	105	135.164,53	Prorrogação prazo 2014	Convênio
47	139		3.195	4.067.151,61		

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Urbano - SOP/2013

Irrigação

O Rio Grande do Sul em função da distribuição desigual das chuvas durante o ano tem sofrido com as estiagens que provocam situações de extrema calamidade, atingindo as áreas rurais e urbanas. Em 2013 a SOP realizou com êxito o *Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água para o Rio Grande do Sul – PIUMA*, o qual havia sido lançado, em 2012, por meio do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Integração Nacional e o Estado. Ao longo do ano foram desenvolvidas várias etapas importantes para a organização e implantação do PIUMA, desde a criação de um portal na internet (<http://www.piuma-rs.coop.br>) que possibilita acesso às informações do Plano, das etapas de sua realização e das atuais e futuras etapas de implementação, até a aprovação da Lei nº 14.328, em 23 de outubro de 2013, que instituiu a Política Estadual de Irrigação do Rio Grande do Sul. A aprovação da lei permitiu instituir o Conselho Gestor de Política Estadual de Irrigação tendo como próximo passo a elaboração do Fundo Estadual de Irrigação, além de permitir a implantação dos Territórios de Irrigação e Usos Múltiplos da Água – TIUMAs.

O PIUMA tem por objetivo central identificar, em nível regional, as necessidades para os usos múltiplos da água e as potencialidades para a agricultura irrigada, visando resolver os problemas locais relacionados à demanda de água, por meio de políticas de Estado. A SOP envolveu no processo de elaboração do Plano, ao longo de 2013, os principais atores, entre os quais os representantes dos 25 comitês de Bacias Hidrográficas, através da criação de uma

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Comissão de Acompanhamento e Avaliação composta por órgãos públicos e representantes de instituições participantes.

Os Territórios de Irrigação e Usos Múltiplos da Água – TIUMAs são fundamentais para o alcance dos objetivos do Plano: diversificação das culturas do Rio Grande do Sul, abertura de mercados de novos produtos, melhoria da renda dos produtores, garantia de expansão de água; mais condições de financiamento e adaptação das políticas para atender problemas climáticos. Os TIUMAs correspondem aos elementos territoriais de implementação do PIUMA, se organizam na escala de problemas-desafios e oportunidades claramente identificadas pelos atores de um território determinado. O processo de implantação dos TIUMAs teve início em junho de 2013. O quadro a seguir apresenta os TIUMAs que estão em fase de formação nas Bacias Hidrográficas: - Gravataí; - Ijuí; - Santa Maria; - Ibicuí; - Tramandaí; - Mirim São Gonçalo, e os municípios envolvidos.

COREDE	Bacia hidrográfica e municípios
Alto Jacuí	Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí. Alguns dos municípios que compõe a Bacia são: Boa Vista do Cadeado, Cruz Alta e Santa Barbara do Sul.
Campanha	Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria. No município de Dom Pedrito
Campanha	Bacia Hidrográfica do Mirim São Gonçalo. No município de Candiota
Central	Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí. Alguns dos municípios que compõe a Bacia são: Dilermando de Aguiar, Itaara, Jarí, Júlio de Castilhos, Quevedos, Santa Maria, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Toropi e Tupanciretã
Central	Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí. Um dos municípios que compõe a Bacia é o de Tupanciretã
Fronteira Oeste	Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria. Alguns municípios que compõem esta Bacia são: Rosário do Sul e São Gabriel
Fronteira Oeste	Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí. Alguns dos municípios que compõem esta Bacia são: Alegrete, Barra do Quaraí, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja e Uruguaiana
Metropolitano-Delta do Jacuí	Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Alguns dos municípios que compõem a Bacia são: Cachoeirinha, Gravataí, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Viamão
Missões	Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí. Alguns dos municípios que compõem a Bacia são: Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro e Vitória das Missões
Noroeste Colonial	Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí. Um dos municípios que compõe a Bacia é Joia
Noroeste Colonial	Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí. Alguns dos municípios que compõe a Bacia são: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Ijuí, Joia, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara
Sul	Bacia Hidrográfica do Mirim São Gonçalo. Alguns dos municípios que compõe são: Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Chuí, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar
Rio da Várzea	Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí. Um dos municípios que compõe a Bacia é o de Palmeira das Missões

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

COREDE	Bacia hidrográfica e municípios
Vale do Jaguarí	Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria. Um dos municípios que compõe esta Bacia é o de Cacequi
Vale do Jaguarí	Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí. Alguns dos municípios que compõe a Bacia são: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguarí, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Unistalda
Vale do Jaguarí	Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí. Um dos municípios que compõe a Bacia é o de Capão do Cipó
Vale do Rio dos Sinos	Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Um dos municípios que compõe a Bacia é o de Canoas

Fonte: SISPLAG

Dados: SOP/Depto. de Irrigação-2013

A SOP vem desenvolvendo programas de captação e armazenamento de água e executando ações para minimizar os efeitos das estiagens, tendo entre outros objetivos os de assegurar maior estabilidade à produção rural. Entre as ações consideradas estratégicas, por esta gestão, estão as obras das Barragens Jaguarí, Taquarembó, São Sepé, Arroio Passo da Ferraria e seus sistemas de irrigação associados. Permanece ainda o pleito junto ao Ministério da Integração Nacional para elaboração de anteprojeto e posterior construção de outras 2 Barragens: Soturno e Estancado e de seus sistemas de distribuição através de canais. A SOP vem efetuando esforços para dar encaminhamento às etapas de desenvolvimento dos seus projetos.

Barragem Taquarembó e Canal do Arroio Taquarembó

A SOP tem por objetivo contratar empresa para complementação das Obras na Barragem. Como não houve empresas interessadas na concorrência pública, realizada em setembro de 2013, nova licitação foi realizada em dezembro. E, com relação aos canais de distribuição, encontra-se em análise pelos técnicos da SOP, a avaliação e revisão do Projeto Básico do Canal do Arroio Taquarembó. O Documento servirá de subsídio para a elaboração e detalhamento do Projeto Executivo do Sistema de Distribuição da Barragem, entregue pela consultoria contratada.

Barragem no Arroio Jaguarí e Canal e distribuição

A construção da Barragem no Arroio Jaguarí está em fase de complementação. Em setembro de 2013 foi publicado o edital da concorrência pública para a contratação de empresa para complementação das obras na barragem. As propostas apresentadas estão em análise pela CELIC. E, encontra-se em análise pelos técnicos da SOP, a avaliação e revisão do Projeto Básico do Canal da Barragem no Arroio Jaguarí, que compreende a Fase I do Projeto do Canal da Barragem, cuja documentação foi apresentada pelo Consórcio Ecoplan/Bourscheid, formado pelas empresas Ecoplan Engenharia LTDA. e Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente S.A.

Barragem do Rio São Sepé e Sistemas Associados

Com relação à construção da Barragem do Rio São Sepé e Sistemas Associados, foi realizada já em 2012, nos Municípios de São Sepé e Formigueiro, Audiência Pública para aprovação dos Programas Ambientais e futura liberação da Licença Prévia, fornecida pela FEPAM. Em 2013, foram aprovados, pelo Ministério da Integração Nacional, os critérios técnicos. A SOP aguarda formalização de convênio com o Ministério da Integração Nacional para licitação de obra.

Barragem do Arroio Passo da Ferraria e Sistemas Associados

Com relação à construção da Barragem do Arroio Passo da Ferraria e Sistemas Associados, em 2013, foram aprovados, pelo Ministério da Integração Nacional, os critérios técnicos. A SOP aguarda formalização de convênio com o Ministério da Integração Nacional.

Construção das Barragens do Arroio Estancado, do Rio Soturno e Canais de distribuição

Permanece junto ao Ministério da Integração Nacional o pleito de convênio para elaboração de anteprojeto que viabilizará futuramente a contratação do Projeto Executivo e a Obra.

Construção de Microaçudes

A SOP prevê, para o ano 2014, a implantação de 869 açudes no Estado, que beneficiarão cerca de 151 municípios, localizados em 21 COREDES com investimento previsto em R\$ 18,5 milhões. A água desses açudes será utilizada, predominantemente, para a irrigação da produção de grãos ou irrigação de pastagens para a produção de leite, além da dessedentação animal.

Os recursos investidos no Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água, oriundos de Operações de Crédito Externo, de Convênios e do Tesouro do Estado, tiveram, em 2013, dotação superior à de 2012, da ordem de R\$229.055 milhões, embora ainda não tenham sido liquidados volumes significativos em função das etapas de projetos e obras em desenvolvimento em 2013.

Ação PPA	Liquidado
Construção de microaçudes e capacitação de técnicos e agricultores	199.393,42
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais	6.777.842,34
Elaboração do Plano Diretor de Reservação de Água Para Usos Múltiplos com enfoque na irrigação	402.733,41
Implantação de sistema de distribuição e abastecimento de água em zonas rurais	3.763.630,72
TOTAL	11.143.599,89

Fonte: Sistema de Planejamento e Gestão - SISPLAG/SEPLAG – Dez/2013

A Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) tem por objetivo promover a articulação entre as políticas municipais, regionais e estaduais contribuindo por meio de apoio técnico às ações de planejamento para o desenvolvimento dos municípios, das regiões metropolitanas, das aglomerações urbanas, e, também das regiões hidrográficas do Estado. Dessa forma, viabiliza e implementa o processo de planejamento e a gestão de ações estratégicas para a organização e desenvolvimento dessas regiões.

Por meio do Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal, a METROPLAN desenvolve a gestão e o planejamento metropolitano e regional. A atuação se dá, predominantemente, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que inclui 32 municípios; na Região Metropolitana da Serra Gaúcha, recentemente criada, com 13 municípios; e, nas aglomerações urbanas, Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL),

com cinco municípios e Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINORTE), com 20 municípios. No total, são 70 municípios, dentre os quais a capital gaúcha. Nessas regiões, que ocupam cerca de 7% da área territorial do RS, estão localizados 5,5 milhões de habitantes (Censo 2010), representando aproximadamente 52% da população gaúcha. Nelas se concentram cerca de 60% da economia do Estado (Censo 2007). O programa contempla, entre outras, as seguintes ações: Aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana; Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional; Promoção das ações integradas de infraestrutura urbana e, Gestão de Projetos de Obras Públicas para a Prevenção dos Desastres.

Apoio à gestão territorial e à governança municipal e regional

Com o objetivo de aperfeiçoar o processo de gestão territorial e mobilidade urbana, em 2013, foram despendidos recursos da ordem de mais de R\$ 1.425 milhões. A realização de Planos Regionais de Desenvolvimento está entre os objetivos a serem alcançados. Os Planos Regionais de Desenvolvimento constituirão a base para a formulação das políticas regionais de planejamento e desenvolvimento regional.

Com esse objetivo, no período foram realizados os Termos de Referência para a formulação de Planos Regionais de Desenvolvimento para a Região Metropolitana de Porto Alegre e para a Aglomeração Urbana do Sul, sendo esse último motivado pelas alterações regionais provocadas pela implantação do Polo Naval em São José do Norte. Entre outras ações para o desenvolvimento da AUSUL, encontra-se em elaboração um estudo para a avaliação do impacto da implantação do Polo Naval para subsidiar a elaboração do Plano Diretor do município de São José do Norte, contratado por meio de convênio entre a METROPLAN e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS, realizado em 2012.

Com relação ao desenvolvimento da governança da RMPA, foi formulada uma minuta de lei para a criação de um Fundo de Desenvolvimento para a região, que contempla a atualização do antigo Fundo de Investimentos Urbanos - FUNDURBANO/RS, de 1974, criado à época para constituir a base financeira para o custeio das despesas de funcionamento dos Conselhos Deliberativo e Consultivo da Região Metropolitana de Porto Alegre e, entre outras ações, fornecer o suporte financeiro à elaboração de planos e projetos e à execução de obras de infraestrutura e bem-estar social dos centros urbanos do Estado. Tal iniciativa vem ao encontro da recomendação nacional para estruturar e tornar efetiva a atuação do Conselho Deliberativo Metropolitano (CDM) e do Gabinete de Governança Metropolitana (GGM), criados em 2012, com o objetivo de buscar o aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana entre as cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. Para tanto, o CDM delibera sobre ações para potencializar a solução dos problemas comuns entre os municípios, enquanto o GGM é o responsável por executá-las.

A METROPLAN dando cumprimento à Lei Federal nº 6.766/79, que estipula que o exame e a aprovação do projeto de loteamentos ou desmembramentos, localizados em áreas de municípios integrantes de região metropolitana, em 2013, formulou e encaminhou as minutas de convênio para a delegação de anuência prévia aos municípios de Estância Velha, São Leopoldo e Porto Alegre.

Para apoiar a realização dos Planos Diretores municipais estão sendo produzidas cartas topográficas, para os 32 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, que tem como base imagens de satélite. Visando ao desenvolvimento da governança e ao planejamento regional nos municípios do litoral Norte (AULINORTE), cartas topográficas dos trechos ao longo

da BR 101 Norte se encontram em processo de elaboração. Os serviços cartográficos, desenvolvidos pela empresa CODEX Remote, com supervisão da METROPLAN, visam subsidiar a elaboração das diretrizes de ocupação ao longo da Rodovia BR101 Norte. Com esse objetivo deverá ainda ser realizado um curso de capacitação para qualificar os técnicos municipais da região.

Também com o objetivo de desenvolver a governança municipal e regional, em 2013, foi implantado o sistema de informações geográficas e fornecido suporte institucional aos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento Produção. Para tanto foi adquirido software de Informação Geográfica - SIG e foram elaborados Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para os municípios do COREDE, cujo conjunto compõe o Sistema Regional de Informações Geográficas do COREDE Produção (SRIG-CONDEPRO). Os sistemas municipais de informação geográfica foram repassados às prefeituras e, para a sua manutenção e operacionalização, foi realizada a capacitação dos gestores municipais em Geoprocessamento aplicado ao Planejamento e Gestão Urbana.

Apoio ao desenvolvimento da Infraestrutura Urbana

Visando à promoção das ações integradas de infraestrutura urbana, foram despendidos em 2013 mais de R\$ 3.614 milhões e desde o início do atual Plano Plurianual mais de R\$ 8.627 milhões visando, sobretudo, à melhoria da infraestrutura para a mobilidade na RMPA e nos aglomerados urbanos. Com esse objetivo, foram pavimentados mais de 20 km de vias urbanas, apenas em 2013, e, desde o início do PPA já foram pavimentados 35 km. A tabela abaixo informa os municípios e extensão das vias pavimentadas para facilitar a mobilidade do transporte público em 2013.

Município	Km Pavimentados
Capão do Leão	0,343 Km
Charqueadas	2,459 Km
Dois Irmãos	0,521 Km
Dom Pedro de Alcântara	1,382 Km
Eldorado do Sul	0,828 Km
Fontoura Xavier	1,378 Km
Guaíba	1,197 Km
Mampituba	1,803 Km
Nova Hartz	0,744 Km
Nova Petrópolis	1,749 Km
Parobé	1,508 Km
Pedro Osório	0,293 Km
Sapucaia do Sul	3,057 Km
Taquara	0,855 Km
Viamão	2,230 Km
Total	2,347 Km

Fonte: SISPLAG/ Dez 2013

Dados: METROPLAN

Ainda, com o objetivo de promover ações integradas de infraestrutura urbana encontra-se em fase de julgamento de propostas o processo de licitação para a realização de estudos de

concepção da viabilidade técnico-econômico-ambiental das Avenidas: Metropolitana Leste, localizada a leste da BR 116, no trecho com aproximadamente 34 km compreendido entre Canoas e Novo Hamburgo (incluindo Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo); e, Avenida Metropolitana Oeste, localizada a oeste da BR 116, trecho, com aproximadamente 18 km, compreendido entre o viaduto da UNISINOS, (BR 116) em São Leopoldo, percorrendo o Município de São Leopoldo, Novo Hamburgo e transpondo a RS 240 até a Rua Rincão, limite com Estância Velha.

O objetivo da qualificação e implantação das Avenidas Metropolitanas Leste e Oeste é propiciar um deslocamento entre os municípios, independente da BR 116, que hoje é, apesar dos congestionamentos, em alguns casos, a única opção de ligação por via pavimentada. Em 2013 foram desenvolvidos os Termos de Referência para a contratação desses estudos, que atualmente se encontram em processo licitatório, pois, embora a continuidade existente possibilite a utilização destes traçados, faz-se necessária uma avaliação mais detalhada da interferência que a atratividade destas vias irá proporcionar ao sistema viário local, tanto quanto a identificação das condições de tráfego e suas implicações quanto à sinalização a ser implantada.

Apoio ao desenvolvimento da mobilidade urbana

A promoção do desenvolvimento da mobilidade urbana, incluída no Plano Plurianual pela atual gestão da METROPLAN, trata-se de importante ação para beneficiar o deslocamento da população na RMPA e nas Aglomerações Urbanas do RS. Desde o início do PPA, em 2012, até o final de 2013 foram liquidados recursos de mais de R\$ 1.370 milhões para essa ação.

A METROPLAN é responsável pela coordenação técnica da proposta do Estado para o PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, cujos projetos estão sendo elaborados e preveem intervenções nos municípios de Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Cachoeirinha, Gravataí, Viamão e Alvorada. Intervenções que incluem o investimento de recursos da ordem de mais de R\$ 314 milhões, conforme apresenta a tabela abaixo, e a previsão é de que as obras beneficiarão diretamente 600 mil usuários por dia.

CIDADES	EXTENSÃO TOTAL (km)	INVESTIMENTO (R\$)	%	POPULAÇÃO (2010)
Esteio	4,98	R\$ 8.455.881,64	2,7	80.755
Sapucaia do Sul	4,30	R\$ 21.588.409,20	6,9	130.957
São Leopoldo	4,72	R\$ 53.923.354,04	17,1	214.087
Novo Hamburgo	4,46	R\$ 29.064.057,76	9,2	238.940
Porto Alegre	8,00	R\$ 28.714.798,27	9,1	1.409.351
Cachoeirinha	4,72	R\$ 31.113.465,87	9,9	118.278
Gravataí	11,20	R\$ 67.735.398,67	21,5	255.660
Alvorada	5,12	R\$ 37.967.999,74	12,1	195.673
Viamão	12,40	R\$ 36.173.476,93	11,5	239.384
TOTAL	59,90	R\$ 314.736.842,12	100,0	2.883.085

Fonte: METROPLAN Dez/2013

Com vistas à contratação e acompanhamento de nove Projetos Básicos e Executivos de Engenharia para corredores exclusivos de ônibus metropolitanos a METROPLAN realizou o termo de referência para a contratação de uma empresa especializada no apoio gerencial. Os projetos são referentes às intervenções incluídas no PAC 2 – Mobilidade Grandes Cidades, acima citadas. O processo para a contratação da empresa esteve em tramitação junto à CELIC ao longo do ano de 2013, e a licitação deve ocorrer no primeiro semestre de 2014.

O Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana (PITmurb), em desenvolvimento pela METROPLAN, vem ao encontro da expectativa popular por um transporte de melhor qualidade e mais acessível, conforme foi divulgado pelas manifestações populares ao longo de 2013, em todas as grandes cidades do país. O Termo de Referência para a contratação de uma empresa especializada para desenvolver o modelo de bilhetagem da RMPA foi realizado pela METROPLAN. O modelo tem por objetivo desenvolver um sistema integrado de transporte urbano e metropolitano entre todos os modais, visando à implantação do bilhete único.

Ainda com relação ao desenvolvimento da mobilidade urbana da RMPA, foi firmado termo de compromisso entre Estado e município de Porto Alegre, em junho de 2012, para o desenvolvimento de estudos conjuntos para implantação do metrô. A METROPLAN constituiu o embrião de grupo técnico que está atuando desde setembro de 2012 no escritório do MetrôPoa, criado para também elaborar o Projeto Sistema BRT (*Bus Rapid Transit*), ambos abrangendo tanto o transporte urbano quanto o metropolitano. O projeto do Estado para PAC 2 - Mobilidade das Grandes Cidades, coordenado pela METROPLAN será responsável por 40% da demanda do futuro metrô.

Ao longo do segundo semestre de 2013 foi renegociada a participação financeira da União, do Governo do Estado, da Prefeitura e da iniciativa privada no Metrôpoa a fim de alcançar uma equação satisfatória. Após a definição foi publicado um novo edital para Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (PMI) com escopo reduzido para adequar o investimento à modelagem financeira estabelecida junto ao Ministério das Cidades. Neste momento as empresas cadastradas estão elaborando os projetos finais, que serão entregues no primeiro semestre de 2014.

Em 2013, foi desenvolvido o projeto de Interoperabilidade Operacional e Tarifária do Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros, 32 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) assinaram o documento que tem por objetivo unir esforços para a implantação desse projeto, que visa à implantação do bilhete único para facilitar o acesso aos modais. Ainda com o objetivo de qualificar o Sistema de transporte intermunicipal foi realizado em 2013, o mapeamento por meio de Sistema de Informação Geográfica – SIG das linhas de transporte público da RMPA.

Conforme estabelecido pela Diretoria Executiva do Conselho Metropolitano (CDM) foi objeto de revisão pela METROPLAN, em 2013, a adaptação do traçado original da ERS-010, formulado há mais de 30 anos, à atual configuração urbana dos municípios ao longo da rodovia. Face à necessidade de atualizar o projeto de implantação da ERS-010 às condições territoriais de hoje, a METROPLAN procurou rediscutir o traçado da rodovia e levou em consideração as demandas, relativas ao ajuste do traçado, existentes nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Cachoeirinha, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga. Ainda,

em 2013, as alterações do traçado foram aprovadas pelos municípios de Cachoeirinha, Novo Hamburgo, Campo Bom e Sapiranga. A licitação da obra da rodovia deverá ocorrer após a realização da atualização dos documentos a serem incluídos no processo.

Com o objetivo de implementar melhoramentos no modal de transporte hidroviário, foram realizados levantamentos, monitoramento e controle desse serviço de transporte nas travessias hidroviárias de competência da METROPLAN. Desde julho de 2011, tem sido objeto de acompanhamento e análise o Transporte Hidroviário Rio Grande/São José do Norte. A METROPLAN e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul vêm realizando reuniões técnicas com vistas à celebração de convênio, em 2014, tendo por objetivo a realização de estudos de navegabilidade no canal, estudos de demanda, de tipologia de embarcação e identificação dos requisitos necessários para as hidroviárias, tudo para melhorar o conforto e a segurança dos usuários desse sistema de transporte de passageiros.

Gestão de Projetos de Obras Públicas para a Prevenção dos Desastres Naturais

A ação Gestão de Projetos de Obras Públicas para a Prevenção dos Desastres Naturais foi incluída no Plano Plurianual da METROPLAN, em 2013, em decorrência de a Fundação ter assumido, em 2012, a coordenação das obras do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais na área da RMPA. A ação conta com uma dotação de R\$ 74.500 milhões para desenvolver estudos ambientais e concepção de projetos de obras para a prevenção de danos ambientais decorrentes de desastres naturais. Tais estudos devem buscar soluções estruturais e não estruturais, para a recuperação urbano-ambiental em áreas urbanas suscetíveis à ação das enxurradas e enchentes na Região Metropolitana de Porto Alegre.

O investimento total anunciado pelo Governo Federal para a execução das obras na região é de R\$ 793 milhões, e contempla a execução das ações de drenagem e contenção de cheias das bacias hidrográficas do Gravataí, Sinos, Baixo Jacuí e Guaíba. As intervenções incluem projetos, obras e ações sociais visando eliminar ou minimizar as consequências das cheias, e beneficiarão aproximadamente 3 milhões de habitantes, nos municípios de Eldorado do Sul, Alvorada, Porto Alegre, Viamão, Gravataí, Taquara, Novo Hamburgo e Rolante. Em 2013, foi iniciado o desenvolvimento das seguintes realizações nesta ação:

- Estudos de concepção e análise de Impacto Ambiental para a obra do Dique Arroio Feijó com vistas ao controle das inundações em Alvorada (Rio Gravataí/Arroio Feijó): foram elaborados os Termos de Referência (TRs) para a contratação de empresa consultora para a realização de estudos de concepção de proteção e de amortecimento de cheias, para a construção de diques, recuperação urbano-ambiental de área degradada, desapropriações e projetos sociais vinculados à população ribeirinha.
- Estudos de concepção e análise de Impacto Ambiental para a obra do Dique Eldorado do Sul visando ao controle de inundações em Eldorado do Sul (Rio Jacuí/Lago Guaíba): foram elaborados os Termos de Referência (TRs) para a contratação de consultoria visando à realização de estudos de concepção e de amortecimento de cheias, para a construção de diques, casas de bombas, canais, reservatórios e recuperação urbano-ambiental para a bacia do Baixo Jacuí.
- Projetos e planos de controle de cheias no Arroio Pampa: revisão do Projeto de Engenharia e compatibilização de estudos ambientais para licenciamento das obras de

macro drenagem e requalificação urbana da sub-bacia do Arroio Pampa. Elaboração parcial dos Termos de Referência (TRs) para a contratação dos estudos de concepção e licenciamento ambiental de projetos e obras para o controle das cheias no Arroio Pampa, em Novo Hamburgo.

- Estudo das alternativas e seleção da intervenção para a prevenção de enchentes na Bacia do Rio Caí e minimização do efeito das cheias do trecho baixo do Rio Caí: a METROPLAN, em conjunto com a Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano - SOP e, com o Apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caí, vem realizando e supervisionando estudos, contratados por meio de empresas consultoras consorciadas, para a execução de trabalhos técnicos objetivando a proposição de alternativas de forma a minimizar os efeitos das cheias no trecho baixo do Rio Caí. Foram concluídas as seguintes etapas:
 - Etapa preliminar: elaboração dos TRs e processo licitatório;
 - Etapa 1: Atividades iniciais de consolidação dos projetos de interesse existentes e do início da mobilização social;
 - Etapa 2: estudos técnicos para a avaliação topobatimétrica, estudos hidrológicos básicos, simulações hidrológicas e espacialização das cheias.
- Elaboração dos Termos de Referência (TRs) para a contratação de consultoria para a realização de estudos, anteprojetos, licenciamento ambiental, projetos e execução de obras para o controle das cheias no Arroio Sapucaia, no COREDE Vale do Rio dos Sinos.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SOP	Gestão de Obras Públicas e Apoio ao Desenvolvimento Municipal	Apoio ao Desenvolvimento Municipal
SOP	Gestão de Obras Públicas e Apoio ao Desenvolvimento Municipal	Elaboração, análise e orçamentação de projetos de arquitetura e engenharia de Obras Públicas
SOP	Gestão de Obras Públicas e Apoio ao Desenvolvimento Municipal	Execução e fiscalização de Obras Públicas e serviços de engenharia e arquitetura
SOP	Gestão de Obras Públicas e Apoio ao Desenvolvimento Municipal	Gestão de ações para o desenvolvimento institucional na SOP
SOP	Gestão de Obras Públicas e Apoio ao Desenvolvimento Municipal	Manutenção e conservação dos Próprios do Estado
SOP	Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água	Construção de microaçudes e capacitação de técnicos e agricultores
SOP	Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água	Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais
SOP	Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água	Elaboração do Plano Diretor de Reserva de Água Para Usos Múltiplos com enfoque na irrigação
METROPLAN	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros arrecadados pela METROPLAN
METROPLAN	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	Aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana
METROPLAN	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	Gestão de Projetos de Obras Públicas para a Prevenção dos Desastres Naturais
METROPLAN	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e	Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
	Municipal	
METROPLAN	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	Promoção das ações integradas de infraestrutura urbana
METROPLAN	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	Promoção do desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS
METROPLAN	Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal	Promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental da RMPA e Aglomerações Urbanas do Estado

Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

A **Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG)** possui como principais competências a coordenação, a elaboração e a execução do monitoramento dos Planos Regionais de Desenvolvimento, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Além disso, cabe à SEPLAG a promoção de estudos e pesquisas socioeconômicos; o fortalecimento da capacidade regulatória do Estado e a coordenação das relações do Governo com a comunidade, estimulando a participação popular nas atividades de discussão, elaboração e execução do orçamento e das políticas públicas, promovendo as relações comunitárias dos diversos órgãos do Governo. Cabe também à SEPLAG apoiar o planejamento de ações do Governo; produzir e analisar estatísticas e dados; formular e coordenar a execução das políticas relativas ao planejamento territorial, à geografia e à cartografia do Estado e promover o adequado ordenamento na geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados espaciais.

A **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)** e a **Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos e Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS)** são as instituições vinculadas à SEPLAG.

Plano Plurianual (PPA) 2012-2015

Durante o ano de 2013, a SEPLAG acompanhou e avaliou o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Foi realizada a Segunda revisão do Plano, com a alteração de alguns produtos previstos e a inclusão de algumas ações.

Orçamento 2014

A proposta orçamentária do Estado do Rio Grande do Sul para 2014, no valor de R\$ 51,0 bilhões, foi elaborada de acordo com os resultados das discussões realizadas com a população e com o Plano Plurianual 2012-2015, dando sequência aos compromissos firmados pelo atual governo na recuperação do déficit social, principalmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

Quanto à área de saúde, a efetiva aplicação será de 12% da Receita Líquida de Impostos, ou seja, R\$ 3,0 bilhões a serem aplicados, em fiel obediência ao texto constitucional. Ressalva-se que se excluam do cálculo os gastos em saneamento. No tocante à educação, serão concedidos reajustes da ordem de 21,11% (6,50%, em maio de 2014, e 13,72%, em novembro de 2014), o que incrementará em mais de R\$ 1 bilhão anual a folha de Pessoal do Estado, somente com o pagamento de parcelas salariais para a integralização do piso do magistério. Na segurança, estão sendo concedidos reajustes salariais muito acima da inflação, além de promoções e aumento de efetivo nas polícias civil e militar.

O orçamento de 2014 prevê investimentos de R\$ 2,5 bilhões, na sua maioria direcionados para infraestrutura, garantindo os recursos necessários para áreas essenciais do Estado, através de recursos próprios ou de operações de crédito. É importante ressaltar que, em 2014, as estatais gaúchas planejam investir o equivalente a R\$ 1,2 bilhão.

Participação Cidadã

A elaboração da proposta orçamentária de 2014 foi acompanhada de processo participativo realizado em todo o Estado. Durante quatro meses, os cidadãos discutiram e escolheram as demandas prioritárias de cada município e região. Inicialmente, em maio, foram realizadas 28 audiências regionais, junto às regiões dos COREDES, com o objetivo de apresentar a prestação de contas dos compromissos assumidos e a projeção das finanças. Também nessa ocasião foram escolhidas pelos participantes, a partir dos programas estabelecidos no Plano Plurianual – PPA, as áreas prioritárias, orientadoras da discussão e das escolhas nas assembleias municipais.

Em junho foi realizada a segunda etapa, com a realização de 490 assembleias municipais, para escolher os delegados de cada município, bem como as demandas com base na etapa anterior. Em julho, na terceira etapa, reuniram-se os delegados dos municípios para elaboração de uma síntese regional e composição das cédulas para a etapa seguinte. Essas três primeiras etapas tiveram a participação de 90 mil pessoas.

A quarta etapa, denominada de Votação de Prioridades, ocorreu em princípio de agosto, com a votação regionalizada, que contou com a participação de 1.125.000 cidadãos gaúchos, que puderam escolher entre o voto digital e o voto presencial. A cédula de votação, apresentou dois campos, o primeiro apresentava as demandas com valor alocado em um total de R\$ 165 milhões divididos entre as 28 regiões e o segundo expunha projetos eminentemente regionais, sem valor alocado, cujo resultado orientou a estrutura da matriz orçamentária nas regiões.

Além disso, aproveitou-se a ocasião para realizar pesquisa de opinião sobre Reforma Política, na esteira das manifestações de junho e julho. Mais de quinhentas mil pessoas responderam à pesquisa, constituída de quatro questões, cujos resultados foram apresentados e enviados para a Assembleia Legislativa do nosso Estado e para o Congresso Nacional.

Gestão de Riscos de Desastres Naturais

O Estado do Rio Grande do Sul está implementando um Projeto de Gestão de Risco de Desastres. O Projeto, considerado estratégico, é financiado pelo Banco Mundial (BIRD) e inclui três componentes: o desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres (SMAD) – sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA); a implantação de um Centro de Operações da Defesa Civil – a cargo da Defesa Civil; e a elaboração de uma Política de Gestão de Riscos de Desastres – sob responsabilidade da SEPLAG.

Foi instituída, em outubro de 2012, por meio do Decreto Estadual nº 49.637, a Comissão Interinstitucional para Política Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. A referida Comissão é composta pela SEPLAG, Casa Civil, Defesa Civil, Secretaria do Meio ambiente (SEMA) e Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA) e a ela compete elaborar o Sistema de Gestão Integrada de Riscos e Respostas a Desastres Naturais, no qual esteja contemplado o arranjo institucional e os instrumentos necessários para a sua implementação.

Durante o ano de 2013 foram desenvolvidos estudos, no âmbito da SEPLAG, SEMA e Defesa Civil, para a elaboração dos Termos de Referência para contratação das consultorias

relativas a cada um dos componentes. Também foram preparadas as listagens de aquisições de equipamentos necessários para a implantação do Sistema de Monitoramento e para o Centro de Operações da Defesa Civil. As licitações estão previstas para o primeiro semestre de 2014.

Investimentos com recursos do PAC

A SEPLAG também atua auxiliando na articulação de diversos órgãos, de diferentes esferas, no sentido de operacionalizar os projetos que serão desenvolvidos com recursos do PAC, no Estado do Rio Grande do Sul.

Estima-se que sejam investidos no Estado, R\$ 317.736.842 em projetos pertencentes ao PAC Mobilidade – Grandes Cidades, R\$ 792.500.000 em projetos do PAC Prevenção, R\$ 1.252.296.269 em projetos do PAC Barragens (1 e 2) e R\$ 3.438.900.000 em projetos do PAC 50. Muitos desses projetos já se encontram em fase de execução.

Planejamento Territorial

A SEPLAG desenvolve várias atividades relacionadas ao planejamento territorial e desenvolvimento regional. Essas atividades visam analisar e compreender a realidade socioeconômica do Estado e, também, propor e organizar as políticas públicas para que considerem a diversidade territorial e as diferenças regionais. A responsabilidade pela dimensão territorial, explicitada pelo disposto na Lei 14.053 de 23 de julho de 2012, confere ao planejamento características de grande relevância, tanto na elaboração das políticas públicas quanto na sua execução e divulgação dos seus resultados.

Nesse sentido, no ano de 2013, foram iniciadas as tratativas para a elaboração de uma Agenda de Desenvolvimento Territorial para o Estado do Rio Grande do Sul. O trabalho deverá resultar em um conjunto de diretrizes e perspectivas sobre temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado. Também visa identificar nas esferas federal, estadual e municipal, ações de curto prazo que contribuam para o desenvolvimento dessas diretrizes. As bases para a elaboração da agenda foram lançadas em 2012, com a publicação do Mapa de Investimentos do Estado do Rio Grande do Sul 2012-2015, que se constitui em uma ferramenta no sentido de territorializar as ações governamentais. Trata-se de um conjunto de mapas que ilustram a regionalização dos programas e ações dos diferentes órgãos de governo.

A questão regional foi o foco da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (I CNDR), promovida pelo Ministério da Integração Nacional e realizada em Brasília no período de 18 a 22 de março de 2013. O evento se constituiu em um amplo debate sobre os princípios e diretrizes para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A SEPLAG coordenou a participação dos delegados eleitos pelo Estado do Rio Grande do Sul, garantindo a defesa dos princípios e diretrizes selecionados nas etapas estadual e macrorregional da Conferência.

O debate sobre a questão regional teve início durante a I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional (I CEDR), que ocorreu no período de 24 a 26 de setembro de 2012. A Conferência foi convocada pelo Governador do Estado através do Decreto nº 49.483, de 20 de agosto de 2012, coordenada pela SEPLAG e realizada em parceria com diversos órgãos do Estado, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e demais instituições interessadas

na questão regional. Sua realização se deu por meio de uma metodologia participativa de priorização, onde foram elencados cinco princípios e vinte diretrizes que orientam a participação dos delegados eleitos para representar o Rio Grande do Sul nas demais etapas da Conferência Nacional. Os resultados da primeira Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional (I CEDR) reforçaram a preocupação com o tema dos desequilíbrios territoriais, inserindo a discussão em uma perspectiva nacional.

No mês de outubro de 2012, a SEPLAG também sediou a etapa macrorregional que reuniu os três estados da Região Sul do Brasil, denominada I Conferência Macrorregional de Desenvolvimento Regional. Nessa ocasião, foi elaborada a Carta da I Conferência Macrorregional de Desenvolvimento Regional, que destacou a necessidade de reformular a atuação do Estado brasileiro no enfrentamento das desigualdades inter e intrarregionais existentes no território. Além disso, salientou a cooperação federativa e a participação social como elementos fundamentais para dinamização de regiões estagnadas ou de baixo dinamismo, e também a necessidade de reconstituição da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e criação do Fundo Regional de Desenvolvimento Regional.

Esses temas foram defendidos pelos delegados eleitos na I CNDR, realizada em março de 2013. Entre as propostas aprovadas na Conferência Nacional, podem ser destacadas a rediscussão do mapa de elegibilidade da Política Nacional visando incluir áreas do território gaúcho que apresentam dificuldades com o processo de desenvolvimento, a recriação da SUDESUL e a constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Acima de tudo, a realização da Conferência proporcionou a valorização da questão regional e, principalmente, reforçou a necessidade de um aperfeiçoamento das políticas públicas e dos instrumentos destinados ao combate às desigualdades regionais, antecipando os efeitos da concentração no território e buscando equilibrar o processo de desenvolvimento.

A SEPLAG continuou atuando no Programa de Combate às Desigualdades Regionais, desenvolvido para responder ao objetivo estratégico de promover o desenvolvimento regional, atentando, em especial, para a situação das regiões que vêm, ao longo dos anos, perdendo dinamismo econômico e social. As agendas de desenvolvimento das regiões Alto da Serra do Botucaraí, Sul, Centro Sul, Fronteira Oeste, Campanha, Celeiro e Médio Alto Uruguai, elaboradas e lançadas nos anos de 2011 e 2012, tiveram seu acompanhamento continuado. As agendas são o resultado da problematização dos diagnósticos já existentes e contemplam as regiões selecionadas, através de uma metodologia que levou em conta aspectos relacionados ao dinamismo econômico e indicadores socioeconômicos de situação. Esses documentos trazem também uma sistematização de propostas nas áreas consideradas prioritárias para cada região, incluindo demandas históricas da população.

Em 2013, o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul teve seu site redesenhado e republicado, ampliando as possibilidades da ferramenta e facilitando o acesso dos usuários. A publicação também foi completamente atualizada, com novos mapas, gráficos e tabelas sobre os diferentes aspectos da realidade socioeconômica do Estado.

O referido Atlas é uma publicação eletrônica elaborada pela SEPLAG. O site representa a continuidade de uma iniciativa que já dura mais de uma década, tendo como origem a

publicação de duas edições impressas nos anos de 1998 e 2002, e ganha maior amplitude com a inclusão de indicadores e com novas possibilidades de acesso às informações.

O principal objetivo da publicação é fornecer informações espacializadas sobre a realidade gaúcha. Os dados, de diferentes fontes, são apresentados através de mapas temáticos, tabelas e gráficos, estabelecendo comparações entre os municípios, estados brasileiros e países selecionados.

A publicação eletrônica apresenta uma síntese geográfica dos principais temas que envolvem a economia e a sociedade rio-grandense e proporciona uma leitura diferenciada sobre a realidade regional. Suas informações são utilizadas pelos órgãos públicos na formulação de políticas e empregadas pelos estabelecimentos de ensino, de pesquisa e por empresários que buscam conhecer as potencialidades do Estado.

No ano de 2013, no âmbito da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, foram discutidas e programadas medidas de reestruturação das atividades relacionadas à Cartografia e à Geografia do Estado. Essas iniciativas buscam apoiar a implementação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE), viabilizar a aquisição de nova base cartográfica e qualificar os processos relacionados à geração, ao acesso e à disponibilização de informações oficiais, cujo foco é subsidiar as ações de planejamento e também a tomada de decisão pelos gestores públicos

Captação de Recursos

Sendo a meta principal do atual Governo estimular a retomada do crescimento econômico e melhorar a qualidade dos serviços públicos, o Estado, por meio da SEPLAG, captou aproximadamente R\$ 2 bilhões em financiamento com o Banco Mundial (BIRD) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Do total captado, já foram desembolsados pelos Bancos mais de R\$ 700 milhões, beneficiando projetos prioritários nas áreas de educação, segurança, transportes, agricultura, desenvolvimento do setor produtivo, inovação tecnológica, habitação, gestão pública, meio ambiente e gestão fiscal.

Rede TudoFácil

A Rede TudoFácil oferece um conjunto de serviços que compreendem o atendimento direto ao público e um catálogo em meio eletrônico, disponíveis no site www.tudofacil.rs.gov.br. No site, é possível acessar: emissão do alvará de folha corrida, atestado de antecedentes, certidões negativas, registro de ocorrência de perda ou furto de documentos, agendamento eletrônico da carteira de identidade, dentre outros. Desde seu lançamento, em novembro de 2005, o site já obteve mais de 17.600 milhões de acessos e, atualmente, disponibiliza 773 serviços públicos estaduais, federais, municipais e de utilidade pública, sendo 140 desses finalísticos. Já no atendimento presencial, feito em três Unidades, Centro, Zona Norte e Zona Sul, estão disponíveis os serviços de confecção da Carteira de Identidade, de Trabalho, apresentação de condutor, recursos de multa e de julgamento, atendimento ao segurado do IPE, SERASA, Divisão de Pagamento de Pessoal (DPP/SEFAZ), atendimento ao eleitor (título, certidões, etc.), CORSAN, acesso à internet, BANRISUL (para recolhimento de taxas geradas no TudoFácil), entre outros. Atendendo demanda constatada em pesquisa, a SEPLAG firmou

convênio com a Receita Federal para efetivação da inscrição gratuita e imediata no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), já tendo sido produzidos mais de 235 mil novos CPFs desde o início de sua disponibilização, em outubro de 2008. Além disso, os serviços da Rede têm sido requisitados em diversos eventos promovidos pelo Governo, como também por entidades externas, estando presente na EXPOINTER, Projeto Verão Numa Boa, RS na Paz, Mutirão Social e em escolas públicas estaduais.

Projetos Estratégicos

A Sistemática de Monitoramento dos Projetos Estratégicos, coordenada pela Secretaria-Geral de Governo (SGG) e com apoio técnico da SEPLAG, tem como objetivo a realização de análise das informações financeiras e físicas dos projetos estratégicos, bem como a avaliação da percepção social por meio de evidências de execução dos projetos mais relevantes para o Governo. À SEPLAG compete, conforme o Decreto Nº 49-624/2012, a prestação de apoio técnico e metodológico no que tange ao planejamento dos projetos estratégicos da Administração Pública Estadual, ao monitoramento da execução física e orçamentária dos projetos estratégicos, a gestão orçamentária dos projetos e avaliação técnica da carteira de projetos estratégicos do Estado. Durante o ano de 2013, foram monitorados 63 projetos estratégicos.

A **Fundação de Economia e Estatística (FEE)** é uma referência dados estatísticos sobre o Rio Grande do Sul. Dispõe de importante acervo de informações, pesquisas e documentos de natureza socioeconômica. Nela atua uma equipe multidisciplinar composta por profissionais que realizam estudos, pesquisas e análises, divulgados regularmente em publicações impressas e *on line*.

No *site* da FEE, são disponibilizadas todas as pesquisas e estatísticas realizadas pela Fundação. São também disponibilizados filmes das coletivas com os técnicos. No ano de 2013, o *site* da FEE teve 1.444.334 (até novembro) acessos. Além disso, a Fundação também disponibiliza informações por meio do *Twitter*.

Entre as estatísticas produzidas pela FEE periodicamente destaca-se o PIB do RS e de seus municípios, as estimativas populacionais e a pesquisa de emprego e desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED), a qual comemorou 20 anos ininterruptos de pesquisa no ano de 2013.

Em comemoração aos seus 40 anos, entre outras atividades, a FEE lançou o RS Número. O prospecto, com informações estatísticas, é enriquecido com fotografias do acervo do Museu Iberê Camargo.

Dando seguimento à divulgação de suas pesquisas em novas mídias, a FEE lançou quatro *e-books*: A retomada do Processo de Estruturação do Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) na Primeira Década do Século XXI, Ensaio Sobre a Economia Gaúcha, Aglomerações Industriais do RS: identificação e seleção e, Indústria Criativa do Rio Grande do Sul: síntese teórica e evidências empíricas.

Ao longo do ano foram divulgados 48 trabalhos da FEE, compreendendo publicações periódicas como a Carta de Conjuntura e a Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMPA, bem

como as estatísticas da atividade econômica do Estado: PIB anual, PIB Trimestral, PIB dos Municípios e Exportações Gaúchas.

Com relação aos recursos humanos, a FEE teve aprovado pela Assembleia Legislativa, em dezembro de 2013, o novo Plano de Cargos e Salários, que possibilitará a realização de concurso público para a renovação de seu quadro funcional.

A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) é uma autarquia com autonomia financeira, funcional e administrativa, que tem como objetivo assegurar a prestação de serviços públicos delegados de forma adequada. As áreas de atuação da AGERGS, dentre outras, são: energia elétrica (convênio com a ANEEL); travessias hidroviárias; transporte intermunicipal de passageiros; estações rodoviárias e saneamento. Sendo esse último por meio de convênio com 259 municípios.

As ações da AGERGS ocorrem principalmente por meio de fiscalizações; estudos técnicos sobre tarifas e qualidade dos serviços públicos; audiências e consultas públicas e mediação de conflitos entre poder concedente, usuários e prestadores de serviço público. Seu Conselho Superior, estância máxima da Agência, é o órgão que delibera, determina e homologa os resultados dessas ações, por meio de resoluções normativas, decisórias e homologatórias.

Em 2013, na área de energia elétrica, foram realizadas fiscalizações comerciais sobre o Programa de Universalização, sobre os níveis de tensão e os indicadores de continuidade, além de investigações sobre cortes no fornecimento decorrente de eventos climáticos severos. Entre as deliberações do Conselho Superior, destacam-se a redução tarifária do transporte metropolitano em 4,69%; a inclusão de uma segunda balsa na travessia hidroviária entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte, diminuindo o tempo de espera para a utilização do serviço; e a definição das datas de encerramento dos contratos do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR).

A Agência adquiriu sua sede própria, na Av. Borges de Medeiros, 659, 12º, 13º, 14º e 15º andares. Destacam-se também os debates sobre saneamento em Porto Alegre e Santa Maria, com a participação de palestrantes de nível nacional e internacional.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEPLAG	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	Captação de recursos
SEPLAG	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	Ciclo de Planejamento e Orçamento
SEPLAG	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	Estudo e disponibilização de informações socioeconômicas
SEPLAG	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	Fortalecimento institucional da SEPLAG
SEPLAG	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE
SEPLAG	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	Monitoramento e apoio ao gerenciamento dos programas e projetos estratégicos
SEPLAG	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	Publicidade para o planejamento e gestão com participação cidadã

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SEPLAG	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	Sistema Estadual de Participação Cidadã
SEPLAG	Planejamento e Gestão com Participação Cidadã	Tudo Fácil - Rede de serviços ao cidadão
AGERGS	Regulação dos Serviços Públicos Delegados	Execução de convênios para regulação de serviços de competência da União e dos municípios
AGERGS	Regulação dos Serviços Públicos Delegados	Fomento à participação social
AGERGS	Regulação dos Serviços Públicos Delegados	Monitoramento da modicidade tarifária, equilíbrio econômico-financeiro e justa remuneração
AGERGS	Regulação dos Serviços Públicos Delegados	Monitoramento e fiscalização da qualidade dos serviços públicos delegados
FEE	Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	Disseminação de informações e serviços à população
FEE	Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre
FEE	Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas	Qualificação dos recursos humanos

Políticas para as Mulheres

A **Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)**, criada através da Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, tem por competências assessorar na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; elaborar e implementar campanhas educativas de combate a todo tipo de discriminação contra a mulher; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo com vista à promoção da igualdade entre os sexos; articular, promover e executar programas de cooperação entre organismos públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; articular as políticas transversais de gênero; implementar e coordenar políticas de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade.

A SPM tem por missão promover a garantia dos direitos das mulheres para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural, e visa construir uma política de equidade de gênero efetiva e consolidá-la como política de Estado.

A prioridade estratégica da Secretaria de Políticas para as Mulheres é consolidar-se política e estruturalmente, habilitando-se a coordenar e executar as ações transversais e federativas, focadas no empoderamento, no enfrentamento à violência e na geração de trabalho e renda para a Mulher. Para atingir tal objetivo, os eixos constituintes do trabalho da SPM são: Geração de trabalho e renda e autonomia financeira; Enfrentamento à violência contra a mulher; Empoderamento, Cidadania e participação política; e Programas transversais executados por secretarias afins.

A partir desses eixos, a SPM definiu o projeto estratégico RS Lilás: Autonomia para as Mulheres Gaúchas, por entender que a autonomia é o centro de sua intervenção e que seu fomento resulta no fortalecimento e no empoderamento das mulheres em todos os âmbitos, e o projeto estratégico Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Atuando diretamente em três principais programas: Mulheres Construindo Autonomia RS - Capacitação de mulheres para o mercado de trabalho, no campo e na cidade; Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher - Fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em todas as regiões do Rio Grande do Sul; e Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres - Promoção da defesa dos direitos da mulher num diálogo entre o poder público e a sociedade gaúcha.

Mulheres Construindo Autonomia RS

Esse programa tem como objetivo coordenar a execução das ações transversais e federativas de qualificação profissional, preparando as mulheres para a sua inclusão no mundo do trabalho, promovendo sua autonomia financeira. Até dezembro de 2013, já foram capacitadas 3.935 mulheres. Para isso, através de articulações, foram realizados projetos em parcerias, com programas como Cimento e Batom e Mulheres Mil (Pacto pela Educação) e cursos profissionalizantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), do Governo Federal.

Pela primeira vez, a Secretaria de Políticas para as Mulheres publicou cinco editais para o desenvolvimento de ações destinadas às políticas para as mulheres, como o de fortalecimento de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Em junho de 2013, a SPM reuniu mais de 400 mulheres de todas as regiões do Estado para o Seminário Estadual de Lançamento do Projeto Fortalecimento de Organizações Produtivas de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Constituição do Comitê Gestor de Monitoramento, em Santa Maria. O encontro é resultado do convênio entre a SPM e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ainda dentro do programa voltado à promoção da autonomia das mulheres, em outubro, a SPM lançou o edital nº 796/Celic/2013 para a execução de curso para capacitação, na área da construção civil, de 500 mulheres de baixa renda e em situação de risco de violência doméstica. A formação, que também vai atender a egressas do sistema prisional, beneficiárias do programa Bolsa-Família e inscritas no Cadastro Único, é executada através de convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Além disso, a SPM lançou o edital que autoriza procedimento licitatório para contratação de serviços de consultoria para elaboração e acompanhamento do Planejamento Integral Básico do RS, referente ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, bem como o pregão eletrônico para contratação de empresa para prestação de serviço de transporte e armazenamento de bens.

Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

As ações oriundas desse programa visam à redução dos índices de violência contra meninas e mulheres através do fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em todas as regiões do Rio Grande do Sul. Nesse Programa, cumpre destacar a inauguração do Centro de Referência da Mulher na cidade de Parobé, em 9 de agosto. E ainda, o início da atuação do Centro de Referência da Mulher e Casa Abrigo na cidade de Dois Irmãos, em 10 de outubro do último ano.

A expansão e o fortalecimento da rede de atendimento às mulheres perpassa o tripé da concretização das políticas para as mulheres nos municípios através dos organismos para as mulheres, como secretarias/coordenadorias, casas-abrigo e centros de referência. Com o objetivo de atender eficazmente às demandas que emergem dessa temática, o Governo do Estado institucionalizou a Rede Lilás, através do Decreto nº 50.914, de 25 de novembro de 2013. Com a criação do Comitê Rede Lilás, que acompanhará a implementação do Protocolo de Fluxos da Rede Lilás, procura objetivar a pactuação e a institucionalização de ações que promovam o fim da violência contra as mulheres, a partir da oferta e integração de políticas públicas vigentes.

A proposta do protocolo de fluxos de atendimento é uma iniciativa inédita no Rio Grande do Sul. A partir da institucionalização da Rede Lilás, o Governo, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, busca articular a Rede Especializada de Atendimento à Violência contra as Mulheres, pela elaboração conjunta de protocolos de serviços que visem à qualificação e à celeridade do atendimento às mulheres e meninas no Estado. A rede de atendimento à mulher em situação de violência está dividida em quatro principais áreas (saúde, assistência social, segurança pública e justiça) e é composta por duas principais categorias de serviço: Rede

de Enfrentamento e Rede de Atendimento. A primeira contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos), incluindo órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento. A segunda, refere-se ao eixo da Assistência/Atendimento e restringe-se a serviços de atendimento especializados e não-especializados.

Sob essa perspectiva, a SPM, em parceria com as demais secretarias de Estado e com órgãos como o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário, o BANRISUL, a Assembleia Legislativa e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, busca estabelecer o protocolo do fluxo de atendimento para a construção de um conjunto de ações que defina competências entre as secretarias e demais parceiros.

Dentre as ações executadas pela Rede Lilás em 2013, destaca-se a cedência de 20 automóveis para o fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres em municípios que abrangem todas as regiões do Estado (Canoas, Sapiranga, Gravataí, Porto Alegre, Viamão, Parobé, Lajeado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Vacaria, Imbé, Torres, Bagé, Santana do Livramento, Panambi, Três de Maio, Cruz Alta, Sagrada Família, Balneário Pinhal e Jaguarão). Esse repasse, realizado no dia 7 de agosto de 2013, data que marcou os sete anos de implantação da Lei Maria da Penha e o lançamento da campanha *A Igualdade Transforma*, faz parte do convênio de R\$ 3 milhões com a SPM Nacional, sendo que R\$ 641 mil foram destinados para a aquisição dos veículos.

Sob essa mesma perspectiva, a Rede Lilás ainda irá repassar para 50 municípios *kits* de mobiliário e informática, no valor de R\$ 22 mil cada, com o objetivo de promover o reaparelhamento dos espaços municipais de políticas para as mulheres, totalizando R\$ 660 mil em investimento.

Para 2014, a Rede Lilás ainda prevê ações como a instalação da Casa da Mulher Brasileira, na zona norte de Porto Alegre; investimento de aproximadamente R\$ 4,3 milhões, em parceria com a SPM Nacional. Também a instalação dos Centros de Atendimento às mulheres da fronteira, em Jaguarão e Santana do Livramento, com valor previsto de R\$ 1 milhão para as duas.

E, finalizando as ações referentes ao programa Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, no dia 17 de dezembro, a Secretaria de Políticas para as Mulheres inaugurou a nova sede do Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRMVAM), que mantém o Telefone Lilás 0800 541 0803. Com o novo espaço, localizado na Travessa Tuyuti, nº 10, esquina com a rua André da Rocha, em Porto Alegre, a expectativa é que se aumente consideravelmente os atendimentos presenciais às vítimas de violência, antes disponibilizados em sua maioria através da central telefônica. A sede do CRMVAM não será somente um espaço de atendimento e acolhimento às mulheres, mas também um catalisador das políticas para as mulheres, com a possibilidade de se disponibilizar atendimento em rede, como a política da SPM prevê.

O prédio onde está instalado o Centro de Referência, cedido pelo Instituto de Previdência do Estado, foi amplamente reformado, com investimento total da obra no valor de

R\$ 178.489,46, com recurso da dotação própria da SPM. O Centro de Referência foi reaparelhado através da execução do convênio federal nº. 763640/2011 firmado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul e a SPM Nacional, com investimento de R\$ 110.930,25 em equipamentos de informática, eletroeletrônicos, aparelho GPS, condicionador de ar, mobiliário e veículo.

O Telefone Lilás, mantido pelo Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado, é a principal ferramenta articuladora de suas ações da Rede Lilás. Caracteriza-se como uma central de apoio gratuita, que traz entre suas competências o monitoramento e a proteção das mulheres que buscam ajuda, acionando os organismos públicos e os conselhos da mulher, em diálogo com a Patrulha Maria da Penha, a Sala Lilás de perícias, as delegacias da mulher (DEAMs), a Defensoria Pública, o Ministério Público e os Juizados Especializados, com vistas à garantia de atendimento adequado, rompimento da violência e punição dos agressores.

De janeiro a novembro de 2013, o Telefone Lilás realizou 3.009 atendimentos, um crescimento de 342,32% em relação a todo ano de 2012. Em números gerais de atendimentos, desde 2010, foi registrado um acréscimo de 1.238, 27%.

Telefone Lilás em Números

- 2010 (243 atendimentos) / 2011 (1.205 atendimentos): aumento de 495,8%
- 2011 (1205 atendimentos) / 2012 (879 atendimentos): -27,05%
- 2012 (879 atendimentos) / 2013 (3009 atendimentos até novembro): aumento de 342,32%
- 2010(243 atendimentos) / 2013 (3009 atendimentos até novembro): aumento de 1.238,27%
- Total de atendimentos de 2010 até novembro de 2013: 5.336

Através da mobilização das mulheres gaúchas, a Secretaria de Políticas para as Mulheres é a pasta que mais recursos irá receber do processo de Participação Popular e Cidadã (PPC). Com a proposta orçamentária oriunda do processo, o Estado fará investimentos para a formação profissional de agentes públicos e para a construção de centros de referência da mulher. Entre 2012 e 2013, o repasse do PPC para a qualificação das políticas públicas para as mulheres foi de R\$ 661.894,26 em investimentos que abrangem os municípios de Osório, Torres, Balneário Pinhal, Esteio, Caraá, Panambi, Constantina, Estância Velha, Dois Irmãos e Porto Alegre.

Para 2014, a proposta orçamentária do PPC prevê o investimento de R\$ 1.948.994,20. Sendo, para a região do Rio da Várzea (investimento regional) R\$ 210 mil; para a região Sul (Canguçu e Jaguarão) R\$ 101 mil; para a região Nordeste (regional) R\$ 104 mil; para a região Metropolitana Delta do Jacuí (Cachoeirinha) R\$ 71,5 mil; para a região Noroeste Colonial (Joia, Pejuçara e Ijuí) R\$ 252.122,72; para a região da Campanha (Bagé e Hulha Negra) R\$ 217.174,30; para a região do Alto Jacuí (Salto do Jacuí e Cruz Alta) R\$ 256.838,31; para a região Jacuí Centro

(Cachoeira do Sul) R\$ 161.015,87; para o Litoral (Tramandaí, Osório, Torres, Balneário Pinhal e Cidreira) R\$ 300 mil; e para o Vale dos Sinos (Canoas e Sapiranga) R\$ 275.343,00.

Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

A promoção da defesa dos direitos da mulher em um diálogo entre o poder público e a sociedade gaúcha é o que direciona as ações desse programa da SPM. Nesse sentido, em apoio à criação e ao fortalecimento dos conselhos e organismos municipais de políticas para as mulheres, em 2013 foram criadas 18 Coordenadorias Municipais de Políticas para as Mulheres, nos municípios de Butiá, Cachoeira do Sul, Constantina, Eldorado do Sul, Encruzilhada do Sul, Gramado, Ijuí, Lajeado, Panambi, Pontão, Sagrada Família, São Gabriel, São José das Missões, Soledade, Tenente Portela, Tunas, Viamão e Vila Nova do Sul. Com isso, o Estado conta atualmente com 100 coordenadorias municipais.

Ainda no escopo desse programa da SPM, dos 80 Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres existentes no Rio Grande do Sul, 18 foram criados no último ano, nas cidades de Tapes, Esteio, Dois Irmãos, Parobé, Putinga, Antonio Prado, Imbé, Tramandaí, Uruguaiana, São Luiz Gonzaga, Giruá, Tenente Portela, Horizontina, Não-Me-Toque, São Francisco de Assis, Rodeio Bonito, Constantina e Espumoso.

Além disso, foram realizados fóruns regionais nas Regiões Funcionais 1, 2, 3, 4, 7 e 8. Sendo que na Região Funcional 3 o fórum foi realizado na cidade de Farroupilha, em 10 de outubro, e na Região Funcional 2, em Venâncio Aires, em 18 de outubro.

Em relação à realização de campanhas, capacitações e produção de conhecimento sobre temática de gênero, durante o ano de 2013 foram desenvolvidas atividades para o fortalecimento e divulgação das políticas públicas para as mulheres executadas pela SPM, conforme segue:

- 4 e 6 de março: Panfletagem no CAFF - Projeto de Intervenção DCAFF, sendo feita a distribuição de materiais sobre Violência contra a Mulher no saguão do CAFF.
- 7 de março: Em alusão ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), a SPM esteve instalada, junto a representantes de outras pastas, no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, para divulgar as políticas públicas para as mulheres executadas pelo Governo do Estado.
- 18 de março: seminário sobre assédio moral e violência contra a mulher, no CAFF.
- 25 de março: Capacitação Patrulha Maria da Penha, realizada para 39 agentes policiais no dia 25 de março, no Quartel-Geral da Brigada Militar.
- 27 de março: realização do Mulheres de Canoas em Movimento, direcionado às mulheres da Paz, agentes comunitárias, agentes de segurança, agentes da saúde e professores municipais, em Canoas.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- 1º de abril: atividade Promoção da Saúde e Prevenção da Violência contra as Mulheres, realizada na SEDUC/RS com a participação de 30 professores do Estado.
- 2 de abril: evento de formação realizado para 21 pessoas, entre elas agentes penitenciários, psicólogas e assistentes sociais, na SUSEPE/SSP.
- 3 de abril: intervenção no III Seminário Internacional do Sistema de Participação com a realização do II Encontro de Formação Estadual das Gestoras de Políticas para as Mulheres.
- 15 de abril: assessoria à rede de atendimento e enfrentamento, sobre a temática de violência contra as mulheres para Prefeito, Secretária da Assistência Social, Coordenadora da Mulher, Conselho dos Direitos da Mulher e representantes da Secretaria de Saúde em Capão da Canoa, com atendimento a 12 pessoas.
- 16 de abril: promoção do curso técnico de saúde e segurança do trabalho, com 19 participantes.
- 11 de maio: atividade SPA da Mamãe, para 100 mães de alunos na Escola Estadual Carlos Chagas, em Viamão.
- 22 de maio: palestra com adolescentes de comunidade, com 10 participantes, na sede do 19º Batalhão da Polícia Militar.
- 6 de junho: palestra sobre a Situação de Violência contra Mulheres no RS, realizada em Santa Rosa.
- 11 de junho: roda de conversa da Rede de Atendimento, realizada em Canoas.
- 14 de junho: evento sobre redes de atendimento, em Santana do Livramento.
- 19 de junho: palestra para funcionárias(os) da empresa terceirizada Clinsul - DCAFF, realizada para 10 supervisoras(es), no Auditório da SEPLAG, no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).
- 27 de junho: Capacitação Patrulha Maria da Penha para 22 agentes de segurança, na Academia de Segurança Pública.
- 23 de julho: Realização do Seminário de Políticas LBT Falando sobre Sexualidade - Desconstruindo Preconceitos, na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre, direcionado às apenadas da instituição, com cerca de 20 participantes.
- agosto: palestras sobre Violência Contra as Mulheres, em Butiá, para aproximadamente 100 pessoas.
- agosto: palestras sobre Violência Contra as Mulheres, em Sobradinho, contando com aproximadamente 200 participantes de 11 municípios da região.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- agosto: palestras sobre Violência Contra as Mulheres, no Acampamento Farroupilha em Porto Alegre, para aproximadamente 170 pessoas.
- agosto: Seminário Internacional Sobre a Violência Contra as Mulheres Binacional em Santana do Livramento, para Região Funcional 6 e do Uruguai, com aproximadamente 100 participantes.
- 7 de agosto: Lançamento da campanha A Igualdade Transforma.
- outubro: Capacitação Patrulha Maria da Penha em Santana do Livramento, para aproximadamente 40 agentes públicos da Patrulha Maria da Penha/Segurança Pública da Região Funcional 6.
- outubro: seminário de Encerramento da Capacitação das Mulheres Rurais da região funcional 9, na cidade de Constantina, Painel sobre Políticas para as Mulheres e Violência Contra as Mulheres, para aproximadamente 420 mulheres.
- 2 de outubro: oficina de Combate à Violência Contra a Mulher, na Restinga, para alunos do IFRS, do curso de camareira hospitalar, sobre o combate à violência contra a mulher, para aproximadamente 30 alunas.
- 16 de outubro: Capacitação Patrulha Maria da Penha, no auditório da UNISC em Porto Alegre, para aproximadamente 45 policiais militares.
- 18 de outubro: palestra sobre Territórios de Paz para Professores de Porto Alegre, realizada no auditório do quartel da Brigada Militar.
- 18 de outubro: palestra Territórios da Paz, realizada para alunos do Programa Aluno Cidadão, no Quartel-Geral da Brigada Militar, em Porto Alegre, para 51 alunos do ensino fundamental.
- 19 de outubro: oficina de Políticas para as Mulheres, para aproximadamente 50 pessoas no I Congresso Extraordinário da FEMERGS em Porto Alegre.
- 24 de outubro: palestra na caravana do RS Mais Igual, em Lajeado.
- 24 de outubro: em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde, anúncio da criação das Unidades de Referência para o Diagnóstico do Câncer de Mama, as UNIR MAMA. Serão 30 unidades, ao menos uma em cada região de saúde do Estado para diagnóstico do câncer de mama em até 15 dias, oferecendo mais agilidade no início do tratamento. O investimento a ser realizado pelo Governo nessas unidades será de R\$ 30 mil a R\$ 40 mil por mês.
- 25 de outubro: panfletagem Outubro Rosa, na Esquina Democrática, em Porto Alegre, em alerta para a prevenção do câncer de mama.

- 30 de outubro: oficina RS na Paz, em Passo Fundo, para aproximadamente 30 gestores e agentes públicos do município.
- 5 de novembro: Realização do II Encontro Estadual de Centros de Referência para Mulheres e Casas Abrigo do RS, no Palácio do Ministério Público em Porto Alegre, com a presença de representantes de municípios de todas as regiões do Estado.
- 20 e 21 de novembro: promoção e realização do III Encontro Estadual de Gestoras de Políticas para as Mulheres, em Porto Alegre. Com assinatura da ata de instalação da Câmara Técnica Estadual do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, instituída no âmbito do comitê gestor de políticas de gênero criado em março de 2011, pelo Decreto nº 47.868, com a atribuição de acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento das metas propostas e da execução do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.
- 25 de novembro a 10 de dezembro: fomento de ações em todo o Estado dentro do calendário da campanha internacional *16 dias de ativismo pelo enfrentamento à violência contra as mulheres*.
- novembro e dezembro: Entre esses dois meses a SPM participou de seis edições das Caravanas do RS Mais Igual, promovidas pela Casa Civil. Durante as ações, a Secretaria levou atendimentos com o Ônibus Lilás e realizou a pré-inscrição de aproximadamente 200 mulheres com interesse em participar do curso de formação na área de construção civil.
- 2 de dezembro: apresentação do material Estudos das Condições das Mulheres e as Desigualdades de Gênero Existentes no Estado, produzido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), para aproximadamente 40 pessoas, na UFRGS.
- 10 a 13 de dezembro: Participação no Fórum Mundial de Direitos Humanos, em Brasília, com a realização da oficina Identidade de Gênero X Identidade Sexual, para cerca de 40 participantes.

Ainda em relação às campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher, desde 2011 a SPM participa do programa Verão Numa Boa, desenvolvido pelo Governo do Estado durante o período de veraneio nas praias e balneários gaúchos que envolve, entre outras ações, a divulgação do Telefone Lilás e as atividades da Secretaria. Nessas três edições do programa foram distribuídos para as/os veranistas cerca de 150 mil exemplares da Lei Maria da Penha, além de 30 mil itens como camisetas, bonés, bolsas, *nécessaires*, bandanas e *folders* com informações sobre os serviços oferecidos pelo Estado através da Rede Lilás.

Na edição 2013/2014, o destaque da participação da SPM no programa Verão Numa Boa acontece por meio da disponibilização da unidade móvel de atendimento às mulheres, o Ônibus Lilás. Desde o dia 21 de dezembro de 2013 até 24 de fevereiro de 2014, o ônibus estará percorrendo as praias de forma itinerante com representantes do Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado e profissionais dos municípios para oferecer atendimento às

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

mulheres e meninas gaúchas. As duas unidades móveis que a SPM disponibiliza para percorrer o Estado fazem parte do convênio com a SPM Nacional, com investimento de R\$ 1.111.000,00.

O Ônibus Lilás já esteve em Pontão, Passo Fundo, Constantina, Sagrada Família, Imbé, Torres, Quintão, Balneário Pinhal e Porto Alegre (Bairro Belém Novo). O itinerário de 2014 conta com a previsão de atendimentos em Porto Alegre (Praia do Lami), Tramandaí, Capão da Canoa, Viamão (Itapuã), Cidreira e Palmares do Sul.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SPM	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres
SPM	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	Fortalecimento do Conselho Estadual de Direitos da Mulher
SPM	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	Realização de campanhas, capacitações e produção de conhecimento sobre temática de gênero
SPM	Mulheres Construindo Autonomia RS	Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho
SPM	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	Apoio às iniciativas de prevenção à violência contra mulheres e meninas
SPM	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	Qualificação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência
SPM	Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	Reordenamento Institucional do Centro de Referência Vânia Araújo e fortalecimento de centros municipais de referência

Procuradoria-Geral do Estado

A **Procuradoria-Geral do Estado (PGE)** tem como principais funções exercer a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado, de suas autarquias e fundações públicas, além de outras atribuições cometidas por lei.

Dentre as principais ações realizadas em 2013, no âmbito do Programa Representação Judicial e Consultoria ao Estado, podem ser destacadas:

Ações Jurídicas e Judiciais

- O estoque viável de créditos inscritos em dívida ativa em cobrança judicial no Estado alcançava, em novembro de 2013, R\$ 6.174.571.440,34. Foram cobrados R\$ 230.313.276,92 até o referido mês de novembro de 2013. Do montante do estoque em cobrança, encontram-se negociados, através da realização de acordos para pagamento de débitos de forma parcelada, mais de R\$ 900 milhões;
- Acompanhamento de 247 audiências de tentativa de conciliação e prestação de 920 atendimentos a contribuintes;
- Arrecadação de R\$ 3.167.220,23 relativos a débitos de financiamento habitacional da extinta Caixa Econômica Estadual; Arrecadação de R\$ 329.013,43 relativos a débitos da carteira de crédito da extinta Caixa Econômica Estadual; Arrecadação de R\$ 3.086.381,56 relativos a débitos do Programa de Crédito Educativo; Arrecadação, apenas por meio de alvarás, de R\$ 205.321,35 relativos a honorários advocatícios; Encaminhamento de 55 alvarás, no total de R\$ 3.022.370,50;
- Realização de, pelo menos, 190 atendimentos, com obtenção de uma economia projetada de R\$ 586.334,00 e realização de 65 parcelamentos, abarcando um montante de R\$ 1.374.856,80;
- Realização de pagamento de R\$ 608.058.541,24 em precatórios no ano de 2013, beneficiando 18.494 credores, por meio da Central de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado, em ação conjugada com a Secretaria da Fazenda e o IPERGS; 3.974 credores preferenciais receberam R\$ 240.176.521,91; 14.520 credores pela ordem crescente receberam R\$ 367.882.019,39; até o início de janeiro deverá ser realizado o pagamento dos últimos empenhos encaminhados no ano de 2013, no montante de mais R\$ 56.213.412,97, beneficiando mais 1.625 credores;
- Participação dos Procuradores do Estado em 1.437 audiências de conciliação perante os dois Juizados da Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública em Porto Alegre, com a apresentação de propostas de acordo, além do acompanhamento de audiências de instrução no Juizado Especial e nas demais Varas da Fazenda Pública competentes para o processamento e julgamento de ações judiciais da área de pessoal;
- Apresentação de propostas de conciliação, com quase 100% de aceitação, em cerca de 15.000 ações judiciais que tramitam na 12ª Vara da Fazenda Pública, envolvendo diferenças pretéritas decorrentes da incidência dos índices de reajuste da Lei Estadual nº 10.395/95 sobre o vencimento básico, funções gratificadas, parcela autônoma do magistério, inclusive sobre a parcela de 20% incorporada ao vencimento básico em 2002;

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- Atuação em 2.831 audiências de conciliação ou instrução em ações acompanhadas pela PGE (até novembro/2013);
- Encaminhamento para pagamento de mais de R\$ 20 milhões em Requisições de Pequeno Valor (RPVs) – dados contabilizados até outubro/2013 – de reclamações trabalhistas contra entidades da Administração Pública;
- Conclusão de processos administrativos disciplinares envolvendo o exame da conduta de 203 servidores públicos, com as seguintes proposições: 75 demissões, exclusão ou licenciamento a bem da disciplina (BM); 34 demissões convertidas em suspensão; 6 demissões convertidas em suspensão com possibilidade de conversão em multa; 8 cassações de aposentadoria; 4 cassações de aposentadoria convertida em multa; 26 absolvições; 16 prescrições; 3 acolhimentos de pedidos de exoneração; 27 não conhecimento/improvemento do pedido de revisão; 1 provimento parcial do pedido de revisão; 2 reaberturas da instrução/retornos a órgão colegiado para nova deliberação; 1 pela extinção da punibilidade;
- Participação da Procuradoria-Geral do Estado, por meio de Procuradores lotados nos mais diversos órgãos, em inúmeras missões e reuniões de negociação com organismos financeiros internacionais e nacionais a fim de viabilizar a celebração de contratos de empréstimos beneficiando o Estado do Rio Grande do Sul, bem como a elaboração de pareceres jurídicos nos expedientes administrativos referentes a tais operações de crédito;
- Promoção do Ciclo de Debates Direito e Política em conjunto com a Escola Superior de Advocacia Pública da APERGS (ESAPERGS), com os seguintes temas: Regularização de Territórios Quilombolas, Reforma Política, (In)Tolerância Religiosa e Memória, Verdade e Justiça;
- Promoção do Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais, em conjunto com a Associação Nacional dos Procuradores de Estado, Associação dos Procuradores do estado do Rio Grande do Sul, Escola Superior de Advocacia Pública e o Centro de Estudos em Direito Tributário Doutor Maurício Baptista Berni, com o objetivo de criar um espaço para troca de experiências entre os agentes públicos que atuam na cobrança da dívida ativa;
- Criação de Comitê de Gestão e Prevenção de Demandas Repetitivas, que tem por objetivo atender de forma eficiente e com qualidade o crescente ingresso de demandas repetitivas, buscar soluções para a otimização do tempo e dos recursos empregados para se fazer o correto enfrentamento do grande número de ações já existentes, e definir estratégias para evitar o surgimento de novas demandas repetitivas;
- Confirmação do prosseguimento da obra de construção do presídio de Canoas, com inexigibilidade de licitação, anteriormente obstada por decisão judicial, nos autos do Agravo Regimental na Medida Cautelar nº 21.740 – RS, junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Obtenção de vitória em primeiro grau na ação nº 001/10503162640, ajuizada pela Procuradoria-Geral do Estado, na qual a empresa Ford Brasil Ltda. foi condenada a ressarcir o Estado do Rio Grande do Sul em cerca de R\$ 160 milhões em decorrência da não implantação de uma filial da fábrica no Estado, em 1998;
- Obtenção, perante a Presidência do Supremo Tribunal Federal na Suspensão de Liminar nº 684, de suspensão da liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

em Ação Direta de Inconstitucionalidade, mantendo-se a contribuição previdenciária de 13,25% instituída pelas Leis Complementares nº 14.015 e 14.016, ambas de 2012, as quais modificaram as Leis Complementares nº 13.357 e 13.358, ambas de 2011;

- Garantida a manutenção do valor da tarifa de pedágios cobrada no Polo Rodoviário de Gramado. A empresa havia conseguido, por meio de antecipações de tutela, a elevação tarifária de modo a que pudesse ser indenizada por alegado prejuízo econômico-financeiro na execução contratual. Em ambos os casos, as decisões foram revertidas. No primeiro, foi obtida suspensão da decisão junto à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, da suspensão do aumento da tarifa de pedágio do Polo de Gramado (de R\$ 7,00 para R\$ 19,50), administrado pela Brita Rodovias. No segundo caso, a reversão da liminar deu-se com o provimento do Agravo de Instrumento, pela 21ª Câmara Cível;

- Obtenção de vitória em ação ajuizada pelas concessionárias de rodovias pedagiadas do Grupo Univas (Polos Metropolitano, Caxias do Sul e Lajeado), que pretendiam reconhecimento da nulidade de atos da Administração Pública, de forma a determinar que a União, e não o Estado, ocupasse a posição de Poder Concedente nos contratos, responsável pelo gerenciamento e fiscalização das concessões;

- Obtenção de decisão favorável em ação ajuizada pelas concessionárias de rodovias pedagiadas do Grupo Univas, afastando o reconhecimento da alegada nulidade da Portaria nº 12/2012 da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística, sustentado pelas empresas. A decisão garantiu a manutenção do grupo de trabalho criado para estudar as medidas necessárias e preparar o encerramento dos contratos de concessão de rodovias pertencentes ao Programa Estadual de Concessões Rodoviárias – PECR;

- Obtenção de vitórias na Justiça Estadual e Federal em inúmeros recursos interpostos pelas sete concessionárias - Brita Rodovias, Convias, Coviplan, Metrovias, Rodosul, Santa Cruz, Sulvias. As empresas pretendiam a prorrogação indefinida dos contratos dos pedágios até o alcance do alegado reequilíbrio econômico-financeiro. Diversas decisões favoráveis foram proferidas, junto ao Tribunal de Justiça do Estado e Tribunal Federal, em primeiro e segundo grau, sempre negando provimento aos pedidos das concessionárias;

- Obtenção de vitórias na Justiça Federal que garantiram a interpretação feita pela PGE alusivamente à data correta para o término dos contratos que envolviam a concessão de polos rodoviários. As decisões viabilizaram o fim dos contratos e levantamento das cancelas cerca de seis meses antes do prazo pretendido pelas concessionárias nos polos rodoviários de Caxias do Sul, Lajeado e Santa Cruz do Sul;

- Obtenção de liminar junto ao Tribunal de Justiça do Estado que autoriza a licitação para contratação de serviços de consultoria especializada na área de concessões rodoviárias para reformular o Programa Estadual de Concessões Rodoviárias. Conforme a decisão, unânime, da 21ª Câmara Cível do TJRS, “não cabe ao Poder Judiciário questionar as escolhas da Administração, que se inserem no âmbito do denominado mérito administrativo, limitando-se a análise a possíveis ilegalidades ou irregularidades, o que, na fase em que se encontra a ação, não restou devidamente demonstrado”. Uma ação popular movida contra o Estado pedia, através de liminar, a suspensão dessa licitação;

- Obtenção, junto à Presidência do Superior Tribunal de Justiça, de suspensão da liminar deferida em ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, que impedia a cobrança de pedágio pela Empresa Gaúcha de Rodovias S/A – EGR na Praça de Encantado (Suspensão de Liminar de Sentença nº 1817);
- Obtenção, junto à Presidência do Superior Tribunal de Justiça, de extensão da medida referida no item anterior, suspendendo-se liminar deferida em outra ação civil pública, também ajuizada pelo Ministério Público Estadual, que proibia a cobrança de pedágio pela EGR na Praça de Venâncio Aires/RS;
- Obtenção de vitória na Justiça Federal do Distrito Federal em ação movida em nome da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual (CADIP) contra a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), afastando penalidade imposta pela segunda à primeira;
- Obtenção de vitória junto ao Tribunal de Justiça, em agravo de instrumento, que determinou a submissão da Fundação Banrisul de Seguridade Social à jurisdição do Tribunal de Contas;
- Através da Comissão de Direitos Humanos da PGE, acompanhamento de instruções de Representações do MP, propostas pelo Ministério Público Estadual, objetivando a apuração de irregularidades na Unidade de Atendimento Centro de Internação Provisória Carlos Santos e na Unidade de Atendimento Centro de Internação Provisória POA I, da Fundação de Atendimento Socioeducativo, juntamente com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, com a realização de tratativas para uma solução negociada, o que resultou em Acordos Judiciais homologados, cujo cumprimento também foi acompanhado durante o ano de 2013, culminando com a entrega das obras em agosto de 2013;
- Elaboração de Informação sobre racismo institucional na propaganda de final de ano do BANRISUL, ensejando a retirada do anúncio do ar;
- Elaboração de Informação sobre possibilidade de divulgação, pelo Arquivo Público Estadual, de documentos referentes a fatos cometidos no período da ditadura civil-militar que versam sobre graves violações de direitos humanos, resguardado o direito à privacidade, em caso de manifestação expressa de eventual interesse em manter o sigilo;
- Elaboração de Informação sobre direitos previdenciários e estatutários ao cônjuge masculino, seja companheiro em união estável heterossexual, seja companheiro ou companheira em união estável entre pessoas do mesmo sexo, esclarecendo os reflexos do Parecer nº 15.494/11, ao qual foi concedido caráter normativo pelo Governador;
- Realização de 57 Atendimentos, abrangendo a oitiva de cidadãos que procuram a Comissão de Direitos Humanos da PGE em razão de situações em que detectaram violação aos seus direitos fundamentais, abrangendo as mais variadas situações, como: abuso de poder, violência (policial ou não), assédio moral, excessos em abordagens policiais, tortura, negligência na atuação de servidores estaduais, dentre outros, situações nas quais a pessoa atendida recebe orientação sobre como deve proceder e o que será feito pela PGE. Tais atendimentos são feitos pessoalmente, por telefone ou por e-mail;
- Realização de atividades pela Comissão de Direitos Humanos da PGE em parceria com outros órgãos e/ou entidades: 1. Atividade Alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho

Escravo - Análise da Minuta do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo No RS; 2. Seminário Assédio Moral e Violência Contra Mulher; 3. Diálogo sobre Educação em Direitos Humanos com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos; 4. Debate sobre Sistema Interamericano de Direitos Humanos com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos ; 5. Oficina sobre Sustentabilidade durante a Semana do Servidor; 6. Fórum Mundial de Direitos Humanos realizado em Brasília;

- Elaboração do Guia Eleitoral 2014 e da Cartilha Eleitoral 2014, com a finalidade de orientar os agentes públicos a respeito das condutas vedadas durante o período eleitoral, previstas na Lei nº 9.504/1997;

- Submissão de controvérsia à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, com vista a garantir à Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE) o reconhecimento de sua condição de entidade filantrópica e de assistência social perante a Previdência Social e a extinção de débito tributário decorrente da incidência de contribuições sociais, já com parecer favorável da Advocacia-Geral da União. Ressalta-se que o passivo da FASE a ser extinto, por meio da atuação da PGE, é de, aproximadamente, R\$ 350.292.019,00;

- Atendimento pela PGE iniciado em 2013 junto ao Foro Central de Porto Alegre, facilitando o acesso do contribuinte à regularização de seus débitos;

- Extinção de mais de mil processos ineficazes, referentes à atuação da PGE nos executivos fiscais, que intensificou a qualificação do estoque viável, com arrimo na Lei Estadual nº 13.591/10, o que permite priorizar e agilizar a condução dos processos de maior viabilidade econômica;

- Acompanhamento e estudo da viabilidade de adesão do Estado do Rio Grande do Sul e do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul ao parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados (Lei Federal nº 12.810/13). Considerando os benefícios concedidos nesta Lei Federal, como a redução de 100% da multa, encargo legal e honorários advocatícios, bem como a redução de 50% dos juros moratórios, a redução do montante consolidado incluído no parcelamento superará a cifra de R\$ 50 milhões, sendo que, somente em relação ao IPERGS, a redução atingirá a cifra de R\$ 20 milhões;

- Atuação direta na questão atinente ao fornecimento da prestação do serviço postal ao Estado do Rio Grande do Sul (Expediente Administrativo nº 014190-14.00/13-4), onde restou garantido o serviço na forma como prestado. O expediente havia sido instaurado pela CAGE e encaminhado à PGE para adoção das medidas que visassem à manutenção da prestação desse serviço, uma vez que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC) pretendia suspender a prestação, porquanto o Estado do Rio Grande do Sul não estaria observando a decisão proferida no Recurso Extraordinário (RE) nº 601.392, retendo o ISS sobre os valores dos serviços prestados. Em tratativas mantidas com a Vice-Presidência da ECT, a empresa reviu seu entendimento, reconhecendo a legitimidade da atuação do Estado enquanto não transitar em julgado o referido RE;

- O Tribunal de Justiça do Estado acatou pedido da PGE-RS, em ação de execução fiscal contra empresa gaúcha, com mais de 50 anos de atividade, do ramo do vestuário,

mantendo o redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da empresa e contra a empresa adquirente da marca. O valor da dívida de ICMS é de mais de R\$ 20 milhões;

- Vitória junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) no recurso extraordinário (RE) sobre a possibilidade de fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCD). O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul havia declarado a inconstitucionalidade da progressividade da alíquota do ITCD, tal como prevista no artigo 18 da Lei Estadual 8821/89 (com alíquotas de 1% até 8%), e determinou a aplicação da alíquota de 1%;

- Manutenção do auto de lançamento lavrado em virtude da identificação de fraude efetuada por indústria de bebidas nas suas operações interestaduais envolvendo solventes. Sentença acolheu os argumentos da PGE, afastando a decadência e reconhecendo a má-fé da empresa, pois comprovado que a empresa utilizou-se da aplicação de alíquota estadual – reduzida – de 12%, indicando que a operação se dera com supostos contribuintes de ICMS no Estado de São Paulo, quando na realidade as empresas já estavam baixadas, daí porque a alíquota aplicada deveria ter sido de 17%. Valor: R\$ 3.739.319,31;

- Reconhecida a legalidade do Decreto Estadual nº 48475/11, que retirou do regime de substituição tributária os medicamentos transferidos pelas distribuidoras aos varejistas a título de bonificação e determinou a antecipação do recolhimento do tributo pelas farmácias no momento da entrada da mercadoria no estabelecimento comercial. A 21ª Câmara Cível do TJRS, à unanimidade, negou provimento ao recurso do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Sul, reconhecendo a legitimidade da sistemática de tributação das mercadorias recebidas em bonificação pelos varejistas;

- Constitucionalidade do Regime Especial de Fiscalização sobre os contribuintes devedores contumazes do Estado do Rio Grande do Sul restou consolidada, a partir do julgamento dos Embargos Declaratórios nº 70051522001. São entendidos como devedores contumazes aqueles que, nos últimos 12 meses, ficaram sem recolher o ICMS vincendo por oito ou mais meses, intercalados ou não. A decisão é de ampla repercussão para o Estado do Rio Grande do Sul, consistindo precedente hábil para coibir a concorrência desleal, já que o inadimplente contumaz aumenta ilegalmente suas margens de lucro ou pratica preços abaixo do mercado, prejudicando a concorrência;

- Auto de lançamento lavrado mantido, com base na denúncia espontânea efetuada pela própria empresa, por aproveitamento indevido de crédito presumido, haja vista a alteração da legislação que disciplina tais creditamentos. Sentença de improcedência proferida em 24/05/2013. Valor: R\$ 49.557.612,42;

- Constitucionalidade reconhecida do ato da direção do Foro da Comarca de Porto Alegre que reduziu, pela metade, os emolumentos devidos pelos atos relacionados a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em ação declaratória ajuizada pelo Colégio Registral do Estado do Rio Grande do Sul e outros Tabelionatos contra o Estado do Rio Grande do Sul;

- Impossibilidade de aproveitamento integral do ICMS à luz da legislação estadual reconhecida em casos em que se discutia acerca da venda interna de produtos que compõem a cesta básica com alíquota reduzida. Em dois processos de valores relevantes foram mantidos os

autos de lançamento um no valor de R\$ 18.451.162,04 e outro no valor de R\$ 31.291.313,24;

- Base de cálculo do ICMS relativamente às transferências interestaduais de mercadorias entre diversos estabelecimentos do mesmo contribuinte - A empresa alegava que a base de cálculo deveria corresponder ao valor da mercadoria na última entrada no estabelecimento, enquanto a PGE sustentou que a base de cálculo deveria ser aferida com base apenas no custo da mercadoria, o que foi chancelado pelo Poder Judiciário. A questão foi destaque em pelo menos dois processos. O primeiro envolve cobrança de valores próximos a R\$ 1 milhão, com sentença de primeiro grau reconhecendo sua legalidade. No segundo caso, os valores envolvidos são de R\$ 17.137.779,14, já tendo havido confirmação da sentença de primeiro grau pelo TJRS;

- Atuação nas ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Estadual, tendo por objeto investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de manutenção e Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) nos prédios da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, do DAER/PGE, do Centro Administrativo do Estado, das escolas estaduais localizadas no Município de Porto Alegre e no prédio Othelo Rosa, onde estavam instalados três órgãos públicos, Secretaria do Meio Ambiente, FEPAM e FUNDERGS. A atuação da PGE evitou a interdição dos prédios escolares, da SEAPA e do DAER/PGE, reverteu a interdição do prédio do CAFF (suspensão de liminar pelo Presidente do Tribunal de Justiça) e obteve a liberação do interditado prédio Othelo Rosa até a sua total desocupação;

- Êxito, junto ao Superior Tribunal de Justiça, da tese da PGE relativa à impossibilidade de fixação de honorários advocatícios em execuções não embargadas nas quais haja a renúncia do valor excedente a quarenta salários mínimos para a percepção do crédito por RPV, Recurso Especial nº 1.298.986/RS;

- Vitória perante o Superior Tribunal de Justiça, em AgRg em Agravo em Recurso Especial nº 105.442, tendo a Corte alterado a sua orientação no que concerne à prescrição da pretensão executória contra a Fazenda Pública e passado a considerar que a dificuldade de acesso às fichas funcionais para a elaboração das contas de liquidação de sentença não têm o condão de interromper ou suspender o prazo prescricional;

- Obtenção de provimento parcial do recurso da PGE junto ao Tribunal de Justiça do Estado, Agravo de Instrumento nº 70053621090, reduzindo-se, segundo estimativa, de R\$ 22 milhões para R\$ 7 milhões o valor executado pela parte credora a título de juros compensatórios em desapropriação havida na Comarca de Rio Grande, na década 70. Cumpre salientar que a aludida vitória merece destaque não apenas pelo resultado obtido no feito em questão, mas porque igual atuação vem sendo adotada em inúmeras outras demandas executivas envolvendo pagamento de vultosas quantias pelos entes públicos representados pela PGE, trazendo expressiva economia para o erário;

- Média mensal de economia aos cofres públicos em razão do acolhimento dos laudos periciais contábeis apresentados em juízo pela PGE nas execuções contra a Fazenda Pública (incluídos laudos formulados pelos assessores contadores da PGE e, também, pelos escritórios de contabilidade contratados): R\$ 58 milhões;

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- Edição da Portaria nº 477, de 24 de setembro de 2013, que autoriza os Procuradores do Estado a adjudicarem precatórios penhorados em processos de execução fiscal, quando a avaliação for compatível com o valor de mercado do precatório;
- Celebração do Convênio nº 041, de 30 de abril de 2013, entre o Poder Executivo do Estado, por intermédio da Secretaria da Fazenda e da PGE, e o Poder Judiciário, objetivando o desenvolvimento e a disponibilização de acesso ao sistema de processamento e comunicação de precatórios;
- Obtenção de êxito nas Reclamações perante o STF nºs 16.992 e 17.002, nas quais o Ministro Relator determinou “que a 25ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul submeta a arguição de inconstitucionalidade do § 3º do art. 5º da Lei estadual 13.756/2011 ao Órgão Especial daquela Corte”;
- Deferimento da medida liminar nº 16.705 na Reclamação perante o STF, na qual foi determinada a manutenção da forma de pagamento dos precatórios estabelecida na Emenda Constitucional nº 62/2009 até decisão final das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nºs 4357 e 4425;
- Deferimento da medida liminar na Reclamação perante o STF nº 16.651, que questionava os critérios de correção monetária das RPVs;
- Obtenção de êxito em diversas teses no pagamento de precatórios e RPVs, tais como a preclusão do pedido da diferença do salário-mínimo em razão de RPV paga desatualizada e pedido de devolução do imposto de renda apenas após a juntada da Declaração de Ajuste Anual, o que representou;
- Conclusão do processo de retirada das embarcações paraguaias que estavam atracadas no Cais Mauá, em Porto Alegre, desde 1997, com auxílio e orientação à SPH, possibilitando a extinção da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal. Todo o processo, que desde o seu início, foi acompanhado pela PDPE, culminou com a assinatura do Decreto nº 6.722, em 08.06.11, pelo Presidente do Paraguai, que instruiu o Ministério da Fazenda e a Procuradoria-Geral da República do Paraguai a entregarem à SPH, a título de dação em pagamento, as embarcações paraguaias, o que viabilizou a retirada, este ano, das referidas embarcações;
- Obtenção de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ), evitando o fechamento da Cooperativa de Produção de Sistemas Hidráulicos Ltda. (COOSIDRA), do Distrito Industrial de Cachoeirinha;
- Obtenção de vitória, em duas instâncias, em ação ordinária proposta na Justiça Federal pelo DETRAN/RS, em que pede que o DENATRAN se abstenha de possibilitar a comunicação de venda eletrônica, não imputando ao DETRAN/RS qualquer das penalidades previstas na Resolução nº 398/2011, impedindo, assim, que o DETRAN/RS seja declarado e considerado em situação de irregularidade perante o Sistema Nacional de Trânsito;
- Orientação ao DAER na elaboração de acordo extrajudicial para pagamento administrativo da indenização da empresa Pincéis Atlas S.A. em desapropriação para viabilizar a duplicação da Rodovia ER-118;

- Prestação de orientação e auxílio, pela Coordenação e pela Equipe de Defesa Judicial, ao Ministério Público na elaboração de acordo judicial para pagamento da indenização da empresa Gêneros e Cereais Petrópolis Ltda., em desapropriação visando à implantação da sede regional do Ministério Público em Porto Alegre;
- Atuação nos processos envolvendo as licitações que têm por objeto a outorga de concessão para exploração dos serviços de estação rodoviária, com a obtenção de decisões favoráveis de primeiro grau em todas as demandas até o momento;
- Realização de notificação judicial, na Justiça Federal, das empresas e de particulares que ocupam irregularmente área desapropriada para ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho, bem como ajuizamento de ação de reintegração de posse contra outra empresa, inclusive, neste caso, realizando acordo extrajudicial para desocupação;
- Obtenção da reintegração na posse de imóvel do IPERGS situado na Travessa Tuiuti, nº 10, em Porto Alegre, junto à Justiça Estadual, destinado à instalação do Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado, vinculado à Secretaria de Políticas para Mulheres, que foi recentemente inaugurado;
- Obtenção de sentença de procedência em ação movida pelo Estado do Rio Grande do Sul contra cidadão que ofendeu a Corporação Brigada Militar, por meio de ligação ao Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP);
- Confirmação, junto à Justiça Estadual, da aplicação de multa de 10% sobre o valor do contrato da Eliseu Kopp & Cia. Ltda., empresa de controladores eletrônicos de velocidade, com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER);
- Obtenção da liberação da mineração do Rio Jacuí, mediante critérios ambientais mais protetivos, pela atuação em ação movida por Associação Civil contra União, DNPM, FEPAM e três mineradoras do rio Jacuí (ARO, SOMAR e SMARJA), na qual havia liminar determinando a suspensão total da mineração no rio Jacuí, habilitando o Estado do Rio Grande do Sul como assistente da ré FEPAM e, em conjunto, apresentando proposta de revisão de licenças de operação e realização de estudos para o Zoneamento do Rio Jacuí;
- Atuação em Mandado de Segurança impetrado pelo Instituto Porto Alegre Ambiental contra decisão que o inabilitou para participar do processo licitatório para elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, em que havia liminar determinando a suspensão da licitação, em agravo de instrumento oposto pelo Estado do Rio Grande do Sul, com a reversão da decisão de primeiro grau, possibilitando a assinatura do contrato com a licitante vencedora e que não fossem perdidos recursos de convênio federal firmado para esta finalidade;
- Obtenção de vitória em segundo grau, revogando a liminar, desbloqueando o valor e afirmando a competência administrativa da Câmara Estadual de Compensação Ambiental para decidir sobre a destinação das medidas compensatórias devidas pelo empreendedor TRENSURB pela ampliação da linha em Novo Hamburgo, em cujo mérito administrativo não pode o Poder Judiciário adentrar, no acompanhamento de ação ordinária ajuizada pelo Município de São Leopoldo para discutir a destinação da referida medida compensatória, em que havia liminar determinando o bloqueio de 30% do valor da medida compensatória (R\$ 1,2 milhão de um total de R\$ 4 milhões), contrariando a decisão administrativa que havia destinado apenas 10% para

uma Unidade de Conservação de São Leopoldo, sendo que o restante estava destinado administrativamente ao Parque Delta do Jacuí;

- Realização de acordos judiciais nas ações de reintegração de posse contra empresas ocupantes do Porto de Porto Alegre e área da Vila DEPRC, onde foi concedido o prazo máximo até 30/09/2014 para desocupação, mediante a assunção de compromisso das empresas junto ao Ministério Público e Município de Porto Alegre (SMAM), de regularização ambiental das áreas ocupadas, em vista da possibilidade de contaminação do solo, evitando com que tal encargo seja repassado à SPH, por ser o dano ambiental *propter rem* (processos 1.08.0167715-0, 1.12.0034759-6, 1.12.0034759-6, 1.12.0036002-9, 1.12.0114742-6, 1.12.0034770-7, 1.09.0040499-3). No final de 2012 já haviam sido realizados acordos nestes moldes nos processos 1.12.0034702-2, 1.12.0034738-3, 1.12.0034765-0, 1.12.00746547;

- Reversão, mediante a concessão de efeito suspensivo a agravo de instrumento interposto pelo Estado em mandado de segurança impetrado pela empresa Perkons, da decisão de primeiro grau que deferira liminar para suspender a licitação para contratação de controladores eletrônicos de velocidade (pardais);

- Obtenção de decisão favorável, com julgamento de improcedência da ação ordinária proposta pelo Instituto Educacional Dimensão Ltda., que buscava a declaração de nulidade do Parecer nº 412/2010 do Conselho de Educação, que lhe negou autorização para o funcionamento de curso de técnico em radiologia em Pelotas/RS, na forma de educação à distância, permitindo, assim, o credenciamento do curso em questão;

- Obtenção de decisão junto ao Tribunal de Justiça que possibilitou a contratação do serviço de locação, montagem e manutenção de cabines sanitárias para a EXPOINTER 2013, em Mandado de Segurança impetrado pela empresa Tecnisan – Sistemas Operacionais de Saneamento Ltda., contra ato do Secretário da Agricultura;

- Obtenção de êxito na abertura de matrícula única da denominada Área 13, de 55 hectares, após incisiva atuação junto ao Ofício Imobiliário da 4ª Zona de Porto Alegre, referente à desapropriação de imóveis para a ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, cujo trânsito em julgado da ação expropriatória ocorreu em 1980;

- Obtenção de decisões favoráveis ao Estado em ações ajuizadas por detentos e ex-detentos que postulavam a cobrança da remuneração pelo trabalho que teriam desempenhado no estabelecimento prisional quando sob o regime fechado, ações essas julgadas improcedentes, em primeiro grau, ao entendimento, tal qual levantado na contestação, de que o trabalho do apenado destina-se à remição da pena e não ao fornecimento de mão de obra;

- Obtenção de vitórias em diversas ações ajuizadas por servidores militares objetivando a percepção de indenização por danos morais em razão do corte do ponto promovido em novembro de 2008, ocasião em que haviam participado de movimento encabeçado pela UGEIRM-SINDICATO, sob o entendimento de que agiu com acerto a Administração Pública diante das faltas, ainda que após tenham sido abonadas;

- Realização de acordos nos processos ajuizados pela empresa Construtora Cherem Ltda. (processos judiciais nºs 11103520963, 11103520998, 11103520904, 11103520831 e 11102274217), contratada pela Administração do Poder Judiciário para construir os prédios

onde serão instalados os fóruns de diversas Comarcas. A necessidade de acordo foi suscitada pela Presidência do Tribunal de Justiça, visando ao fim das demandas judiciais e o prosseguimento das obras, que se encontram paralisadas há mais de ano. Encaminhou-se, então, solução amigável, entabulada após vistorias e outras tratativas, com a elaboração de termo de ajuste a por fim à celeuma e encerrando diversas ações judiciais;

- Obtenção de decisão de improcedência, em primeiro grau, na ação proposta pela Construtora e Incorporadora Araguaia contra o Estado do Rio Grande do Sul, em que dizia a empresa ter sido prejudicada quando da construção de prédio destinado às atividades do Poder Judiciário Estadual e requerendo o afastamento da multa administrativa então aplicada, diante da demonstração de que não sobreveio nenhuma alteração de responsabilidade do poder público a determinar o pagamento de indenização;

- Obtenção de decisão favorável em agravo de instrumento interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul, nos autos de ação ajuizada pela empresa Intelit Processos Inteligentes Ltda., que objetivava declarar a nulidade administrativa que a inabilitou, bem como de todas as decisões subsequentes, garantindo a sua habilitação no Pregão Eletrônico nº 133/2012 e sua participação em todas as fases posteriores da licitação, sendo que a atuação da PDPE viabilizou que a Administração do Tribunal de Justiça proclamasse a nulidade da questionada licitação e desencadeasse novo procedimento licitatório refere à implantação do Processo Eletrônico do Poder Judiciário Gaúcho para a contratação desejada;

- Obtenção de vitórias em demandas ajuizadas contra a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) nas quais se questionava a legalidade da cobrança de tarifas por aquela Autarquia Portuária, feitos que tramitaram na Justiça Estadual, movido pela empresa OLEOPLAN S/A ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO, que questionava a cobrança de taxa para que a autora explore terminal portuário de uso privativo fora da área do porto organizado de Porto Alegre e, na Justiça Federal, ação proposta por Mita Ltda., que visava ao reconhecimento da inexistência de relação jurídica que autorize a imposição das tarifas aprovadas pela Resolução ANTAQ nº 448/2005 e homologada pelo Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Porto Alegre através da Resolução nº 004/2005. Em ambos os casos, as ações foram julgadas improcedentes, entendendo regulares e legais as cobranças feitas pela SPH;

- Obtenção de vitória, atuando na defesa da Fundação de Economia e Estatística (FEE), em ação proposta na Justiça Federal por ex-servidor da Fundação, preso na ditadura militar e que postulava, entre outros pedidos, o pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 500.000,00, em razão da tortura sofrida, e por danos patrimoniais, em virtude do fato de não ter recebido todas as promoções por antiguidade e merecimento a que faria jus se estivesse em atividade junto àquela Fundação, na forma de pagamento de prestação mensal e continuada. A ação foi julgada improcedente, entendendo o Juízo estar prescrito o direito de pleitear os danos morais e, quanto aos materiais, o descabimento do pedido, tendo em vista ter o ex-servidor recebido, administrativamente, a indenização prevista na Lei nº 10.559/02, em parcela única, conforme processo que tramitou na Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, não lhe sendo devida, portanto, a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada;

- Conversão de proposição legislativa, que gerou a Lei nº 14.395, de 30 de dezembro de 2013, prevendo a concessão de descontos de 50% para pagamento à vista e de

45/40%, de acordo ao prazo, para parcelamentos dos débitos da extinta Caixa Econômica Estadual e do FUNAMEP;

- Consolidação da jurisprudência favorável no Tribunal Regional Federal da 4ª Região a respeito da obrigatoriedade de cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do saldo devedor residual do contrato habitacional nos casos de multiplicidade de financiamentos pelo Sistema Financeiro da Habitação, assim como da correção da condenação em obrigação de pagar, tal como pedido pelo Estado, e não de fazer, com a consequente condenação da Caixa Econômica Federal em valores expressivos, a serem pagos ao Estado do Rio Grande do Sul, sucessor da extinta Caixa Econômica Estadual;
- Elaboração de informação relativa aos limites do programa FORNECER - Compras Públicas para Micro e Pequenas Empresas, possibilitando sua continuidade;
- Realização de análise dos editais de licitação da EGR para a contratação de prestação de serviços nas praças de pedágio de Campo Bom, Coxilha e Portão, bem como da contratação emergencial nos mesmos locais até a realização do procedimento licitatório;
- Análise dos editais de licitação do DAER para a contratação de serviços de Apoio à Fiscalização (CAT) e conservação e manutenção de rodovias (CREMA/SERRA);
- Elaboração de informação relativa às indenizações para a efetivação de desapropriações para a implementação do Parque Estadual de Itapeva;
- Elaboração de informação relativa a aditivo contratual postulado por empresa contratada para a execução de obra de construção do Hospital Santa Maria, possibilitando a continuidade dos serviços;
- Elaboração de informação relativa à contratação emergencial de empresas para a realização de projetos executivos visando à construção das cadeias de Alegrete, Passo Fundo e Rio Grande;
- Elaboração de informação relativa à possibilidade de cessão de áreas públicas a empresas privadas no Porto de Rio Grande;
- Elaboração de informação relativa à possibilidade de alienação de frações ideais do condomínio Ildfonso de Albuquerque, de propriedade do IPERGS;
- Elaboração de informação relativa à análise de termo de convênio a ser firmado entre a PGE, TJRS, TCE e Secretaria da Fazenda para a realização de curso de mestrado;
- Elaboração de informação relativa à contratação direta do Banco do Brasil para a prestação de serviços para o assessoramento na gestão do Sistema Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, ativos e inativos e dos pensionistas do IPERGS;
- Elaboração de informação relativa à possibilidade de contratação de empresa de consultoria para assessoramento nos encaminhamentos para a compensação previdenciária junto ao INSS;
- Elaboração de informação relativa à possibilidade de aceitação, pela Administração Pública, de projetos doados por sindicatos ou associações, para a realização de obras rodoviárias;

- Elaboração de informação relativa à possibilidade de doação de imóvel à Fundação de Cardiologia;
- Elaboração de informação relativa à possibilidade de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta pela FEPAM, tendo como compromissado o DMAE, visando ao funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto Serraria;
- Prestação de orientação jurídica junto à Secretaria da Infraestrutura e Logística, a fim de viabilizar a rescisão de contratos atinentes ao programa O Estado na Estrada, possibilitando a realização de novas licitações;
- Prestação de orientação jurídica junto à Secretaria de Obras e Secretaria-Geral de Governo, na elaboração da justificativa para a adoção da modalidade contratação integrada do Regime Diferenciado de Contratações para a licitação de obras de reforma de escolas;
- Prestação de orientação jurídica junto à Secretaria da Educação, viabilizando solução jurídica para complementação de contratação de projetos de reforma de escolas;
- Participação em grupo de trabalho para a elaboração de minutas padrão de edital para o Regime Diferenciado de Contratações;
- Participação em grupo de trabalho para a revisão das minutas padrão de edital constantes do Decreto Estadual nº 35.994/96;
- Êxito junto aos Tribunais Superiores em diversas ações em que foi acolhida a tese da PGE no sentido de que os Notários não possuem direito adquirido ao regime previdenciário próprio, mesmo quando implementaram os requisitos da aposentadoria antes da publicação da Emenda Constitucional nº 20/98, na medida em que optaram pela não aposentação ao completarem 70 anos de idade;
- Interposição de Recursos Especial e Extraordinário contra o acórdão proferido pela 25ª Câmara no julgamento da apelação cível interposta na Ação Coletiva ajuizada pelo Ministério Público, em que é pleiteada a implantação do piso nacional do magistério, os quais foram admitidos pela Vice-Presidência do Tribunal de Justiça e, em breve, deverão ser remetidos para a apreciação dos Tribunais Superiores;
- Obtenção de liminar em Medida Cautelar ajuizada pela PGE, visando à atribuição de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário interpostos pelo Estado contra o acórdão que julgou a apelação na Ação Coletiva ajuizada pelo Ministério Público Estadual, ação essa cuja pretensão é a implantação do piso nacional do magistério, sendo que o 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do RS, ao deferir a medida, acolheu a tese apresentada pelo Estado, salientando que se deve levar em conta que no julgamento da ADI nº 4167 ficou definido que o piso nacional do magistério é o valor mínimo a ser pago como vencimento básico, afastado o conceito de piso como remuneração global, não ficando determinado que o valor mínimo legal a ser implementado como vencimento básico tenha reflexos automáticos em toda a carreira, bem como afirmou que “não se desconhece que o Estado do Rio Grande do Sul vem pagando aos professores que percebem vencimento abaixo do piso nacional, independentemente da classe ou do nível, um complemento salarial, nos termos do acordo firmado com o Ministério Público e judicialmente homologado. Não se pode dizer, com isso, que não estejam sendo atendidos os ditames da Lei nº 11.738/2008”;

- Obtenção de vitória em ações judiciais ajuizadas por professores, comprovando-se que a Lei nº 13.957/2012 foi, sim, corretamente cumprida. A referida Lei previu a incorporação do restante da parcela autônoma do magistério sobre o vencimento básico do professor classe A, nível 1. A incorporação representou um reajuste de 9,84% no vencimento básico dos professores ativos e inativos com paridade vencimental, a partir de maio de 2012. Além disso, previu reajustes para 1º novembro de 2012 e 1º fevereiro de 2013, nos percentuais de 6,08% e 6%;
- Atuação e representação judicial do Estado/autarquias em cerca de 180.000 ações judiciais, envolvendo os mais variados pleitos de servidores públicos efetivos, temporários e extranumerários e questões relacionadas com os concursos públicos organizados pela Administração Pública;
- Análise de vários Projetos de Planos de Carreira, bem como a interpretação de dispositivos de planos de carreira aprovados nos últimos anos;
- Análise e orientação no tocante à interpretação das Leis Complementares nº 13.757/2011 e 13.738/2011 que tratam do regime próprio de previdência social dos servidores públicos militares e civis, respectivamente, do Estado do Rio Grande do Sul e instituem o FUNDOPREV/MILITAR e o FUNDOPREV, introduzindo significativas alterações na estrutura previdenciária estadual. (Parecer nº 16.109/2013);
- Análise e orientação no tocante à questão da reserva de 1/3 da jornada dos professores para a realização de trabalhos extraclasse, nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008 (Parecer nº 16.195/2013);
- Análise e orientação diante das dúvidas decorrentes da implantação dos subsídios para as carreiras ligadas à Segurança Pública;
- Análise e orientação quanto à possibilidade de ampliação do período de licença-gestante para as servidoras temporárias e servidoras ocupantes de cargos em comissão, em igualdade com as servidoras efetivas, com vista à proteção da criança e da maternidade (Parecer nº 16.137/2013);
- Análise e orientação em relação aos requisitos para aposentadorias especiais, contagem de tempo de serviço especial, aluno-aprendiz, etc.;
- Atuação na defesa de 82 ADIs envolvendo Leis Municipais e Estaduais, merecendo destaque a modulação de efeitos da decisão proferida na ADI 70025424268, que reconheceu a inconstitucionalidade do art. 32 do Decreto Executivo Estadual nº 43.911, de 13 de julho de 2005, e o artigo 32 do Decreto Executivo Estadual nº 35.664, de 29 de novembro de 1994, que impedem que o candidato postule a revisão do ato administrativo que, em concurso público, avalia prova prática e a aptidão física, psicológica ou psiquiátrica, por ofensa aos artigos 1º e 19 da Constituição Estadual, bem como aos artigos 5º, inciso LV, e 37, *caput*, da Constituição Federal. Com a modulação de efeitos, garantiu-se a atribuição de eficácia *ex nunc* à decisão, restando "assegurada a estabilidade e preservação dos concursos já realizados com base na disposição normativa impugnada;
- Garantia da manutenção de mais de 300 nomeações de empregados concursados da FASE, em virtude de julgamento de Recurso Ordinário interposto perante o

Tribunal do Trabalho da 4ª Região, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (Processo nº. 0001561-43.2012.5.04.0021, atuação conjunta com Coordenação das Assessorias Jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta);

- Economia de cerca de R\$ 60 milhões decorrente da atuação da PGE em duas ações judiciais coletivas movidas por servidores da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) e da Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social (FGTAS);

- Ampliação, a partir de pleito da PGE, da competência da 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, passando a incluir, também, as ações de Fundações Públicas, o que foi fundamental para a otimização da gestão de recursos humanos na Unidade;

- Vitória judicial junto à 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que reconheceu a licitude da mudança de jornada dos celetistas do Tribunal de Justiça;

- Vitória junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em recurso extraordinário (RE) sobre a possibilidade de fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul havia declarado a inconstitucionalidade da progressividade da alíquota do ITCD, tal como prevista no artigo 18 da Lei Estadual nº 8.821/89 (com alíquotas de 1% até 8%), e determinou a aplicação da alíquota de 1%;

- Vitória junto ao Supremo Tribunal Federal, com provimento dos embargos de declaração opostos pelos Governadores dos Estados do RS, SC, PR, CE e MS visando à modulação dos efeitos da decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4167, que trata do piso nacional do magistério previsto na Lei nº 11.738/2008. A tese da PGE-RS foi acatada em boa parte, de modo que, pela maioria de 8 a 1, foram julgados procedentes os embargos para que os efeitos da Lei Nacional do Piso do Magistério passem a valer apenas a partir do julgamento do mérito da ação, 27 de abril de 2011. O impacto do piso calculado pela Secretaria da Fazenda nas contas do Estado do RS está na ordem de R\$ 3,3 bilhões por ano, de modo que a economia proporcionada pela atuação da PGE nesta ADI foi bilionária. A PGE teve papel fundamental no resultado do julgamento em questão de ordem arguida da tribuna. Depois da questão, o Ministro Presidente, Joaquim Barbosa, alterou seu voto, que era contrário à modulação, para acatá-la, perfazendo o quórum necessário de 2/3 (8 votos) para modular os efeitos da decisão da ação direta;

- Intervenção nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (nºs 4916, 4917, 4918, 4920) que versam sobre a distribuição dos royalties do petróleo, de modo que o Estado do Rio Grande do Sul possa atuar como interessado na defesa do novo marco regulatório do setor, instituído pela Lei nº 12.734/2012, que propõe uma distribuição mais justa do produto da exploração desse bem fundamental pertencente à União;

- Atuação junto ao Supremo Tribunal Federal com a obtenção da suspensão da liminar que impedia o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul. A decisão do Presidente do STF permite ao Estado a cobrança da alíquota de 13,25% de contribuição previdenciária já na folha de pagamento do mês de abril;

- Atuação no acompanhamento do processo judicial que contribuiu decisoriamente para o convencimento da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça. O caso

envolvia a possibilidade da cobrança do ICMS por substituição tributária de empresa situada em outro Estado que vende energia elétrica para utilização, como insumo, em atividade de industrialização no RS;

- Atuação da PGE-RS com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que resultou em vitória junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), mantendo a exigência de regularidade fiscal para inclusão de empresa no Simples. O Supremo desproveu o Recurso Extraordinário nº 627543, interposto por um contribuinte do Rio Grande do Sul, que questionava a exigência de regularidade fiscal para recolhimento de tributos pelo regime especial de tributação para micro e pequenas empresas, o Simples;

- Suspensão de liminar, junto ao Superior Tribunal de Justiça, autorizando a cobrança de pedágio na Praça de Encantado, pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). A Procuradoria-Geral do Estado demonstrou o grave perigo para a economia e segurança pública pelo fato de a EGR ficar impedida de cobrar pedágio, sua única fonte de renda para manutenção da via estadual. A EGR retomou a cobrança de pedágio na Praça de Encantado. Igualmente, obteve-se a extensão dos efeitos da suspensão da liminar em relação à Praça de Venâncio Aires, também garantindo a retomada da cobrança do pedágio nesta Praça;

- Confirmação de decisão de Ministro do STJ, que liberou a construção do presídio de Canoas, pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Ministro acolheu recurso (agravo regimental) da PGE no último dia 22 de novembro, revogando decisão liminar e negando seguimento à ação cautelar (MC nº 21740/RS) proposta pelo Ministério Público Estadual, possibilitando assim a continuidade da construção do presídio em Canoas pela empresa Verdi. A decisão foi alvo de outro recurso, interposto, então, pelo Ministério Público, mas que foi desprovido pelo colegiado da Segunda Turma do STJ, confirmando a extinção da ação cautelar;

- Atuação em processo judicial onde conseguida a pacificação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão foi no julgamento de recurso de embargos de divergência no qual se discutia se a impenhorabilidade (benefício dado pela lei a certos bens, em virtude do qual eles não podem ser penhorados) se submete ou não à preclusão (perda do direito de manifestar-se no processo, por não tê-lo feito na forma devida ou na oportunidade devida);

- Criação, administração e tutoria da plataforma Moodle/PGE, Núcleo de Ensino a Distância, desde 12 de setembro de 2011; treinamento de mais de 1037 alunos, com emissão de certificados, segundo a normatização nacional; criação e aplicação do Curso de Oficina de Produção Textual (módulo escrita 1); criação do Curso de Oficina de Produção Textual (módulo escrita 2); elaboração do Curso de Saúde Pública com a Secretaria da Saúde; atualização do Manual do Sistema AME e do Curso do Sistema AME; promoção do Curso de Excel Avançado para Assessores Contadores; criação do Curso de Sindicância Administrativa com a PDPA, que será oferecido no início de 2014 a todas assessorias jurídicas (Administração Direta e Indireta). Em 2014 a PIDAP pretende reforçar a realização dos cursos EAD, dobrando o número de horas de capacitação dos procuradores e servidores, além de estendê-los aos assessores jurídicos lotados nas secretarias;

- Realização de palestras sobre temas de relevância jurídica, inaugurando-se o sistema de transmissão ao vivo dos eventos da PGE para todo o interior do Estado (via internet)

e Brasília. Esta inovação está permitindo a participação média de mais de 300 pessoas por palestra, beneficiando, especialmente, os Procuradores e Servidores lotados no interior do Estado. Participaram dos eventos mais de 1.808 pessoas (384 Procuradores, 948 Servidores, 44 estagiários e 403 público externo). Para o ano de 2014 estão programadas mais de 20 palestras;

- Política de qualificação e aperfeiçoamento profissional, custeada com recursos do PROFISCO e FURPGE, propiciando a participação de Procuradores e Servidores da PGE em cursos, palestras e simpósios promovidos por renomadas instituições de ensino. Em 2013 foram beneficiados 419 participantes (297 Procuradores, 122 Servidores) em eventos promovidos por outras instituições;

- Realização de dois cursos de capacitação, em dezembro de 2013, para 64 Servidores do DAER (Sindicâncias; Licitações e Contratos Administrativos). A maior parte do grupo treinado era integrada por assessores jurídicos que ingressaram recentemente nos quadros do DAER;

- Realização do *workshop* A Advocacia Pública e as estratégias de atuação processual: do juízo de origem aos Tribunais Superiores, ministrado pelos Procuradores que atuam junto aos tribunais superiores. Foram discutidas estratégias processuais para o aperfeiçoamento da atuação judicial em defesa do Estado e das políticas públicas;

- Lançamento da 3ª Edição do Concurso de Monografias, tendo como tema O Procurador do Estado e a Defesa da Ordem Tributária, em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS) e com a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAPERGS);

- Lançamento e publicação da Revista da PGE-RS, edições nºs 69 e 70. A Revista nº 70 se propõe a discutir o cenário jurídico em que ocorrerá a introdução do novo Código de Processo Civil;

- Publicação de uma edição especial com os trabalhos vencedores do Concurso de Monografias Jurídicas PGE/APERGS – 1º edição. No segundo semestre de 2013, foram encaminhadas à confecção os nº 71 e nº 72 da Revista da PGE, com previsão para publicação no primeiro semestre de 2014;

- Lançamento dos números 2 (versão impressa), 3, 4 (versão digital) do Estudos de Direito PGE RS; reimpressão dos números 1 e 2 (Parecer nº 15.703, cotas raciais, reservas de vagas no serviço público; Universalidade e Crise dos Direitos Humanos);

- Publicação do livro Lei de Licitações e Contratos Administrativos, objetivando orientar a atuação da Administração Pública de forma mais abrangente e didática;

- Em março de 2013, foi publicado manual dos Documentos necessários à instrução de expedientes administrativos em conjunto com a PDPE visando à dispensa ou à inexigibilidade de licitação: orientações da Procuradoria-Geral do Estado do RS, que tem como objetivo apresentar de maneira clara e sucinta os documentos necessários à dispensa e à inexigibilidade de licitação.

Algumas das Realizações da PGE no Interior do Estado (Procuradorias Regionais)

- A PGE-RS, por meio da 2ª PR, com sede em Caxias do Sul, obteve êxito em embargos opostos contra execução de sentença que condenou o Estado ao pagamento de R\$ 45 mil por danos morais e cujo valor atualizado, proposto pelo credor, era de R\$ 2,1 milhões. Os embargos foram apresentados após identificar uma série de equívocos nos cálculos que embasaram a execução, sendo o mais relevante deles a aplicação de juros de 12% ao mês. A 2ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública de Caxias do Sul acolheu os embargos e reduziu o valor executado para R\$ 113,3 mil, resultando em uma economia, após o trânsito em julgado, de mais de R\$ 2 milhões aos cofres do Estado;

- Ainda por meio da 2ª Procuradoria Regional, a PGE-RS celebrou, no dia 09 de outubro de 2013, acordo com penhora de faturamento entre o Estado e indústria de reciclagem de polímero (PET) no município de Farroupilha. Os débitos judiciais da empresa somam R\$ 33,2 milhões, sendo que a negociação envolveu a totalidade da dívida que será paga com recolhimento mensal mínimo de R\$ 140,8 mil. Além do aporte aos cofres públicos, o acordo permitirá a continuidade e a expansão da empresa que exerce importante função social e ambiental no Rio Grande do Sul;

- A PGE-RS, por meio da 5ª PR, com sede em Santa Maria, obteve vitória de mérito, no primeiro grau, em ação anulatória tributária movida por uma empresa do ramo dos transportes. A empresa discutia a incidência e a responsabilidade tributária de ICMS sobre serviço de transporte de mercadorias, em ação que tinha como objeto desconstituir dois autos de lançamento de valores superiores a R\$ 3 milhões;

- A atuação da PGE-RS, por meio da 5ª Procuradoria Regional, junto ao Tribunal de Justiça do Estado, conseguiu que o Estado do Rio Grande do Sul fosse indenizado por danos morais no valor de R\$ 5 mil. Uma empresa de vigilância entrou com uma ação judicial contra a Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Ibis Castilhos Araújo Lopes cobrando um débito indevido referente à prestação de serviço de janeiro e fevereiro de 2010;

- A PGE-RS, por meio da 6ª Procuradoria Regional, com sede em Santana do Livramento, celebrou Termo de Parcelamento com a Cooperativa Agroindustrial Rosariense (COARROZ), de Rosário do Sul, para resgatar dívida de ICMS com o Estado de aproximadamente R\$ 18 milhões. Pelo acordo, celebrado em 16 de abril, a parte devedora renuncia a qualquer discussão administrativa ou judicial referente aos débitos e se compromete a pagar os honorários advocatícios. Todas as execuções fiscais serão garantidas por meio de penhora de bens da cooperativa. O acordo, cuja composição será revisada anualmente, garante ainda a extinção de inúmeros processos judiciais e recursos que tinham por objetivo discutir as dívidas já executadas;

- Ainda por meio da 6ª PR, a PGE-RS conseguiu o ingresso de mais de R\$ 12 milhões nos cofres públicos em recolhimento do ICMS de empresa de comércio de eletrodomésticos. O valor foi arrecadado a partir de parcelamento e penhora de faturamento, desde a data da assinatura do acordo em 2011 até a sua renovação em fevereiro deste ano;

- A PGE-RS, por meio da 9ª Procuradoria Regional (PR), com sede em Lajeado, obteve vitória na justiça estadual, em Ação Civil Pública proposta pelo MP-RS, que pedia a recomposição do quadro de servidores da Delegacia de Polícia Civil da cidade de Serafina Corrêa.

No pedido, o MP alegava a necessidade de mais dois servidores na Delegacia, entre inspetor ou escrivão de polícia, e compelia o Estado a manter no quadro geral, no mínimo, quatro servidores e mais um Delegado de Polícia titular;

- Ainda, por meio da 9ª PR, a PGE-RS foi exitosa em primeira instância na justiça estadual, em Ação Indenizatória proposta em razão de acidente de trânsito ocorrido na RS-129, km 138, próximo a Guaporé, que resultou na morte do motorista de um dos veículos envolvidos. A ação, proposta contra o DAER, que responde pela conservação da estrada, pelo filho menor e esposa da vítima, alegava que o acidente teria sido causado pela tentativa de desviar de um buraco existente na pista;

- A PGE-RS, por meio da 10ª PR, com sede em Santa Cruz do Sul, obteve vitória na Justiça em relação ao bloqueio de bens de empresa em Venâncio Aires devedora de cerca de R\$ 30 milhões em ICMS para o Estado/RS. A empresa é executada em cerca de 27 execuções fiscais, mas nenhum patrimônio penhorável é encontrado, pois transfere todos os pagamentos que recebe a outras pessoas físicas e jurídicas do mesmo grupo familiar;

- Também por meio da 10ª PR, a PGE-RS obteve na 1ª Vara Cível de Rio Pardo decisão favorável à ação cautelar na qual foi solicitada a indisponibilidade de R\$ 1 milhão depositados judicialmente por empresa devedora de ICMS, e que entrariam na partilha de bens por morte do proprietário do estabelecimento comercial. O valor do depósito judicial é decorrente de venda de imóvel pertencente à empresa devedora;

- A PGE-RS, por meio da 10ª Procuradoria Regional, obteve importante vitória na Justiça estadual ao liberar o valor de R\$ 550 mil para o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), proveniente de ação judicial interposta pela Associação dos Usuários da Barragem do Capané (AUC). No processo, que tramitou na 1ª Vara Cível, em Cachoeira do Sul, a AUC requeria redução do valor cobrado pelo IRGA no fornecimento de água para irrigação das lavouras de arroz, sob o argumento de que considerava abusivo o atual valor. Durante o período em que a ação tramitou na Justiça, foram realizados depósitos judiciais pela parte autora para não gerar inadimplência;

- A PGE-RS conseguiu suspensão do pagamento do piso do magistério em ação da Comarca de General Câmara. A 11ª PR, com sede em Guaíba, conseguiu, junto à presidência do TJ/RS, o deferimento da suspensão da eficácia da antecipação de tutela em processo, movido por dez professoras, que tramita em General Câmara, pedindo o pagamento do piso do Magistério;

- Ainda por meio da 14ª Procuradoria Regional, a PGE-RS conseguiu estancar o prejuízo estimado em R\$ 2 milhões, cometido por empresa contra os cofres públicos. A empresa havia obtido junto à Justiça estadual mandado de segurança autorizando a inscrição de filial. Porém, esta filial era de fachada com o intuito de simular a transferência de mercadorias entre filial e sede, quando na verdade a operação era de compra e venda interestadual, deixando de pagar o ICMS devido ao Estado do Rio Grande do Sul. A PGE-RS, após várias diligências, reverteu, junto à Justiça estadual, no último dia 9 de abril, a liminar concedida em mandado de segurança à empresa. No pouco tempo em que vigeu a liminar, o prejuízo ao Estado, em ICMS não pago, chegou a cerca de R\$ 2 milhões. Esse valor será objeto de cobrança em ação de execução fiscal;

- A PGE-RS, por meio da 15ª PR, com sede em Osório, firmou termo de parcelamento referente à dívida oriunda de execução fiscal no valor de R\$ 2,8 milhões da

Cooperativa Agropecuarista de Jacinto Machado (COOPERJA). Como garantia de contrato foram penhorados em juízo R\$ 16,8 milhões em bens pertencentes à referida cooperativa com filial em Santo Antônio da Patrulha;

- A PGE, por meio da 17ª PR, com sede em Rio Grande, obteve vitória na Justiça estadual em ação envolvendo empresa multinacional. A ação, que tramita na 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande, desde 2005, em que a empresa multinacional de fertilizantes requeria a posse de área de propriedade do Estado no Porto de Rio Grande, foi julgada improcedente. A multinacional, que usa a área desde 2005, alega que o contrato firmado com a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) garantiu o direito de que, após 30 anos de utilização e pagamento de pensão, poderia exercer o resgate e adquirir a propriedade do imóvel;

- A PGE-RS, por meio da 18ª Procuradoria Regional, com sede em Erechim, conseguiu reformar decisão da Justiça Estadual, que determinava a matrícula de crianças menores de seis anos no ensino fundamental das escolas públicas na região de Gaurama. Pela decisão proferida pela 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, o Estado deve voltar a utilizar o critério etário para a efetivação da matrícula no ensino fundamental (1º ano) e na educação básica (creche e pré-escola).

- A PGE-RS, por meio da 19ª PR, com sede em Frederico Westphalen, negociou parcelamento de débitos de mais de R\$ 1 milhão com empresa devedora de dívida fiscal, no município de Palmitinho. A primeira parcela da dívida foi paga em 30 de setembro;

- Também por meio da 19ª Procuradoria Regional, a PGE-RS obteve uma economia de mais de R\$ 180 mil ao erário em ação que pretendia quase R\$ 464 mil a título de danos materiais, morais, lucros cessantes e consectários. A ação foi postulada na Comarca de Sarandi e os embargos à execução foram interpostos pela PGE, por considerar o excesso de execução e a aplicação incorreta de índices de correção;

Área Administrativa

- Posse, durante o ano de 2013, de trinta novos Procuradores do Estado e de três novos servidores;

- Encaminhamento de projeto de lei que culminou na aprovação da Lei nº 14.237, de 07 de maio de 2013, que dispõe sobre o reajuste do subsídio mensal dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul;

- Encaminhamento de projeto de lei que culminou na aprovação da Lei nº 14.290, de 21 de agosto de 2013, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos básicos dos cargos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul;

- Autorização junto ao Governador para realização de concurso para o quadro de apoio da PGE, com Comissão já constituída e previsão de nomeação até julho de 2014;

- Realocação da Equipe de Patrimônio e Material de PGE, com reorganização dos depósitos e almoxarifados da PGE nos prédios do DAER e CAFF;

- Substituição do sistema controle da efetividade e frequência físico por controle biométrico dos servidores e estagiários da PGE, com instalação de novos equipamentos e

customização do software para o serviço público, abrangendo a Capital, as dezoito unidades do Interior do Estado e a Procuradoria junto aos Tribunais Superiores;

- Transferência e reorganização dos arquivos da PGE que estavam na CORAG para o arquivo da PGE localizado na Avenida Princesa Isabel;
- Incremento da digitalização de mais de 50 mil arquivos físicos da PGE, com cadastramento dos documentos no CPJ;
- Doação de bens eletrônicos considerados inservíveis e/ou antieconômicos para o Programa RS Mais Digital;
- Descarte de sucatas e mobiliário inservível através de empresa certificada;
- Transferência de mobiliário em bom estado de uso, porém fora do padrão da PGE, para outras Secretarias de Estado;
- Reorganização e mapeamento dos fluxos de trabalho do Departamento de Administração para permitir a substituição das solicitações em meio físico por processos administrativos eletrônicos;
- Organização do Estacionamento no Prédio DAER/PGE e ampliação do estacionamento privativo dos Procuradores no terreno da PGE, contíguo ao Tribunal de Justiça;
- Execução do PPCI do prédio do DAER/PGE;
- Ampliação dos espaços físicos da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos;
- Desenvolvimento de projeto de gestão de servidores e Procuradores por competências, para identificação das habilidades individuais, bem como das necessidades de trabalho na PGE;
- Treinamento em Excel avançado para Peritos;
- A Corregedoria-Geral da PGE, em 2013, realizou inspeções nas seguintes Procuradorias Regionais: Santana do Livramento (6ª), Osório (15ª), Ijuí (12ª), Santo Ângelo (7ª) e Canoas (3ª). Também foi realizada inspeção na Procuradoria Disciplinar e de Probidade Administrativa e na Procuradoria Fiscal, ambas em Porto Alegre;
- Com as nomeações de novos Procuradores do Estado ocorridas no decorrer do ano, a Corregedoria coordenou os estágios de orientação dirigidos à preparação dos novos integrantes para o exercício das atividades. Foram realizados dois estágios: o primeiro de 04/02/13 a 28/03/13, para 13 Procuradores; e o segundo de 02/10/13 a 14/11/13 para 17 Procuradores. Em ambos, a nova força de trabalho incorporada à instituição colaborou como força-tarefa para atender processos em estoque;
- Ao longo do ano, foram confirmados na carreira, conforme parecer da Corregedoria, 43 Procuradores que tiveram seu estágio probatório concluído. Permanecem, neste momento, em estágio probatório, 33 Procuradores do Estado;

- Início da utilização do STD (Sistema de Troca de Documentos), como forma de recebimento da documentação proveniente da Administração Direta e Indireta para instrução das reclamações, evitando o trânsito de papéis e a impressão desnecessários;
- Foram adquiridos 299 livros, 48 títulos impressos e 06 eletrônicos (assinaturas de periódicos) e foram recebidos em doação 113 livros. Além das consultas locais, foram realizados 1189 empréstimos;
- Desenvolvimento do projeto Trilhas da Cultura. A iniciativa consiste na criação de um acervo diferenciado na Biblioteca da PGE, com obras não somente restritas ao universo de publicações jurídicas, mas de literatura em geral;
- Celebração de convênio pela PGE com o Registro Imobiliário da 1ª Zona de Porto Alegre, viabilizando o acesso da PGE, de forma *on line* e gratuita, a matrículas e a pesquisa de imóveis registrados naquele Ofício Imobiliário, para fins de auxiliar na localização de patrimônio para as ações de cobrança movidas pelo Estado.

Área de Informatização do Processo Judicial e do Processo Administrativo

- Celebração do Termo de Cooperação entre a PGE-RS e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no mês de outubro, com a finalidade de definir a forma de realização da citação inicial dos processos em trâmite no sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). Pelo Termo de Cooperação, as citações dos processos eletrônicos que tramitam no PJe-JT na 4ª Região, quando dirigidas a sujeitos representados judicialmente pela PGE, serão realizadas em meio físico, mediante expedição de mandado de citação. As demais intimações no curso do processo seguirão as regras próprias do sistema PJe-JT. O PJe-JT já está implantado nas Varas do Trabalho de Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Rosa, Erechim, Esteio, São Leopoldo, Rio Grande, Encantado, Guaíba, Canoas e no Posto Avançado de São Sebastião do Caí;
- Lançamento da Certidão de Dívida Ativa Eletrônica (CDA) pela Procuradoria-Geral do Estado e pela Secretaria Estadual da Fazenda, que permite a tramitação de documentos entre a Receita Estadual e a PGE de forma exclusivamente eletrônica. A CDA é um título público que representa uma dívida do contribuinte com o Estado, emitida pela Fazenda e enviada à PGE para ajuizamento de ação de execução fiscal e cobrança da dívida. Mensalmente são enviadas à PGE cerca de três mil CDAs;
- Implantação de sistema eletrônico de solicitação de demandas administrativas (SDA) com abrangência a todas as Unidades na Capital, Interior do Estado e Brasília;
- Implantação do sistema de recebimento de documentos eletrônicos das entidades representadas pela PGE, necessários ao exercício da defesa dos interesses do Estado nos processos eletrônicos do TRT - 4ª Região;
- Realização de convênio entre a PGE e o TRT - 4ª Região com intuito de propiciar a atuação nos processos eletrônicos do sistema daquele Tribunal (PJE - processo judicial eletrônico);
- Criação do Comitê Gestor de Informática, integrado por Procuradores do Estado com atuação em diferentes unidades e por Servidores da Assessoria de Informática, com atribuição de coordenar ações e propor políticas nesta área;

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- Aumento das velocidades de banda em sete Procuradorias Regionais e Procuradoria Junto aos Tribunais Superiores;
- Disponibilização de Servidores virtuais permitindo a implantação de novos serviços de rede, organizando e melhorando a capacidade de processamento, sem aumento de gastos em servidores físicos;
- Atualização do sistema CPJ (Controle de Processos Judiciais) com intuito de alcançar maior produtividade no desenvolvimento de melhorias, ganho na usabilidade e flexibilidade para o usuário, bem como a interoperabilidade com outras instituições estaduais e federais;
- Aperfeiçoamento na integração do CPJ com o sistema do TJ RS (Themis) visando possibilitar o peticionamento direto entre os sistemas em processos eletrônicos, e envio digital de petições em processos físicos;
- Modernização do parque tecnológico com aquisição de 200 estabilizadores, 100 leitoras de códigos de barras, 290 microcomputadores novos, 30 coletores de dados, 30 *access point* e *software de backup*;
- Configuração de servidor virtual para inventário do parque tecnológico, proporcionando a coleta de informações sobre as configurações físicas e lógicas dos computadores;
- Criação do programa estratégico na área de informática, com desenvolvimento de projetos de identificação de lacunas tecnológicas, criação de novos portais, aperfeiçoamento do CPJ e reestruturação administrativa da assessoria de informática;
- Configuração de servidor virtual para inventário do parque tecnológico, proporcionando a coleta de informações sobre as configurações físicas e lógicas dos computadores;
- Criação do programa estratégico na área de informática, com desenvolvimento de projetos de identificação de lacunas tecnológicas, criação de novos portais, aperfeiçoamento do CPJ e reestruturação administrativa da assessoria de informática;
- Desenvolvimento de sistema de cálculo de indébito de imposto de renda;
- Desenvolvimento de Projeto de Degravação de audiências para Corregedoria e a Procuradoria Disciplinar e de Probidade Administrativa, por meio da aquisição e instalação de equipamentos de informática destinados a este fim;
- Realização do primeiro treinamento para utilização do PJe-JT por Procuradores e Servidores da PGE junto ao TRT da 4ª Região;
- Participação da PGE no desenvolvimento do SISTEMA PRE – MÓDULO RVPs, que viabilizará a utilização da RVP eletrônica, em parceria com a Secretaria da Fazenda e o Poder Judiciário.

Área de Modernização Institucional

- Aprovação junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Projeto Básico de construção da Sede da PGE em Porto Alegre, em julho de 2013; constituídas Comissão de

Licitação e Subcomissão Especial de Licitação para os procedimentos relativos à contratação dos projetos complementares; elaborados o termo de referência e respectivo edital de licitação para a contratação dos projetos complementares, cuja licitação será aberta no início de 2014. A área a ser construída possui cerca de 30 mil m², e o projeto contempla restaurante com cozinha industrial, bicicletário, vestiário, estacionamento e auditório. A construção da nova sede está alinhada à Gestão Estratégica, sendo um dos projetos prioritários com o objetivo de garantir infraestrutura adequada ao desenvolvimento de suas atividades;

- Realização de *workshops* para validação de metas e ofereceu atividades de capacitação de equipes e gerentes de projetos estratégicos, que são iniciativas e intervenções necessárias para que a PGE-RS alcance o desempenho esperado no cumprimento da visão institucional e demandam cuidado para que sejam efetivos e obtenham sucesso;

- Definição do Portfólio de Projetos Estratégicos, com base no Mapa Estratégico da PGE, tendo sido iniciados, no ano de 2013, os seguintes projetos: Enfrentamento de demandas repetitivas; Reestruturação da cobrança da dívida ativa; Fortalecimento da orientação e consultoria jurídica; Reestruturação da Estratégia e implantação do EGEP; Construção da sede da PGE-RS; Gestão de Pessoas; Implementação da Gestão por Competências; Reestruturação Organizacional; Reestruturação da Assessoria de Informática; Modernização do parque tecnológico da PGE; Reestruturação do CPJ;

- Foi realizada a segunda fase de capacitação da PGE em Gestão Estratégica, com uma palestra de Sensibilização em Gerenciamento de Projetos para um grupo de Procuradores do Estado, atualmente envolvidos ou com potencial envolvimento na Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos. Os projetos estratégicos são iniciativas e intervenções necessárias para que a PGE alcance o desempenho esperado no cumprimento da Visão Institucional e demandam cuidado para que sejam efetivos e obtenham sucesso;

- Energização do prédio DAER/PGE, viabilizando a sua ocupação plena pela PGE;

- A 5ª Procuradoria Regional (PR) da PGE, com sede em Santa Maria, inaugurou no dia 12 de julho de 2013 suas novas instalações na cidade. Com 1.200 m², o prédio atende às necessidades da 5ª PR em espaço, contando com estrutura de dois andares. Entre os benefícios, a nova sede passa a contar com recepção, almoxarifado, uma sala própria para o atendimento, sala de reuniões e gabinetes destinados ao uso exclusivo dos Procuradores e à Coordenação, além de sanitários acessíveis a pessoas com deficiência nos dois andares;

- Modernização de três dos cinco elevadores do Prédio, que tem uso compartilhado entre o DAER e a PGE;

- Instalação da Procuradoria de Precatórios e RPVs no 13º andar do CAFF;

- Ampliação da Procuradoria de Pessoal e criação de sala para peritos contadores, no 13º andar do Prédio do CAFF;

- Reformas do 15º, 16º e 17º andares do prédio DAER/PGE, com climatização, adequação da rede elétrica, lógica e novo *layout* dos espaços;

- Instalação da Procuradoria do Interior e da Procuradoria Disciplinar e de Probidade Administrativa, com salas de audiências com isolamento acústico, adequações à segurança e novos layout e mobiliário, no 15º andar do prédio DAER/PGE;

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

- Instalação da PGE e SEFAZ na Sala destinada pelo Poder Judiciário para as Instituições no Novo Foro Cível, com definição de layout, criação de Gabinete para Procuradores, Central de Intimações e Salas destinadas às atividades fiscais, pela PGE e pela Secretaria da Fazenda;
- Locação e organização do espaço onde funcionará a nova sede da Procuradoria Regional de Uruguaiana.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
PGE	Representação Judicial e Consultoria ao Estado	Informatização do Processo Judicial e do Processo Administrativo
PGE	Representação Judicial e Consultoria ao Estado	Informatização do Processo Judicial e do Processo Administrativo
PGE	Representação Judicial e Consultoria ao Estado	Manutenção da Representação Judicial e da Consultoria à Administração Pública Estadual
PGE	Representação Judicial e Consultoria ao Estado	Modernização Institucional
PGE	Representação Judicial e Consultoria ao Estado	Publicidade de Orientação para a Prevenção e Composição de Litígios e Pagamento dos Tributos em Cobrança Judicial

Saúde

A **Secretaria Estadual da Saúde (SES)** tem por missão promover a ampliação do acesso à saúde com qualidade em todos os níveis de atenção de forma humanizada, segundo as necessidades sociais, em tempo oportuno e com resolutividade, produzindo autonomia e cidadania, contribuindo, assim, para a qualidade de vida através dos cuidados em redes regionais em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dentre as várias ações desenvolvidas pela SES no ano de 2013, as principais estão descritas a seguir.

Atenção Básica à Saúde

A partir de 2011, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul finalmente assumiu a responsabilidade e o papel de indutor de processos de qualificação e ampliação do acesso da população a serviços de Atenção Básica/Saúde da Família, com amplo aporte de recursos financeiros e estruturação de apoio técnico institucional às gestões municipais e equipes de saúde da família. Com apoio do Governo do Estado e Governo Federal, os municípios do Rio Grande do Sul conseguiram captar recursos no montante de R\$ 107 milhões para reforma, ampliação ou construção de 1.005 Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Uma grande parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi realizada, na qual já foram investidos mais de R\$ 3 milhões para expansão do TelessaúdeRS (ampliando de 126 para 421 municípios, garantindo suporte a 1.227 equipes de Estratégia Saúde da Família – ESF) e melhorando o cuidado prestado a mais de 3,6 milhões de gaúchos. O TelessaúdeRS vem impactando também nas Redes de Saúde, diminuindo as filas de espera de usuários para consultas especializadas, pois agora, na própria Atenção Básica, os profissionais de saúde podem obter apoio e suporte clínico de especialistas sem precisar deslocar os usuários para grandes centros.

Também em 2013 foi iniciado o maior Programa Estadual de Informatização da Atenção Básica de todo o Brasil, através do REDE SUS RS, investindo para que os municípios adquiram equipamentos de informática, tenham UBS com acesso à internet, implantem o prontuário eletrônico e capacitem seus profissionais de saúde no uso do software.

A Política de Incentivo Estadual à Qualificação da Atenção Básica em Saúde (PIES), estratégia implantada pela SES em 2010, reúne em um único item os diversos investimentos realizados pelo Estado nos serviços municipais da atenção básica. Desde sua criação, o PIES teve os repasses totais ampliados de R\$ 15 milhões no primeiro ano para R\$ 100 milhões em 2013. A distribuição de recursos, de acordo com a Resolução CIB/RS nº 163/12, segue os seguintes critérios: coeficiente de população total do município; coeficiente de população com até cinco anos; coeficiente de população maior de 60 anos; inverso da receita tributária líquida per capita; índice de vulnerabilidade social (IVS), medida de desigualdade entre os municípios quanto à proporção de população em situação de vulnerabilidade, definida pela proporção de domicílios em situação de pobreza e pela menor densidade populacional.

Atualmente o Rio Grande do Sul é o Estado que mais investe na Atenção Básica em todo o País. O Programa Mais Médicos no Rio Grande do Sul tem recebido todo o apoio do Governo do Estado e já conta com 400 médicos em 112 municípios, garantindo atendimento para mais de

1,4 milhões de gaúchos. E, para 2014, está previsto um orçamento de aproximadamente R\$ 320 milhões para custeio das ações de Atenção Básica/Saúde da Família dos municípios.

Todos esses investimentos e ações da atual gestão já proporcionaram grande impacto na estruturação dos serviços de Atenção Básica. Hoje, o RS é o 4º Estado do País com maior aumento relativo de cobertura da Estratégia de Saúde da Família, considerando o período 2010-2013. Tendo como referência o mês de junho de 2013, houve um aumento de 15,45% sobre a cobertura existente em dezembro de 2010, passando de 1.210 para 1.397 equipes de saúde da família, o que beneficiou diretamente 586.227 gaúchos com consultas e ações de saúde mais próximas ao seu local de moradia. Este resultado foi o melhor na região sul e bem superior à média de crescimento de cobertura de saúde da família do País, que ficou em 7,38%. Também houve, neste mesmo período, importante incremento em mais 117 equipes de saúde bucal e 968 Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Dessa forma, conclui-se que o Estado recuperou a capacidade de investimento na Saúde e, principalmente, na Atenção Básica. Em breve tais iniciativas terão impacto positivo direto em diversos indicadores de saúde, a exemplo da mortalidade infantil e longevidade da população.

Atenção Secundária e Terciária

Em um esforço para ampliar serviços ambulatoriais, atendimento especializado e disponibilidade de leitos, a Secretaria Estadual da Saúde (SES) vem, desde 2011, realizando ações de reorganização das referências hospitalares e ampliando seu financiamento, tendo como principal instrumento a qualificação da contratualização dos serviços prestados por hospitais e outros estabelecimentos de Saúde em todo o Rio Grande do Sul. Esta qualificação é sempre feita em cooperação com o Ministério da Saúde, que cria novas políticas de atenção secundária e terciária e repassa os valores da contratualização. Tais políticas são cofinanciadas pelo Estado, o qual complementa os valores com vistas a garantir viabilidade econômica para a execução das ações e serviços. Os novos contratos associam o repasse dos valores a metas quantitativas e qualitativas.

Esses processos também contam com a cooperação dos municípios que executam parte das políticas e participam da gestão das mesmas. Por fim, ocorre um processo de cooperação entre as três esferas de governo, com o diferencial de que o Estado recuperou um papel de coordenação e protagonismo na organização do Sistema Único de Saúde. Seguem exemplos de ações de qualificação da assistência hospitalar, através da contratualização dos prestadores:

- Hospital de Caridade de Ijuí – renovação de contrato para realização de 14 mil atendimentos de urgência, 15 mil tratamentos de hemodiálise, 2 mil procedimentos cirúrgicos, 564 tratamentos em oncologia e 60 transplantes de órgãos, tecidos e células por ano.

- Hospital Bom Pastor de Ijuí – contratação de 300 litotripsias por ano.

- Santa Casa de Rio Grande – renovação de contrato para realização de 94,8 mil atendimentos de emergência, 50 mil consultas médicas, 49,8 mil diagnósticos por radiologia, 1,8 mil tratamentos de quimioterapia, 600 partos e 16,5 mil hemodíalises por ano.

- Hospital de Montenegro – renovação de contrato para realização de 4,2 mil mamografias, 42 mil consultas médicas especializadas, 96 mil atendimentos de urgência, 12 mil cirurgias ambulatoriais ano, entre outros serviços.

- Hospital Alcides Brum de Santa Maria – renovação de contrato para realização de 1,2 mil cirurgias, nas especialidades de urologia, sistema osteomuscular e sistema nervoso central e periférico; 4,4 mil atendimentos de alta complexidade (420 densitometrias ósseas, 984 ressonâncias magnéticas, 1,4 mil tomografias e 1,5 mil cintilografias) e 17 mil atendimentos de média complexidade por ano.

- Hospital Municipal de Novo Hamburgo - implantação de 22 leitos clínicos e cirúrgicos.

- Hospital Universitário de Canoas – implantação de 17 novos leitos de UTI Adulto, que deverão servir como retaguarda para os atendimentos na emergência do Hospital Conceição, em Porto Alegre.

- Hospital de Estrela – implantação de 10 leitos de UTI Neonatal.

- Hospital de Tramandaí – ampliação de 10 para 20 leitos de UTI Adulto.

- Hospital Beneficência Portuguesa de Pelotas - ampliação de 10 para 20 leitos de UTI Adulto.

- Hospital Santa Terezinha de Erechim – celebração de novo contrato estabelecendo atendimento 100% SUS.

- Hospital São Carlos do município de Farroupilha – habilitação para Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia.

No ano de 2013 o Estado repassou recursos a 268 estabelecimentos hospitalares prestadores de serviços ao SUS, no valor de R\$ 546,4 milhões. Estes recursos são referentes aos incentivos para qualificação da atenção secundária e terciária como, por exemplo: Incentivo de Metas, Saúde Mental, SAMU, Traumatologia, Casa da Gestante, Gestante de Alto Risco, Mãe Canguru, Egresso de UTI neonatal, Plantão Presencial, Complementação de Diárias de UTI, Orçamentação, e incentivo para Organização para Procura de Órgãos (OPO - Transplante). Para o orçamento de 2014 o recurso previsto é R\$ 608 milhões.

Regulação Hospitalar

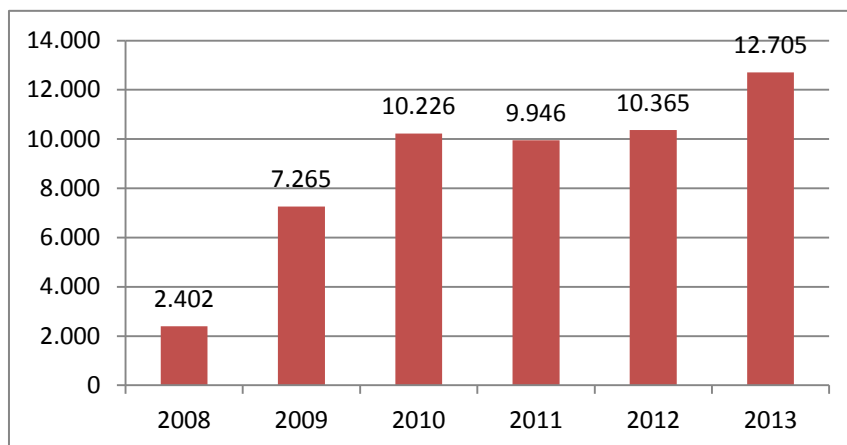
A Secretaria Estadual da Saúde realiza a regulação do acesso aos leitos de UTI Neonatal, Pediátrico e Adulto, mediante a solicitação recebida da unidade de saúde que não oferta leitos de terapia intensiva ou não dispõe de vaga no momento. A equipe médica da Central Estadual de Regulação Hospitalar (CRH/RS) classifica o risco, através de informações acerca das condições clínicas e exames complementares do paciente e procura, na rede do SUS, pelo serviço que atenda às necessidades. Identificada a vaga, o leito é reservado e disponibilizado ao hospital solicitante.

Além disso, a CRH/RS regula o acesso a procedimentos traumatológicos, internações em saúde mental e situações de internação em leito clínico/cirúrgico que demandem procedimentos especiais, não disponíveis no serviço hospitalar de referência para as mesmas. O total de internações reguladas pela CRH/RS vem demonstrando tendência ascendente, conforme mostra o gráfico abaixo, processo que deverá ser intensificado com a adoção da obrigatoriedade do processo regulatório para ocupação dos leitos de UTI. Em 2013 foram reguladas 12.705 solicitações de transferência hospitalar, 10.421 delas para UTI. Além disso, outras realizações geraram impacto positivo na resolutividade da regulação hospitalar: compra

de leito de UTI privado em prestador não contratado ou autorização de leito de UTI extra em prestador contratado, quando esgotada a capacidade de leitos SUS; contratação de transporte medicalizado, terrestre e aéreo, por licitação pública.

A regulação do acesso a leitos cirúrgicos ainda está sendo estruturada pelo Estado. Atualmente, é realizada diretamente pelos serviços de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde (SMS), com auxílio das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) e de centrais de leitos municipais de cidades pólo para esse tipo de atendimento.

Solicitações de internações hospitalares reguladas pela CRH/RS, 2008 a 2013*



*O dado de 2008 é parcial, pois a regulação hospitalar foi implantada em junho daquele ano. Fonte: CRE/RS

Regulação Ambulatorial

A Central Estadual de Regulação Ambulatorial (CRA/RS) iniciou seu funcionamento em 2011, com a finalidade de modernizar e agilizar o processo de marcação de consultas e exames especializados pelo SUS. Através de um sistema totalmente informatizado, a CRA/RS assumiu, em um primeiro momento, a regulação do acesso às consultas oferecidas em Porto Alegre, para não residentes na capital, e consultas de reabilitação em todo o território gaúcho, exceto Caxias do Sul.

Consolidada essa etapa, a regulação ambulatorial informatizada está sendo expandida nas Coordenadorias Regionais de Saúde, em processo coordenado pelo Complexo Regulador Estadual (CRE/RS). Até o final de 2013, oito CRSs já haviam implantado a ação, com previsão de cobertura de regulação das áreas estratégicas, nas dezenove coordenadorias regionais de saúde, até julho de 2014.

O processo de marcação de consultas começa nas unidades de saúde do SUS, onde o médico avalia a necessidade de encaminhamento do paciente a uma avaliação especializada. A solicitação é encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde, que cadastra o pedido no sistema informatizado e realiza o agendamento, na disponibilidade de cotas municipais. As demais solicitações são avaliadas, classificadas segundo a gravidade e agendadas pela Central Estadual de Regulação Ambulatorial ou pela CRS.

Em 2013, foram agendadas, pelas centrais estaduais (CRA/RS e CRSs), 233.301 consultas médicas e exames especializados através de sistema informatizado de regulação, com ocupação máxima da oferta contratada. A tabela abaixo apresenta os dados de consultas e exames

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

regulados, por CRS. Além disso, várias medidas de qualificação da lista de espera e de otimização da oferta foram adotadas, com impacto na redução do déficit oferta/demanda para consultas especializadas.

Consultas especializadas e exames regulados pela SES/RS, 2013

Total	Total CRA/RS	6ª CRS Passo Fundo	8ª CRS Cachoeira do Sul	9ª CRS Cruz Alta	11ª CRS Erechim	13ª CRS Santa Cruz do Sul	17ª CRS Ijuí	18ª CRS Osório
233.301	149.877	66.310	2.651	977	141	1.881	8.879	2.585

Fonte: CRE/RS

Rede de Urgência e Emergência - RUE

A Política Estadual de Atenção às Urgências e Emergências objetiva a priorização da assistência em relação aos determinantes e condicionantes de agravos, conforme as especificidades regionais, promovendo a descentralização para os municípios, dos serviços e ações de saúde e fomentando a resolução dos serviços de Urgência e Emergência de acordo com o Plano Estadual de Saúde.

O ano de 2013 foi marcado por duas linhas de ação na área de Urgência e Emergência: a implantação e implementação das Unidades não Hospitalares de Atendimento às Urgências, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e as Portas de Entrada nas Unidades Hospitalares de Atenção às Urgências.

As UPAs devem prestar atendimento resolutivo e qualificado aos usuários acometidos por quadros agudos ou agudizados de natureza clínica e cirúrgica ou de trauma, estabilizando-os e realizando a investigação diagnóstica inicial. Em todos os casos deve ser definida a necessidade ou não de encaminhamento a serviços hospitalares de maior complexidade. Desde 2011 foram implantadas 14 UPAs, sendo 8 delas no ano de 2013. A meta é implantar mais 14 UPAs em 2014 e 22 em 2015.

Em 2013 foram reajustados os valores do cofinanciamento, com recursos do Tesouro Estadual, para construção e aquisição de equipamentos das UPAs que estão em construção no Estado, complementando o financiamento federal e municipal. Também foi reajustado o cofinanciamento estadual de custeio mensal das UPAs novas, reformadas e ampliadas, habilitadas e/ou qualificadas. Os valores do cofinanciamento estão apresentados nas tabelas abaixo.

Cofinanciamento estadual para implantação das UPAs em 2013

Porte UPA	Quantidade UPA	Valor Repasse por UPA*	Total Repasse Estadual
I	08	R\$700.000,00	R\$5.600.000,00
II	06	R\$1.050.000,00	R\$6.300.000,00
III	04	R\$1.400.000,00	R\$5.600.000,00
Total	18		R\$17.500.000,00

Fonte: DAHA/Coordenação Estadual de Urgência e Emergência. *Res. CIB/RS nº 109/2013 e 613/2013

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Cofinanciamento para custeio das UPAs implantadas em 2013

UPA Nova	Habilitada	Habilitada e Qualificada
	Valor Estadual	Valor Estadual
Porte I	R\$ 100.000,00	R\$ 135.000,00
Porte II	R\$ 162.500,00	R\$ 225.000,00
Porte III	R\$ 225.000,00	R\$ 350.000,00

Fonte: Resolução CIB/RS nº 655/2013

Cofinanciamento para custeio das UPAs ampliadas e/ou reformadas em 2013

UPA Ampliada e Reformada	Habilitada e Qualificada
Porte I	R\$ 100.000,00
Porte II	R\$ 162.500,00
Porte III	R\$ 225.000,00

Fonte: Resolução CIB/RS nº 655/2013

Para os estabelecimentos hospitalares de referência regional do Litoral Norte e Sul foi estabelecido incentivo financeiro com recursos do Tesouro Estadual para cobertura da assistência, durante os meses de verão, visando à ampliação e qualificação do atendimento de Urgência e Emergência à população residente no litoral oriunda de outros municípios, conforme mostra o quadro. Para os serviços extra-hospitalares de Pronto Atendimento 24 Horas foi instituído financiamento estadual observando o quantitativo de atendimento/dia das unidades de saúde no litoral norte e sul.

Incentivo estadual para Pronto Atendimento 24h

Município	Porte	Valor Estadual
Arroio do Sal	3	R\$ 180.000,00
Balneário Pinhal	3	R\$ 180.000,00
Capão da Canoa	3	R\$ 180.000,00
Cidreira	3	R\$ 180.000,00
Imbé	3	R\$ 180.000,00
Osório (Beira Mar, Atlântida Sul)	2	R\$ 135.000,00
Palmares do Sul	1	R\$ 90.000,00
Rio Grande (Cassino)	2	R\$ 135.000,00
Terra de Areia	1	R\$ 90.000,00
Torres	2	R\$ 135.000,00
Tramandaí	3	R\$ 180.000,00
Xangri-lá	1	R\$ 90.000,00
Total		R\$1.755.000,00

Fonte: Resolução CIB/RS nº 656/2013

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

As Portas de Entrada Hospitalares de Urgência e Emergência também são cofinanciadas pelo Estado, qualificando o atendimento dos usuários através da resolução integral da demanda ou transferência segura, para um serviço de maior complexidade, se necessário, mantendo um sistema de saúde organizado, hierarquizado e regulado. Os serviços estão localizados em Hospitais Gerais, Especializados tipo I e tipo II, referenciando o atendimento do SAMU. No ano de 2013, o repasse às Portas de Entrada foi ampliado para todos os componentes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências com aumento do custeio.

Ainda, no decorrer do ano de 2013, foram habilitados 41 estabelecimentos hospitalares para o cofinanciamento para as Portas de Entrada de Urgência e Emergência que são referência de atendimento a todos os componentes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências - RUE, conforme Resolução nº 373/13 – CIB/RS, conforme o quadro.

Quantidade de hospitais habilitados para Portas de Entrada, por Região de Saúde

Região de Saúde		Nº de Hospitais
R4	Belas Praias	02
R5	Bons Ventos	02
R10	Capital e Vale do Gravataí	03
R12	Portal das Missões	01
R13	Região da Diversidade	04
R14	Fronteira Noroeste	10
R15	Caminho das Águas	04
R16	Alto Uruguai Gaúcho	02
R17	Planalto	01
R24	Campos de Cima da Serra	04
R26	Uva Vale	01
R30	Vale da Luz	07
Total		41

Fonte: DAHA/Coordenação Estadual de Urgência e Emergência

Em relação ao SAMU 192, nos últimos 03 anos o Estado triplicou o repasse para os municípios que mantêm Unidades de Suporte Avançado – USA (também chamadas de UTIs móveis), visando contribuir com a redução dos gastos municipais. O valor do cofinanciamento estadual, que em 2010 era de R\$ 17.761,09, passou em dezembro de 2011 para R\$ 32.300,00 e, a partir de julho de 2013, para R\$ 90.000,00/mês. A iniciativa reforçou o compromisso técnico e financeiro do governo com o desenvolvimento das ações e dos serviços municipais de saúde.

Em 2010 os repasses do Governo do Estado para as bases totalizaram R\$ 11,8 milhões. Em 2011 o valor subiu para R\$ 16 milhões, chegando a R\$ 36,5 milhões em 2012 e R\$ 62 milhões em 2013. Além dos repasses para custeio das ambulâncias, o Estado irá investir na compra de duas aeronaves para transporte, resgate, busca e salvamento, como apoio às atividades do SAMU já implantadas, que atuarão em parceria com a Brigada Militar.

Com o financiamento diferenciado, desde 2011, o Governo do Estado vem aumentando o número de Bases do SAMU, ampliando a cobertura da população atendida pelas centrais de regulação. Ao final de 2010, 85 municípios gaúchos contavam com Base do serviço, o que representava 68% de cobertura da população. Atualmente são 159 municípios, com cobertura aproximada de 90% da população. Nos últimos dois anos e onze meses mais de dois milhões de gaúchos que não eram assistidos pelo SAMU passaram a contar com o serviço. Até julho de 2014 estão previstas 23 novas bases do SAMU e 2 helicópteros.

A Central Estadual de Regulação das Urgências/SAMU ampliou a capacidade operacional e modernizou os equipamentos, atendendo aos requisitos da Portaria GM/MS 1010/2012. Estão sendo implementados os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), visando à organização e uniformização de condutas, contribuindo para a melhoria da qualidade da atenção ao usuário. Hoje, a Central Estadual regula atendimento para a população de 244 municípios, o que representa 72,03% do total da população.

As demais Centrais de Regulação das Urgências/SAMU implantadas no Estado regulam atendimento para 27,97% do total da população que conta com cobertura do SAMU 192 (Quadro 11), sendo uma em Porto Alegre com abrangência municipal e três Centrais de abrangência regional com sede em Bagé (regula cinco municípios), Caxias do Sul (regula dois municípios) e Pelotas (regula onze municípios).

Hospitais Públicos Regionais

Com o objetivo de ampliar a capacidade instalada e ofertar atenção à saúde nas regiões mais carentes de serviços, foi prevista a implantação de três hospitais regionais e a ampliação de um, conforme a necessidade e perfil epidemiológico da região.

As obras do Hospital Regional de Santa Maria estão em fase final, prevendo-se a conclusão em março de 2014. O Hospital Regional de Palmeira das Missões, cuja construção é de responsabilidade do gestor municipal, está em fase de licitação. Quanto ao Hospital Regional do Vale do Gravataí, ainda está em estudo o local de implantação. A ampliação do Hospital Regional de Osório (São Vicente de Paula), nos serviços de Emergência, UTI, Pediatria e Psiquiatria está praticamente concluída, bem como a reforma do Bloco Cirúrgico, restando ainda a reforma do Centro de Diagnóstico.

O Estado também irá aumentar o apoio financeiro à construção e compra de equipamentos como parte da sua estratégia para organizar e ampliar o atendimento hospitalar de média e alta complexidade, em estabelecimentos de médio e grande porte. Essa medida visa, principalmente, reduzir filas de espera para cirurgias eletivas, lotação nas emergências, bem como a demanda para a Capital dos atendimentos hospitalares, de pacientes oriundos dos municípios do interior.

Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

A problemática do uso de drogas tem sido entendida de forma reducionista e estigmatizante, o que resulta em ações não resolutivas e produtoras de exclusão. As causas desta problemática envolvem determinantes socioeconômicos e culturais, o que exige das políticas públicas respostas complexas, interdisciplinares e intersetoriais. Apenas diferentes dispositivos de cuidado, funcionando de forma articulada e pactuada, são capazes de garantir

aos usuários de drogas o acesso ao cuidado com qualidade, continuidade e integralidade da atenção.

Desse modo, a Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas vem trabalhando na implantação de novos serviços de saúde, na qualificação dos serviços já existentes, na pactuação de fluxos nos níveis municipal e regional entre os mesmos, na articulação com as redes intersetoriais, bem como na implantação de uma política de educação permanente para os profissionais.

Nesta perspectiva, foram criados financiamentos para o cuidado em saúde mental na atenção básica, como os Núcleos de Apoio à Atenção Básica (NAAB), as Oficinas Terapêuticas e as Equipes de Redução de Danos, bem como cofinanciamentos para Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e leitos em hospitais gerais. Os Núcleos de Apoio à Atenção Básica (NAAB) são dispositivos destinados a qualificar o cuidado em saúde mental na atenção básica, ampliando ações já desenvolvidas e construindo novas possibilidades de processos de trabalho das equipes com vistas à diversificação dos modos de cuidar. As Oficinas Terapêuticas na Atenção Básica são destinadas à Promoção da Saúde, através de práticas coletivas, do convívio entre as pessoas das comunidades, configurando-se como espaços de inclusão social. As Equipes de Redução de Danos também operam na direção do fortalecimento do cuidado no território de vida das pessoas. O trabalho visa aproximar-se dos cenários e experiências do uso de drogas para construir com o usuário possíveis estratégias de cuidado para si e seu entorno.

Como resultado desses investimentos em custeio e implantação de serviços, existem atualmente 241 municípios que aderiram ao Projeto Estratégico Linha de Cuidado em Saúde Mental Álcool e outras Drogas - O Cuidado que eu Preciso, 115 municípios com equipes de NAAB, 215 Oficinas Terapêuticas implantadas, 37 Equipes de Redução de Danos. Da mesma forma, a iniciativa de cofinanciamento dos CAPS, acelerou a ampliação da cobertura destes serviços. No total, em 2013, foram mantidos ou implantados 176 CAPS, o que representa 88% da meta proposta até o final de 2015. São custeados ainda 1.295 leitos de saúde mental, álcool e drogas em hospital geral, garantindo a atenção na crise. O investimento financeiro do Estado do RS passou de 35 milhões de reais em 2012 para 48 milhões em 2013.

Rede Cegonha e Primeira Infância Melhor

Desde 2011, a Secretaria Estadual da Saúde trabalha na construção da Rede de Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Estado. Uma série de acúmulos de conhecimentos proporcionaram a adesão a esta Rede pelo Estado, com implantação e implementação democrática da Rede Cegonha, onde a estratégia do Primeira Infância Melhor está incorporada, constituindo-se na primeira rede a compor a Rede Integral de Saúde, denominada Rede Chimarrão, planejada para operacionalizar as Políticas de Saúde no Rio Grande do Sul.

Esta Rede de Atenção trabalha para garantir acesso, acolhimento e resolutividade à mãe e ao bebê, reduzindo a mortalidade materna e neonatal, promovendo o planejamento reprodutivo e atenção humanizada ao parto, abortamento e puerpério, bem como o direito da criança ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudável. Atualmente, mais de 400 municípios aderiram à Rede Cegonha (mais de 99% das gestantes do SUS - 103.837 gestantes).

O acesso ao pré-natal de alto risco está em ampliação, com a habilitação dos Ambulatórios de Gestante de Alto Risco conforme a resolução CIB 203/12 e portaria SES/RS 660/2012. O ambulatório de Tramandaí está em funcionamento há um ano. Outros municípios têm seus processos de habilitação de ambulatórios aprovados, como Estrela e Santo Ângelo e aproximadamente dez processos estão em tramitação.

Até o final de 2014 estão previstos: habilitação de 21 ambulatórios de alto risco na Rede Cegonha; atendimento de 23 mil crianças em situação de vulnerabilidade; 74,5 mil famílias e 45 mil gestantes pelo PIM; assistência a 300 mil gestantes no pré-natal de risco habitual; habilitação de 180 leitos neonatais na Rede Cegonha e de 830 leitos obstétricos na Macrorregião Metropolitana; 98 novos municípios com PIM implantado e 2.385 visitantes contratados.

Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2012 o RS foi o estado que apresentou a maior taxa de incidência de DST/AIDS no País, com 41,4 casos novos a cada 100 mil habitantes. Além de ter a maior incidência, o Estado também possui a maior taxa de mortalidade por AIDS do país (11,1 mortes/100 mil habitantes).

Essa alta taxa de mortalidade, apesar dos significativos avanços no tratamento, deve-se ao diagnóstico tardio. Por isso, com vistas a enfrentar esta situação, a SES iniciou, ainda no ano de 2012, o processo de implantação da testagem rápida para HIV e sífilis na Rede de Atenção Básica à Saúde, com o objetivo de ampliar a oferta de diagnóstico para estes agravos, com acesso facilitado e em tempo adequado. Para realização dos testes rápidos, todas as regionais foram sensibilizadas e os municípios passaram a receber o insumo para aplicação dos testes na Atenção Básica.

Além disto, a SES assegura a logística de medicamentos antirretrovirais para mais de 30 mil pessoas atualmente, além de exames para monitoramento terapêutico de CD4 e Carga Viral realizados por uma rede de oito laboratórios credenciados.

O desafio é a ampliação da capacidade de assistência, potencializada pela campanha de ampliação do diagnóstico. Neste sentido, a Secretaria Estadual de Saúde vem construindo proposta de descentralização do cuidado através da Rede de Atenção Básica à Saúde, já em implantação em diversos municípios do Estado. Destaca-se ainda o Acordo de Cooperação firmado entre o Estado e a União, por intermédio da SES e do MS para o controle da epidemia de HIV/AIDS assinado em 1º de dezembro de 2012, Dia Mundial de Luta Contra a AIDS.

Saúde da População Negra

Quando se analisa os dados de mortalidade por causas externas, desagregados por raça/cor, observa-se que os jovens negros morrem mais por agressões e os jovens brancos por acidente de trânsito. Dados de 2011 do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) revelam que, na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, morrem 3,2 jovens negros para 1 jovem branco, referente à causa externa "Agressões". Quanto aos óbitos em decorrência da Gravidez, Parto ou Puerpério, na faixa etária de 20 a 29 anos de idade os dados revelam que morrem 4,7 mulheres negras para 1 mulher branca.

Tais resultados reafirmam que o investimento do Estado na implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra, através da Estratégia de Saúde da

Família Quilombola (ESFQ) e do Programa de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica (PCRI-AB) é uma estratégia acertada e necessária. Atualmente o Estado conta com 34 ESFQ em 31 municípios. O Estado do RS investiu um montante de 2 milhões de reais em 2013, com previsão de investimento de 10 milhões em 2014.

Saúde do Idoso

O trabalho da Secretaria Estadual da Saúde no fortalecimento das ações voltadas aos idosos foi reconhecida pelo Ministério da Saúde como uma das práticas de sucesso na área no País. A ação consiste em orientar os municípios a destinar parte dos recursos repassados pelo Estado para a atenção básica em ações e serviços a esse público, que no RS representa quase 1,5 milhão de pessoas.

Em 2013, foram R\$ 12 milhões de recursos estaduais destinados a ações para pessoas acima dos 60 anos. Esse montante está incorporado à Política de Incentivo Estadual à Qualificação da Atenção Básica em Saúde (PIES).

Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência

No que se refere à Saúde da Pessoa com Deficiência, o Estado ainda enfrenta um déficit na oferta das consultas de reabilitação em todas as áreas de deficiência. Outra dificuldade enfrentada é a inexistência de acesso a serviços especializados pelos pacientes com deficiências múltiplas e graves, com redução de mobilidade e/ou impossibilitados de comparecer às unidades ambulatoriais para disponibilização dos dispositivos previstos na tabela SUS, o que resulta numa crescente demanda judicial.

A partir da implementação do Plano Estadual da Saúde da Pessoa com Deficiência, pela Portaria MS/GM nº 793/2012 que instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência Auditiva, Física, Intelectual, Visual e Ostomia ou Múltiplas Deficiências, no âmbito do SUS, por meio da implantação do Centro Especializado de Reabilitação (CER), o cenário irá avançar nessa área. Tal implementação exige da SES uma imediata readequação das redes de atenção à pessoa com deficiência aos novos direcionamentos, adotando um novo e complexo modelo assistencial. Além disso, a construção das diretrizes da linha de cuidado da pessoa com deficiência exigirá uma importante mudança no modelo de gestão, integrando-se efetivamente às demais políticas componentes da Rede de Atenção à Saúde. A rede de cuidados à pessoa com deficiência deverá contar com os Centros Especializados de Reabilitação, Centros de Especialidades Odontológicas e Oficinas Ortopédicas.

Política Estadual de Transplantes

A Política Estadual de Transplantes tem pautado suas ações para a qualificação da Rede Estadual de Procura de Órgãos e Tecidos, para a formação de profissionais para o Sistema Estadual de Transplantes e para avaliação do custo/efetividade dos transplantes, com a incorporação de novas tecnologias.

Para qualificação da Rede Estadual de Procura de Órgãos, que é formada pelas equipes das Comissões Intrahospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes – CIHDOOT, com abrangência local (estabelecimento hospitalar), e pelas Organizações de Procura de Órgãos – OPO, com abrangência macrorregional, destacamos o cofinanciamento das OPO, sendo de R\$

1,4 milhões/ano do Ministério da Saúde e R\$ 780 mil/ano do Tesouro do Estado, além dos valores pagos por produção.

O incentivo à certificação do diagnóstico de morte encefálica na macrorregião Metropolitana foi ampliado para as macrorregiões Norte, Missioneira, Vales, Centro-oeste e Sul, com o cofinanciamento de equipe especializada para a realização de teste clínico e exame complementar *in loco*.

A ampliação da equipe de cirurgia de retirada e órgãos abdominais, com o acréscimo de enfermeiros e técnicos de enfermagem, objetiva qualificar a realização dos procedimentos de retirada de órgãos, além de garantir que o deslocamento de material biológico seja realizado por profissional capacitado, conforme definido na legislação sanitária.

Para a formação de profissionais transplantadores foi realizado o I Simpósio de Captação de Órgãos Abdominais do RS, com o objetivo de promover a capacitação para a interface com o processo regulatório, enfocando na avaliação do doador, avaliação dos órgãos ofertados, técnicas de captação e conservação de órgãos, além da necessidade de reativação do transplante de pâncreas.

Também foram realizados Cursos de Capacitação para Coordenadores Hospitalares de Transplantes, direcionados para médicos e enfermeiros das Unidades de Terapia Intensiva e Serviços de Emergência dos estabelecimentos hospitalares da Rede SUS e privada, com enfoque na busca ativa de doadores, comunicação de más notícias, manutenção e avaliação do doador e logística. Já foram realizadas três edições, com a participação de 90 profissionais, sendo totalmente financiado com recursos estaduais. Para 2014 estão previstas mais três edições.

Está em fase final de implantação a Central de Perfusão Hipotérmica, que se destina a melhorar a técnica de preservação de órgãos para transplante. Neste primeiro momento, serão preservados em máquinas de perfusão os rins de doadores com critérios expandidos (doadores não-ideais do ponto de vista da função dos órgãos), com a finalidade de diminuir o risco de disfunção precoce do rim transplantado. O investimento estadual neste projeto é de R\$ 1,3 milhões.

Em 2013 foram notificadas 579 ocorrências de morte encefálica, sendo que 201 dessas foram doações efetivas, representando um aumento de 17% nas notificações em relação ao ano anterior. Quanto às doações efetivas, o aumento foi de 4%, mas é importante salientar que o aproveitamento multiorgânico, relacionado à eficácia da manutenção do potencial doador, teve importante aumento de 19%. A melhoria do aproveitamento multiorgânico propiciou o aumento nos transplantes de fígado na ordem de 20%.

Quanto aos investimentos financeiros e custeio das equipes envolvidas, em 2013 foram gastos aproximadamente R\$ 6,6 milhões, representando um aumento de 65% dos recursos do Tesouro do Estado em relação a 2012.

Vigilância em Saúde

Em 2013 a área de Vigilância em Saúde desenvolveu ações visando à integração com a Atenção Básica na construção de redes. Além disso, a Secretaria buscou responder aos desafios colocados pela nova e complexa situação epidemiológica, com a necessidade de atender à alta

prevalência das doenças não transmissíveis e ao mesmo tempo manter e ampliar a capacidade de resposta a doenças transmissíveis.

Entre os eventos que envolveram todas as áreas do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), salienta-se a participação no acolhimento de novos gestores municipais de saúde, com a publicação de edição atualizada da cartilha "Vigilância em Saúde - Informações para os Secretários Municipais de Saúde" e em eventos tais como o Projeto "Verão Numa Boa 2013", que tem como objetivo disponibilizar material informativo e educação em saúde para o público em geral especialmente no Litoral Norte, Litoral Sul e Costa Doce e Expointer. Na 36ª Expointer foram executadas ações de vigilância por equipes que trabalharam em três turnos, incluindo barreiras noturnas, fiscalizando produtos saneantes, alimentos, drogarias e ambulatórios.

Entre as grandes ações de Vigilância Epidemiológica salientam-se:

- Campanha de Vacinação contra Gripe – realizada em todos os municípios do Estado em 2013, e destinada aos grupos considerados mais vulneráveis às complicações da influenza (crianças de 6 meses a menores de 2 anos, gestantes, puérperas com bebês até 45 dias de vida, profissionais de saúde, indígenas, portadores de doenças crônicas, indivíduos com 60 anos ou mais e população privada de liberdade). Foram gastos cerca de R\$3 milhões para o desenvolvimento de ações visando atingir a meta de vacinar 80% da população-alvo. Todos os grupos populacionais para os quais foram calculadas as coberturas vacinais atingiram a meta preconizada de 80%, conforme apresentado no quadro abaixo.

Vacinação contra a gripe - coberturas vacinais em 2013

Grupos prioritários	População	Vacinados	%
Crianças 6m a < 2 anos	206.704	194.423	94,06
Profissionais de saúde	241.585	263.882	109,23
Gestantes	103.346	83.312	80,61
Puérperas	16.972	20.961	123,50
Indígenas	20.933	20.477	97,82
Idosos (acima 60 anos)	1.467.957	1.307.784	89,09

- Vigilância da Influenza: em 2009, o RS enfrentou a pandemia de influenza A H1N1 2009 com importante impacto na morbimortalidade da população gaúcha e em 2010, como resultado de ampla vacinação contra o novo vírus, não foram registrados casos da doença no Estado. A partir de 2011, o vírus influenza A H1N1 2009 voltou a circular, assim como outros vírus influenza dos tipos A e B. A circulação do vírus Influenza está dentro dos limites esperados, no entanto iniciou-se antecipadamente, de forma semelhante ao que aconteceu nos EUA na temporada de inverno 2012-2013. Para garantir diagnóstico e tratamento precoces, o medicamento antiviral foi amplamente distribuído para os 497 municípios com a orientação de ser descentralizado o máximo possível para as unidades básicas de saúde, PAs (Pronto Atendimento), UPAs e hospitais, de forma a facilitar o acesso. Também foram realizadas no período campanhas publicitárias enfocando cuidados preventivos.

- **Vigilância da Dengue:** No RS, desde 2007, a transmissão autóctone de dengue tem sido registrada, especialmente nas Regiões Metropolitana e Noroeste. Em 2013, apesar de manter-se a ocorrência de casos de dengue autóctones e importados, inclusive nos municípios de Porto Alegre e Santa Rosa, o controle foi mantido, sem que se registrassem surtos de maior amplitude ou epidemias, verificando-se o controle da circulação viral como consequência das ações de controle vetorial desenvolvidas pelos municípios, com apoio e cofinanciamento do Estado.

- **Vigilância da Tuberculose:** Em 2013 foi instituído o Comitê Estadual de Enfrentamento da Tuberculose no Rio Grande do Sul (CEETB/RS), com o objetivo de reunir os esforços de várias instituições para o controle da doença no Estado. Considerando a importância da organização das ações integradas no âmbito da Atenção Básica municipal, foi retomado o repasse financeiro do “Incentivo para o Controle da Tuberculose na Atenção Básica de Saúde”, no valor de R\$ 150,00 por cada doente curado. Foi estimulada a criação de espaços municipais de discussão, visando desenvolver políticas de enfrentamento da tuberculose e da co-infecção tuberculose/HIV e fortalecer a parceria gestão/sociedade civil.

- **Vigilância da Violência:** com o objetivo de integrar as ações de Vigilância e Atenção Básica no nível central e regional da SES, foi realizado o “Seminário Estadual de Vigilância da Violência Doméstica e Outras Violências e a Construção da Rede de Atenção”.

- **Vigilância das Hepatites Virais:** destaca-se a implantação dos medicamentos Boceprevir e Telaprevir, da classe dos inibidores da protease, para tratamento da Hepatite Viral Crônica C em associação com a Ribavirina e a Alfapecinterferona, compondo a terapia tripla, a partir da Portaria nº 20/12 do Ministério da Saúde. Foi continuado o processo de ampliação do uso dos testes rápidos para diagnóstico de casos de hepatite B e C, com o objetivo de aumentar a detecção de portadores, por meio de capacitações de técnicos de municípios.

Na área de Vigilância Sanitária, salienta-se que a descentralização preconizada pelo SUS encontra dificuldades, especialmente pela necessidade dos municípios estruturarem equipes em condições de estabilidade para assumirem ações de fiscalização. Assim, neste setor, as equipes de vigilância de Coordenadorias Regionais de Saúde e do CEVS ainda são responsáveis pela execução de um grande número de ações.

Entre as ações executadas, destacam-se aquelas do período de verão, quando aumenta o fluxo de viajantes, especialmente para regiões litorâneas, intensificando riscos sanitários em decorrência da abertura de novos estabelecimentos de prestação de serviços nas áreas de alimentos, saúde e outras. Por outro lado, a concentração da população cria oportunidade de desenvolver ações de informação em saúde às comunidades. Assim, nessa época, surge a necessidade de reforçar equipes municipais e regionais de vigilância. Com esse objetivo a Divisão de Vigilância Sanitária em conjunto com equipes de Coordenadorias Regionais de Saúde, integrou-se ao Projeto “Verão Numa Boa” do governo estadual, desenvolvendo as seguintes ações:

- **Projeto Pequenos Vigilantes:** Projeto educativo que tem como objetivo mobilizar os escolares em relação à prática de atitudes saudáveis, estimular o conhecimento de seus direitos e deveres como cidadãos e consumidores e tornar as ações da Vigilância Sanitária conhecidas entre esse público.

• Planeta Atlântida - Xangrilá/RS: foram realizadas palestras e orientações direcionadas aos proprietários de estabelecimentos internos do parque do Planeta Atlântida, nos dois dias de evento, e inspeções aos estabelecimentos internos, externos e ambulantes fornecedores de alimentos.

A área de Vigilância Ambiental em Saúde é de estruturação mais recente e atua na vigilância de vários fatores ambientais, entre os quais se salientam a água, os agentes contaminantes do ar e do solo. A Vigilância em Saúde Ambiental relacionada à qualidade da água para consumo humano – VIGIAGUA - promoveu ações de educação em saúde em todos os municípios do Estado. Também foram desenvolvidas atividades de Vigilância do Teor de Fluoreto na Água de Abastecimento Público no RS – VIGIFLUOR, com a coleta de amostras de água para realização de análise do teor de fluoreto pelo LACEN.

Na Vigilância de Solos, foi elaborado projeto de trabalho integrando todas as áreas da Vigilância em Saúde e o Centro de Informações Toxicológicas, visando à integração de informações para ampliação do conhecimento das notificações e atendimentos realizados aos expostos aos agrotóxicos no RS.

Quanto às ações de saneamento coordenadas pelo Programa de Saneamento - PROSAN, houve participação na implantação do Programa de Melhorias da Qualidade da Água de Consumo Humano em Municípios de elevado Risco Hídrico, nos municípios de Morrinhos de Sul e Araricá; prestou-se assessoria aos municípios na elaboração de Projetos de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água, avaliando-se sua situação, visando ao repasse de recursos financeiros às Prefeituras Municipais; realizou-se análise técnica e aprovação de Projetos de Saneamento Básico (tratamento simplificado de água e módulos sanitários) em áreas de risco à saúde, contemplando 30 municípios, com total de R\$ 1,4 milhões investidos.

A descentralização da Vigilância Ambiental em Saúde avançou com a pactuação, na Comissão Intergestores Bipartite, da descentralização da identificação entomológica para municípios acima de 50 mil habitantes, reforçando a vigilância do *Aedes aegypti*.

Na área de Vigilância em Saúde do Trabalhador um dos principais eventos atendidos foi o incêndio da Boate Kiss, trágico acontecimento ocorrido no Rio Grande do Sul pelo grande número de vítimas. A Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador, juntamente com o CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) de Santa Maria, realizou em 29 de janeiro de 2013 vigilância ao local do acidente. Além dessa ação, o CEREST também se integrou à rede de cuidados à saúde das pessoas envolvidas. Atualmente o foco da unidade está nos trabalhadores que sobreviveram, bem como nos inúmeros cuidadores que atuaram no resgate e nas atividades em sequência. Policiais civis e militares, bombeiros, militares do BOE, taxistas, dentre outros, estão recebendo apoio psicológico e fisioterápico para superar a traumática experiência. O CEREST vem participando dos mutirões para acolhimento dos trabalhadores afetados e atendimento às demandas. No primeiro mutirão, realizado em 09 e 10/03, foram encaminhados ao CEREST 23 trabalhadores e no segundo, realizado em 16 e 17/03, 24 trabalhadores. Todos receberam agenda no CEREST, onde estão sendo atendidos pela equipe de saúde.

Dentro da política da área, manteve-se o financiamento aos CERESTs, com repasse de R\$ 1.505.000,00 para os municípios-sede dos mesmos: Alegrete, Caxias do Sul, Erechim, Ijuí, Palmeira das Missões, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Santa Maria.

Com o objetivo de ampliar as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador no RS, através do incremento das notificações, foi pactuada, de forma bipartite, a inclusão de indicadores estaduais e metas a serem assumidas por todos os municípios. Também ficou garantida a investigação dos óbitos relacionados ao trabalho.

Política de Tecnologia da Informação no SUS do RS

O projeto estratégico “Política de Tecnologia da Informação no SUS do RS” tem o objetivo de modernizar a Rede Estadual de Saúde, a partir da gestão de Tecnologia da Informação (TI), com a implantação do sistema inteligente de gestão em saúde. A meta, até o final de 2014, é implantar o sistema de prontuário médico eletrônico na microrregião de Passo Fundo, e estruturar a rede de atendimento do SUS em gestão de TI, com o acesso das demais regiões ao prontuário médico eletrônico informatizado. Em 2013, foi implantado o Prontuário eletrônico na Região Funcional 9.

Política de Assistência Farmacêutica

A atual gestão redesenhou o fluxo interno de trabalho e aumentou os Recursos Humanos envolvidos nesta atividade, alcançando resultados significativos como a redução do tempo de avaliação dos processos para até 30 dias (meta pactuada desde 2005 com o Ministério Público Estadual) e o aumento do número de tratamentos dispensados por mês, de 50.000 em Janeiro/2011 para 65.000 em Setembro/2012, o que representa 30% de ampliação do acesso a estes medicamentos. A otimização da logística contribuiu para o alcance destes resultados, por meio da melhoria nos processos de controle de estoque e distribuição de medicamentos, destacando-se a contratação de operador logístico para transporte ágil dos medicamentos da SES com segurança e qualidade para todos os municípios do Estado.

A **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)** serve de referência à vigilância epidemiológica e sanitária do SUS no Rio Grande do Sul, além de ser a Coordenadora da Hemorrede Pública do Estado. A Fundação tem como objetivo social a produção de medicamentos, produtos e serviços relacionados à saúde, com fornecimento prioritário ao SUS. A Instituição apoia programas de saúde, realizando pesquisas e desenvolvimento de produtos, assessora projetos e proporciona treinamento e capacitação de técnicos e estudantes.

A FEPPS é uma instituição vinculada à Secretaria Estadual da Saúde, criada em 1994 para administrar várias instituições de saúde, a partir de uma reorganização do setor. Fazem parte da área técnica da Fundação: o Instituto de Pesquisas Biológicas - Laboratório Central do Estado (IPB/LACEN); o Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT); o Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (LAFERGS); o Centro de Informação Toxicológica (CIT) e o Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul (HEMORGS).

A FEPPS promove o estímulo à pesquisa laboratorial, biotecnológica e genética para a qualificação do diagnóstico de doenças, e incentiva a difusão de trabalhos técnicos e científicos, divulgando resultados das pesquisas desenvolvidas. Desde 2012, 60 projetos de pesquisa já foram fomentados e supervisionados na Fundação.

Em termos gerais, a FEPPS está implementando um sistema de gestão da qualidade com base na melhoria continuada, tendo como princípios a eficiência e a eficácia dos processos. Este trabalho iniciou apoiado no Diagnóstico Organizacional realizado em parceria entre a FEPPS e a PROCERGS. Em outra ponta, foi implementado um programa de melhoria das ferramentas de

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sendo iniciada com a modernização do Site Institucional da FEPPS, o planejamento e a implementação da reestruturação da rede de Tecnologia de Informação. Foram substituídos e ampliados os equipamentos de informática e a capacidade de tráfego de rede.

O IPB/LACEN tem como missão ser referência à Vigilância em Saúde, atendendo ao Sistema Único de Saúde nas políticas e programas, realizando análises laboratoriais, desenvolvendo ações, diagnóstico, pesquisa e controle de qualidade de produtos e serviços. No que diz respeito às análises laboratoriais em vigilância em saúde, o IPB/LACEN atende aos procedimentos do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, trabalhando em parceria com as Vigilâncias em Saúde. Em 2013 foram realizados 839.260 exames laboratoriais em Vigilância Epidemiológica, Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária, além de 2.057 testes de HIV.

Conforme convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado, o CDCT/FEPPS realiza testes de paternidade/maternidade. Ao longo de 2013 foram realizadas 4.175 análises de DNA, com relevante repercussão social. Quanto ao fortalecimento da infraestrutura da FEPPS e conclusão da obra do CDCT, a obra civil está finalizada, restando a execução da terceira fase, com a instalação dos elevadores, do sistema de climatização e da instalação e calibração dos equipamentos. A inauguração está prevista para o Primeiro Trimestre de 2014.

O CDCT também vem realizando e estimulando a pesquisa laboratorial, biotecnológica e genética para a qualificação do diagnóstico de doenças, disponibilizando produtos e serviços na área de experimentação animal e análises de sequência de DNA. No decorrer de 2013 foram produzidos 27.698 animais para experimentação.

O LAFERGS tem como objetivo produzir medicamentos com padrão de qualidade cumprindo as Boas Práticas de Fabricação, atendendo às Políticas Públicas de Assistência Farmacêutica. Atualmente o Laboratório está desenvolvendo as atividades necessárias à sua retomada, buscando o alinhamento com as políticas públicas do Ministério da Saúde.

O CIT tem por objetivo principal prestar assessoria e orientação frente a acidentes tóxicos, em caráter de emergência e em regime de plantão permanente (24 horas/dia), a profissionais de saúde que viabilizam e otimizam o atendimento (diagnóstico e tratamento) de pacientes vitimados por exposições químicas em geral (exposições por substâncias potencialmente tóxicas, contaminação por pesticidas agrícolas ou domésticos, substâncias químicas de uso doméstico ou industrial, plantas tóxicas, animais peçonhentos, medicamentos de uso humano ou animal, drogas lícitas e ilícitas ou qualquer outro agente potencialmente tóxico).

O CIT ainda presta atendimento médico permanente em casos de intoxicação, disponível para Unidades Básicas de Saúde e Hospitais Municipais na área de emergência médica e de apoio diagnóstico, possibilitando o tratamento precoce, diminuindo sequelas e risco de vida à população. Ao longo de 2013 foram realizados 19.698 atendimentos tóxicos e 8.616 análises toxicológicas. A FEPPS aguarda a finalização das obras do novo prédio do CDCT em seu campus, onde está adaptando um andar para a transferência do CIT, dado que a estrutura física do CIT não comporta mais as atividades desenvolvidas onde está instalado. A inauguração está prevista para o primeiro trimestre de 2014.

O Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul coleta, processa, qualifica e distribui sangue, hemocomponentes e hemoderivados (através de sua Clínica de Hematologia) para cerca de 40 hospitais conveniados e pacientes hemofílicos, em Porto Alegre, na Grande Porto Alegre e no Interior, além de desenvolver atividades de ensino, treinamento, pesquisa e assistência. A Hemorrede Pública do Estado atende em torno de 40% da demanda dos leitos SUS/RS, sendo o restante atendido pelos Bancos de Sangue Públicos da Santa Casa, Grupo Hospitalar Conceição (GHC), Hospital de Clínicas e complementados pelo setor privado contratado pelo SUS.

No que tange à Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue, o HEMORGS é responsável pela Clínica Hematológica do Estado, referência para o atendimento a 1.300 pacientes hemofílicos e portadores de coagulopatias. Atualmente a Clínica está implantada no HEMORGS/POA e no Hemocentro Regional de Pelotas, sendo que em 2014 está prevista a implantação no Hemocentro Regional de Santa Maria. Em 2013 foram realizados 4.491 atendimentos na Clínica Hematológica.

Incêndio da Boate Kiss - Ações de saúde pública

O ano de 2013 trouxe um desafio para o SUS no Rio Grande do Sul devido à ocorrência de um incêndio de grandes proporções na Boate Kiss no município de Santa Maria. O incêndio resultou em 242 óbitos, 235 imediatos e 7 óbitos posteriores; 232 internações hospitalares e 1.609 pessoas sendo acompanhadas nos diferentes serviços organizados na rede de atenção à saúde.

Esse evento demonstrou a efetividade das ações intersetoriais desenvolvidas pelo Estado em parceria com a União e municípios. Inicialmente com ênfase nas ações emergenciais/hospitalares e de cuidado em saúde mental, e, após, com atendimento ambulatorial e longitudinal. Permeando o processo de assistência às vítimas, estão as ações de gestão, articulação das diferentes redes de atenção à saúde, desafios da comunicação, informação e educação em saúde e a capacidade de produzir arranjos de gestão com respostas efetivas a cada uma das situações singulares que são apresentadas ao longo do tempo.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) prestou atendimento imediato às vítimas, e contou com a colaboração da Força Aérea Brasileira no transporte aéreo para os hospitais de referência em outros municípios. Soma-se a isso, a participação do Corpo de Bombeiros e da comunidade em geral.

Criou-se a sala de crise para administrar questões relativas ao evento, com ações conduzidas pela Força Nacional do SUS e demais entes federados. O Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) emitiu alerta epidemiológico devido à toxicidade da fumaça, com orientações para o atendimento em saúde.

Destacam-se também outras ações, como: instituição do Centro Integrado de Atendimento às Vítimas de Acidente (CIAVA) junto ao Hospital Universitário de Santa Maria (CIAVA/HUSM) para prestar o atendimento especializado; ampliação do Serviço de Atendimento Psicossocial na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria (nomeado ACOLHESAÚDE); organização de uma metodologia de atendimento às vítimas no Centro Regional de Saúde do Trabalhador (CEREST); organização do fluxo de atendimento dos queimados referenciados ao Hospital Cristo Redentor em Porto Alegre; apoio técnico e financeiro da SES e do MS à SMS de Santa Maria.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

A SES, por meio da 4ª CRS, instituiu o Grupo Gestor do Cuidado às Vítimas da Kiss que teve como primeiro desafio organizar os mutirões de atendimento junto ao CIAVA/HUSM. Este grupo é composto por representantes da 4ª CRS, HUSM/UFSM, Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Santa Maria, CEREST, Associação de Vítimas da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Santa Maria. Por fim, com vistas à continuidade da atenção à saúde das vítimas, familiares, e profissionais envolvidos no incêndio, foi assinado um termo de compromisso para estabelecer a cooperação entre o MS, SES, SMS de Porto Alegre, SMS de Santa Maria e UFSM, contemplando ações de vigilância à saúde, atenção básica, especializada e psicossocial.

Nos mutirões, o CIAVA/HUSM contou com ajuda de profissionais do Grupo Hospitalar Conceição - Força Nacional do SUS e Hospital de Clínicas - UFRGS, com a participação de gestores do Ministério da Saúde e da SES e também com equipes do CEREST, da SMS de Santa Maria e da farmácia da 4ªCRS/SES/RS para buscar agilidade no acesso aos medicamentos necessários.

O processo de atualização dos protocolos/diretrizes e fluxos de atendimento nas áreas de pneumologia, queimados e saúde mental (todas associadas à assistência farmacêutica) foi desencadeado. Em dezembro de 2013, por meio da resolução CIB/RS 646/2013, a SES estabeleceu a garantia da continuidade do cuidado na área respiratória. O fluxo de atendimento aos queimados vem sendo realizado de forma conjunta entre os profissionais do CIAVA/HUSM e o Hospital Cristo Redentor.

Atualmente o trabalho em rede vem transcorrendo de forma articulada, colaborativa e intersetorial, considerando a necessidade de desenvolvimento de ações coletivas e comunitárias, compartilhando responsabilidades, que incidam positivamente na afirmação da vida.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SES	Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva	Educação a Distância
SES	Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva	Educação Permanente em Saúde
SES	Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva	Política Estadual de Incentivo à Pesquisa
SES	Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva	Política Estadual de Residência Integrada em Saúde
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Atendimento das ações judiciais
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Cofinanciamento das ações de Saúde
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Fortalecimento da Auditoria do SUS no RS
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Fortalecimento da infraestrutura do nível central e regional da SES
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Fortalecimento da infraestrutura do SUS no RS
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Fortalecimento das instâncias de participação social e pactuação no SUS
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Gerenciamento financeiro do SUS
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Gestão de Tecnologia da Informação
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Implantação/implementação da Ouvidoria do SUS no RS
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Plano de ação de saúde para a Copa do Mundo 2014
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Plano de ação de saúde para a Copa do Mundo 2014

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SES	Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS	Política de enfrentamento aos desastres ambientais
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Assistência Complementar
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de especialidades/referências, de diagnóstico e tratamento
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Rede de Urgência e Emergência
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Regulação do acesso
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Regulação do acesso
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Serviços Próprios
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Vigilância em Saúde
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Vigilância em Saúde
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Ampliação e Qualificação da Vigilância em Saúde
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Fortalecimento da Atenção Básica
SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Implantação de Linhas de Cuidado: Mãe-Bebê; Criança; Adolescente; Mulher; Homem; Idoso; Bucal; Mental; DST/AIDS; PAN; PIM; Populações Vulneráveis
FEPPS	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Análises Laboratoriais em Vigilância em Saúde
FEPPS	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade
FEPPS	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade
FEPPS	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Retorno à Produção de Medicamentos pelo LAFERGS
FEPPS	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue
FEPPS	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

Secretaria-Geral de Governo

A **Secretaria-Geral de Governo (SGG)** tem a função de prestar assessoramento e apoio imediato ao Governador e às unidades da Governadoria em relação às ações do Estado, e articular as ações estratégicas dos órgãos e entidades da Administração. Visando à uniformidade e a eficiência na promoção de políticas públicas, a SGG estabeleceu como diretriz para o biênio 2013/2014 a elevação do nível de eficiência e transparência da Secretaria no desempenho das ações relacionadas à consecução de seus objetivos institucionais.

A busca pela efetivação da diretriz expressiu-se no aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação das ações de governo por parte da Secretaria, alcançado através da consolidação da metodologia da Sala de Gestão e do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME); da criação do Escritório de Gerenciamento Intensivo (EGI); e do Sistema de Monitoramento de Convênios (MCO).

Essas ações levaram à ampliação da capacidade de gerenciamento das ações governamentais por meio da Sala de Gestão, um instrumento que desde 2011 possibilita o acompanhamento e o apoio ininterrupto à gestão de 62 projetos estratégicos, com mais de 400 ações em desenvolvimento.

Visando contribuir com os esforços governamentais que buscam dotar a administração pública estadual do maior grau de transparência, a Secretaria empreendeu o sistema “De Olho nas Obras”, que visa permitir ao cidadão o monitoramento das principais obras do governo por meio de recursos digitais. O “De Olho Nas Obras” é o resultado da integração dos sistemas do Gabinete Digital com a estrutura de monitoramento de projetos estratégicos da Secretaria, que possibilitou o desenvolvimento de uma ferramenta com grande potencial para a promoção do controle social e da transparência na gestão pública. O site permite que o cidadão, além de consultar os dados e a situação das obras públicas contempladas nos projetos estratégicos, interaja com o Governo, trazendo informações e não conformidades entre o que está informado e o que efetivamente está sendo observado pelo mesmo.

Ainda, ampliando seu papel e suas responsabilidades, em 2013, a Secretaria-Geral de Governo incorporou em sua estrutura o Gabinete Digital, uma experiência inovadora que possibilitou aperfeiçoar o diálogo direto do Governador com a sociedade gaúcha, apoiando a gestão democrática. Desde sua criação, em 2011, o Gabinete Digital recebeu quatro prêmios nacionais, entre eles, o Prêmio E-gov, de excelência em governo eletrônico, concedido pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP), e um prêmio internacional: o *Bank Beneficiary Feedback Awards*, concedido pelo Instituto do Banco Mundial.

Em 2013, além de ter se constituído como um dos principais canais de comunicação com a sociedade logo após as manifestações de junho, através do Gabinete Digital foram realizadas: 1 Consulta Pública Digital sobre o tema Reforma Política (181.759 votos na consulta, 10 mil pessoas em atividades presenciais e 2.840 perguntas recebidas), 7 Audiências Digitais com média de 500 pessoas conectadas simultaneamente, e um total de 600 mil acessos (Pedágios,

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Taxistas, O que Falam as Ruas, Reforma Política, Passe Livre) e 3 Diálogos Digitais: Marco Civil da Internet, Direitos Autorais, Feminismo e Tecnologia.

No ano de 2013, a SGG deu início à execução do projeto que objetiva a utilização de arquivos digitais em formatos abertos, em conformidade com a Lei Estadual 14009/2012. Para o ano de 2014 estão previstas as seguintes ações:

Programa	Ação
Articulação, monitoramento e avaliação das ações estratégicas do governo e coordenação das políticas para tecnologia da informação e telecomunicações	Monitoramento e avaliação das ações estratégicas para implementação do plano de governo
Articulação, monitoramento e avaliação das ações estratégicas do governo e coordenação das políticas para tecnologias da informação e telecomunicações	Coordenação das políticas e ações em tecnologias da informação e telecomunicações no âmbito da Administração Pública Estadual
Implementação de canais de participação e diálogo entre Governo e sociedade	Incorporar novos instrumentos de participação para oferecer diferentes oportunidades ao cidadão de influenciar a gestão pública e exercer maior controle social sobre o Estado
Promoção da integração administrativa e a disseminação de informações junto aos agentes da Administração estadual nas regiões.	Realização de reuniões, fóruns e seminários de governo destinados aos agentes regionais de Governo

Integrante do conjunto de estruturas administrativas que compõem a Governadoria do Estado, em 2013, a SGG contribuiu para a gestão das ações programáticas e movimentação política do Governo Estadual, através de iniciativas inovadoras e transversais, desde o aprimoramento do acompanhamento dos projetos estratégicos até a instrumentalização, através do Gabinete Digital, de canais de diálogo direto entre governo e sociedade após as manifestações ocorridas em junho último.

Foi possível nesse período verificar a consolidação da Sala de Gestão e da Sistemática de Monitoramento Estratégico, um processo iniciado em meados de 2011 que possibilitou o acompanhamento e apoio ininterrupto à gestão de 62 projetos estratégicos, com mais de 400 ações em desenvolvimento. Foram 16 ciclos de monitoramento até o final de 2013 com mais de 1.000 reuniões de planejamento e avaliação dos projetos.

A partir da experiência acumulada em 2011 e 2012, identificou-se a necessidade de intensificar o apoio ao planejamento e gestão de alguns projetos estratégicos, em razão da complexidade, transversalidade e/ou entraves associados aos mesmos. Com essa finalidade, foi criado o Escritório de Gestão Intensiva, que, em complemento ao monitoramento, passou a apoiar de forma mais intensiva os gestores dos projetos Acessos Municipais, Ligações Regionais, ERS-118, RS Mais Energia, Plano de Necessidade de Obras em Escolas Públicas Estaduais, Ampliação de Vagas Prisionais e TI no SUS.

Com essa ação mais intensiva, dentre outros resultados, foi possível retomar sete obras em acessos municipais que estavam paralisadas e reestabelecer o cronograma de execução da ERS 118 com o início da desapropriação de áreas necessárias para a duplicação da rodovia. Além

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

disso, foi encaminhado um conjunto de obras que viabilizará a desocupação do Presídio Central de Porto Alegre em curto prazo.

A Secretaria-Geral de Governo, em parceria com a Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG) e Secretaria da Fazenda (SEFAZ), aprimorou seus instrumentos de prospecção e acompanhamento de Convênios com o Governo Federal, fonte importante de recursos para a execução das políticas públicas na área social. Esse aprimoramento, incluindo a finalização do MCO - Sistema de Monitoramento de Convênios, possibilitou, só em 2013, a inscrição de 104 propostas no SINCONV, visando à captação de cerca de R\$ 325 milhões.

Ainda no âmbito do acompanhamento das políticas prioritárias do Governo Estadual, a Secretaria-Geral de Governo, em conjunto com as demais secretarias e vinculadas, iniciou a produção de um conjunto de Análises Setoriais, com o objetivo de qualificar e especializar as políticas públicas setoriais, a partir da consideração de indicadores de resultado, percepção social, dados territorializados e avaliação da execução dos projetos estratégicos e demais ações do Governo. As duas primeiras análises produzidas foram as da Saúde e Saneamento Básico.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SGG	Articulação, monitoramento e avaliação das ações estratégicas do Governo e coordenação das políticas para Tecnologia da Informação e Telecomunicações	Coordenação das políticas e ações em Tecnologia da Informação e Telecomunicações no âmbito da administração pública estadual
SGG	Articulação, monitoramento e avaliação das ações estratégicas do Governo e coordenação das políticas para Tecnologia da Informação e Telecomunicações	Monitoramento e avaliação das ações estratégicas para implementação do Plano de Governo

Segurança Pública

A **Secretaria da Segurança Pública (SSP)** tem entre as suas principais atribuições a garantia da ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança, a promoção de ações e políticas de inteligência, prevenção, contenção e repressão da macrocriminalidade, crime organizado e controle de armamentos, bem como a administração do serviço penitenciário. As diretrizes estabelecidas na Pasta norteiam as atividades desenvolvidas pelas suas instituições vinculadas: **Brigada Militar (BM)**, **Polícia Civil (PC)**, **Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)** e **Instituto-Geral de Perícias (IGP)**.

A atuação programada para a Secretaria no período 2012-2015 tem como prioridades:

- Reestruturação do sistema penitenciário gaúcho, com geração de vagas prisionais em face do alto déficit (8.000), com decorrente valorização e qualificação dos servidores penitenciários – promovendo a dignidade humana no cumprimento de pena, condição básica para desenvolver programas e ações de inclusão social e cidadania.
- Incentivo à aplicação de penas alternativas à prisão para os crimes de menor potencial ofensivo e busca de soluções tecnológicas substitutivas do encarceramento, mediante o uso racional de monitoramento eletrônico.
- Implementação do Programa Estadual de Segurança Cidadã (PROESCI), na mesma dinâmica do Programa Nacional (PRONASCI), através de políticas transversais com inserção do Estado nos territórios mais violentos, e intenso envolvimento comunitário e dos municípios. Essa política prevê a implementação de ações simultâneas de repressão policial e de implantação de programas públicos de saúde, educação, cultura e esportes, entre outros, para combater as causas e as consequências da criminalidade.
- Incremento da integração entre todos os órgãos da Segurança Pública, especialmente Brigada Militar e Polícia Civil, para, conjuntamente com o Ministério Público, qualificar o processo penal para soluções jurisdicionais mais justas e eficazes.

Tendo como orientação essas prioridades, os dados e informações a seguir referem-se às principais ações e projetos desenvolvidos pela SSP e instituições vinculadas durante o ano de 2013, abordados segundo os temas tratados nos Programas relativos à área da Segurança Pública no Plano Plurianual 2012-2015 – Administração e Modernização do Sistema Prisional; Prevenção e Repressão à Criminalidade; e Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (RS na Paz).

O Programa Administração e Modernização do Sistema Prisional, sob a responsabilidade da **Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)**, tem como objetivo buscar a recuperação da condição de cidadão do apenado em uma perspectiva socializadora, mantendo-se a educação, capacitação profissional e trabalho, assim como a sistemática de assistência e tratamento penal, tanto aos recolhidos como aos egressos e familiares e, em consequência, promovendo uma redução dos níveis de reincidência criminal e beneficiando a sociedade como um todo. Nesse sentido, são desenvolvidas ações relacionadas com a administração do sistema prisional, a formação e qualificação dos servidores da SUSEPE e a geração e recuperação de vagas no sistema prisional.

Durante o ano de 2013, a SUSEPE capacitou 1.998 servidores e ampliou o número de vagas prisionais (1.000 vagas geradas mediante utilização de monitoramento eletrônico georreferenciado de sentenciados e/ou provisórios – tornozeira eletrônica – e 359 vagas geradas por meio de construção ou recuperação de área física).

Encontram-se em processo de construção as seguintes obras: Penitenciária de Guaíba (632 vagas para o regime fechado), Penitenciária de Canoas (393 vagas para o regime fechado), Penitenciária de Venâncio Aires (529 vagas para o regime fechado) e Instituto Penal de Bagé (108 vagas para o regime semiaberto). Foi também contratada a construção de um anexo ao Instituto Penal de Novo Hamburgo, para 150 vagas no regime semiaberto.

Frente à relevância que o crime nas ruas assume na configuração social brasileira, torna-se cada vez mais necessário o aprimoramento dos métodos de gestão e de controle, coordenação das ações dos órgãos de segurança pública e seu adequado aparelhamento, a fim de possibilitar a execução efetiva das políticas públicas estabelecidas para essa área, no Estado. É, assim, objetivo do Programa Prevenção e Repressão à Criminalidade prevenir e reprimir a criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia, mediante ações específicas, controle gerencial de indicadores, adoção de procedimentos operacionais dos órgãos de segurança pública, potencializados pela recomposição de recursos humanos e de infraestrutura necessários ao implemento das atividades, e estruturação das áreas de inteligência e estratégia.

Para tanto, foram capacitados 155.141 servidores da Brigada Militar, 1.616 da Polícia Civil e 162 do Instituto-Geral de Perícias. No que diz respeito à administração da área de saúde da SSP, foram atendidos 208.503 servidores, sendo 178.671 da Brigada Militar e 29.832 da Polícia Civil.

Dentre as ações voltadas para a prevenção e combate a incêndio, realização de buscas e salvamentos e de atividades de Defesa Civil, sob a responsabilidade do **Corpo de Bombeiros** da Brigada Militar, destacam-se como os principais serviços prestados à comunidade, em 2013: a realização de 407.408 ações de prevenção de incêndio; o combate a 11.140 incêndios; a remoção de 8.271 fontes de perigo e a realização de 14.494 salvamentos.

O desempenho das funções de Polícia Judiciária para a repressão qualificada ao crime, sob a responsabilidade da **Polícia Civil**, envolve a investigação criminal e a execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho, no sentido do aperfeiçoamento de sistemas e gerenciamento da prestação dos serviços com base em indicadores e da utilização do Sistema de Inteligência Policial, destacando-se, nesse sentido, em 2013: criação de 10 delegacias especializadas; aquisição de 1.992 equipamentos de segurança e proteção; remessa de 172.184 inquéritos policiais, 23.291 procedimentos especiais para adolescentes e 140.154 termos circunstanciados; e aquisição de 357 viaturas para a Polícia Civil.

As funções de Polícia Ostensiva e preservação da ordem pública, a cargo da **Brigada Militar**, têm como objetivo a prevenção e repressão à criminalidade com agilidade, eficiência e eficácia, provendo a infraestrutura necessária ao implemento das atividades e a estruturação das áreas de inteligência e estratégia. Destacam-se em 2013: aquisição de 1.264 unidades de coletes e armamentos e de 5.168 equipamentos de proteção e resgate; aquisição de 8.365 equipamentos de tecnologia e de 158 *links* de conexão de dados; construção/reforma de dois quartéis e aquisição de 808 viaturas para a Brigada Militar; matrícula de 115 alunos no ensino

infantil (Escola Tio Chico) e de 535 alunos no Ensino Médio (Colégio Tiradentes); execução de 140.530 prisões e realização de abordagem em 6.241.718 veículos.

O **Instituto-Geral de Perícias (IGP)** é o responsável pela realização de perícias criminais e de serviços de identificação, operacionalizando as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal com vistas à coleta e à produção de prova técnica processual, à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão de cédula de identidade civil, bem como à implementação de projetos destinados à aplicação de novas tecnologias, minimização dos efeitos da violência, promoção de cidadania e igualdade de gênero e prevenção e segurança no trabalho. Para isso, podem ser destacados, em 2013: emissão de 808.278 Carteiras de Identidade; aquisição de 395 equipamentos de tecnologia da informação e de 1.000 kits periciais; emissão de 134.852 laudos periciais; e aquisição de 27 viaturas para o IGP.

Frente aos dados preocupantes relacionados com o aumento da violência atingindo, especialmente, o grupo etário de 15 a 24 anos – faixa em que se situam os adolescentes aliciados pelo tráfico de drogas e também a maioria das vítimas de homicídio – foi instituído o Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (RS na Paz), que tem como objetivos: reduzir a violência e a criminalidade no Estado, proporcionando aos municípios gaúchos a possibilidade de elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção, com o propósito de combater a violência, a criminalidade e a discriminação, e disponibilizar o acesso da sociedade civil organizada na gestão da segurança pública; desenvolver programas, projetos e ações de prevenção, principalmente a prevenção primária, que é primordial para fatores de queda da violência e da criminalidade. Nesse sentido, destacam-se como principais iniciativas:

- Apoio e incentivo às políticas públicas municipais, a partir da criação, instalação e garantia de efetivo funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs) municipais destacando-se, em 2013, o atendimento realizado a três municípios.
- Policiamento comunitário, com os propósitos de fixar o policial militar na região, utilizar dados de gestão da Polícia Civil e as ações complementares das Guardas Municipais visando aproximar o policiamento da comunidade, identificando rotinas e buscando a solução de problemas como ferramenta de aumento da segurança e de redução da criminalidade. Para isso, podem ser identificadas, em 2013, a implantação de 33 postos de policiamento comunitário.
- Projetos de prevenção social à violência, de forma a reduzir a vulnerabilidade das pessoas à violência através da garantia dos direitos fundamentais, por meio de mecanismos capazes de prever, prevenir, planejar, solucionar pacificamente os conflitos e controlar as ameaças e coerções ilegítimas. Destaca-se, em 2013, a execução de dois projetos de prevenção à violência e apoio às vítimas.
- Territórios de Paz, compreendendo a criação, instalação e efetivação de áreas destinadas às ações preventivas de forma prioritária, obtendo-se como resultados em 2013, a manutenção de nove Territórios de Paz no Estado do RS, sendo quatro localizados em Porto Alegre (Restinga, Rubem Berta, Santa Teresa e Lomba do Pinheiro) e os demais nos municípios de Canoas, Passo Fundo, Vacaria, Santa Cruz do Sul e Esteio.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SSP	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Administração Prisional
SSP	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Formação e qualificação dos servidores da SUSEPE
SSP	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Geração e recuperação de vagas no Sistema Prisional
SSP	Administração e Modernização do Sistema Prisional	Inclusão social com cidadania
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Administração da área de saúde da SSP
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Coordenação e integração dos órgãos da SSP
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Coordenação e integração dos órgãos da SSP
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Formação e qualificação dos servidores da SSP
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Prevenção e combate a incêndio, realização de buscas e salvamentos e de atividades de Defesa Civil
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Realização das funções de Polícia Judiciária para a prevenção e repressão qualificada ao crime
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Realização das funções de Polícia Ostensiva e preservação da ordem pública
SSP	Prevenção e Repressão à Criminalidade	Realização de perícias criminais e de serviços de identificação
SSP	Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (RS na Paz)	Apoio e incentivo às Políticas Públicas Municipais
SSP	Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (RS na Paz)	Apoio e incentivo às Políticas Públicas Municipais
SSP	Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (RS na Paz)	Policiamento Comunitário
SSP	Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (RS na Paz)	Projetos de Prevenção Social à Violência
SSP	Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (RS na Paz)	Territórios de Paz

Trabalho e Desenvolvimento Social

A **Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS)** atua junto aos municípios no desenvolvimento, articulação e execução das Políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar, desenvolvendo suas ações de forma a fortalecer o Terceiro Setor, a implementar a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (LOSANS). É responsável pela atualização do cadastro dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único de Programas Sociais (CADUNICO).

Suas competências são exercidas através da sustentação aos Conselhos Estaduais de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e o trabalho desenvolvido pelas instituições vinculadas, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS).

A Secretaria tem como missão “Acolher, Qualificar e Empregar”. Acolher no sentido de, em parceria com as Secretarias Municipais de Assistência Social, realizar a busca ativa daquelas pessoas que se encontram à margem da rede de proteção social do Estado. É um objetivo da Secretaria incluir essas pessoas nos programas sociais, de forma a permitir que elas saibam de seus direitos e possam usufruir na plenitude os programas de assistência dos Governos Federal e Estadual e seus respectivos serviços como a Tarifa Social de Energia Elétrica, Gestão da Água para Consumo Humano – Cisternas, Aposentadoria para Donas de Casa, Carteira do Idoso, programas de qualificação gratuitos, entre outros. Esse é o primeiro passo.

As ações de acolhimento são desenvolvidas através do Programa de Gestão da Política Estadual de Assistência e do Programa Estadual de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, descritos a seguir.

O Programa de Gestão da Política Estadual de Assistência Social tem como objetivo implantar e implementar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial de média e alta complexidade no âmbito da gestão e controle social da Política de Assistência Social.

A Ação Mutirão Social deste programa é responsável pelo Programa Bolsa Família que registra 455.418 pessoas beneficiadas e CADÚNICO no qual constam 1.071.923 famílias cadastradas conforme dados de novembro de 2013. Contribuíram para esse expressivo montante a capacitação realizada aos 795 profissionais entrevistadores do Programa, o Fórum Estadual da Assistência Social e do Trabalho, as Plenárias do Bolsa Família e Mutirões Sociais realizados nos municípios de Cachoeirinha, Porta Alegre - Bairro Restinga, Chuí, Santana do Livramento, Quaraí, São Gabriel, Aceguá e Dom Pedrito.

Através da Ação de Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias foram atendidas 244.321 famílias nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), com recursos provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). A Secretaria implantou uma metodologia para o desenvolvimento da Ação de Coordenação da Política de Assistência Social e realizou a Conferência Estadual de Assistência Social. Este trabalho resultou na realização de 9.838 assessorias.

O Programa Estadual de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável desenvolve suas ações de forma a consolidar o Sistema de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável – SISAN, em processo de construção no âmbito estadual e municipal. Foram realizados 14 Seminários com a participação de 800 pessoas, em parceria com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar RS - CONSEA-RS, com objetivo de sensibilizar os municípios para adesão ao SISAN, fomentar a constituição dos CONSEAS Municipais e das Câmaras Municipais de Segurança Alimentar – CAISANS Municipais.

A estrutura do SISAN é composta por gestores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, gestores municipais, CONSEA RS, representantes da sociedade civil e os membros do Pleno Executivo da CAISAN – RS, esta composta por dez Secretarias de Estado e a Casa Civil, é presidida pela STDS.

O SISAN irá elaborar um diagnóstico para o primeiro “Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul”, como parte do estudo e com a finalidade de aferir os avanços e dificuldades na Segurança Alimentar e Nutricional no Estado, foi realizada a “Conferência +2”, avaliando no período de 2011 a 2013 as proposições derivadas da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - V CESANS RS, realizada em 2011.

Através da Ação Construção de Cisternas e Gestão da Água para Consumo Humano é realizada a implantação de cisternas e a capacitação de pessoas no manejo adequado dos recursos hídricos. A metodologia utilizada é a de tecnologia social em regime de mutirões, desenvolvida em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O público alvo constitui-se de famílias de agricultores de baixa renda residentes em áreas rurais dos municípios prejudicados pela seca e inseridos no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal.

A execução dessa ação é feita por intermédio de subconvênio com os 12 municípios habilitados a este programa que em 2011 estavam com a situação de emergência decretada pela seca. Foram repassados R\$6.976.880,90 para a aquisição do material e realizada capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos - 210 beneficiários capacitados, e em Pedreiros Instrutores - 30 capacitados. Essa mão-de-obra qualificada está iniciando a construção das oito primeiras Cisternas no Município de Bagé.

Na Ação de Implantação de Hortas, Cozinhas e Padarias Comunitárias foram conveniadas 17 Cozinhas Comunitárias, com início de implantação previsto para 2014: AMBEE/São Nicolau, CETRAT/Carazinho, Escola de Educação Especial Helen Keller, Núcleo Espírita Ciranda de Luz/Sapiranga, Bagé, Candiota, Cerrito, Chiapeta, Herval, Hulha Negra, Ibiaçá, Pedras Altas, Quatro Irmãos, Santa Cruz do Sul, Santana da Boa Vista, Santo Expedito do Sul, Tapejara.

Foram celebrados 17 Convênios para a realização de Hortas Comunitárias: Estrela Velha, Parobé, Quatro Irmãos, Roca Sales, ONG AMBB/São Nicolau, ACIN/Canoas, Corujão/Tapes, Estância Velha, Bagé, Manoel Viana, Novo Barreiro, Sagrada Família, Santa Cruz do Sul, São Lourenço do Sul, PROMENOR/Frederico Westphalen, RECREO/Montenegro.

Já para a implantação das Padarias Comunitárias, foram conveniadas 15 Padarias Comunitárias: AEVAS/Novo Hamburgo, AMBBE/São Nicolau, APAE/ Carazinho, APAE Estrela,

CETRAT/Carazinho, Cacequi, Capão do Leão, Herval, Lavras do Sul, Pedras Altas, Portão, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, São Lourenço do Sul, Tapes.

No que diz respeito aos Restaurantes Populares, o de Porto Alegre, está com processo licitatório em andamento para a reabertura. O restaurante terá capacidade de fornecer até 400 refeições por dia, cujo custo será de R\$ 1,00 para o usuário e de R\$ 5,50 para o Estado. Outros cinco restaurantes são mantidos através da Lei da Solidariedade, nos municípios de Charqueadas, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí e Sapucaia do Sul.

As ações de qualificação da Secretaria e suas vinculadas são desenvolvidas através dos programas: Emprego Trabalho e Renda e de Responsabilidade e Desenvolvimento Social, descritos a seguir.

O Programa Emprego Trabalho e Renda é o braço estadual do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Formação Inicial e Continuada - PRONATEC- FIC, executado através da ação de Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego-Formação Inicial e Continuada. O Programa tem como objetivo oferecer cursos de educação profissional a estudantes, trabalhadores diversos, pessoas com deficiência e beneficiários dos programas federais de transferência de renda. A população alvo é constituída por cadastrados ou com perfil do Cadastro Único (0 a 3 salários mínimos de renda familiar). Até 2013 foram pactuadas 153.330 vagas, realizadas 100.210 matrículas e capacitadas 80.168 pessoas de 335 municípios. Dentro desta ação ainda foram realizados encontros regionais para a qualificação de 600 gestores municipais que atuam no setor social junto as Comissões Municipais de Emprego e na gestão do PRONATEC.

O Plano Estadual de Qualificação Profissional congrega cursos gratuitos ministrados através do PRONATEC, ProJovem Trabalhador e Plano Territorial de Qualificação - PLANTEQ, cuja oferta de qualificação profissional nos municípios está sendo realizada conforme as demandas identificadas em cada local. Em 2012, o Rio Grande do Sul qualificou cerca de 40 mil pessoas apenas em um ano, o que representa um quantitativo superior aos últimos dez anos somados no Estado. Em 2013 até outubro, foram realizadas 104.133 pré-matrículas, destacando que deste total 63% são mulheres.

O Programa de Responsabilidade e Desenvolvimento Social, na Ação Apoio Técnico e Financeiro a Projetos Sociais e a Unidades Produtivas, capacitou 435 pessoas, público constituído por gestores do terceiro setor e pessoas interessadas em utilizar a Lei da Solidariedade. Também foram apoiados projetos referentes a 7 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, dos municípios de Arroio Grande, Bagé, Quaraí, Três Cachoeiras, Rosário do Sul, Cacequi e Lavras do Sul.

Na ação de Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor foram realizados 9 encontros regionais - As Caravanas da Lei da Solidariedade, nos municípios de Santa Cruz do Sul, Lajeado, Santana do Livramento, Bagé, Pelotas, Santo Ângelo, Passo Fundo, Tramandaí e Santa Maria, e apoiados 100 projetos pela Rede de Parceria Social. Esses encontros têm objetivo de envolver gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e o correto uso da Lei de Solidariedade.

Foram atendidas 200 crianças e adolescentes na ação de Monitoramento do Centro Infantil Juvenil Zona Sul- Vila Cruzeiro. Essa ação, estabelecida pela parceria com a Fundação Pensamento Digital para atendimento de crianças no turno inverso a escola, tem como finalidade proporcionar apoio pedagógico, atividades recreativas, preparação e capacitação profissional por meio de repasse de recursos financeiros.

Dentro da ação de Manutenção do Programa de Cidadania Fiscal, destinada a apoiar financeiramente e tecnicamente as entidades da área de desenvolvimento social, foram beneficiadas 693 entidades.

O Programa prevê ainda a implementação das Casas da Solidariedade com a finalidade de acolhimento e hospedagem temporária. Nesse sentido foi encaminhado à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 36/2011 que aguarda votação.

Após qualificar, a missão da Instituição avança para o Empregar, ou seja, oportunizar a dignidade por meio da inserção no mercado formal de trabalho. O Programa de Emprego Trabalho e Renda é o executor dessas ações.

Destacam nas ações realizadas a reestruturação das Agências FGTAS/SINE e a criação dos Mutirões e os Feirões do Emprego. Após as formaturas dos cursos gratuitos de qualificação profissional, realizam-se os Feirões, onde os recursos humanos de empresas realizam a arrecadação dos currículos e as unidades do Sine Móvel ou as Agências FGTAS/SINE promovem a intermediação de mão de obra. Nos Mutirões do Emprego, a STDS auxilia as empresas no cadastro de pessoas interessadas nas vagas de emprego disponíveis. Com este ciclo, há o fortalecimento da integração entre as áreas do trabalho e da assistência social nos municípios, fazendo com que a inclusão produtiva passe a ser um dos alicerces para o desenvolvimento econômico e social.

Objetivando atender com qualidade e agilidade a população, tomaram posse em 2013 mais de 260 novos servidores. Como decorrência as Agências FGTAS/ SINE estão sendo reestruturadas e as prestações de serviços gratuitos de encaminhamento de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Seguro-desemprego, Carteira do Artesão e intermediação ao emprego estão sendo aprimoradas. A FGTAS possui 45 Agências FGTAS/ SINE próprias, 99 Agências conveniadas e nove balcões de emprego.

A FGTAS adquiriu, no final de 2012, três unidades do SINE Móvel que estão atendendo à população residente em comunidades distantes, sem acesso a este serviço, ou em locais onde existem grandes demandas das Agências. Até o momento, 22.449 atendimentos foram realizados por estas unidades através de 139 ações em 70 municípios.

O número de artesãos cadastrados no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA) apresenta uma constante elevação passando de 75.323 em 2011 para 80.602 em 2013, sendo 41.880 no exercício de sua atividade e destes, 3.481 estão cadastrados no SICAB – Sistema Nacional de Cadastro do Artesanato Brasileiro. O Programa tem por missão incentivar a profissionalização dos trabalhadores que produzem artesanato e fomentar a atividade artesanal com políticas de formação, qualificação e orientação ao artesão.

Conforme dados da Fundação, em 2012 as unidades realizaram o encaminhamento de 50 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Em 2013, já foram encaminhadas 2.863 Carteiras de Trabalho, 3.549 intermediações de mão de obra, 325 Seguros-desemprego, 64 encaminhamentos de Carteiras do Artesão, 33 renovações do Programa Gaúcho do Artesanato, 46 inscrições para cursos gratuitos, e 14.094 informações foram disponibilizadas.

A **Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)** é a instituição executora das políticas públicas de trabalho, emprego e desenvolvimento social do Estado. Através das Agências da FGTAS e do Sistema Nacional de Emprego (SINE) são operacionalizados os serviços de Intermediação de mão de obra para o mercado formal de trabalho, a Intermediação de trabalhadores autônomos, o Seguro-Desemprego, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, e os cursos de qualificação profissional. Esses serviços são viabilizados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O Programa Emprego, Trabalho e Renda, através da ação de Desenvolvimento do Artesanato como Geração de Trabalho e Renda, até o ano de 2013, emitiu 8.947 Carteiras de Artesão e renovou 7.416; prestou apoio a 146 eventos, participou de 34 feiras estaduais e de 8 feiras fora do Estado; e, realizou reformas e manutenção da Casa do Artesão, em Porto Alegre.

Com objetivo de preparar jovens com idade compreendida entre 18 e 29 anos para o mercado formal de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, foram qualificados 2.385 jovens através da ação de Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda.

Dentro da ação de Habilitação do Trabalhador ao recebimento do Seguro Desemprego foram beneficiados 1.319.700 trabalhadores. A FGTAS atuou ainda na ação de Intermediação de Emprego Formal ao Mercado de Trabalho, emitindo 561.362 Carteiras de Trabalho, realizando 36 pesquisas de emprego e colocando 97.832 trabalhadores, sendo 198 pessoas com deficiência. Contribuíram para este objetivo a realização de 15 Seminários de Qualificação e o encaminhamento de 17.172 trabalhadores autônomos encaminhados. A demanda total por essa ação foi de 1.192.051 inscritos.

A ação do Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ/RS, deste mesmo Programa, realiza cursos de qualificação profissional, visando à inclusão produtiva de trabalhadores desempregados e em situação de vulnerabilidade social, até 2013 foram realizados 8 seminários de capacitação e qualificadas 2.782 pessoas.

A execução da ação de Qualificação Social e Profissional se dá através do PROJOVEM Trabalhador, Juventude Cidadã/RS, através de um Termo de Adesão para execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovem, que irá capacitar jovens entre 18 e 29 anos, em cursos de diferentes áreas de atuação. Os jovens recebem bolsa-auxílio de até R\$ 600,00 (em seis parcelas de R\$ 100,00), repassados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, desde que comprovada à frequência mínima de 75% nas aulas. Os educandos também têm cadastro no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, através das Agências FGTAS/SINE, para encaminhamento ao mercado de trabalho, após terem concluído carga horária mínima de 80% do curso e 75% de frequência em ocupações com vínculo empregatício ou outras atividades produtivas legais geradoras de renda. A carga horária para a Qualificação Social é de 100

horas/aula e para a Qualificação Profissional, de 250 horas/aula, num total de 350 horas/aula em 24 semanas. Atualmente o Programa está conveniado com 21 municípios.

O Programa foi lançado nos municípios com as respectivas vagas: Uruguaiana – 180, Santana do Livramento - 160, Sapucaia do Sul - 180, Canoas - 220, São Leopoldo - 200, Gravataí - 200, Pelotas - 220, Bagé -180, Dom Pedrito - 140, Santana do Livramento - 160, Alvorada - 200, Novo Hamburgo - 200, Porto Alegre - 500, Viamão - 200, Montenegro - 160, Santa Cruz do Sul - 180, Guaíba - 160, Rosário do Sul - 160, São Gabriel - 160, Canguçu - 120, Rio Grande - 200 e Santa Maria - 200.

O Programa Responsabilidade e Desenvolvimento Social objetiva promover o desenvolvimento social do Estado através de ações de qualificação, apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de projetos sociais, em parceria com Municípios e Terceiro Setor. Através de sua ação junto à comunidade no Centro Humanístico Vida e Parque de Recreação do Trabalhador, realizou atendimento de 235.224 pessoas.

A Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS) executa as medidas de proteção de abrigo e de apoio e orientação sociofamiliar nos 40 abrigos institucionais em Porto Alegre, um abrigo em Uruguaiana e um Centro Social em Taquari. Essas medidas compreendem a prestação de serviços aos acolhidos na área da saúde, com atendimentos ambulatoriais clínicos e psiquiátricos, primeiros socorros, vacinações, testes para HIV, medicações mediante prescrições médicas, atendimento odontológico, fisioterápico, fonoaudiólogo além das internações clínicas e psiquiátricas conforme a necessidade, uma vez que aproximadamente 43% dos acolhidos apresentam algum tipo de deficiência.

Os cuidados com a alimentação são feitos através de dietas balanceadas por nutricionistas e dietoterápicos. O acompanhamento escolar é feito por Pedagogos e envolve discussões do aproveitamento dos acolhidos junto às escolas, reforço e atividades educativas, tendo em vista as condições físicas e emocionais dos acolhidos. Grande parte está cursando o ensino fundamental. O acompanhamento jurídico ocorre através do trabalho realizado por profissionais habilitados em audiências, discussão dos casos com as equipes técnicas e assessorias jurídicas, visando à regularização e agilidade da situação jurídica dos acolhidos.

O Programa Gestão da Política Estadual da Assistência Social objetiva implantar e implementar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, no âmbito da gestão e controle social da Política de Assistência Social. Desenvolvido através da ação de Atendimento de Crianças e Adolescentes em Medidas de Proteção na FPERGS, visa atender com dignidade a população acolhida e encaminhada pelo Poder Judiciário. Através dela, 521 crianças e adolescentes tiveram garantido o atendimento de saúde, alimentação geral e especial, escola, lazer, vestuário e higiene. Visando apoiar e acompanhar os acolhidos, técnica e financeiramente na fase de desligamento, a Fundação desenvolve a Ação de Inserção Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes da FPERGS tendo, desde o início da gestão, 44 crianças e adolescentes desligados.

A Fundação desenvolve o assessoramento, visando acolhimento institucional de crianças e adolescentes junto aos diversos municípios do Estado, através da Ação de Estabelecimento de Cooperação Técnica para o Acolhimento Institucional, atualmente, junto aos municípios de:

Encantado, Esteio, São Sepé e Xangri-lá. Esta mesma ação vem proporcionado a efetivação e a garantia da convivência familiar e comunitária para as crianças e adolescentes oriundos de família em risco social e ou pobreza extrema, no município de Porto Alegre, a qualificação dos serviços de atendimento, através de um convênio com a participação da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, que tem como objetivo específico investir na formação continuada dos agentes envolvidos na prestação de serviços de acolhimento institucional, bem como proporcionar a integração destes agentes na via de qualificação da rede de atendimento e possibilitar a transversalidade das competências técnicas e práticas que permeiam o acolhimento institucional.

Considerando que, nos abrigos da FPERGS, 90% dos acolhidos são portadores de algum tipo de psicopatologia ou problema de saúde a Ação de Capacitação Especializada para Profissionais que Atendem Pessoas com Deficiência Acolhidas pela FPERGS tem como objetivo qualificar os profissionais para o atendimento especializado e permanente. Neste sentido foram capacitadas 964 pessoas em 2013.

Conforme princípios da Constituição Federal art. 227, ECA e LOAS no seu art. 13º, a FPERGS desenvolve a Ação de Reordenamento Físico das Unidades de Atendimento da FPERGS, de forma a adequar as estruturas físicas e materiais às necessidades de atendimento qualificado da FPERGS, uma vez que houve necessidade de separar jovens em conflito com a lei e crianças em situação de abandono, negligência e maus tratos. Foram construídos quatro novos abrigos, reformados seis e adquiridos 407 bens móveis. Os abrigos foram construídos no Núcleo de Abrigos Residenciais Luiz Fatini, localizado na Estrada do Lami, Bairro Belém Novo em Porto Alegre que recebeu 51 acolhidos do Abrigo Nehyta Martins Ramos. O Núcleo de Abrigos Residenciais Ipanema - NAR realizou a inauguração de uma biblioteca, uma brinquedoteca e de uma sala de dança, espaços de lazer destinados ao fortalecimento da convivência.

No desempenho de suas funções a Fundação realizou vários convênios: Para a capacitação de seus funcionários com a Fundação Escola Superior do Ministério Público do RS-FMP e com a Instituição Educacional São Judas Tadeu; conveniou com o Centro de Integração Empresa e Escola - CIEE para vagas de estágios ao BANRISUL, para os acolhidos da Fundação.

A Fundação realizou no ano de 2012 a adesão ao Programa Apadrinhamento Afetivo, com o Instituto Amigos do Lucas, objetivando propiciar experiências e referências afetivas, tanto familiares quanto comunitárias. Esta adesão faz parte da consolidação de uma rede de proteção em construção permanente. Dos 54 acolhidos encaminhados para a Comissão Organizadora do Programa de Apadrinhamento Afetivo (MP, JIJ e Inst. Amigos de Lucas), após análise, 26 deles foram considerados aptos para o ingresso.

Durante o ano de 2013, foi propiciado aos acolhidos, vários eventos de cultura e lazer, dentre os quais merecem destaque: CARNAVAL- participação dos acolhidos no Projeto municipal “Esporte dá Samba”; CINEMA- Santander Cultural; Espetáculo Disney On Ice; Shows: “Jorge Drexler”, “Daniel” e Espetáculo “Paco de Lucia” no Araujo Viana; PROJETOS- “Vivenciando a Cultura Gaucha” e “Criança no Esporte”; PEÇAS TEATRAIS- “Bailei na Curva” e “Tim Maia”; Participação Maratona de Porto Alegre; II Etapa do Circuito Brasileiro de Atletismo Brasileiro de Atletismo Caixa Loterias (Comitê Paraolímpico Brasileiro); Corrida de Revezamento Let’s Run;

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Espectáculos: “ FREUD- A ÚLTIMA SESSÃO “ e “WAGNER TISO” no Teatro Bourbon Country; Festa do dia das crianças ESPM e Festa de Natal ESPM.

Na Unidade de Taquari, foi prestado atendimento a 264 crianças e adolescentes, no turno inverso à escola, com fornecimento de duas refeições por turno. São oferecidos cursos e oficinas de artesanato, culinária, horta, reforço escolar e atividades esportivas. Em Uruguaiana, o Serviço de Acolhimento Institucional é realizado em residência integrada na comunidade, onde são atendidas sete crianças e adolescentes, com fornecimento de moradia, alimentação, saúde, lazer, vestuário, equipamentos, material escolar, medicação e demais cuidados que garantam a proteção integral à infância e juventude.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
STDS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Apoio Técnico e Financeiro a Projetos Sociais e a unidades produtivas
STDS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Casas da Solidariedade
STDS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor
STDS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Implantação do Portal Transparência Social
STDS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Manutenção do Programa de Cidadania Fiscal
STDS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Manutenção e Monitoramento do Centro Infante Juvenil Zona Sul - Vila Cruzeiro
STDS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Monitoramento e Avaliação dos Projetos da Lei da Solidariedade - Rede Parceria Social
STDS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Qualificação do Terceiro Setor - Bolsas Internacionais
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Apoio a Ações de Geração de Trabalho e Renda
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Desenvolvimento do Artesanato como Geração de Trabalho e Renda
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda para Jovens
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Implantação e Desenvolvimento de Telecentros nas Agências de Desenvolvimento Social
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Plano Territorial de Qualificação - PlanTeQ/RS
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Próximo Passo
FGTAS	Emprego, Trabalho e Renda	Qualificação Profissional e Social
FGTAS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Atendimento à Comunidade no Centro Humanístico Vida e Parque de Recreação do Trabalhador
FGTAS	Responsabilidade e Desenvolvimento Social	Capacitação de Lideranças Comunitárias
FPERGS	Gestão da Política Estadual da Assistência Social	Atendimento de Crianças e Adolescentes em Medidas de Proteção na FPERGS
FPERGS	Gestão da Política Estadual da Assistência Social	Capacitação e Qualificação dos Adolescentes Acolhidos pela FPERGS
FPERGS	Gestão da Política Estadual da Assistência Social	Capacitação Especializada para Profissionais que Atendem Pessoas com Deficiência Acolhidas pela FPERGS
FPERGS	Gestão da Política Estadual da Assistência Social	Estabelecimento de Cooperação Técnica para o Acolhimento Institucional
FPERGS	Gestão da Política Estadual da Assistência Social	Inserção Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes da FPERGS, em Fase de Desligamento

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
FPERGS	Gestão da Política Estadual da Assistência Social	Reordenamento Físico das Unidades de Atendimento da FPERGS

Turismo

A **Secretaria do Turismo (SETUR/RS)** tem por missão promover o turismo com ênfase na qualificação da atividade turística para o desenvolvimento econômico e social, respeitando os preceitos da regionalização, segmentação turística e proteção ao patrimônio histórico e cultural. Busca promover o turismo como instrumento de inclusão social, contribuindo para a criação de empregos, a geração e distribuição de renda, a redução de desigualdades sociais e regionais, contribuindo para o fortalecimento e a diversificação da economia do Estado.

No ano de 2013, a SETUR/RS buscou implementar o Plano Diretor do Turismo, através de atividades alinhadas com os planos que o compõem (Plano de Desenvolvimento do Turismo do RS 2012-2015 e com o Plano de Marketing do Turismo do RS) e com os planos nacionais do setor. A SETUR/RS busca retomar o importante papel de órgão público que estabelece e conduz políticas públicas destinadas a constituir o turismo como fator indutor do desenvolvimento econômico, da geração de trabalho, emprego e renda.

O Plano de Desenvolvimento, norteador de todos os projetos e ações da SETUR/RS, é fruto da sistematização das demandas apresentadas durante a realização da I Conferência Estadual do Turismo e está estruturado em dez eixos estratégicos, cinco desafios e respectivas metas. O Plano de Marketing do Turismo do RS aponta a estratégia para a promoção dos produtos turísticos do Rio Grande do Sul em mercados prioritários.

I Prêmio Inovação do Turismo RS - O Prêmio Inovação, concedido no ano de 2013, teve como objetivo selecionar e destacar 25 ações do segmento do Turismo no RS alinhadas com a política estadual de turismo. Foram constituídas 7 categorias destinadas a aglutinar projetos em grupamentos de ações conforme indicado no quadro abaixo.

	Categoria	Subcategoria
1	Gestão e Planejamento	Sistema de Gestão Organização da Governança Regional e Municipal
		Inventário da Oferta Turística
		Plano de Desenvolvimento do Turismo
		Captação e Destinação de Recursos
2	Estruturação de Produto	Ecoturismo
		Turismo Religioso
		Enoturismo
		Turismo Rural
		MICE - Turismo de Negócios e Eventos
		Turismo Cultural
		Turismo de Lazer
		Turismo de Estudos e Intercâmbio
3	Atendimento e Hospitalidade	Inovação
		Interatividade
		Qualificação da Mão de Obra
		Marketing de Clientes
4	Entretenimento e Lazer	Melhor Parque Natural
		Melhor Evento / Festa
		Melhor Roteiro Turístico
5	Acessibilidade e Inclusão no Turismo	Infraestrutura para portadores de deficiência – Acessibilidade
		Turismo de Base Comunitária
6	Sustentabilidade	Suficiência Energética

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

	Categoria	Subcategoria
		Produção Associada ao Turismo
7	Promoção de Produtos e Destinos	Estratégia de Promoção
		Marca

A SETUR homologou a inscrição de 178 trabalhos, avaliados por comissão constituída de 13 membros representantes de órgãos do Estado, veículos de comunicação, organizações do setor turismo, universidades, associações setoriais, conselhos de desenvolvimento e empresas de transporte e turismo. O grande número de inscrições pode ser entendido como indicador de que as políticas públicas dirigidas pela Setur repercutem na realidade setorial e atuam de forma altamente positiva tendo em vista a alta qualidade das propostas apresentadas para concorrer ao prêmio.

A SETUR se insere no Plano Plurianual Participativo 2012 – 2015, executando dois Programas Finalísticos, o Programa Conheça o Rio Grande e o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo.

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa Conheça o Rio Grande buscaram no ano de 2013 estruturar, promover e fomentar o produto turístico gaúcho nos principais mercados nacionais e internacionais considerando, especialmente, a oportunidade evidenciada pela realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014. A Setur investiu mais de R\$ 1,97 milhões em ações e atividades vinculadas ao Programa.

A ação Apoio ao turismo das cidades históricas - Epopéia Farroupilha e Missões – promoveu o apoio ao turismo como atividade geradora de renda, de forma a fomentar o desenvolvimento cultural e social em cidades históricas e localidades que possuem potencial turístico ligado à identidade e história farroupilha e missioneira. A SETUR em parceria com o Ministério do Turismo - MTUR disponibilizou R\$ 1.35 milhões do governo federal, para a sinalização turística, destinados a São Miguel das Missões, Pelotas e Jaguarão, cidades que estão contempladas no PAC Cidades Históricas do governo federal. Ainda, objetivando a captação de recursos federais, a SETUR tem prestado apoio técnico à elaboração de projetos e planos de trabalho destinados à obtenção de recursos junto à Caixa Econômica Federal. As atividades de apoio ao turismo em cidades históricas estenderam-se ainda aos trabalhos de qualificação do Destino Missões com recursos para a implantação de áudio-guias e, para a realização das comemorações dos 30 anos do tombamento das Missões como patrimônio histórico da humanidade.

A ação Consolidação do Turismo Rural Gaúcho buscou inicialmente a definição dos marcos legais, pois a dependência de investimentos no setor está relacionada a situação legal e beneficiária do empreendedor rural em realizar serviços em paralelo às atividades primárias. Esta etapa foi brindada pela assinatura, pela Presidenta Dilma, da Medida Provisória no lançamento do Plano Safra, que incluiu esta pauta. Posteriormente, em âmbito estadual, a partir de um Grupo de Trabalho inter secretarias, dois outros projetos de lei relacionados ao tema foram aprovados: a criação de um grupo permanente de turismo rural e artesanato e do reconhecimento do artesanato rural. Visando ampliar o entendimento geral sobre o ordenamento do segmento do turismo rural nas regiões turísticas, a SETUR promoveu apoio

técnico para fortalecimento das instâncias de governança regionais mediante a realização de palestras e de workshops. As palestras foram realizadas nos Seminários Regionais de Turismo nos municípios de São João da Urtiga, Passo Fundo e Frederico Westphalen. Os workshops do projeto de fomento à produção associada da agricultura familiar, Projeto Talentos do Brasil Rural, em parceria com MTUR, foram realizados no Roteiro Caminho das Pedras e no Roteiro Rota dos Vinhedos, ambos em Bento Gonçalves.

A Ação Desenvolvimento e marketing de produtos turísticos visa apoiar o desenvolvimento, a formatação de produtos e roteiros turísticos e criar estratégias para a sua oferta nos mercados nacional e internacional. Busca ainda, estreitar relações bilaterais, com diversos países, visando à transferência, em caráter não comercial, de conhecimentos técnicos e experiências bem sucedidas no setor do turismo, em especial no MERCOSUL. De forma complementar, a ação busca estabelecer mecanismos legais que permitam a troca de experiências de sucesso em âmbito bilateral. Com esta intenção a SETUR encaminhou filiação a ARGE Latinamerika, sediada na Alemanha, instituição que objetiva a promoção dos destinos turísticos da América do Sul.

Outra estratégia adotada pela SETUR no apoio à comercialização de destinos e produtos turísticos desenvolve-se através das “Caravanas RS Um Grande Destino”. Esta atividade consiste em convidar operadores e agentes de viagens de outros países que comercializam os produtos gaúchos, para conhecer e assim melhor venderem os produtos turísticos do RS, além disso, a atividade possibilita o encontro de operadores e agentes internacionais com as agências receptivas do Estado. Os contemplados por essa ação foram Escandinávia, Portugal, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru, Venezuela, Colômbia, Equador, França entre outros mercados prioritários.

A SETUR/RS, no ano de 2013 criou e lançou a Marca do Destino Turístico do RS com objetivo promover o Estado como Destino turístico.



A Ação Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas visa desenvolver estratégia de promoção do produto turístico gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas e, neste particular, está sendo formatado o Projeto Formando Turistas, em fase de planejamento, que consiste em instituir o intercâmbio educacional entre as regiões turísticas do Estado objetivando educar para o turismo e despertar o sentimento de pertencimento quanto aos atrativos naturais e culturais do Estado do Rio Grande do Sul.

Através da Ação Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre, a SETUR estruturou um conjunto de atividades destinadas a apoiar e fortalecer a criação de novos negócios e eventos nacionais e internacionais que envolveram:

- *Articulação entre os parceiros*: participação da SETUR na AIBTM (The Americas Meetings & Events Exhibition) o evento trata sobre o segmento de Negócios e Eventos em todo mundo. Em ação complementar à participação na AIBTM, a Embratur promoveu o “Workshop M.I.C.E. Brasil Destino de Eventos”, em Nova York, no qual contou com a participação da SETUR para estreitar as relações com o trade e promover a Região Metropolitana de Porto Alegre como destino de realização de negócios e eventos. - Acordo com a Federação Gaúcha dos Convention & Visitors Bureau - CVB para realização do Seminário Internacional MICE, em março de 2014.
- *Negócios e Eventos no RS*: juntamente com as entidades que trabalham com o segmento de negócios e eventos foram articuladas as estratégias para a potencialização do turismo de negócios através da utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Turismo - FUNDETUR para subsidiar as ações de captação de eventos, que após aprovação pelo Conselho do Fundo será implementada sob forma de convênios e ações articuladas com essas entidades representativas do segmento.
- *Criação do Comitê MICE - Meetings, Incentives, Conferencing, Exhibition (Reuniões, Incentivos, Congressos e Exposições)*: a Conferência Estadual do Turismo definiu que um dos desafios para a gestão era a necessidade de estabelecer estratégias específicas para o desenvolvimento do segmento turismo de negócios no RS. O objetivo é consolidar a imagem do Estado como destino internacional de eventos. Visto que o segmento movimenta US\$ 30 bilhões no mundo, além disso o turista de negócios e eventos possui gasto médio diário de US\$ 285, contra US\$ 68 do turista normal. O Estado, através do Comitê MICE irá atuar de forma estratégica, formando um grupo de gestão compartilhada, que deverá propor e gerenciar ações potenciais a serem desenvolvidas por meio de uma série de programas para aumentar a captação de eventos.

O projeto Vitrines Gaúchas contribui para a promoção e o apoio à comercialização de destinos turísticos. Consiste em apresentar ao público gaúcho os atrativos e produtos turísticos do Estado, a fim de promover o RS para os gaúchos. As atividades são desenvolvidas em eventos consolidados com capacidade de atração regional. Em 2013, foram realizadas 5 edições: Expobento, em Bento Gonçalves, Fenadoce, em Pelotas, Expointer, em Esteio, Oktoberfest, em Santa Cruz e na Feira do Livro de Porto Alegre.

O Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo visa desenvolver a atividade turística gaúcha como fator de desenvolvimento econômico, por meio da geração de trabalho e renda, com a inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os gaúchos, tendo por público-alvo, além dos turistas nacionais e internacionais, a própria população gaúcha. Assim, o Programa busca promover a ampliação da infraestrutura e apoiar a qualificação dos serviços turísticos em localidades turísticas ou com forte potencial turístico, sejam aqueles serviços prestados por empresas do setor turístico, ou por órgãos públicos. Para tal, a SETUR busca

investir na regionalização e segmentação do Turismo, no fortalecimento institucional, na certificação dos serviços prestados e na qualificação profissional e empresarial do setor. A SETUR investiu mais de R\$ 2,19 milhões em ações e atividades vinculadas ao Programa.

A ação de Cadastramento, Fiscalização e Certificação dos Serviços desenvolvida pela SETUR em parceria com o MTur tem por objetivo criar, aperfeiçoar e disponibilizar instrumentos normativos e regulamentadores que exijam requisitos mínimos de qualidade para produtos e serviços a serem cumpridos pelos prestadores de serviços turísticos, empreendimentos, equipamentos e profissionais do segmento. Propõe a sistematização e a ordenação dos instrumentos jurídicos relacionados ao turismo, de forma a solucionar conflitos e sobreposição de competências, tornando a legislação clara para a aplicação e reduzindo o excesso de burocracia. A SETUR, no ano de 2013, realizou 36 Jornadas Técnicas nas quais abordou temas que envolvem a melhoria contínua da prestação de serviços turísticos; os aspectos legais, éticos, de sustentabilidade e de segurança, essenciais à formatação de produtos turísticos qualificados, consistentes e competitivos.

Outra atividade vinculada foi o desenvolvimento do Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), que tem o objetivo de reunir todos aqueles que estejam legalmente constituídos e em operação. O CADASTUR é executado pelo MTur, em parceria com os órgãos oficiais de Turismo das Unidades da Federação. Sendo assim, a análise da documentação e homologação do cadastro e consequente disponibilização do certificado são realizadas pelo órgão delegado. A SETUR mantém cadastro de 8.608 empreendimentos e prestadores de serviços no CADASTUR, destes 5.093 estão atualizados.

Quanto às ações de Promoção e Apoio à Comercialização de Destinos Turísticos no Brasil e Exterior, a SETUR participou de eventos internacionais e nacionais consolidados perante o mercado turístico, com grande representatividade do trade turístico, fomentando assim a promoção e as oportunidades de apoio à comercialização dos destinos turísticos gaúchos.

Ações em Feiras e Eventos Nacionais e Internacionais - A participação da SETUR em Feiras Internacionais se dá, na grande maioria das vezes, através da disponibilização de módulo de atendimento junto ao estande da EMBRATUR. Neste sentido, independentemente da presença física de representantes dos Municípios do Estado, a SETUR/RS promove destinos turísticos consolidados do Rio Grande do Sul.

Eventos Internacionais	Eventos Nacionais	
Promoção do Inverno do R S no Verão	18 º Workshop CVC	EXPOTCHÊ
Feira Internacional de Turismo - FITUR	18 º Bolsa Negócios Turísticos - B T	EXPOCATÓLICA
Bolsa de Turismo - BTL	Salão Paranaense	16º AVIRP
Internazionale Tourismus Borse - ITB	Adventure Sports Fair	Ribeirão Preto Feiratur
Goal to Brasil	São Paulo/SP WTM Latin America	São Paulo - SP BNT
FIT - Cuba	8 º Edição do Festival de Turismo	Turisvales - Santa Catarina
Feira Internacional del Mercado de	BNT MERCOSUL	Expotché
Workshop: Brasil Destino Sensacional - Peru	7ª Festival de Turismo	Workshop da Brocker
Feira Internacional de Turismo - FIT	Workshop LIGA NETWORK	Feira das Américas - ABAV

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

Eventos Internacionais	Eventos Nacionais	
Festival RS du Paris - França		
Feira Internacional Turismo do Paraguai FIPAR		

Fonte : Sisplag - Dezembro de 2013

Ainda dentro da Ação a agência de viagens brasileira CVC realizou visita técnica às regiões turísticas do Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo, através de articulação da SETUR. O objetivo foi estruturar a comercialização dos roteiros turísticos, que se consolidaram na forma de pacotes turísticos desta agência. Foram ainda realizadas PressTrips Internacionais recebendo 21 jornalistas internacionais, além da equipe do programa Gourmet.com, provenientes dos países: Argentina, Alemanha, Colômbia, Perú, França, Itália, Uruguai e USA.

A ação Consórcio Turístico da RMPA - PRODETUR RS organiza atividades destinadas a viabilizar o Consórcio Turístico Metropolitano e investimentos na infraestrutura turística visando consolidar o turismo de negócios e eventos como segmento força do ordenamento turístico da RMPA.

Outras duas atividades relevantes foram desenvolvidas em 2013. Uma delas foi a que resultou na elaboração e aprovação de Carta-Consulta para obtenção de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A carta prevê a execução de ações de desenvolvimento do turismo contemplando as regiões turísticas de Porto Alegre - Delta do Jacuí, Vale do Paranhana, Hortênsias e Campos de Cima da Serra.

A outra atividade permitiu à SETUR captar, junto ao Ministério do Turismo, recursos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS, cujo processo de contratação tramita na SETUR e CAGE. O Plano terá como objeto de estudo o Corredor Turístico Porto Alegre-Serra envolvendo as regiões dos COREDES Campos de Cima da Serra, Hortênsias, Metropolitano Delta do Jacuí e Paranhana - Encosta da Serra. Com a intenção de apoiar e fortalecer o desenvolvimento do turismo em outras regiões do Estado com a apresentação do Programa de Desenvolvimento do Turismo II - PRODETUR II, atualmente em fase de elaboração da Carta - Consulta.

A ação Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul elabora a criação e a estruturação do Observatório de Turismo do Rio Grande do Sul. Trata-se de ferramenta que sistematiza informações destinadas ao planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos. O Observatório irá promover a consolidação de dados estatísticos destinados a subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo. A acumulação das informações e o seu adequado tratamento poderão contribuir com o incremento do fluxo de turistas através de ações de divulgação da informação turística, devendo ainda ser insumo para a realização de estudos para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao setor.

- *Aplicação de Estudos de Competitividade* - objetivando-se constituir uma visão profunda e detalhada da competitividade do RS em relação ao turismo, tendo como referencia

territorial a nova divisão turística regional do RS, no ano de 2013, foi iniciada a elaboração de 26 Estudos de Competitividade.

- *Estudos e Pesquisas* - diferentes estudos e pesquisas em andamento procuram estabelecer uma visão objetiva do setor turismo em vários campos. Entre eles podemos destacar:
- *Relatório Meios de Hospedagem RS* : apresenta dados estatísticos sobre leitos, unidades habitacionais e número de empreendimentos, por município e por região turística;
- *Relatório Cadastur*: desenvolve análise estatística sobre os prestadores de serviços turísticos cadastrados junto ao Ministério do Turismo (Cadastur), por município e por região turística e ainda a Pesquisa Sobre o Perfil do Visitante do Litoral Gaúcho, que estuda a satisfação com o destino e com os serviços turísticos nos municípios pesquisados: Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Tramandaí, Torres, São Lourenço do Sul, Rio Grande (Praia do Cassino), Santa Vitória do Palmar, Pelotas (Praia do Laranjal).
- *Monitoramento Novos Hotéis no RS*: Estudo referente à preparação do RS para a Copa. Realiza levantamento da quantidade de empreendimentos em construção, número de UH e leitos.
- *Perfil do Gestor Público Municipal de Turismo no RS*: Relatório do que realiza levantamento sobre a formação dos gestores que atuam no setor, demanda do Ministério do Turismo.

A Ação Infraestrutura e Equipamentos Turísticos Para o Bem Receber – Tem por objetivo articulações e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e/ou revitalização de Centros de Informação e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e desenvolvimento turístico regional.

Através da Ação foi firmado convênio junto ao Ministério do Turismo, para construção ou reforma de Centros de Atenção ao Turista-CAT's. No total, dez centros serão construídos, sendo nove localizados na linha de fronteira com a Argentina e o Uruguai. Serão, ainda, reformados dois Centros de Atenção ao Turista em Porto Alegre, os projetos técnicos estão em fase de aprovação junto à Caixa Econômica Federal - CEF. Além dos CAT's foi desenvolvida ação para captação de emenda parlamentar destinada a SETUR no Ministério do Turismo, para a realização de pavimentação em estradas de acesso a atrativos turístico de 3 municípios. Atualmente a documentação técnica esta sendo analisada pela CEF/RS, as obras serão destinadas à rodovias no entorno dos municípios de Flores da Cunha, Pareci Novo e São Jose dos Ausentes.

A ação Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo busca promover a qualificação de profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até os níveis operacionais. Neste contexto destacam-se, em 2013, as seguintes atividades:

- *Fomento aos investimentos da iniciativa privada* - Através de apoio técnico para elaboração de projetos de investimentos e enquadramento em linhas de créditos do Banrisul e BRDE a empreendedores de atividades e serviços turísticos;
- *PARADA TRI LEGAL* - Seleção e qualificação de 30 empreendimentos “Pontos de Parada de Turistas! ao longo da BR 116 / RS, parceria com o SEBRAE. A atividade visa a promoção destes locais e a melhoria no atendimento dos serviços oferecidos. Os recursos previstos totalizam R\$ 557.500. Sendo aportados pela SETUR R\$ 473.875 e, a título de contrapartida do SEBRAE mais R\$ 83.625. A SETUR assinou acordo de cooperação com empresas nos municípios de Canoas, Picada Café, Nova Petrópolis, São Marcos, Vacaria, Morro Reuter, Caxias do Sul e Jaguarão.
- *Projeto Qualificação Profissional - SPPC 2012 - AMTURVALES* - Projeto em andamento que objetiva qualificar 825 profissionais empresários e pessoas que atuam no segmento econômico do turismo visando ao fortalecimento e desenvolvimento do receptivo local e regional.
- *Projeto Qualificação Profissional, convênio com o CONSÓRCIO ROTA DO YUCUMÃ* – tem por finalidade capacitar 435 profissionais em 8 diferentes cursos distribuídos nos municípios pertencentes a área geográfica da Rota do Yucumã, bem como propiciar a inserção de novos profissionais no mercado de trabalho.
- *Projeto Turismo Acessível* - desenvolvido em parceria com a Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT o projeto propôs a implementação de um Programa de Qualificação de Recursos Humanos para o turismo com o foco na acessibilidade, na modalidade educação à distância, com a meta de qualificar 48 profissionais.
- *PRONATEC Copa na EMPRESA* – trata-se de acordo de cooperação com o Ministério do Turismo que objetiva facilitar aos empresários do setor o aperfeiçoamento profissional de seus colaboradores por meio de cursos de inglês, espanhol, francês, libras, garçom, sommelier, sushiman, organizador de eventos e auxiliar de cozinha. Os municípios contemplados para a oferta desses cursos foram: Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, Cambará do Sul, Santana do Livramento, Jaguarão, Uruguaiana, Chuí, São Borja, Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias do Sul, Canela, Gramado, Nova Petrópolis, São Miguel das Missões e Chuí.
- *Qualificação profissional do turismo na Região Uva e Vinho* – foi realizado convênio com o Sindicato dos Hotéis, Restaurantes e Bares Uva e Vinho – SHRBS, que objetiva qualificar os setores de Hotelaria, Gastronomia e entretenimento da Região Uva e Vinho na Serra Gaúcha-RS. Em 2013 o convênio foi objeto de aditamento para qualificação de mais 105 profissionais.
- *Tchê Qualifica* - as aulas desse programa, que conta com o investimento de R\$ 668 mil em recursos próprios da Setur, serão ministradas por professores do SENAC. O Projeto está em andamento, com previsão de conclusão em maio de 2014, e inclui 800 vagas para taxistas, comerciários, frentistas, motoristas, cobradores e Sommelier.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - 2014

A ação Regionalização do Turismo visa estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões do Estado desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS. Visa, ainda, apoiar os empreendedores turísticos, comunidade local, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais, nos destinos turísticos.

A SETUR promoveu Encontros Regionais do Programa RS Mais Turismo percorrendo as Regiões Turísticas do Rio Grande do Sul definidas a partir da 1ª Conferência. Participaram mais de 2.300 pessoas de 296 municípios envolvendo o poder público, instituições de ensino, profissionais da área, trade turístico, meios de comunicação, Sistema S e diversas outras entidades.

Ações para 2014

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO
SETUR	Conheça o Rio Grande	Apoio ao turismo das cidades históricas - Epopéia Farroupilha e Missões
SETUR	Conheça o Rio Grande	Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo
SETUR	Conheça o Rio Grande	Consolidação do Turismo Rural Gaúcho
SETUR	Conheça o Rio Grande	Desenvolvimento do Turismo Náutico Gaúcho
SETUR	Conheça o Rio Grande	Desenvolvimento e marketing de produtos turísticos
SETUR	Conheça o Rio Grande	Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas
SETUR	Conheça o Rio Grande	Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre
SETUR	Conheça o Rio Grande	Promoção e apoio à comercialização de destinos turísticos no Brasil e exterior
SETUR	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Cadastramento, Fiscalização e Certificação dos Serviços Turísticos
SETUR	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Consórcio Turístico da RMPA – PRODETUR RS
SETUR	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Fomento do Ecoturismo em Parques Estaduais e Entorno
SETUR	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul
SETUR	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber
SETUR	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo
SETUR	Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo	Regionalização do Turismo

